

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Thiago Henrique Oliveira Prates

**UMA GUERRILHA REVISIONISTA: intelectuais, revisionismo e políticas da história nas *Ediciones de Crisis* (Argentina, 1973-1976)**

Belo Horizonte

2021

Thiago Henrique Oliveira Prates

**UMA GUERRILHA REVISIONISTA: intelectuais, revisionismo e políticas  
da história nas *Ediciones de Crisis* (Argentina, 1973-1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título Doutor em História

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Regina de Freitas Dutra

Belo Horizonte

2021

982.06  
P912g  
2021

Prates, Thiago Henrique Oliveira.

Uma guerrilha revisionista [manuscrito] : intelectuais, revisionismo e políticas da história nas ediciones de Crisis (Argentina, 1973-1976) / Thiago Henrique Oliveira Prates. - 2021.

402 f. : il.

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Crisis (Revista) - Teses.  
3.Intelectuais – Teses. 4. Argentina – Historiografia - Teses.  
5. Argentina – História – Teses. I.Dutra, Eliana Regina de Freitas. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**FOLHA DE APROVAÇÃO****"Uma Guerrilha Revisionista: Intelectuais, Revisionismo e Políticas da História Nas Edições de Crisis (Argentina, 1973-1976)"****Thiago Henrique Oliveira Prates**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra - Orientadora  
UFMGProf. Dr. Gustavo Sorá  
Universidade Nacional de CórdobaProfa. Dra. Patrícia Funes  
Universidade de Buenos AiresProf. Dr. Mateus Fávaro Reis  
UFOPProfa. Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira  
UFMG

Belo Horizonte, 29 de março de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Sorá, Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Mateus Favaro Reis, Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sampaio Caldeira, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Eliana Regina de Freitas Dutra, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **GRACIELA PATRICIA MARÍA FUNES, Usuário Externo**, em 29/03/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0610550** e o código CRC **6E93A395**.

*À Julia, herege.*

## **Agradecimentos**

O nome único na autoria desta e de qualquer outra tese apenas fortalece a falácia do gênio individual: embora o texto tenha sido redigido por apenas um par de mãos ele foi, na realidade, moldado por inúmeras pessoas que conviveram e compartilharam as agruras da escrita. As poucas páginas de agradecimentos são insuficientes para reconhecer a participação daqueles que colaboraram com materiais, leituras, correções, sugestões de textos, discussões, debates e discordâncias feitas em mesas das universidades, cafés e bares.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pela oportunidade de elaborar a tese e pela magnífica estrutura institucional, mas, sobretudo, pelo seu maior patrimônio: a comunidade que de forma direta e indireta construiu neste texto, os professores do departamento de História e colegas de curso que delinearam a minha formação profissional e parte do meu caráter. Sem a sua inspiração, aconselhamento e esforço esta trajetória jamais seria iniciada. O acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade alterou total e positivamente os rumos da minha vida.

À minha orientadora, Eliana Dutra, pelo apoio em toda a pesquisa. Suas intervenções foram fundamentais para o desenvolvimento da tese e, ponto fundamental de todo doutorado, me tornaram um historiador melhor. Ao professor Mateus Fávaro por acompanhar a minha trajetória desde a graduação, sempre disposto a oferecer críticas construtivas e compartilhar material essencial. À professora Ana Paula Sampaio Caldeira, cuja instigante e cuidadosa participação na qualificação contribuiu decisivamente para o texto final. Aos companheiros de orientação, Marina Helena e Henrique Vertchenko, pela solidariedade, empatia e mútua ajuda. À Mariana de Moraes Silveira, pelas sempre produtivas conversas e por todo o apoio bibliográfico.

Este doutorado, como toda a minha carreira acadêmica, seria impossível sem o amor dos meus pais, Liana e Geraldo, que sempre ampararam as minhas escolhas. Sem o seu incentivo aos estudos, o fornecimento dos livros que me acompanharam na infância e os esforços para apoiar a minha formação profissional eu jamais teria me tornado historiador. Essas linhas jamais conseguirão traduzir plenamente tudo o que fizeram por mim. Agradeço também à Silvana pelo carinho e cuidado cotidiano. Ao meu irmão e melhor amigo Lucas pelo companheirismo, pelas risadas e pelos questionamentos.

À Julia Marchevsky, a maior e melhor surpresa que esta tese e a Argentina me trouxeram. Sem o seu amor, inteligência, paciência e constante ajuda este trabalho não seria terminado e, principalmente, a vida seria menos colorida. A você dedico este texto, por confiar em mim e por me motivar a seguir adiante.

Em São Paulo, agradeço a Vera, Jorge e Veri Marchevsky por sempre me receberem com carinho e cuidado.

Aos amigos de infância, Diogo Maia, João Pedro, Felipe Rocha, Victor e César Caixeta e Mateus Merched pelos anos a fio de cumplicidade, amor e confiança. Ainda que estejam espalhados pelo mundo todos continuam a viver em meu coração.

Ao Felipe Malacco e Alexandre Bellini Tasca, irmãos que encontrei no caminho, companheiros de luta e de Mineirão. Ao Douglas de Freitas e Mejor, parceiros de arquivo, estadia e aventura, sempre inquietos, dispostos a experimentar o mundo e a interpelá-lo. À Júlia Helena, pelo longo afeto surgido em meio à uma tempestade de inverno em Wisconsin, pelas risadas cotidianas e pelos sempre importantes conselhos. Ao Warley Gomes, Thiago Lenine e Igor Nefer companheiros inseparáveis na pesquisa, nos (des)caminhos da América Latina e nas intermináveis discussões noturnas. Ao Igor Cardoso, Gabriel Amato, Aline Lemos, Taciana Garrido e Raissa Brescia, amigos/as preciosas e historiadores/as talentosos/as que a UFMG me deu. À Gabi, Mohamed, Raul Lanari, Fabi, Matheus Arruda, Marcelo Alves, Jassef Raziel, Bruno Correia, Lídia Generoso e Luiz Guerra, queridas amigas apenas possíveis pelos encontros com a História.

Ao Cruzeiro Esporte Clube, nas boas e nas más, não pelos (muitos) títulos e alegrias, mas pelas amigas que fortaleceu, como Hugo Rocha, Fernando Garcia, Mateus Frizzone, Davi Kacowicz e Henrique Rodrigues, e pelas que me trouxe, casos de Débora Pedrosa e Fernanda Louro. Guardam especial espaço no meu coração Luísa Marques e Allysson Lima, donos de um carinho gigantesco e da casa mais aconchegante de Belo Horizonte, construída com amor e solidariedade.

Aos colegas de trabalho da Universidade do Estado de Minas Gerais – Carangola, Érika Amorim, Glauber Florindo, Jonathan Mendes e Mauro Franco pelo companheirismo, diálogo e apoio. Aos estudantes dessa mesma instituição, pela confiança e por me inspirarem a buscar contínuo crescimento.

A tese foi concebida e escrita em dois países cujas fronteiras, para mim, por vezes se borram. É preciso agradecer aos muitos argentinos e argentinas que contribuíram para o trabalho. Em Buenos Aires, cidade portenha do meu único querer, agradeço a Ivanna Margarucci e Martín Barba pelo companheirismo, risadas e pela sempre calorosa recepção. Seu carinho e ajuda garantiram material para a pesquisa e interlocuções preciosas, ambos me ensinaram sobre rebeldia, tenacidade e solidariedade. Em San Miguel de Tucumán as minhas graças vão para Marcela Golubizky e Pilar Zamora pela receptividade, pela bibliografia e por me apresentarem as riquezas do norte de um país tão vasto. Agradeço ainda a Gabriel Montali pela concessão de uma entrevista com Vicente Zito Lema, bem como a Eva Agüero e María Sonderéguer por compartilharem bibliografia sobre **crisis**.

Duas instituições argentinas foram fundamentais para a pesquisa, o *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas* (CeDInCI) e a *Biblioteca Nacional Mariano Moreno* (BNMM). No CeDInCI foram imprescindíveis as ajudas de Horacio Tarcus, Virginia Castro, Eugenia Sik e Tomás Verbrughe. Na BNMM contribuíram Sonia e Cecilia, sempre dispostas a sanar dúvidas sobre a organização do acervo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa e auxílio financeiro. Sem o financiamento concedido em **2016** esta pesquisa não seria possível. Reforçamos a necessidade do apoio público à educação gratuita, universal e de qualidade, importante instrumento para a transformação positiva de um país que continua a alienar os direitos de seu povo.

Por fim, agradeço aos que compartilham conhecimento por compreenderem que a educação é um direito, não uma mercadoria.

*Buenos Aires, julho de 1975:*

*Os homens que cruzam o rio*

*Hoje fico sabendo que todos os meses, no dia em que sai a revista, um grupo de homens atravessa o rio Uruguai para ler. São uns vinte. Encabeça o grupo um professor de sessenta e tantos anos, que esteve preso por um tempo.*

*Pela manhã saem de Paysandú e cruzam para a terra argentina. Compram um único exemplar de **crisis** e se instalam num bar. Um deles lê em voz alta, página por página, para todos. Escutam e discutem. A leitura dura o dia inteiro. Quando terminam, deixam a revista de presente para o dono do bar e voltam ao meu país, onde ela está proibida.*

*– Ainda que fosse só para isso – penso – valeria a pena.*

Eduardo Galeano. Dias e noites de amor e de guerra. 1978.

*Apesar de que nas últimas duas décadas algo foi feito para melhorar pedagogicamente o nível científico do ensino da história argentina, pode-se dizer que tudo continua desastroso. E não somos exagerados.*

*Em geral, segue-se a linha liberal ou, em outras palavras, o ensino de nossa história tradicional. Entretanto, muitos já se libertaram e, como partisans, lançaram-se à **guerrilha revisionista** dentro dos claustros [da disciplina].*

Oswaldo Bayer, **crisis**, n. 8, dezembro de 1973.

## Resumo

Esta tese analisa os usos políticos do passado e a escrita de uma história militante por intelectuais de esquerda nas *Ediciones de Crisis*, casa editorial fundada por Federico Vogelius e Eduardo Galeano em Buenos Aires entre 1973 e 1976. O projeto iniciado a partir da revista *ideas letras artes en la crisis* congregou importante parcela de renomados intelectuais argentinos e latino-americanos e se dispôs a agir politicamente através da produção cultural com o intuito de contribuir para a criação de uma consciência revolucionária. Para tanto, a revista e a sua editora recorreram à escrita da história e outras narrativas sobre o passado como principais meios de intervenção pública. Progressivamente, o projeto editorial aderiu a uma forma específica de interpretar e narrar o passado, uma corrente historiográfica conhecida como revisionismo histórico argentino. O objetivo deste trabalho é estudar em um projeto editorial voltado para a transformação radical da sociedade os protocolos de produção de um discurso histórico elaborado fora das academias e em meios não especializados, os temas escolhidos, as interpretações construídas e as implicações políticas do discurso revisionista.

Palavras-chave: *Ediciones de Crisis*. Revista **crisis**. Historiografia argentina. Revisionismo histórico

## **Abstract**

This thesis analyzes the political uses of the past and the militant historical writing by left-wing intellectuals in Ediciones de Crisis - a publishing house founded by Federico Vogelius and Eduardo Galeano in Buenos Aires - between 1973 and 1976. This project started with the cultural magazine *ideas letras artes en la crisis* by gathering an important number of notorious Argentinian and Latin-American intellectuals. Through cultural production, it aimed to intervene politically by creating a revolutionary consciousness. As their main strategy of public intervention, the magazine and its publishing house resorted to historical writing and other narratives about the past. Progressively, the editorial project adhered to a specific form of interpreting and narrating the past, a historiographic trend known as Argentinian Historical Revisionism. Our objective is to analyze the production protocols of this historical discourse elaborated outside academies or specialized milieus, its chosen topics, its interpretations and the political implications of the revisionist discourse in an editorial project that desired to radically transform society.

**Keywords:** *Ediciones de Crisis*. **crisis** magazine. Argentinean Historiography. Historical Revisionism.

## Resumen

Esta tesis analiza los usos políticos del pasado y la escritura de una historia militante por intelectuales de izquierda en las *Ediciones de Crisis*, casa editorial creada por Federico Vogelius y Eduardo Galeano en Buenos Aires entre 1973 y 1976. El proyecto iniciado en la revista *ideas letras artes en la crisis* reunió una importante parte de renombrados intelectuales argentinos y latinoamericanos y se propuso a actuar políticamente por medio de la producción cultural con el objetivo de contribuir para la creación de una consciencia revolucionaria. Para hacerlo, la revista y su editora recurrieron a la escritura de la historia y otras narrativas sobre el pasado como principales medios de intervención pública. Progresivamente, el proyecto editorial adhirió a una forma específica de interpretar y narrar el pasado, una corriente historiográfica conocida como revisionismo histórico argentino. El nuestro objetivo es averiguar en un proyecto editorial dirigido para la transformación radical de la sociedad los protocolos de producción de un discurso histórico hecho más allá de las academias y en espacios no especializados, los temas elegidos, las interpretaciones elaboradas y las implicaciones políticas del discurso revisionista.

Palabras clave: *Ediciones de Crisis*. Revista **crisis**. Historiografía argentina. Revisionismo histórico.

## Lista de Ilustrações

Figura 1: Primeira capa de <b>crisis</b> .....	100
Figura 2: Fac-símile um mapa da cidade de Buenos Aires de 1775.....	102
Figura 3: Serigrafia de Trajes y costumbres de la provincia de Buenos Aires (1833). 103	
Figura 4: Uma página do n.37 de <b>crisis</b> . ....	106
Figura 5: Cuaderno publicado por EUDEBA.....	124
Figura 6: Cuadernos de Crisis, Cuadernos de Marcha e Cuadernos de Pasado y Presente .....	125
Figura 7: Lista de publicações divulgada na revista.....	128
Figura 8: Capa de <b>crisis</b> idealizada por Aníbal Ford.....	158
Figura 9: Fermín Chávez praticando disparos próximo a Assunção em 1959 .....	162
Figura 10: Propaganda de livrarias em <b>crisis</b> e o trocadilho com o nome da revista... 194	
Figura 11: Trecho de Carnet sob a autoria de Fermín Chávez. ....	240
Figura 12: Diploma Federal de 1839 publicado no n. 26 de <b>crisis</b> .. ....	242
Figura 13: Imagem de José Artigas. ....	250
Figura 14: Índice temático de <b>crisis</b> 36.. ....	265
Figura 15: Carnet, Cartas y Documentos e Resurrecciones no índice de <b>crisis</b> 36.....	266
Figura 16: trecho da serigrafia publicada em <b>crisis</b> 36 .....	274
Figura 17: O décimo oitavo número de El Caudillo.....	291
Figura 18: Raúl Acosta entrevista Inodoro Pereyra.....	303
Figura 19: <b>crisis</b> representa a violência do conquistador .....	312
Figura 20: Capa de no vigésimo terceiro exemplar da nova revista <b>crisis</b> .....	338

## Lista de tabelas

Tabela 1: Número de revistas vendidas durante o seu período de indexação no Instituto Verificador de Circulações. ....	105
Tabela 2: Lista de livros publicados pelas Ediciones de Crisis .....	112
Tabela 3: A coleção política e as grandes reportagens de <b>crisis</b> , dirigidas por Rogelio García Lupo e Alfonso Alcalde. ....	118
Tabela 4: Coleção Esta América, dirigida por Mario Benedetti.....	119
Tabela 5: Lista dos Cuadernos de Crisis .....	126
Tabela 6: serigrafias e suas respectivas datas publicadas junto à revista <b>crisis</b> a partir do vigésimo primeiro número .....	243

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>Primeira Parte.....</b>	<b>39</b>
<b>Capítulo 1 – Mecenas, jornalistas e revolucionários: o surgimento de <i>ideas letras artes en la crisis</i> .....</b>	<b>39</b>
1.1 – Um colecionista em tempos revoltos: Federico Vogelius e a idealização de <b>crisis</b> .....	39
1.2 – Da crise à <b>crisis</b> : intelectuais, radicalização e os imperativos políticos ao projeto editorial.....	45
1.3 – A vocação latino-americanista: Julia Constenla, Eduardo Galeano e o nascimento de uma nova revista.....	58
1.4 – Redes intelectuais e tradições eletivas nas <i>Ediciones de Crisis</i> .....	68
<b>Capítulo 2 – Escrito num muro, cantado na rua, falado nos campos: o projeto editorial e político das <i>Ediciones de Crisis</i> .....</b>	<b>98</b>
2.1 – A estrutura da revista <b>crisis</b> .....	98
2.2 – As <i>Ediciones de Crisis</i> e os <i>Cuadernos de Crisis</i> .....	108
2.3 – Razões de um fazer: intelectuais, militância e autorrepresentação..	129
2.4 – O encontro das <i>Ediciones de Crisis</i> com a História .....	156
<b>Segunda Parte .....</b>	<b>166</b>
<b>Capítulo 3 – Revisão e revolução: revisionismo histórico, crise e usos políticos do passado .....</b>	<b>166</b>
3.1 – Revisionismos e revisionistas: trajetórias, transformações e paradoxos .....	166
3.2 – Os dias seguintes: crise e ruptura.....	192
3.3 – Políticas da história e usos do passado entre as esquerdas argentinas .....	212
<b>Capítulo 4 – Cultura intelectual revisionista nas <i>Ediciones de Crisis</i> ....</b>	<b>229</b>
4.1 – Um mosaico revisionista em <i>crisis</i> e em suas serigrafias .....	229
4.2 – A presença do revisionismo nos <i>Cuadernos de Crisis</i> .....	245

4.3 – Culturas de passado nas <i>Ediciones de Crisis</i> .....	257
<b>Capítulo 5 – Caudilhos e massas na narrativa histórica das <i>Ediciones de Crisis</i>.....</b>	<b>272</b>
5.1 – A pátria encarnada: as biografias de caudilhos.....	272
5.2 – Criaturas de uma realidade desaforada: o nacional-popular, a história dos marginalizados e o assalto à História.....	294
<b>Conclusão – Depois da utopia .....</b>	<b>322</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>355</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>389</b>

## Introdução

*Neste lento, mas inexorável processo de formação da consciência nacional resulta cada vez mais incontroverso que a história é uma arma política e assim a tomamos, já que, então, a única verdade histórica que aceitamos é aquela determinada pelas lutas das massas pela libertação nacional e social.*  
Ana Lía Payró<sup>1</sup>

Em março de 1973 chegou aos quiosques de Buenos Aires a revista *ideas letras artes en la crisis*, fruto das idealizações do empresário e mecenas das artes argentino Federico Vogelius e do trabalho do jornalista uruguaio Eduardo Galeano. O corpo editorial da revista congregava uma parcela da intelectualidade argentina envolvida nos processos de remodelação e expansão da indústria do livro no país entre as décadas de 1950 e 1970, mas de toda a América Latina chegavam contribuições de escritores renomados, como Julio Cortázar, Gabriel García Márquez e Mario Benedetti.

Publicada até agosto de 1976, **crisis**, forma como a revista era popularmente conhecida, constituía uma publicação heterodoxa e experimentalista, marcada por agrupar gêneros variados, como o jornalismo investigativo, a crítica cultural, o ensaio político, a coleta de testemunhos e artigos de história. Bem recebida pelo público, a revista mensal destacava-se como uma das 50 publicações mais vendidas na Argentina, segundo o Instituto Verificador de Circulações, e para autores como John King representava “a revista mais importante de sua época e [...] talvez seja a melhor revista do seu tipo que tenha sido publicada na América Latina”.<sup>2</sup> O rápido sucesso e a fecunda rede de colaboradores que a alimentavam logo propiciaram uma expansão do projeto editorial que, naquele mesmo semestre, iniciou as *Ediciones de Crisis*, responsável pela publicação da revista mensal e de monografias e livros.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 12

<sup>2</sup> KING, John APUD DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 127.

<sup>3</sup> A revista fundada por Vogelius e Galeano possuía uma identidade muito particular. Seu nome era composto apenas por letras minúsculas e dispensava vírgulas. Ao referir à própria publicação, os editores e colaboradores preferiam o nome **crisis**, em negrito, como também o faziam outras publicações da época. Já a editora que surgiu pouco após a revista adotou, como veremos, o nome legal de *Editorial del Noroeste*, mas publicava as suas monografias e livros majoritariamente sob o selo *Ediciones de Crisis*. Entretanto, é comum encontrar referências a *Editorial del Noroeste* e mesmo *Ediciones crisis*. Para facilitar a leitura nos referiremos a **crisis**, a revista, exclusivamente em negrito e minúsculo, respeitando o estilo escolhido pelos editores, e utilizaremos as *Ediciones de Crisis*, em itálico, para indicar o projeto editorial mais amplo, ou seja, a sua concepção intelectual e conjunto de ideias, posições e publicações que englobavam a revista, os livros e as monografias. Por fim, **crisis** (a revista, reforçamos) escolheu publicar os títulos de artigos e nomes dos autores e autoras em totalmente em letras minúsculas, fato que, segundo alguns, indicava o

Além dos 40 volumes publicados mensalmente até o seu fechamento, a editora publicou 29 monografias, os *Cuadernos de Crisis*, e cerca de 39 livros, além de promover vários concursos literários. Como parte do projeto, **crisis** ainda investiu nas artes plásticas e na reprodução de documentos históricos e, como complemento, lançou 76 serigrafias ou reproduções de litografias e 50 *fac-símiles* de jornais, folhetos e mapas que acompanhavam as revistas e eram vendidas separadamente em sua sede para os colecionadores.

As publicações das *Ediciones de Crisis* tratavam dos mais variados assuntos, mas compunham um projeto ideológico e cultural vinculado aos vários grupos de intelectuais de esquerda que, desde meados da década de 1950, pretendiam repensar as suas próprias identidades e os fundamentos da cultura nacional argentina. O projeto iniciado com a revista **crisis**, assim como boa parte de empreendimentos que a precederam ou que com ela conviviam, foram marcados sobretudo pela proeminência da política, elemento capaz de conferir sentido às diversas práticas e teorias no campo intelectual.<sup>4</sup> De fato, naquela Argentina de 1973 a intensa mobilização política ditava os rumos da produção cultural e seria fundamental para a fundação da mencionada revista.

Apesar dessa proximidade com outras propostas editoriais de sua época legada pela política, as *Ediciones de Crisis* apresentavam um traço que as distinguiam de suas contemporâneas, a saber, o interesse pela história. A revista e a sua editora não eram e tampouco pretenderam ser publicações especializadas na produção ou difusão de conhecimento histórico, mas demonstravam recorrente e sistemático empenho em discutir temas ligados ao passado: a revista trazia, por vezes, seções inteiras que compilavam documentos ou discutiam eventos históricos específicos, as serigrafias reproduziam litografias ou documentos do século XIX e uma grande parte das monografias, os *Cuadernos*, eram dedicados especificamente à narrativa histórica. A maior parte dessas intervenções buscava, no fim, elaborar conexões com o presente e estabeleciam um diálogo com os embates de seu próprio tempo.

Na maioria das vezes, esse recurso à história situava as razões dos problemas *atuais* da Argentina no passado e que a nação do presente havia desviado de um destino supostamente grandioso que lhe fora prometido. Parecia que uma força objetiva privava

---

interesse em romper com certas hierarquias, embora não exista nenhuma declaração neste sentido. Para padronizar as citações preferimos utilizar o sistema convencional de referenciamento acadêmico.

<sup>4</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 10-12.

o sujeito, a nação, de uma parte de sua soberania natural, ou, nas palavras de Habermas, que o país vivia uma *crise*.<sup>5</sup> Embora existam limites e problemas de uma categorização das *crises* fundamentada puramente na construção ideológica elaborada pelos atores históricos, que desconsideraria transformações estruturais, há de se reconhecer que os elementos discursivos e subjetivos presentes nas práticas e representações desses sujeitos possuem grande importância nas relações e pertencimentos articulados a partir da perspectiva de um colapso social e de seu sistema de sentidos.<sup>6</sup> Desta maneira, a crença de que a totalidade do ser nacional fora colocada em xeque incitava à reflexão sobre quando e como o processo começara. Assim, os colaboradores das *Ediciones de Crisis* se propunham a utilizar uma narrativa sobre a história para ajudar a entender uma suposta *crise* que, ao seu ver, assolava o país há anos e que por sua gravidade merecia figurar no próprio nome da publicação.

O uso difuso do conceito crise, algo recorrente na Argentina e que sugere cobrir todos os aspectos da vida moderna<sup>7</sup>, impõe algumas dificuldades: a sua banalização implica na equiparação de experiências disruptivas com outras que, vistas a posteriori, não apresentam a mesma profundidade e tampouco trouxeram mudanças radicais. Entretanto, segundo Michael Freeden, “investigar a história discursiva da crise, incluída a bagagem emocional imbuída no conceito, é muito diferente de julgar quais manifestações históricas podem ser consideradas uma crise ou quais são as grandes narrativas que dão formas à crise”.<sup>8</sup> As *crises* são, também, construções discursivas e produtos ideológicos passíveis de disputa entre os grupos sociais e utilizadas de maneira distinta pelas coletividades. Grosso modo, a crise pode ser uma elaboração intelectual mais ou menos consciente que acaba por conferir certa dramaticidade e urgência ao presente e que por vezes possui um papel importante nas produções culturais e intervenções políticas.

Neste sentido, nesta tese, não interessa saber se havia ou não uma crise naquela Argentina setentista que acabou por dar forma a um projeto editorial que carregava em seu nome o próprio conceito de *crise*. A nossa atenção está voltada para a análise de seus usos discursivos que fundamentam imaginários, práticas sociais e posições políticas

---

<sup>5</sup> HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Cambridge: Polity Press, 1988, p. 1.

<sup>6</sup> HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Cambridge: Polity Press, 1988, p. 3-4.

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 236.

<sup>8</sup> FREEDEN, Michael. Crisis? How is that a crisis? Reflections on an overburdened world. *Contributions to the History of Concepts*, v. 12, n.2, winter, 2017, p. 13.

manifestas sobretudo na narrativa histórica e na relação dos homens com o tempo. Ao acreditar viver em uma crise, mulheres e homens moldam os seus comportamentos de acordo com as expectativas disruptivas e as suas manifestações culturais dialogam com esse futuro relativamente incerto que é anunciado. A revista **crisis** é produto dessa relação. Ressaltamos, entretanto, que as crises não são apenas construções ideológicas e seus sintomas não são apenas culturais, mas também físicos e impactam de forma dramática a vida dos seres humanos – a fome, a miséria, o sofrimento e a morte.

A constatação da presença massiva de discursos sobre o passado no projeto editorial e a sua relação com os recorrentes discursos sobre a crise nacional que ainda hoje permeiam o vocabulário cotidiano argentino mobilizaram a inquietação que se concretizou nesta tese.<sup>9</sup> Por meio deste texto pretendemos mostrar aos nossos leitores como um grupo de intelectuais pretendeu intervir politicamente no presente para resolver a suposta crise e, para tanto, recorreram ao passado nacional e latino-americano para buscar alternativas para o presente. Temos por objetivo compreender os usos políticos do passado nas *Ediciones de Crisis* e as especificidades de narrativas históricas diretamente relacionadas à militância política elaboradas em espaços não disciplinados pelo saber acadêmico. Quem eram os autores dessas narrativas, com quem dialogavam e quais temas escolhiam para compô-la? Quais foram os fundamentos políticos presentes nessa operação? Quais eram os seus objetivos dessa história militante e que estratégias utilizavam para convencer o seu público?

Além de responder essas perguntas gostaríamos ainda de mostrar a construção de uma rede intelectual de esquerda na Argentina que deu sustentação material, política e simbólica a essa forma de intervenção na esfera pública. Ao fazê-lo, pretendemos mostrar as autorrepresentações que davam sentido à atividade intelectual e que justificavam os esforços de criação de uma consciência revolucionária entre homens e mulheres para transformar radicalmente a sociedade.

A pequena bibliografia especializada sobre **crisis** (exclusivamente a revista) possui certa lacuna no que diz respeito ao tema. A revista é relembada com saudosismo por alguns intelectuais, escritores e artistas, estimada pela sua inovação gráfica, apreciada

---

<sup>9</sup> A presença da ideia de *crise* é tão forte no imaginário argentino ao ponto de Alejandro Grimson, antropólogo e crítico cultural, afirmar que a crise crônica no país possa ter instaurado uma *cultura da crise*, a normalização daquilo que deveria ser anomalia. Cf.: GRIMSON, Alejandro. Argentina y sus crisis. *Nueva Sociedad*, n. 273, febrero, 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/argentina-y-sus-crisis/>. Acesso em: 27/05/2020.

por sua perspectiva heterodoxa da cultura e respeitada pela qualidade de seu conteúdo, mas foi pouco estudada por acadêmicos, salvo alguns escassos artigos ou teses e uma antologia. A bibliografia reconhece **crisis** como um projeto editorial importante para o momento em que circulou, mas pouco distinto das outras centenas de iniciativas que publicaram revistas ao longo dos anos 1960 e 1970, apenas um periódico a mais.

A maioria desses trabalhos associou a revista ao engajamento político da intelectualidade nacionalista e às relações com o peronismo. Os bons artigos de José Luis de Diego, Pablo Ponza, Eva Agüero e García Orsi, ressaltam acertadamente o comprometimento político dos intelectuais que a compunham, o seu interesse em resgatar elementos e vozes da cultura popular que deveriam fundamentar a identidade nacional e a revalorização das figuras do nacionalismo argentino.<sup>10</sup>

Tais obras ainda apontam para uma certa proposta de **crisis** de revisar a história argentina, algo que conferiria ao projeto certa originalidade, mas que não bastava para torná-lo algo distinto ou mesmo inovador. Para os autores, cresceu na revista uma perspectiva de *revisão* do passado nacional que desejava conferir aos projetos revolucionários das esquerdas uma espécie de mandato histórico, algo feito pela recuperação de certos processos históricos do país, como o caudilhismo, as lutas entre *unitarios* e *federales* e as críticas à tradição liberal argentina.<sup>11</sup> Essa bibliografia não

---

<sup>10</sup> DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 127-141; PONZA, Pablo. Revista Crisis: primera época (1973-1976). Revisionismo histórico y cultural. *Improntas de la historia y la comunicación*, n. 3, junio-noviembre 2016; PONZA, Pablo. Ideas, letras, artes en la **crisis** 1973-1987: intelectuales, política y cultura antes y después de la última dictadura militar argentina. *A Contracorriente*. Revista de Estudios Latinoamericanos, North Carolina, n. 3, 2018; PONZA, Pablo. Redes Intelectuales: influencias y novedades en la revista **crisis**, Argentina: 1973-1987. *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 31, maio 2018, p. 115-134; GARCÍA ORSI, A. (2012) Articulaciones literatura/política en el campo intelectual de los 70. Abordajes de la cultura popular en la revista Crisis (1973-1976). *VIII Congreso Internacional de Teoría y Crítica Literaria Orbis Tertius*,; RODRÍGUEZ AGÜERO, Eva. Intelectuales y compromiso político en la Revista Crisis (1973-1976). *Question*, v. 1; n. 10; mayo, 2006, 1-5.

<sup>11</sup> Unitários e Federais conformaram duas agrupações políticas rivais nas Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, até a segunda metade do século XIX. Embora existam vários matizes e complexidades, pode-se dizer que os unitários promoviam um centralismo político a partir da cidade de Buenos Aires, defendiam a proeminência da nação sobre as províncias e advogavam por uma maior liberalização econômica do país. Seus rivais, os federais, argumentavam a favor da autonomia provincial e de sua associação voluntária em torno de uma república federal, opunham-se à hegemonia política portenha e à sua proeminência comercial, embora a pauta econômica variasse regionalmente entre o protecionismo industrial e a livre navegação dos rios. As disputas sobre as memórias deste processo e as batalhas para conferir sentido a essa experiência são igualmente controversas. A tradição liberal argentina de finais do século XIX, em síntese, interpretou o federalismo como um empecilho para a unificação do país e os seus *caudillos*, líderes político-militares carismáticos, como expressões do atraso e da barbárie. Por outro lado, os nacionalistas do século XX que recuperavam a memória do federalismo acusavam os unitários (e liberais) de entregarem a pátria aos estrangeiros e de importarem ideologias alheias à identidade nacional, ao passo que os *caudillos* seriam os representantes dos valores argentinos e defensores do interesse da coletividade. Trataremos mais do assunto ao longo da tese.

direcionou o seu foco para a questão, reduzindo essa iniciativa a uma expressão de parte do discurso da esquerda nacionalista. Entretanto, tratava-se não de um detalhe em **crisis**, mas do próprio cerne do projeto. Possivelmente os autores não perceberam a sistematicidade por não incorporarem em suas fontes os *Cuadernos*, livros e serigrafias, estas últimas apenas mencionadas por Ponza, espaços onde as *Ediciones de Crisis* expandiram as suas abordagens sobre a história.

A *revisão da história* aparece como algo central a partir dos trabalhos de María Sonderéguer, organizadora de uma belíssima antologia da revista **crisis**. Embora a sua obra se restrinja à revista, a autora percebeu com clareza que o projeto editorial seria delineado a partir da fórmula *revisão e revolução*.<sup>12</sup> A releitura da história se tornaria, com o passar do tempo, a proposta cultural da revista: reescrever a história nacional seria, ao fim e ao cabo, reescrever a história real. Como bem notado pela autora, essa reescrita implica uma seleção de fatos, instauração de um sentido, elaboração de imagens que expliquem e que dão valor, uma organização de textos que responde a uma opção ideológica, política e moral.<sup>13</sup> Gostaríamos, então, de explorar esta possibilidade aberta por Sonderéguer e pouco trabalhada pela historiografia: a reescrita da história e, como veremos, o revisionismo histórico, foram fundamentais para as *Ediciones de Crisis*.

De fato, política e história estavam profundamente interligadas na Argentina, a primeira instituição dedicada à produção de conhecimento histórico, a Junta de História e Numismática, foi criada por um ex-presidente da república que se envolveu decisivamente nos conflitos contra o federalismo, Bartolomé Mitre. Abordada no terceiro capítulo, cabe aqui dizer que essa institucionalização e princípio de normatização definiu os eventos fundadores da pátria, os seus heróis e, obviamente, os seus inimigos a partir da experiência dos indivíduos e grupos que venceram as disputas políticas pela conformação do Estado Nacional. Posteriormente as instituições de saber universitário se ocuparam da elaboração da narrativa histórica profissional com relativa autonomia e se esforçaram por desenvolver métodos críticos que deveriam guiá-la, mas grande parte da produção continuava regida pela política e por critérios morais de maneira mais ou menos deliberada ou consciente. Ademais, a narrativa histórica jamais foi monopólio acadêmico, mesmo após a sua disciplinarização, um número considerável de intelectuais continuou a

---

<sup>12</sup> SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976)* – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 10.

<sup>13</sup> SONDERÉGUER, María. **crisis** (1973-1976): un proyecto cultural. In: *Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970*. América: Cahiers du CRICCAL, n. 9-10, 1992, p. 431-432.

sua produção sem demasiada preocupação com as regras, métodos e protocolos estabelecidos pelos profissionais.

Ao longo de todo o século XX a história foi um estandarte de batalha para os mais diversos grupos políticos argentinos que a ela recorriam para dotar de legitimidade os seus próprios projetos ou para desqualificar os adversários. Felix Luna, criador e diretor da revista de divulgação histórica *Todo es Historia*, publicada ininterruptamente desde 1967, lembra que em meio às proibições de atividades políticas e às censuras impostas por uma das ditaduras militares uma das formas mais próximas de tratar da política era recorrer à história.<sup>14</sup> Quando as *Ediciones de Crisis* chegaram ao mercado editorial argentino já existiam, portanto, formas relativamente consagradas de tratar da política do presente por meio da narrativa histórica. Entre os diversos indivíduos que se valiam dessas formas estava um grupo que compreendeu particularmente bem a relação entre política e história e se dispôs a fortalecê-la, os *revisionistas*, aos quais o projeto atrelaria parte de sua própria produção.

Essa corrente possuía pouca ou nenhuma relação com os *revisionismos* ou negacionismos popularmente conhecidos no Ocidente, como a crítica marxista da social-democracia em finais do século XIX ou o negacionismo dos crimes nazistas pós-1945. O *revisionismo* argentino surgiu nos anos 1930 como uma corrente historiográfica produzida fora das academias e universidades com o intuito de questionar a narrativa histórica dita oficial, ou seja, de criticar a historiografia considerada liberal e as suas contribuições para a construção da identidade nacional. Inicialmente esse revisionismo nasceu entre grupos de extrema-direita que se posicionavam contra a modernização das relações sociais e contra a ampliação da participação política popular que ganhava espaço na república oligárquica argentina, mas após 1955 a corrente sofreu uma profunda transformação ao ser apropriada pela esquerda peronista como estandarte de batalha contra o imperialismo e contra os seus supostos aliados nacionais, a saber, as elites e classes médias liberais. Nas décadas de 1960 e 1970 as esquerdas argentinas, sobretudo aquelas que reavaliaram o peronismo e a ele aderiram, utilizaram as narrativas

---

<sup>14</sup> Luna, Félix. La historia de *Todo es Historia*. *Todo es Historia*, n. 120, mayo, 1977, p. 85-92. Sobre *Todo es Historia* e o trabalho de difusão de Félix Luna há um bonito estudo e homenagem feitos pela Biblioteca Nacional Mariano Moreno por ocasião de uma exposição sobre a revista levada a cabo em Buenos Aires entre julho de 2019 e março de 2020. Cf.: RODRÍGUEZ, Martha (org). *Todo es Historia: la revista de cinco décadas*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecanacional.gov.ar/micrositios/exposiciones/categoria1/todo-es-historia>. Acesso em: 02/02/2021.

reversionistas para construírem as suas próprias identidades, símbolos e repertórios políticos.

Nora Pagano e Fernando Devoto apontam para a dificuldade de definir claramente o revisionismo histórico argentino. Grosso modo, segundo os autores, as definições mais recorrentes estabeleceram três critérios distintos e nem sempre compatíveis para caracterizá-lo. A primeira aponta para a sua natureza institucional, o revisionismo seria uma “contrahistória”, feito em espaços da sociedade civil em oposição a uma historiografia praticada nas instituições estatais; a segunda ressalta a sua natureza ideológico-política, uma leitura do passado proveniente do nacionalismo argentino e, depois, do peronismo; por fim, a terceira explora o seu caráter historiográfico, uma nova interpretação do passado argentino, em especial do período 1820-1852. Todas apresentam limitações, dada a multiplicidade de obras e a vasta duração do movimento presente ainda hoje na Argentina. A obra de Pagano e Devoto explora de maneira exaustiva e ampla esses três aspectos.<sup>15</sup> Nesta tese enfatizaremos o seu caráter ideológico-político, importante para o grupo que aqui estudamos, mas a separação dessas perspectivas é virtualmente impossível e, talvez, infrutífera: os três elementos cruzavam-se nas narrativas revisionistas e devem ser avaliadas.

Embora os temas e abordagens dos revisionistas variassem de acordo com os indivíduos, com as suas opções políticas e com o momento em que o discurso era produzido é possível afirmar que existe um consenso mínimo sobre o que o grupo pretendia representar. De modo geral, os revisionistas atacavam o panteão dos ditos *liberais* do Estado argentino e valorizavam as figuras, símbolos e valores do federalismo platino e do nacionalismo argentino. Alguns, mais ortodoxos, retomavam a figura do caudilho Juan Manuel de Rosas. Outros, avessos à simbologia conservadora associada ao ditador buenairense, preferiam valorizar os caudilhos do interior que se batiam contra a elite portenha ou resgatavam indivíduos ligados ao nacionalismo populista dos anos 1930 e 1940. Por fim, alguns ainda mesclavam parte da tradição marxista, como a Teoria da Dependência, com as leituras nacionalistas do passado, um indicativo das transformações das esquerdas latino-americanas nos anos 1960 e 1970. Abertamente antiliberais, os revisionistas tentavam criar um panteão alternativo para a Argentina. Seus objetivos não eram estritamente acadêmicos, mas, ao contrário, políticos: essa narrativa produzida *fora*

---

<sup>15</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 202.

das universidades e muitas vezes rechaçadas por elas pretendia submeter o passado às demandas do presente.

É possível compreender por que as *Ediciones de Crisis* se aproximaram dessa forma específica de construção de conhecimento histórico: como os revisionistas, o projeto editorial chegou à história primeiro por meio da política. Seu interesse não era produzir um conhecimento histórico cientificamente orientado, mas elaborar um discurso ao passado que servisse para as lutas no presente. Essa constatação, a de um interesse em usar politicamente o passado, não basta para associar o projeto ao revisionismo, mas as maneiras de fazê-lo mostram elos inegáveis: os temas escolhidos para serem publicados, as formas de articulá-los e os sentidos conferidos remetem a tal tradição.

Há, como afirma Hayden White, um caráter *narrativo* em toda escrita da história que implica em estratégias discursivas para a elaboração de um *enredo*. A elaboração das narrativas sobre o passado não é neutra, pré-estabelecida ou um mero encadeamento de fatos feito apenas tecnicamente, existe um elemento *poético* fundamentado na escolha de personagens, sequências temporais, encadeamento de eventos, agências, palavras, expressões e conceitos que conferem um significado específico desejado pelo autor(a). Nenhum conjunto de acontecimentos fala por si só, é preciso que o historiador elabore um *enredamento* (*emplotment*) e organize uma *trama* que, ao fim, dará sentido(s) para os seus leitores.<sup>16</sup>

Ora, as *Ediciones de Crisis* valiam-se dos mesmos personagens (os caudilhos e os *gauchos*), dos mesmos antagonistas (os liberais e o imperialismo), das mesmas sequências temporais (majoritariamente iniciadas nas lutas do pós-independência e terminadas após a derrota de Caseros de 1852 ou da queda de Yrigoyen em 1930, ao retorno de Perón em 1973), de aparatos teóricos semelhantes, como a Teoria da Dependência e dos gêneros literários favoritos dos revisionistas, como a biografia.<sup>17</sup> As publicações encadeavam tais elementos em um relato dramático de uma nação que lutava para alcançar a grandeza que lhe fora destinada e para superar as barreiras impostas por

---

<sup>16</sup> WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In.: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 100.

<sup>17</sup> A Batalha de Caseros de 1852 foi um episódio militar no qual a Confederação Argentina liderada por Juan Manuel de Rosas foi derrotada por unitários argentinos coligados às forças brasileiras e uruguaias. A constituição que daria forma ao Estado argentino moderno seria promulgada no ano seguinte. Hipólito Yrigoyen foi um presidente argentino ligado à ala progressista do Partido Radical, famoso por capitanear uma série de reformas políticas e sociais no país até 1930, quando, em meio ao seu segundo mandato, foi derrubado pelo primeiro golpe militar da Argentina o século XX.

terríveis forças superiores, drama este que se estendia até o presente e exigia uma resolução dos próprios históricos que o narravam.<sup>18</sup>

O projeto editorial ainda mobilizava certas representações maniqueístas do revisionismo (nós, nacionalistas *versus* eles, liberais ou pátria *versus* imperialismo) e muitas vezes utilizava o complô para explicar os supostos fracassos nacionais (fomos sabotados pelo imperialismo e pelos seus comparsas). Além disso, os próprios revisionistas começaram a escrever para as *Ediciones de Crisis*, historiadores como Fermín Chávez, Luis Alen Lascano e Norberto Galasso passaram a figurar no rol de colaboradores recorrentes. Isso levou ao reconhecimento do projeto editorial como um espaço revisionista ou, pelo menos, simpático à corrente: outros historiadores que se alinhavam a essa forma de escrever sobre o passado e de interpretá-lo buscaram as *Ediciones de Crisis* para enviar as suas contribuições. Em outras palavras, havia uma espécie de autorreconhecimento que corroborava para formação de uma rede intelectual. Não queremos dizer que o projeto editorial tenha sido *apenas* um espaço do revisionismo histórico, ele era demasiado plural e heterogêneo para ser reduzido a isso, mas desejamos reforçar que essa corrente teve um papel muito importante ao longo de sua existência.

Soa curioso que as obras sobre a revista **crisis** tenham abordado tão pouco o assunto. O objetivo dessa bibliografia não foi, é certo, explorar os protocolos de produção das narrativas históricas, mas sim, na maioria das vezes, analisar os discursos dessa esquerda que paulatinamente adotava certos repertórios de revisionistas que também se aproximavam do peronismo. Essa constatação de que o revisionismo permeava vários discursos, produções culturais e práticas de diversos grupos talvez evidencie o sucesso da vertente fora das academias e a sua capacidade de se adaptar politicamente e de se adequar aos mais diversos suportes.

A disseminação dos enunciados revisionistas permitiu o surgimento de uma *cultura intelectual* específica. O conceito tal como cunhado por Thiago Lenine Tolentino foge de das concepções *disciplinarizadas* que separam a produção do conhecimento em campos definidos e bem delimitados, autônomos – a história da literatura, história do pensamento social brasileiro, história do urbanismo etc - e propõe um cruzamento das fontes e discursos para compreender os embates intelectuais de um certo contexto, uma

---

<sup>18</sup> ACHA, Omar. *Historia crítica de la historiografía argentina: las izquierdas en el siglo XX*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p. 229.

“uma visão da produção cultural em um período determinado para além das matrizes disciplinares”.<sup>19</sup> O revisionismo histórico escapava de um gênero específico, a história, e de uma produção regulada das quais ele nunca pertenceu totalmente, para penetrar em outras formas de divulgar ideias, símbolos e valores. O passado era narrado por obras que transcendiam o campo da historiografia, sobretudo a literatura e o ensaio, que há muito haviam sido excluídas da academia como gêneros pertinentes ao discurso da história, mas também pelo cinema e até mesmo pelas histórias em quadrinhos, os quais compartilhavam parte dos enunciados do revisionismo histórico por meio de um gênero bastante particular, a *Historieta Gaucha*, popular no país desde os anos 1930.<sup>20</sup>

Havia, então, naquela Argentina dos anos 1960 e 1970 uma *cultura intelectual revisionista* que fazia parte de uma cultura histórica<sup>21</sup> nacional mais ampla. Claro, outras formas de produção da narrativa histórica compunham igualmente esse vasto campo intelectual, mas o revisionismo conseguia superar a disciplinarização da história praticada nas universidades, algo decorrente de sua flexibilidade, linguagem fácil, interpretações simples e sua disponibilidade em ser apropriado politicamente, elementos que acabaram por dificultar a sua institucionalização nas academias.

Essa pluralidade e flexibilidade, pontos fortes do revisionismo, permitiram que ele fosse articulado de maneira mais ou menos livre e em plataformas variadas. É, em certa medida, o caso das *Ediciones de Crisis*. Uma parte de suas obras eram publicadas em uma complexa zona de contato entre a produção especializada, como os *Cuadernos* produzidos por especialistas, e os veículos de grande circulação que possuíam protocolos de avaliação ainda menos regulados pela história profissional. As *Ediciones* nunca, repetimos, foram ou pretenderam ser plataformas de divulgação do conhecimento histórico, como a mencionada revista *Todo es Historia*, sua contemporânea. O seu projeto pressupunha que o público entraria em contato com uma história adequada às tarefas políticas de seu tempo e buscou apresentá-la, havia o desejo de agir na arena pública por meio da narrativa histórica, mas não houve o interesse, ao menos declarado, em popularizar o acesso à produção da história.

---

<sup>19</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine T. *Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. 2016. 669f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p. 39-42.

<sup>20</sup> Trataremos dessas especificidades no quarto capítulo.

<sup>21</sup> RÜSEN, Jörn. Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, p. 2-3. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 05/01/2018.

Por essas razões é tentador qualificar as *Ediciones de Crisis* como uma iniciativa ligada ao que hoje definimos como História Pública, conceito tão amplo e escorregadio que incorpora várias formas de praticá-la levadas a cabo em diferentes países ou que, muitas vezes, refere-se a toda e qualquer produção de história fora das universidades, às iniciativas que buscam construir um conhecimento compartilhado por historiadores e pelo público leigo ou, por fim, que visam produzir uma história para esse mesmo público mais amplo. Tornar-se-ia arriscado adotar tal definição por que, no caso do projeto de Vogelius e Galeano não existia um interesse em publicizar o conhecimento histórico produzido nas universidades, uma vez que o próprio revisionismo era recusado nestas instituições de ensino, ou por que, diferentemente das experiências públicas militantes inglesas e australianas, não havia um trabalho conjunto com comunidades marginalizadas cuja história tentava-se recuperar, uma espécie de tentativa de “devolver às pessoas a sua própria história”.<sup>22</sup> Além disso, as *Ediciones de Crisis* não estavam ligadas a nenhuma instituição cultural como museus e centros de memória ou mesmo instituições vinculadas ao patrimônio histórico e, portanto, não encabeçavam iniciativas deliberadas para engajar o público em atividades educativas ou recreativas.<sup>23</sup>

Por outro lado, poder-se-ia reconhecer que as *Ediciones de Crisis* praticavam uma história pública por simplesmente aplicarem o método histórico fora da academia, tal qual a concebia inicialmente o estadunidense Robert Kelley, criador da nomenclatura em 1976, mas tal constatação não traz nada novo: os argentinos o faziam desde começos do século.<sup>24</sup>

O potencial de uma História Pública nas *Ediciones de Crisis*, talvez, esteja na constatação de que esse projeto desejava fazer refletir sobre a história, questioná-la, utilizá-la no debate público e aplicá-la “a questões do mundo real”.<sup>25</sup> Aqui torna-se interessante não apenas classificá-la como uma história pública, mas compreender como essa história era elaborada, quais eram as suas estratégias e como se relacionava com o revisionismo adotado. Ao pretender elaborar um passado útil para o presente em um

---

<sup>22</sup> LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.) Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 39-42.

<sup>23</sup> SAYER, Faye. *Public History: a practical guide*. New York: Bloomsbury Academic, 2015, p. 1-20 e 113-146.

<sup>24</sup> Sobre os primórdios da história pública nos Estados Unidos, conferir JOHNSON, G. Wesley. The Origins of "The Public Historian" and the National Council on Public History. *The Public Historian*, v. 21, n. 3, 1999, p. 167-179

<sup>25</sup> National Council on Public History. <https://ncph.org/what-is-public-history/about-the-field/>. Acesso em: 11/02/2021.

momento de intenso embate ideológico as *Ediciones de Crisis*, como os revisionistas, exerceram uma *política da história*.

Todo relato histórico da realidade possui componentes ideológicos inerentes à sua produção, como sugere Hayden White, mesmo os relatos que se pretendem neutros e imparciais possuem prescrições anteriores à elaboração que se relacionam não somente às preferências políticas do autor, mas também aos protocolos linguísticos que prefiguram o campo histórico, elementos que antecedem as próprias pretensões científicas do historiador.<sup>26</sup> Além desses elementos pré-científicos carregados de ideologias existem os usos deliberados do passado que pretendem estabelecer as origens e marcos fundacionais das comunidades humanas ou criar discursivamente raízes culturais que servem para, no fim, dirigir o próprio devir da coletividade. Temas como a *nação* ou o *destino histórico* de um povo ou movimento são comumente prenes de valores políticos que se valem do passado não apenas para conferir sentido ao presente e fundamentar as suas identidades, mas também para dar legitimidade aos seus próprios projetos e pretensões.<sup>27</sup> Tais usos do passado há muito são praticados de maneira indiscriminada nos mais diversos espaços de produção e gêneros que fogem ao que categorizamos como história. Entretanto a própria história e mesmo a historiografia profissional muitas vezes adotaram perspectivas e interpretações que, de antemão, carregam fundamentos políticos, como a naturalização do surgimento do Estado ou uma forma específica de desenvolvimento histórico da nação.<sup>28</sup>

O caso do revisionismo histórico argentino é bastante exemplar desse fenômeno, uma vez que tendia a desqualificar um discurso sobre o ser nacional a partir da valorização e naturalização de outros elementos e da busca por outras raízes. O revisionismo praticado naquele país e amplamente apropriado nas *Ediciones de Crisis* possui ainda uma particularidade bastante interessante: ele permite entrever vários de seus posicionamentos políticos por meio das estratégias narrativas, mas, no limite, jamais pretendeu ser neutro e defendia abertamente os usos políticos do passado. Em certas ocasiões, os historiadores

---

<sup>26</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 12 e 36-37.

<sup>27</sup> HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Historians and the present conjuncture*. In.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni (orgs). *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 2 e 4-5.

<sup>28</sup> LEVI, Giovanni. *The distant past: on the political use of history*. n.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni (orgs). *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 68-69.

que integravam a corrente demonstravam desprezo pela historiografia supostamente *imparcial* ou neutra, acusada de compactuar com a dominação estrangeira.

A história era encarada como um instrumento político de conscientização das massas e como uma arma contra os inimigos, algo que deveria ser útil às lutas de libertação nacional no chamado Terceiro Mundo. Neste sentido, as *Ediciones de Crisis* mobilizaram o que White classifica como *passado prático*, um conjunto de narrativas sobre o passado que serve às decisões cotidianas da vida, elaborado com pretensões diversas.<sup>29</sup> Essa definição não era estranha aos argentinos dos anos 1960 e 1970, já existiam diversas reflexões sobre esses usos políticos do passado entre a intelectualidade do país e uma era particularmente famosa entre os revisionistas, a *política da história*. Cunhado por Arturo Jauretche, intelectual nacionalista e profundamente antiliberal, o conceito possuía, inicialmente, um caráter negativo, destinado a denunciar uma suposta falsificação da história elaborada pelos intelectuais liberais e massivamente difundida em todos espaços da cultura para manipular a população e atingir os seus objetivos políticos.<sup>30</sup> Entretanto, se retirarmos esse aspecto puramente negativo seria possível perceber que as *Ediciones de Crisis* praticavam uma *política da história*, uma vez que aderiu quase sem restrições aos usos deliberados do passado com o intuito de mobilizar a sociedade para cumprir determinadas tarefas políticas. Ademais, o conceito permite ainda pensar as estratégias, temas, recursos textuais e elementos teóricos que fundamentavam as narrativas sobre o passado.<sup>31</sup>

Os colaboradores das *Ediciones de Crisis* reconheciam que as formas de contar o passado possuíam um imenso valor político. Adeptos do revisionismo, esses homens (sobretudo homens) tinham plena consciência de que as escolhas temáticas e as formas de interpretá-las elaboravam representações que respondiam a posições ideológicas e, no limite, conferiam sentido ao mundo. Lutar pela forma de representar o passado era uma forma de lutar para representar e definir o mundo, pois, segundo Roger Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

---

<sup>29</sup> WHITE, Hayden. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

<sup>30</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 15-16.

<sup>31</sup> Esses elementos serão retomados a partir do terceiro capítulo.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.<sup>32</sup>

Esta tese, portanto, deseja perceber como o passado era narrado para legitimar um projeto político contemporâneo, como era utilizado para dotar de sentido e de suposta ancestralidade uma proposta de transformação radical do presente. Nos interessam as formas como eram elaboradas essas representações nas *Ediciones de Crisis* e as suas conexões com a atividade política, mas não necessariamente a sua precisão ou exatidão. As falhas, anacronismos ou mesmo falseamentos presentes nas produções do revisionismo histórico argentino já foram vastamente discutidos e apresentados pelos seus críticos que, desde o surgimento dessa corrente historiográfica, sistematicamente apontam para as suas incongruências.<sup>33</sup>

Parece-nos mais produtivo, como sugerido por Giovanni Levi, analisar a forma retórica utilizada pelo revisionismo para abordar o senso comum histórico.<sup>34</sup> Desta maneira, propomos analisar a operação intelectual levada a cabo pelos colaboradores das *Ediciones de Crisis* para narrar um passado que serviria à tarefa política imediata e urgente do presente por meio de publicações massivas feita às margens das instituições consagradas de produção do conhecimento histórico.

Pois bem, as fontes utilizadas para a elaboração dessa análise foram variadas, das próprias publicações às entrevistas concedidas pelos participantes. A documentação primária é constituída pelos textos que os editores e colaboradores desejaram trazer às nossas mãos: as revistas, monografias, livros e serigrafias. Utilizamos todos os 40 exemplares da revista **crisis** para compreendermos as mobilizações do passado e os

---

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

<sup>33</sup> Um exemplo pode ser lido em uma crítica de Tulio Halperín Donghi na revista *Centro*, em 1959. HALPERÍN DONGHI, Tulio. Para una imagen revisionista de la Revolución de Mayo. *Centro*, Buenos Aires, n. 13, 1959, p. 129-140.

<sup>34</sup> LEVI, Giovanni. The distant past: on the political use of history. n.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni (orgs). *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 62. A reflexão de Levi destina-se aos revisionismos europeus de finais do século XX, mas são aplicáveis à parte das práticas historiográficas revisionistas.

posicionamentos dos colaboradores. A natureza da publicação, uma revista cultural heterodoxa, experimental e com poucas seções fixas exigiu a leitura de sua totalidade para captar as suas minúcias, da identidade visual às propagandas presentes em suas páginas.

As revistas, como dissemos, foram estudadas por trabalhos que nos precederam, mas os outros elementos do projeto editorial não foram abordados pelos recortes propostos. Como fontes originais para o estudo das *Ediciones de Crisis* trouxemos as serigrafias que acompanhavam as publicações mensais e as reproduções de documentos históricos provenientes da biblioteca de Federico Vogelius. Elas nos ajudaram a entender melhor o passado que os colaboradores pretendiam representar e atualizar, as experiências de outros momentos que os editores desejavam tornar públicos.

As monografias publicadas, os 29 *Cuadernos de Crisis*, também são documentos originais. De fácil acesso nas bibliotecas e no mercado editorial argentino elas foram deixadas de lado, talvez, pelos focos normalmente centrados na publicação mensal. As *Ediciones de Crisis* não se restringiram à revista, embora esta tenha sido a sua mais famosa forma de intervenção editorial, e as monografias ocupavam uma parte importante de toda a iniciativa política e comercial. Os *Cuadernos* tratavam de assuntos variados, mas neles está presente a tentativa mais coesa e planejada de reavaliar a história argentina. Por meio dos *Cuadernos*, espaço no qual a narrativa histórica foi mobilizada de maneira mais disciplinada e tradicional, podemos perceber mais claramente as conexões com o revisionismo histórico.

Os livros publicados pela *Editorial del Noroeste* tampouco foram abordados pela bibliografia especializada. Dada a sua extensão, 39 títulos lançados em três anos, e o tempo restrito para redigir esta tese nós, infelizmente, escolhemos alguns volumes específicos para analisar o engajamento político e das narrativas sobre o passado. Os ensaios, entrevistas e testemunho que tratavam das relações entre cultura e política, dos processos políticos contemporâneos e das ditaduras militares latino-americanas foram utilizados para compor a nossa narrativa. Além disso, lançamos mão de três novelas que abordavam literariamente o passado argentino e latino-americano: *General General*, do paraguaio Lincoln Silva, que acabou por representar literariamente os governos autoritários de seu país; *Los Aprendices* do peruano Carlos Eduardo Zavaleta, ocupado em narrar a politização política limenha nos anos 1940 e 1950; *Sota de Bastos Caballo de Espadas* do argentino Héctor Tizón, um belíssimo romance histórico sobre o Êxodo Jujeño de 1812 e a campanha de Manuel Belgrano, general e revolucionário argentino

que lutou nas guerras de independência hispano-americanas contra a coroa espanhola. Adiantamos que a maioria dos livros ainda precisam ser estudados com o devido cuidado e analisados como parte de um projeto editorial e mercadológico de sucesso, lacuna que o autor desta tese não conseguiu preencher.

Por fim, incorporamos uma documentação inédita encontrada nos arquivos dos editores. Ao que tudo indica, até este momento, pouco foi conservado sobre o projeto editorial, a sua documentação está perdida ou dispersa nas centenas de correspondências e acervos pessoais dos muitos colaboradores. Os arquivos de Julia Constenla, Aníbal Ford e Rogelio García Lupo (um dos maiores acervos jornalísticos pessoais da Argentina, 184 caixas e uma pasta!) estão disponíveis na *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*, em Buenos Aires.<sup>35</sup> As caixas contêm poucos, mas valiosos documentos sobre as *Ediciones de Crisis*, como a correspondência entre editores e colaboradores, balanços financeiros e os planos de publicação que antecederam a chegada de Eduardo Galeano.

Como fontes secundárias utilizamos artigos de jornais, obras literárias, antigas entrevistas dos colaboradores e os depoimentos gentilmente cedidos por Eric Nepomuceno, amigo e editor brasileiro de Eduardo Galeano.

As fontes foram mobilizadas de maneira transversal, ou seja, não separamos as publicações de acordo com os seus tipos com o intuito de demonstrar a coesão de um projeto que utilizava materiais variados para compor um *todo*. Ao longo do texto cruzamos revistas, monografias, serigrafias e livros de maneira mais ou menos livre para analisarmos os discursos produzidos por essa iniciativa coletiva. Se, em momentos pontuais, recorreremos às separações, o fizemos apenas para apontar elementos importantes que estão relacionados às especificidades do suporte material e que, de alguma maneira, afetaram a forma como os discursos foram produzidos.

Essa documentação sobre a curta experiência das *Ediciones de Crisis* foi utilizada para compreender os dilemas, limites e possibilidades de um grupo editorial pertencente à intelectualidade de esquerda argentina e as *políticas da história* por ele elaborados. Iniciamos a narrativa com o surgimento da revista e a terminamos com o seu fim (1973-1976). Ao longo do percurso aprofundamos nossa análise em temas como as relações

---

<sup>35</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina), Departamento de Archivos, Fondo Pablo Giussani-Julia Constenla (AR-BNMM-ARCH-PG-JC); Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina), Departamento de Archivos, Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF); Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina), Departamento de Archivos, Fondo Rogelio García Lupo (AR-BNMM-ARCH-RGL).

entre produção intelectual e engajamento político, a articulação de redes intelectuais na América Latina e os seus enunciados, a construção de uma identidade revisionista no projeto, as relações dos homens com o tempo e as suas implicações políticas e, por fim, os usos políticos do passado em uma história militante.

Ao fazê-lo pretendemos combinar sincronia e diacronia, tratamos de problemas específicos dentro de nossas fontes, mas pretendemos mostrar a transformação de um projeto editorial que se adaptou às demandas de seus públicos e alterou as suas estratégias ao longo de sua existência. Grosso modo, percebemos na *Ediciones de Crisis* características que lhe conferiram uma identidade coesa, mas, ao mesmo tempo, a vemos como um objeto histórico que nunca foi estanque.

A tese é dividida em duas partes. A primeira, composta pelos dois capítulos iniciais, trata da conformação da elaboração e desenvolvimento do projeto editorial, das suas redes intelectuais e do seu projeto político-ideológicos. Grosso modo, esta parte analisa o *editorialismo programático* das *Ediciones de Crisis*, a mobilização da cultura com fins políticos de maneira relativamente *sistemática* em projetos editoriais, bem como as escolhas racionais e afetivas que conferem coerência ao corpo das publicações e garantem certa identidade a essas iniciativas.<sup>36</sup> A história e os usos políticos do passado foram centrais na estratégia político-cultural do projeto e constituem o objeto de análise do segmento seguinte.

A segunda parte analisa a fundo o projeto de revisão da história e da realidade argentina e latino-americana encarnado nas *Ediciones de Crisis*. Seus capítulos mostram como os editores construíram uma proximidade com o revisionismo histórico e como elaboraram uma *política da história* própria que servia ao projeto político-cultural empreendido. Nesta parte discutimos as estratégias, fundamentos, representações e construções ideológicas presentes nas narrativas sobre o passado mobilizadas politicamente. Passemos à pormenorização dos capítulos.

O primeiro narra o surgimento de *ideas letras artes en la crisis*. A publicação foi concebida por Vogelius como uma forma de responder às demandas editoriais e políticas de um público intensamente politizado em um momento turbulento da história argentina. A equipe inicial montada por Vogelius não atendia às exigências e, após muitas delongas,

---

<sup>36</sup> BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003, p. 108.

Galeano foi convidado para dar o perfil desejado pelo mecenas, o que levou a uma recomposição da identidade da revista. Ao longo do capítulo traçamos a intersecção dessas trajetórias que iniciou o projeto editorial e como o seu propósito foi alterado.

A análise do conjunto de trajetórias nos permitiu perceber não apenas o perfil coletivo de colaboradores que de fato deram existência ao projeto, mas também os critérios de seleção. A escolha de indivíduos, materiais e textos que preenchem qualquer iniciativa editorial revelam elementos políticos, estéticos e afetivos que vinculam a publicação a um conjunto de *tradições eletivas*, uma espécie de legado intelectual e simbólico construído pelos próprios legatários.<sup>37</sup> Na última parte do primeiro capítulo demonstramos como as *Ediciones de Crisis* elaboraram vínculos com experiências políticas e intelectuais que a precediam, marcadamente as Revolução Cubana, o semanário uruguaio *Marcha* e o revisionismo histórico argentino.

Os dois primeiros aspectos dessa rede tiveram a influência determinante de Eduardo Galeano. O uruguaio era amigo pessoal de cubanos bem situados no circuito intelectual da ilha caribenha, era um grande defensor da Revolução Cubana e possuía certo trânsito em uma das principais instituições culturais da esquerda latino-americana, *Casa de las Américas*. Em sua terra natal Galeano participara ativamente de *Marcha*, espaço onde se formou como jornalista, e possuía grande admiração por um de seus diretores, Carlos Quijano, que fora seu mentor durante a juventude. Com o apoio de Galeano a intelectualidade uruguaia no exílio encontrou nas *Ediciones de Crisis* um refúgio para dar continuidade às suas atividades profissionais e políticas. A redação do projeto editorial foi, em certa medida, um cantinho do Uruguai em solo argentino. O último elo, o revisionismo histórico, será mais bem explorado ao longo da tese, mas foi igualmente importante para a composição das publicações. O cruzamento dessas redes intelectuais, ou seja, de seus participantes, materiais, discursos, posições políticas e repertórios de símbolos, acabaria por conferir a identidade do projeto editorial e a fornecer material para a publicação.

Esse mesmo projeto é o assunto do segundo capítulo. Ao longo de suas páginas analisamos a materialidade da revista, a criação das *Ediciones de Crisis* e as suas estratégias editoriais para adentrar no mercado argentino e latino-americano. Alimentada

---

<sup>37</sup> FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual. *Almanack*, Guarulhos, n. 07, 2014, p. 18.

inicialmente pelo aporte de Vogelius, **crisis** logo se tornou um empreendimento economicamente viável e alcançou relativo sucesso até 1975, momento de seu auge comercial, sustentada pelo trabalho de intelectuais e profissionais de renome que garantiram a sua legitimidade perante o público. O empreendimento comercial esteve atrelado à militância política, assunto da terceira parte desse capítulo. A revista e a editora serviram como plataforma para a difusão de discursos e ideias de escritores e artistas que atribuíam a si próprios a tarefa de produzir uma cultura voltada para a transformação da sociedade. O capítulo, portanto, trata dos dilemas e possibilidades de intelectuais que desejavam disputar a hegemonia cultural por meio de um projeto editorial amplamente inserido no mercado argentino.

A principal estratégia para erigir essa hegemonia e construir uma consciência revolucionária entre o público leitor das *Ediciones de Crisis* foi o recurso à história e os usos políticos do passado. Essa iniciativa não esteve presente desde a concepção da revista, mas ganhou espaço paulatinamente, sobretudo a partir da crescente participação de um membro específico do projeto editorial, Aníbal Ford. O crítico literário e editor seria responsável, ao nosso ver, por aproximar as *Ediciones de Crisis* das produções do revisionismo histórico que compunham o amplo campo do nacionalismo argentino ao qual o intelectual pertencia. Uma série de historiadores participaram ativamente das *Ediciones de Crisis*, como os já mencionados Fermín Chávez, Luis Alen Lascano e Norberto Galasso, todos atuantes principalmente após a ascensão de Aníbal Ford. A quarta e última subdivisão deste capítulo, portanto, abre caminho para a próxima parte da tese, dedicada às relações do projeto editorial com a história, aos usos políticos do passado e ao revisionismo que delineava boa parte das estratégias narrativas e operações intelectuais adotadas.

O terceiro capítulo trata das relações do projeto editorial com o revisionismo histórico argentino. Com o passar do tempo, as *Ediciones de Crisis* se tornaram um espaço de congregação de indivíduos que se identificavam ou se vinculavam aos revisionistas, que, por sua vez viam no projeto uma iniciativa com a qual concordavam e buscavam participar. Nesta parte do capítulo mostramos como os colaboradores tentaram construir uma identidade revisionista e mobilizar os seus discursos. Cientes do sentido conservador e aristocrático atrelado ao revisionismo dos anos 1930 e 1940 os membros das *Ediciones de Crisis* se apropriaram dos elementos dessa corrente historiográfica que lhes permitia elaborar narrativas revolucionárias, anti-imperialistas e supostamente populares. No fim,

eles construíram a sua própria *tradição* com escolhas de símbolos e ideias que corroboravam com as suas pautas, exclusões que as invalidavam e negociações sobre pontos difíceis, mas cruciais. Ao traçarmos brevemente a trajetória do revisionismo, seus principais enunciados e as conexões com a identidade do projeto editorial começamos a aprofundar nas narrativas históricas e nos usos do passado.

O capítulo ainda trata de dois elementos cruciais para a narrativa revisionista e que possuem fundamental importância na articulação da experiência temporal nas *Ediciones de Crisis*: a própria ideia de *crise*, presente no nome da revista que iniciou todo o projeto, e as políticas da história. A *crise* alimentou o imaginário da intelectualidade que representava o seu próprio tempo como um momento de inflexão histórica e que julgava que o conhecimento sobre o passado poderia contribuir para a emancipação humana. Essa concepção instrumental da história típica do revisionismo argentino conectou-se com o conceito *políticas da história* popularizado pela historiografia não acadêmica, utilizado para apontar os usos e manipulações do passado com objetivos políticos no presente. Contraposta às supostas falsificações da história oficial as *Ediciones de Crisis* elaboraram a sua própria política da história.

Essas políticas da história foram permeadas por operações intelectuais que fugiam – deliberadamente – dos protocolos de produção da história acadêmica, elas eram abertamente instrumentalizadas para fins políticos e os membros do projeto editorial o reconheciam. A sua legitimação não estava fundamentada na qualidade da mobilização teórica ou no rigor no manejo das fontes históricas, mas na necessidade de criar uma narrativa histórica que servisse às demandas políticas imediatas. As políticas da história, portanto, constituíam um *passado prático*.

Após a discussão dessas premissas das relações com o passado, iniciamos o capítulo seguinte para abordarmos as estratégias de mobilização da história, os elementos teóricos e metodológicos que regeram a narrativa das *Ediciones de Crisis*, as hierarquizações temáticas e as formas adotadas pelo discurso de acordo com a materialidade disponível. Os diferentes suportes usados nas publicações condicionavam, em parte, a maneira como as narrativas eram elaboradas. As revistas – que, reforçamos, não eram uma publicação especializada em história – possuíam um discurso um pouco mais fragmentário, mas que corroboravam com os pressupostos do revisionismo histórico. As serigrafias, publicadas juntos à edição mensal de **crisis**, complementavam com maior constância a iniciativa de revisão histórica. Embora fossem apresentadas em

partes dispersas ao longo das quarenta edições, as representações elaboradas conformavam uma espécie de *mosaico* que compunha uma imagem maior afim aos discursos revisionistas.

Os *Cuadernos de Crisis*, monografias escritas por especialistas, muitas vezes historiadores, possuíam mais regularidade e eram suportes mais propícios para a construção de argumentos mais complexos, sobretudo por serem maiores e dedicados a um assunto específico. Neles os revisionistas conseguiram elaborar os seus discursos com mais clareza e recorrência, mobilizando temas e fontes tradicionalmente utilizados por sua corrente historiográfica.

Por fim, os livros apresentam o que poderia ser tomado como um certo descompasso: a história como operação intelectual e escrita feita por especialistas era quase inexistente. Essa constatação levou, no final deste quarto capítulo, ao desafio de analisar uma certa pluralização das formas de narrar o passado, sobre como conviveram no projeto editorial a narrativa da história e outras formas de expressão das *culturas de passado*, formas variadas de uso do passado que não dizem respeito especificamente à narrativa histórica<sup>38</sup>, que, no caso das *Ediciones de Crisis*, serviam para contar *histórias* e, de certa maneira, para criticar a própria História como gênero discursivo e conhecimento disciplinado. Tal crítica, entretanto, fazia parte de um projeto maior de revisão sobre o passado e sobre a realidade nacional.

Essa reflexão abriu o caminho para o quinto e último capítulo. Nele analisamos a articulação de duas narrativas sobre o passado caras às esquerdas dos anos 1960 e 1970, as histórias e biografias dos caudilhos e a história dos marginalizados. As biografias de caudilhos eram um gênero altamente popular na Argentina e muito mobilizadas pelos revisionistas com o intuito de reconstruir o panteão de heróis nacionais. Os revisionistas de esquerda viam nos caudilhos oitocentistas líderes carismáticos que encarnavam a luta nacional contra o imperialismo e representavam a vontade popular. Essa representação fazia parte da cultura política da esquerda peronista dos anos 1970 pautada no personalismo e até mesmo em certo messianismo político.

Tal concepção foi contraposta por outra perspectiva presente no projeto que tentava recuperar as vozes dos marginalizados e dos vencidos. Essa história de baixo

---

<sup>38</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In.: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 226-227.

tentava fugir das narrativas dos grandes homens e dar espaço às lutas populares e à cultura desses setores. Ao mesmo tempo, houve a abertura para a crítica ao próprio conhecimento histórico, tomado como um instrumento de dominação dos poderosos, contraposto por outras narrativas mais diretas que emanavam do próprio povo. As *Ediciones de Crisis* tentaram, portanto, romper com as formas de mediação e abrir espaço para que os atores históricos contassem as suas próprias histórias. Apesar dessa importante desnaturalização do saber histórico acadêmico prevaleceu o revisionismo e todos os protocolos a ele ligados, como as suas formas narrativas (a exemplo das biografias), e alguns de seus substratos políticos, como um nacionalismo maniqueísta que desqualificava certas práticas culturais e um personalismo que não abria espaço para movimentos políticos mais autônomos e horizontais.

Por fim, a conclusão mescla a narrativa do desenlace da trajetória das *Ediciones de Crisis* com uma tradicional recapitulação do que foi tratado na tese. Mostramos aos leitores como o projeto editorial e uma parte dos colaboradores encontraram trágico destino em meio à violência paramilitar e governamental da extrema-direita que assolou a Argentina em meados dos anos 1970. As *Ediciones de Crisis* e as esquerdas argentinas foram incapazes de construir a pretendida consciência que fundamentasse a tomada do poder, a criação de uma sociedade radicalmente nova e a mudança dos rumos da própria história.

Após a melancólica narrativa do fracasso político do projeto editorial ousamos refletir um pouco sobre a experiência do revisionismo histórico argentino, sobretudo no que tange à própria História como disciplina e as suas relações com as produções feitas fora da academia. Mais do que certezas essas reflexões pretenderam mobilizar o questionamento produtivo sobre o trabalho de historiadores em um momento em que o saber por eles produzidos se encontra fustigado por novas e sempre cambiantes demandas de passado e por novos grupos e vozes que desejam, na maioria das vezes de maneira legítima, articular as suas próprias experiências temporais. A conclusão, portanto, busca suscitar questões para o presente a partir de uma experiência histórica concreta.

Esta tese pretende, então, discutir as relações entre escrita da história e política em um meio de grande circulação, bem como os pressupostos políticos, teóricos e culturais que a fundamentava. Desejamos ainda apresentar aos leitores a história de um grupo de homens e mulheres que acreditavam que era possível criar um mundo novo e que era necessário criá-lo com urgência. Enquanto alguns grupos optaram pela violência como

instrumento para atingir essa transformação social os colaboradores das *Ediciones de Crisis* acreditaram que era possível fazê-lo por meio da cultura e que a História, ou melhor, a escrita da história e o conhecimento sobre o passado teriam um papel fundamental no surgimento de indivíduos novos.

Todas as citações em língua estrangeira, majoritariamente em espanhol, foram traduzidas para que o público de língua portuguesa possa compartilhar plenamente da experiência, apesar das limitações e problemas impostos por toda e qualquer tradução. Esta foi elaborada inteiramente pelo autor da tese que assume completa responsabilidade por erros, lacunas e enganos presentes nas transcrições e na elaboração de toda a sua argumentação e narrativa.

## Primeira Parte

### Capítulo 1 – Mecenas, jornalistas e revolucionários: o surgimento de *ideas letras artes en la crisis*

#### 1.1 – Um colecionista em tempos revoltos: Federico Vogelius e a idealização de *crisis*

A revista *ideas letras artes en la crisis* nasceu do cruzamento dos caminhos do empresário Federico Manuel Vogelius (1920 – 1986) e do jornalista e escritor Eduardo Hughes Galeano (1940-2015). Embora importante, a centralidade desses dois indivíduos não deve apagar o caráter coletivo da empreitada. **crisis** surgiu a partir de um projeto da esquerda argentina em princípios dos anos 1970 em um momento em que o país passava por uma intensa mobilização política. Durante os seus três anos de existência, de março de 1973 a agosto de 1976, o seu trabalho editorial congregou uma equipe de intelectuais que lhe deram o formato, uma grande variedade de autoras e autores que lhe forneceram os textos e imagens, uma rede de informações que permitia buscar o material, uma série de editores e impressores que concretizavam as suas páginas, uma variedade de canais de distribuição que permitiam a sua circulação e, por fim, um conjunto de leitores cujo consumo informava os interesses que, em parte, guiavam a produção, transformavam o projeto editorial e, no limite, contribuía para a sua viabilidade financeira. Em outras palavras, **crisis**, como outras revistas culturais<sup>39</sup> e editoras, era um projeto coletivo

Mais do que um produto único do gênio de Vogelius ou Galeano, como muitas vezes fazem crer os estudos biográficos sobre o uruguaio<sup>40</sup>, **crisis** só foi bem-sucedida devido à colaboração de outros indivíduos, como Julia Constenla, Aníbal Ford e Juan Gelman, entre outros. Entretanto, se não há, como aponta Pablo Rocca, a figura de um sujeito providencial, aquele que consegue dar coesão a um grupo heterogêneo de intelectuais e estabelecer os contatos necessários para que uma organização funcione<sup>41</sup>, é difícil compreender o surgimento e desenvolvimento do projeto editorial em questão sem concedermos a devida importância às contribuições individuais de Vogelius e Galeano. O primeiro financiou o projeto editorial e forneceu fontes para o mesmo por meio de sua

---

<sup>39</sup> CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 3.

<sup>40</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle; KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015.

<sup>41</sup> ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). In.: *Hispanamérica*, Año 33, n. 99, diciembre, 2004, p. 14.

riquíssima biblioteca, ao passo que o segundo construiu as redes intelectuais necessárias, estabeleceu a linha editorial e até mesmo escolheu a identidade imagética de **crisis**. A revista, como lembra o seu editor, tradutor e amigo pessoal Eric Nepomuceno, também participante da publicação, “era Eduardo em estado puro”.<sup>42</sup>

Essas especificidades, entre outras, diferenciam **crisis** de outros projetos editoriais da esquerda argentina dos anos 1960 e 1970. As revistas culturais são, em certa medida, produto do encontro e das relações dos colaboradores que as compunham e dos leitores que as foleavam, essas associações conferiam a identidade das publicações, definiam parte das estratégias editoriais e delineavam a própria materialidade do produto final. Reforçamos, portanto, a necessidade de cruzarmos algumas trajetórias individuais e avaliarmos as suas contribuições para um projeto coletivo que integrou um quadro intelectual mais amplo da Argentina da década de 1970. Grosso modo, **crisis** não seria a mesma iniciativa editorial caso as vidas de Federico Vogelius e Eduardo Galeano não se cruzassem. Vejamos então como surgiu **crisis**, produto desse encontro em um momento de transformação e agitação política no Cone Sul.

Pouco se sabe sobre Vogelius, nascido em Tres Arroyos, na província de Buenos Aires. Filho de um alto funcionário do Grupo Bunge & Born, Fico, como era chamado pelos amigos, se formou como engenheiro agrônomo, contador e advogado e começou a trabalhar na empresa alimentícia Molinos Río de la Plata. Após tomar a decisão de romper com Molinos, seguiu sua carreira como empresário em fábricas de tinta, madeireiras e produtoras de assoalhos.

Desde jovem Federico Vogelius era fascinado por literatura e artes plásticas. O seu sucesso no mundo empresarial foi acompanhado pela incessante aquisição de obras de arte, móveis e prataria coloniais, autorretratos de diversos pintores, livros de viajantes latino-americanos, manuais de ensino para crianças datados do século XIX, uma grande variedade de livros e mesmo arquivos com documentos e manuscritos que remontavam ao período colonial. Nas bibliotecas e acervos de Buenos Aires é possível encontrar obras raras provenientes de sua coleção, marcadas pelas suas iniciais, *FV*. Segundo o jornal *Página 12*, quando sua biblioteca foi a remate, em 1997, a mesma possuía cartas de figuras emblemáticas da história argentina, como Juan Lavalle e Manuel Belgrano, vários exemplares do jornal *Gazeta de Buenos Aires*, publicado entre 1810-1821, atlas do século

---

<sup>42</sup> Informação concedida ao autor por e-mail.

XIX, primeiras edições de livros raros e 550 tomos encadernados do jornal *Clarín*.<sup>43</sup> No momento do começo da venda de sua coleção o valor estimado superava um milhão de dólares.<sup>44</sup>

Embora Federico Vogelius fosse um indivíduo progressista, seu posicionamento político não se aproximava totalmente daquele adotado pela esquerda argentina. Ao longo dos anos 1930 e 1940 Vogelius não se aproximou de agrupações de esquerda como os partidos Socialista ou Comunista, mas sim da intelectualidade liberal, sobretudo de Jorge Luis Borges, com quem cultivou uma grande amizade e encomendou impressões particulares de algumas de suas obras: em 1955 colaborou para a publicação do conto *El hombre de la esquina rosada*, escrito originalmente em 1927, por meio de Francisco A. Colombo, um dos mais famosos editores argentinos. Em 1960 Vogelius novamente contribuiu para a impressão de 50 exemplares de *Seis composiciones*, publicados mais uma vez por Colombo, em um momento em que Borges era duramente criticado pela intelectualidade argentina que iniciava o processo de avaliação crítica da experiência peronista.<sup>45</sup> Em princípios dos anos 1970 Federico Vogelius deu início a **crisis**, uma das iniciativas mais marcantes da vida cultural argentina e da esquerda sul-americana daquele momento.

Esse projeto começou a ser formulado após um longo processo judicial em que Federico Vogelius esteve envolvido. Em 1960 Vogelius organizou uma exposição de quadros do pintor uruguaio Pedro Figari no Museu de Arte Moderna de Paris. Posteriormente, em 1967, Vogelius foi acusado por devolver quadros falsos aos uruguaios e culpou um galerista de Buenos Aires. O episódio custou a Vogelius um curto período de detenção, logo contestado por um grupo de intelectuais, entre eles o consagrado escritor argentino Ernesto Sabato. Quando saiu da cadeia o empresário decidiu investir sua fortuna em projetos culturais e recorreu aos conselhos de Sabato como forma de

---

<sup>43</sup> BEMBIBRE, Cecilia. El legado de Vogelius. *Página 12*, Buenos Aires, 09 de julho de 1998. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/1998/98-07/98-07-09/pag35.htm>. Acesso em 27/01/2017.

<sup>44</sup> VIGLIETECA, Olga. Historia y cultura, al mejor postor. *Clarín*, Buenos Aires, 03 de agosto de 1997. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/03/i-01601a.htm>. Acesso em 27/01/2017. Uma grande parcela da biblioteca de Vogelius foi comprada pela casa de remates Saráchaga e pelo colecionista uruguaio Alfredo Breitfeld.

<sup>45</sup> <http://www.borges.pitt.edu/node/139> e <https://www.borges.pitt.edu/1960>. Acesso em 27/01/2017. Em 1987, cerca de um ano após a morte de Vogelius, a revista **crisis**, em sua segunda época, publicou em seu número 53 um prólogo que Borges havia escrito para uma biblioteca que Vogelius organizava no qual reafirmava sua antiga amizade com o empresário.

agradecimento ao apoio prestado. O escritor sugeriu que o Vogelius destinasse seu dinheiro à fundação de uma revista.

Em 1972 Federico Vogelius vendeu alguns quadros de sua coleção, sobretudo uma obra original do pintor russo Marc Chagall, e com esse dinheiro deu início à montagem da equipe que constituiria **crisis**. O empresário contratou a jornalista Julia Constenla, que já contava com ampla experiência após trabalhar em revistas femininas e em *Mundo Argentino*, dirigida por Ernesto Sabato, com o qual estabeleceu laços de amizade. Sua carreira no jornalismo militante firmou-se a partir de sua atuação no semanário *Che* (1960-1962) ao lado de seu esposo, o escritor e ensaísta Pablo Giussani, uma publicação que defendia a recém vitoriosa Revolução Cubana e a sua progressiva radicalização. Após o seu fechamento, Chiquita, apelido que lhes deram os seus amigos, trabalhou como secretária de redação em *Gente*, revista especializada em cobrir o cotidiano de celebridades, tradicionalmente ligada à elite argentina, até que foi demitida por sua militância entre as esquerdas. A sua experiência como diretora de redação e a amizade com Sabato garantiram a Constenla uma participação em **crisis**, que necessitava de uma jornalista experiente para dar dinâmica a uma discussão que se arrastava.

Vogelius também trouxe para o projeto o escritor e crítico de arte Roger Pla, também próximo a Sabato. Por sua vez, Ernesto Sabato recomendou o crítico de arte Jorge Romero Brest, o escritor e diplomata Abel Posse, o filósofo Victor Massuh e o músico Ernesto Epstein. Por fim, integrou o grupo o jornalista Aníbal Ford, que já havia trabalhado na *Editorial Universitaria de Buenos Aires* (EUDEBA) e no *Centro Editor de América Latina* (CEAL), além de lecionar “Introdução à Literatura” na Universidade de Buenos Aires.<sup>46</sup> Entretanto, mesmo com a equipe delineada, o projeto encontrou dificuldades para seguir adiante, seus membros não se reuniam para debater, raramente tomavam decisões e retardavam o lançamento da revista.<sup>47</sup>

Os arquivos de Ford esclarecem o caráter pretendido para a publicação e reiteram a lentidão do processo. Ao longo de todo ano de 1972 o grupo inicial deliberou sobre a natureza e o lançamento da publicação: discutiram nomes variados que passavam por

---

<sup>46</sup> Trataremos melhor de Aníbal Ford adiante.

<sup>47</sup> KOVACIC, Fabián. *Galeano*: apuntes para una biografía. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 216. Em entrevista concedida à Eva Agüero em 2009, Constenla ainda afirmou que o filósofo Francisco Romero e que o historiador José Luís Romero também faziam parte da equipe que gestava **crisis**. Os arquivos de Aníbal Ford nos mostram que o nome de Romero foi, de fato, cogitado. Conferir: RODRÍGUEZ AGÜERO, Eva. *Feminismos del sur*: mujeres, política y cultura en la Argentina de los '70. Málaga: Atenea – Universidad de Málaga, 2013, p. 93.

*Opción, Nuevas Corrientes, Nuevas Direcciones, Cambio, Rumbo, Nuevo Rumbo, Derrotero, Revisión, Reexamen, Puesta al Día, Nueva Imagen, Konflicto, Mutación, Oasis, Oriente-Occidente, CRAC, Latitud 35, Ruptura, Krisis* e, finalmente, **crisis**. Além disso, os participantes listaram possíveis colaboradores locais e internacionais, bem como as suas possíveis contribuições, elencando nomes que iam de Umberto Eco a Fernando Alegría e Mario Benedetti<sup>48</sup>; escolheram e planejaram diversos materiais para os três primeiros números da revista, como ensaios de Eco, informes sobre a recepção da literatura latino-americana em países variados, textos de crítica literária e de filosofia e até mesmo uma tradução pioneira para o espanhol de alguns textos de Heidegger.

Em nota enviada a Sabato e Vogelius, Abel Posse afirmava que a revista deveria focar na “alta literatura de todos os tempos”, escapar das “tendências de moda” e “evitar o atualismo e a crítica acadêmica” e dava sugestões sobre o seu “tom e formato”:

Teria que ser uma revista muito séria, mas com uma apresentação de quiosque. Papel corrente. Formato como Marcha ou o antigo Express ou ABC de Madrid. A capa deverá ser impressa em papel mais duro ou cartolina e terá que ser uma diagramação invariável. Considerar se pode-se permitir aos assinantes a sua encarnação a cada doze números.<sup>49</sup>

Entretanto, apesar da delimitação do escopo da revista e de seus colaboradores, as discussões alongavam-se e a publicação era adiada. Em bilhete a Sabato, já em outubro de 1972, Ford reclamava que as tarefas dos colaboradores não haviam sido decididas e que os textos não chegavam, que não possuiria material para os três primeiros números e afirmava que “tal como está, não estou certo que completaríamos o número zero em novembro”.

Para além da demora havia ainda um problema de inserção da revista no mercado editorial e cenário político argentino. Rogelio García Lupo, jornalista argentino, amigo de Constenla, fundador de *Prensa Latina*<sup>50</sup> e futuro colaborador de **crisis**, afirmou em entrevista ao jornalista Fabián Kovacic que

É preciso levar em conta a aceleração do momento histórico que se vivia nos anos 1973 ou 1975 para imaginar como Vogelius iria se

<sup>48</sup> A descrição da importância de Benedetti como colaborador nos chama a atenção: “é importante que tenhamos algo dele, talvez no número zero, porque apesar de bolchevique possui espírito nobre e independente”. Cf.: Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>49</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>50</sup> *Prensa Latina* é a principal agência de notícias cubana, fundada poucos meses após a vitória da Revolução, em junho de 1959. Abordaremos o órgão mais adiante.

conformar com uma revista de elite. Ele viu muito bem o passar de um momento onde uma publicação que tivesse mais militância poderia ter uma circulação e influência maiores. Isto não era o que lhe ofereciam Massuh, Posse e Sabato. Creio que se produziram transformações em Vogelius e que esse vendaval que sacudiu a Argentina nestes anos o mudou, mas não aos outros autores do projeto.<sup>51</sup>

De fato, a formulação de **crisis** se deu em meio a um turbilhão político: a Argentina vivia uma intensa instabilidade institucional desde 1955, ano em que o segundo mandato do presidente Juan Domingo Perón foi interrompido por um golpe militar, seguido por uma ditadura que se esforçou para apagar os vestígios do peronismo da nação. Após a vitória da autoproclamada *Revolução Libertadora* o país imergiu em um longo período de fragilidade governamental e irregularidade democrática acompanhada pela tutela de militares que desconfiavam da capacidade dos civis de gerir o Estado e de lidar com as insatisfações de um operariado que seguia leal ao líder deposto.

O projeto em idealização nascia em um momento de profunda transformação da intelectualidade e das esquerdas radicalizadas que se insurgiam contra governos, civis e militares, considerados ilegítimos. A crise política que afetou o país por quase duas décadas suscitou entre a intelectualidade novas dúvidas e novas certezas, a revista em construção deveria, portanto, dialogar com a percepção de que o presente era um momento de inflexão histórica.

Em carta enviada ao designer e pintor Tomás Maldonado, em 11 de setembro de 1972, Ernesto Sabato comentava sobre o momento em que a Argentina vivia e descrevia os planos e expectativas para a revista no contexto nacional:

[...] o país atravessa uma encruzilhada histórica muito grave e não existe uma publicação que hierarquize as angústias estritamente políticas.

A revista não será eclética, mas estará alheia de todo sectarismo ou dogmatismo. O que não significa que queiramos nos manter à margem do drama contemporâneo. Pelo contrário, a revista nasce da necessidade de participar nesta formidável crise, mas de modo criativo. Porque nesta crise não vêm abaixo apenas as estruturas econômicas clássicas, mas também toda uma série de valores, ideias e ideologias que acreditava-se ser verdades absolutas, igrejas. Por isso penso que é necessário fazer uma espécie de *epojé* [suspensão de juízo] que permita rever tudo sem preconceitos que ceguem. Por isso não queremos que a paixão política intervenha na revista, que influencie na revalorização da arte, literatura e filosofia. Para dizer de modo mais concreto: queremos dar nela o que tem autêntico valor, seja de Soljenitzin, seja do próprio Sholjov.

---

<sup>51</sup> KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 217.

Penso que na história da cultura argentina esta revista deixará um marco.<sup>52</sup>

A revista ainda sem nome surgia com o intuito de atuar nas possibilidades abertas por uma crise que, como veremos, acreditava-se ser generalizada e capaz de afetar todos os aspectos do cotidiano. Ernesto Sabato parecia cético sobre a potencialidade de uma publicação que mobilizasse aquilo que definiu como “paixão política” e preferia colocá-la como algo secundário em meio a uma onda de questionamentos em toda a América Latina, mas reconhecia que o desencadeamento desse processo fora gerado por “angústias estritamente políticas”. Tais angústias dariam a tônica da revista que apareceria apenas sete meses após a carta destinada a Tomás Maldonado.

## **1.2 – Da crise à crisis: intelectuais, radicalização e os imperativos políticos ao projeto editorial**

A “encruzilhada histórica muito grave”, a “formidável crise” e o “drama contemporâneo” aos quais se referiam Sabato na carta de 1972 diziam respeito à intensa mobilização e radicalização política ocorrida na Argentina e que em finais daquele ano e em princípios de 1973 levariam à derrota de uma junta militar que governara o país por quase sete anos. O desenrolar dos eventos ao longo desse período tiveram crucial importância na moldagem das expectativas do público de **crisis** e da equipe editorial que deveria atender as demandas desses leitores.

Em junho de 1966 as forças armadas argentinas derrubaram o presidente Arturo Illia e implantaram um regime ditatorial gerido majoritariamente pelos militares.<sup>53</sup> Inspirada na experiência autoritária brasileira a automeada *Revolução Libertadora* pautou como os seus objetivos o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, esta concebida sobretudo a partir do combate ao comunismo e ao controle do peronismo.

A ditadura deu continuidade à tentativa de modernização da economia nacional iniciada alguns anos antes e se aproximou dos setores corporativos. Em um primeiro momento, o novo governo entregou o Ministério da Economia a grupos liberais-conservadores liderados pelo economista Adalberto Krieger Vasena, que logo tomou medidas impopulares para superar as constantes crises cíclicas que assolavam o país

---

<sup>52</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>53</sup> O regime autoritário constituído entre 1966-1973 foi guiado por três juntas militares encabeçadas por generais que ocuparam a presidência da república, respectivamente Juan Carlos Onganía (1966-1970), Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973).

desde 1955 e reduzir a inflação : cancelou as negociações coletivas entre trabalhadores, governo e patrões, congelou os salários por dois anos, flexibilizou leis de aluguéis que permitiam o desalojamento e facilitou a participação de empresas privadas na exploração do petróleo nacional. As decisões surtiram efeito em um primeiro momento, a inflação caiu e o custo de vida se manteve, mas os gastos governamentais com obras públicas aumentaram, ao passo que os investimentos privados não acompanharam o ritmo esperado e por volta de 1969 o crescimento econômico já apresentava sinais de estagnação, embora não tenha chegado à recessão. Ademais, a heterogeneidade empresarial e as disputas entre os diversos interesses dificultavam a organização de uma ação coletiva por parte do governo.<sup>54</sup>

Esse processo de racionalização da produção e modernização das relações econômicas favoreceu os grandes conglomerados econômicos, sobretudo o capital estrangeiro, e prejudicou os pequenos e médios empresários nacionais, além de diminuir o poder dos sindicatos. O plano econômico desarticulava os pequenos e médios empreendimentos nacionais que haviam prosperado sob o governo peronista nas décadas de 1940 e 1950, representados pela *Confederación General Económica* (CGE), e limitava a atuação do sindicalismo por meio da repressão aos seus membros mais combativos, pelas reconfigurações institucionais, como o fim das decisões paritárias entre trabalhadores e patrões, e pela promoção do surgimento e pulverização de novos sindicatos com o intuito de enfraquecer a unidade peronista.<sup>55</sup>

O governo ditatorial argentino logo dotou o Estado de poderosos instrumentos de intervenção e preencheu seus quadros com técnicos alinhados às diretrizes estabelecidas pela Junta. O dirigismo tecnocrático logo excluiu a maioria da população das discussões sobre as formas de se organizar o país econômica e politicamente, caberia aos militares reestabelecer e garantir a ordem social alterada nas décadas anteriores, ao passo que seus técnicos estruturariam as novas relações econômicas.<sup>56</sup> Para atingir o seu objetivo os

---

<sup>54</sup> Sobre a economia argentina, conferir PORTANTIERO, Juan Carlos. *Economía y Política En La Crisis Argentina: 1958-1973*. In: *Revista Mexicana De Sociología*, vol. 39, no. 2, 1977, p. 531–565. Disponível em: <http://historiasal sociales.uba.ar/files/2015/06/43223-PORTANTIERO-Economia-y-politica-en-la-crisis-argentina-1958-1973-BN.pdf>. Acesso em 27/01/2017.

<sup>55</sup> CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia* (1955-2006). Buenos Aires: Ariel, 2006, p. 40-41.

<sup>56</sup> O politólogo argentino Guillermo O'Donnell cunhou o conceito Estado Burocrático Autoritário para tratar das experiências ditatoriais latino-americanas surgidas a partir da década de 1960. O autor rompeu com a perspectiva de que o desenvolvimento econômico era acompanhado por processos democráticos e buscou pensar como Estados autoritários anulavam os mecanismos de discussão política e democrática para impor reformas econômicas e reordenar a sociedade de acordo com as premissas do grupo no poder. Cf.: O'DONNELL, Guillermo A. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

militares valiam-se da cooptação e da desmobilização dos sindicatos dispostos a aceitar as medidas, de práticas desenvolvimentistas já conhecidas - investimentos em obras públicas, facilitação de acesso ao crédito e incentivos fiscais - e do braço armado do Estado.

O regime respondeu aos opositores e descontentes com violência e repressão, principalmente sindicalistas, estudantes e integrantes de partidos de esquerda. Os grupos que encabeçaram a autoproclamada *Revolução Argentina* carregavam consigo fortes traços nacionalistas, católicos, antiperonistas e anticomunistas. Munido da Doutrina de Segurança Nacional, recém adotada pelas Forças Armadas, o governo combateu incessantemente o chamado inimigo interno: manteve a proscrição do movimento peronista, reprimiu a *Confederación General del Trabajo* (CGT) e a *CGT de los Argentinos* (CGTA)<sup>57</sup>, perseguiu intelectuais críticos e estabeleceu um forte discurso moralista de cunho conservador que visava normatizar os comportamentos, práticas e produções artísticas, condenando a liberdade sexual, as roupas menos tradicionais, os cortes de cabelo não convencionais e a contracultura, acusando-os de deturpar e dismantelar a civilização ocidental cristã. A Junta Militar mesclava em seus discursos e práticas a modernização econômica, o controle social e a promoção da moralidade pública.

Ao mesmo tempo em que subjugou o sindicalismo combativo e apoiou-se na Igreja Católica para disseminar um discurso tradicionalista sobre a sociedade, o governo argentino iniciou uma cruzada para expurgar o comunismo da vida pública, incapaz de discernir o experimentalismo de atitudes voltadas para a transformação revolucionária.<sup>58</sup> O anticomunismo dos grupos no poder associou toda forma de discurso crítico a um suposto perigo vermelho e o principal alvo da repressão estatal foi a universidade,

---

<sup>57</sup> Em 1968 a CGT sofreu uma importante cisão que deu origem à *CGT de los Argentinos*. Os membros da CGTA condenaram as práticas comuns do sindicalismo argentino liderado por Augusto Timoteo Vandor, líder metalúrgico que propunha um movimento peronista afastado de Perón, por vezes nomeado *neoperonismo*, disposto a negociar e pactuar com governos avessos ao peronismo. Liderada por Raimundo Ongaro, a CGTA surgiu como uma proposta mais radical e combativa, composta por sindicatos mais intransigentes, como os portuários, petroleiros e açucareiros, dispostos a lutar contra o regime instituído em 1966 e claramente permeada por grupos e facções de esquerda comumente excluídas do movimento sindicalista argentino. Vandor foi assassinado em 1969 por grupo intitulado Exército Nacional Revolucionário, mas suspeitou-se que a autoria do atentado fosse de uma organização guerrilheira peronista que posteriormente integrou os *Montoneros* e da qual membros da CGTA faziam parte. Em princípios dos anos 1970 a CGTA estava virtualmente derrotada, vítima da brutal repressão governamental.

<sup>58</sup> TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. In: TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 76.

compreendida como um dos polos de disseminação do comunismo e construção de discursos potencialmente danosos e desarticuladores da ordem social. Em 29 de julho de 1966, na chamada Noite dos Cassetetes, a polícia federal argentina invadiu 5 faculdades da Universidade de Buenos Aires ocupadas por professores e estudantes que se opunham à decisão do regime de intervir no ensino superior e desalojou os ocupantes com extrema violência. Além da destruição de vários laboratórios, a polícia prendeu mais de 200 indivíduos. Como resposta à truculência do regime iniciou-se um movimento de pedidos de demissão de professores e cerca de 300 emigraram para continuar seus trabalhos em institutos estrangeiros. Por um curto período de tempo o meio universitário foi esvaziado de seus melhores intelectuais e grupos tradicionalistas e católicos ocuparam este espaço.<sup>59</sup> Posteriormente a esquerda peronista retornaria às cátedras e mais uma vez tornaria a universidade um espaço de resistência ao regime.

Durante seus primeiros anos a Revolução Argentina havia conseguido conter o sindicalismo peronista, reprimir as esquerdas e sufocar parte da intelectualidade crítica, mas no fim da década de 1960 os militares começaram a perder o controle do país. Em maio de 1969 os trabalhadores açucareiros da província de Tucumán ocuparam um engenho em protesto contra salários atrasados. No dia 15 desse mesmo mês os estudantes universitários da cidade de Corrientes convocaram uma marcha contra o reitor da Universidade Nacional do Noroeste, Carlos Walker, responsável pelo aumento do preço do restaurante universitário. Durante o protesto foram confrontados pela polícia que logo abriu fogo e causou a morte do estudante de medicina Juan José Cabral, gerando revolta entre o movimento estudantil.

No mesmo mês a CGTA, a CGT, a Federação Universitária Argentina e os sindicatos da indústria automobilística iniciaram uma série de reuniões para a preparação de uma greve contra as medidas governamentais na cidade de Córdoba. A greve foi deflagrada e em 29 de maio o sindicalista Máximo Mena foi assassinado pelas forças policiais, desencadeando uma verdadeira revolta popular: a repressão nas instituições de ensino e o cerceamento aos sindicatos proporcionou a convergência das lutas de estudantes e trabalhadores. Naquele maio de 1969 universitários e operários da indústria automobilística tomaram o centro cordobês, ergueram barricadas e iniciaram um longo confronto com as forças policiais. O exército foi chamado para conter a revolta e durante

---

<sup>59</sup> Sobre a Noite dos Cassetetes, conferir MORERO, Sergio. *La noche de los bastones largos*. Buenos Aires: EUDEUBA, 2016.

dois dias manifestantes e o aparato repressor estatal se chocaram e trocaram disparos. A situação só foi controlada na tarde de 31 de maio, com o saldo de 14 mortos, 500 feridos e 300 pessoas detidas. O *Cordobazo*, como ficou conhecido, deu início a um intenso processo de mobilização social que se estendeu até 1975.<sup>60</sup> Parte da esquerda que se reorganizava compreendeu o conjunto de acontecimentos como uma situação pré-revolucionária, um momento propício a transformação radical da sociedade argentina.

Um movimento semelhante ocorreu em Rosário. Em maio os estudantes já haviam se chocado com a polícia, resultando na morte do secundarista Luis Norberto Blanco. No mês de setembro uma greve de ferroviários convulsionou a cidade e durante dois dias os manifestantes controlaram o centro urbano. Dois anos depois, em 1971, Córdoba voltou a ser palco de novos enfrentamentos e em 1972 Mendoza foi sacudida por uma nova mobilização, no qual se percebeu a crescente participação da esquerda armada. Entre 1969 e 1972, Tucumán, então a província mais importante do norte da Argentina, foi palco de revoltas estudantis e proletárias, resultado não apenas da repressão, mas também da modernização produtiva da indústria açucareira e do fechamento de diversos engenhos que causaram a desagregação de comunidades inteiras que viviam desta atividade.<sup>61</sup>

Os conflitos em questão demonstravam a insatisfação popular com o regime autoritário vigente e os ajustes econômicos que a modernização capitalista liberal exigia, mas possuíam também raízes no processo de marginalização política do peronismo iniciado em 1955, após a vitória da autoproclamada Revolução Libertadora, e no crescimento relativo das esquerdas.

Após a proscrição do maior movimento de massas da história argentina contemporânea e do exílio de seu líder os trabalhadores e os grupos simpáticos ao peronismo exerceram uma complexa e cambiante operação política que envolvia desde a resistência violenta às autoridades, sobretudo após os primeiros anos da derrocada do

---

<sup>60</sup> Horacio Tarcus analisa a recepção do maio de 1968 francês na Argentina a partir da experiência do Cordobazo. Para o autor, o “maio argentino” de 1969 integrou um processo de revolta estudantil e questionamento do status quo vigente na Europa e nos Estados Unidos, mas teria um caráter mais massivo que os levantes europeus, “um pouco mais proletário e mais plebeu”, dada a participação de sindicatos combativos e da tomada da cidade de Córdoba por elementos populares. Além disso, se o maio francês foi encerrado pela vitória parlamentar de De Gaulle, na Argentina o processo desencadeado acabou por enfraquecer o regime ditatorial.

Entretanto, Tarcus ainda aponta para uma recepção negativa do maio francês por parte dos setores tradicionais do peronismo que o associavam com uma revolta elitista por parte dos estudantes e um movimento antinacionalista. Cf.: TARCUS, Horacio. El Mayo argentino. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año IX, n. 24, octubre 2008, p. 161-180.

<sup>61</sup> Sobre os chamados *Tucumanazos*, conferir NASSIF, Silvia. *Tucumanazos: una huella histórica de luchas populares (1969-1972)*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, 2013.

governo peronista, até a pressão política via greve e negociação. O fechamento dos canais institucionais em 1966 e o estabelecimento de um governo abertamente hostil ao peronismo radicalizou uma parcela da juventude e um movimento operário que, por vezes, estava disposto a fechar acordos com o governo em detrimento das ordens de suas lideranças ortodoxas no exterior. Os líderes sindicais Augusto Vandor e José Alonso estavam dispostos a disputarem a hegemonia do movimento no país por meio da colaboração com o governo militar e com o combate às tendências de esquerda que surgiam dentro do peronismo.

Esse processo foi acompanhado por um crescimento e reorganização das esquerdas argentinas por caminhos distintos, mas que acabavam por se cruzar. A primeira reorientação partiu de um embate entre as elites letradas. Intrigada pela força do peronismo, uma parcela da intelectualidade tentou compreender o movimento após a sua derrota institucional e as razões para a sua persistência entre os trabalhadores. Intelectuais como Ernesto Sabato e Ezequiel Martínez Estrada deixaram de lado o antiperonismo, embora não a crítica ao movimento, e iniciariam uma polêmica com colegas que exerceram oposição ao regime durante toda a sua existência, sobretudo aqueles ligados à revista *Sur*, acusando-os de não compreender o fenômeno devido às suas concepções elitistas.

Não tardou para que essa reavaliação do peronismo golpeasse também as esquerdas. O golpe de 1955 foi apoiado por importantes forças desse espectro, como o Partido Socialista e, em menor escala, o Partido Comunista, que qualificavam o governo peronista como fascista, totalitário e demagógico. Entretanto, esses setores depararam-se com um movimento operário que mantinha sua lealdade ao líder exilado e que muitas vezes estava disposto a colocar em risco a própria integridade em nome de Perón. Alguns indivíduos como Jorge Abelardo Ramos, em diálogo com o trotskismo, Rodolfo Puiggrós e Jorge Enea Spilimbergo, expulsos do Partido Comunista, releram o peronismo a partir de Lenin e Trotsky e buscaram encaixá-lo como uma etapa necessária para a revolução socialista, perceberam-no como a principal força capaz de executá-la e reconheceram o papel do nacionalismo nas lutas revolucionárias do Terceiro Mundo. Ao lado de outros nomes, como Juan José Hernández Arregui, esses intelectuais constituíram o que ficou conhecido como a Esquerda Nacional ou a Nova Esquerda. Embora tenham fracassado em constituir uma força política autônoma, partidos bem estruturados e expressivos entre a classe trabalhadora, essa intelectualidade encontrou um importante espaço de expressão

em meio à discussão ideológica das esquerdas e soube encontrar um nicho significativo no mercado editorial e nos aparatos da cultura, bem como nas universidades. Suas obras contribuíram para a formação política e ideológica da juventude radicalizada dos anos 1960 e 1970.<sup>62</sup>

Se os setores da esquerda cresciam às margens do peronismo, embora em contato com o mesmo, o próprio movimento passou por uma profunda transformação. Desde o seu princípio o peronismo havia impactado setores das mais diversas orientações políticas na Argentina e incorporou em seu seio indivíduos que iam da extrema-direita à extrema-esquerda, muitas vezes em claro conflito. O exílio de Perón e a proscricção do movimento abriram espaço para uma pluralização de interpretações e para o surgimento de novas lideranças que buscavam firmar-se a partir da legitimidade que o peronismo havia construído junto às massas. A partir de Puerta de Hierro, na Espanha, o líder desterrado operava uma delicada diplomacia na qual fomentava os diversos grupos que agiam em seu nome e disputava a liderança do movimento com os mesmos: legitimava as novas práticas que surgiam para contestar os governos que seguiram e tentava disciplinar seus seguidores a partir da ortodoxia do que chamava “doutrina peronista”, apoiava as lideranças locais que mantinham vivas as lutas sindicais e as desqualificava para evitar a perda de protagonismo.

Alguns dos grupos surgidos nesta pulverização de autoridade do peronismo deslocaram-se progressivamente para a esquerda. Tal oscilação foi especialmente impulsionada por um antigo deputado peronista conhecido por seu radicalismo, John William Cooke, que ao longo de seus mandatos foi um fervoroso defensor das políticas nacionalistas, do conflito com as elites oligárquicas que se opunham governo e um crítico da burocracia que, ao seu ver, impedia o aprofundamento da revolução peronista. Após a vitória da Revolução Libertadora Cooke foi designado por Perón como seu representante

---

62 Sobre a Esquerda Nacional conferir ALTAMIRANO, Carlos. Peronismo y cultura de izquierda en la Argentina (1955-1965). In.: \_\_\_\_\_. Peronismo y cultura de izquierda. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p. 61-99.

RIBADERO, Martín. Tiempo de profetas: Ideas, debates y labor cultural de la izquierda nacional de Jorge Abelardo Ramos (1945-1962). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017; TORTTI, María Cristina. La izquierda socialista argentina a principios de los sesenta: Entre la política electoral y el insurreccionalismo. V Jornadas de Sociología de la UNLP, 10, 11 y 12 de diciembre de 2008, La Plata, Argentina. EN: Actas. La Plata: UNLP. FAHCE. Departamento de Sociología. Disponible em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.6334/ev.6334.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.6334/ev.6334.pdf). Acesso em: 14/12/2018; TORTTI, María Cristina. La nueva izquierda en la historia reciente de la Argentina. Cuestiones de Sociología, n. 3, 2006, p. 19-32; TORTTI, María Cristina. Che, una Revista de la Nueva Izquierda (1960-1961). Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2014.

na Argentina, organizou a resistência política e armada contra o regime, foi encarcerado e após a fuga da prisão continuou a agir no exterior. Durante o seu exílio em Cuba John William Cooke se aproximou do internacionalismo revolucionário cubano, do terceiro-mundismo e passou a associar o peronismo à revolução socialista. Toda a sua atuação posterior girou em torno da conciliação entre o movimento de massas argentino e as lutas revolucionárias e anticoloniais do Terceiro Mundo. Com respaldo duvidoso de Perón, Cooke foi um dos responsáveis por popularizar uma perspectiva radical à esquerda do peronismo.

No plano intelectual, a universidade passou a ser um espaço de articulação entre as esquerdas e o peronismo. Após o seu desmonte em 1966 e o seu preenchimento com setores conservadores, o meio universitário viu um crescimento de intelectuais e grupos de esquerda mais radicais e combativos e um avanço de discursos alinhados com o nacional-populismo e com o anti-imperialismo, bem como a expansão do peronismo no movimento estudantil.<sup>63</sup> Como veremos, o surgimento das chamadas Cátedras Nacionais na Universidade de Buenos Aires entre 1968 e 1972 potencializou a reflexão sobre os problemas nacionais, a revalorização do peronismo como movimento importante no longo processo histórico de libertação nacional e a confluência entre peronismo, marxismo e cristianismo.

Fica claro então que as esquerdas argentinas proliferaram e cresceram sobretudo a partir de uma aproximação com o peronismo, seja pela atuação em sindicatos que abriam espaço para alguns radicalismos, pelo trabalho de base por meio da Juventude Peronista ou pelas comunidades católicas que rompiam com a ortodoxia e se aproximavam das decisões do Concílio Vaticano II, da Igreja dos pobres e da Teologia da Libertação. Em síntese, as redes que compuseram a Nova Esquerda e o peronismo revolucionário provieram majoritariamente de militantes marxistas que romperam com os partidos de esquerda tradicionais, ativistas proletários que desenvolveram práticas anticapitalistas, nacionalistas revolucionários e anti-imperialistas, líderes e grupos de base do cristianismo pós-concílio e militantes que não pertenciam aos partidos

---

<sup>63</sup> TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. In: TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 77.

tradicionais.<sup>64</sup> Entre esses grupos surgiram as organizações armadas que atuaram contra o Onganiato e que ganharam cada vez mais espaço após os levantes de 1969.

A opção pela via armada já havia sido colocada entre as esquerdas argentinas em princípios dos anos 1960. A vitória da Revolução Cubana em 1959 e o apoio que a ilha concedeu aos movimentos guerrilheiros latino-americanos, como na Venezuela e Guatemala, tiveram profundo impacto no Cone Sul, sobretudo quando os golpes de estado impossibilitaram a via eleitoral. Uma parte desta chamada Nova Esquerda que surgia se desvinculou da democracia representativa ou formal, considerada decadente e mero instrumento da burguesia nacional, e, fascinada pelas guerras de libertação na África, pela vitória cubana e pelo avanço vietnamita contra o exército estadunidense, optou por tentar transformar o mundo por meio do fuzil. Em Frantz Fanon, principalmente na leitura do primeiro capítulo de *Os condenados da terra*, intitulado “Da violência”, e posteriormente no posicionamento de Sartre, esta esquerda encontrou a base da legitimação do uso da violência como instrumento de mudança social.<sup>65</sup>

Em 1959 surgiu a primeira guerrilha peronista, os Uturuncos. Em 1963 o grupo guerrilheiro urbano de extrema direita Movimento Nacionalista Tacuara, de orientação falangista, sofreu sucessivas frações após alguns de seus membros se aproximarem da juventude peronista e de algumas centrais sindicais, dando origem ao Movimento Nacionalista Revolucionário Tacuara (MNRT), que rompeu com a Igreja, com o antissemitismo e com a xenofobia do movimento precedente. Desse grupo surgiram vários militantes que se lançaram à luta armada. A partir de 1967 proliferaram os grupos armados entre a esquerda e o movimento peronista, como as Forças Armadas Peronistas, as Forças Armadas Revolucionárias e os Descamisados, supostos responsáveis pelo assassinato de Vandor. Em 1970 nasceram os dois principais movimentos guerrilheiros argentinos, os *Montoneros*, que absorveram os grupos mencionados, e o Exército

---

<sup>64</sup> Para uma boa síntese sobre a radicalização do peronismo e seu giro à esquerda conferir BOZZA, Juan A. El peronismo revolucionario. Itinerario y vertientes de la radicalización, 1959-1969. *Sociohistórica*, 2001, n. 9-10, p. 135-169. Sobre Cooke, conferir RECALDE, Aritz. El exilio y el encuentro con la Revolución Cubana; Camino a la revolución: teoría y organización del Peronismo para la toma del poder. *El pensamiento de John William Cooke en las Cartas a Perón (1956-1966)*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2009, p. 120-133; 174-199 e PACHECO, Julieta. *Genealogía de la izquierda peronista. Los planteos pragmáticos de John William Cooke*. Disponível em: <http://razonyrevolucion.org/genealogia-de-la-izquierda-peronista-los-planteos-programaticos-de-john-william-cooke-julieta-pacheco/>. Acesso em: 20/02/2018.

<sup>65</sup> Cf. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. O prefácio de Sartre à obra de Fanon foi duramente criticado por dar demasiada importância à questão da violência revolucionária e simplificar o restante de seu pensamento.

Revolucionário do Povo (ERP).<sup>66</sup> Em junho desse ano os *Montoneros* sequestraram e assassinaram o general e ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu.<sup>67</sup> Seu justicamento evidenciava que mesmo os mais poderosos não estavam imunes a uma violência revolucionária que possuía, ainda que de maneira limitada, certo respaldo social. Pouco depois as Forças Armadas Revolucionárias tomaram a pequena cidade de Garín, seguidos pelos *Montoneros*, que ocuparam a cidade de La Calera. No mesmo ano o ERP tomou de assalto um quartel em Rosário e assassinou dois policiais. A violência desencadeada não se restringia à espontaneidade dos grandes protestos que tomavam o país e que se defendiam das forças da ordem, tampouco era esporádica e assistemática como aquela praticada pela resistência peronista dos anos 1950: a luta armada dessa esquerda de finais dos anos 1960 e princípios dos anos 1970 era organizada, planejada e dirigida contra os inimigos das suas respectivas organizações. Os enfrentamentos com as forças armadas, sequestros de figuras importantes, as tomadas de cidades – conhecidas como *copadas* – e expropriações de bancos cresceram até 1973, momento em que restringiram as suas atividades frente ao novo governo, retomaram a luta em 1974 e declinaram no ano

---

<sup>66</sup> Nascidos em 1970 os *Montoneros* eram compostos por diversas organizações de esquerda, sobretudo da militância católica. Posteriormente conseguiram se inserir no movimento peronista e engrossar suas fileiras. Já o Exército Revolucionário do Povo nasceu do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, criado por Mario Roberto Santucho, de orientação trotskista. Em 1968 o Partido optou pela via armada e um de seus principais quadros, Nahuel Moreno, abandona a organização. A guerrilha foi levada a cabo a partir de 1970, quando o ERP surge de fato, e foi desmantelada em 1975 em Tucumán por meio da Operação Independência, plano levado a cabo pelas Forças Armadas para aniquilar o foco guerrilheiro e seus apoiadores. A produção bibliográfica sobre a guerrilha argentina é vasta e passou por períodos distintos. Na década de 1980, os montoneros foram tratados como vítimas do último regime militar daquele país, posteriormente as análises se tornaram mais complexas. A década de 1990 foi marcada por uma perspectiva militante que buscava restituir as identidades apagadas das vítimas da violência paramilitar e estatal, ao passo que também incorporava uma autocrítica e reconhecimento dos erros dos antigos combatentes, um verdadeiro balanço sobre a derrota do projeto revolucionário, justamente em um momento em que a queda da União Soviética obrigava a esquerda a se repensar. Posteriormente, a academia argentina paulatinamente abandonou certas perspectivas que reduziam a luta armada a uma gesta heroica para compreender o projeto político montonero e a escolha pela violência como instrumento de ação no espaço público.

Entre as referências indicamos DE SANTIS, Daniel. *A vencer o morir. Historia del PRT-ERP*. Mérida: Nuestra América, 2004; SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas. La guerrilla marxista en Argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2004; GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: historia crítica sobre los Montoneros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012; CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011. Por sua vez, Slipak faz uma excelente síntese da produção de trabalhos sobre o tema e analisa os aspectos discursivos dos *Montoneros*, SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras: cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

<sup>67</sup> O general Aramburu foi um dos principais nomes da chamada Revolução Libertadora de 1955 que derrubou o presidente Juan Domingo Perón. Os *Montoneros* que assassinaram o militar legitimaram o feito como justicamento pelos fuzilamentos de 18 militares e 15 civis que se levantaram contra o governo golpista em 1956. Sobre este episódio, cf.: WALSH, Rodolfo. *Operação Massacre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

seguinte, quando a repressão finalmente começou a destruir as células guerrilheiras com significativos resultados.<sup>68</sup>

A partir de 1969 a Junta Militar perdeu o controle do país. No exterior, Perón alimentava discursivamente as alas mais radicais do movimento que optaram pelas armas. Seu intuito era fortalecer os setores irredutíveis e frustrar as tentativas de negociação que excluíssem o seu retorno ao país. Com o objetivo de derrotar os militares e solapar os neoperonistas que buscavam substituí-lo, o líder exilado incorporou a Tendência Revolucionária, nomenclatura dada aos movimentos armados do peronismo, ao Conselho Nacional Justicialista em 1972.

A aposta do velho comandante foi bem-sucedida. O neoperonismo, a tentativa de construção de um sindicalismo peronista sem a sua tradicional liderança, definiu e a demanda pelo retorno de Perón tornou-se novamente central ao movimento. Os assassinatos de Vandor e Alonso pelos movimentos armados privaram o peronismo independente de seus principais líderes. O governo militar perdeu, então, o seu canal de negociação com o movimento operário e precisou lidar com um sindicalismo majoritariamente combativo composto pela velha guarda peronista, por trabalhadores fiéis à memória do líder e pelo peronismo de esquerda radicalizado em armas. Um segundo levante em Córdoba no ano de 1971, o *Viborazo*, deixou evidente o caráter classista, insurrecional e combativo do movimento operário livre de suas lideranças conciliadoras.<sup>69</sup> Como era comum na Argentina pós-1955 havia, mais uma vez, a percepção generalizada de que o país era ingovernável sem a participação de Perón e dos peronistas.

A escalada da violência revolucionária criou a impressão de que o governo era incapaz de responder aos ataques e que a guerrilha era, portanto, eficaz. A repressão aberta exercida por um governo impopular criava mártires entre guerrilheiros que

---

<sup>68</sup> Sobre a repressão, o terrorismo de Estado e a atuação de grupos paramilitares, conferir FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión” (1973-1976)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012; ÁGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo (coord.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina*. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016; ÁGUILA, Gabriela. Represión clandestina y discursos públicos: los informes oficiales sobre “la lucha antiterrorista” en los años iniciales de la dictadura argentina. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 64, n.2, p. 71-95, jul./dez. 2016; ÁGUILA, Gabriela. La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas regionales. In.: ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano (comps.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 97-121.

<sup>69</sup> CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia (1955-2006)*. Buenos Aires: Ariel, 2006, p. 44.

gozavam, até 1973, de certo respaldo da sociedade. Para combatê-los os militares lançaram mão de estratégias ainda mais obscuras, como o sequestro e a desapareição. Essas práticas permaneceram após o retorno à frágil democracia e serviram para que o governo peronista e, posteriormente, os militares eliminassem os seus inimigos. Naqueles anos de 1970-1973, entretanto, a luta armada parecia destinada ao sucesso e alarmava os setores da população argentina. Conservadores, liberais, progressistas e antigos inimigos do peronismo passaram a conceber a volta de Perón como única forma de manter a ordem e evitar uma revolução.

Esses mesmos grupos abandonaram as fileiras de apoio ao governo. O empresariado argentino médio, descontente com as medidas que favoreciam a competição estrangeira, simpatizou com o retorno do peronismo, com o protecionismo e com o controle do movimento sindical associados ao movimento. O desenrolar da crise tampouco agradou os liberais que sustentavam o projeto de modernização. A instabilidade política levantou suspeitas entre o capital estrangeiro, suscitou a redução do investimento privado e do crescimento econômico. A resposta dos militares foi o retorno da intervenção estatal acompanhada de uma maior atenção para os programas sociais. A medida não foi suficiente para domar os protestos dos trabalhadores, provocou o aumento da inflação e causou insatisfação entre liberais que passaram a buscar outras soluções para a crise. A deterioração da economia, o aumento dos preços e a diminuição dos salários minaram o apoio concedido pelas classes médias e pelos setores progressistas, estes também alarmados com o endurecimento político e com a repressão no âmbito da cultura.

Acossados pelo crescimento da insatisfação popular e pela radicalização das esquerdas, os militares organizaram a sua retirada: em finais de 1970 uma frente multipartidária conformada pela União Cívica Radical do Povo e pelos partidos Justicialista e Socialista, entre outros, apresentou ao governo um documento chamado *A Hora do Povo* e exigia eleições diretas imediatas, sem proscricões. O general Levingston, sucessor de Onganía, associado aos setores nacionalistas e desenvolvimentistas da sociedade argentina, foi incapaz de costurar uma aproximação com os partidos políticos que exigiam uma saída eleitoral. Seu fracasso serviu para que a União Cívica Radical do Povo (UCRP), representada por Ricardo Balbín, e o Partido Justicialista, sob direção de Jorge Daniel Paladino, porta voz de Perón, construíssem um acordo histórico.

O malogro custou a Levingston o seu cargo, afastado pelo comandante em chefe do exército, Agustín Lanusse, que assumiu a frente do Estado e organizou a transição sob

grande rechaço popular. A mudança proposta pelos militares, concretizada no chamado Grande Acordo Nacional, pressupunha um controle sobre o próximo governo eleito e a proibição da candidatura de Perón, e logo fracassou frente a oposição unificada de radicais e peronistas.

Frente à nova derrota a Junta Militar realizou uma reforma constitucional em 1972 e convocou eleições diretas para o ano seguinte. Em 11 de março de 1973, Héctor Cámpora, candidato de Perón pelo Partido Justicialista, e Ricardo Balbín da União Cívica Radical receberam a maior quantidade de votos e se qualificaram para disputar o segundo turno. Balbín retirou a sua candidatura e Cámpora foi proclamado presidente. Ao longo de seu curto mandato, iniciado em 25 de março, o justicialista alterou a cúpula das Forças Armadas, libertou presos políticos, concedeu cargos públicos à esquerda peronista e restaurou relações diplomáticas com o governo cubano, rompidas pela Revolução Argentina. Juan Domingo Perón finalmente retornou à Argentina em 20 de junho de 1973. No dia 13 de julho deste mesmo ano Cámpora e seu vice-presidente, Vicente Solano Lima, renunciaram ao cargo, novas eleições foram convocadas e em 23 de setembro Perón foi eleito presidente e a sua esposa, María Estela Martínez de Perón, ocupou a vice-presidência. Os militares, humilhados pela derrota, toleraram o retorno do líder exilado e apostaram em sua figura para controlar os setores mais radicalizados. Se uma parcela da esquerda via em Perón a liderança capaz de guiar o país a uma revolução, os conservadores, por sua vez, viam nele o homem forte capaz de manter a ordem.

Federico Vogelius certamente estava atento ao panorama argentino e internacional no momento em que **crisis** tomava corpo. Consciente da expansão das esquerdas no campo cultural e entre a intelectualidade, bem como do descrédito do ideário e das práticas liberais em seu país, Vogelius buscava alguém mais sintonizado com o discurso contestatário em voga para compor a direção de sua revista. A publicação que o empresário tinha em mente devia responder a um público mais amplo e a um mercado ávido por debater a cultura nacional, os movimentos de libertação nacional do chamado Terceiro Mundo e o intenso período pelo qual passava a sociedade argentina.

Embora famoso por sua obra e já reconhecido como grande escritor, Ernesto Sabato não conformava este perfil. O autor foi um grande antagonista da intelectualidade liberal que não desejou ou não conseguiu reler o processo peronista de forma crítica, mas era um duro crítico do peronismo e havia se afastado das esquerdas, sobretudo do Partido Comunista, já na década de 1930, desiludido com o fenômeno stalinista na União

Soviética. Além disso, Sabato e Abel Posse desejavam uma revista voltada para a alta cultura. Em começos de 1973 Julia Constenla encontrou um meio de preencher essa lacuna.

### **1.3 – A vocação latino-americanista: Julia Constenla, Eduardo Galeano e o nascimento de uma nova revista**

A escolha por Julia Constenla, com o aval de Sabato, inicialmente possuía um aspecto técnico, dada a sua experiência em revistas de grande circulação. Entretanto, a jornalista trazia consigo um longo histórico de militância entre as esquerdas. Como mencionado, Constenla foi uma das fundadoras, em 1960, a revista *Che*, ligada aos setores mais radicalizados do socialismo e comunismo que, inspirados pela Revolução Cubana, associaram a luta nacional aos processos de libertação e descolonização do chamado Terceiro Mundo, como Argélia e Congo.

Os membros de *Che* buscavam uma saída à esquerda para o que percebiam como uma crise política pela qual passava o país. Crítica ao desenvolvimentismo de Arturo Frondizi<sup>70</sup>, essa esquerda tentava, por um lado, cooptar o movimento operário peronista, organizado e combativo, e compreender o fenômeno de massas que ainda movia a vida argentina. A vida do periódico seria curta, encerrado em novembro de 1961, mas entre os seus participantes estariam diversos indivíduos que integrariam a esquerda peronista e os seus referenciais, como Rodolfo Walsh, Arturo Jauretche, John William Cook e Francisco Urondo.<sup>71</sup>

A experiência em *Che* permitiu a Chiquita construir uma ampla rede de contatos entre a militância de esquerda. Ainda em 1961 a jornalista havia entrevistado o revolucionário Ernesto Che Guevara na Conferência de Punta del Este, Uruguai, e, posteriormente, tornou-se amiga pessoal de sua mãe, Celia de la Serna. Ambos teriam biografias publicadas por Constenla. Ademais, Julia Constenla aproximou-se de Rogelio

---

<sup>70</sup> O presidente Arturo Frondizi, governante pela União Cívica Radical entre 1958 e 1962, foi visto por peronistas e por parte da intelectualidade de esquerda como uma alternativa progressista dada a sua militância marcada pelo discurso de teor nacionalista. Para a decepção desses setores Frondizi manteve a proscrição do peronismo e tentou impulsionar a indústria pesada argentina por meio da abertura ao capital estrangeiro. Em 1960, nas eleições para o legislativo, os peronistas retiraram o seu apoio a Frondizi. O processo ficou popularmente conhecido como “a traição de Frondizi”.

<sup>71</sup> Sobre *Che* e a nova esquerda conferir TORTTI, María Cristina. La nueva izquierda a principios de los ‘60: socialistas y comunistas en la revista *Ché, Estudios Sociales. Revista Universitaria Semestral*, Año XII, Nº 22-23, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 2002, p. 145-162 e TORTTI, María Cristina. *Che. Una revista de la nueva izquierda (1960-1961)*. Buenos Aires: CeDInCi, 2013.

García Lupo, correspondente do semanário uruguaio *Marcha*, membro da já mencionada *Prensa Latina* e um dos responsáveis por articular o jornal da *CGT de los Argentinos*.

Constenla possuía, portanto, um profundo conhecimento sobre a esquerda que ganhava protagonismo a partir da onda de protestos iniciadas em 1969, além de circular entre a intelectualidade que figurava entre os catálogos de livros mais vendidos na Argentina das décadas de 1960-1970. Frente à estagnação da revista idealizada por Sabato, a jornalista sugeriu ao mecenas o nome de um jovem e talentoso uruguaio que despontava, Eduardo Galeano, com quem havia trabalhado brevemente em *Che* treze anos antes do surgimento de **crisis**.

Eduardo Germán María Hughes Galeano (1940-2015) nasceu em Montevideu, filho mais velho de Eduardo Hughes Roosen e Licia Esther Galeano Muñoz. Membro de um ramo de classe média de uma família renomada no Uruguai, Eduardo estudou na Escola Inglesa no bairro de Pocitos e abandonou os estudos formais ainda jovem. A partir de então começou a trabalhar para ajudar sua família financeiramente e, em 1955, passou a integrar *El Sol*, semanário do Partido Socialista do Uruguai, onde iniciou sua trajetória no jornalismo. Levado ao partido por Guillermo Chifflet<sup>72</sup>, passou a escrever notas e desenhar caricaturas para o semanário, assinadas como *Gius*, forma como os uruguaios pronunciavam seu sobrenome Hughes.

Na Casa do Povo, sede do PSU, Eduardo Galeano, ainda adolescente, testemunhou os debates entre Emílio Frugoni, fundador do partido e importante referência para o socialismo uruguaio, além de primeiro deputado socialista na história do país, e indivíduos mais novos, como Vivián Trías, José Díaz e Raúl Sendic, os quais conformariam a renovação da esquerda uruguaia em finais dos anos 1950 e princípios da década de 1960, marcada pela crítica ao modelo soviético e pela experiência cubana, combinando o discurso anti-imperialista com uma retórica revolucionária de libertação nacional e continental.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup>Guillermo Chifflet (1927 - 2020) foi um importante membro do Partido Socialista do Uruguai e deputado pelo partido diversas vezes após a redemocratização do país, em 1985. Renunciou ao seu mandato em 2005 após a Frente Ampla apoiar o envio de tropas uruguaias para a ocupação do Haiti.

<sup>73</sup> Em 1962 Emílio Frugoni, notável defensor de uma concepção socialista democrática, envolveu-se em uma polêmica interna no Partido Socialista em relação às estratégias adotadas para a disputa eleitoral e deixou a instituição no ano seguinte. Vivian Trías e José Díaz, mais próximos ao marxismo-leninismo, hegemonizariam o partido ao longo da década. Por sua vez, Raúl Sendic, profundamente influenciado pela Revolução Cubana e por sua militância entre trabalhadores canavieiros, afastou-se do PSU e, posteriormente, fundou a Frente de Libertação Nacional – Tupamaros, grupo revolucionário que adotou a ação armada como uma das formas de chegar ao poder.

Após uma tentativa de suicídio em 1959 e uma breve estadia em Buenos Aires, onde trabalhou no semanário *Che* ao lado de Julia Constenla<sup>74</sup>, Galeano retornou a Montevideu e foi admitido em um concurso para o departamento de publicações da Universidad de la República, emprego que garantiu seu sustento até 1973. Em 1961, passou a integrar a redação de *Marcha*, importante semanário da esquerda uruguaia e latino-americana. Para Claudia Gilman, o semanário conformava um espaço de legitimidade política e cultural, construiu os principais sistemas de relações intelectuais do Uruguai e deu origem a um horizonte de conteúdos e normas ideológicas e políticas que se tornaram presentes no espaço público.<sup>75</sup> Em consonância, Mateus Fávaro aponta para a importância de *Marcha* na constituição de uma rede de intelectuais no Rio da Prata e como veículo de congregação das esquerdas.<sup>76</sup>

Seu diretor, o advogado e jornalista Carlos Quijano, começou a renovar o periódico frente às transformações das esquerdas desencadeadas pelo golpe de estado na Guatemala que havia derrubado o presidente Jacobo Arbenz Guzmán em 1954 e pela vitória da Revolução Cubana em 1959. Para tanto, Quijano incorporou novos indivíduos e Eduardo Galeano, com apenas 21 anos, foi escolhido como secretário de redação, cargo que ocupou até 1964.<sup>77</sup> *Marcha* passava por um processo de mudança para conseguir atrair uma parte da nova intelectualidade, deu oportunidade para jovens escritores e se modificou estilisticamente ao conceder maior protagonismo a seus cronistas, introduzir em suas notas um perfil ficcional-narrativo e dar lugar para impressões subjetivas dos autores<sup>78</sup>, acompanhando a tendência de renovação trazida pelo chamado novo jornalismo estadunidense. Em termos de conteúdo, o semanário passou a abordar temas como as lutas anticoloniais na África e Ásia, os processos revolucionários latino-americanos, o

---

<sup>74</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: LP&M, 2008, p. 169-170. *Dias e noites* é um livro permeado por relatos pessoais e de terceiros, bem como crônicas fictícias, comumente colocado dentro da categoria *literatura de testemunho* por tratar da violência, da repressão e do terrorismo de estado das ditaduras sul-americanas.

<sup>75</sup> GILMAN, Claudia. “Política y cultura en los 60. El semanario *Marcha*”. Informe final Beca de Iniciación CONICET, 1990, p. 3. Disponível em: [https://www.academia.edu/1139301/El\\_semanario\\_Marcha\\_a\\_partir\\_de\\_los\\_a%C3%B1os\\_sesenta\\_info\\_rme\\_Conicet\\_a%C3%B1o\\_1990](https://www.academia.edu/1139301/El_semanario_Marcha_a_partir_de_los_a%C3%B1os_sesenta_info_rme_Conicet_a%C3%B1o_1990). Acesso em: 20/02/2017.

<sup>76</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em *Marcha* e *Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974)*. 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 21.

<sup>77</sup> KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 118.

<sup>78</sup> GILMAN, Claudia. “Política y cultura en los 60. El semanario *Marcha*”. Informe final Beca de Iniciación CONICET, 1990, p. 6-7.

desenvolvimento da Revolução Cubana e as disputas pela hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética.

Galeano começou a escrever suas primeiras reportagens e crônicas no periódico, tornando-se um escritor reconhecido nas margens do Rio da Prata. Ali Galeano compartilhou a redação com alguns dos principais intelectuais uruguaios e latino-americanos, como Emir Rodríguez Monegal e Ángel Rama, além de criar fortes vínculos com Mario Benedetti e Juan Carlos Onetti. Ao lado de Quijano, Onetti seria a outra grande inspiração profissional do futuro diretor de *crisis*.<sup>79</sup> Em Montevideo o escritor iniciante levava os seus próprios textos para que Onetti os avaliasse.<sup>80</sup> Para Galeano o então velho escritor era, segundo Ruffinelli, seu grande modelo literário e sua obsessão.<sup>81</sup> Até o fim de suas respectivas vidas os três personagens permaneceriam amigos. O semanário montevidense serviria como modelo para o projeto editorial que Galeano dirigiria na Argentina e forneceria também alguns de seus melhores quadros.

O trabalho no jornal, primeiro como redator e depois como colaborador, permitiu a Eduardo viajar por vários países e conhecer a América Latina. As crônicas de Galeano, publicadas em partes no semanário, integravam o projeto latino-americanista que ganhava corpo em *Marcha*, sobretudo a partir das reflexões de Arturo Ardao e Ángel Rama.<sup>82</sup> Os textos contribuía para saciar a demanda do público leitor por conhecer as realidades de outros países que ganhavam diversas páginas e análises no periódico. Eles permitiam ao leitor urbano de Montevideo um acesso a uma realidade distinta da sua: semelhante a certos estereótipos recorrentes sobre a América Latina presentes em *Marcha*<sup>83</sup>, os textos

---

<sup>79</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle, l. 1120.

<sup>80</sup> GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2016, p. 171-172.

<sup>81</sup> RUFFINELLI, Jorge. Eduardo Galeano: el hombre que rechazaba las certezas y las definiciones. *Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 281 octubre-diciembre, 2015 p. 133.

<sup>82</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 401-402.

<sup>83</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 403-404.

de Galeano retratavam a zona rural, a selva, os Andes, os camponeses, os *gauchos*, os índios ou os favelados brasileiros.<sup>84</sup>

O jovem jornalista possuía uma curta estadia em Buenos Aires, em idos de 1960, mas a partir de 1963 começou a viajar incessantemente. Naquele ano visitou a China popular e entrevistou o primeiro ministro Zhou Enlai, experiência logo transformada em livro. Em abril de 1964 viajou para o Brasil a pedido de Carlos Quijano para entrevistar Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e o deputado Bilac Pinto pouco após o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. As andanças de 1964 o levaram ainda a Cuba, onde descreveu o cotidiano da ilha revolucionária com entusiasmo e entrevistou Che Guevara. Dois anos depois Galeano partia para a Espanha e entrevistaria Juan Domingo Perón.

A Guatemala foi o seu destino em 1967. O uruguaio entrou em contato com as Forças Armadas Rebeldes, a primeira organização guerrilheira guatemalteca, e cruzou as selvas e montanhas do país por dias para entrevistar o comandante César Montes.<sup>85</sup> Ainda em 1967, Galeano foi enviado por *Marcha* para cobrir a preparação das eleições paraguaias orquestrada por Alfredo Stroessner. Essa viagem, feita ao lado de um camponês guarani, rendeu os primeiros parágrafos do capítulo sobre a Guerra do Paraguai de *As veias abertas da América Latina*.<sup>86</sup> Cinco anos depois Eduardo retornaria ao país fazendo-se passar por um rico fazendeiro para cobrir o avanço do setor agropecuário brasileiro sobre terras paraguaias.

Bolívia e Venezuela seriam os seus próximos destinos. Galeano cruzou o país andino por trem, partindo da fronteira argentina, rumo à capital. A jornada boliviana causou-lhe grande impacto em 1970, experiência a partir da qual elaborou um artigo, no qual comenta sobre a história do país, o seu cotidiano e o racismo, mas que também serviria para a reflexão de boa parte do que viria a ser *As veias abertas da América Latina*. A permanência na Venezuela, em 1971, para tratar da pobreza ao redor dos centros de extração de petróleo e diamante, quase custou-lhe a vida, acometido pela malária.

---

<sup>84</sup> Os textos dispersos em *Marcha* foram organizados com ligeiras alterações pelo próprio autor em uma coletânea publicada pela sua editora. Cf.: GALEANO, Eduardo. *Entrevistas y artículos* (1962-1987). Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988. Posteriormente a obra seria ampliada e republicada pela *Siglo XXI* argentina. Cf.: GALEANO, Eduardo. *Nosotros decimos no*. Crónicas (1963-1988). Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

<sup>85</sup> GALEANO, Eduardo. *Guatemala, país ocupado*. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo, 1967.

<sup>86</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 265. O conflito recebeu outros nomes como *Guerra de la Triple Alianza* na Argentina e Uruguai e *Guerra Grande*, *Guerra contra la Triple Alianza* e *Guerra Gasú* no Paraguai.

Todas essas viagens renderam os primeiros livros de crônicas de Eduardo Galeano, publicados no Uruguai pela editora Alfa, fundada pelo anarquista espanhol exilado Benito Milla, antigo diretor da revista *Deslinde*, que havia agregado importantes autores como Camus, Sabato, Mario Benedetti, Octavio Paz e Emir Rodríguez Monegal.<sup>87</sup> Além do relativo sucesso editorial, a experiência obtida por Eduardo Galeano contribuiu para a sua formação política: a percepção de um continente atravessado pela miséria e pela exploração que lhe conferiam uma identidade comum tornou-se recorrente nas obras do escritor uruguaio até os anos 1990. A partir desse fundamento Galeano elaborou os seus discursos marcados por polos irreconciliáveis, uma América Latina em constante luta para realizar-se plenamente frente às forças imperialistas e os seus agentes que impediam o seu progresso, capaz de redimir-se apenas pela ação revolucionária e pela integração continental. As viagens, sobretudo à Cuba, forjaram o discurso latino-americanista pelo qual Eduardo Galeano tornou-se famoso.

Em 1964, Galeano deixou a redação de *Marcha* para ocupar o cargo de diretor do diário *Época*, jornal independente pluripartidário da esquerda uruguaia, tornando-se o mais jovem diretor de um importante meio de comunicação na história de seu país. O escritor foi escolhido devido à recomendação de Carlos Quijano, primeiro diretor do jornal, e de seus amigos do Partido Socialista. Tido como jornalista talentoso, sem filiação partidária, mas ideologicamente próximo à esquerda revolucionária uruguaia, Galeano dirigiu o *Época* até 1967, pouco antes de seu fechamento pelo governo colorado de Jorge Pacheco. Ali o escritor teve a sua primeira experiência de direção de um projeto editorial. Após o fim de seu período como diretor, retornou à *Marcha*.

Como vimos, as viagens do uruguaio o levaram à Cuba, país com o qual estabeleceu importantes relações e uma profunda amizade com Roberto Fernández Retamar, poeta e ensaísta cubano que dirigia a prestigiada revista *Casa de las Américas*

---

<sup>87</sup> Sobre Milla, cf.: TORRES TORRES, Alejandra. Benito Milla y el proyecto editorial montevidiano de los sesenta. Primero Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 31 de octubre, 1 y 2 de noviembre de 2012, La Plata, Argentina. Em Memória Académica. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.1957/ev.1957.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1957/ev.1957.pdf). Acesso em: 19/02/2017.

desde 1965.<sup>88</sup> Estes vínculos permitiram a Galeano retornar à ilha diversas vezes e abriram possibilidades para o autor que publicou constantemente em *Casa*, foi jurado dos prêmios promovidos pela instituição, recebeu prêmios da mesma, teve suas obras divulgadas e publicadas por editoriais cubanos.

Esta conexão com Cuba permitiu que Eduardo Galeano escrevesse e publicasse em 1971 sua obra mais conhecida, *As Veias Abertas da América Latina*. Resultado de “muitas leituras e muitas viagens, cóleras, amores, estupores”<sup>89</sup>, o livro foi escrito em 90 noites para concorrer a um prêmio na categoria ensaio de *Casa de las Américas*<sup>90</sup>. *As Veias*, agraciada apenas com a segunda colocação no concurso, foi publicada por editoras cubanas e pela editora mexicana Siglo XXI. Segundo Galeano, seu sucesso foi extremamente modesto no primeiro ano, apenas 500 exemplares haviam sido vendidos.<sup>91</sup> Entretanto, pouco tempo depois, *As Veias Abertas da América Latina* encontrou sorte diferente: em 1980 já era editada pela vigésima oitava vez, uma média de 3 edições por ano, em 1993 entrava em sua sexagésima sexta edição e em 2004 chegava à septuagésima quarta.<sup>92</sup> Em 2016 a obra possuía tradução para 19 idiomas.<sup>93</sup>

O livro, fenômeno comercial, teve grande recepção pela linguagem acessível usada pelo autor e por sua habilidade em encadear fatos, datas e cifras em uma narrativa envolvente. Segundo o próprio Eduardo Galeano, *As Veias* foi concebido como “um manual de divulgação que fale de economia política no estilo de um romance de amor ou

---

<sup>88</sup> *Casa de las Américas* é uma das mais importantes instituições criadas pelo governo revolucionário cubano, dirigida por Haydée Santamaría até 1980, por Mariano Rodríguez de 1980 até 1986 e por Roberto Fernández Retamar até 2019, ano de sua morte. Desde 1960 ela edita uma revista com o mesmo nome que congregou grande parte da intelectualidade latino-americana que simpatizava pela causa cubana, sobretudo a geração do chamado *Boom*. Da mesma maneira, a revista promoveu diversos prêmios literários que possuíam grande prestígio entre os escritores. Sobre a revista, conferir MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. Tese de doutorado. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.

<sup>89</sup> GALEANO, Eduardo. *Entrevistas y artículos* (1962-1987). Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988, p. 381.

<sup>90</sup> ARMAS FONSECA, Paquita. *La Mafalda de Eduardo Galeano*. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2012/01/22/la-mafalda-de-eduardo-galeano/#.WKs0epgrK00>. Acesso em: 20/02/2017; GONZÁLEZ, Marianela. Un país que habita mis memorias. *La Jiribilla*, n. 557, año X, 7 al 13 de enero de 2012, La Habana, Cuba. Disponível em: [http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557\\_01/557\\_33.html](http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557_01/557_33.html). Acesso em: 20/02/2017.

<sup>91</sup> PALAVERSICH, Diana. *Silencio, voz y escritura en Eduardo Galeano*. Montevideo: Luis A. Retta Libros, 1995, p. 141.

<sup>92</sup> ALONSO, María Angeles. *Las Venas Abiertas de América Latina de Eduardo Galeano: paradojas de la recepción*. 2006. 104 f, dissertação (mestrado em Estudos Hispânicos) – Faculdade de Artes e Ciências, Universidade de Montreal, Montreal, 2006, p. 85-86.

<sup>93</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle., l. 4139-4274.

de piratas”.<sup>94</sup> A sua proposta, “oferecer uma história da rapinagem e, ao mesmo tempo, mostrar como funcionam os mecanismos atuais da espoliação”<sup>95</sup>, pautada nos fundamentos da Teoria da Dependência, cativou – e continua a cativar - um público que consumia a literatura de esquerda produzida nos anos 1960, particularmente os setores mais militantes e politicamente engajados.

*As Veias Abertas da América Latina*, um ensaio de história com traços de romance, suscitou histórias igualmente romantizadas: uma mulher colombiana que lia o livro para a pessoa com quem dividia o banco em um ônibus e que terminou por recitá-lo para todos os passageiros, uma chilena que fugia da ditadura em Santiago com as obras em meio às fraldas de seu bebê ou o estudante portenho desprovido de dinheiro que vagava pelas livrarias de Buenos Aires para lê-lo aos pedacinhos.<sup>96</sup> Trágica, uma história que pretendia narrar a espoliação e a constante luta dos latino-americanos para alcançarem a plenitude e a dignidade, a obra também esteve presente em tragédias. Em 1984 os militares salvadorenhos abateram um jovem guerrilheiro e ao verificarem a sua mochila encontraram apenas um exemplar de *As Veias Abertas da América Latina* atravessado pela bala, incapaz de salvar o seu portador. O capitão responsável pela operação guardou o livro e, anos depois, o fez chegar a Eduardo Galeano. O autor o manteve em casa em uma pequena caixa.<sup>97</sup>

Um ano após o sucesso de seu livro, o autor uruguaio recebeu uma ligação de sua antiga colega de redação, Julia Constenla. A jornalista explicou o projeto iniciado por Federico Vogelius e organizou um encontro entre ambos em Montevideo. O escritor, tentado com a possibilidade de dirigir um projetos cultural próprio, exigiu um salário alto e um apartamento em Buenos Aires. Por sua vez, Vogelius, interessado nos contatos intelectuais de Galeano e em seu prestígio, aceitou. Em junho de 1973 o uruguaio partiu para a capital argentina.

O Uruguai que Eduardo Galeano deixou para trás já vivia um Estado de Exceção. Após o crescente aumento das atividades guerrilheiras do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros e a intensificação dos protestos contra os ajustes fiscais e o declínio da qualidade de vida, o presidente colorado Jorge Pacheco Areco ordenou o

---

<sup>94</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 369.

<sup>95</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 25.

<sup>96</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 369.

<sup>97</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle., l. 484-496.

fechamento de jornais oposicionistas como *Época* e *El Sol* e em 1971 designou às Forças Armadas a tarefa de combater a subversão. Seu sucessor, Juan María Bordaberry, dissolveu o parlamento e os partidos políticos em junho de 1973, suprimiu as liberdades civis e instaurou uma ditadura *de facto*. Os militares passaram a ocupar numerosos cargos de confiança e em 1976 afastaram Bordaberry e tomaram o poder.

O jornalista já havia experimentado a repressão governamental. Galeano foi detido pela polícia em diversas ocasiões enquanto trabalhava em *Época*. Em *Dias e noites de amor e de guerra* o autor conta que foi preso por diversos dias em Montevidéu pouco antes do aparecimento de **crisis**, em 1973. O primeiro exemplar da revista trazia um informe e um protesto contra a detenção de seu diretor, mantido incomunicável entre a manhã do dia 02 e a tarde de 10 de abril. O material do primeiro número já estava pronto e o seu lançamento não foi afetado. Semanas depois, Galeano partiu definitivamente para Buenos Aires e após poucos dias a ditadura uruguaia foi implantada.<sup>98</sup>

Eduardo Galeano satisfazia o desejo de Federico Vogelius por uma proposta mais engajada à esquerda e trazia consigo grande experiência no campo jornalístico. Julia Constenla lembra que “Eduardo começou a dirigir a revista e os seus contatos latino-americanos proviam abundante material. Sobre este projeto vago, começamos a trabalhar”.<sup>99</sup> A proximidade com os colaboradores de *Marcha* e sua boa relação com o circuito cultural cubano permitiriam a **crisis** consolidar uma rede de sociabilidade intelectual transnacional que abarcava não apenas o Rio da Prata, mas todo o continente, ainda que de maneira desigual, e mesmo os intelectuais latino-americanos que se radicavam na Europa. Além disso, Galeano era jornalista credenciado pela principal agência de notícias cubanas, a *Prensa Latina*.<sup>100</sup>

A escolha de Vogelius logo incomodou Ernesto Sabato. Recorda o escritor que:

Eu propunha uma revista crítica dos grandes problemas de então e ofereci a pessoas de pensamento independente que participassem no conselho diretor, como Massuh (do qual me afastei quando aceitou ser embaixador da ditadura), Ernesto Epstein e algum outro [...]. Não, desde cedo, a Romero Brest, o qual nunca tomei como um intelectual sério. Em determinado momento senti que não podia fazer [a revista]

<sup>98</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: LP&M, 2008, p. 91; **crisis**, Buenos Aires, n. 01, maio, 1973, p. 63.

<sup>99</sup> KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 222-223.

<sup>100</sup> Sobre a rede intelectual criada estabelecida a partir da Revolução Cubana, conferir COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013.

como eu queria, mas Vogelius quis levá-la adiante com uma direção marxista que chegou a me difamar através dos stalinistas do momento.<sup>101</sup>

O escritor argentino e o uruguaio se desentenderam. Devido a problemas com registros de propriedade intelectual - já havia uma *Crisis* - Sabato sugeriu o nome *Krisis*, mas Galeano retirou o “k” e transformou a nomenclatura em *ideas artes letras en la crisis*. O uruguaio buscou dar um perfil mais militante, popular e latino-americano à publicação, preencheu a revista com colaboradores de esquerda e a alinhou com os movimentos revolucionários do período. Irritado com a virada à esquerda e com a perda de protagonismo, Sabato deixou a revista junto com Posse, Massuh e Epstein. Lita Ruccio, esposa de Vogelius e irmã do diagramador da revista, Eduardo Ruccio, conhecido como Sarlanga, atestou que “o projeto de Sabato desapareceu com a entrada de Galeano como diretor, a quem Fico concedeu liberdade total”.<sup>102</sup>

Anunciada pelos jornais *Clarín* e *La Opinión*, **crisis** foi às ruas em maio de 1973 com a tiragem de 10.000 exemplares, esgotada em uma semana e reeditada antes de seu segundo número. A publicação que chegou aos quiosques era bastante diferente daquela concebida por Sabato: as seções esboçadas nunca existiram, poucos dos colaboradores pretendidos foram convocados, como Mario Benedetti e Augusto Roa Bastos, e um escasso material escolhido para os três primeiros números foi aproveitado, embora um pouco modificados, como apenas trechos do romance do próprio Sabato, uma entrevista com Onetti, um texto de Henry Miller e de Guimarães Rosa e um artigo de Romero Brest. A **crisis** de Vogelius, Galeano, Constenla e Ford era uma nova revista. Poucos meses depois os editores da revista ampliariam a proposta editorial e fundariam as *Ediciones de Crisis*, responsável por publicar monografias e livros que integravam o projeto.

---

<sup>101</sup> KOVACIC, Fabián. La historia de **crisis**. A 30 años de la revista **crisis**. *Radar: ocio, cultura y estilos* en Pagina 12 Web, año 2, n. 90, domingo 03 de mayo de 1998. Disponível em: [https://www.pagina12.com.ar/1998/suple/radar/mayo/98-05-03/nota2\\_a.htm](https://www.pagina12.com.ar/1998/suple/radar/mayo/98-05-03/nota2_a.htm). Acesso em: 17/12/2018. Curiosamente as discordâncias e as acusações de Sabato não o impediram de publicar nos primeiros exemplares da sua revista e permitir que o seu livro *La cultura en la encrucijada nacional* fosse publicado e reeditado por *Ediciones de Crisis* ainda em 1973. O seu pretenso afastamento de Massuh por seu apoio à ditadura é igualmente problemático: Sabato manteve relações muito dúbias com os militares do Processo de Reorganização Nacional e só se tornou seu crítico a partir do retorno à democracia, no governo de Alfonsín.

<sup>102</sup> Disponível em: <http://www.nodalcultura.am/2015/04/los-trabajos-de-galeano-la-inolvidable-revista-crisis/>. Acesso em: 18/12/2018.

#### 1.4 – Redes intelectuais e tradições eletivas nas *Ediciones de Crisis*

Como vimos, a equipe montada por Federico Vogelius pretendia dar conta de um projeto com perfil mais militante e próximo às esquerdas. O desenvolvimento da revista e de sua editora foi acompanhado não apenas de escolhas em relação ao seu quadro operacional, mas também da seleção cuidadosa de autores, textos, imagens e símbolos que preencheriam as suas páginas. A redação de **crisis** na avenida Pueyrredón 860, em Buenos Aires, era um espaço de reunião de uma parcela da intelectualidade argentina e as publicações forneciam espaços para colaboradores latino-americanos de diversas nacionalidades. Assim, é importante observar o perfil e a constância de certos colaboradores, seus caminhos, militâncias e paixões políticas. Isto não implica perder-se na infinitude biográfica de cada participante ou homogeneizar trajetórias por vezes conflitantes, mas sim constatar os cruzamentos, constâncias, adesões e exclusões que dão forma a um grupo relativamente coeso. Em síntese, para compreender o posicionamento de uma iniciativa editorial abertamente militante é preciso examinar não apenas os fundadores da revista e os articuladores da editora que a ela nasceu atrelada, as *Ediciones de Crisis*, mas também os seus colaboradores e cruzá-los com os discursos presentes nas publicações que lhes conferiam materialidade, analisando, portanto, a “geografia humana” que compõe todo e qualquer projeto, elemento fundamental para a produção de qualquer iniciativa editorial.<sup>103</sup>

De certa maneira, o planejamento de **crisis** e a sua longa gestação indicam que a rede intelectual que logo seria corporificada nas páginas da revista precedeu a própria publicação.<sup>104</sup> Como mencionado, o antigo grupo editorial listou uma série de potenciais colaboradores, logo descartados, em sua maioria, por Eduardo Galeano. A busca, inclusão e exclusão de autores específicos não foram acidentais, mas mesclas de minuciosa preparação e de possibilidades que se encaixavam no perfil pretendido de uma publicação.

<sup>103</sup> PITA GONZÁLEZ, Alexandra; María del Carmen Grillo. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, 2015, p. 20.

<sup>104</sup> Compreendemos uma rede intelectual como um conjunto de intelectuais que se comunicam em razão de suas atividades profissionais, suas perspectivas políticas, estilísticas e mesmo suas relações afetivas. Cf.: DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 30. Em uma definição advinda da sociologia, complementar àquela adotada por Devés-Valdés, uma rede poderia ser definida como “um conjunto específico de conexões entre um definido grupo de pessoas, com a propriedade adicional de que as características dessas conexões como um todo podem ser usadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas”. MAÍZ, Claudio. *Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual*. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, jul. 2013, p. 24.

Os colaboradores selecionados Galeano afastavam-se da concepção de alta cultura idealizada por Ernesto Sabato, as suas perspectivas se aproximavam da militância intelectual inspirada em *Marcha* e no internacionalismo revolucionário cubano. Desde o princípio o *latino-americanismo* de parte da intelectualidade montevideana que formara Eduardo Galeano marcaria **crisis**, bem como a solidariedade à Revolução Cubana, aos seus símbolos e discursos. A essas duas vertentes agregar-se ia, por influência de Aníbal Ford, uma leitura específica e apropriação específica do revisionismo histórico argentino ligada às esquerdas e ao peronismo. A participação revisionista, por sua vez, evidencia um elemento interessante: a rede intelectual que dera origem às *Ediciones de Crisis* se transformaria ao longo da existência do projeto editorial. Os autores filiados ao revisionismo chegariam *posteriormente* no projeto, em finais de 1973, como uma aposta de intervenção no espaço público por meio dos usos políticos do passado. Assim, as *Ediciones de Crisis* foram, ao mesmo tempo, corporificação de uma rede intelectual e o ponto de partida para a articulação de uma rede que se alterou ao longo do processo histórico, algo que, como sugere Alexandra Pita González, “nos leva a pensar nas publicações como prática e suporte simultaneamente”.<sup>105</sup> As revistas, às quais agregamos iniciativas editoriais mais amplas, não são apenas o suporte de uma rede, mero reflexo de uma atividade, são também a “estrutura estruturante e estruturada”. Elas são o suporte material de uma rede em si mesma, gerada pela estruturação implícita das práticas culturais. Estas publicações seriam ainda dispositivos culturais por meio das quais as práticas intelectuais que se vinculam ao domínio do discurso do qual participam numerosos atores como os produtores, mediadores e destinatários (editores, autores, leitores, distribuidores etc).<sup>106</sup>

Para compreendermos o funcionamento do projeto editorial de Vogelius e Galeano é preciso, primeiro, abordarmos as sociabilidades intelectuais e filiações político-afetivas que se corporificavam nas *Ediciones de Crisis*. As três “tradições” mencionadas – o latino-americanismo de *Marcha*, o internacionalismo revolucionário e terceiro-mundismo cubano e o revisionismo histórico argentino – teriam impacto direto na conformação do projeto editorial, os indivíduos a elas vinculados contribuiriam com o material necessário para que a revista mensal, as monografias e livros pudessem chegar

<sup>105</sup> PITA GONZÁLEZ, Alexandra. La difusión de un discurso latinoamericanista y la creación de una red intelectual, 1922-1924. In.: PITA GONZÁLEZ, Alexandra (comp.). *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Miguel Ángel Porrúa: Cidade do México, 2016, p. 80.

<sup>106</sup> PITA GONZÁLEZ, Alexandra (comp.). *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Miguel Ángel Porrúa: Cidade do México, 2016, p. 6-7.

às ruas, mas também configuraram as abordagens dadas e os enunciados construídos, enfim, a própria identidade do projeto editorial. Essas escolhas por colaboradores e temas, por vezes racionais e por vezes afetivas, acabariam conformando aquilo que Javier Fernández Sebastián classifica como *tradições eletivas*, “aquelas tradições as quais que os construtores das grandes ideologias contemporâneas atribuem os seus próprios movimentos sociais ou políticos, que aparecem dotados de uma linhagem histórica mais ou menos ilustre”.<sup>107</sup>

De maneira geral, revistas como **crisis** e o seu projeto editorial mais amplo permitem identificar certas dinâmicas da sociabilidade intelectual, essas iniciativas são um espaço por excelência para observar tais redes de sociabilidade<sup>108</sup>, além de se apresentarem como uma forma de conexão da intelectualidade.<sup>109</sup> Essas coletividades que direcionaram as revistas culturais, de maneira geral, informam sobre os costumes intelectuais de um período e sobre as disputas políticas em que tomaram parte, bem como a sua atuação perante o público.<sup>110</sup> Neste sentido parece-nos interessante não apenas apontar para a conformação de uma rede intelectual, mas também analisar as suas hierarquias, as conexões estabelecidas, o seu funcionamento, seus pontos de convergência e exclusão e os seus enunciados, sobretudo, no caso das *Ediciones de Crisis*, a releitura da história e a sua articulação com a política.

A perspectiva de redes intelectuais permite superar o que François Dosse qualificou como “sociografia dos intelectuais”<sup>111</sup>, uma crítica ao entendimento de sociabilidade intelectual proposta por Bourdieu, fundamentada em uma “base estratégica de otimização dos interesses e de conquistas do poder” e que reduzia as manifestações individuais e suas particularidades.<sup>112</sup> As redes ajudam a compreender como as relações entre intelectuais superam o aspecto puramente funcionalista e pragmático e ressaltam a

<sup>107</sup> FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual. *Almanack*, Guarulhos, n. 07, 2014, p. 17.

<sup>108</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996, p. 249.

<sup>109</sup> ALTAMIRANO, Carlos. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008. p. 14.

<sup>110</sup> SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992, p. 15.

<sup>111</sup> DOSSE, François. *La marcha de las ideas*. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: PUV, 2007, p. 99-103.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 56-57.

importância das relações de amizade ou de inimizade, as afinidades ideológicas, as trocas de favores e a solidariedade entre seus membros.

O processo de surgimento de **crisis** evidencia tais elementos de maneira bastante clara. Vogelius escolheu Galeano como diretor por meio de uma decisão pragmática, mas esta pautava-se na constatação de que o jornalista se alinhava com as supostas sensibilidades ideológicas do público leitor. Além disso, a sugestão do nome do uruguaio, feita por Julia Constenla, também trazia laços de afetividade implícitos. A chegada de Eduardo Galeano traria, por fim, o afastamento voluntário de Ernesto Sabato, desgostoso com a perda de protagonismo e descontente com a mudança de rumos do projeto. A complexa trama de aproximações e distanciamentos seria reproduzida ao longo da existência das *Ediciones de Crisis*, movida por proximidades ideológicas, opções estéticas e ligações afetivas que giravam no eixo *Cuba-Marcha-Revisionismo* e, em menor escala, do peronismo.

Segundo José María Imízcoz a análise de redes sociais rechaça as explicações segundo as quais os atores são movidos por forças, normas interiorizadas e hábitos, ou seja, uma causalidade abstrata. As normas não são a causa mecânica da conduta, mas produtos de uma situação relacional da qual os indivíduos participam. Sua proposta é partir dos atores sociais e de suas configurações reais para observar como se articulam realmente e explicar melhor suas condutas e dinâmicas.<sup>113</sup> Assim, conseguiríamos localizar e compreender as disputas nas quais as *Ediciones de Crisis* estiveram envolvidas e as suas estratégias editoriais.

A rede nucleada pelo projeto de **crisis** fazia parte de um longo processo de conformação das redes intelectuais na América Latina. Essas redes, surgidas a partir do século XIX, progressivamente tenderam a superar os limites nacionais e se conectar com os países da região ou mesmo com a Europa. Essas redes aspiravam, desde o seu princípio, ser transnacionais, e surgiram com o intuito de ir além dos limites estreitos impostos pela rígida estrutura política nacional.<sup>114</sup> A perspectiva de um pertencimento a um espaço cultural e identitário comum ganhou força em finais do século XIX e princípios do XX, sobretudo como resultado de intercâmbios propiciados pelos

---

<sup>113</sup> IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, n° 5, Porto: Universidad del País Vasco, pp. 115-140.

<sup>114</sup> PITA GONZÁLEZ, Alexandra (comp.). *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Miguel Ángel Porrúa: Cidade do México, 2016, p. 14.

deslocamentos, como missões diplomáticas ou exílios, além da crescente colaboração em revistas e jornais.<sup>115</sup>

No século seguinte contatos se intensificaram e se expandiram. Além de uma troca de informações mais rápida entre a intelectualidade, enunciados como o latino-americanismo, o anti-imperialismo e o terceiro-mundismo propiciaram conexões com outras regiões.<sup>116</sup> Sobre este momento, Eduardo Devés-Valdés alega que a atividade intelectual articulou um espaço meta-nacional e que isto poderia interligar os espaços periféricos aos centrais, ressaltando a necessidade de pensar os centros culturais de conexão entre os membros da rede dentro e fora dos espaços periféricos.<sup>117</sup>

Neste sentido, como sugere Maiz, torna-se imperativo superar a ênfase geográfica e remeter mais ao âmbito simbólico construído pelos intelectuais, flexibilizar as formas de construção da territorialidade para analisar as políticas editoriais como espaço simbólico e, por tanto, criadoras de fronteiras.<sup>118</sup> O transnacionalismo emerge como um aspecto fundamental destas redes, compreendido como um conjunto de laços, posições em redes e organizações que atravessam os limites dos estados nacionais.<sup>119</sup> A experiência transnacional supõe também uma intensa modificação do âmbito simbólico, cultural e identitário entre os sujeitos localizados nos diversos espaços.<sup>120</sup>

Esta perspectiva transnacional da circulação de ideias, indivíduos e publicações

---

<sup>115</sup> ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e crítica*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, p. 489-534; COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual, migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004 *apud* REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

<sup>116</sup> Sobre uma suposta “origem” do terceiro-mundismo na cultura argentina em princípios do século XX conferir BERGEL, Martín. *El oriente desplazado: los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015. Entretanto, o que o historiador chama de terceiro-mundo não existia como conceito no período abordado, tampouco o terceiro-mundismo como ideologia e prática, como o reconhece o próprio autor (p. 16).

<sup>117</sup> DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Las redes de la intelectualidad periférica entre 1920 y 1940: intento de una cartografía y de un planeamiento teórico. In: *Cuadernos del CILHA*, año 12, n. 14, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2011.

<sup>118</sup> MAÍZ, Claudio. Fronteras transnacionales. La modernización literaria en dos momentos (1900-1920 y 1960). In: *Cuadernos del CILHA*, v. 7, n.7-8, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2005, p. 287-306.

<sup>119</sup> BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994, p. 8.

<sup>120</sup> BOBES, Velia Cecilia. El transnacionalismo como enfoque. Una reflexión para construir un modelo analítico. In: BOBES, Velia Cecilia (coord.). *Debates sobre transnacionalismo*. México: FLACSO, México, 2012, edição Kindle, posição 250.

pressupõe a transformação mútua, ainda que desigual, dos distintos espaços envolvidos nos intercâmbios. Da composição das redes intelectuais à transformação do público leitor por meio das intervenções editoriais, vemos que o projeto levado a cabo por Vogelius e Galeano teve repercussão e influência nos países em que circulou.<sup>121</sup>

O projeto editorial do qual **crisis** fazia parte pertencia a essa rede maior da intelectualidade latino-americana, a revista foi divulgada em outras publicações e se valeu de colaboradores famosos que participaram em vários espaços. Da mesma maneira, percebe-se uma relação dialética: **crisis** fez parte desse meio intelectual, mas também contribuiu para a sua própria construção, é produto e artífice de uma rede intelectual transnacional latino-americana e latino-americanista que remonta ao século XIX, que se ramifica e se transforma ao longo do processo histórico. Seu projeto editorial colaborou na constituição de um campo intelectual que transcendia os limites do estado nacional argentino ao agregar indivíduos de diversos países, divulgar a produção estrangeira e abordar de forma recorrente assuntos sobre seus vizinhos latino-americanos, ao passo que sua circulação no exterior corroborou com o mesmo processo nos respectivos países, se esforçando para elaborar um sentimento de pertencimento a mais de uma comunidade, uma forma de identificação dual ou múltipla que ultrapassasse fronteiras nacionais.<sup>122</sup>

Em 1973 Buenos Aires havia se tornado um importante centro para a intelectualidade latino-americana, especialmente no Cone Sul. Embora **crisis** tenha circulado em toda a Argentina a capital do país ainda permanecia como o centro de seu projeto editorial. Cosmopolita desde finais do século XIX, a cidade portenha possuía a maior rede editorial da América Latina, possivelmente superada apenas pela Cidade do México. Buenos Aires era um importante centro editor e uma parcela importante da intelectualidade latino-americana lançava ali a sua sorte. Permanecer em Buenos Aires, uma escolha política e econômica, foi uma estratégia de **crisis** para angariar maior

---

<sup>121</sup> No Brasil o jornalista Marcos Faerman fundou em São Paulo a revista *Versus*, inspirada no projeto editorial de **crisis**. Sobre o assunto, conferir BUCCHIONI, Xenya. Caminhos cruzados: de **crisis** (1973-1976) a *Versus* (1975-1979) – a América Latina em questão. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.5, n.1, jan./2016 - jun./2016, p. 111-121 e ARAÚJO, Luis Carlos Eblak. *O Versus e a imprensa alternativa: em busca da identidade latino-americana (1975-1979)*. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Conferir também o depoimento do jornalista Mouzar Benedito: <http://www.revistaforum.com.br/blogdomouzar/2015/04/15/galeano-marcha-crisis-versus/>. Acesso em: 05/03/2017. Além disso, os arquivos de Aníbal Ford e Rogelio García Lupo possuem cartas de leitores e contribuintes de países como Bolívia e Peru.

<sup>122</sup> VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, March 1999, p. 450.

visibilidade e estruturar melhor as suas redes.

No plano intelectual algumas publicações nuclearam uma rede intelectual latino-americana mais ampla, mas nenhuma foi tão duradoura quanto **crisis**. A revista *Latinoamericana*, publicada pela editora *Corregidor*, possuía um perfil semelhante à publicação mensal de Vogelius e Galeano e um quadro de redação bastante internacionalizado, mas durou apenas quatro números. *Cuadernos del Tercer Mundo* mostrava-se igualmente plural sob a chefia de Julia Constenla, mas o seu conteúdo dirigia-se especificamente para a política e sua periodicidade era inconstante até o ano em que passou a ser publicada no México, em 1977. Do conjunto de publicações, mas não editoras, ligadas às redes intelectuais latino-americanas **crisis** era a mais estável e constante.

Para além da confluência de intelectuais e publicações, Buenos Aires e a Argentina haviam se tornado um ponto chave para a esquerda latino-americana. Desde finais da década de 1960, como mostrado, cresceu a perspectiva de que os movimentos revolucionários possuíam uma real possibilidade de tomarem o poder. Ao lado disso, a ascensão e endurecimento dos regimes autoritários no Cone Sul levaram diversos militantes e intelectuais de esquerda a buscar asilo na Argentina com o intuito de articular a luta a partir dali. Diversos uruguaios, bolivianos, chilenos, paraguaios e brasileiros dirigiram-se para o país e a redação das *Ediciones de Crisis* seria um espaço de encontro.

A capital argentina tonou-se um fecundo laboratório político. A conformação de uma rede revolucionária em Buenos Aires foi, para Aldo Marchesi, o ápice de um processo de transnacionalização das esquerdas latino-americanas iniciada em princípios dos anos 1960 a partir de Montevideo e Santiago de Chile.<sup>123</sup> Ali reorganizou-se a *Junta de Coordinación Revolucionaria*, uma organização transnacional da esquerda armada latino-americana composta pelos *Tupamaros* uruguaios, pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) chileno, pelo *Ejército de Liberación Nacional* da Bolívia e o ERP-PRT argentino, grupo trotskista que teve papel importante na opção pelo retorno à luta armada na Argentina a partir da morte de Juan Domingo Perón. Além da *Junta*, outras organizações exilaram-se em solo argentino buscando algum tipo de reestruturação, como a *Federación Anarquista Uruguay* que em 1974 sequestrou o empresário holandês

---

<sup>123</sup> MARCHESI, Aldo. Southern Cone Cities as political laboratories of the Global Sixties: Montevideo (1962-1968); Santiago de Chile (1969-1973); Buenos Aires (1973-1976). *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 28, n. 2, 2017, p.55.

Federico Hart e exigiu um resgate de 10 milhões de dólares, a terceira maior operação deste tipo da esquerda armada latino-americana.<sup>124</sup>

Desta confluência e debates surgiu a rede intelectual nucleada inicialmente pela revista **crisis**. Grosso modo, entre os grupos que compuseram o projeto editorial predominavam os revolucionários que simpatizavam com os ideais cubanos, os nacionalistas argentinos ligados ao revisionismo histórico e vários uruguaios. Começamos a análise dos elos de tal rede tratando da participação de Cuba, silenciosa, mas determinante.<sup>125</sup>

Parte da historiografia acerca dos Longos Anos Sessenta latino-americanos tende a enfatizar a importância do processo cubano no desenvolvimento das esquerdas latino-americanas e na progressiva radicalização política ocorrida na região: 1959 é tomado como um marco para o período, a Revolução Cubana teria dado início a um novo período político e a novas práticas. De fato, a Revolução teve uma recepção sem paralelos na América Latina, o foquismo, as novas teorias sobre a luta e a conquista do poder, os desafios dos revolucionários, a sua luta anti-imperialista e os seus líderes eram discutidos, rechaçados, idolatrados e divulgados incessantemente na grande imprensa e nos meios independentes. Cuba parecia ocupar um espaço central no imaginário da esquerda desde a crise dos partidos comunistas latino-americanos aos levantes de 1968 na Europa.

Tal perspectiva é matizável a partir do estudo do desenvolvimento das esquerdas em cada país. A transformação e a radicalização da esquerda argentina ocorreram a partir de 1955, após a queda do peronismo, grande parte de sua cultura política já estava colocada antes da vitória – e publicização – da Revolução Cubana, embora tenha incorporado vários de seus enunciados a partir de 1959. No plano intelectual já havia uma renovação entre essas esquerdas com a incorporação do maoísmo e do existencialismo. No Uruguai a esquerda começou o seu processo de ruptura com o batllismo depois da crise econômica e política iniciada em 1955 e da vitória do Partido Blanco em 1958. A opção pela luta armada nos anos 1960 naquele país teve clara inspiração cubana, mas o modelo adotado, a guerrilha urbana *tupamara*, foi uma criação propriamente uruguaia. A Bolívia já havia passado por uma revolução social em 1952, logo cooptada pelos setores

---

<sup>124</sup> Os *Montoneros* sequestraram dois herdeiros da empresa Bunge & Born e exigiram um resgate de 64 milhões de dólares, ao passo que o ERP recebeu 14 milhões de dólares pelo retorno de um executivo ligado ao grupo Esso.

<sup>125</sup> Existem apenas 14 artigos que tratam de Cuba ou que foram escritos por cubanos. Destes, 9 foram escritos por apenas 4 cubanos.

burgueses mais modernos e apoiada pela política externa estadunidense, e em 1970 iniciara um novo processo de transformação a partir de um setor progressista das forças armadas. O Peru de Juan Velasco Alvarado igualmente passou por uma revolução liderada por grupos nacionalistas de esquerda do exército em 1968 e buscou redesenhar o país com a criação de instituições autogeridas que controlariam a economia do país, experiência logo desbaratada pela reação militar que derrubou o general Alvarado. Associadas à opção chilena pela via institucional democrática, tão descreditada após os seguidos golpes militares na América do Sul, essas experiências mostram que a região possuía uma dinâmica política própria que não dependia exclusivamente de Cuba, como sugere Aldo Marchesi.<sup>126</sup>

O desenrolar político de cada país claramente foi acompanhado pelo desenvolvimento de culturas intelectuais locais. Entretanto, é inegável que a partir dos anos 1960 os contatos entre a intelectualidade aumentaram de maneira significativa e que Cuba teve um papel primordial. Os revolucionários cubanos criaram uma rede de solidariedade intelectual latino-americana que logo se transformou em um espaço para a intelectualidade do chamado Terceiro Mundo, congregando indivíduos da África e Ásia, mas também da Europa e dos Estados Unidos. Instituições como *Casa de las Américas* ou o *Instituto Cubano de Cine del Arte e Industria Cinematograficos* (ICAIC) e a agência de notícias *Prensa Latina* congregavam latino-americanos de todas as partes do continente. Os encontros de intelectuais e os prêmios literários cubanos possuíam grande repercussão, elaborados para criar uma cultura revolucionária, mas também para obter apoio para o processo iniciado em 1959. Isso não implica afirmar que a política cultural cubana determinava a produção da região que se convencionou chamar América Latina, mas a recepção dos debates e polêmicas da ilha interferiam no desenho das redes intelectuais latino-americanas, dos seus enunciados às suas composições. A Roma Antilhana, como a definiu o historiador argentino Tulio Halperín Donghi<sup>127</sup>, nucleava uma série de posicionamentos políticos, opções estéticas e alianças afetivas e estratégicas.

Eduardo Galeano, como dito, possuía uma profunda intimidade com a rede intelectual cubana. O diretor de **crisis** participou incessantemente na revista cubana *Casa*

---

<sup>126</sup> MARCHESI, Aldo. Southern Cone Cities as political laboratories of the Global Sixties: Montevideo (1962-1968); Santiago de Chile (1969-1973); Buenos Aires (1973-1976). *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 28, n. 2, 2017, p. 55-56.

<sup>127</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio. *El espejo de la historia*. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Sudamericana, 1987, p. 288.

*de las Américas*, dirigida pelo amigo Fernández Retamar: entre 1971, data de seu primeiro texto em *Casa*, e 1976, ano do fechamento de **crisis**, o jornalista publicou 4 textos, teve 2 livros divulgados, foi mencionado no prêmio literário da instituição na categoria de contos e elaborou uma entrevista para *Prensa Latina* repercutida pela revista acima mencionada.<sup>128</sup>

Galeano tornou-se um grande defensor da Revolução Cubana e um desafeto daqueles que rompiam com a mesma.<sup>129</sup> Essa conexão permitiu o acesso à produção cubana e logo o projeto editorial incorporou artigos, entrevistas e livros de Fernández Retamar, de Nicolás Guillén, Alejo Carpentier e Lisandro Otero, adido cultural cubano na embaixada do Chile de Salvador Allende. Guillén, fundador da UNEAC, enviou uma carta a Eduardo Galeano, logo divulgada em **crisis**, com elogios à publicação e alguns poemas para a revista.<sup>130</sup> Fica evidente, então, que as amizades de Galeano propiciavam material cubano para o periódico argentino.

Houve uma certa reciprocidade entre **crisis** e *Casa de las Américas* em termos de divulgação de conteúdo. A revista argentina listava com constância livros de vencedores dos prêmios de *Casa* em sua seção *Itinerario – Libros* e publicava contos dos mesmos.<sup>131</sup> Esta era a forma que os seus colaboradores encontraram para burlar a censura instaurada pelo governo de Isabel Perón, divulgar o prêmio e os livros publicados a partir do mesmo, não a revista. Por sua vez, *Casa de las Américas* divulgou **crisis** duas vezes e em uma delas dedicou meia página para discorrer sobre a publicação dirigida por Eduardo

---

<sup>128</sup> GALEANO, Eduardo. Bolivia desde la plata hasta el estaño. El ascenso y la caída en cuatro siglos. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 67, jul-ago, 1971, p. 129-137; GALEANO, Eduardo. Te cuento un cuento de Babalu. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 78, may-jun, 1973, p. 63-68; GALEANO, Eduardo. El deseo y este mundo. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 80, sept-oct, 1973, p. 90-93; GALEANO, Eduardo. La muchacha del tajo el mentón. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 90, may-jun, 1975, p. 97-109; GALEANO, Eduardo. Sobre Roque Dalton. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 94, ene-feb, 1976, p. 31; DÍAZ DE ARCE, Omar. Con las venas abiertas de América Latina o el despojo. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 72, may-jun, 1972, p. 151-153; LAGO, Sylvia. Expresiones literarias del Uruguay en comoción. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 73, jul-ago, 1972, p. 74; Al pie de letra. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 74, sept-oct, 1972, p. 179; Últimas actividades de la Casa de las Américas. Premio 1973. *Casa de las Américas*, La Habanam n. 77, mar-abr, 1973, p. 172; Otros libros. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 84, may-jun, 1974, p. 177.

<sup>129</sup> As primeiras críticas de Eduardo Galeano à Revolução Cubana apareceram apenas no final dos anos 1980, direcionadas à burocratização do Estado revolucionário. Apenas em 2003 o uruguaio se mostraria descontente com a ilha em seu artigo *Cuba Duele*, publicado em *Página 12*. Entretanto, em 2012, Galeano retornou à ilha e reatou os laços que, na verdade, nunca se romperam completamente.

<sup>130</sup> GUILLÉN, Nicolás. Poemas. **crisis**, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 45.

<sup>131</sup> MIGNONA, Eduardo. Guillermo. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 17.

Galeano.<sup>132</sup>

Ademais, o projeto editorial encabeçado por Galeano afastou-se dos críticos da Revolução. Na medida em que as redes intelectuais devem ser compreendidas também como espaços de manifestações de afetividades, simpatias e afastamentos, as polêmicas, ataques, rechaços e silêncios possuem muito a dizer sobre as suas composições. **crisis** se aproximou daqueles que mantinham algum vínculo positivo com Cuba, como Julio Cortázar e Gabriel García Márquez, e *escolheu* ignorar ou se afastar dos inimigos da Revolução. É significativo que escritores famosos como Mario Vargas Llosa, comercialmente muito bem-sucedido, fossem ignorados.<sup>133</sup> Alguns dos melhores literatos cubanos também foram deixados de lado, casos de Guillermo Cabrera Infante, Jesus Díaz, Severo Sarduy e José Lezama Lima, todos marginalizados ou hostilizados pelo governo revolucionário em escalas diferentes. Mesmo o crítico literário uruguaio Emir Rodríguez Monegal, antigo membro de *Marcha* e diretor de revistas de prestígio, como *Mundo Nuevo* e *Plural*, permaneceu apartado de **crisis**, devido às suas reticências em relação à Cuba e à sua rivalidade com Ángel Rama.<sup>134</sup>

A polêmica com a Revolução Cubana não restringia totalmente a participação nas *Ediciones de Crisis*, mas acabava por excluir alguns participantes e condicionava alguns debates. As suas publicações raramente falavam de Cuba, mas o tema sempre era retratado de forma positiva. Os colaboradores discutiram longamente os limites da liberdade de expressão das democracias liberais burguesas e o monopólio dos meios de comunicação, mas não dedicaram sequer uma linha à censura em Cuba naquilo que o cubano Ambrosio Fonet se referiu como Quinquênio Cinza (*Quinquenio Gris*), o período compreendido entre 1971 e 1975 marcado pela censura, pela normatização da arte e pela marginalização de uma parte da intelectualidade não alinhada ao projeto cultural revolucionário.<sup>135</sup> **crisis** tampouco optou por comentar sobre a repressão à dissidência na

<sup>132</sup> *Casa de las Américas*, La Habana, n. 80, sept-oct, 1973, p. 189; Al pie de letra. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 81, nov-dic, 1973, p. 142.

<sup>133</sup> Vargas Llosa é mencionado apenas uma vez em **crisis** em uma publicação sobre fotografias de escritores.

<sup>134</sup> Sobre a polêmica entre Rodríguez Monegal e Ángel Rama, bem como a relação do primeiro com Cuba, conferir MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. Tese de doutorado. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004 e ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006, p. 123-126.

<sup>135</sup> Sobre uma reflexão do próprio Fonet, conferir FORNET, Ambrosio. *El Quinquenio Gris: revisitando el término. A conferencia foi organizada por Casa de las Américas em 2007 sob o título “La política cultural del período revolucionario: Memoria y reflexión”*. Disponível em: <http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/246/flechas.pdf>. Acesso em: 30/01/2020.

ilha, a homofobia praticada no cotidiano, encarnada nas representações do revolucionário ideal e difundida por figuras ligadas ao Estado ou sobre a burocratização da Revolução. A Cuba revolucionária parecia um tabu, algo a ser admirado e elogiado, mas não discutido.

O próximo elo da rede humana e simbólica que conferiria identidade às *Ediciones de Crisis* diz respeito ao já mencionado semanário *Marcha*. A segunda nacionalidade mais presente em **crisis** era uruguaia, atrás apenas dos argentinos. Não há surpresa alguma em tal constatação, os uruguaios participavam do cotidiano argentino e cruzavam o rio desde o século XIX. Episódios de instabilidade política levaram indivíduos de ambos os países a se deslocarem rumo ao vizinho com constância durante as guerras de independência, os conflitos platinos e as contendas entre caudilhos e, por fim, os regimes autoritários que assolam as repúblicas latino-americanas até o presente dia. A Argentina recebeu exilados uruguaios durante o regime de Gabriel Terra (1931-1938) e após o golpe de Bordaberry em 1973. Por sua vez, o Uruguai foi refúgio dos perseguidos pela ditadura de Félix Uriburu (1930-1932), um centro de reunião da oposição ao peronismo (1946-1955) e asilo de opositores dos regimes militares que seguiram os anos de instabilidade entre 1955 e 1973.

Os intercâmbios intelectuais eram igualmente constantes, embora desiguais. Embora fosse um país com altas taxas de escolarização e possuísse uma cultura letrada bastante disseminada, o Uruguai encontrava uma barreira de difícil superação: a sua relativamente pequena população. O baixo número total de leitores era um entrave para o desenvolvimento da indústria editorial uruguaia, as editoras lutavam por sua sobrevivência, os livros possuíam pequenas tiragens e os jornais, semanários e revistas proliferavam como principais artefatos literários. Como bem mostra Mateus Fávaro, a edição de livros no Uruguai era relativamente cara, mesmo a chegada de editores espanhóis durante a Guerra Civil que destruiu aquele país não propiciou um grande crescimento da produção livresca.<sup>136</sup> Em paralelo, as editoras uruguaias precisavam concorrer com o sucesso do livro argentino e com iniciativas editoriais de maior prestígio, como *Claridad* e *Sur*. Muitos escritores publicavam os seus livros em outros países, entre eles a Argentina.

---

<sup>136</sup> REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 142-149.

A partir de meados da década de 1940 a indústria editorial uruguaia cresceu ligeiramente após algum apoio institucional dos governos até alcançar o que foi percebido como um *boom* em finais dos anos 1960. Em um primeiro momento a crise econômica e a desvalorização do peso uruguaio estimularam um aumento da produção nacional, uma vez que a importação de livros se tornou onerosa. A crise política, por sua vez, propiciava um aquecimento dos debates sobre os rumos do país e as possibilidades de transformação do mesmo, logo transpostos para tinta e papel em livros, monografias e semanários.<sup>137</sup>

Entretanto, não tardou para que a crise econômica e o recrudescimento político colocassem um fim ao modesto otimismo da empreitada editorial uruguaia. Escritores, escritoras e intelectuais abandonavam o país, os livros encareciam com a dificuldade de acesso ao papel e os projetos editoriais emigravam. Na capital uruguaia *Marcha* anunciava entre 1973 e 1974 que diversos jornais da oposição eram fechados pelo governo ou tinham suas edições proibidas por algum tempo. A Argentina recém retornada à democracia sob as promessas de recuperação advindas do peronismo parecia, naquele momento, uma possibilidade de continuar as atividades intelectuais e a militância política. Progressivamente **crisis** se tornou um ponto de encontro para os uruguaiois.

Algumas obras reforçam os trânsitos existentes entre o semanário de Carlos Quijano e o campo intelectual do país vizinho, a publicação uruguaia era muito conhecida e consumida pelo público argentino desde os anos 1950, embora os seus *Cuadernos* fossem poucos citados nas revistas e livros argentinos<sup>138</sup>, mas é notória a ausência de trabalhos sobre a recepção de *Marcha* na Argentina. Poucas autoras e autores deram atenção aos vínculos entre *Marcha* e **crisis**: Sonderéguer vê em *Marcha* um antecedente imediato de **crisis** e Ulanovsky comenta brevemente sobre a participação de Galeano em *Marcha*.<sup>139</sup> Luisa Peirano Basso deu um passo adiante e acabou por descrever minimamente a presença dos uruguaiois em **crisis**, uma certa semelhança entre os temas

<sup>137</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 326.

<sup>138</sup> PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vergara, 2001, p. 267; ESPECHE, Ximena. *Lo rioplatense en cuestión: el semanario Marcha y la integración (1955-1959)*. *Cuadernos del CILHA*, v. 12, n. 14, 2011, p. 164-170. O excelente artigo de Espeche ainda trata da presença dos argentinos em *Marcha* no período citado.

<sup>139</sup> SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976) – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 21; ULANOVSKY, Carlos. *Parent las rotativas. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 49.

abordados e a proximidade da iniciativa dos *Cuadernos*, mas não analisou a contribuição desses indivíduos na revista portenha.<sup>140</sup> Portanto, o que aqui trazemos é um estudo inicial sobre as relações entre as publicações.

O projeto das *Ediciones de Crisis* foi um espaço de recepção dos uruguaios que decidiam cruzar o rio, mas aqueles que fizeram parte de *Marcha* tiveram particular cuidado e acabariam por integrar de maneira importante o projeto editorial de Federico Vogelius. Inicialmente eram poucos, apenas Eduardo Galeano, Mario Benedetti, Juan Carlos Onetti e Hermenegildo Sábat. O primeiro era o diretor da revista, mas concedeu ao projeto certa notoriedade por meio da fama como ensaísta. Benedetti e Onetti eram escritores consagrados. Por sua vez, Sábat era o ilustrador da revista, vivia na Argentina há anos e trabalhou em *La Opinión*, *Primera Plana* e *Clarín*. Alguns argentinos que contribuía em **crisis** também participavam de *Marcha*, como Gregorio Selser, Rogelio García Lupo e Rodolfo Walsh, todos correspondentes para o semanário de Montevideo.

Posteriormente o número de colaboradores de *Marcha* cresceu continuamente. Chegaram Jorge Ruffinelli e Ángel Rama, encarregados pela crítica literária do periódico uruguaio, Pancho, o venezuelano que elaborava as caricaturas, Ernesto González Bermejo e María Esther Gilio, entrevistadores que viviam na Europa. A última havia vencido o prêmio literário de *Casa de las Américas* na categoria testemunho com o seu livro *La guerrilla tupamara*. Vivian Trías publicou livros e *Cuadernos*, mesmo caso de Carlos Machado, ambos historiadores e militantes do Partido Socialista.

Os mais recorrentes eram Mario Benedetti, com 4 textos e com a organização da coleção “Esta América”; Vivian Trías, com 2 artigos, 2 *Cuadernos* e 1 livro; Juan Carlos Onetti, com 2 artigos e um *Cuaderno*; e Jorge Ruffinelli, que contribuiu 6 vezes para a revista, publicou 1 livro pela editora e participou da equipe que formulava os *Cuadernos*.<sup>141</sup> Pancho, o cartunista, desenhou 10 vezes, María Esther Gilio publicou 10 artigos ou entrevistas e González Bermejo o fez 21 vezes. Bermejo foi, ao lado de Vicente Zito Lema, o segundo autor que mais colaborou em **crisis**, atrás apenas Hermán Mario

<sup>140</sup> PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vergara, 2001, p. 272-276.

<sup>141</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975; TRÍAS, Vivian. *El imperio británico*. Cuadernos de Crisis 24. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976; TRÍAS, Vivian. *La guerra del petróleo y la crisis económica internacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975; RUFFINELLI, Jorge. *Palabras en orden*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974; ONETTI, Juan Carlos. *Onetti*. Cuadernos de Crisis 6. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

Cueva, autor das pequenas notas de *Carnet*. Além dessas colaborações recorrentes uma série de outros membros de *Marcha* participaram esporadicamente, como Hugo Alfaro e Mercedes Rein. Por fim, o fundador de *Marcha*, Carlos Quijano, teve seus textos publicados uma vez por ocasião do fechamento de seu jornal (1974).

A ligação entre as duas publicações não se limitou ao intercâmbio de autores ou ao compartilhamento de temas e abordagens, mas também se estendeu às menções mútuas, aos mecanismos de solidariedade mencionados e ao próprio funcionamento de *Marcha* em sua etapa final. Era comum encontrar propagandas de **crisis** em *Marcha* e vice-versa, possivelmente sem compensação financeira. O semanário voltou a ser editado na Argentina após anos de proibição do regime militar e foi noticiado nas páginas de **crisis**: as propagandas de *Marcha* foram ininterruptas desde o segundo exemplar até o décimo, publicado em princípios de 1974.<sup>142</sup> Os uruguaios fizeram a sua parte, **crisis** foi anunciada todos os meses pelo semanário montevidense, de 17 de maio até 21 de dezembro de 1973, data da última menção. Apesar das interrupções nas publicações, *Marcha* ainda se esforçaria para publicar um trecho do romance de Eduardo Galeano em 31 de maio de 1974.<sup>143</sup>

O sexto número de **crisis** apresentou *Marcha* como uma resposta uruguaia ao processo ditatorial e fez uma campanha de arrecadação de fundos para a publicação, exibida também como uma corrente da Frente Ampla daquele país.<sup>144</sup> Nesse mesmo exemplar **crisis** contribuía para a campanha “Amigos de *Marcha*”, iniciada pelo periódico em agosto daquele ano. Interditada por quase dois meses pela censura da ditadura uruguaia, *Marcha* encontrava dificuldades financeiras e **crisis** se mostrava solidária ao vender bônus de ajuda em sua redação onde funcionou a sede do jornal de Carlos Quijano.

A situação política uruguaia explica, em parte, a crescente presença de *Marcha* em **crisis**. O semanário montevidense foi constantemente hostilizado pelos governos autoritários de seu país e os seus membros censurados, perseguidos e impedidos de

<sup>142</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 2 junio, p. 14, 1973; **crisis**, Buenos Aires, n. 3, julio, 1973, p. 12; **crisis**, Buenos Aires, n. 4, agosto, 1973, p. 7; **crisis**, Buenos Aires, n. 5, septiembre, 1973, p. 16; **crisis**, Buenos Aires, n. 6, octubre, 1973, p. 28; **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p. 47; **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 69; **crisis**, Buenos Aires, n. 9, enero, 1974, p. 62; **crisis**, Buenos Aires, n. 10, febrero, 1974, p. 69; **crisis**, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974, p. 74.

<sup>143</sup> *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1643, 17 de mayo de 1973, p. 22; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1649, 30 de junio de 1973, p. 12; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1652, 10 de julio de 1973, p. 6 e p. 24; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1655, 11 de octubre de 1973, p. 31; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1660, 16 de noviembre de 1973, p. 10; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvv, n. 1665; 21 de diciembre de 1973, p. 3; *Marcha*, Montevideo, ano xxxvvi, n. 1674, 31 de mayo de 1974, p. 31.

<sup>144</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 6, octubre, 1973, p. 28.

publicar buscaram um veículo semelhante e o encontraram em **crisis**. Entretanto, o elemento central na construção desses vínculos foi a amizade de Eduardo Galeano. Em carta a Carlos Quijano o diretor de **crisis** reconheceu a importância do jornal para a sua formação, bem como a influência de seu diretor na sua própria escrita. Galeano apontou para a contribuição de *Marcha* nas suas reflexões sobre o jornalismo, a literatura e a arte como instrumentos de transformação social, bem como sua importância para ponderar sobre a conformação de projetos de esquerdas não dogmáticos, plurais e mais criativos.<sup>145</sup>

Uma bela memória de Jorge Ruffinelli publicada por ocasião da morte de Galeano ressalta o forte vínculo afetivo que o diretor de **crisis** ainda mantinha com os antigos colegas de redação. Ademais da análise da obra do escritor então recém-falecido, o artigo de Ruffinelli trouxe passagens de certa intimidade entre o próprio autor e o jornalista, os dois se conheciam desde os tempos da redação de *Marcha*. Ruffinelli foi um dos primeiros a discutir criticamente a obra de seu colega e resenhar os seus livros, em 1971 entrevistou Galeano após o sucesso de *As veias abertas da América Latina* e em 1973 resenhou *Vagamundo*.

Ao longo de seu artigo Ruffinelli, responsável pela seção literária de *Marcha*, recorda a proximidade com o diretor de **crisis**, para visitá-lo bastava “tomar o elevador e subir dois andares a partir de onde vivia a minha mãe”. Ambos haviam dividido hospedagem em Cuba durante os concursos de *Casa de las Américas* e quando Ruffinelli ia a Buenos Aires instalava-se no frequentemente inocupado apartamento de Eduardo Galeano, “viajante penitente”.<sup>146</sup> Em 1973 Jorge Ruffinelli finalmente mudou-se para a Argentina, convidado por Noé Jitrik a lecionar na Universidade de Buenos Aires. A partir de então o seu nome passou a figurar com constância em **crisis**, publicou 6 artigos e 1 livro de entrevistas.<sup>147</sup> Assim como o crítico literário, outros amigos de Galeano ganhavam espaço nas *Ediciones de Crisis*, como Vivian Trías e Carlos Machado.

A centralidade de Eduardo Galeano na construção dessa rede pode ser percebida também nas páginas de *Marcha*. O jornalista era famoso em seu país e as referências a ele certamente chamavam a atenção dos leitores. O diretor de **crisis** continuava a publicar em sua terra natal e os seus livros eram divulgados por *Marcha*, principalmente

<sup>145</sup> GALEANO, Eduardo. Carta a Carlos Quijano (1981). In.: *Entrevistas y artículos (1962/1987)*. Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988, p. 354-356.

<sup>146</sup> RUFFINELLI, Jorge. Eduardo Galeano: el hombre que rechazaba las certezas y las definiciones. *Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 281 octubre-diciembre, 2015 p. 132-133.

<sup>147</sup> RUFFINELLI, Jorge. *Palabras en orden*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

*Vagamundo*, coeditado pela editora uruguaia Arca, e *La canción de nosotros*.<sup>148</sup> O semanário trouxe ainda um trecho de romance de seu antigo secretário de redação<sup>149</sup> e uma feita por Jorge Ruffinelli, para o qual “Eduardo Galeano constitui o maior caso de talento e precocidade dentro das novas letras uruguaias”.<sup>150</sup>

Pois bem, o que agregaram os indivíduos provindos de *Marcha*? As redes intelectuais, como qualquer experiência transnacional, são marcadas pela transformação múltipla e desigual de todos os seus elos. O fechamento de *Marcha* não nos permite vislumbrar com profundidade o possível impacto – ou ausência do mesmo – que teria **crisis**, restrito a poucas menções e à conexão com Eduardo Galeano. O projeto argentino, sobretudo a revista, entretanto, foi transformado pela chegada dos uruguaiois. Desta maneira cabe ampliar a pergunta: quais os elementos trazidos pelos vínculos com os círculos de *Marcha*?

Nos livros publicados por *Ediciones de Crisis* a participação de *Marcha* foi modesta, a contribuição se restringiu a análise da obra de alguns escritores, como a de Mercedes Rein, algumas poucas entrevistas com alguns autores realizadas por Jorge Ruffinelli, uma cronologia comentada do golpe no Chile feita por Gregorio Selser e uma análise de Vivian Trías sobre a crise do petróleo.<sup>151</sup> Mario Benedetti daria a maior contribuição ao organizar a maior coleção, *Esta América*. Trataremos melhor da organização das publicações da editora mais à frente.

A participação seria maior na revista, o círculo uruguaio aumentou o escopo da crítica cultural e literária, as análises políticas internacionais e de entrevistas. Houve uma diversificação e aumento do material. Os membros de **crisis** possuíam contatos que forneciam material interessante para a revista, mas os participantes de *Marcha* conseguiram ampliar os temas abordados, o tipo de textos recebidos e o interesse para os quais algumas análises se dirigiam. Desses colaboradores viriam, principalmente, comentários sobre a política internacional, entrevistas advindas da Europa e testemunhos coletados nas ruas de Buenos Aires.

<sup>148</sup> *Marcha*, Montevideo, ano xxxv, n. 1651, 03 de julio de 1973, p. 12; *Marcha*, Montevideo, ano xxxv, n. 1656, 19 de octubre de 1973, p. 19

<sup>149</sup> *Marcha*, Montevideo, ano xxxvi, n. 1674, 31 de mayo de 1974, p. 31

<sup>150</sup> RUFFINELLI, Jorge. Los andares de un escritor. *Marcha*, Montevideo, ano xxxv, n. 1665, 21 de diciembre de 1973, p. 29.

<sup>151</sup> REIN, Mercedes. *Cortázar y Carpentier*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974; RUFFINELLI, Jorge. *Palabras en orden*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974; SELSER, Gregorio. *Chile para recordar*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974; TRÍAS, Vivian. *La guerra del petróleo y la crisis económica internacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

No âmbito literário **crisis** recebia abundante material de autores argentinos e de latino-americanos que eram próximos aos editores, como Pablo Neruda, Cortázar, Augusto Roa Bastos ou Miguel Ángel Asturias. Entretanto, a colaboração normalmente era reduzida a uma longa entrevista com o autor ou autora, questões sobre seus posicionamentos políticos, perguntas sobre a função da arte ou um aspecto específico de seu trabalho, algum trecho escolhido de sua obra, uma pequena biografia e a listagem de sua produção. Excetuados os artigos de Santiago Kovadloff, que tratava de analisar e fazer conhecer a literatura de língua portuguesa, não havia uma avaliação profunda de suas obras.

Estas, quando aconteciam, geralmente eram direcionadas a escritores mais relacionados à política e, por vezes, às artes plásticas. **crisis** recorria à associação entre vida do autor, obra e militância política para exemplificar, criticar ou idealizar algum ponto que lhe interessava ou explicar um contexto. A chegada de Jorge Ruffinelli e a participação esporádica de Ángel Rama trouxeram aspectos de crítica literária que se preocupava com a forma, a retórica, a poética e a teoria literária sem ignorar as implicações e escolhas ético-políticas das obras.

Gregorio Selser, correspondente argentino de *Marcha*, e Vivian Trías ocuparam-se da área de política internacional. Ambos dissertaram sobre as atividades da CIA na América Latina, as pressões da *Sociedad Interamericana de Prensa* a favor da grande mídia latino-americana, as derrotas estadunidenses no Vietnã e o impacto da crise econômica sobre as grandes potências imperialistas. Aqui a contribuição foi modesta, mas Vivian Trías, ao dissertar sobre o Vietnã e sobre a crise capitalista, incorporou uma perspectiva que transcendia os temas internacionais tradicionais de **crisis**, a saber, o Chile, o Peru, o Uruguai e Portugal.

A maior colaboração esteve na área das entrevistas. As revistas sempre traziam uma entrevista com um intelectual escolhido, uma espécie de dossiê que servia também como uma forma de homenagem. A contribuição uruguaia esteve na ampliação do escopo dos entrevistados. Ernesto González Bermejo, um dos autores que mais publicou em **crisis**, fornecia um importante material provindo da Europa e ajudava a revista a superar a limitação de entrevistas feitas quase exclusivamente com latino-americanos e argentinos. Ademais, González Bermejo servia como uma conexão com a intelectualidade latino-americana que residia no continente europeu.

Já María Esther Gilio, famosa pelos testemunhos que compunham o premiado

livro *La guerrilla tupamara*, alternou entre as entrevistas com alguns intelectuais renomados, como Jorge Luis Borges, e a coleta de testemunhos cotidianos de Buenos Aires. Diferentemente dos outros colaboradores, Esther Gilio interessava-se também pelas vozes dos marginalizados que habitavam aquela cidade. Vicente Zito Lema havia coletado algumas expressões culturais destes grupos, como a produção artística dos internos de um hospício ou as cartas de prisioneiros políticos, mas foi a uruguaia que inaugurou em **crisis** a tentativa de fazer esses indivíduos falarem por meio da coleta de testemunhos e pela publicação direta de suas respostas, por meio das entrevistas com dezenas de imigrantes ou de pessoas que se reuniam para despedirem-se do recém falecido compositor de tango Aníbal Troilo.<sup>152</sup>

Por fim, nos *Cuadernos* a contribuição foi mais evidente, das 29 monografias publicadas 7 foram escritas por antigos membros de *Marcha*, quase de 25% do total. Em geral, os *Cuadernos* elaborados pelos argentinos tratavam de questões ou figuras estritamente nacionais. Suas preocupações dirigiam-se para os caudilhos do século XIX, para personagens do nacionalismo argentino ou para elementos da cultura popular local, como o tango e os *cancioneros*. Os colaboradores de *Marcha* deram um perfil mais internacionalista e latino-americanista aos temas e análises.

O quarto *Cuaderno*, intitulado *Uruguay, y ahora qué?*, foi publicado em fevereiro de 1974, poucos após o Golpe de Estado de Bordaberry, no mesmo mês do fechamento de *Marcha*. A monografia – a mais extensa de todas, 111 páginas – detalhava o processo autoritário no país vizinho por meio de testemunhos de presos políticos, poemas, notícias de jornais e declarações dos partidos e movimentos armados da esquerda uruguaia. Uma parcela importante desse material provinha diretamente de republicações de *Marcha*.<sup>153</sup> Ao lado de um *Cuaderno* sobre o Peru, escrito estritamente por peruanos, esta foi a única monografia dedicada à análise de conjuntura de um país específico que não fosse a Argentina.<sup>154</sup>

Outros *Cuadernos* abordavam a história do imperialismo britânico e

---

<sup>152</sup> ESTHER GILIO, María. Los desterrados, informe sobre la inmigración en la Argentina (I). *Crisis*, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 3-14; ESTHER GILIO, María. Los desterrados, informe sobre la inmigración en la Argentina (II). *crisis*, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 3-12; ESTHER GILIO, María; ZITO LEMA, Vincente. El día que enterraron a Troilo. *crisis*, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p. 62-64.

<sup>153</sup> *Uruguay, y ahora qué?* Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

<sup>154</sup> *Peru*. El poder al pueblo. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974. Apenas o prefácio foi escrito por um argentino, Juan Gelman.

estadunidense. As obras dos argentinos tratavam do assunto, elas incorporavam o imperialismo em suas análises sobre os conflitos do século XIX, a formação do Estado e a oposição de intelectuais nacionalistas àquilo que percebiam como uma entrega da soberania do país aos estrangeiros. Pautados nos discursos dependentistas e em um anti-imperialismo de longa data, esses autores vislumbravam a Argentina em um quadro mais amplo, mas em última instância interessava-lhes exclusivamente a sua própria nação. Os uruguaios e outros membros de *Marcha*, por sua vez, estavam mais preocupados com este enfoque internacionalista.

As monografias publicadas por Vivian Trías dialogam com essa perspectiva. O historiador produziu duas monografias sobre o imperialismo britânico na América do Sul e a Guerra da Tríplice Aliança e desviou das histórias nacionais para pensar os processos de maneira coletiva. Trías interessava-se pelos condicionamentos dos desenvolvimentos regionais ligados à integração das periferias ao capitalismo expansionista europeu, estudos sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado.<sup>155</sup> O diagnóstico da dependência levou Trías à conclusão de que as soluções nacionais só seriam possíveis por meio de práticas mais globais, um alerta para o quão “difícil, árduo e incertos são o desenvolvimento e a libertação, especialmente para as nações pequenas”.<sup>156</sup> A proposta continentalista e terceiro-mundista era típica de parte da esquerda uruguaia de finais dos anos 1950 e princípios de 1960.

A ampliação de escala também esteve presente nas obras de Gregorio Selser ao elaborar uma cronologia e uma interpretação das intervenções estadunidenses na América Latina. A política externa da potência imperialista foi o seu principal tema de pesquisa no projeto editorial, acompanhado da descrição de seus mecanismos de cooptação, controle e repressão na América Latina, como os cursos do Pentágono, o treinamento aos militares, os subsídios às forças armadas e as próprias intervenções dos *marines*.<sup>157</sup>

Selser trazia uma perspectiva latino-americanista que colocava a região como foco, não as realidades nacionais dispersas, a exploração e o imperialismo seriam

---

<sup>155</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Tripe Alianza* Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975 p. 4-12; TRÍAS, Vivian. *El Imperio Británico* Buenos Aires: Ediciones de Crisis s, 1976, p. 4, 6, 32 e 40-42.

<sup>156</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Tripe Alianza*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 21-22 e 79.

<sup>157</sup> SELSER, Gregorio. *Los marines*. Intervenciones norteamericanas en América Latina Buenos Aires: Ediciones de Crisis; SELSER, Gregorio; DÍAZ, Carlos. *El Pentágono y la política exterior norteamericana*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

elementos transfronteiriços que definiam essa comunidade imaginada. O texto, avisava o autor, seria uma “apuração das intervenções e agressões produzidas durante o século XX, como uma contribuição não somente contra essa história da América Latina que nos vendem, distorcida e fragmentada, mas também como uma referência e lembrete para os que lutam pela libertação e construção da Pátria Grande”.<sup>158</sup> Com a exceção dos textos de Jorge Rivera e Norberto Galasso, o tema da Pátria Grande seria raro entre os argentinos que publicavam nas *Ediciones de Crisis*, abordado apenas em menções esparsas.<sup>159</sup>

Carlos Machado apresentou especial apelo ao tema em *La Patria Grande de Bolívar a Perón e Artigas*, sua primeira contribuição iniciava o texto com um apelo, “Aquilo que poderia ser: uma nação de repúblicas”.<sup>160</sup> Embora Machado abordasse a ideia e o ideal da Pátria Grande ao longo da história e os seus possíveis desenvolvimentos no pensamento de algumas figuras notáveis o seu tema preferencial foi a trajetória de Artigas, visto como um dos pioneiros do discurso integracionista latino-americano. O *artiguismo* aparecia também, em menor escala, na obra de Vivian Trías como uma contraposição ao imperialismo britânico e como elemento unificador dos Estados que se tornavam independentes.<sup>161</sup> A figura de José Artigas, cara aos uruguaios, passava despercebida pelos seus colegas argentinos.<sup>162</sup>

A partir dos argumentos construídos pelos três autores percebemos como as contribuições não se resumiam a novos materiais, alguns enunciados também emergiam ou ganhavam particular importância. No caso da relação de *crisis* e *Marcha* percebemos como a publicação argentina inspirou-se no que percebia como um latino-americanismo presente no semanário uruguaio.

Tal afirmação exige uma ressalva: o discurso latino-americanista e outras perspectivas de integração regional não estavam ausentes entre os intelectuais argentinos ou nas culturas políticas contemporâneas daquele país. Desde princípios da década de

<sup>158</sup>SELSER, Gregorio. *Los marines*. Intervenciones norteamericanas en América Latina. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 21.

<sup>159</sup>RIVERA, Jorge B. *El General Juan Facundo Quiroga*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 8; GALASSO, Norberto. *Scalabrini Ortiz*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 62. Na revista o tema da “Pátria Grande” aparece uma vez em um artigo de Norberto Galasso sobre Manuel Ugarte que reuniu também textos do autor trabalhado. GALASSO, Norberto. Manuel Ugarte, maldito. En el centenario de su nacimiento. *crisis*, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 34-40.

<sup>160</sup>MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 4-7.

<sup>161</sup>TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Tripe Alianza*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975 p. 12.

<sup>162</sup>A única exceção é uma menção em no mencionado *Cuaderno* de Jorge Rivera.

1920 Manuel Ugarte já discorria sobre o imperativo da unidade contra o imperialismo estadunidense. A Terceira Posição adotada pelo governo peronista duas décadas depois se aproximava de um discurso integracionista na América do Sul, embora fosse permeada de um caráter altamente pragmático para superar o progressivo isolamento político e econômico imposto pela política externa dos Estados Unidos. A esquerda sessentista, inspirada pela Revolução Cubana e reaproximada ao peronismo, incorporou em seus programas a solidariedade aos povos do Terceiro Mundo e da América Latina, o que implicava pensar a revolução nacional em um quadro mais amplo. Seus intelectuais mesclavam marxismo e nacionalismo para construir modelos interpretativos para história do continente, como o fizera Jorge Abelardo Ramos em *Historia de la nación latinoamericana* em 1968.<sup>163</sup>

Essa tradição facilitou a recepção, apropriação e aceitação do enunciado em **crisis**, mas o projeto editorial liderado por Galeano fundamentaria a sua identidade no latino-americanismo de *Marcha*. Os pertencimentos construídos e filiações (auto)atribuídas são aspectos importantes das redes de sociabilidade, por meio deles os intelectuais escolhem as tradições construir, as figuras às quais desejam se associar, as ideias e discursos pelos quais querem ser lembrados e os simbolismos que a eles seriam atrelados.

O fim de *Marcha* e os seus desdobramentos revelam as ligações estabelecidas entre ambas as publicações e a forma como **crisis** se apropriava de seu par uruguaio. Em março de 1974, em seu décimo primeiro número, **crisis** redigiu uma nota sobre a prisão de Juan Carlos Onetti e a ocupação dos escritórios de *Marcha* por parte da polícia. A interrupção das edições do semanário uruguaio foi lamentada, pois este “contribuiu para a formação, ao longo de trinta e cinco anos, do pensamento anti-imperialista independente em toda a América Latina”.<sup>164</sup>

A revista ainda elaborou algumas páginas extras (a edição final já havia sido impressa) e tratou do que viria a ser o fechamento definitivo de *Marcha* pela ditadura uruguaia, denunciando a prisão do seu diretor, Carlos Quijano, de Hugo Alfaro, redator do semanário, dos escritores Juan Carlos Onetti e Nelson Marra e da dramaturga Mercedes Rein. A publicação argentina saudou e homenageou *Marcha* pelos seus “35

---

<sup>163</sup> RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011. Jorge Abelardo Ramos iniciou o seu processo de estudo histórico da coletividade da região quase 20 anos antes, em 1949 já havia publicado “*América latina, un país: su historia, su economía, su revolución*”.

<sup>164</sup> Carnet. **crisis**, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974, p. 74.

bonitos e heroicos anos de vida”. Afirmou ainda que

*Marcha* não foi apenas uma fonte de conhecimento. Foi também, principalmente, um instrumento de luta contra as ditaduras, contra a opressão social, contra a humilhação e contra a espoliação dos países pobres pelos países ricos. *Marcha* ensinou a muitos as chaves, complexas, mas fundamentais, para decifrar a desgraça do Terceiro Mundo, iluminou para muitos o caminho do necessário combate, inculcou e alimentou em muitos a fé na dignidade e na liberdade dos homens e dos países.<sup>165</sup>

Para terminar a nota e a homenagem **crisis** recuperou um editorial de Carlos Quijano, *La nostalgia de la patria grande*, publicado em *Marcha* 1327, 28 de outubro de 1966, e um artigo chamado *Americanismo*, do primeiro número. Como justificativa afirmou que “escolhemo-lo porque se refere a um tema de contínua vigência”. O texto de Quijano criticava a integração latino-americana via comércio e fortalecimento de laços capitalistas a partir da expansão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Quijano defendia que a “Pátria Grande será feita com as pátrias pequenas, mas será feita no crisol revolucionário e não dentro dos marcos traçados pelo inimigo”.<sup>166</sup> O excerto *Americanismo*, um pequeno box com quatro parágrafos, reforçava a necessidade de combater o imperialismo por meio de uma alternativa própria, continental, que respeitasse a originalidade dos povos que compusessem tal conjunto.<sup>167</sup> As escolhas do que publicar, do que utilizar para homenagear o semanário recém-fechado, revelam o que **crisis** admirava em *Marcha* e o que deseja apropriar para si: em meio a décadas de existência da publicação e da miríade de temas **crisis** elegeu o seu latino-americanismo como elemento prioritário.

Esse latino-americanismo foi fundamental nos posicionamentos e na concepção que os colaboradores do projeto editorial tinham acerca do mesmo. A imagem que **crisis** tinha de *Marcha* era semelhante a que possuía de si própria, “um veículo de difusão e de conquista de uma unidade nacional e latino-americana que deseja ser útil em um marco maior das lutas de libertação”.<sup>168</sup> A revista argentina considerava-se herdeira do internacionalismo que vigorava entre a intelectualidade de esquerda das décadas de 1960 e 1970, mas que possuía expressões mais antigas no Uruguai.

<sup>165</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974.

<sup>166</sup> Tais páginas não constam na numeração oficial da revista. Esse anexo pode ser encontrada na versão de **crisis** digitalizada pelo *Archivo Histórico de Revistas Argentinas* (AHIRA). Disponível em: <https://www.ahira.com.ar/revistas/crisis/>. Acesso em: 15/03/2018.

<sup>167</sup> **Crisis** atribuiu uma data errada ao texto, 26/06/1939. A data correta é 23/06/1939.

<sup>168</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 2.

Embora o latino-americanismo não fosse um discurso exclusivo dos intelectuais uruguaios, ali ele teve espaço para florescer. Como bem mostra Ximena Espeche a crise do Estado batllista, a partir de 1955, as limitações da industrialização do país e os seus problemas econômicos colocaram em dúvida as antigas possibilidades de desenvolvimento. O fracasso do mito da “Suíça da América” fortaleceu a reflexão sobre a necessidade de uma integração latino-americana, debate já vigente, para superar as limitações impostas pela pequenez do país e torná-lo novamente viável.<sup>169</sup>

A Terceira Posição advinda do peronismo em meados da década de 1950 possuía certa desconfiança entre a intelectualidade uruguaia, percebida como uma ameaça para as democracias da região. A proposta argentina carregava um forte rechaço às democracias liberais e simpatias por regimes autoritários e corporativos. Faltava ainda um maior arraigamento à realidade hispano-americana ou latino-americana.<sup>170</sup> O giro do peronismo à esquerda nos anos 1960 não eliminou as reticências, os argentinos pareciam demasiado embrenhados em suas disputas internas e os seus anti-imperialismos, com algumas exceções, priorizavam a questão nacional.

Diferentemente de parte das esquerdas argentinas, os uruguaios viam na integração uma maneira de transformar o seu próprio país, não percebiam o internacionalismo latino-americano como uma espécie de mosaico de revoluções nacionais que compunham a totalidade da região, revolução nacional e internacional pareciam indissociáveis. Essa perspectiva permitiu uma aproximação com o internacionalismo revolucionário que se construía em Cuba.

O acercamento das concepções das *Ediciones de Crisis* às de *Marcha* foi, portanto, uma escolha. Conviviam no projeto editorial os enunciados da esquerda argentina e o internacionalismo uruguaio. Cabe ressaltar que essa opção passou por uma operação de apropriação: **crisis** priorizava o elemento latino-americanista de *Marcha*, seus editores recortavam e reduziavam as contribuições do semanário uruguaio ao anti-imperialismo, à integração latino-americana e ao terceiro-mundismo. As propagandas do semanário nas páginas de **crisis** reforçavam o recorte, “Novamente na Argentina – Marcha – Toda a semana em um dia – Informação e análise da *América Latina*”.<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016, p. 95.

<sup>170</sup> ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016, p. 213-215.

<sup>171</sup> Grifos nossos.

*Marcha* e os seus *Cuadernos* não podem ser reduzidos apenas a isso. Ao longo de sua existência o semanário e os suplementos trataram de temas muito mais amplos como o nazifascismo, os dilemas do socialismo soviético, as obras de autores de esquerda, o Maio de 1968 na França e a invasão à Tchecoslováquia. Os assuntos relacionavam-se ao espectro das esquerdas, mas não se restringiam às lutas nacionais de libertação e aos terceiro-mundismos.

A revista **crisis** ignorava também as contribuições dos membros de *Marcha* à crítica literária, os trabalhos de Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama e Jorge Ruffinelli sobre o tema não eram mencionados como pontos notáveis da publicação uruguaia. No limite, o projeto editorial de Eduardo Galeano parecia submeter a discussão artística às demandas políticas do presente, a saber, ao anti-imperialismo e à aspiração de uma integração da América Latina.

Por fim, o latino-americanismo que **crisis** recuperava era uma perspectiva entre outras possíveis dentro da própria existência de *Marcha*. O semanário e o seu diretor transformaram o seu discurso ao longo do tempo. Mateus Fávoro Reis nos mostra como não existia em *Marcha*, desde de 1939, um consenso sobre os traços definidores da região, a sua identidade e o seu porvir. Entretanto, após a Revolução Cubana, começou-se a delinear um discurso integracionista revolucionário para a região. Quijano, embora negasse as generalizações sobre a América Latina, reconhecia que a atuação imperialista criava laços de pertencimento comuns aos países que a compunham, bem como o subdesenvolvimento e a pobreza, superáveis apenas por meio da construção de um socialismo próprio.<sup>172</sup> Este momento específico, o dos anos 1960, foi o escolhido por **crisis** para apropriar-se.

Trata-se, mais uma vez, de uma tradição eletiva. O projeto editorial atribuía a *Marcha* uma espécie de precedência de sua própria existência, naquilo que Fernández Sebastian define como uma filiação invertida, no qual o legado é elaborado pelo próprio legatário.<sup>173</sup> **crisis** elegia quais elementos deseja incorporar e quais deseja ignorar ou excluir. O latino-americanismo e o anti-imperialismo eram os aspectos ressaltados pelo projeto editorial. Como veremos, essa operação se repetiu em relação a outros temas ou

---

<sup>172</sup> REIS, Mateus Fávoro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 290.

<sup>173</sup> FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual. *Almanack*, Guarulhos, n. 07, 2014, p. 18.

grupos, como o revisionismo histórico, terceiro elemento dessa rede humana, material e simbólica das *Ediciones de Crisis*.

Por ser um tema central desta tese, o revisionismo histórico merecerá vasta atenção mais adiante. Cabe, neste momento, apontar para a sua importância no projeto editorial e destacar alguns dos indivíduos que contribuíram para a transformação das *Ediciones de Crisis*. No princípio dos trabalhos editoriais e nos primeiros números das revistas a História era pouco abordada e o revisionismo histórico era praticamente inexistente, embora os arquivos de Aníbal Ford demonstrem que em 1972 o jornalista já planejasse incorporar alguns temas típicos dos revisionistas, como os conflitos caudilhescos do século XIX e a dicotomia interior/província x capital/Buenos Aires. Os documentos desse arquivo indicam ainda o interesse de Ford na obra de três historiadores específicos que viriam a participar de maneira decisiva nas *Ediciones de Crisis*, Fermín Chávez, Norberto Galasso e Luis Alén Lascano.<sup>174</sup> Os três historiadores participaram de uma releitura e reapropriação do revisionismo histórico argentino iniciado nos anos 1950 e 1960, conferindo-lhe um aspecto menos aristocrático e elitista e aproximando-o de propostas políticas mais populares. Chávez e Galasso integravam ainda a vasta cultura política peronista, o primeiro participara do nacionalismo católico e logo faria parte do justicialismo, ao passo que Galasso provinha dos quadros da esquerda peronizada. Trataremos melhor dos autores revisionistas na segunda parte da tese.

Os discursos sobre o passado e o recurso à história progressivamente ganhariam corpo no projeto editorial, sobretudo após o oitavo número da revista **crisis**, no qual os editores escolheram incorporar uma discussão sobre o ensino de história na Argentina. Os *Cuadernos de Crisis* também trariam discussões sobre história e enunciados diretamente ligados ao revisionismo a partir de seu oitavo exemplar, dedicado ao caudilho oitocentista Facundo Quiroga. Neste caso, a atuação de Ford foi clara, uma vez que o jornalista assumiu a direção dos *Cuadernos* em princípios de 1974 e passou a publicar os revisionistas que já figuravam em seus planos: Chávez, Alén Lascano e Galasso seriam autores recorrentes na revista, mas, principalmente, nas monografias. Ao lado desses colaboradores argentinos agregar-se-iam, no campo da história, outros dois uruguaios já mencionados, Carlos Machado e Vivian Trías. Juntos, os cinco historiadores publicaram 10 dos 29 *Cuadernos*, mais de um terço da iniciativa.

---

<sup>174</sup> Cf.: Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

As apostas do projeto editorial na história e nos usos políticos tiveram, portanto, possível influência de Aníbal Ford e logo transformariam a forma como as *Ediciones de Crisis* atuariam no mercado editorial e na esfera pública argentina. O revisionismo histórico, apropriado e ressignificado nas publicações, seria a principal forma encontrada para narrar o passado, embora não a única, e delinear a parte das representações presentes no projeto editorial. A opção dos *Cuadernos* por biografar os grandes homens, o recurso a dicotomias irreconciliáveis entre caudilhos nacionalistas populares e uma elite liberal entreguista e a ideia de que o país desviara de um pretense destino de grandeza, elementos recorrentes na cultura histórica argentina, reforçam o peso que os enunciados revisionistas tiveram na empreitada iniciada por Vogelius.

As *Ediciones de Crisis*, portanto, seriam articuladas por uma pluralidade de autores, ideias e tradições intelectuais, mas essas três grandes afinidades – Cuba, *Marcha* e o revisionismo - tiveram maior importância no projeto editorial. O revisionismo, profundamente atrelado ao nacionalismo argentino, traria ainda uma simpatia pelo peronismo que era igualmente expressa ao longo das publicações sem que **crisis**, entretanto, precisasse declarar uma adesão aberta ao peronismo.

Essas escolhas deixam algumas reflexões. Primeiro, elas explicitam o caráter transnacional de várias redes intelectuais, como estudos recentes tem apontado. A circulação de ideias, discursos, bens materiais e indivíduos é uma marca das culturas intelectuais contemporâneas, percebemos cada vez mais a integração entre as intelectualidades nacionais e as transformações mútuas entre os seus respectivos espaços. Ainda que de maneira desigual e hierarquizada, projetos editoriais, livros e revistas transitavam entre as fronteiras e contribuía para a formação de grupos distintos. Na América Latina é possível constatar este movimento desde a sua independência, as elites letradas da região possuíam e possuem um alto grau associativo que possibilitava o intercâmbio cultural. Com o desenvolvimento do transporte e da comunicação, o encurtamento das distâncias, o barateamento dos custos dos suportes materiais e da sua distribuição essas conexões tenderam a se tornar mais intensas e constantes, embora sempre encontrassem barreiras.

Algumas dessas barreiras nos levam ao segundo ponto, a complexa relação entre os regimes autoritários e a intelectualidade opositora. Uma conclusão óbvia, real e necessária aponta para a censura, a perseguição e mesmo de intelectuais que ousaram criticar ditadores civis ou fardados. O cerceamento da circulação de ideias e discursos e

o confisco dos suportes materiais dos mesmos tiveram grande impacto sobre as redes intelectuais, impedindo o seu pleno funcionamento e desenvolvimento em seus países de origem. Os integrantes de *Marcha* foram vítimas de algumas das barbáries cometidas pela ditadura uruguaia, assim como os membros de **crisis** logo o seriam devido à brutalidade dos militares argentinos. Além disso a decisão de vários indivíduos de partirem de sua pátria para evitarem a hostilização e perseguição privou o campo intelectual de importantes intervenções públicas.

Entretanto, a imigração e o exílio possibilitaram uma internacionalização de certas redes. O deslocamento de sujeitos propicia transformações de diferentes escalas nos espaços que os recebem, nos espaços de trânsito e nos locais de partida. Vários intelectuais encontraram novos campos de atuação, novas publicações, cargos em universidades, públicos interessados em suas obras e projetos editoriais dispostos a divulgarem uma produção proibida no país de origem. Muitos desses indivíduos continuavam não apenas as suas carreiras profissionais nos espaços de acolhimento, mas também as suas militâncias políticas. No caso latino-americano são notórios os nascimentos de grupos de defesa de direitos humanos na Europa que condenavam os regimes militares da região ou a reorganização dos partidos e movimentos armados de esquerda. No aspecto cultural surgiram projetos editoriais e revistas de intelectuais exilados, como as revistas de chilenos nos Estados Unidos ou de dissidentes cubanos na Espanha.<sup>175</sup> Com *Marcha* não seria distinto, seus membros continuaram a atuar ou publicar na Argentina em meios como **crisis**.

Essa recepção dos uruguaios no projeto editorial argentino indica também as necessidades de estudo dos mecanismos de solidariedade no meio intelectual. Em cada país, grupo político ou publicação surgiram distintas formas de apoiar colegas que escolheram ou que foram forçados a abandonar os seus países, como cargos em instituições, papéis em um projeto editorial ou a publicação de suas obras.

A mesma recepção nos leva à terceira consideração: as formas de nucleação das redes intelectuais. De fato, um projeto editorial ou uma rede dependem de uma série de interações, práticas e discursos elaborados por uma miríade de indivíduos, mas certos intelectuais possuem a capacidade de moldar uma parcela importante dessa mesma rede

---

<sup>175</sup> Como exemplo tomemos o belo trabalho de Raphael Coelho sobre o exílio intelectual chileno. Cf.: COELHO NETO, Rafael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile* (1977-1989). 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

e de estabelecer formas de intervenção. Os vínculos entre *Marcha* e **crisis** mostram, por exemplo, a centralidade de Eduardo Galeano no projeto financiado por Federico Vogelius. A solidariedade demonstrada com alguns indivíduos ressalta como as afetividades e as proximidades ideológicas acabavam por excluir intelectuais de renome ou que poderiam aportar generosas contribuições. A política e o afeto, por vezes, transformavam as estratégias editoriais. Não foram Vargas Llosa e Rodríguez Monegal ignorados pelas *Ediciones de Crisis* devido às suas rixas com a Revolução Cubana ou com alguns membros de *Marcha*?

Algo semelhante aconteceria com o revisionismo histórico. Havia nos anos 1970 instituições historiográficas consolidadas na Argentina e um considerável número de historiadores profissionais dos mais distintos matizes, mas o projeto editorial escolheu recorrer a um seleto grupo de revisionistas. Tal opção tinha a ver, como veremos, com a proximidade ideológica entre uma parcela desses autores e o projeto editorial, mas também com certa afinidade de Aníbal Ford e tal corrente historiográfica.

Por fim, como quarto ponto de reflexão, a progressiva chegada dos membros de *Marcha* e dos revisionistas a **crisis** nos revela parte da historicidade do projeto editorial argentino. Ele não foi completamente homogêneo do início ao fim, como faz crer parte da bibliografia especializada.<sup>176</sup> Houve uma série de transformações - aumento da crítica literária, crescimento de material provindo da Europa, maior número de entrevistas e mudança no perfil das mesmas, aumento do número de publicações sobre história – que ocorreram progressivamente, escolhas de temas, formas e estratégias que variaram ao longo da existência de **crisis**. Os participantes do projeto editorial igualmente se aproximavam e se distanciavam, quando o regime peronista endureceu o seu expurgo à esquerda e a violência política ganhou novas proporções vários decidiram deixar a Argentina.

Essa rede de proximidades ideológicas e afetivas marcou o surgimento e a transformação do projeto editorial, bem como o perfil de intervenção política desejado. A

---

<sup>176</sup> O artigo de José Luis de Diego é um dos poucos que atentam para as transformações na revista **crisis**. De Diego notou bem, como mostraremos à frente, que o projeto editorial progressivamente passou a incorporar nomes do nacionalismo argentino e a deixar de lado símbolos da esquerda revolucionária internacional, como Lenin ou Mao Zedong. DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 127-141.

revista que surgiu em 1973 era, ao mesmo tempo, a materialização dessas relações estabelecidas por uma parte da intelectualidade de esquerda ao mesmo tempo e uma plataforma para agregar indivíduos que pretendiam utilizar o seu capital intelectual para interagir com os seus leitores e transformar o mundo em que viviam. Expostas algumas dessas grandes linhas delineadoras do projeto cabe agora tratar de sua concretização, do material publicado e das estratégias editoriais adotadas.

## Capítulo 2 – Escrito num muro, cantado na rua, falado nos campos<sup>177</sup>: o projeto editorial e político das *Ediciones de Crisis*

### 2.1 – A estrutura da revista crisis

A composição inicial da revista **crisis** tinha Federico Vogelius como seu diretor executivo e Eduardo Galeano como diretor editorial. A redação ficou a cargo de Julia Constenla, que logo cederia espaço para que Juan Gelman, Aníbal Ford e Vicente Zito Lema ocupassem, nesta ordem, a função.<sup>178</sup> Eduardo Ruccio, o “Sarlanga”, se ocupou da diagramação e Manuel Lira da administração, ao passo que Hermenegildo Sábat, ilustrador do *Clarín* e *La Opinión*, e Kalondi se responsabilizaram pelas ilustrações. Ruccio era cunhado de Vogelius e foi o responsável por convidar Sábat. Como colaboradores fixos permaneceram Roger Pla, Eduardo Baliari, Julio Huasi, Orlando Barone, Mario Szichmann, Herman Mario Cueva, María Esther Gilio, Jorge Romero Brest, Rogelio García Lupo, Paco Urondo, Haroldo Conti e Santiago Kovadloff.<sup>179</sup>

Produzida e dirigida por intelectuais procedentes do âmbito universitário, do campo da literatura e do jornalismo, **crisis** aspirava testar os limites do próprio campo intelectual. Ela era herdeira de um processo cultural e de transformações gestadas dentro do jornalismo político e cultural de fins da década de 1950, iniciado por publicações como *Primera Plana*, famosa pela inovação gráfica na mídia argentina. A revista não seguia os modelos clássicos das revistas literárias e culturais, tampouco do jornalismo tradicional. Não existia um padrão de linguagem ou de escritos, seu material era composto por entrevistas, testemunhos, artigos de opinião, crônicas, breves ensaios, resenhas de livros e homenagens. Havia apenas um elemento constante: todos os títulos e autorias, da capa à última página, eram grafados em letras minúsculas, uma possível opção estética e, talvez, uma tentativa de ruptura de hierarquias entre os elementos publicados.

Cada exemplar possuía entre 70 e 80 páginas e sua disposição variava de acordo com a composição de cada número. A publicação não contava com editorial, as opiniões

---

<sup>177</sup> GALEANO, Eduardo. Escrito num muro, falado na rua, cantando nos campos. In.: GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 158.

<sup>178</sup> Constenla permaneceu como diretora até o 11º número, Gelman, até o 26º, Ford até o 35º e Zito Lema até o 40º.

<sup>179</sup> A revista passou por pequenas alterações estruturais a partir de 1976, assolada pelo terrorismo paramilitar e pela repressão estatal: Zito Lema foi incorporado como secretário de redação no número 35, Aníbal Ford manteve o cargo de chefe de redação, e em maio, momento de publicação do número 37 da revista, Galeano tornou-se diretor assessor e Vicente Zito Lema foi elevado a diretor editorial. Juan Gelman, exilado desde 1975, permaneceu como correspondente da Itália.

de seus editores eram expressas por meio de comentários em pontos distintos da revista, como notas que precediam algum artigo, embora alguns poucos números apresentassem um texto inicial. **crisis** também não contava com seções duradouras claramente delimitadas, com exceção de três: *Carnet*, composta por notícias breves de assuntos e lugares variados, geralmente com informações sobre a atualidade, seção geralmente dividida em duas partes dispostas em locais diferentes da revista; *Datos para una ficha*, composta por uma pequena discussão sobre personalidades distintas e uma bibliografia para o seu estudo; e *Itinerario*, que trazia novidades sobre a produção literária e artes plásticas, comentando-os brevemente. Uma outra seção, *Resurrecciones*, perdurou ao longo dos 14 primeiros números e trazia fragmentos de documentos de autores antigos. Posteriormente uma seção chamada *Historia* ganharia algumas páginas e substituiria *Resurrecciones*, embora muitas vezes fosse colocada próxima ou mesmo dentro de *Carnet*. Por fim, existia na revista uma organização não explícita, mas recorrente, que consistia na combinação de um informe, pesquisa ou dossiê que iniciava a publicação, seguida por uma entrevista ou um estudo sobre um intelectual, uma espécie de homenagem feita pelos editores, no qual costumavam aparecer pequenas biografias sobre o indivíduo em questão e listas de suas obras. Apesar disso prevaleceu em **crisis** um caráter eclético e uma organização bastante livre.

A quantidade de páginas para as seções fixas era relativamente estável.<sup>180</sup> Os artigos livres possuíam tamanhos que variavam de acordo com a importância dada a eles em cada exemplar. Entretanto, é comum perceber maior interesse nos variados dossiês que compõem a revista, na análise da obra e trajetória de alguns intelectuais e em entrevistas com indivíduos escolhidos. A disparidade de páginas concedidas ao estudo de um autor ou tema específico aponta para uma certa hierarquização das prioridades de **crisis**, como as entrevistas de intelectuais cuja trajetória ou pensamento a publicação buscava recuperar, o cotidiano dos trabalhadores, indígenas e camponeses, os processos revolucionários na América Latina, sobretudo no Peru, ou as investigações jornalísticas que tratavam de evidenciar supostos os elementos e mecanismos de dominação das classes mais abastadas e dos agentes imperialistas, como o monopólio dos meios de comunicação e o controle estrangeiro sobre o petróleo.

---

<sup>180</sup> *Carnet* possuía 2 páginas, cresceu para 5 no auge da revista, em finais de 1974, e decresceu novamente 3 e 2, *Itinerario* ocupava 3 ou 4 páginas, já *Datos para una ficha* ocupava entre 1 e 2, assim como *Resurrecciones*.

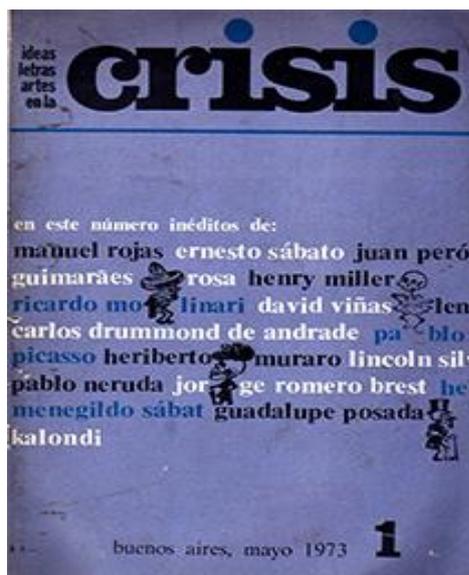
A revista possuía capas coloridas feitas com papel rústico por escolha de Galeano e Ruccio, além de páginas amareladas de 23x31 cm com impressões em tinta sépia, embora algumas contivessem ilustrações ou propagandas coloridas. A pedido do diretor as páginas apresentavam margens que se arredondavam nos ângulos das folhas. Próximo ao logotipo presente na parte interna da publicação, **crisis**, a partir de seu segundo número, exibia a gravura de um cavalo selvagem correndo pelos pampas, uma homenagem à cultura gauchesca. Outras ilustrações rústicas recheavam as páginas da revista, gravuras de das culturas populares latino-americanas, códices maias, figuras míticas ou as caveiras mexicanas do cartunista José Guadalupe Posada, elementos que encantavam Eduardo Galeano e que podem ser percebidos em suas obras posteriores à **crisis**. Como mencionado, o uruguaio começou a sua carreira de jornalista como ilustrador de *El Sol*. Os desenhos e ilustrações faziam parte do processo de elaboração dos livros que mais lhe agradava.<sup>181</sup> Nos anos 1960 Eduardo ilustrou as capas dos livros *Por un socialismo nacional*, de Vivián Trías, e *Las montoneras y el imperio británico*, de Carlos Quijano.<sup>182</sup> A identidade visual de **crisis**, embora fosse produto de um trabalho coletivo, carregava muito da personalidade de Galeano. Ademais, tais imagens reforçavam o interesse dos editores em conectar-se com estéticas e narrativas que resgatavam um suposto elemento *popular* das diversas realidades nacionais, fossem os indigenismos de diferentes matizes ou a iconografia *gauchesca*.

Figura 1: Primeira capa de **crisis**, publicada em maio de 1973

---

<sup>181</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle, l. 3880.

<sup>182</sup> LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle, l. 3904.



Fonte: **crisis** 1. Arquivo pessoal do autor.

Além das artes de Sábat, a revista trazia ilustrações de diversos artistas e se preocupou em conferir lugar para indivíduos de fora de Buenos Aires, grupos do interior e do norte argentino. Dividiam espaço com estas ilustrações as reproduções de mapas antigos, xilogravuras, fotos do começo do século XX, pinturas coloniais e mesmo páginas de documentos históricos.

A partir de seu segundo número **crisis** passou a enviar junto aos exemplares algumas reproduções de obras de artes de artistas variados, também vendidos separadamente em sua sede. Já o vigésimo primeiro número incorporou uma mudança: a revista começou a publicar fac-símiles de documentos antigos, coloniais ou do século XIX, como a ata de independência, documentos oficiais, jornais, proclamas, cartas e mapas, bem como reproduções de iconografias produzidas neste período, material normalmente advindo da biblioteca de Federico Vogelius.<sup>183</sup> O mecenas seria responsável por inaugurar as serigrafias no projeto editorial, nomeadas *Ediciones Facsimilares de crisis*, modalidade “iluminadora de aspectos curiosos, pouco conhecidos, mas sempre significativos para entendê-lo [ao nosso país] e nos entendermos”.<sup>184</sup> Essa transformação se alinhou ao progressivo interesse pelo passado demonstrado pelos membros de **crisis**.

<sup>183</sup> Em **crisis** 33 Vicente Zito Lema confirmou que parte dos materiais usados em um artigo tinham seus “originais na Biblioteca do senhor Federico Vogelius”. FUNES, Ignacio. ZITO LEMA, Vicente. El fusilamiento de Dorrego. **crisis** 33, Buenos Aires, n. 33, enero, 1976, p. 15.

<sup>184</sup> VOGELIUS, Federico. El primer periódico del Río de la Plata. **crisis**, Buenos Aires, n. 21, enero, 1975, p.1.

Figura 2: Fac-símile um mapa da cidade de Buenos Aires de 1775 publicado por **crisis** em seu vigésimo oitavo número



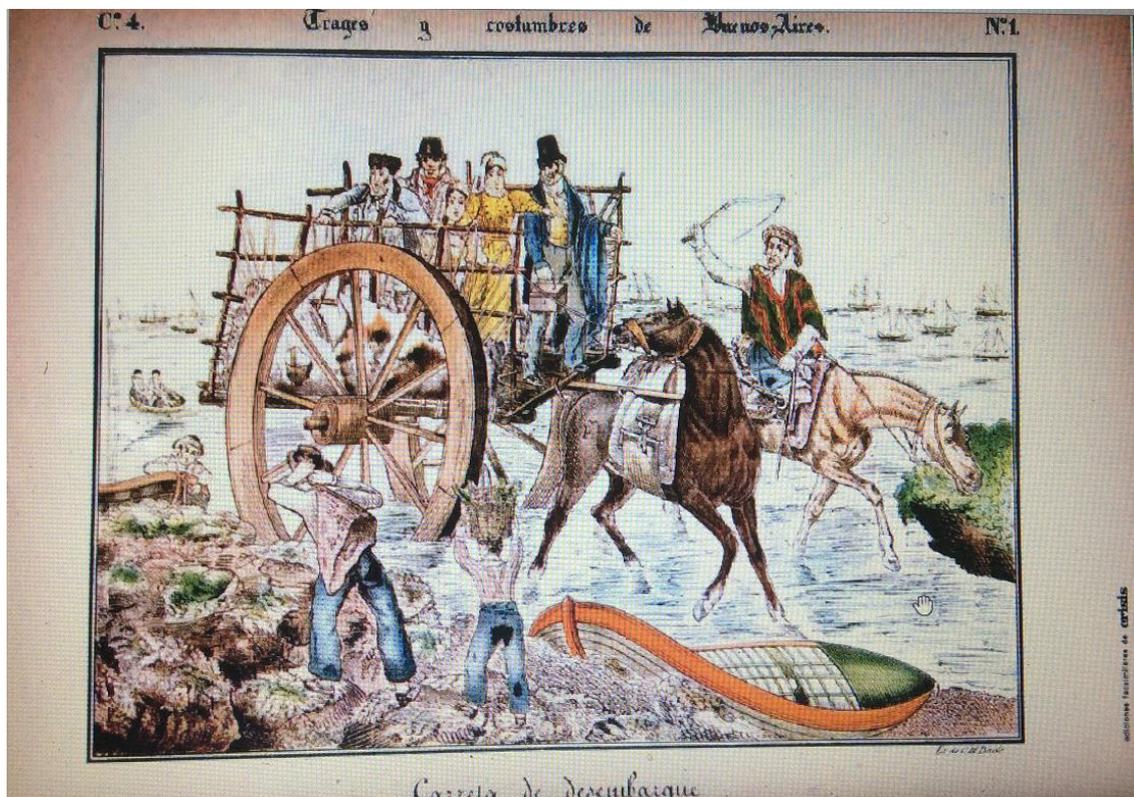
Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDiInCI)

As serigrafias serviam ainda como uma estratégia de fidelização do seu público, existia a possibilidade de colecionar as serigrafias publicadas, algo bastante particular da editora, uma vez que as imagens provinham do acervo de Federico Vogelius. Os fac-símiles compunham uma espécie de coleção, como uma série de jornais federalistas argentinos da primeira metade do século XIX, publicados entre os volumes 22 e 26 da revista, e *Trajes y costumbres de la provincia de Buenos Aires*, elaboradas por César Hipólito Bacle em 1833, que acompanhou a publicação do 30º ao 35º número. Essa última coleção possui uma unidade mais clara e uma identidade mais coesa, cada exemplar de **crisis** trazia um de seis fac-símiles possíveis, totalizando 36 lâminas. Os leitores deveriam adquirir os outros nos quiosques, na sede da revista ou encomendá-los separadamente ou encadernados. Esses fac-símiles serviam ao projeto de **crisis** de reelaborar as narrativas da história argentina, afastavam o projeto editorial de um suposto legado liberal,

<sup>185</sup> No total foram publicadas 76 serigrafias ou litografias e 50 fac-símiles preto e brancos ou coloridos. As *Ediciones Facsimilares de crisis* também eram vendidas separadamente ou em conjunto na sede da revista

aproximavam-no dos símbolos federalistas e buscavam familiarizar os leitores com outros momentos da vida nacional.

Figura 3: uma serigrafia de Trajes y costumbres de la provincia de Buenos Aires (1833) publicada no número 34 de **crisis**.



Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

O preço da revista variou entre 5 e 220 pesos argentinos, acompanhando o intenso processo inflacionário e a falta de papel que assolaram a Argentina entre 1973 e 1976: **crisis** era quase três vezes mais barata que um pacote de cigarros em seu primeiro ano (13,10 pesos em 1973) e quase vinte vezes mais cara do que o mesmo produto em 1976 (o maço custava cerca de 10,72).<sup>186</sup> No Uruguai, antes de ser proibida, a revista custava

<sup>186</sup> O salário mínimo argentino em março de 1973 era 700 pesos e em junho aumentou para 1000. Dois anos depois, em junho de 1975, o valor chegou a 3.300 pesos, indicativo do descontrole inflacionário que assolou o país. Sobre o salário mínimo, conferir Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Precios, Salarios y Empleo en la Argentina*, Santiago de Chile, 1984, p. 294. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/8238/S8412996\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/8238/S8412996_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29/12/2020.

Sobre os preços do cigarro: FIDEL, Julio; LUCÁNGELI, Jorge. *Costo y beneficio de distintas opciones tecnológicas en el marco de un oligopolio diferenciado: el caso de la industria argentina del cigarrillo*. Buenos Aires: CEPAL Oficina de Buenos Aires, 1978, p. 14. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/9572/S7800358\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/9572/S7800358_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29/12/2020.

Em 1973 a Argentina havia experimentado um crescimento econômico por 11 anos seguidos às custas de ajustes sobre a classe trabalhadora. O retorno do peronismo ao poder trouxe também uma política de

550 pesos uruguaios. Para outros países a anualidade saía por 10 dólares em 1973, 18 dólares com o envio aéreo e 20 dólares para a Europa. Na América Latina **crisis** possuía distribuição constante na Bolívia, no Peru, no Uruguai e, sobretudo, no México, país que dispunha de várias livrarias que vendiam a revista.<sup>187</sup> Entretanto, a revista encontrava certa dificuldade em circular em algumas regiões. Em uma carta endereçada a Aníbal Ford um leitor peruano de San Isidro, distrito de Lima, elogiava o trabalho de **crisis**, mas queixava-se da falta de regularidade e dos atrasos constantes do periódico em seu país.<sup>188</sup>

Exemplares antigos podiam ser encontrados em sua sede, mas também em livrarias e quiosques específicos, sobretudo no interior do país. Em seu 15º número **crisis** informava que os números atrasados eram vendidos nas capitais de 12 províncias e em 4 cidades da província de Buenos Aires. Posteriormente outras províncias e cidades receberam espaços que comercializavam as revistas: no 18º número os volumes atrasados de **crisis** já eram encontrados nas capitais de 13 províncias, mas também em cidades do interior das mesmas, o que sugere um crescimento do projeto editorial e da popularidade da publicação.<sup>189</sup> **crisis** também vendia os seus exemplares encadernados, serigrafias avulsas e fac-símiles de publicações antigas.<sup>190</sup>

A revista era financiada pela fortuna de Federico Vogelius, porém logo se tornou um empreendimento sustentável. Em princípios de 1974 a publicação lamentava-se de um prejuízo supostamente inerente ao seu crescimento e com isso justificava um aumento no seu preço<sup>191</sup>, mas logo tornou-se rentável. Segundo Aníbal Ford, apesar da presença

---

aumento do salário real para incentivar o mercado interno. Inicialmente a iniciativa trouxe um incremento da participação dos salários no PIB, a expansão deste último, o aumento das exportações em uma conjuntura favorável e o controle da inflação. Embora bem-sucedido em seu princípio, o Pacto Social proposto por Perón, pautado na cooperação entre capital e trabalho mediada pela liderança do próprio caudilho, progressivamente enfrentou dificuldades e levou ao endividamento do Estado, potencializado pela Crise do Petróleo de 1973, acompanhado pelo desabastecimento, pela reparação do mercado negro e descontrolo na emissão monetária. O Pacto foi sepultado após a morte de Perón em 1974 e pela substituição de seu ministro da economia por Alfredo Gómez Morales, logo seguido por Celestino Rodrigo, à mando da então presidente Isabel Perón e pelo seu braço direito, José López Rega, Ministro do Bem-Estar Social e líder da Aliança Anticomunista Argentina. Em 1975 o ministro declarou o aumento dos preços dos transportes, dos serviços públicos e dos combustíveis e desvalorizou violentamente a moeda. O *Rodrigazo*, como ficou conhecido o pacote de medidas de Celestino Rodrigo, acelerou o processo inflacionário e a ascensão dos custos, o que explica a rápida subida dos preços de **crisis**.

<sup>187</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 23.

<sup>188</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 1.

<sup>189</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 37 e **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 22.

<sup>190</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p. 33 e p. 75. Em seu trigésimo segundo exemplar, **crisis** informou que o preço de cada fac-símile era 40 pesos argentinos. A revista também os vendia encadernados pelo preço de 180 pesos argentinos. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 65.

<sup>191</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 12, enero, 1974, p.1.

de publicidade, **crisis** se mantinha apenas com suas vendas.<sup>192</sup> De fato, as propagandas existentes na revista diminuíram paulatinamente ao longo de sua existência. Entre os documentos presentes em seu acervo pessoal constam as finanças do projeto editorial que comprovam a sua viabilidade comercial e crescimento: em 1973 houve um pequeno prejuízo, como sugerido pela nota da revista, mas já em 1974 **crisis** e sua editora viram um salto positivo em seus caixas.<sup>193</sup> O lucro observado acompanhou o crescimento das publicações.

Rapidamente a revista desfrutou de grande sucesso e caiu no gosto do público argentino e latino-americano. Em seu quarto número, em agosto de 1973, **crisis** já alcançava uma tiragem de 20.000 exemplares, segundo o Instituto Verificador de Circulações.<sup>194</sup> Entre janeiro de 1974 e novembro de 1975 vendeu mais de 452.000 exemplares, uma média de 19.600 revistas mensais. Em outubro de 1974 **crisis** vendia 23.611 das 28.000 revistas que havia impresso, cerca de 84% do total.<sup>195</sup>

Tabela 1: Número de revistas vendidas durante o seu período de indexação no Instituto Verificador de Circulações.<sup>196</sup>

Ano	Mês	Quantidade de Edições	Vendas
1975	11	1	19.143
1975	9	1	20.832
1975	8	1	19.454
1975	7	1	21.535
1975	6	1	24.564
1975	5	1	26.630
1975	4	1	26.145

<sup>192</sup> KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 231

<sup>193</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 1.

<sup>194</sup> **crisis**, n. 5, septiembre, 1973, p. 72.

<sup>195</sup> **crisis**, n. 18, octubre, 1974, p. 21. Os dados fornecidos pela revista nessa edição coincidem com os do Instituto Verificador de Circulações.

<sup>196</sup> Dados disponibilizados pelo *Instituto Verificador de Circulaciones* da Argentina.

1975	3	1	23.542
1975	2	1	20.814
1975	1	1	22.499
1974	12	1	23.053
1974	11	1	25.054
1974	10	1	23.611
1974	9	1	24.980
1974	8	1	24.007
1974	7	1	24.637
1974	6	1	22.919
1974	5	1	22.093
1974	4	1	19.223
1974	3	1	17.468

---

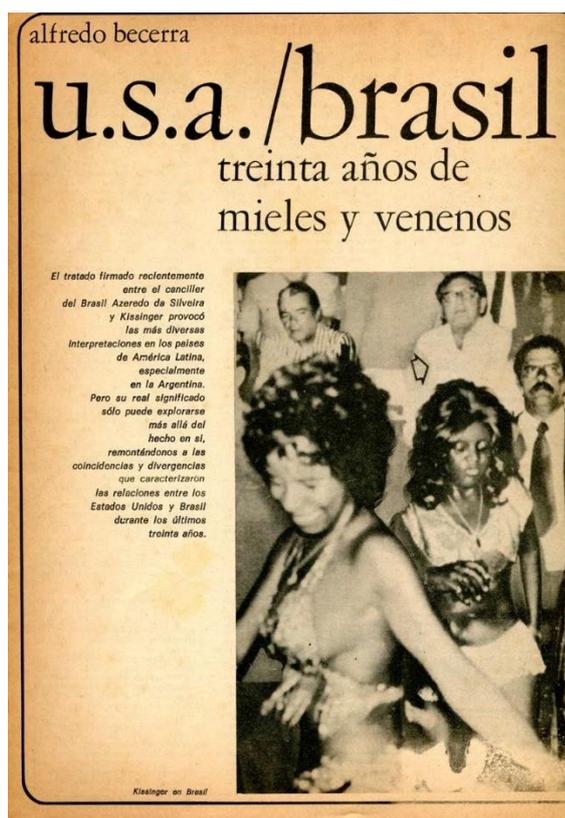
Fonte: Instituto Verificador de Circulações

Em 1975, auge da revista, a comercialização chegava a mais de 26000 e entre janeiro e novembro deste ano as vendas superaram 225000 exemplares, número elevado para publicações deste estilo, superior a publicações anteriores como *Primera Plana* ou contemporâneas suas, como *Cuestionário*. Segundo o Instituto Verificador de Circulações, **crisis** figurava entre as 50 publicações mais vendidas entre aquelas registradas na instituição, atrás apenas de revistas infantis, de variedades, de programas televisivos e de esportes.<sup>197</sup>

Figura 4: Uma página do n.37 de **crisis**. As margens arredondadas e a presença apenas de letras minúsculas em seus títulos eram algumas das marcas da revista.

---

<sup>197</sup> Os dados para o período de 1973-1976 foram fornecidos por Nancy Campos, do Instituto Verificador de Circulações. Obviamente uma série de publicações com grandes tiragens e vendas não foram incluídas nos registros do IVC.



Fonte: **crisis** 37. Arquivo pessoal do autor.

Em uma entrevista ao jornalista Gabriel Montali para a *Radio Nacional* de Córdoba, Vicente Zito Lema afirma que em maio de 1975 a revista teria vendido mais de 40.000 exemplares devido a um adiantamento exclusivo de um trecho da obra de Gabriel García Márquez *O Outono do Patriarca*, publicada na Argentina pela editora *Sudamericana* no final daquele mesmo mês.<sup>198</sup> O número não condiz com as informações do Instituto Verificador de Circulações, que estima um total de 26.630 vendas, ou com as informações da própria revista, que informam uma tiragem de 34.000 exemplares. Pode-se supor que uma quantidade não desprezível de revistas tenha sido vendida, mas não contabilizada, ou circulado por outros meios, como doações. Entretanto, essas estimativas apontam para a maior venda e circulação da história de **crisis**, que provava que revistas culturais poderiam ser produtos comercialmente viáveis. O sucesso da revista, rapidamente esgotada em seus primeiros meses, permitiu uma expansão de sua intervenção no mercado editorial argentino.

<sup>198</sup> A entrevista, intitulada *Para nosotros crisis fue un acto culturalmente revolucionario*, foi transcrita e gentilmente concedida por Montali.

## 2.2 – As *Ediciones de Crisis* e os *Cuadernos de Crisis*

A crescente fama da publicação mensal concedeu a possibilidade para que Vogelius criasse uma estrutura maior que servisse de base legal para **crisis**, mas que também pudesse ampliar as atividades editoriais recém iniciadas. Surgiu assim a *Editorial del Noroeste*. A revista afirmava que a editora, *Ediciones de Crisis*, possuía total independência em relação à publicação mensal, mas, como veremos, ambas se mostravam sintonizadas com o mesmo projeto editorial.<sup>199</sup>

Em seu terceiro número, em julho de 1973, *Editorial del Noroeste* já aparecia nas páginas de **crisis**, que aproveitou a boa circulação da revista para divulgar a publicação de quatro livros, *Vagamundo* de Eduardo Galeano, *La cultura en la encrucijada nacional* de Ernesto Sabato, uma coletânea chamada *Mariátegui y el marxismo latinoamericano* e a segunda edição de *El saqueo de Bolívia* de Marcelo Quiroga Santacruz, todos sob o selo de *Ediciones de Crisis*. Em novembro de 1973, em seu sétimo número, a revista **crisis** já anunciava a republicação dos livros de Galeano e de Sabato. Segundo os editores, *La cultura en la encrucijada nacional*, com uma tiragem de 5.000 exemplares, se esgotou em 10 dias.<sup>200</sup> *Vagamundo* entraria em sua sétima edição em janeiro de 1976.<sup>201</sup> Os livros chegavam aos países vizinhos, mas a distribuição possuía problemas: o mesmo peruano que se queixava com Ford sobre o atraso das revistas afirmava que os livros eram ainda mais difíceis de serem encontrados. Pedia, também, que Ford enviasse alguns livros para que pudesse comentar e divulgar em seu país.<sup>202</sup>

Entre 1973 e 1976 a editora publicou 39 títulos com uma tiragem aproximada de 6.000 exemplares, alguns reeditados após seu esgotamento. O número alcançado por *Ediciones de Crisis* se aproximava da tiragem média de outras editoras do mesmo período, entre 8.000 e 10.100 exemplares.<sup>203</sup> Este valor, cabe ressaltar, era inflacionado

<sup>199</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 12, enero, 1974, p. 1.

É comum encontrar nos livros de **crisis** três referências para a sua editora: *Editorial crisis* e *Ediciones de Crisis*, responsáveis pela publicação dos livros, e *Editorial del Noroeste*, encargada de publicar os *Cuadernos* e as revistas. Nos catálogos de bibliotecas argentinas existem muitas variações: *Ediciones crisis*, *crisis Ediciones*, *Editorial crisis*...

<sup>200</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p. 73. Em 1976, próximo ao fim do projeto editorial, o livro de Galeano encontrava-se em sua sétima edição.

<sup>201</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 33, enero, 1976, p. 83.

<sup>202</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 1.

<sup>203</sup> AGUADO, Amelia. 1956-1970: la consolidación del mercado interno. In.: DIEGO, José Luis de. *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p.130.

pela grande quantidade de livros escolares encomendados pelo Estado e garantia, portanto, uma posição do projeto editorial entre as editoras médias argentinas.

O rápido sucesso editorial das *Ediciones de Crisis*, de suas revistas e livros, só foi possível devido à dinâmica do mercado editorial argentino e de seu público consumidor. O país já contava com uma longa experiência de promoção de leitura impulsionada a partir do Estado e logo acompanhada pela iniciativa privada. Sob a tutela de Domingo Faustino Sarmiento, em finais do século XIX, o governo argentino procurou expandir o ensino primário e incentivar a construção de uma vasta rede de bibliotecas comunitárias com o intuito de forjar cidadãos com os valores da república que se formava após a derrota dos caudilhos do interior.<sup>204</sup>

O processo foi permeado por avanços e impasses, mas a expansão do público leitor foi notória em um país que recebia milhões de imigrantes e buscava transmiti-los a língua, os valores e os símbolos pátrios. Bibliotecas e livros desempenharam papéis importantes na formação de mulheres e homens, mas o crescimento do consumo de materiais de leitura não pode ser atribuído unicamente àquele espaço ou artefato cultural. Como mostra Beatriz Sarlo, as livrarias em Buenos Aires, para tomarmos como exemplo o maior núcleo cultural do país, estavam dispostas no centro da cidade e remetiam a um público minoritário, as elites letradas argentinas.<sup>205</sup> A leitura disseminava-se, sobretudo, pelo acesso a diários e revistas: em finais do século XIX a Argentina já ocupava a terceira posição mundial na relação de jornais existentes por habitante.<sup>206</sup> Jornais e revistas possuíam um protocolo de leitura mais próximo às massas que ocupavam as periferias das cidades que inchavam-se com as ondas migratórias e eram adquiridos nos quiosques ou por meio de vendedores itinerantes, ambos mais próximos à experiência e ao cotidiano dos bairros.<sup>207</sup>

O sucesso dos periódicos foi acompanhado pelo crescimento das editoras de livros. Antes mesmo de **crisis** algumas revistas famosas já haviam fundado projetos

---

<sup>204</sup> SOARES, G. P. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 41.

Sobre as bibliotecas populares, conferir PLANAS, Javier. Historia de las bibliotecas populares en la Argentina entre 1870 y 1955. Antecedentes bibliográficos. *Historia y espacio*, v. 14, n. 51, 2018, p. 19-41.

<sup>205</sup> SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000, p. 34.

<sup>206</sup> SOARES, G. P. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 46.

<sup>207</sup> SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000, p. 36-38.

editoriais, caso de *Sur*.<sup>208</sup> Essas editoras, como outras, fizeram parte de um processo de lenta consolidação da edição livresca, iniciado na Argentina em finais da década de 1910, momento em que surgiram as primeiras estratégias de edição massiva de literatura. A partir do decênio seguinte é possível constatar a aparição da figura do editor e editora modernos. Ademais do aumento do público leitor esse processo foi possível devido a uma incipiente profissionalização do escritor e de uma relativa autonomia do campo literário. O número de bibliotecas e o consumo de livros ampliaram-se consideravelmente a partir da década de 1920, como aponta Luis Alberto Romero, potencializados pelo barateamento dos materiais impressos.<sup>209</sup>

A indústria editorial desenvolvia-se com estabilidade e em finais da década de 1930 experimentou o seu primeiro grande crescimento. A chamada “época de ouro” da produção editorial argentina, entre 1938 e 1955, teve as suas origens em um conflito armado: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) limitou o acesso aos livros espanhóis que competiam nos mercados nacionais latino-americanos e provocou uma intensa emigração de intelectuais e editores que fugiam das barbáries cometidas pela extrema-direita. Esses profissionais possuíam experiências importantes para a área da edição e redes de contatos estabelecidas com escritores, tradutores, livrarias e outras editoras europeias. A indústria argentina beneficiou-se do vácuo deixado pela competição espanhola e incorporou a mão de obra qualificada que buscava refúgio no país. Em pouco tempo as editoras cresceram e chegaram mesmo a exportar seus livros para os seus vizinhos. As grandes editoras argentinas, como *Sudamericana*, *Paidós*, *Losada* e *Emecé*, surgiram nesse período.<sup>210</sup>

O *boom* editorial encontrou os seus limites em meados da década de 1950. O declínio estava ligado ao aumento do preço do papel, à obsolescência do equipamento de produção, à recuperação da indústria espanhola e à intensa competição proporcionada pelas editoras mexicanas altamente profissionais, como *Fondo de Cultura Económica*, *Grijalbo* e *Siglo XXI*, que logo abriria uma filial argentina. Não tardou para que editores

---

<sup>208</sup> A célebre *Sur* foi fundada em 1931 pela escritora e editora Victoria Ocampo, a sua casa editorial surgiria em 1933. A revista, ponto de encontro de importante parcela da intelectualidade ao longo dos anos 1930 e 1940, começaria a definir nos anos 1960. Seu último exemplar foi publicado em 1992, após um longo período de irregularidade.

<sup>209</sup> ROMERO, Luis Alberto. Buenos Aires: libros baratos y cultura de los sectores populares. In.: ARMUS, Diego. *Mundo urbano y cultura popular*. Estudios de Historia Social Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 1990, p. 39-67.

<sup>210</sup> Sobre as relações entre o exílio espanhol e as indústrias editoriais latino-americanas conferir SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 386-398, jul.-dez. 2007.

e escritores assimilassem as mudanças. A perda de mercados externos conquistados nas décadas de 1940 e 1950 foi compensada pelo grande crescimento do mercado interno.<sup>211</sup>

Esse fenômeno foi possível graças à expansão, modernização e barateamento da imprensa proporcionados por novas técnicas, além do aumento de uma demanda do público leitor<sup>212</sup>, incrementado na Argentina devido à expansão do ensino médio e superior levada a frente sobretudo a partir do governo peronista: segundo Jorge Rivera, o número de indivíduos na educação secundária aumentou de 563.467 em 1960 para 1.007.537 em 1970 e na educação universitária de 159.643 para 321.782.<sup>213</sup> A *Editorial del Noroeste* surgia, portanto, em um momento de expansão e consolidação interna do mercado editorial argentino, que encontrou o seu pico em 1974.<sup>214</sup>

Seus livros seguiram o padrão estabelecido em princípios da década de 1960, estabelecido pelas editoras *Sudamericana*, *EUDEBA*, *Siglo XXI* e *Centro Editor de Latinoamérica*: coleções cuidadosamente organizadas, livros bem diagramados e produzidos a baixíssimo custo, com capas flexíveis simples, comercializados de maneira massificada por meio de feiras e quiosques com ampla promoção midiática.<sup>215</sup>

O cenário era favorável à indústria editorial argentina e o público leitor exigia novas obras, mas as *Ediciones de Crisis* precisavam inserir-se em um mercado competitivo e disputar espaço não apenas com as grandes companhias, mas também com editoras menores que surgiam ou que já se consolidavam em nichos específicos. Eduardo Galeano, ocupado com a direção da revista e com as suas tarefas em *Marcha*, não trabalhou diretamente na editora. Para a sua direção, o grupo recorreu a editores e profissionais com experiência na indústria do livro e a escritores para organizarem as suas

---

<sup>211</sup> DE DIEGO, José Luis. La 'época de oro' de la industria editorial. In.: DE DIEGO, José Luis (org). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 91-124.

<sup>212</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Arcilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p.31.

<sup>213</sup> RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.) Capítulo: *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 634.

<sup>214</sup> AGUADO, Amelia. 1956-1970: la consolidación del mercado interno. In.: DIEGO, José Luis de. *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p.130.

<sup>215</sup> RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.) Capítulo: *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 642.

coleções.<sup>216</sup>Tabela 2: Lista de livros publicados pelas *Ediciones de Crisis*

Título	Autor	Ano
El general Torres Habla a Bolivia	Juan José Torres	1973
El saqueo de Bolivia	Marcelo Quiroga Santa Cruz	1973
La cultura en la encrucijada nacional	Ernesto Sábato	1973
RETRATOS Y AUTORRETRATOS	Sara Facio / Alice D'Amico	1973
Vagamundo	Eduardo Galeano	1973
LA PATRIA FUSILADA. Entrevista de Francisco Urondo. Testimonios de Maria Antonia Berger, Alberto Miguel Camps, Ricardo Rene Haidar (sobrevivientes de Trelew)	Franco Urondo	1973
El marxismo latinoamericano de Mariátegui	Rogelio García Lup (ed),	1973
La revolución china	León Trotski, Nicolás Bujarin	1973
Rusia e(n) tinieblas	H. G. Wells	1973
La Lucha de clases	Jack London	1973
Chile para Recordar	Gregorio Selser	1974
Alienación, marxismo y trabajo intelectual	Ernesto Giudici	1974
Cortázar y Carpentier	Mercedes Rein	1974
La odilea	Francisco Chofré	1974
Narrativa y neocoloniaje en América Latina	Jaime Mejía Duque	1974
La Universidad del pueblo	Rodolfo Puiggrós	1974
Testimonios Chile: Septiembre 1973 Hacia la gestión de un hábitat sostenible.		1974
PALABRAS EN ORDEN	Jorge Ruffinelli	1974
Salvador Allende		1974

<sup>216</sup> A documentação de Aníbal Ford sobre a saúde financeira da editora mostra Federico Vogelius como diretor de *Editorial del Noroeste* e Eduardo Galeano como seu vice-diretor.

Circunstancia De Poesia	Roberto Fernández Retamar	1974
Poemas Familiares	Dario Canton	1974
Los reventados	Jorge Asis	1974
Los que fueran a España	Malraux. Hemingway. Dos Passos. Koestler. Ehrenburg. Matthews. Brower. Neruda. Torriente-Brau. Aguilera Malta. Gabriel. Prieto. Da Cunha. Real. Guillén. López Silveyra.	1974
Los aprendices	Carlos Eduardo Zavaleta	1974
Marilyn Monroe	Julia Constenla	1974
En ciudad semejante	Lisandro Otero	1974
Disociaciones y despojos	Oscar Collazos	1974
Epifania Cruda	Alfonso Alcalde	1974
Chile: una tragedia americana	Pablo Díaz	1974
El nuevo cine sueco	Stig Björkman	1974
Política artísticovisual en Latinoamerica	Jorge Romero Brest	1974
La guerra del petróleo y la crisis económica internacional	Vivian Trías	1975
General General	Lincoln Silva	1975
Canto de Amor Armado	Thiago de Mello	1975
Mascaró, el cazador americano	Haroldo Conti	1975
Jardín de infantes "El búho contento"	Daniel Alfredo Naszewski	1975
Sota de bastos caballo de espadas	Héctor Tizón	1975
Ejercicios y juegos para el actor y para el no actor con ganas de decir algo a través del teatro	Augusto Boal	1975
Una cierta ventana enloquecida	Miguel Cabezas	1975

A primeira escolha para os quadros de *Ediciones de Crisis* foi Aníbal Ford, já

selecionado por Ernesto Sabato. Ford, formado em letras pela Universidade de Buenos Aires, trabalhou por anos na *EUDEBA* junto ao seu primeiro diretor, Boris Spivacow, figura importante no processo de popularização dos livros na Argentina a partir de finais da década de 1950. Sob o lema “livros para todos”, a *EUDEBA* inovou no barateamento das edições e no seu alcance devido a uma complexa rede de distribuição de livros em quiosques nas grandes cidades argentinas. Esses quiosques faziam parte do círculo comercial das edições, mas a *EUDEBA* intensificou o contato entre editores e *quiosqueros*, abriu estandes próprios nos bairros de Buenos Aires e aumentou os canais de distribuição, algo já experimentado nos Estados Unidos e França. Além de baratas, as publicações possuíam grande qualidade na edição, geralmente assessoradas por professores de universidades que se recuperavam das intervenções do regime peronista até 1955 e da desperonização promulgada pela autoproclamada Revolução Libertadora.

Em 1966 o grupo liderado por Spivacow se afastou da editora depois da intervenção na Universidade de Buenos Aires pelo regime militar de Onganía. No mesmo ano esses intelectuais, entre eles Ford, fundaram o *Centro Editor de América Latina*. O *CEAL* seguiu os passos da *EUDEBA*, mas ampliou o já elevado ritmo de produção, Spivacow acreditava que para ter sucesso era necessário recuperar rapidamente o capital investido, e privilegiou temas que tinham grande recepção nos anos 1960, sobretudo a questão nacional e latino-americana, mas também colocou o seu foco em obras originais e diminuiu o número de traduções de livros estrangeiros.

Os catálogos das editoras argentinas foram profundamente nacionalizados. Autores europeus e estadunidenses continuavam a ser publicados, bem como vários latino-americanos tornados famosos pelo *boom*, mas os escritores argentinos ocuparam um papel de destaque na literatura que movia as novas editoras.<sup>217</sup> A questão nacional passava a figurar com maior proeminência nas estantes das livrarias e os ensaios que buscavam compreender os problemas do país tornavam-se best sellers.

Partícipe desse processo, o *Centro Editor de América Latina* publicou livros que tratavam da literatura argentina e continental, mas os seus membros compreenderam que

---

<sup>217</sup> José Luis de Diego relativiza uma suposta *latino-americanização* da literatura argentina dos anos 1960-1970. O autor mostra que autores latino-americanos possuíam uma boa recepção na Argentina, mas que a literatura nacional possuía cânones, estilos, ritmos e temáticas próprias. Para de Diego essa *latino-americanização* seria nada mais que um espírito de época. DE DIEGO, José Luis. *Quien de nosotros escribirá el Facundo?* Intelectuales y escritores en Argentina (1970-1986) La Plata: Ediciones Al Margen, 2007, p. 60.

o público era bastante receptivo a livros sobre os processos revolucionários no terceiro-mundo, as lutas na Argentina e a questão do peronismo. O *CEAL* logo inundou o mercado editorial com livros sobre história política e do movimento operário, sobre a política contemporânea e sobre sociologia.<sup>218</sup> Com o tempo a editora mesclou a tarefa editorial com política e ocupou um importante espaço de divulgação de obras que, por vezes, não tinham espaço nas editoras universitárias, mas que foram incorporadas pela comunidade acadêmica.

Aníbal Ford desenvolveu parte de sua carreira como intelectual no *Centro Editor de América Latina*, dirigiu duas de suas coleções e participou de outra: dirigiu a Enciclopédia de Literatura Argentina, com 12 títulos e a Enciclopédia Literária, com 60 títulos, e participou da revisão dos primeiros 60 exemplares da coleção História do Movimento Operário, dirigido por Alberto Pla. Em 1969 Ford foi encarcerado por dois meses na prisão de Devoto pela ditadura de Onganía por criticar a repressão policial na Universidade de Buenos Aires em meio ao *Cordobazo*.

Ford fora escolhido por Sabato no período de gestação de **crisis**, mas o seu perfil condizia com a nova fase da revista que ampliara as suas atividades. Ele reunia a experiência de trabalho em dois dos maiores projetos editoriais argentinos, o trabalho na redação da revista *La Opinión* e o posicionamento político coerente com o pretendido por Galeano. Nas *Ediciones de Crisis*, Ford ocupou os cargos de secretário de redação da revista e dirigiu os *Cuadernos*, uma das mais importantes iniciativas do projeto editorial, como veremos adiante.

A outra figura escolhida para participar das publicações da *Editorial del Noroeste* foi Rogelio García Lupo. Pajarito, como era conhecido por amigos, possuía uma trajetória distinta de Aníbal Ford, sua carreira foi construída fora da universidade, na militância política e no jornalismo engajado, perfil mais próximo ao de Eduardo Galeano. García Lupo começou a trabalhar no jornal *Noticias Gráficas*, do qual participaram vários membros da esquerda argentina, na revista de arte *Continente*, que recebia contribuições do historiador e jornalista anarquista Osvaldo Bayer, e na revista *Qué sucedió en 7 días*,

---

<sup>218</sup> A Biblioteca Nacional Mariano Moreno organizou um importante estudo sobre o *CEAL* e uma compilação de suas coleções e livros. Cf.: GOCIO, Judith. *Más libros para más: colecciones del Centro Editor de América Latina*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/libros/bibliografias-y-bibliotecologia/ma-s-libros-para-ma-s>. Acesso em: 07/01/2019.

marcada pela defesa do desenvolvimentismo, ao lado dos membros da *FORJA* Arturo Jauretche e Scalabrini Ortiz.<sup>219</sup>

Durante o seu trabalho, García Lupo conheceu o jornalista Rodolfo Walsh<sup>220</sup> e especializou-se ao seu lado em jornalismo investigativo. Em 1959 viajou a Cuba junto a Walsh e ao guerrilheiro argentino Jorge Masetti<sup>221</sup> e participou da fundação *Prensa Latina*, a principal agência de notícias da ilha revolucionária. Lá García Lupo tornou-se amigo de Che Guevara e serviu como intermediário deste para organizar um encontro privado em 1961 em Montevideu entre o revolucionário argentino, então ministro da indústria de Cuba, e Richard Goodwin, enviado do presidente estadunidense John Kennedy. Apesar de seus laços com Cuba, García Lupo deixou a ilha desiludido com a crescente burocratização do processo revolucionário e com a aproximação com a União Soviética.

A partir de então tornou-se correspondente argentino do semanário *Marcha* e iniciou a sua primeira experiência como editor na *Editorial Jorge Álvarez*. A companhia então recente crescia devido às traduções feitas e à publicação de autores nacionais que se destacavam, como David Viñas, Walsh, Manuel Puig e o cartunista Quino, tornando-se um importante salão literário da Argentina sessentista. Após a sua volta, participou também de *Primera Plana* com o pseudônimo Benjamín Venegas, devido à censura.

Posteriormente integrou o jornal da *CGT de los Argentinos*, órgão de comunicação do sindicato. Durante a ditadura de Onganía publicou ainda dois livros críticos à chamada

---

<sup>219</sup> A *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (FORJA)* foi um grupo político formado no seio do Radicalismo argentino na década de 1930 famoso por sua defesa de um nacionalismo popular, pelo seu anti-imperialismo e pela denúncia do que chamavam neocolonialismo, sobretudo a dependência econômica. Participaram de suas fileiras intelectuais como Arturo Jauretche, Scalabrini Ortiz e Homero Manzi. Jauretche era um escritor e ensaísta argentino particularmente famoso entre a esquerda argentina a partir dos anos 1950 devido à sua crítica ao liberalismo. Manzi era exímio compositor e letrista, coautor de tangos famosíssimos como *Milonga Sentimental* (1931), *Malena* (1942) e *Sur* (1948). Raúl Scalabrini Ortiz foi um importante ensaísta que dedicou boa parte de sua carreira a análise da história econômica argentina e da atuação das forças imperialistas sobre o país. Os três relacionar-se-iam com o peronismo em diferentes escalas. Comentaremos mais acerca da *FORJA* em outros momentos neste texto.

<sup>220</sup> Walsh foi um talentoso jornalista e escritor argentino famoso por seus contos policiais e por obras de de jornalismo investigativo. Em 1957 publicou o livro *Operação Massacre* no qual pesquisou sobre os fuzilamentos cometidos em 1956 pela ditadura civil-militar que depôs Perón. A obra é considerada a pioneira do *Novo Jornalismo* e precedeu *A Sangue Frio* de Truman Capote em 9 anos. Ademais, Walsh era considerado um modelo de intelectual engajado pelas esquerdas por sua militância nos movimentos armados, como as Forças Armadas Peronistas e *Montoneros*.

<sup>221</sup> Jorge Masetti foi um dos principais jornalistas argentinos ligados à Revolução Cubana. Além de cobrir o processo na ilha, Masetti foi enviado pelos revolucionários à Argélia para prestar apoio aos argelinos. Em 1963 liderou o Exército Guerrilheiro do Povo e fundou um foco guevarista no norte argentino, rapidamente destruído pelas forças de segurança. O jornalista desapareceu em combate em abril de 1964.

Revolução Argentina levada a cabo pelos militares, *Contra la ocupación extranjera*, de 1968, que consistia em uma compilação de artigos iniciados dois anos antes, e *Mercenarios y Monopolios en la Argentina – de Onganía a Lanusse*, de 1971, no qual trata de uma recomposição conservadora iniciada na Argentina em 1966 apoiada pelos monopólios e lobbies econômicos com participação dos militares.

Sua atividade crítica à ditadura estabelecida e aproximação com a esquerda, embora rechaçasse os movimentos armados, qualificaram-no para o cargo de diretor da *EUDEBA* em 1973, pouco após a vitória da Héctor Cámpora, para dar um caráter mais militante à editora, que logo publicou a bem-sucedida coleção *América Latina Libre y Unida*.<sup>222</sup> Por problemas internos e ameaças de setores do peronismo conservador<sup>223</sup>, García Lupo se desligou da *EUDEBA* e partiu temporariamente para a Espanha.

Ao retornar integrou o projeto editorial iniciado por Vogelius e Galeano. Sua atividade jornalística e editorial, sua militância não ortodoxa na esquerda e sua fama pesaram na escolha. Nesse mesmo ano Rogelio García Lupo dirigiu a coleção política de *Ediciones de Crisis*, composta por ensaios e análises políticas. O jornalista permaneceu no projeto até o fim da revista e editora. Durante a sua estadia dirigiu a coleção política composta por ensaios e análises políticas, que editou seis livros sobre questões latino-americanas e terceiro-mundistas: *El saqueo de Bolívia*, *La lucha de clases*, *El general Torres habla a Bolívia*, *Rusia en tinieblas*, *La revolución china*, *El marxismo latinoamericano de Mariátegui*.

As *Ediciones de Crisis* também desenvolveram uma coleção sobre intitulada *Los grandes reportajes de crisis*, a cargo do jornalista e poeta chileno Alfonso Alcalde, que havia trabalhado em revistas famosas, como *Ercilla*, e na *Editora Nacional Quimantú*, criada em 1971 pela Unidade Popular de Salvador Allende com o intuito de popularizar e democratizar o acesso ao livro. A proposta de *Quimantú* aproximava-se da *EUDEBA*, publicar livros baratos, distribuídos em livrarias e quiosques. Apoiada pelo Estado chileno, *Quimantú* configurou-se como importante editora que publicava livros com

---

<sup>222</sup> García Lupo conhecia Federico Vogelius e recebeu do empresário um convite para compor a revista entre finais de 1972 e princípios de 1973. Entretanto, o trabalho na *EUDEBA*, oferecido por Arturo Jauretche, parecia mais interessante pelo compromisso político que desejava assumir naquele momento. Durante a sua estadia na editora o jornalista contribuiu com *crisis* por meio dos materiais abundantes que chegavam.

<sup>223</sup> As cartas de ameaça podem ser encontradas em seu arquivo na Biblioteca Nacional Mariano Moreno, na caixa 4, correspondente ao seu período na *EUDEBA*. Cf.: Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Rogelio García Lupo (AR-BNMM-ARCH-RGL).

tiragens superiores aos 50.000 exemplares em um momento em que a indústria editorial chilena se reerguia após o seu período áureo.

A editora foi fechada logo após o golpe liderado por Pinochet em setembro de 1973 e Alcalde, próximo à Unidade Popular, exilou-se na Argentina com a sua família. Sua atuação na experiência socialista chilena, sobretudo com reportagens sobre a situação social do país, deram-lhe a notoriedade necessária para que fosse agregado às redes de solidariedade intelectual no exílio. Logo encontrou trabalho na redação das *Ediciones de Crisis* para editar reportagens recheadas de material fotográfico, nas quais tentava-se elaborar um perfil biográfico por meio de imagens, mas a sua coleção lançou apenas dois livros de seis planejados, um sobre Allende e outro sobre Marilyn Monroe.<sup>224</sup>

Tabela 3: A coleção política e as grandes reportagens de **crisis**, dirigidas por Rogelio García Lupo e Alfonso Alcalde.

<b>Colección Política</b>	<b>Grandes Reportajes</b>
El General Torres Habla a Bolivia (Juan José Torres, 1973)	Marilyn Monroe (Julia Constenla, 1974)
El Saqueo de Bolivia (Marcelo Quiroga Cruz, 1973)	Salvador Allende (Coletânea de fotografias 1974)
El marxismo latinoamericano de Mariátegui (Rogelio García Lupo [org], 1973)	
Rusia en tenieblas (H.G. Wells, 1973)	
La Revolución China (Leon Trotsky; Nikolai Bukharin, 1973)	
La lucha de clases (Jack London, 1973)	

A editora logo incorporou uma coleção especializada em assuntos relacionados intitulada *Esta América*. Para a sua direção recorreu-se ao poeta Mario Benedetti. O uruguaio não possuía experiência profunda na área de edição, mas havia trabalhado em importantes revistas e foi diretor do Departamento de Literatura Hispano-Americana na Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidad de la República, em Montevideu. A qualidade de suas obras e a sua militância política no Uruguai lhe credenciavam um espaço no projeto: Benedetti fizera parte da intelectualidade de esquerda que compunha

<sup>224</sup>KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015, p. 242. Em seu décimo segundo exemplar a revista anunciou o interesse em publicar reportagens sobre Marilyn Monroe, Salvador Allende, Chaplin, Eva Perón, Picasso, Che Guevara, John Kennedy e Ernest Hemingway. Já em dezembro de 1974 **crisis** diminuiu as suas expectativas anunciou a preparação de outras 3 obras para a coleção que nunca chegaram a sair. Tratavam-se de reportagens sobre Chaplin, Pablo Neruda e Pablo Picasso. Em meados de 1974 Os *Cuadernos de Crisis* já haviam tratado de Eva Perón e Che Guevara, o que talvez tenha desmotivado a publicação de reportagens fotográficas sobre os mesmos. Cf.: **crisis**, Buenos Aires, n. 12, febrero, 1974, p.1 e **crisis**, Buenos Aires, n. 20, diciembre, 1974, p. 1.

*Marcha*, desenvolveu relações com as instituições culturais cubanas e foi participante do Movimento de Independentes 26 de Março, uma agrupação política que buscava representar legalmente o grupo guerrilheiro *Tupamaros*, uma espécie de conexão entre o movimento armado e as lideranças da Frente Ampla uruguaia.

A atividade política, o status de escritor famoso e as relações de amizade com o diretor da revista **crisis** foram importantes para a escolha de Benedetti, mas as suas conexões intelectuais com Cuba eram vantajosas e decisivas para o projeto editorial. O escritor começou a sua aproximação com a ilha em 1964, quando participou como jurado do prêmio *Casa de las Américas*, estendeu-a em 1966, momento em que participou do Congresso Cultural de Havana, e consolidou a sua relação em 1967, quando viajou para um encontro sobre o poeta Rubén Darío em Varadero, Cuba, promulgado pela própria *Casa de las Américas*. Nesse mesmo ano Benedetti fundou o Centro de Investigações Literárias de *Casa* e passou a integrar a equipe da instituição até 1971. Benedetti foi um grande defensor da Revolução Cubana e retornou ao país após o golpe militar na Argentina, em 1976, e uma rápida passagem pelo Peru.

O acesso às redes cubanas garantia abundante material de interesse a um público leitor que consumia notícias e artefatos culturais sobre os processos revolucionários. Benedetti mostrava-se como candidato ideal para organizar a Coleção *Esta América* e ocupou-se de editar e prefaciar obras de escritores latino-americanos que começavam a se destacar, como os colombianos Óscar Collazos e Jaime Mejía Duque, os uruguaios Jorge Ruffinelli e Mercedes Rein, o peruano Carlos Zavaleta, o já mencionado chileno Alfonso Alcalde e o espanhol-cubano Francisco Chofre, além dos autores cubanos Roberto Fernández Retamar, diretor de *Casa de las Américas*, e Lisandro Otero. Ao total, a coleção publicou 9 obras de autores não-argentinos.

Tabela 4: Coleção *Esta América*, dirigida por Mario Benedetti

<b>Esta América</b>
Cortázar y Carpentier (Mercedes Rein, 1974)
La odilea (Francisco Chofré, 1974)
Narrativa y neocoloniaje en América Latina (Jaime Mejía Duque, 1974)
Palabras en orden (Jorge Ruffinelli, 1974)
Los aprendices (Carlos Eduardo Zavaleta, 1974)
Circunstancia de poesia (Roberto Fernández Retamar, 1974)
Disociaciones y despojos (Oscar Collazos, 1974)
En ciudad semejante (Lisandro Otero, 1974)

Epifanía cruda (Alfonso Alcalde, 1974)
El canto de amor armado (Thiago de Mello, 1974)
Una cierta venta enloquecida (Miguel Cabezas, 1975)
Jardín de Infantes 'El buho contento' (Daniel Neszewski, 1975)

Por fim, Horacio Achával participou de edições de livros que não compunham coleções específicas, substituindo Julia Constenla, que se afastava do projeto editorial. Achával havia trabalhado na *EUDEBA* e no *CEAL*, mas também possuía experiência em um selo editorial próprio, *Achával Solo*, que publicava livros de intelectuais de esquerda e críticos à ditadura militar de 1966-1973. A partir de 1975 a maioria dos livros da *Editorial del Noroeste* saíram após o trabalho de Achával, sem integrar alguma coleção, com uma simples menção a **crisis Libros**, que sucedeu a coleção *Esta América* de Mario Benedetti e publicava livros variados, entre eles *Mascaró el cazador americano*, de Haroldo Conti, vencedor do prêmio *Casa de las Américas* de 1975.

As estratégias adotadas pela revista e sua editora já eram conhecidas no cenário editorial. As *Ediciones de Crisis* publicavam livros baratos e distribuíam as suas publicações não apenas em livrarias, mas também em quiosques, algo generalizado desde o surgimento da *EUDEBA*. Boris Spivacow entendeu que esses pequenos espaços construíam uma rede ampla e generalizada de distribuição que permitia que as obras circulassem rapidamente e que a figura do *quiosquero*, o jornaleiro, era fundamental para estabelecer vínculos com o público leitor. Os quiosques implicavam uma nova lógica, um novo público e uma dimensão distinta das livrarias, que possuíam uma aura sagrada e atemorizante. A venda de livros nesses locais também pressupunha a vontade de enfrentar o preconceito do público tradicional, comprometido com uma certa ideia do livro e seus modos mais sacralizados.<sup>225</sup>

Os temas dos livros publicados apontam não somente para os padrões do mercado consumidor argentino e para a estratégia editorial, mas também para o seu posicionamento político e para as suas formas de atuação no espaço público. A maioria das publicações tratava de assuntos relacionados às realidades nacionais latino-americanas, como o golpe no Chile, o imperialismo e o colonialismo no Terceiro-Mundo. Por meio de ensaios, romances, poesias e reportagens, os colaboradores buscavam

---

<sup>225</sup> RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.). *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1981, p. 638.

explicitar a violência e a desigualdade na América Latina, estratégia intelectual já consolidada na segunda metade do século XX, ao passo que os editores das *Ediciones de Crisis* integravam um esforço para conscientizar o público argentino de seu pertencimento a uma comunidade imaginada latino-americana e terceiro-mundista e mobilizá-lo em defesa das pautas revolucionárias do momento.

A atuação política mesclava-se com as demandas de um leitorado, composto principalmente por jovens de classe média, que se interessava por psicologia, pelo existencialismo, pela sociologia e pela teoria marxista, mas que também desejava conhecer sobre uma América Latina que após a Revolução Cubana e o fenômeno do *Boom Latino-Americano* ganhava espaço nos jornais, revistas, televisão e rádio devido à intensa mobilização política e conflitos na região.<sup>226</sup> Desta maneira, segundo Jorge Rivera,

Junto com esta camada de novos leitores prolifera, da mesma maneira, um interesse crescente pela temática nacional, por interpretações, abordagens e aproximações que possuem como sujeito a realidade do momento e o processo histórico do país.

Se verifica, ao mesmo tempo que uma preocupação crescente pelo político (ou pelo político cultural), uma espécie de processo de “entrecruzamento” cultural e ideológico, que por um lado amplia e reconfigura certos espectros, e, por outro, leva ao campo das artes e letras leitores bem formados em experiências ou disciplinas bem distintas.<sup>227</sup>

Editoriais como a *EUDEBA* e o *CEAL* perceberam esse movimento, aproveitaram-se dele e contribuíram para a sua expansão. A editora fundada por Vogelius seguiu os mesmos passos e exacerbava ainda mais o compromisso intelectual, sobretudo do escritor, com as lutas por justiça social. Neste sentido, parece pertinente a sugestão de Pablo Ponza que associa o êxito da revista **crisis** à sua capacidade de sintonizar intervenções político-culturais em um momento de auge do mercado editorial e no ponto máximo de combinação e cooperação entre leitores, crítica e mercado.<sup>228</sup>

A procura por novos temas não se resumia àquilo que era percebido como novidade, mas se dirigia às questões nacionais em um momento de rápidas

<sup>226</sup> Em entrevista concedida ao programa *Negro Sobre Blanco*, dirigido pelo jornalista Carlos Ulanovsky, Rogelio García Lupo relembra que, segundo a sua percepção, uma parcela dos jovens argentinos buscava **crisis** para formar uma opinião sobre política e que a revista teve um caráter didático para uma geração. Disponível em: <http://encuentro.gob.ar/programas/serie/8515/5959>. Acesso em: 18/01/2019.

<sup>227</sup> RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.). *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1981, p. 641.

<sup>228</sup> PONZA, Pablo. Redes intelectuales: influencias y novedades en la Revista **crisis**, Argentina: 1976-1987. *Caderno de Letras, Pelotas*, n. 31, Maio-Agosto, 2018, p.124.

transformações, rearticulações e conflitos políticos. As novas editoras preencheram a gana do público com livros sobre a classe operária, a modernização econômica e sobre o peronismo. Uma série de intelectuais tentava compreender o fenômeno iniciado em meados da década de 1940 e que continuava a ser central na vida do país quase duas décadas após a queda de seu líder. Ao lado dessa iniciativa, a intelectualidade refletia sobre supostas identidades e raízes nacionais a partir de uma perspectiva mais popular e democrática do que aquela enunciada pelos conservadores das décadas de 1920-1940.

Alguns livros das *Ediciones de Crisis* trataram de assuntos como a cultura nacional argentina, como *La cultura en la encrucijada nacional* de Ernesto Sabato, outros abordaram a resistência das esquerdas e a repressão à mesma, caso de *La patria fusilada* de Francisco Urondo<sup>229</sup>, ou a universidade em *La universidad del pueblo*, de Rodolfo Puiggrós. Entretanto, os livros priorizavam a literatura engajada e textos que analisavam o cenário internacional, da ditadura chilena à crise do petróleo de 1973. Os temas nacionais foram mais explorados nos *Cuadernos de Crisis* e nos artigos da revista. Essas duas publicações abordaram com maior ênfase a história nacional, a situação da classe trabalhadora, a cultura popular argentina, o movimento peronista e as suas figuras mais importantes. Embora a iniciativa editorial tenha sido bem-sucedida, a memória sobre a empreitada permaneceu centrada nas revistas. Esses periódicos e as suas monografias foram os principais responsáveis pela fama do projeto editorial.

Ao lado das coleções de livros, as *Ediciones de Crisis* publicaram ainda uma outra forma de intervenção editorial intitulada *Cuadernos de Crisis*. Não se tratava de uma coleção, mas de uma iniciativa independente. Os *Cuadernos* começaram a ser editados ainda em 1973 com o texto *El hombre nuevo* de Che Guevara, seguido por *Neruda e Discépolo*<sup>230</sup>, lançados oficialmente em 9 de outubro de 1973.<sup>231</sup> Dirigidos por Julia Constenla, que posteriormente se desligaria do projeto, e Aníbal Ford, eles eram compostos por 29 monografias de temas variados: análises de conjunturas políticas e de relações internacionais, biografias de figuras importantes da história argentina e latino-americana do século XX, histórias de vida dos *caudillos* do século XIX, estudos sobre a

---

<sup>229</sup> O livro trata dos fuzilamentos de 19 militantes, 16 mortos e 3 feridos, das Forças Armadas Peronistas, *Montoneros* e Exército Revolucionário do Povo na base aeronaval de Trelew em 22 de agosto de 1972 após uma tentativa fracassada de fuga da prisão de Rawson, ao sul da Argentina. Urondo entrevistou os sobreviventes na prisão de Villa Devoto em 24 de maio de 1973 e lançou a sua obra por **crisis**.

<sup>230</sup> Enrique Santos Discépolo foi um dos mais ilustres compositores e letristas de tango na Argentina durante a primeira metade do século XX.

<sup>231</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 6, octubre, 1973, p. 74.

classe trabalhadora e análises sobre a cultura popular. As biografias predominavam nos *Cuadernos*, 15 dos 29 foram dedicados à trajetória de vida de personagens famosos da história nacional. Eram publicações, entre 60 e 80 páginas, com capas coloridas simples e flexíveis, elaboradas com papel rústico e possuíam preços acessíveis, cerca de 15 pesos em seu princípio, valor que aumentou com a escalada inflacionária. Os *Cuadernos*, assim como os livros, foram apenas mencionados nos estudos sobre **crisis**, mas nenhum trabalho os analisou como parte do projeto editorial da revista.

Os *Cuadernos de Crisis* se fundamentaram em duas experiências bem-sucedidas, *Cuadernos de EUDEBA* e *Cuadernos de Marcha* e outra menor, *Cuadernos de Pasado y Presente*, que teve grande importância para a esquerda argentina.<sup>232</sup> Os “*cuadernos*” eram revistas culturais comuns no mundo hispânico, mas a partir dos anos 1950 foram concebidos como livros próprios de uma editora ou suplementos culturais de meios de comunicação.

A fórmula foi inaugurada de maneira sistemática na Argentina pela *Editorial Universitaria de Buenos Aires* que publicou com grande sucesso os *Cuadernos de EUDEBA* a partir de 1959, constituídos de monografias de temas muito variados produzidas a baixo custo por especialistas reconhecidos em seus respectivos campos. Os livros eram consumidos por um público ávido por novidades e também tinham receptividade no meio acadêmico. Aníbal Ford trabalhou na *EUDEBA* e vivenciou o sucesso dos *Cuadernos*.<sup>233</sup>

*Marcha*, experiência mais próxima de Galeano, levou à frente empresa semelhante, os *Cuadernos de Marcha*, dirigidos por Jorge Ruffinelli, que posteriormente se uniria a *Crisis*. Ao todo foram publicados 77 volumes entre 1967 e 1974 com uma tiragem média de 15.000 exemplares que tratavam majoritariamente de assuntos diretamente relacionados à política, com enfoque na atualidade latino-americana e terceiro-mundista, bem como alguns personagens centrais da história recente uruguaia. Segundo Mateus Fávoro Reis, os *Cuadernos de Marcha* fizeram parte de um ambicioso

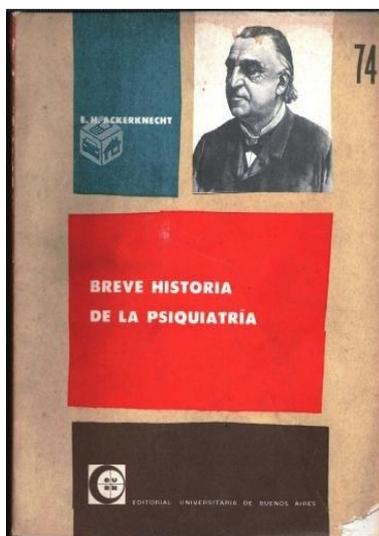
---

<sup>232</sup> RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.). *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1981, p. 625-648.

<sup>233</sup> A *FORJA* constitui também um possível precedente. A organização publicou entre 1936 e 1942 cerca de 13 monografias intituladas *Cuadernos de FORJA*, mas estes eram demasiado inconstantes, consideravelmente menores (entre 20 e 30 páginas, com poucas exceções) e não pretendiam inserir-se em um mercado editorial mais amplo. O *Archivo Histórico de Revistas Argentinas* (AHIRA) fez uma boa compilação desse material. Conferir <https://ahira.com.ar/revistas/cuadernos-de-forja/>. Acesso em: 25/02/2021.

projeto editorial que pensava o papel da leitura na formação de cidadãos conscientes de seus papéis políticos e sociais e na constituição de uma comunidade de indivíduos críticos e autônomos, calcados nos preceitos do iluminismo a respeito do livro e da leitura.<sup>234</sup>

Figura 5: *Cuaderno* publicado por *EUDEBA*



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

O formato e a proposta dos *Cuadernos de Marcha* aproximavam-se daqueles publicados pela *EUDEBA*, obras curtas, entre 60 e 80 páginas, baratas, com temas específicos. Entretanto, os autores selecionados para elaborá-las faziam parte da intelectualidade de esquerda e dos jornalistas associados ao próprio semanário, algo distinto da *EUDEBA*, que buscava não somente intelectuais reconhecidos, mas também professores universitários e especialistas. Por fim, as publicações de *Marcha* eram compostas por alguns artigos sobre o tema escolhido, escritos por autores distintos, ao passo que aquelas da *EUDEBA* costumavam conceder toda a publicação a um só autor.

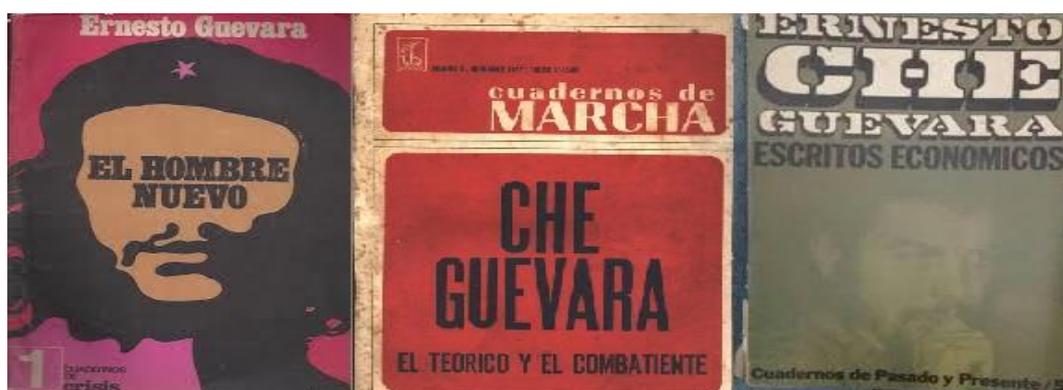
Uma terceira aproximação possível com a iniciativa das *Ediciones de Crisis* seriam os *Cuadernos de Pasado y Presente*, um impressionante número de 98 monografias ligadas à revista cordobesa *Pasado y Presente*, revista dirigida por José Aricó e por um grupo de gramscianos durante a primeira metade dos anos 1960 e por um breve período em 1973. Esses *Cuadernos* foram dedicados à teoria marxista e abordavam

<sup>234</sup> REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Arcilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 350. Todos os *Cuadernos de Marcha* podem ser encontrados em <http://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/32647?offset=0>. Acesso em: 16/01/2019.

temas como a organização de um partido revolucionário e o pensamento de um autor particular. As publicações alternavam compilações de textos clássicos do marxismo, de coletâneas de artigos sobre o assunto em questão e textos escritos por um só autor.<sup>235</sup>

Os *Cuadernos de Crisis* incorporaram elementos dessas três experiências. O formato era mais próximo às publicações da *EUDEBA*, livretos curtos, baratos, em papel simples escritos por um autor reconhecido, embora os temas fossem menos variados e mais focados nas questões políticas, na história argentina latino-americana e na cultura popular. Esses temas aproximavam **crisis** de *Marcha* e o seu intento de formar e conscientizar politicamente cidadãos com publicações engajadas redigidas por intelectuais associados às esquerdas. Além disso, os *Cuadernos de Crisis* visavam efetuar a transição de uma revista mensal que contava com uma grande variedade de artigos para o suporte de um livro mais específico e aprofundado em um assunto. *Marcha* o fizera, seus *Cuadernos* e a conformação de uma biblioteca permitiam essa diversificação e aprofundamento a partir de uma publicação semanal. As *Ediciones de Crisis* seguiam os mesmos passos e Federico Vogelius abria espaço para que os diretores e colaboradores agissem politicamente e dessem um perfil mais militante à revista e sua editora. Por fim, havia uma semelhança entre as monografias das *Ediciones de Crisis* e as de *Pasado y Presente* no que tange ao engajamento político e aos volumes dedicados a autores, figuras e personagens importantes, mas os *Cuadernos de Crisis* eram menos especializados, ligeiramente mais curtos e não se voltavam especificamente para a tradição marxista.

Figura 6: *Cuadernos de Crisis*, *Cuadernos de Marcha* e *Cuadernos de Pasado y Presente*



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno

<sup>235</sup> *Pasado y Presente* pode ser encontrada em *Américalee*, o portal de revistas latino-americanas do *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)*. Disponível em: <http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/pasado-y-presente/>. Acesso em: 17/01/2019.

Os 29 *Cuadernos de Crisis* mantinham a preocupação do projeto editorial de tratar de questões argentinas e latino-americanas, de personagens e eventos importantes para a sua história, da cultura popular e da ação imperialista no Terceiro-Mundo. A priori os *Cuadernos* não parecem uma publicação tão distinta daquelas elaboradas anteriormente, mas foram neles em que o projeto editorial articulou com maior profundidade suas investidas sobre o campo da história e buscou mobilizá-lo no debate político de seu tempo.

Esse conjunto de publicações continuou de forma sistemática o debate sobre o passado argentino e latino-americano iniciado na revista e disperso ao longo dos volumes. Dos 29 números publicados 21 tratavam diretamente do passado por meio da narrativa histórica ou de coletâneas de documentos, como letras de tango, resquícios do lunfardo<sup>236</sup>, cartas de figuras de destaque, tratados importantes etc. Os *Cuadernos* davam espaço ao revisionismo histórico desenvolvido pelo projeto editorial e incorporavam uma rede de autores revisionistas argentinos de esquerda.

Tabela 5: Lista dos *Cuadernos de Crisis*

<i>Cuadernos de Crisis</i>
El hombre nuevo (Ernesto Guevara, 1973)
Neruda (Pablo Neruda, 1973)
Discépolo (1973)
Uruguay, y ahora qué? (1974)
Cooke (John William Cooke, 1974)
Onetti (Juan Carlos Onetti, 1974)
Eva Perón (1974)
El general Juan Facundo Quiroga (Jorge B. Rivera, 1974)
Los marines: intervenciones norteamericanas en América Latina (Gregorio Selser, 1974)
Peru: el poder al pueblo (1974)
La Patria Grande de Bolívar a Perón (Carlos Machado, 1974)
Felipe Varela - un caudillo latinoamericano (Norberto Galasso, 1975)
El tango de de Villoldo a Piazzolla (Oscar del Priore, 1975)
Artigas: el general de los independientes (Carlos Machado, 1975)
Bustos. El caudillo olvidado (M. Nuñez, 1975)
General Ángel Vicente Peñaloza - El Chacho (Fermín Chávez, 1975)
Jauretche (Ernesto Goldar, 1975)

<sup>236</sup> O lunfardo é um dialeto argentino surgido em finais do século XIX e particularmente falado na cidade de Buenos Aires, normalmente associado às classes populares e ao uso vulgar da língua, estrangeirismos, inversões de sílabas e jogos fonéticos. É comum, por exemplo, ouvir um portenho dizer que tomou *una feca con chele*, ao invés de *un cafe con leche*, na casa de seu *nonino*, diminutivo de *nono*, palavra italiana para avô.

La clase trabajadora nacional. Su conformación histórica (Guillermo Gutiérrez, 1975)
El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza (Vivian Trías, 1975)
El Pentágono y la política exterior norteamericana (Gregorio Selser, 1975)
Rosas (Luis Alen Lascano, 1975)
Scalabrini Ortiz (Norberto Galasso, 1975)
Las empresas multinacionales (Carlos María Vilas; Oscar Silva, 1975)
El império británico en América Latina (Vivian Trías, 1976)
Ibarra. Un caudillo norteño (Luis Alen Lascano, 1976)
Cancionero Federal (1976)
Fray Mocho - Crónicas de Buenos Aires (1976)
Antología del Lunfardo (Luis Soler Cañas, 1976)
La Confederación (Fermín Chávez, 1976)

Os *Cuadernos de Crisis* constituíam o principal instrumento das *Ediciones de Crisis* para efetuar a sua *política da história*, para colocar em prática os seus próprios usos políticos do passado, as quais retomaremos na segunda parte. Por meio dessas monografias os editores e colaboradores pretendiam utilizar o passado para dotar os seus posicionamentos políticos no presente de uma espécie de longevidade histórica. Nesses textos os autores tentaram ressignificar positivamente a experiência caudilhista do interior no século XIX, encarando-a como continuidade legítima da Revolução de Maio e como uma luta em defesa dos valores de uma Argentina que se formava como nação, e demonizavam o liberalismo argentino como um projeto político antinacional e entreguista. De certo modo, os *Cuadernos* assumiam um papel central na constituição de uma linha do tempo que ligava San Martín e a independência nacional à Perón e aos movimentos de libertação dos anos 1960 e 1970, idealizando uma espécie de síntese da história e do suposto destino nacional. Essa narrativa sobre o passado, elaborada às margens da academia e divulgada em um veículo de ampla circulação, respondia mais diretamente às demandas políticas do momento do que aos protocolos internos do saber histórico disciplinado.

Percebe-se, portanto, que a editora fundada a partir da revista **crisis** era conformada sobretudo por uma intelectualidade que participou da remodelação da indústria editorial argentina pós-1955. Seus integrantes participaram da consolidação do mercado de livros e da sua massificação, experimentaram as novas formas de comercialização e exposição das obras e compreenderam, ao mesmo tempo em que ajudaram a criar, a transformação dos interesses do público leitor em direção às temáticas

nacionais e latino-americanas passando pela narrativa histórica. Ademais, a composição de *Ediciones de Crisis* revela ainda uma articulação na Argentina de uma rede intelectual que superava os limites nacionais e estabelecia marcos continentais em que Cuba e Uruguai representavam importantes centros de congregação.

No final de 1973, aos seis meses de existência de *Ediciones de Crisis*, os editores se vangloriavam de seu sucesso comercial:

Figura 7: Lista de publicações divulgada na revista

En sólo seis meses de 1973 ediciones crisis publicó:

2 ediciones de  
*el saqueo de bolivia*  
marcelo quiroga santa cruz

2 ediciones de  
*vagamundo*  
eduardo galeano

3 ediciones de  
*la patria fusilada*  
reportaje de francisco urondo

2 ediciones de  
*la cultura en la encrucijada nacional*  
ernesto sábató

*la lucha de clases*  
jack london

*el general torres habla a bolivia*

*rusia en tinieblas*  
h. g. wells

*la revolución china*  
bujarin trotsky

*el marxismo latinoamericano de mariátegui*

anunciamos:  
*la universidad del pueblo*  
rodolfo puiggrós

**ANUNCIAMOS**  
**3**  
libros distintos que completan  
un panorama sobre Chile de hoy:

**testimonios: CHILE, 1973**  
Prólogo de Ernesto Sábato

**CHILE para recordar**  
Una exhaustiva cronología de  
Gregorio Selser

**CHILE: una tragedia  
americana**

*El enfoque de siete observadores: Pablo Díaz, Pablo Piacentini, Jorge Vázquez, Hugh O'Shaughnessy, Guillermo Medina, Ted Córdova Claure y Danilo Baroncini.*



también aparecieron **3** tres cuadernos de crisis:



● ERNESTO GUEVARA

● NERUDA

● DISCÉPOLO

todas son  
ediciones de  
**crisis**

Fonte: **crisis**, Buenos Aires, diciembre, 1973, p. 64.

A estratégia editorial desses intelectuais incorporava três formas de intervir no espaço público. A revista, principal publicação do projeto, possuía um aspecto de maior urgência, sua natureza era marcada pelo desejo de atuar politicamente no calor do momento. Sua temporalidade, como a de outras revistas culturais, é permeada por certo imediatismo e, portanto, torna-se rapidamente ultrapassada, como sugere Beatriz Sarlo.<sup>237</sup> As revistas serviam ainda para divulgar as monografias e livros de *Ediciones de Crisis*. Os *Cuadernos* monotemáticos pretendiam servir como um intermédio entre as revistas mensais, que não permitiam aprofundar nos vários temas que traziam em suas páginas, e os livros, demasiado extensos. Essas monografias de 80 laudas permitiam ao leitor adentrar rapidamente em algum tema - como a história dos caudilhos - por meio de um texto de um especialista e buscar as referências sugeridas para o estudo. Por fim, os livros davam a profundidade necessária a assuntos complexos - como um ensaio sobre a cultura nacional, a universidade popular ou o marxismo de José Carlos Mariátegui - ou usufruir da leitura de um romance longo demais para ser publicado em uma revista ou monografia.

Todas essas três formas respondiam às necessidades do mercado editorial, mas também serviam como plataforma política para a intelectualidade. Por meio de revistas, monografias e livros os colaboradores pretenderam disputar a opinião pública e formar politicamente os seus leitores, torná-los simpatizantes das causas de libertação nacional na Argentina e na América Latina. Essa pretensão estava ligada ao pragmatismo da política, a necessidade de estabelecer bases culturais para as transformações, mas conectavam-se com as próprias autorrepresentações que a intelectualidade setentista elaborava, com as concepções sobre o que é e o que deveria ser a tarefa intelectual. Vejamos como militância, atividade editorial e o papel atribuído aos intelectuais e às artes se articularam para conformar um projeto politicamente engajado.

### **2.3 – Razões de um fazer: intelectuais, militância e autorrepresentação**

As revistas culturais eram veículos consagrados entre o público argentino na década de 1970, existentes desde finais do século XIX e particularmente potencializadas a partir da década de 1920, momento de uma intensificação do processo de modernização

---

<sup>237</sup> SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992, p. 10. Entretanto a prática de encadernar as revistas e vendê-las encadernadas aponta para um certo desejo de permanência e durabilidade de **crisis**.

cultural que possibilitou o surgimento de uma vasta quantidade de publicações de diversas temáticas, vertentes artísticas e espectros políticos.<sup>238</sup> Tal disseminação propiciou a conformação de um conjunto de hábitos recorrentes entre as mais variadas publicações e acabou por construir um padrão de como uma revista cultural deveria se inserir entre os seus leitores. Era necessário estabelecer um público alvo, estratégias de atuação e comercialização, uma identidade visual, um escopo de temas de trabalho e uma razão para existir. Para que uma revista existisse era preciso um motivo, um porquê para que um novo título justificasse a sua presença entre outros tantos.

Normalmente, dita legitimação perante o público era feita por meio de notas de abertura, manifestos fundacionais ou editoriais que explicitavam a razão da existência de uma publicação e os propósitos daqueles que a integravam, textos que definiam a identidade inicial pretendida por um projeto editorial. Entretanto, a revista **crisis** que chegou às mãos dos leitores em março de 1973 aparecia sem um manifesto fundacional, sem editoriais e sem uma declaração de propósito, algo incomum para as revistas de seu tempo.

Esse hábito de elaborar textos fundacionais, ainda em 1977, suscitou no escritor Abelardo Castillo a reflexão sobre o histórico de atuação das revistas literárias argentinas. Na abertura da nova revista *El Ornitorrinco*, uma espécie de *não-manifesto*, Castillo comentava sobre o próprio ato de escrever uma apresentação:

É uma tradição ou um rito de iniciação, uma liturgia. O primeiro número de toda revista literária deve publicar um manifesto. Escreve-se na primeira pessoa do plural, expõe-se as ideias estéticas de um grupo e há o propósito de abolir toda a literatura anterior a esse texto. É possível sintetizar assim: viemos para preencher um vazio e a partir de agora a crítica, a poesia, a narrativa e a arte em geral é feita por nós. Nada disso ocorrerá aqui [em *El Ornitorrinco*]. No fundo eu o lamento. Pessoalmente eu acredito no poder demiúrgico da irreverência [...] hoje sei que até a irreverência e os manifestos irreverentes são uma tradição.<sup>239</sup>

A fórmula destrinchada parecia demasiado potente, poucas linhas após a análise o autor definiria a razão de ser de *El Ornitorrinco*: uma revista literária eclética, independente e voltada para um público não elitizado. O *ornitorrinco*, dizia, possuía uma

<sup>238</sup> SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica*: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010; GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2015.

<sup>239</sup> CASTILLO, Abelardo. Muerte y resurrección de las revistas literarias o 6 aproximaciones para armar un ornitorrinco. *El Ornitorrinco*, Buenos Aires, n. 1, octubre-noviembre, 1977, p. 1 e 27. Castillo havia trabalhado em outras duas revistas literárias famosas na Argentina, *El Grillo de Papel* e *El Escarabajo de Oro*.

história e uma filiação, remontava às publicações dos anos 1960, apesar de sua aparência irreverente.

Quinze anos depois a crítica literária Beatriz Sarlo confirmaria parte do diagnóstico de Castillo. As apresentações, manifestos e declarações – “publiquemos uma revista” – apontavam para as ideias de necessidade e de vazio.<sup>240</sup> As revistas, portanto, surgiam a partir de um imperativo de intervir culturalmente no presente por diversas razões de ordem artística, estética ou política: preencher uma suposta lacuna; reforçar, comentar, difundir ou destruir um cânone; formar politicamente os cidadãos ou mobilizá-los para uma transformação das estruturas da sociedade.

O projeto editorial das *Ediciones de Crisis* seguia esse ímpeto voluntarista sem recorrer às apresentações: a revista, diziam seus editores, fez o seu caminho “sem anunciar seu passo com estridentes manifestos nem declarações de princípios”<sup>241</sup>, confiantes no conteúdo da revista para justificar a sua presença perante os leitores. Ademais, o seu nome completo da publicação mensal - *ideas letras artes en la crisis* – já indicava a suposta urgência e importância de sua contribuição em um momento em que se acreditava que o *status quo* estava em xeque, que uma mudança radical era iminente e que as velhas formas de expressão precisavam passar por uma reavaliação.<sup>242</sup>

O primeiro número da revista **crisis** carregava a sua razão de ser e a sua identidade sem recorrer a notas de abertura. O volume inaugural mobilizou comentários sobre o então recente romance *O Livro de Manuel*, de Julio Cortázar, por meio dos quais diferentes intelectuais debatiam sobre o compromisso intelectual do escritor argentino e o valor de sua obra para as esquerdas. Um pouco à frente os editores traduziram pela primeira vez ao espanhol um poema escrito por Lenin. O texto possuía uma pequena nota introdutória, uma espécie de guia de leitura bastante comum aos artigos publicados em **crisis**, na qual a revista ressaltava os debates sobre a literatura revolucionária. A página seguinte ao texto do revolucionário russo trouxe um pequeno trecho de Karl Marx sobre o ofício da escrita e o papel do escritor. Por fim, **crisis** publicou parte do roteiro do documentário *Perón: actualización política y doctrinaria para la toma del poder*, elaborado em 1971. O comentário prévio ao roteiro feito pela revista chamou a atenção

---

<sup>240</sup> SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992, p. 9.

<sup>241</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p.1.

<sup>242</sup> Exploraremos melhor o conceito de “crise” no quarto capítulo.

para a importância da discussão feita pelo dirigente justicialista no presente, em 1973, momento de efervescência e transformação.<sup>243</sup>

Esse encadeamento, segundo José Luis de Diego, delineou o projeto da revista **crisis** em seus primeiros números a partir da inserção no debate sobre o peronismo e as esquerdas e a tentativa de síntese de ambas as tradições.<sup>244</sup> Os números seguintes não apenas seguiram essa linha, mas também ampliaram o escopo da revista. **crisis** incorporou em seus objetivos a análise, valorização e divulgação da cultura popular, a defesa dos processos revolucionários latino-americanos e a releitura e revisão da história nacional.<sup>245</sup>

Ainda que a revista e sua editora agrupassem intelectuais de diferentes perfis e diversos posicionamentos políticos, o que conferiu a essas publicações certa pluralidade e heterogeneidade, o conjunto de **crisis** possuía uma identidade relativamente coesa. Em uma nota comemorativa do primeiro ano de vida da revista os seus editores aclaravam o que era **crisis**, “um veículo de difusão e de conquista de uma identidade cultural nacional e latino-americana que deseja ser útil em um marco maior das lutas de libertação”.<sup>246</sup> O projeto mesclou, portanto, o empreendimento editorial e a atividade política.

Os artigos mencionados ressaltam ainda uma preocupação sobre a atividade intelectual e sobre o compromisso político do escritor, assuntos recorrentes em **crisis** e que acabavam por justificar a existência de sua iniciativa. Para os editores havia um imperativo de atuação da intelectualidade e a necessidade de um engajamento naquele ano de 1973. As *Ediciones de Crisis* surgiram em um período em que uma parcela importante da sociedade esperava alguma forma de participação dos agentes do campo cultural na esfera pública. Esses suportes materiais - a revista político-cultural, os livros e as monografias - constituíram um modo de intervenção adequado aos intelectuais para pensar a militância no plano da cultura.<sup>247</sup>

Projetos editoriais engajados politicamente existiam na América Latina desde as independências, associados aos diversos partidos e elites políticas de cada país. A partir

---

<sup>243</sup> Qué opina del ‘Libro de Manuel’ de Julio Cortázar? **crisis**, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 17; Un poema de Lenin. **crisis**, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 36-42; MARX, Carlos. El oficio de escribir. **crisis**, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 42; Del film de Solanas y Getino: Juan Domingo Perón y los días siguientes. **crisis**, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 43.

<sup>244</sup> DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 128.

<sup>245</sup> SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976)* – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p.18.

<sup>246</sup> Al lector. **crisis**, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 1.

<sup>247</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 77.

da década de 1920 disseminou-se o debate sobre a importância da arte na formação política dos cidadãos, levado a cabo sobretudo pelas vanguardas, e sobre o papel social dos intelectuais. Na Argentina a experiência de *Claridad*, iniciada nos anos 1920, vinculava a atividade editorial, a arte e a militância de maneira aberta, desejava “estar mais próxima das lutas sociais do que das manifestações puramente literárias”.<sup>248</sup> O decênio seguinte foi marcado pela militância antifascista, pelos debates sobre a função do intelectual perante a ameaça fascista e pelas críticas à intelectualidade liberal advinda de setores nacionalistas.<sup>249</sup>

Se a ponderação sobre a atividade intelectual possuía uma longa trajetória na América Latina desde princípios do século XX, os anos 1950 e 1960 intensificaram o debate, constituíram uma sistematização dessa reflexão e construíram um esquema de autorrepresentação que acabava por delimitar a identidade daqueles que se envolveram nas discussões. Os textos e posicionamentos do francês Jean Paul Sartre tiveram particular influência entre os escritores latino-americanos, a noção de literatura engajada, sobretudo em *Que é a literatura?*<sup>250</sup>, e a defesa das lutas anticoloniais na África e na Ásia transformaram o filósofo em um modelo de intelectual para os seus pares americanos. Sartre lograva associar a representação do *intelectual engajado* ao espectro das esquerdas e impunha a essa figura um *compromisso* com a defesa da liberdade e da justiça, estes últimos elementos já presentes na própria concepção do conceito de *intelectual* em finais do século XIX. Ademais, a noção de *compromisso* servia como uma forma de legitimar a atuação política e como uma alternativa à filiação partidária.<sup>251</sup>

Essa forma de representar o intelectual e essa forma de normatizar a sua atividade, aquilo que o intelectual *deve ser*, ganharam fôlego com o processo desencadeado pela Revolução Cubana. Após a vitória dos revolucionários, em 1959, o governo recém-formado fomentou a produção cultural nacional e incentivou publicações de livros, abertura de editoras, criação de teatros, fundação de cinemas itinerantes e de grandes estúdios para produzir filmes. Havia certo consenso que ligava o escritor e artista à

<sup>248</sup> *Revista Claridad*, Buenos Aires, n. 1, julio, 1926, p.1

<sup>249</sup> Sobre o antifascismo na Argentina conferir PEREIRA, Douglas de Freitas. *José Bergamín, Cayetano Córdoba Iturburu e o engajamento intelectual antifascista na Espanha e na Argentina durante a década de 1930*. Dissertação (mestrado). Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019 e OLIVEIRA, Ângela M. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015.

<sup>250</sup> SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Editora Ática, 2006.

<sup>251</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 73.

transformação social, engajando-se através da arte com o intuito de produzir uma nova cultura. Para os revolucionários era primordial o envolvimento da figura do intelectual, compreendido também como um produtor e mediador de cultura que deveria agir no espaço público. Acreditava-se que o trabalho realizado no campo da cultura serviria como espaço por excelência para a luta contra os inimigos da Revolução.<sup>252</sup>

A experiência cubana fascinou grande parte da intelectualidade e serviu como um ponto de encontro para os escritores, a Revolução fez emergir uma rede de sociabilidade intelectual latino-americana de esquerda reunida em torno de Cuba e o regime revolucionário se preocupou em buscar sua adesão como meio de legitimar o processo.<sup>253</sup> Desta maneira, o debate promovido pela intelectualidade cubana e a associação entre intelectuais e o processo revolucionário logo transcendeu as fronteiras da ilha. O percurso iniciado na ilha havia, entretanto, propiciado uma transformação nos termos da discussão: as disputas internas pela definição da política cultural revolucionária e pela função da arte superaram os limites do papel do intelectual e agregaram considerações sobre qual seria a relação entre a intelectualidade, a Revolução e os processos de libertação nacionais que proliferavam nos anos 1960 e 1970. Como vimos, o projeto editorial das *Ediciones de Crisis* aproximava-se ideologicamente e afetivamente dos discursos revolucionários cubanos.

A Argentina participou de maneira notável nesse movimento. Antes mesmo do furor causado pela Revolução Cubana o país platino presenciara um contínuo declínio de concepções puristas da arte e um crescimento de perspectivas engajadas. Após a queda do governo peronista em 1955 houve uma busca pela compreensão e revalorização da experiência recém derrotada, o que logo corroborou para o declínio da hegemonia liberal no campo intelectual argentino, representada, até então, pelo editorial *Sur*.<sup>254</sup> No campo artístico, a partir de 1959, proliferaram revistas ligadas às redes intelectuais latino-americanas nucleadas ao redor de Havana.

Publicações como *El Escarabajo de Oro*, *La Rosa Blindada* e *El Grillo de Papel* republicavam materiais advindos da ilha e atualizavam o debate da intelectualidade

---

<sup>252</sup> MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada*. Imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã, 2003, p. 114.

<sup>253</sup> COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa* (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013, p. 43-44.

<sup>254</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 81.

progressista do continente.<sup>255</sup> Jovens escritores, como Ricardo Piglia e Abelardo Castillo, incorporaram os vocabulários das esquerdas que se radicalizava e concebiam a tarefa intelectual como o trabalho na luta ideológica ou a contribuição para “despertar a consciência revolucionária”.<sup>256</sup> Cresciam a crítica à atividade “puramente intelectual” e a demanda pela junção entre política e arte.<sup>257</sup> Em *Imperialismo y cultura*, Juan José Hernández Arregui, um dos autores do nacionalismo de esquerda mais vendidos na Argentina sessentista, afirmava em 1964 que

[...] nós que vemos na literatura um instrumento de libertação nacional e não uma vaidade pessoal, a honra que reside em minha geração intelectual está justificada historicamente, compreendida e assimilada por outra geração, mais jovem, destinada a empunhar a tocha, sempre acesa, da luta das massas pela emancipação argentina e hispano-americana.<sup>258</sup>

Entretanto, ainda que a noção de *comprometimento* tenha sido particularmente popular entre escritores e artistas na primeira etapa de modernização cultural dos anos 1960 é possível matizá-la como aspecto delineador da atividade intelectual do período. Não haveria ainda, como aponta Silvia Sigal, uma certeza sobre a vinculação tão sólida entre arte e política. Alguns intelectuais nacionalistas duvidavam do interesse genuíno das classes médias que se radicalizavam e questionavam os seus hábitos de consumo cosmopolitas. Uma parcela dos comunistas igualmente questionava a validade das novas tendências em moda, como o existencialismo, a psicanálise e a sociologia da modernização, suspeitas de deturparem o marxismo. Por fim, a noção de obra comprometida ou engajada circulava, mas estava longe de ser majoritária sobre as perspectivas menos rígidas sobre obra e posicionamento político. Para Sigal existiria uma separação entre os comportamentos na cena cultural e as opções no campo político. Apenas a partir do *Cordobazo*, momento de uma suposta segunda modernização, surgiria uma primazia do político e o predomínio do “tudo é política”.<sup>259</sup>

<sup>255</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 83.

<sup>256</sup> PIGLIA; CASTILLO apud GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 64.

<sup>257</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 133.

<sup>258</sup> HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *Imperialismo y cultura*. Buenos Aires: Continente Pax, 2005, p.9. O trecho em questão é uma apresentação da segunda edição de 1964 publicada pela editora Hachea. A primeira edição data de 1957.

<sup>259</sup> SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Punto Sur, 1991, p. 194-196.

Quando as *Ediciones de Crisis* iniciaram a sua intervenção frente ao público argentino já havia um certo consenso sobre a conexão entre arte, política e militância e sobre o papel do intelectual nos processos revolucionários. O *compromisso* não era mais uma posição possível na arte, mas a sua própria razão de ser<sup>260</sup>, e a contribuição dos intelectuais nas lutas de libertação nacional eram a fonte de sua legitimidade. Ao seu lado havia, desde finais da década de 1960, um certo ceticismo em relação ao intelectual como figura revolucionária.

O debate sobre o papel do intelectual e da arte, majoritariamente a literatura, foi recorrente no projeto editorial. Mais do que disputar as definições normativas sobre tal figura, a incorporação do tema deve ser compreendida como um exercício de *autorrepresentação* e uma espécie de justificativa sobre a necessidade de publicar. Grosso modo, existiam dois posicionamentos conflituosos, mas complementares: o anti-intelectualismo e o compromisso.

A primeira postura, o anti-intelectualismo, representava uma dúvida sobre a capacidade do intelectual de contribuir para os processos revolucionários. Esse incômodo ou lamento era aquilo que impelia os colaboradores à ação e que os motivava a engajar-se politicamente. Alguns, como Paco Urondo, Rodolfo Walsh e Haroldo Conti, mesclaram o uso de máquinas de escrever com as armas. Urondo participou das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e da organização *Montoneros*, Walsh integrou esta última e Conti se juntou ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

O primeiro número da revista já trazia a polêmica. A mencionada enquete sobre *O livro de Manuel* de Julio Cortázar carregava dois comentários extremamente céticos sobre a validade da obra para as lutas da esquerda. Raimundo Ongaro, dirigente sindical da *Confederación General del Trabajo de los Argentinos* (CGTA), tratava de pontuar o romance de Cortázar:

Logicamente nos parece bom que um intelectual se solidarize com as lutas populares (Cuba, Vietnã ou Argentina), mas cada coisa no seu lugar: para essas lutas nos importa aquele que arrisca a sua vida.

Sobre o intelectual, penso que seria importante que ele fosse revolucionário (em todos os sentidos), mas nos conformamos com que não seja contrarrevolucionário.<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 146.

<sup>261</sup> Qué opina del 'Libro de Manuel' de Julio Cortázar? *crisis*, Buenos Aires, n. 1, mayo, 1973, p.17.

O autor do comentário era tão significativo quanto o seu conteúdo, um sindicalista ligado a uma organização combativa que havia lutado contra as ditaduras de Onganía, Lanusse e Levingston, encarcerado por anos devido às suas atividades. A revista conferia legitimidade a um *homem de ação*, ao passo que contestava a potencialidade da literatura.

A análise seguinte tampouco era favorável à Cortázar. O padre Carlos Mugica, vinculado ao Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo e famoso pelo seu trabalho de base nas *villas miserias*, os paupérrimos bairros argentinos, fustigou o autor de *O Livro de Manuel* por ser confuso e por escrever uma literatura voltada para as elites. Sobre Cortázar, o padre ainda disse que “sua atitude tem algum valor, ainda que pessoalmente eu prefira mais aqueles que doam a vida por uma causa do que aqueles que cedam os seus direitos de autor”.<sup>262</sup> Tragicamente Mugica serviria como exemplo e mártir de *homem de ação* e intelectual comprometido, assassinado em maio de 1974 pela Aliança Anticomunista Argentina. Um ano após a sua morte **crisis** prestaria uma homenagem ao padre.<sup>263</sup>

Há quem classifique como *anti-intelectualismo* um conjunto de juízos negativos sobre a identidade intelectual surgido nos anos 1960 e particularmente forte na década seguinte. Este é o caso de Claudia Gilman, que postula que as respostas para as indagações sobre para que serviam os intelectuais normalmente eram as de que “os intelectuais não servem para nada, ou melhor, não servem para o que acreditam servir. Ou ainda: os serviços requeridos pela sociedade não são da índole dos serviços que os intelectuais estão dispostos a prestar.”<sup>264</sup>

Cuba, mais uma vez, seria o principal centro difusor desta postura na América Latina. Os embates pela definição e normatização da atividade intelectual na ilha foram acompanhados por uma desvalorização de sua figura, pelo uso pejorativo do termo e pelo enaltecimento dos *homens de ação*, considerados os verdadeiros revolucionários. O texto *O socialismo e o homem em Cuba*, de Che Guevara, publicado em 1965 teve particular importância. Ali o argentino recusava o realismo socialista como uma estética necessária à Revolução Cubana, mas o seu objetivo era questionar o posicionamento da intelectualidade perante o processo desencadeado. Para Guevara, um *pecado original*

---

<sup>262</sup> Idem. Cortázar, ao receber Prêmio Médicis pela obra, doou os frutos de seu direito de autor para organizações que auxiliavam presos políticos na Argentina.

<sup>263</sup> El padre Mugica, vivo en la villa. **crisis**, Buenos Aires, n. 26, junio, 1975, p. 17-23.

<sup>264</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 164.

simbolizava os intelectuais, grupo suspeito de não participar da guerrilha ou de empunhar armas contra a ditadura de Fulgencio Batista. Portadores de conflitos internos e concepções burguesas esses indivíduos acabariam por corromper a juventude nascida dentro da Revolução.<sup>265</sup>

Dos escritores ligados à instituição literária mais prestigiada de Cuba, *Casa de las Américas*, caso de Roberto Fernández Retamar e Lisandro Otero, a ideólogos da revolução, como Régis Debray, disseminou-se a separação dos intelectuais e dos ativistas, entendidos fundamentalmente como guerrilheiros ou militantes que arriscavam as suas vidas. O ato parecia superior à palavra e o modelo não era mais Sartre, mas Che Guevara, o padre guerrilheiro colombiano Camilo Torres e o poeta combatente salvadorenho Roque Dalton, todos transformados em mártires após caírem em luta. Para o anti-intelectualismo, a literatura e a arte eram luxos que se devia renunciar porque, ao fim e ao cabo, para fazer a revolução só se necessitava de revolucionários.<sup>266</sup>

As *Ediciones de Crisis* não negariam a importância do intelectual, mas desde o seu primeiro número pareceu colocá-la em dúvida. As aspirações dos escritores, respondeu um entrevistado, não poderiam ser cumpridas em uma revolução e a sua própria figura poderia, na maioria das vezes, ser incompatível com ela, afinal “sua origem, sua cultura e uma eventual falta de preparação política fazem com que o escritor nem sempre possa abarcar o fenômeno revolucionário. A revolução é uma coisa muito dura para ser enfrentada com uma sensibilidade que foi cultivada com outro sentido”.<sup>267</sup>

O questionamento era acompanhado pela exaltação do homem de ação. Por vezes parecia que o fuzil era superior à tinta e ao papel, que a violência revolucionária se sobrepunha ao debate e às reflexões refinadas. O primeiro *Cuaderno de Crisis*, uma coletânea de textos de Che Guevara, contribuiu para consolidar a legitimidade do homem novo guevarista, sujeito viril, altruísta e disposto a dar a sua vida por uma causa. A publicação possuía uma ode ao Che escrita por Juan Gelman em 1967, ano da morte do

---

<sup>265</sup> GUEVARA, Ernesto Che. O socialismo e o homem em Cuba. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem\\_cuba.htm](https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm). Acesso: 08/01/2020.

<sup>266</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 181. Sobre o anti-intelectualismo em Cuba conferir GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 158-187 e PRATES, Thiago H. O. *O mundo não acaba no Malecón: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas Encuentro de la Cultura Cubana e Revista Hispano-Cubana* (1996-2002). Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 191-242.

<sup>267</sup> ORTIZ, Juan L. La vida debe ser una respuesta. *crisis*, Buenos Aires, n. 6, octubre, 1973, p. 38.

guerrilheiro, no qual o poeta condenava sobretudo a elite intelectual que supostamente o abandonara:

Eu pergunto  
 Quem conseguirá suportar o seu olhar?  
 Vocês múmias do Partido Comunista Argentino?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês esquerdistas ora sim, ora não?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês donos da verdade revelada?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês que observaram a China sem entender que  
 Observar a China na realidade  
 Era observar o nosso país?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês pequeninos  
 Teóricos do fogo por correio partidários  
 Da violência por telefone  
 Ou do movimento de massas metafísico?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês sacerdotes do foquismo e nada mais?  
 Vocês deixaram-no cair  
 Vocês membros do clube  
 De grandes bundas sentadas ‘no real’?  
 Vocês deixaram-no cair.<sup>268</sup>

Roque Dalton, modelo do intelectual-guerrilheiro, também constava nas páginas da revista **crisis**. O poeta já havia participado da revista no segundo e no décimo terceiro volume e recebeu uma homenagem de Eduardo Galeano em 1975 por ocasião de sua morte. O texto trouxe um debate de 1969 em Havana, no qual o salvadorenho afirmou que o escritor latino-americano era discriminado e humilhado pelos regimes autoritários, entretanto o fardo cairia com mais peso sobre “o subversivo, o perseguido, o preso, o torturado”.<sup>269</sup> O tributo prestado por Galeano reforçou os mesmos atributos que haviam sido elogiados em Guevara, “a poesia de Roque era, como ele, carinhosa, jocosa e

<sup>268</sup> GELMAN, Juan. Pensamientos. In.: GUEVARA, Ernesto. *El hombre nuevo*. Cuaderno de Crisis 1. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p. 57-58. Optamos por manter a métrica usada por Gelman.

<sup>269</sup> GALEANO, Eduardo. Una risa matadora de la muerte. Roque Dalton asesinado en El Salvador. **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p.11.

combativa. Na cara e na poesia de Roque uma piscadela se transformava em um punho em riste. Sobrava-lhe valentia e, portanto, não necessitava mencionar a coragem. Nada mais alheio à *retórica* do sacrifício que a obra deste militante que nada guardou de si e que nada quis para si”.<sup>270</sup>

Seria errôneo atribuir unicamente a Cuba a difusão dessa forma de anti-intelectualismo. Havana claramente foi um centro de formulação de um ceticismo em relação à atividade intelectual e as redes organizadas a partir dos debates na ilha incorporaram representações estritas e machistas relacionadas à figura em questão, mas uma miríade de países latino-americanos possuía versões permeadas por suas particularidades e, muitas vezes, de existência anterior à Revolução Cubana. Oscar Terán percebeu a existência de uma postura anti-intelectual no próprio campo intelectual argentino a partir de meados da década de 1950.<sup>271</sup> Embora o período mencionado tenha concretizado um certo ceticismo pela atividade intelectual entre os próprios intelectuais havia desde os anos 1940 um sentimento considerável de desprezo por esse grupo.

A relação estabelecida entre a experiência peronista de 1946 a 1955 com os intelectuais foi marcada por tensões e, em geral, pela oposição de uma grande parcela deles, sobretudo os escritores e professores universitários. Embora o Estado peronista tenha implementado uma política e uma estratégia cultural, sobretudo no cinema e no rádio, ele foi incapaz ou faltou-lhe mesmo a vontade de criar um grupo de intelectuais. Aqueles que apoiaram o governo de Juan Domingo Perón advinham dos quadros católicos e eram nomes menos reconhecidos. Mesmo entre os nacionalistas não havia um consenso sobre o general que liderava o país. Fato é que o grupo de apoiadores era bastante homogêneo e incapaz de formular um projeto cultural coeso, cada um contribuía de acordo com as suas próprias escolas e tradições que se adaptavam com a doutrina que era construída.

O Estado tratava os intelectuais - desgostosos com o governo em sua maioria, embora muitos se mantivessem indiferentes - com uma mescla de autoritarismo e permissividade, censurava os intelectuais, mas não legislava sobre a cultura. Os críticos eram tolerados, ou melhor, ignorados, desde que se mantivessem à margem e que fossem publicamente inaudíveis. Vários projetos culturais não peronistas foram deixados quase

---

<sup>270</sup> GALEANO, Eduardo. Una risa matadora de la muerte. Roque Dalton asesinado en El Salvador. **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p.11. (grifos nossos)

<sup>271</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 137-148.

intocados desde que não atacassem o governo. Não obstante, plasmou-se entre os setores opositores ao governo a ideia de que o peronismo era *hostil* aos intelectuais e que desprezava o seu trabalho. Embora tal crença seja questionável ela forneceu as bases para o anti-intelectualismo que Terán observou surgir após 1955.<sup>272</sup>

A queda do peronismo, como mencionado, iniciou um processo de reavaliação e revalorização de sua experiência por parte da intelectualidade. Entre os críticos do anti-peronismo ganhou corpo o argumento de que os intelectuais não compreenderam o movimento e contribuíram para a sua derrocada. Eles seriam culpados por não agirem e por não superarem o abismo com as massas iletradas. Elitistas, os *doutores* eram incapazes de entender o país em que viviam. O livro de Arturo Jauretche *Los profetas del odio* teve particular importância para a construção dessa representação na sua primeira edição de 1957 ao acusar os intelectuais de tomarem parte na colonização pedagógica do país com os seus modelos estrangeirizantes.<sup>273</sup>

A crítica não ficou restrita ao campo da literatura, do ensaio e da produção acadêmica. O *Cine Liberación*, um grupo de cineastas ligados ao peronismo de esquerda, produziu em 1968 um documentário intitulado *La Hora de los Hornos*, no qual elaborava uma pequena narrativa do passado argentino e conclamava pelo uso da violência para combater o governo ditatorial. A primeira parte do filme, *Neocolonialismo y violencia*, condenava a intelectualidade argentina, acusada de reproduzir os padrões de conhecimento das metrópoles imperiais, de corroborar para a dominação estrangeira e de desarticular a cultura nacional. Ao som de um *rock and roll* em inglês os diretores, Fernando Solanas e Octavio Getino, apresentavam cenas de jovens em festa e de uma exposição de arte moderna no Instituto di Tella, um espaço cultural surgido em finais da década de 1950 conhecido por seu caráter vanguardista, cosmopolita e liberal. Em meio às imagens aparecia a advertência dos cineastas, “artistas e intelectuais são integrados ao

---

<sup>272</sup> Sobre a relação entre o primeiro peronismo e os intelectuais conferir SIGAL, Silvia. Intelectuales y peronismo. In.: TORRE, Juan Carlos. Nueva Historia Argentina. Los años peronistas (1943-1955). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 481-522; CAPELATO, Maria Helena. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009; GENÉ, Marcela. Un mundo feliz. Imágenes de los trabajadores en el primer peronismo, 1946-1955. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

<sup>273</sup> JAURETCHE, Arturo. *Los profetas del odio y la Yapa*. La colonización pedagógica. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1967.

sistema”.<sup>274</sup> Havia, portanto, uma desconfiança geral sobre o papel dos intelectuais há algum tempo.

O argumento difundiu-se entre os grupos nacionalistas de esquerda e nas *Ediciones de Crisis* ele foi recorrente, embora convivesse com a esperança e a exigência de uma aproximação entre essa elite intelectual e o povo. Para sustentar essa posição, um anti-intelectualismo matizado por uma certa popularização do fazer intelectual, o projeto editorial evocou dois conjuntos de figuras caras ao nacionalismo argentino: os membros da *FORJA* e o já mencionado peronista John William Cooke.

Ex-deputado e articulador da resistência peronista após 1955, Cooke era conhecido por defender a radicalização do movimento de massas argentino e a luta armada. Embora fosse um escritor de intensa atividade e reconhecesse a função dos intelectuais na construção do governo revolucionário, o peronista fazia ressalvas. Um texto de 1955 recuperado nos *Cuadernos de Crisis* tratava do papel de professores e artistas, “sabem que é menos perigoso transformar a cátedra em barricada do que lutar em uma barricada verdadeira. Barricadas não faltaram, para os que desejavam defender convicções revolucionárias. Mas nelas não abundavam, com certeza, esses recém-chegados ao heroísmo”.<sup>275</sup> A importância da participação dos intelectuais, para Cooke, estaria na produção de uma cultura verdadeiramente popular, que abandonasse “a retórica ou a repetição servil de criações estrangeiras” e que fomentasse “a busca de autênticas expressões que tratem dos grandes problemas argentinos”.<sup>276</sup>

Essa espécie de nacionalização da arte e da produção intelectual também deu o tom da valorização dos membros da *FORJA*. Este grupo de nacionalistas provindos de uma ala da União Cívica Radical, atuante entre os anos 1930 e 1945, edificou a sua reputação como paladinos do anti-imperialismo, críticos ferrenhos dos governos conservadores que seguiram a derrubada de Hipólito Yrigoyen. Ademais, uma parte dos *forjistas* acusaria as classes médias e, por extensão, a intelectualidade liberal de compactuar com pilhagem da nação. De certa maneira, a *FORJA* fazia parte da tradição eletiva construída pelos membros das *Ediciones de Crisis* que a ela atribuíam uma espécie

---

<sup>274</sup> A primeira parte de *La hora de los Hornos* está disponível em <https://archive.org/details/NeocolonialismoYViolencia>. Acesso em: 13/01/2020.

<sup>275</sup> COOKE, John William. *Cooke*. Cuaderno de Crisis 05. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 38.

<sup>276</sup> COOKE, John William. *Cooke*. Cuaderno de Crisis 05. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 39.

de nacionalismo popular e modelo de intelectual engajado com o povo que servia para elaborar as suas próprias representações e justificar as suas atividades.

O já mencionado Arturo Jauretche era, talvez, o *forjista* mais recuperado por esta filiação inversa na qual o legatário escolhe o seu legado. O autor era um antigo detrator da intelectualidade liberal, acusada pelo ensaísta de ser colonizada e de servir como instrumento do liberalismo. Em *Los profetas del odio* (1957) e *El medio pelo en la sociedad argentina* (1967), Jauretche estendeu a sua crítica às classes médias portenhas, grupos que, segundo o autor, serviam de base para a *intelligentsia* antinacional devido às suas aspirações cosmopolitas. A denúncia de Jauretche a esses grupos, bem como às esquerdas que haviam se oposto ao peronismo nas décadas anteriores, serviu para que o antigo participante da *FORJA* se tornasse um modelo de intelectual. O projeto das *Ediciones de Crisis* dedicou grande espaço à sua figura, com artigos em seu quinto e décimo quinto volumes e com uma homenagem póstuma no trigésimo quinto. Em todos o autor era tratado como um dos modeladores do nacionalismo popular e denunciador da colonização pedagógica, elemento central na construção do argumento sobre a falsificação da história, tão caro aos revisionismos históricos.

Um *Cuaderno* biografou a vida de Arturo Jauretche, retratado como portador de um “nacionalismo autêntico” e defensor “dos interesses populares”.<sup>277</sup> Goldar, seu biógrafo, via a trajetória de Jauretche uma espécie de reencontro entre intelectuais e a vida nacional, longamente separados pela predominância da ideologia liberal.<sup>278</sup> Na revista o autor seria representado, ao lado de outros nacionalistas, como um espelho reverso de uma intelectualidade tida como colonizada, alheia aos problemas reais do país, exemplificada e condenada a partir da revista *Sur*.<sup>279</sup>

O compromisso com a pátria se tornava um aspecto de legitimação intelectual nas *Ediciones de Crisis*. Autores ganhavam importância nas publicações a partir de sua militância e engajamento pela causa nacional e pelo anti-imperialismo. Outros *forjistas*, como Homero Manzi e Scalabrini Ortiz apareceriam como modelos de intelectuais por sua atuação, pela disposição em abandonar o “sonho de doutor” e se aproximarem da

---

<sup>277</sup> GOLDAR, Ernesto. *Jauretche*. Cuaderno de Crisis 17. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 50.

<sup>278</sup> GOLDAR, Ernesto. *Jauretche*. Cuaderno de Crisis 17. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 54-56.

<sup>279</sup> ROMANO, Eduardo. Hernández Arregui, pensador nacional. *crisis*, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p.25.

cultura popular.<sup>280</sup> A reapropriação de autores como Manzi, Scalabrini Ortiz e Jauretche – que nunca havia saído de moda desde a publicação de *Los profetas del odio* – em finais da década de 1960 era, para um dos colaboradores do projeto editorial, um “reencontro impostergável entre os intelectuais e a classe trabalhadora”.<sup>281</sup>

Essa valorização de um tipo específico de intelectual nos permite perceber uma tentativa de superação de concepções puramente anti-intelectuais. De certa maneira, havia uma possibilidade de redenção por meio da adesão às causas de libertação nacional, pela produção cultural ligada às camadas populares e pela aproximação a um povo idealizado discursivamente. No fim, essa normatização possibilitava a intervenção no espaço público e viabilizava o projeto editorial.

As *Ediciones de Crisis* davam ênfase à intelectualidade que, de alguma maneira, conectava-se com esse povo desejado ou imaginado. Jauretche, por vezes, era idealizado como intelectual modelo não pela maestria de sua narrativa ou pela profundidade de seus argumentos, mas por servir como voz das camadas populares, pelo “testemunho secundário que recolhe a partir dos fatos comuns de nossa história e vida cotidiana”.<sup>282</sup> A legitimidade advinha da capacidade de articular as experiências dos grupos subalternos e conceder-lhes a palavra.

Paulatinamente cresceu na revista o recurso ao testemunho e a ideia de ceder o discurso aos próprios personagens.<sup>283</sup> Uma entrevista com o cineasta Jorge Preloran, tratado por **crisis** como “o mais importante documentarista etnográfico argentino”, indicava a atenção dada pelos editores a experiências que permitissem que indivíduos historicamente marginalizados se expressassem. O cinema de Preloran não era “somente um testemunho da marginalização, mas um meio de expressão dos marginalizados”.<sup>284</sup> O autor era particularmente bem-visto em **crisis** uma vez, que segundo ele próprio, “eu

---

<sup>280</sup> FORD, Aníbal. Manzi en los sótanos de *FORJA*. **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p.14; GALASSO, Norberto. *Scalabrini Ortiz*. Cuaderno de Crisis 22. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 8-9.

<sup>281</sup> GOLDAR, Ernesto. *Jauretche*. Cuaderno de Crisis 17. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 71.

<sup>282</sup> FORD, Aníbal. Don Arturo Jauretche. **crisis**, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 71.

<sup>283</sup> RODRÍGUEZ AGÜERO, Eva. Intelectuales y compromiso político en la Revista Crisis (1973-1976). *Question*, v. 1; n. 10; mayo, 2006, 1-5.

<sup>284</sup> CASTIÑEIRA DE DIOS, José Luis. De Hermógenes Cayo a Cochengo Miranda. Jorge Preloran y las voces de la marginalización. **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 34.

escolho pessoas que estão marginalizadas, mas uma vez escolhidas, elas é que precisam dizer o que é que tem que aparecer no filme”.<sup>285</sup>

A legitimidade para tratar de algum assunto parecia vir de um povo buscado e idealizado pelo projeto editorial. Cabia ao intelectual a tarefa de fazer ouvir e de mediar a experiência coletada, articular um todo disperso e fragmentado pela sociedade de consumo e dar-lhe coesão. Os trabalhos de Vicente Zito Lema na revista possuíam essa particular pretensão, desde a coleta de testemunhos em um hospício à análise de murais populares em Mar del Plata.<sup>286</sup> Neste último artigo mencionado, afirmou o autor que

Acreditamos também que as opiniões *mais necessárias* são as que colhemos na mesma zona onde se localizam os trabalhos, as opiniões daqueles que se constituíram como os seus receptores naturais.

[...] Nossas próprias reflexões não pretendem apenas enfrentar o preconceito, mas também a desqualificação – de raiz ideológica – que pesa, a priori, sobre essas criações artísticas.<sup>287</sup>

As vozes qualificadas para falar da cultura popular, da cultura dos marginalizados eram aquelas dos próprios setores populares. Interessava à revista **crisis**, segundo Aníbal Ford, “recolher os testemunhos mais escondidos e marginalizados da cultura popular”.<sup>288</sup> Nesta perspectiva o projeto editorial transferia a preponderância para os atores que pretendia representar. A revista, veículo mais heterogêneo, era propensa a valorizar testemunhos, mitos, trabalhos antropológicos e experiências horizontais no teatro com o intuito de recuperar experiências populares. Esse resgate de setores como os loucos, as crianças, os imigrantes, os desempregados ou os trabalhadores, acabava por levar ao questionamento de certas práticas e gêneros considerados elitistas ou sujeitos às estruturas de poder. Mesmo a história, como veremos nos últimos capítulos, foi colocada sob dúvida.

José Luis de Diego chegou à conclusão semelhante ao analisar as reflexões sobre o trabalho intelectual na revista **crisis**, classificadas pelo autor em três modalidades:

---

<sup>285</sup> CASTIÑEIRA DE DIOS, José Luis. De Hermógenes Cayo a Cochengo Miranda. Jorge Preloran y las voces de la marginalización. **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 35.

<sup>286</sup> ZITO LEMA, Vicente. El hospício. Testimonios y lenguaje de los oprimidos. **crisis**, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974, p. 3-25.

<sup>287</sup> ZITO LEMA, Vicente. Las naranjas son el alma. Expresiones populares en las paredes y murallones de Mar del Plata. **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p.17-18. Grifos nossos.

<sup>288</sup> Noticias. Una experiencia de periodismo popular. **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 69. A autoria de Ford foi confirmada em entrevista a María Sonderéguer. SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976) – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 19.

a) a que, impulsionada pela Revolução Cubana, tende a privilegiar o homem de ação sobre o homem de ideias; b) a que, ancorada no pensamento nacionalista e populista, identifica os intelectuais com a cultura de elite, ligada aos interesses da oligarquia; 3) a que, originada no romantismo, tende a depositar um certo saber natural superior ao saber rebuscado e inoperante da cultura letrada: homem comum, sentimentos nobres, saber natural, linguagem simples. Por estas três vias chega-se à anulação da mediação intelectual: o escritor não propõe intervir na vida política como intelectual, mas a se tornar um homem de ação mediante a sua integração ao ‘campo popular’<sup>289</sup>

Portanto, para sobrepujar o abismo entre intelectuais e população o projeto editorial apostou em uma conexão supostamente direta. Entretanto, há uma espécie de *mediação cultural*, seus colaboradores executavam uma representação política e tentavam tornar presente uma voz que consideravam ausente da cena pública, torná-la compreensível para o seu público, uma classe média letrada que, supostamente, desconhecia a realidade de seu país, traduzir aquilo que considerava a cultura popular para outro grupo.<sup>290</sup> A entrevista com o pintor Roberto Aizenberg sintetizava bem essa posição: perguntado sobre o papel do artista, o pintor os classificou como “receptor-transmissor. Uma espécie de aparato, chamem-no assim, cuja natureza, por motivos imprevisíveis e inexplicáveis, especializou-se na aptidão para receber e transmitir.”<sup>291</sup>

A busca por ser uma espécie de testemunho secundário desembocou, muitas vezes, na autorrepresentação do intelectual comprometido. Para os colaboradores do projeto editorial havia uma suposta demanda social que o intelectual precisava responder e se posicionar, uma obrigação ética que impulsionava o questionamento da própria atividade e, ao mesmo tempo, levaria à ação:

Não é casual que o tema do intelectual se reitere com notável frequência em nossa época. Em momentos de grandes crises, quando os pressupostos básicos da vida social são questionados, o papel que desempenham os chamados suscita inquietantes perguntas.

O projeto editorial transformou o questionamento em resposta por meio da reafirmação do comprometimento, postura consagrada entre a intelectualidade de esquerda ou progressista. Essa representação acabou por suplantar o anti-intelectualismo

<sup>289</sup> DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 133.

<sup>290</sup> O debate sobre intelectual mediador, mediação cultural e homens duplos, conferir GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-35 e CHARLE, Cristophe. Les temps des hommes doublés. *Revue d'histoire moderne et contemporaine/Société d'histoire moderne*, v. 39, n. 1, 1992, p.73-85.

<sup>291</sup> GODEL, Ana. Roberto Aizenberg: el artista indaga, recibe y transmite. *crisis*, Buenos Aires, n. 13, mayo, 1974, p. 59.

e a perspectiva de mediação coexistentes no projeto editorial. O comprometimento ou engajamento definiam aquilo que os integrantes imaginavam ser ou exercer. O segundo exemplar da revista trazia uma entrevista com Julio Cortázar, feita em abril de 1973. Ao ser questionado sobre a validade de sua obra *O livro de Manuel* o autor argentino defendeu a sua importância para a causa dos presos políticos latino-americanos e para o papel da literatura nas Revoluções. Incomodado pela exigência de uma postura mais radical, Cortázar respondia que “Hoje há quem diga que a única linguagem válida é a das metralhadoras. Vou repetir a você aquilo que disse a [Óscar] Collazos em nossa polêmica: cada um tem as suas metralhadoras específicas. A minha, por enquanto, é a literatura.”<sup>292</sup>

Havia uma busca pela superação do dilema da incapacidade revolucionária do intelectual ao reforçar os laços entre arte e militância política. Ao recuperar um texto de 1965 de Mario Benedetti a revista reconhecia que havia, em seu presente, uma nova exigência de um crescente público leitor que questionava os dogmas da sociedade.<sup>293</sup> O desafio imposto estaria em criar uma nova cultura sem recorrer às facilidades e aos rebaixamentos artísticos,

Para a cultura, a revolução é sempre um tremendo desafio. Por um lado, a revolução impõe à cultura que abarque todo o povo. Por outro, a cultura se obriga a si própria (e é bom que o faça) a não se tornar populismo, ou seja, a não se limitar a estabelecer uma rotineira satisfação das massas populares.<sup>294</sup>

Essa mescla de concepções conflituosas mostra um questionamento sobre a própria efetividade da atividade intelectual, mas também um desejo de superar as barreiras. O *comprometimento*, no fim, sobressaía e definia a razão para publicar uma nova revista, livros e monografias. As *Ediciones de Crisis* se definiam como um projeto editorial voltado para a formação de sujeitos revolucionários. Por vezes, diferenciava-se dos objetivos de outras publicações, construía a sua identidade pela negativa, “o objetivo de **crisis** [a revista] não é o de reproduzir os esquemas das revistas literárias tradicionais”.<sup>295</sup> O seu propósito era, aparentemente, publicar, divulgar e compartilhar uma arte engajada com a transformação radical da sociedade. Quando não o fez, avisou ao leitor: ocasião do sucesso do livro *Abaddón El Exterminador* de Ernesto Sabato **crisis**

<sup>292</sup> CORTÁZAR, Julio. Mi ametralladora es la literatura. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 10.

<sup>293</sup> BENEDETTI, Mario. El escritor latino-americano y la revolución posible. **crisis**, Buenos Aires, n. 3, julio, 1973, p. 29-30.

<sup>294</sup> BENEDETTI, Mario. El escritor latino-americano y la revolución posible. **crisis**, Buenos Aires, n. 3, julio, 1973, p. 32.

<sup>295</sup> Noticias, una experiencia de periodismo popular. Por el centro de Estudios de Comunicación Masiva de la Universidad de Buenos Aires. **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 69.

publicou algumas opiniões e críticas literárias sobre a obra, mas deixou claro que estava “saindo de suas pautas habituais”.<sup>296</sup>

Os colaboradores acreditavam que a sua atuação, ainda que modesta, contribuía para a formação de indivíduos comprometidos com a construção de uma sociedade nova. Um artigo sobre a Bolívia presente na revista reforçava a dificuldade de produzir conhecimento sobre o presente de um país tão complexo, mas terminava por justificar a empreitada a partir daquilo que seria o objetivo do projeto editorial, um material “imprescindível para a formação da consciência comum sobre cujo cimento se edificará a Pátria Grande”.<sup>297</sup>

Jorge Adoum, entrevistado, sintetizou bem o que parte da intelectualidade esperava atingir com a literatura e o público para o qual direcionava a sua produção

Na prática, escrevo para uma certa camada de classe média. Acontece comigo o que acontece com todos nós: escrevemos para outros intelectuais. Mas dessa classe média, muitas vezes, saem aqueles que são capazes de conduzir os povos ‘a tomar o céu por assalto’.<sup>298</sup>

A revista reconheceu o problema do anti-intelectualismo, mas tratou de certificar que o intelectual era necessário para a luta,

Os problemas ideológicos impostos a todo o mundo pela classe dominante se manifestam com mais afinco nos intelectuais e artistas. Talvez por isso eles apresentem uma característica singular: geralmente – com ou sem razões -, ainda que entre eles existam bons e maus, são tratados como se fossem sempre maus. Suscitam uma desconfiança a priori, um preconceito.

[...] Não enchamos o caminho com pedras. É necessária a presença dos intelectuais nas organizações populares. São importantes para o corpo global da sociedade e para a classe que deve homogeneizar o processo revolucionário. Há de se combater as deformações ideológicas, mas não com preconceitos e sim com realidades.<sup>299</sup>

A reflexão de Paco Urondo é reveladora daquilo que fundamenta o papel último do intelectual nas *Ediciones de Crisis*: participar da construção da *hegemonia* da classe trabalhadora, grupo ao qual cabe o protagonismo do processo revolucionário e que deve tornar-se dominante. Por meio da atuação na esfera da cultura os colaboradores esperavam transformar as formas de pensar e de acessar o conhecimento de seus leitores,

<sup>296</sup> Cinco opiniones sobre Abaddón El Exterminador. **crisis**, Buenos Aires, n. 16, agosto, 1974, p. 49.

<sup>297</sup> SOLIZ RADA, Andrés. Informe sobre Bolivia: pena y furia de América Latina. **crisis**, Buenos Aires, n. 22, febrero, 1974, p.5.

<sup>298</sup> ADOUM, Jorge Enrique. El pesimismo combatiente. Reportaje de Ernesto González Bermejo. **crisis**, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p.42.

<sup>299</sup> URONDO, Francisco. Poemas y algunas reflexiones. **crisis**, Buenos Aires, n. 17, septiembre, 1974, p. 37.

construir um consenso que colocasse em xeque a ideologia tida como dominante, de maneira a permitir os atores históricos criarem consciência para a tomada do poder. O objetivo era, afinal, formar um sujeito revolucionário.

Naquele momento, a concepção de *hegemonia* remetia à tradição marxista. O conceito emergiu no marxismo em princípios do século XX como uma forma de reflexão sobre uma suposta crise dos projetos revolucionários e sobre a acomodação do proletariado. Lenin e Rosa Luxemburgo reafirmaram a necessidade de organizar a classe trabalhadora sob um programa revolucionário e de construir uma consciência voltada para a ruptura com a sociedade burguesa e para fazê-lo os trabalhadores deveriam tornar-se o grupo dirigente. Seria possível articular uma aliança com os setores progressistas da burguesia, mas apenas com a hegemonia do proletariado seria possível impedir uma estagnação que impedisse o avanço para uma sociedade socialista. A hegemonia, portanto, tomava contornos de direção política, moral, cultural e ideológica.<sup>300</sup> Entretanto, apesar de um uso recorrente, o conceito só ganharia maior profundidade e centralidade na obra de Antonio Gramsci.

O marxista italiano, como outros, compreendeu que o capitalismo havia adquirido um grau de desenvolvimento nos países centrais e que havia construído formas de legitimação culturais e ideológicas que permitiam neutralizar ou minimizar a produção de uma consciência combativa na classe operária. A partir de uma refinada reflexão sobre as relações entre as estruturas econômicas e as esferas da cultura e da sociabilidade, Gramsci fugiu dos determinismos empobrecedores dos dogmatismos e conseguiu perceber a importância das disputas culturais na sociedade civil na conquista do poder. Essas ponderações permitiram ao filósofo formular o conceito de *hegemonia*, central em sua obra, as formas de construção de consenso por meio do qual uma classe impõe os seus valores e consegue exercer ou disputar a dominação sem recorrer exclusivamente à força. Para Gramsci, a construção de uma ideologia própria e a sua imposição contribuiria para que os grupos subalternos se elevassem à hegemonia político-intelectual na sociedade civil e se tornassem dominantes na sociedade política.<sup>301</sup>

---

<sup>300</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.11 e LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aire: Fondo de Cultura Económica, 2011, p. 31-75.

<sup>301</sup> Apresentamos aqui uma síntese possível do conceito de *hegemonia* em Gramsci, desenvolvido de maneira fragmentária e por vezes até contraditória naquilo que se convencionou chamar *Cadernos do Cárcere*, o conjunto de escritos elaborados durante a sua prisão. Para um bom debate do conceito, a partir de uma análise sistemática e profunda do corpus gramsciano, conferir LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale.

Gramsci elaborou uma análise histórica da construção da hegemonia das classes dominantes na Itália e deu particular importância a atuação dos intelectuais. Estes não conformam um grupo independente e completamente autônomo, criadores de cultura que intervêm na esfera pública com ideias ou opiniões desprovidas de interesses. Embora tomassem para si um discurso que se apresenta como universal, a própria formação da intelectualidade nos processos históricos estaria relacionada a grupos sociais específicos e suas mensagens representam e dialogam com os mais diversos posicionamentos políticos.<sup>302</sup> O termo *intelectual orgânico* foi usado descrever os intelectuais ligados a cada grupo social e que produzem uma cultura que responde às suas demandas. Sua função era dar corpo a uma visão de mundo e a um conjunto de valores do grupo representado e a sua importância estava em corroborar para a construção de um consenso e a consolidação de uma supremacia ética, política e moral de sua classe.

Os conceitos *hegemonia* e *intelectual orgânico* eram amplamente difundidos e apropriados na América Latina sessentista e nas *Ediciones de Crisis* eles pareciam ter particular força. É plausível propor que Gramsci teria sido apropriado de maneira relativamente livre por seus colaboradores. O autor italiano era bastante conhecido na América Latina, sobretudo no México, no Brasil e na Argentina, países latino-americanos cujos intelectuais mais se interessaram por sua obra.<sup>303</sup> Gramsci foi introduzido na Argentina pela revista *Sur* em uma tradução feita por Hermán Mario Cueva daquilo que foi nomeado como *Cartas do Cárcere* como parte de uma antologia sobre a literatura europeia. Posteriormente, o acesso às obras seria expandido com as primeiras sistematizações do *corpus* gramsciano, feitas a partir da publicação dos *Cadernos do Cárcere*, dirigidas por Héctor Agosti, membro do Partido Comunista responsável por apresentar Gramsci a uma série de jovens da esquerda nacional. Dois marxistas deram continuidade à iniciativa de Agosti, nomeadamente Juan Carlos Portantiero e José María Aricó. Ambos, em 1963, fundaram a revista cordobesa *Pasado y Presente*, dedicada a renovar teoricamente o marxismo argentino e a difundir o pensamento de Antonio

---

*Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978; ANDERSON, Perry. The antinomies of Antonio Gramsci. *New Left Review*, n. 100, nov/dec, 1976.

<sup>302</sup> GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 8-23.

<sup>303</sup> ARICÓ, José. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

Gramsci no país e os *Cuadernos de Pasado y Presente*, 98 monografias mais amplas e diversas, mas igualmente permeadas pelo gramscianismo.<sup>304</sup>

José Aricó notou que algumas categorias gramscianas, como *hegemonia*, *bloco histórico*, *intelectual orgânico* e *nacional-popular*, conheceram uma intensa difusão na América Latina.<sup>305</sup> Uma parte importante da chamada nova esquerda se apropriou dos conceitos e da linguagem de Gramsci para construir os seus próprios discursos sem necessariamente incorporar uma discussão profunda e crítica da obra do italiano. Essa disseminação e essa apropriação constituíram um fenômeno que acabou por moldar parte das culturas e práticas de intelectuais e organizações políticas.

Acreditamos ser pertinente a suposição de que o grupo que participou das *Ediciones de Crisis* incorporara certos vocabulários e práticas que acabaram por se instaurar como lugares comuns entre as esquerdas: a concepção *intelectual orgânico*, por vezes mesclada com *intelectual comprometido*, servia para legitimar a existência do projeto editorial e a escolha pela intervenção na esfera pública, ao passo que a noção de *hegemonia* fundamentava todo o trabalho exercido em suas páginas. Jorge Rivera lembrou-se que “fizemos uma leitura bastante produtiva de Gramsci [...] que tratava de recolocar as categorias gramscianas em um marco nacional mais rigoroso, mais limitado”.<sup>306</sup> O projeto editorial existia para contribuir com a construção de uma consciência revolucionária, para divulgar e reforçar a cultura nacional-popular e defender os processos de libertação do Terceiro Mundo.

Zito Lema reconhecia, por exemplo, que a defesa da arte popular fazia parte “da luta integral contra o opressor” e que “o dominador trata de desqualificar por todos os

---

<sup>304</sup> Aricó levou uma vida acompanhada pela obra de Gramsci e Juan Carlos Portantiero foi um de seus principais expoentes na Argentina das décadas de 1960 e 1970, conhecido pelos seus usos do conceito *nacional-popular* e por um livro dedicado a refletir sobre as contribuições do italiano, *Los usos de Gramsci*, publicado em 1971. Por suas críticas aquilo que viam como ortodoxia marxista, ambos foram expulsos do Partido Comunista Argentino. Sobre Gramsci e o gramscianismo na Argentina conferir ARICÓ, José. Los gramscianos argentinos. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 29, abril-julio, 1987, p. 1-10; ARICÓ, José. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014; FREELAND, Anne. [The Gramscian Turn: Readings from Brazil, Argentina and Bolivia](#). *A Contracorriente*, v. 11, n. 2, 2014, p. 278-30; PETRA, Adriana. Gramsci y la nueva izquierda. Morfología de una recepción intensa. In.: *Intelectuales y cultura comunista*. Itinerarios, problemas y debates en la Argentina de posguerra, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017, p. 325-392.

<sup>305</sup> ARICÓ, José. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014, p. 35-36.

<sup>306</sup> SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976) – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 20.

meios aqueles que domina”.<sup>307</sup> O valor do trabalho intelectual estaria em dar o passo seguinte entre a “interpretação da realidade e a necessidade de transformá-la”<sup>308</sup>. Sua atividade, como a de Eduardo Romano, não deveria ser “erudita nem acadêmica”, mas “planejado como uma forma de militância política”.<sup>309</sup> O aspecto pedagógico da atividade era reforçado, uma vez que um movimento revolucionário precisaria formar quadros docentes para transmitir o seu ideário.<sup>310</sup>

A revista apostava na disputa cultural para dar corpo aos projetos políticos revolucionários vigentes. Tal posicionamento se aproxima de formas consagradas de atuação no campo intelectual que, como nos lembra Sirinelli, “é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo)”.<sup>311</sup> Esse elemento ideológico possuía um caráter central e guiava boa parte dos esforços do projeto editorial. Os seus colaboradores buscaram denunciar e desmontar os discursos ideológicos elaborados pelas classes dominantes, percebidos como base para o exercício da hegemonia.

A ideologia, nas *Ediciones de Crisis*, era definida de uma maneira inicialmente pejorativa. Por um lado, ela era encarada segundo os moldes de uma parte da tradição marxista clássica, definida como falsa consciência ou como falseamento da realidade. Por outro, havia também a percepção da ideologia como uma espécie de promoção e legitimação de interesses de grupos sociais, um discurso orientado para a ação cujo objetivo era favorecer simbólica e materialmente um determinado grupo. Por fim, associado a essa classificação, a ideologia também aparecia de maneira mais restrita como legitimação do poder da classe social dominante, uma maneira de unificar formações sociais de acordo com o interesse dos governantes. A popularização de Althusser na Argentina, em finais dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, contribuiu para a disseminação dessa perspectiva.<sup>312</sup>

<sup>307</sup> ZITO LEMA, Vicente. El hospicio. Testimonios y lenguaje de los oprimidos. *crisis*, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974, p. 5.

<sup>308</sup> SALAZAR BONDY, Augusto. Diálogos indianos. Entre Bartolomé de las Casas, Frantz Fanon, El Cacique Hatuey y Ginés de Sepúlveda. *crisis*, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 37.

<sup>309</sup> CUEVA, Herman Mario. Datos para una ficha. *crisis*, Buenos Aires, n. 13, mayo, 1974, p. 80.

<sup>310</sup> COOKE, John William. La falsa cultura popular. In.: COOKE, John William *Cooke*. Cuaderno de Crisis 05. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 37.

<sup>311</sup> SIRINELLI, François. 1996. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FGV, p.261.

<sup>312</sup> Terry Eagleton faz uma excelente compilação do debate sobre a ideologia, sobre a sua conceituação e sobre os usos sociais do termo. EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2019. Sobre a recepção de Althusser na Argentina e sobre a sua importância para definir o conceito de ideologia entre a esquerda naquele país, conferir STARCENBAUM, Marcelo. Althusser y Gramsci en la

O debate sobre ideologia e a mobilização relativamente descuidada do conceito surgia a partir de três temas, a história, os meios de comunicação e os produtos culturais. No primeiro, os revisionistas restringiam o seu argumento à denúncia de que a historiografia liberal era um produto ideológico das classes dominantes e do Estado oligárquico surgido após a Batalha de Caseros. Como contraponto, esses historiadores propunham uma narrativa verdadeira, não falseada pelo discurso ideológico liberal e imperialista e que, no limite, serviria para conscientizar os leitores sobre as tarefas de libertação nacional. O revisionismo histórico reelaborado pela esquerda nacionalista dos anos 1960 e 1970 fundamentava-se na premissa de que era possível escrever uma história correta, afim aos interesses e destinos nacionais e alheia à falsa consciência elaborada por aqueles que supostamente desejam nublar a realidade histórica e social.

O segundo tema, os meios de comunicação, foi exaustivamente trabalhado pela revista para denunciar os aparatos ideológicos das classes dominantes. A revista usou o debate sobre a nacionalização da TV argentina e sobre a liberdade de expressão para refletir como a comunicação massiva servia para construir uma hegemonia liberal e contrarrevolucionária com o intuito de manter o caráter colonial do país.<sup>313</sup> Por fim, **crisis** analisava a ideologia que supostamente estaria presente nos produtos culturais argentinos, desde os programas de televisão à literatura popular e aos quadrinhos.<sup>314</sup>

---

Argentina: los Cuadernos de Pasado y Presente. *Décalages*, v. 2, n.1, 2016 e STARCENBAUM, Marcelo. *Itinerarios de Althusser en Argentina: marxismo, comunismo, psicoanálisis (1965-1976)*. 2016. 449f. Tese (Doutorado em História). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

<sup>313</sup> MURARO, Heriberto. Quiénes son los dueños de los medios de comunicación en América Latina? **crisis**, Buenos Aires, n. 1, mayo, 1973, p. 48-53; MURARO, Heriberto. Los dueños de la televisión argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 52-60; MURARO, Heriberto. El negocio de la publicidad en la televisión argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 3, julio, 1973, p. 64-69; MURARO, Heriberto. La estatización de la TV. **crisis**, Buenos Aires, n. 16, agosto, 1974, p. 8-13; Noticias. Una experiencia del periodismo popular. **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 69-71; SELSER, Gregorio. Breve historia de la SIP. **crisis**, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, 65-67; MONCLOA, Francisco. Prensa y poder en Perú. **crisis**, Buenos Aires, n. 21, enero, 1975, p. 52-56; MURARO, Heriberto. Publicidad y sociedad de la pobreza. **crisis**, Buenos Aires, n. 22, febrero, 1975, p. 17-21; BARNET, Richard J.; MÜLLER, Roland E. Las empresas multinacionales y el control de la ideología en los países del tercer mundo. **crisis**, Buenos Aires, n. 24, abril, 1975, p. 3-10; ELIASCHEV, Ricardo. Los medios de comunicación masiva en Venezuela. **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p. 12-18; Son intocables los dueños de la opinión pública? Los documentos de la conferencia de políticas de comunicación de la UNESCO. **crisis**, Buenos Aires, n. 40, agosto, 1976, p. 3-16. Vastamente tratado por **crisis**, este tema não recebeu a devida atenção da bibliografia especializada sobre o projeto editorial. Ressaltamos a necessidade de um trabalho que se debruce sobre o assunto.

<sup>314</sup> ERHART, Virginia. Corín Tellado: la cenicienta en la sociedad de consumo. **crisis**, Buenos Aires, n. 09, enero, 1974, p. 71-80; ACOSTA, Raúl. Inodoro Pereyra. Una historieta argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 13, mayo, 1974, p. 70-72;

O reconhecimento do caráter ideológico da produção intelectual fez com que o conceito passasse a ser usado discursivamente de maneira positiva. A ideologia era, no fim, um instrumento para elaborar uma contracultura para combater as formas de dominação até então estabelecidas.<sup>315</sup> Ideologia e hegemonia possuíam uma relação próxima. As *Ediciones de Crisis*, neste sentido, eram propositivas e pretendiam abertamente disputar o espaço da cultura para articular uma hegemonia popular e revolucionária.

Todo o debate sobre o papel do intelectual e a superação das perspectivas mais céticas se relacionam, no fim, com a articulação entre cultura e política com fins pedagógicos e com o intuito de construir um consenso acerca de valores revolucionários. Essa tarefa justificou o empreendimento cultural e a própria atividade intelectual. As escolhas do que publicar e de como apresentar os textos incorporados, uma espécie de guia de leitura, respondiam à necessidade de criar uma cultura militante voltada para a mudança social. A arte, embora livre, possuía profunda relação com a demanda do político.

Esse acesso à política configurava a intervenção pública de um projeto que escolhia formas mais sutis para agir, menos conectadas com as instâncias diretas de poder. As *Ediciones de Crisis* não pertenciam a nenhuma organização ou partido, tampouco propagandeavam ações armadas, algo comum entre as revistas militantes dos anos 1970, e os seus membros não declaravam abertamente seu apoio a grupos políticos, embora se filiassem ideológica e afetivamente ao que percebiam como o legado do peronismo e dos movimentos revolucionários latino-americanos. Grosso modo, as revistas, livros e monografias da editora não existiam como veículos de informação partidária, mas como instrumentos de polêmica intelectual voltada para a disputa do campo cultural.

A seleção do que publicar para integrar o conflito simbólico contribuiu para criar representações da realidade que, no limite, serviriam para transformá-la. Essas representações ordenam a própria estrutura social e evidenciam as estratégias dos diferentes grupos, suas relações sociais e o espaço em que estes constroem um modo de *ser-percebido* que constitui sua identidade.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> BELTRÁN, Félix. La propaganda y el lenguaje de los signos en un proceso revolucionario. *crisis*, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 18-21;

<sup>316</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, p. 73.

Neste sentido parecia existir aquilo que Fernanda Beigel denomina como *editorialismo programático*, um conjunto de formas de difusão cultural ligadas a aspirações revolucionárias conectadas aos planos organizativos de conscientização de grandes setores da população.<sup>317</sup> O conceito permite refletir sobre produção cultural atrelada a fins políticos de maneira relativamente *sistemática* em projetos editoriais, ou seja, as escolhas e vinculações estratégicas e afetivas escolhas que conferem coerência ao corpo das publicações e garantem certa identidade a essas iniciativas. O conjunto de textos, imagens e referências selecionados, bem como os sentidos atribuídos a esse todo, constituem, portanto, um programa concebido de antemão e/ou elaborado ao longo do tempo para politizar a cultura e desta maneira intervir diretamente nas relações de poder.

No caso das *Ediciones de Crisis* essa mobilização implicou a seleção de dois eixos interligados: a defesa dos processos revolucionários e a revisão da história nacional. *Revisão e revolução* seriam, como muito bem notado por María Sonderéguer, “a dupla marca que organiza o programa estético ideológico da revista e sustenta a sua intervenção político-moral”.<sup>318</sup> Isso não quer dizer que todo o programa das publicações se reduza aos dois temas, mas é inegável que as definições de uma arte revolucionária (e os indivíduos aptos a praticá-la) que justificavam a atividade intelectual e a dupla revisão da cultura e da história nacional e latino-americana forneceram os principais elementos programáticos.

As representações existentes no projeto editorial serviram para organizar e hierarquizar as percepções sobre os processos revolucionários latino-americanos e os desafios que compunham esta comunidade imaginada e articularam um projeto coletivo de releitura da história nacional argentina. As intervenções editoriais levadas a cabo neste processo trabalharam o imaginário do público leitor argentino, sobretudo as classes médias escolarizadas que consumiam as publicações das *Ediciones de Crisis*, e contribuíram para a tentativa de construção de um passado de origens semelhantes, um presente de lutas compartilhadas e um destino comum almejado.

A história ocuparia um papel central na disputa cultural e na construção de uma hegemonia que permitiria, ao fim e ao cabo, disputar o próprio poder político e mudar a hierarquia e organização social. Os membros das *Ediciones de Crisis* apostaram nas

---

<sup>317</sup> BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003, p. 108.

<sup>318</sup> SONDERÉGUER, María. *Revista Crisis (1973-1976) – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 10.

representações do passado para formar e legitimar a cultura revolucionária que transformaria radicalmente o presente. Essa narrativa histórica pragmática intrinsecamente conectada às tarefas políticas do presente não fora inventada pelo projeto editorial, ela dialogava, reelaborava e conflitava com um vasto número de discursos e representações que compunham as *culturas de passados* na Argentina. Para edificar o seu próprio discurso histórico as *Ediciones de Crisis* recorriam a um repertório conhecido pelos seus leitores e, ao mesmo tempo, transformava-o.

#### 2.4 – O encontro das *Ediciones de Crisis* com a História

A revista **crisis** não era e tampouco pretendia ser uma publicação de história, não esteve ligada aos programas acadêmicos e a divulgação de pesquisas históricas jamais foi o seu foco. Federico Vogelius concebeu a publicação mensal como uma revista cultural como tantas outras na Argentina, embora desejasse conferi-la um perfil mais militante. Os textos sobre história ocupariam apenas uma parte do conteúdo e não existia, inicialmente, um plano para tornar a revista em um espaço especializado para a discussão sobre o passado. Nenhum dos colaboradores iniciais, com a notável exceção de Aníbal Ford, possuía alguma experiência profunda em edição de obras de história. Até mesmo Eduardo Galeano, autor de um ensaio que versava sobre o processo histórico da dependência latino-americana, não publicara outra obra específica sobre a história latino-americana para além de *As Veias Abertas da América Latina*.<sup>319</sup>

Havia, obviamente, um aspecto comercial interessante na abordagem dada à história. O leitor argentino consumia avidamente bens culturais ligados ao gênero: alguns historiadores, como José María Rosa, Rodolfo Puiggrós e Jorge Abelardo Ramos, gozavam de alta aceitação entre o público e os seus livros figuravam entre os bestsellers elencados pela famosa revista *Primera Plana* entre 1966 e 1967.<sup>320</sup>

A divulgação desses temas acompanhava um crescente interesse do público argentino por história. Desde finais da década de 1930 livros de história produzidos fora da academia eram publicados com certa frequência, sobretudo entre os revisionistas e autores nacionalistas, e consumidos avidamente. Entre as décadas de 1950 e 1970 surgiram na Argentina editoras e coleções que se voltavam para esse nicho mercadológico

<sup>319</sup> Galeano só voltaria a se debruçar sobre a história nos anos 1980, quando iniciou a publicação a trilogia *Memória do Fogo* (*Os nascimentos, As caras e as máscaras e O século do vento*).

<sup>320</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 201.

e que associavam o aspecto comercial da empreitada com a intervenção política por meio do desenvolvimento de projetos narrativos que buscavam rivalizar com aquilo que percebiam como uma construção historiográfica elaborada pelo Estado.<sup>321</sup> Em 1959 a editora de Arturo Peña Lillo se especializou em livros de história publicados por intelectuais do nacionalismo popular, sobretudo a partir da coleção *La Siringa*, que totalizou 35 livros. Nos anos 1960 o *Centro Editor de América Latina* também organizou coleções específicas sobre história com a colaboração de Aníbal Ford. Em maio de 1967 o historiador Félix Luna fundou a revista *Todo es Historia*, ainda vigente, cujo objetivo era divulgar e popularizar as pesquisas historiográficas. Seu primeiro número trazia na capa uma imagem de Juan Manuel de Rosas, caudilho oitocentista cuja figura mobilizava parte do debate revisionista.

Neste sentido, o sucesso das obras de história no mercado argentino apontava para a sua boa recepção entre um crescente público leitor das classes médias escolarizadas. Não é estranho supor que a aproximação das *Ediciones de Crisis* a esse nicho contivesse um aspecto estratégico: a história vendia. Entretanto, o interesse dos editores de um projeto engajado não se restringia à esfera mercadológica. A história progressivamente ganharia espaço e centralidade nas publicações como estratégia de intervenção política.

Inicialmente, o interesse pelo passado foi diluído nas páginas da revista. Não havia partes dedicadas exclusivamente à história, a mencionada seção *Resurrecciones* era o que mais se aproximava desse intento, ocupada por fragmentos de documentos antigos ou pela recuperação de algum autor específico. Após o décimo quarto volume da revista, publicado em junho de 1974, tal parte desapareceria por completo. As narrativas sobre o passado apareciam fragmentadas, serviam para ilustrar algum ponto particular ou para corroborar com a argumentação sobre uma questão contemporânea. Elas não eram o *objeto* de preocupação da maioria dos artigos. Assim como na publicação mensal, os *Cuadernos* e livros editados também não eram organizados de maneira a enfatizar um olhar sobre o passado, não existiam coleções especializadas.

Essa inconstância poderia sugerir que os editores não viam a revista como uma publicação voltada para a história ou ligada ao fazer historiográfico. O projeto editorial, político-cultural e mercadológico, não incluía, no princípio, um plano para abordar e

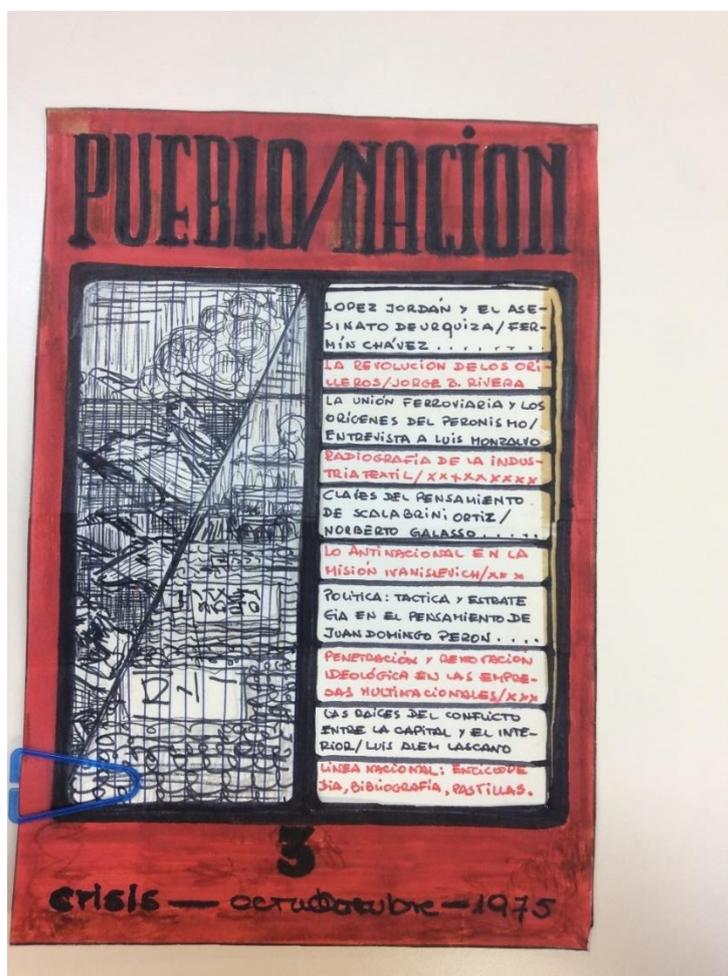
---

<sup>321</sup> DE DIEGO, José Luis. *Quien de nosotros escribirá el Facundo?* Intelectuales y escritores en Argentina (1970-1986). La Plata: Ediciones Al Margen, 2007, p. 72.

publicar temas históricos. Todavía, um documento presente no arquivo de Aníbal Ford aponta para o interesse do editor em tratar de temas ligados à história.

O documento em questão era o planejamento de um exemplar da revista feito pelo crítico literário entre fevereiro e novembro de 1972, período em que a publicação estava sob a direção de Sábato. Aníbal Ford esboçou um suposto terceiro número de **crisis** para ser publicado em outubro de 1975, embora a data e o número escolhidos pareçam ser meramente ilustrativos. Na capa, Ford ilustrou de maneira rústica uma cena em que *gaúchos* cavalgavam pelas planícies e elencou 10 assuntos e autores a serem publicados naquele exemplar imaginado, dos quais pelo menos 7 tratavam do passado.<sup>322</sup>

Figura 8: Capa de **crisis** idealizada por Aníbal Ford. O nome da revista parecia definido, embora Eduardo Galeano posteriormente agregasse “ideas letras artes en la” ao título. A identidade visual era completamente distinta daquela elaborada por Galeano e Eduardo Ruccio.



Fonte: Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>322</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

Aníbal Ford escolheu para aquela publicação assuntos que tratavam dos embates políticos e dos conflitos entre unitários e federalistas na Argentina oitocentista, das origens do peronismo, do pensamento de Scalabrini Ortiz (um dos membros da *FORJA*) e da chamada *linha nacional*, uma espécie de panteão de heróis e símbolos nacionais que o revisionismo histórico argentino reivindicava. Entre os autores selecionados estavam três revisionistas já mencionados, Fermín Chávez, Luis Alen Lascano e Norberto Galasso. Ao que tudo indica Ford desejava, desde o princípio, incorporar a história como um tema importante para **crisis** e escolhera o revisionismo como corrente de interpretação. O exemplar tal qual o editor concebera nunca foi publicado, mas o projeto editorial acabaria adotando as suas propostas.

O interesse pela história se consolidaria a partir de finais de 1973. O oitavo número de **crisis**, aparecido em dezembro daquele ano, iniciava a publicação com uma enquete intitulada “**crisis** pergunta: ensina-se na Argentina a história real do país?”, apresentada da seguinte maneira:

o ensino de história propõe problemas que transcendem o campo historiográfico. Com ele se assumem uma explicação das transformações produzidas na sociedade, um projeto nacional, uma identidade, um passado e uma exploração, comprometida ou não, das contradições de nossa realidade concreta. Isto explica, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, onde até a consciência histórica é objeto de pressão, a necessidade de uma discussão e uma revisão permanentes. Discussão e revisão que não são meros agregados, mas parte fundamental da mesma história.

Neste momento, no qual a polêmica se acentua e em que começa, sob o signo da reabilitação de Rosas e dos caudilhos, a reformulação do ensino de história no nosso país, **crisis** também realizou uma enquete, a cargo de Inés Prat, com o objetivo de participar deste processo.<sup>323</sup>

A enquete, à qual voltaremos adiante, reforçava o interesse dos editores de participar de um debate que julgavam crucial. A história tornava-se cada vez mais um espaço de disputa e um instrumento de legitimação política de diversos grupos. As esquerdas argentinas recorriam ao passado (e ao revisionismo) para construírem as suas próprias identidades políticas. Como bem nota Michael Goebel

O aumento da violência política se sustentava na construção de narrativas totalizadoras (o neorevisionismo entre elas) que categoricamente opunham amigos e inimigos em dicotomias irreconciliáveis e adquiriam sua justificação a partir de argumentos

---

<sup>323</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p.3. O número anterior de **crisis** possuía uma pequena apresentação do livro *El proceso de Rosas y la confiscacion de sus bienes* na qual a obra era descrita como “Estudo sobre uma possível reabilitação da memória de Rosas”. **crisis**, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p. 67.

sobre a suposta essência da identidade nacional da Argentina. Portanto, a violência colocou em oposição atores cujas ideologias, em parte, derivavam de tropos semelhantes e empregavam símbolos similares. Nisto, as interpretações da história nacional tiveram um papel discursivo protagonista.<sup>324</sup>

As esquerdas elaboravam uma leitura do passado que permitiam-nas conectar as suas lutas do presente àquelas empreendidas por caudilhos e *gauchos* do período pós-independência como forma de conferir um suposto enraizamento e longevidade às suas propostas. Os grupos armados ligados ao peronismo revolucionário, como os *Montoneros*, reatualizavam os símbolos pátrios de maneira a apresentarem-se como uma evolução natural e necessária dos processos de luta iniciados no século anterior, não surpreende que a sua insígnia carregasse a lança de combate das *montoneras gauchas* cruzada com o fuzil utilizado pela guerrilha e o mantra revolucionário cubano *Venceremos*. Em seu livro sobre os usos do passado feitos pelos nacionalistas argentinos Michael Goebel repara que as publicações desses movimentos de esquerda estiveram permeadas por referências aos caudilhos federalistas e ao ditador bonaerense Juan Manuel de Rosas.<sup>325</sup>

A figura de Rosas ilustra bem o fervor dos debates sobre a história nacional. O caudilho portenho foi objeto de polêmica entre historiadores por décadas a fio, não havia um consenso sobre a sua importância sequer entre os revisionistas. Quando *crisis* afirmou em sua enquete que “neste momento, no qual a polêmica se acentua e em que começa, sob o signo da reabilitação de Rosas e dos caudilho” referiu-se certamente à longa disputa sobre o seu significado e às apropriações contemporâneas das várias organizações que reivindicavam o legado dos caudilhos federalistas, mas também a um evento que reativava as controvérsias: em novembro de 1973, no mês imediatamente anterior à publicação do artigo de *crisis*, o presidente Juan Domingo Perón encarregou Manuel de Anchorena de negociar com o governo inglês duas questões de grande importância, um acordo pelas Ilhas Malvinas e a repatriação dos restos mortais de Juan Manuel de Rosas. Escolhido para tal tarefa, Anchorena era um reconhecido revisionista, admirador declarado do caudilho portenho e membro do Instituto de Pesquisas Históricas Juan Manuel de Rosas. Anchorena seria efetivado como embaixador na Inglaterra no ano

---

<sup>324</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 185.

<sup>325</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 207.

seguinte, mas a repatriação dos restos de Rosas teria de aguardar até setembro de 1989, concluída por outro peronista, Carlos Menem.<sup>326</sup>

Em meio a essa história *quente* as *Ediciones de Crisis* encontraram o que viria a ser uma de suas principais formas de militância. Se o seu projeto não havia concebido inicialmente tratar da história, esta parecia se impor aos editores, uma espécie de demanda política do presente – “a necessidade de uma discussão e uma revisão permanentes”, nas palavras de sua enquete – e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para integrar uma discussão que lhes soava primordial.

Progressivamente os temas históricos passaram a ocupar mais espaço na revista. Antes do oitavo exemplar apenas dois textos publicados tratavam inteiramente do passado, um artigo sobre Rosas e uma espécie de dossier sobre o tango.<sup>327</sup> Após a enquete o número de textos sobre o passado, não apenas de história, aumentaria substancialmente. Tomemos como exemplo o caso de Fermín Chávez: o historiador publicaria, sozinho, 11 artigos sobre história e 24 pequenos trechos de documentos na seção *Carnet*.

As serigrafias que acompanhavam os exemplares da revista ilustram igualmente o aumento do interesse pela história. Até o vigésimo exemplar **crisis** publicou fac-símiles de obras de artistas plásticos em vigência, mas a partir de então, até o seu penúltimo número, todas as serigrafias, sem exceção, remetiam aos séculos que a precediam, as publicações iam de mapas antigos à documentos do federalismo argentino do século XIX.

Esse movimento de encontro com a história seria ainda mais claro nos *Cuadernos de Crisis*. As primeiras sete monografias eram compostas por coletâneas de textos de alguns autores considerados importantes, como Ernesto “Che” Guevara, John William Cooke, Juan Carlos Onetti e Pablo Neruda, um dossier sobre a situação política uruguaia e duas compilações de testemunhos e textos sobre Eva Perón e sobre o compositor e poeta Enrique Discépolo. A partir do oitavo número, os *Cuadernos* começaram a tratar sistematicamente da história da cultura argentina, da história da classe trabalhadora nacional e dos caudilhos argentinos. Este último tema chama ainda mais a atenção: 10

---

<sup>326</sup> Sobre a repatriação do corpo de Juan Manuel de Rosas, conferir HOURCADE, Eduardo. La repatriación de los restos de Rosas. In.: PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Marta. *Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado*. La elaboración social de la experiencia histórica. Buenos Aires: Mino & Dávila, 2014, p. 37-58.

<sup>327</sup> ROSAS, Juan Manuel de. Cuando me paguen los señores Anchorena. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 48-49; Tango: poesía popular del yrigoyenismo al peronismo. **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973

das 29 monografias tratavam desses líderes oitocentistas e de suas lutas, todas publicadas após a oitava edição do *Cuadernos* (conferir a tabela 3).

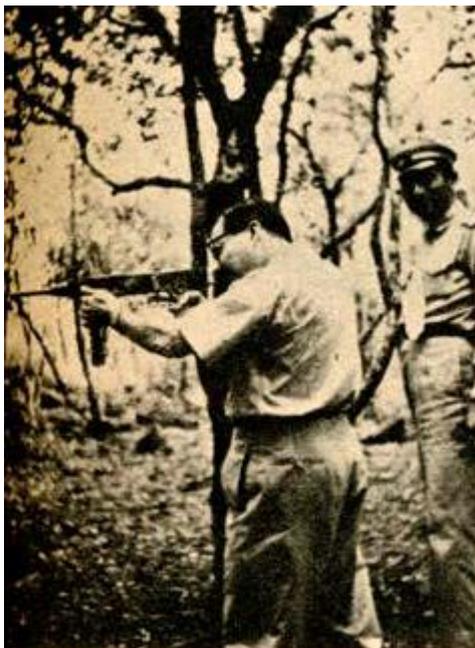
A mudança de perfil dos *Cuadernos*, agora alinhado ao crescente interesse pela história mobilizado pelo conjunto das *Ediciones de Crisis*, ocorreu justamente quando Aníbal Ford assumiu a direção das monografias. Julia Constenla, antiga diretora dos *Cuadernos*, abandonou o projeto após o sétimo volume, dedicado a Eva Perón.

Aníbal Ford já possuía uma vasta experiência na publicação de obras de história. Durante o seu trabalho no *Centro Editor de América Latina* (CEAL), Ford organizou duas importantes coleções, “História da América do século XX” e “História do movimento operário”, que juntas totalizavam surpreendentes 189 títulos com uma tiragem média de 15.000 exemplares.

A primeira monografia sob a tutela de Ford iniciaria as publicações dos *Cuadernos de Crisis* sobre os caudilhos oitocentistas, tratava-se de uma pequena biografia do riojano Juan Facundo Quiroga. O autor selecionado para escrever tal obra era um daqueles arrolados na revista que Ford idealizara em 1972, o crítico cultural Jorge Rivera, com quem Ford trabalhara e publicara durante o seu período no CEAL. As monografias seguintes acabariam incorporando os outros colaboradores pretendidos inicialmente, como Fermín Chávez, Luis Alen Lascano e Norberto Galasso.

O historiador entrerriano Fermín Chávez passou a participar mais ativamente do projeto editorial a partir de 1975. Chávez militou no peronismo desde os anos 1950 e fez parte da resistência do movimento após a derrocada do regime. Formado em direito, Fermín Chávez iniciou a sua trajetória na escrita histórica naquela mesma década e publicou uma obra particularmente bem recebida em 1956, *Civilización y barbárie: el liberalismo y el mayismo en la historia y en la cultura argentina*, livro que seria revisado e ampliado em 1965 e 1974. Crítico ao marxismo dogmático que se opunha ao peronismo, o autor se tornou um reconhecido historiador nos anos 1970, sobretudo por sua abordagem dos caudilhos do Norte. Entre os anos de 1973 e 1974 lecionou história argentina na *Universidad de Buenos Aires*, consagrou-se como uma importante referência para os jovens que iniciavam a sua militância no amplo espectro da esquerda nacional e integrou a lista de revisionistas famosos.

Figura 9: Fermín Chávez praticando disparos próximo a Assunção em 1959, quando integrava a resistência peronista. A foto foi concedida para a publicação na revista.



Fonte: RIVERA, Jorge B. Fermín Chávez: la Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 45.

Luis Alen Lascano possuía uma trajetória relativamente distinta de Chávez, mas a sua carreira feita entre os revisionistas também o levaria às *Ediciones de Crisis*. Lascano provinha do radicalismo e se formara politicamente a partir do anti-imperialismo da *FORJA*. Natural de Santiago del Estero, o historiador lecionara na universidade de sua província e se aproximou do revisionismo tradicional, filiado ao Instituto de Pesquisas Históricas Juan Manuel de Rosas. Apesar de produzir artigos e livros sobre o ditador portenho, as suas maiores contribuições estavam relacionadas à história de sua terra natal, ao caudilho local Juan Felipe Ibarra e à indústria do Norte argentino. Alen Lascano era uma das referências de Eduardo Galeano para explicar o “infanticídio industrial” na América Latina, que também recorria a outros revisionistas, como Ortega Peña, Luis Duhalde e Jorge Abelardo Ramos.<sup>328</sup> O editor de *crisis* não se identificava como revisionista, mas recorria a tal tradição para elaborar os seus relatos. De certa maneira, havia uma linguagem e um imaginário sobre o passado compartilhados por essa esquerda heterogênea de meados dos anos 1960 e 1970.

A trajetória de Norberto Galasso era mais próxima da esquerda revolucionária e de um revisionismo abertamente socialista. Diferentemente dos historiadores citados, os seus interesses dirigiam-se mais para a história do século XX e para o nacionalismo

<sup>328</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 250; 260;

argentino. Formado como contador na *Universidad de Buenos Aires*, Galasso militou no *Partido Socialista de la Izquierda Nacional* (PSIN), criado por Jorge Abelardo Ramos e Jorge Enea Spilimbergo, um partido antiliberal, anti-imperialista e socialista, defensor de uma revolução nacional. A partir dos anos 1970 Galasso acercou-se do peronismo de esquerda. Antes de participar das *Ediciones de Crisis* o historiador havia trabalhado na EUDEBA sob a direção de Arturo Jauretche.

A presença desses três historiadores contribuiu para delinear o interesse pela história e pelo revisionismo histórico que ganhou corpo em **crisis**. Entretanto, seria exagerado atribuir-lhes toda a responsabilidade pela transformação do projeto editorial. Quando iniciaram as suas participações os temas, termos e fundamentos teóricos do revisionismo já eram recorrentes. A Teoria da Dependência passou a ser constante, nem sempre aplicada de maneira clara, mas presente por meio de vocabulários que lhes eram próprios, como *dependência*, *dependência cultural*, *enclave*, *neocolonialismo*. Documentos antigos começaram a ser editados e publicados nas revistas, que também demonstravam mais interesse pelos caudilhos do século XIX.

Por meio da articulação dessas contribuições Ford seria, portanto, um dos responsáveis por fortalecer a aposta na história feita pelas *Ediciones de Crisis*, bem como por sua associação ao revisionismo histórico, algo diretamente relacionado à sua formação política ideologicamente afim ao peronismo e ao nacionalismo popular argentino. O seu trabalho como editor e a sua militância política colocaram-no em constante contato com historiadores revisionistas que compartilhavam de suas ideias, discursos e interpretações sobre o passado. Durante o seu trabalho no CEAL Ford conheceu, editou e publicou junto a dezenas de historiadores, mas ao dirigir os *Cuadernos de Crisis* escolheu os revisionistas para tratar da história argentina.

Entretanto, para além desse elemento pessoal havia uma decisão estratégica: em um momento em que se acirravam as disputas pelo poder e pelos símbolos pátrios era imprescindível, como sugere José Luis de Diego, que **crisis** tentasse nutrir o projeto revolucionário com um mandato histórico. À medida que desvanecia a presença inicial dos clássicos da esquerda (Marx, Lenin ou Mao Zedong) fortalecia-se a ressurreição e revalorização dos homens do nacionalismo argentino.<sup>329</sup>

---

<sup>329</sup> DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. In.: *Prismas: revista de historia intelectual*, Buenos Aires, año 5, n. 5, 2001, p. 129.

Os colaboradores progressivamente recorreram ao passado para *revisar* a nação. Disputar o legado histórico da pátria significava disputar a possibilidade de determinar o seu futuro, de definir qual era o destino a ser cumprido e expurgar os elementos considerados intrusivos neste horizonte idealizado para a comunidade. O projeto editorial pretendia, portanto, construir uma narrativa sobre o passado que servisse às lutas políticas do presente e que dotasse os homens de instrumentos para transformá-la. Na Argentina dos anos 1970 havia, pelo menos, uma forma muito popularizada de abordar o passado que possuía esse valor instrumental, a saber, o revisionismo histórico. As *Ediciones de Crisis* se aproximariam dessa corrente historiográfica por afinidade dos editores e por escolha estratégica, algo que marcaria profundamente o discurso sobre o passado nas publicações.

## Segunda Parte

### Capítulo 3 – Revisão e revolução: revisionismo histórico, crise e usos políticos do passado

#### 3.1 – Revisionismos e revisionistas: trajetórias, transformações e paradoxos

Em 03 de fevereiro de 1976 o jovem historiador santafesino Alejandro Damianovich enviou uma carta a Aníbal Ford. Nessa curiosa missiva Damianovich contou ao diretor dos *Cuadernos de Crisis* que acompanhava com atenção as monografias editadas, havia lido as publicações sobre os grandes líderes do século XIX e acreditava que os seus editores cumpriam “uma importante função na Argentina de hoje”. Convicto de que poderia contribuir para o projeto editorial, o historiador propôs a publicação de um *Cuaderno* sobre o caudilho de sua terra, Estanislao López, “em sua correta magnitude”, dada a suposta escassez de estudos sobre a sua figura. Para tanto, se dispôs a enviar um texto e material gráfico.<sup>330</sup>

O historiador discorreu sobre as disputas historiográficas sobre López, os liberais haviam tentado inseri-lo em sua tradição e “nós, os nacionalistas, o eclipsamos, na maioria dos casos, sob a estatura de Rosas.” Em seguida, receoso de que seu nome não fosse conhecido, pedia a Ford que perguntasse sobre o seu trabalho a Fermín Chávez, historiador ativo nas *Ediciones de Crisis*. Por fim, Damianovich listou os seus trabalhos que julgava mais importantes para legitimar a sua participação nos *Cuadernos de Crisis*. Entre as credenciais apresentadas estavam atividades em museus, artigos em jornais locais, panfletos, cursos e conferências.

Nessa espécie de anexo chama a atenção a recorrência de temas ligados ao revisionismo histórico, um panfleto intitulado “Metas e alcances do revisionismo histórico”, os cursos “Primeiro Curso de História Revisionista” (1971), “Segundo Curso de História Revisionista” (1974) e “Rosas Revisado” (1975) e um programa de rádio intitulado “Revisando a História”. Por que Damianovich sentia a necessidade de explicitar essas atividades à Aníbal Ford?

Ao longo da carta, no momento em que discutia as interpretações sobre o caudilho santafesino, o autor deixou claro que não acreditava “em paradigmas, mas coincido com quem vê em López um condutor genuíno daqueles que se entregaram por inteiro à causa

---

<sup>330</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 1.

nacional e constituíram entraves para o *cipayismo*".<sup>331</sup> Damianovich evidenciou a sua linha de interpretação histórica e afirmou que via nos *Cuadernos de Crisis* um espaço para encontrar os seus pares, "nós, os nacionalistas", e para atacar o inimigo comum, os liberais e os *cipayos*. Ora, os editores afirmaram poucos anos antes que a revista -e todo o projeto, agregamos – era um veículo de difusão e conquista da identidade nacional útil para as lutas de libertação.<sup>332</sup>

A missiva era um atestado de reconhecimento, o historiador desejava fazer parte de um projeto que percebia como semelhante ao seu próprio trabalho. Para tanto, credenciava-se a partir daquilo que o faria ser aceito pelos seus colegas, o nacionalismo e o revisionismo histórico: Damianovich identificou nos *Cuadernos de Crisis* e em seus autores uma perspectiva revisionista e aspirava contribuir com uma obra a altura. O que era afinal esse revisionismo que marcou a identidade do projeto editorial? Como ele foi elaborado e como moldou as suas formas de intervenção na esfera da cultura?

O projeto de Galeano e Vogelius não inaugurou o revisionismo histórico em seu país. Surgido em meados da década de 1920, o revisionismo questionava a história construída a partir das universidades e instituições tradicionais, bem como os panteões de heróis e valores adotados pelo Estado na construção da cidadania e no ensino nas escolas. O seu nascimento e desenvolvimento esteve associado, por um lado, aos percursos da historiografia argentina e, por outro, à política e aos usos públicos do passado. É preciso, portanto, "verificar os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história", como propõe Valdeí Araújo<sup>333</sup>, para compreendermos as construções de narrativas sobre o passado presentes nas *Ediciones de Crisis*.

No final do século XIX houve um princípio de normatização do fazer historiográfico na Argentina. A historiografia nacional foi institucionalizada a partir da figura do ex-presidente Bartolomé Mitre após a derrota da Confederação Argentina em

<sup>331</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 1.

O termo *cipayo* (Sipahi e Cipaio, em farsi em português) refere-se, originalmente, a uma tropa de cavalaria do império otomano, mas foi utilizado em língua espanhola para se designar os nativos da Índia que eram recrutados pelo império britânico. Grosso modo, a intelectualidade anti-imperialista latino-americana utilizava pejorativamente a palavra *cipayo* para se referir a indivíduos que nutriam alguma simpatia pelas metrópoles ou que de alguma maneira se beneficiavam do domínio de potências estrangeiras.

<sup>332</sup> *crisis*, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p.1.

<sup>333</sup> DE ARAUJO, Valdeí Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n.1, 2006, p. 80.

1861 e o começo da conformação do Estado moderno argentino. O político foi um dos fundadores e primeiro presidente da Junta de História e Numismática, em 1893, logo transformada em Academia Nacional de História da República Argentina. A instituição serviu de espaço para os primeiros grupos organizados de historiadores, ainda não profissionais, que se dedicavam a narrar o passado da nação.<sup>334</sup>

A obra de Mitre estabeleceu o período da independência como o marco fundacional do país e deu enfoque às grandes figuras do período da independência, batalhas épicas e eventos de notável importância. O ex-presidente listou estadistas e soldados - como San Martín, Mariano Moreno, Manuel Belgrano - e líderes ilustrados - Rivadavia e, implicitamente, Sarmiento e a si mesmo - que contribuiriam para que a Argentina pudesse alcançar os patamares de progresso da Europa. Esses grandes homens e as suas trajetórias eram os principais atores de uma história que serviria para glorificar a construção do Estado Nacional. Os contratempos dessa marcha histórica para o progresso encontravam-se encarnados nas figuras dos caudilhos, antigos inimigos de Mitre, e nos seus *gauchos*, representantes do atraso e da barbárie. Para narrar o processo, Mitre valia-se da correspondência desses próceres - muitas em sua posse - e dos documentos oficiais do Estado.

Essa normatização foi seguida por uma pluralização. Os historiadores que se formaram sob a tutela de Mitre e que o sucederam elaboraram narrativas mais imparciais sobre o período dos conflitos civis no país: Adolfo Saldías, discípulo de Mitre, e Ernesto Quesada escreveram entre as décadas de 1880 e 1890 obras menos polarizadas sobre Juan Manuel de Rosas, um dos principais inimigo da historiografia herdeira dos vencedores unitários.<sup>335</sup> Entretanto, essas primeiras revisões ainda eram histórias vinculadas às

---

<sup>334</sup> A Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade de Buenos Aires data 1896, 75 anos após a fundação da universidade. O processo de autonomização do campo historiográfico na universidade iniciou-se com as instituições mencionadas no texto, mas a profissionalização é mais tardia. Apenas em 1906 a FFyL passou outorgar títulos em História e somente em 1921 se fundou o Instituto de Investigações Históricas da UBA. O caso da Universidade Nacional de La Plata, a segunda maior do país, é um pouco mais tardio. A Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da UNLP só conseguiu autonomia em 1921 e só fundou o seu centro de estudos históricos em 1932. A institucionalização e autonomização da história como disciplina acadêmica na Argentina é tardia se comparada, por exemplo, ao Chile, que data de 1842.

<sup>335</sup> BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 234; GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 47; DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, 203.

tentativas de construção do Estado Nacional, do estabelecimento de panteões de heróis e dos cânones da cultura nacional.

Essa diversificação seguiu em curso e ganhou mais corpo durante as comemorações do Centenário da Independência Argentina. A história circulava em discursos na arena política e nos debates sobre os símbolos nacionais. Os adversários de Hipólito Yrigoyen recorriam a expressões como “tirania de Rosas” para atacar os membros da União Cívica Radical, ao passo que os seus partidários se dividiam entre rechaçar a acusação ou assumir a imagem do caudilho para reforçar o ideário patriótico.<sup>336</sup> Escritores e políticos de diferentes matizes nacionalistas, como Ricardo Rojas e Leopoldo Lugones, valorizaram (e mitificaram) a figura popular do *gaúcho* como contraponto aos mitos fundadores sarmentinos e mitristas.

À essa *revisão* do panteão somou-se uma mudança no conhecimento histórico que transformaria, em parte, as formas, métodos e espaços de construção narrativa dos símbolos nacionais. A partir da mesma década de 1910 houve uma progressiva institucionalização da história como disciplina e campo autônomo com o advento da chamada Nova Escola Histórica. Homens como Emilio Ravignani, Luis Diego Molinari e Ricardo Levene ocuparam importantes espaços nas instituições de produção do saber histórico e estabeleceram no campo a preocupação com as normas e métodos do fazer historiográfico munidos dos manuais metodológicos europeus. A história concebida pela Nova Escola Histórica ainda possuía o caráter pedagógico da historiografia mitrista e tinha por objetivo a criação de um sentimento de passado comum, algo que servisse de base para a projeção do futuro da nação, mas a atividade legitimava-se mais por meio regras da disciplina do que pela política ou prestígio.

A ascensão da Nova Escola aos lugares de poder institucional propiciou também uma ampliação nas interpretações da história nacional, a exemplo de Ravignani, que possuía uma percepção mais positiva sobre o federalismo argentino e ressaltava a importância de Rosas no processo de organização nacional. Além disso, o perfil social dos seus integrantes era muito distinto daquele dos seus predecessores. Esses novos historiadores não descendiam das elites buenaienses que haviam vencido os conflitos com os caudilhos, mas sim das massas de imigrantes que transformavam profundamente a capital federal e as grandes cidades da província de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e,

---

<sup>336</sup> BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 236.

em menor escala, Tucumán. Politicamente, estiveram ligados aos projetos de expansão da cidadania levados à frente pela União Cívica Radical.<sup>337</sup>

Essas mudanças instituídas a partir da Nova Escola pareciam, para alguns, insuficientes. Francisco Silva, historiador próximo a Levene, apontou para uma “lenta revisão da história nacional”, fruto de uma profissionalização deficiente no campo, acompanhada de um desvio da verdade e de uma “constante falsidade” presente na historiografia portenha.<sup>338</sup> Dardo Corvalán, em princípios da década de 1920, polemizou com a historiografia acadêmica ao lançar a ideia de que existiam má fé e tergiversação deliberadas nas interpretações sobre Juan Manuel de Rosas. Ademais, o historiador entrerriano parecia se preocupar com outros espaços de legitimação e outro público leitor, Corvalán voltou-se para o grande público para iluminar, segundo a sua opinião, a verdadeira natureza do governo de Rosas.<sup>339</sup>

Percebe-se que a ideia de *revisão* crescia entre os intelectuais argentinos relacionada tanto ao âmbito acadêmico, às revisões próprias do fazer historiográfico, quanto aos usos do passado presentes nas disputas políticas. Não havia, até finais da década de 1920, um programa revisionista, embora o termo existisse entre as esquerdas, incorporado ao vocabulário de maneira pejorativa em referência às releituras supostamente moderadas do marxismo elaboradas por Eduard Bernstein em finais do século XIX e posteriormente pelos comunistas como forma de desqualificar as críticas feitas aos bolcheviques pouco após a vitória da Revolução Russa, sobretudo aquelas feitas por Karl Kautsky.

O revisionismo histórico argentino surgiria na década seguinte, produto da intelectualidade reacionária nacionalista, muito distinto, portanto, daquele praticado pelas esquerdas até então. Um grupo heterogêneo mesclou de maneira deliberada a escrita da história e a politização do passado com o intuito de usá-lo nas disputas do presente. A obra *La Argentina y el imperialismo Británico*, publicada pelos irmãos Rodolfo e Julio Irazusta em 1934, seria a obra fundacional do revisionismo, uma corrente interpretativa

---

<sup>337</sup> Ravignani foi deputado em três ocasiões pela União Cívica. Sobre a autonomização do campo historiográfico na Argentina e sobre a *Nueva Escuela Historica*, conferir CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2008, p. 69-142; DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 209-210.

<sup>338</sup> SILVA, J. Francisco V. *El libertador Bolívar y el Dean Funes en la política argentina* (Revisión de la historia argentina). Madrid: Editorial America, 1916, p. 22 e 25-26.

<sup>339</sup> DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 212.

da história nacional e uma forma de se posicionar perante o debate público sobre o passado. Movidos pela indignação causada pela assinatura do Pacto Roca-Runciman, os irmãos elaboraram uma visão conspirativa da história na qual a oligarquia liberal associava-se ao imperialismo inglês em sua rapinagem do país.<sup>340</sup>

Aos irmãos Irazusta, criadores do jornal fascista *La Nueva Republica*, somaram-se uma variedade de intelectuais, como Ernesto Palacio, Carlos Ibarguren e Manuel Gálvez, entre outros, provindos de tradicionais famílias do interior argentino que perdiam espaço para parte da sociedade cosmopolita portenha, deslocados pelo avanço da elite latifundiária pampeira, pela massificação social causada pelo acesso dos setores médios às instituições de ensino e à burocracia estatal.<sup>341</sup>

Esses indivíduos possuíam diferenças importantes, seus posicionamentos políticos variavam do catolicismo integrista ao fascismo, mas conseguiram articular um discurso que mantinha a sua coesão por meio do nacionalismo, do anti-imperialismo conservador e do profundo desprezo pelo liberalismo e pela democracia representativa burguesa. Vários deles militaram contra o segundo governo de Yrigoyen e aplaudiram a sua derrocada, mas se desiludiram com a recomposição oligárquica de meados dos anos 1930.

Os revisionistas construíram em seus livros uma imagem idílica do interior argentino intocado pela corrupção moral, um bastião da verdadeira identidade nacional, habitado por homens simples governados pela aristocracia que compreendia os seus desejos. Rosas representava os valores aristocráticos, guerreiros, patrióticos e católicos que eram, ou deveriam ser, os fundamentos da identidade argentina.<sup>342</sup> Herdeiros de certo ceticismo presente no Ocidente dos pós Grande Guerra, esses revisionistas adotaram posições românticas de busca pelo paraíso perdido e rechaçavam as transformações rápidas que acompanharam a modernização cultural e econômica do país, descritas como decadência civilizacional. Como contraponto, pretendiam organizar a contrarrevolução e extirpar os males do liberalismo e do comunismo.<sup>343</sup> Para esses homens, adeptos do

---

<sup>340</sup> Assinado em 1933, o Pacto Roca-Runciman foi um acordo comercial selado entre a Argentina e o Reino Unido durante a crise econômica que impunha aos argentinos a exportação de carne quase exclusivamente por meio de frigoríficos ingleses a baixas taxas e garantia benefícios para as empresas inglesas.

<sup>341</sup> ECHEVARRÍA, Olga. Volver a Rosas: los intelectuales autoritarios y la compleja herencia positivista en la rehabilitación histórica del rosismo. *Anuario IEHS*, Tandil, 1997, p. 444.

<sup>342</sup> BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 225.

<sup>343</sup> FUNES, Patricia. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política n los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 340 e 345.

catolicismo integrista que derivava do ultramontanismo, a relação entre a Revolução Francesa e a Comuna de Paris seria direta.<sup>344</sup>

O espelho reverso dessa pátria que deixara de existir era a cidade de Buenos Aires, o antro de corrupção cosmopolita, des governada pelos homens da Geração de 1837 – Mitre e Sarmiento eram particularmente atacados - que adotaram um liberalismo de inspiração estrangeira e afastavam o país de suas verdadeiras raízes. Essa *oligarquia liberal*, termo comumente usado, seria responsável também por escrever, alienar e falsificar a história do país.

A *história oficial* atacada pelos revisionistas seria um constructo de uma elite intelectual liberal cujo objetivo era impedir a formação de uma verdadeira consciência sobre a nacionalidade. Se Dardo Corvalán já havia comentado sobre uma suposta má fé na construção do saber histórico, os revisionistas conseguiriam difundir essa ideia de uma história falsificada e edificar a convicção de que existiria uma versão do passado deformada por interesses políticos que o poder utilizava para ocultar a história “verdadeira”, cujo conhecimento serviria para ver com maior claridade problemas presentes. O livro de Ernesto Palacio, *La historia falsificada*, publicado em 1939, seria uma espécie de síntese do ímpeto revisionista. O conhecimento histórico produzido de Mitre em diante, incluída aí a Nova Escola Histórica, não passaria de um dos aspectos de uma imensa conspiração que impedia o país de atingir a grandeza que lhe era destinada.

Os membros desse revisionismo em construção possuíam posições mais fracas nas instituições profissionais de história, mas dispunham de outros instrumentos de legitimação no campo intelectual: participação prévia em ditas instituições e reconhecimento das mesmas, prêmios recebidos, nomes prestigiados, relações com o poder e êxitos de venda. O revisionismo não era, naquele momento, um movimento intelectual subversivo e marginal, ele se organizou em torno de um dos núcleos da cultura admitida e que tinha uma vocação conservadora clara.<sup>345</sup>

Embora vilipendiassem a história oficial esse revisionismo não atuava de uma maneira tão distinta de outras correntes e grupos no campo historiográfico. O que apresentava como novo era o caráter sistemático e o maniqueísmo em sua iniciativa de

---

<sup>344</sup> ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: a origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 19.

<sup>345</sup> CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2008, p. 159-160.

criar um panteão alternativo que tinha como eixo o nacionalismo antiliberal. O revisionismo inventou um inimigo “monolítico”, as oligarquias liberais descendentes dos vencedores de *Caseros*, e passava por alto pelos desenvolvimentos intelectuais pós-Mitre. A historiografia, segundo os revisionistas, sempre trazia consigo pontos de vista políticos e eles o assumiam abertamente.<sup>346</sup> Produzido às margens da academia, mas com a finalidade de ocupá-la, as suas discussões teóricas e práticas empíricas não divergiam daquelas já praticadas por outros historiadores.

Esses nacionalistas chegaram à história por meio da política. Eles não possuíam interesses na disciplina e não eram formados nela, a maioria provinha da advocacia, e só se voltaram para a história após a morte de Urriburu e a decepção com o golpe desvelado contra Yrigoyen. Em 1928, Ernesto Palacio já afirmava que a revisão histórica só se faria na medida em que os momentos históricos explicassem os problemas políticos ou sociais da atualidade.<sup>347</sup> Em *La Historia Falsificada*, o mesmo autor atribuiu à história um papel essencialmente pedagógico, ela deveria servir para revigorar misticamente uma consciência nacional argentina, sobretudo para os jovens. Seu argumento se fundamentava na hipótese de que a história seria imprescindível para reforçar os valores pátrios em um país de grande imigração no qual a memória familiar não coincide com a memória nacional. Palacio propôs instrumentalizar uma narrativa para as massas para formar nelas uma identidade argentina. A história seria mais uma pedagogia cívica do que uma ciência. O cerne de suas críticas estava na interpretação sobre a conformação do Estado Nacional, não no fazer historiográfico. Os revisionistas se preocupavam com a mensagem e com as suas implicações ético-políticas, não com o método.

A década de 1930 viu a consolidação de alguns enunciados e valores do revisionismo, mas os blocos políticos não estavam tão definidos e existiam muitas zonas cinzentas, mudanças rápidas de posicionamento e incertezas. Segundo Cattaruzza, a imagem herdada – e autoconstruída – do revisionismo “estabelecia um alinhamento bem ajustado entre tradições, visões do passado e formações políticas: ao liberalismo, conservador ou democrático, lhe corresponderia a “história oficial”; ao nacionalismo, de elite ou populista, o revisionismo”.<sup>348</sup> As posições, entretanto, eram mais complexas. Nos

---

<sup>346</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 83.

<sup>347</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 74.

<sup>348</sup> CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2008, p. 160.

primeiros anos do revisionismo diferentes grupos mantinham diálogos, conviviam nas mesmas publicações e compartilhavam representações semelhantes.

A Guerra Civil Espanhola contribuiria para uma primeira separação. Nesse contexto mais polarizado os revisionistas tomaram posições mais decididas e se orientaram rumo às rupturas historiográficas, ao menos com a história acadêmica, criticada não apenas por suas interpretações, mas também por má fé, ocultamento ou falsificação deliberada. Suas militâncias – e fazer historiográfico – atrelavam-se ao catolicismo integrista e aos projetos autoritários que chegavam ao poder na Europa.<sup>349</sup>

Nos anos 1940 as correspondências começaram a se estabilizar e as heterogeneidades a desaparecer. Os revisionistas constituíram uma instituição, o Instituto Rosas, em homenagem ao caudilho e ditador portenho, uma revista e um boletim ligados ao instituto. As suas obras possuíam pouco reconhecimento nas academias de história, mas eram bem recebidas pelo mercado editorial. Embora os seus temas de estudo fossem relativamente diversos, foi comum centrar o seu debate em torno da figura de Juan Manuel Rosas, da crítica ao liberalismo e na ideia de uma história falsificada pelo Estado e seus ideólogos. Eles conseguiram, ao final, constituir uma identidade coletiva, definiam a si próprios como *revisionistas* e assim eram reconhecidos, marcados por uma narrativa elitista e autoritária.

Pois bem, a partir dessa breve e simplificada descrição soa estranho que as *Ediciones de Crisis*, um projeto de esquerda ligado ao internacionalismo cubano e ao peronismo revolucionário, tenha escolhido recorrer a essa tradição. O projeto reforçava o seu pertencimento ao incorporar menções aos autores e símbolos dos nacionalismos e revisionismos reacionários, recorrentes na revista, embora não majoritários. Revisionistas de diferentes matizes eram consultados sobre assuntos ligados à produção historiográfica nacional, considerados autoridades sobre o tema.

Havia também certa proximidade entre Federico Vogelius e esses conservadores. A biblioteca de Vogelius republicou em 1975 um pequeno livro de Julio Irazusta, *Urquiza y su pronunciamiento contra Rosas*, logo divulgado na revista<sup>350</sup>, mas é particularmente curiosa a aproximação do mecenas de **crisis** com uma instituição historiográfica conservadora, o Instituto Bibliográfico Antonio Zinny: do segundo número em diante a

---

<sup>349</sup> DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 237-238.

<sup>350</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 34, febrero, 1976, p. 81. A primeira edição do livro é de 1952.

revista **crisis** não cessou de divulgar os Índices Historiográficos Argentinos de tal instituição, todos publicados pela biblioteca.

Dirigido pelo padre jesuíta e conservador Guillermo Furlong, o Instituto funcionou por um tempo no mesmo endereço da secretaria das *Ediciones de Crisis*, Pueyrredón 860. Pouco estudado e conhecido, o Instituto era politicamente adverso ao perfil dos membros do projeto editorial e situava-se, na verdade, no espectro político totalmente oposto: a instituição era abertamente anticomunista e recebeu financiamento durante a ditadura militar por meio do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) entre 1976 e 1983.<sup>351</sup> Segundo um de seus presidentes, Jorge Bohdziewicz, Furlong fundou o instituto, mas a orientação revisionista seria concedida por Julio Irazusta e pelos jovens historiadores que participaram do projeto.<sup>352</sup> Furlong era um grande bibliógrafo e conhecedor de documentos antigos, parecia manter uma amizade com Federico Vogelius e valia-se de sua ampla coleção e biblioteca para conseguir materiais. Ainda que as conexões não estejam claras, essas constatações sugerem que, em algumas instâncias, grupos politicamente adversos ou mesmo inimigos declarados conseguiam dividir espaços e que a circulação política de alguns indivíduos os levava de um extremo a outro sem que o diálogo com as suas antigas filiações fosse totalmente encerrado.<sup>353</sup> O nacionalismo, o anti-imperialismo e a descrença na sociedade liberal possibilitavam, aparentemente, uma incômoda aproximação e convívio entre movimentos e indivíduos que em outras situações e espaços hostilizar-se-iam abertamente.

Ciente do que essas relações representavam para boa parte da sociedade argentina e para o seu público leitor as *Ediciones de Crisis* tratavam de adaptá-las ao seu próprio projeto. O revisionismo histórico era, para o projeto, associado ao nacionalismo, vertente ampla o suficiente e palatável às esquerdas sessentistas. A operação exercida consistia em conectar as duas tradições intelectuais, problematizar os autores do nacionalismo

---

<sup>351</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 240. O site oficial do Instituto afirma que o financiamento ocorreu entre 1977 e 1983. Disponível em: <https://institutoantonioziny.com/>. Acesso em: 04/05/2020.

<sup>352</sup> Conferir a entrevista concedida ao programa *Combates por nuestra historia* no canal ultraconservador Canal TLV1: <https://www.youtube.com/watch?v=HqPKsGdGajc>. Acesso em: 04/05/2020. Bohdziewicz, saudoso da ditadura, afirmou que o Instituto funcionou com total liberdade durante o período e que a restauração da democracia trouxe uma “perseguição ideológica” àqueles que pesquisavam sobre a *verdade* no passado nacional. Segundo o historiador, o CONICET foi então tomado de assalto pela “esquerda universitária”.

<sup>353</sup> A obra de Michael Goebel constantemente citada nesta tese mostra bem como indivíduos que militaram na extrema-direita nos anos 1940 e 1950 migraram para o espectro da esquerda revolucionária nas décadas seguintes.

conservador e resgatar os elementos tidos como positivos, a saber, o anti-imperialismo e a reflexão sobre a *questão nacional*, ou seja, sobre os problemas relacionados à soberania política e econômica do país após a sua inserção no capitalismo global. Esse exercício permitiria que o projeto editorial reivindicasse o pertencimento a uma parcela dos intelectuais renomados da cultura argentina e elaborasse uma tradição mais longa que garantiria certa legitimidade.<sup>354</sup>

Por ocasião do centenário de Leopoldo Lugones (13/06/1974), Jorge Rivera propôs tratar de uma figura “múltipla e dramática – em suas mesmas contradições – para entender a cultura argentina deste século”, em busca de “seus encontros e desencontros com o país real”.<sup>355</sup> O polêmico escritor, referência obrigatória do nacionalismo argentino, transitou por diversos posicionamentos políticos, mas ficou marcado por sua militância na extrema-extrema direita e pelo cultivo de ideias autoritárias, pelo culto ao Golpe de Estado e pela defesa da militarização da sociedade.<sup>356</sup> Entretanto, Rivera considerava necessário recuperar o seu legado. O autor complexificou a trajetória de Lugones, trouxe à tona uma série de testemunhos sobre o escritor e recolheu alguns de seus textos para desqualificar a sua classificação como *fascista*. Com isso, Rivera esperava fornecer ao público a chave de leitura de Lugones e evidenciar a sua contribuição, “e aqui resultará inevitável, para além dos preconceitos e miopias circunstanciais, o aporte dessa linha ‘maldita’ e marginalizada pela cultura oficial do liberalismo da qual fazem parte os pensadores nacionalistas”.<sup>357</sup> O vocabulário usado por Rivera, “cultura oficial do liberalismo”, reverberava os enunciados revisionistas, assim como a sua adesão à imagem autoconstruída do nacionalismo como uma tradição à margem.

As *Ediciones de Crisis* seguiam com a sua própria revisão e reconstrução do nacionalismo. Guillermo Gutiérrez, antigo diretor do departamento de antropologia da Universidad de Buenos Aires e da revista *Antropología Tercer Mundo*, elaborou uma reportagem sobre a figura de Leonardo Castellani, um padre jesuíta ligado ao nacionalismo conservador dos anos 1920. O antropólogo reconhecia perfeitamente os

---

<sup>354</sup>A revista **crisis** anunciou o lançamento de um *Cuaderno* intitulado *Los Nacionalistas*, elaborado por Héctor Mendes, divulgado no seu trigésimo quarto número e reiterado no trigésimo sétimo, mas a monografia jamais foi publicada.

<sup>355</sup>RIVERA, Jorge B. Sí y no de Leopoldo Lugones. **crisis**, Buenos Aires, n. 14, mayo, 1974, p.9.

<sup>356</sup>BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 158.

<sup>357</sup>RIVERA, Jorge B. Sí y no de Leopoldo Lugones. **crisis**, Buenos Aires, n. 14, mayo, 1974, p. 13.

elementos distintivos do nacionalismo conservador das décadas de 1920 e 1930 que dava a tônica ao revisionismo, mas valorizou o religioso pelo seu amor à pátria e pelas posições anti-imperialistas. Para complementar o seu comentário, Gutiérrez trouxe ainda três testemunhos sobre Castellani, um de Julio Irazusta, outro de Fermín Chávez e, por fim, um de Haroldo Conti. A seleção não era aleatória e apontava bem para a apropriação que a revista delinear. Irazusta era um reconhecido militante fascista dos anos 1920 e 1930 que dividiu espaço com Castellani em publicações católicas daquele momento. Chávez, como visto, era um historiador revisionista ligado ao peronismo que, em sua juventude, conhecera o padre devido à sua formação católica. Conti igualmente se aproximou do religioso devido ao seu tempo no seminário, mas, diferentemente de Chávez, simpatizou com outro projeto à esquerda radical, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, de orientação trotskista. Não obstante as grandes distinções e mesmo oposições os três indivíduos convergiam na homenagem de sua capacidade intelectual e defesa dos interesses nacionais.<sup>358</sup>

No número seguinte de **crisis** o antropólogo mais uma vez se debruçou sobre a tradição nacionalista. Desta vez, ao recuperar a memória de Ernesto Palacio, tratou também do revisionismo histórico, algo que parecia, para o autor, atrelado à militância nacionalista. Guillermo Gutierrez reconhecia o campo nacional como “um horizonte confuso, [que] como todo devir histórico [é] permeado por ricas complexidades”. Gutiérrez reconhecia os limites dos nacionalismos dos anos 1930 e historicizava as suas posições:

Porque essa geração, demasiado comprometida com o protagonismo, não pode ser reduzida, ao concebermos o campo de forças contemporâneo, a certos aspectos ideologistas. Os anarquistas e a esquerda entendiam a classe trabalhadora, mas não entendiam o país e a relação deste com as condições concretas de existência dos trabalhadores; os nacionalistas, por sua vez, compreendiam profundamente os interesses da nação, mas eram incapazes, apesar de seus sinceros esforços, de integrar essa nova realidade constituída pela classe trabalhadora urbano-industrial. Nem uns nem outros eram ‘culpáveis’: só a história podia fazer uma síntese porque, precisamente, este era um problema histórico e não teórico.<sup>359</sup>

A revista **crisis** parecia ela própria integrar essa síntese, Gutiérrez deixou claro que “novos pensadores nacionalistas (*eles propios?*) recuperarão os elementos positivos

<sup>358</sup> GUTIÉRREZ, Ernesto. Padre Castellani.: un oficio parecido al deshollinador. **crisis**, Buenos Aires, n. 37, mayo, 1976, p. 40-51.

<sup>359</sup> GUTIÉRREZ, Ernesto. Ernesto Palacio: la historia como algo vital. **crisis**, Buenos Aires, n. 38, jun, 1976, p. 40-41.

da geração anterior”.<sup>360</sup> Fermín Chávez traçou bem o desenrolar desse processo de recuperação. Em uma entrevista sobre a sua trajetória e sobre a história argentina, Chávez deixou claro que a sua formação passara pela leitura de conservadores como Ramón Doll, Ernesto Palacio e dos grupos próximos da Igreja Católica, mais tradicionalistas e hispanistas. As referências ao nacionalismo popular, afirmou, seriam conhecidas depois.<sup>361</sup> Chávez seguiu a sua entrevista com um diagnóstico do nacionalismo da década de 1930 e o nacionalismo dos anos seguintes, ao qual imaginava pertencer e ao qual as *Ediciones de Crisis* também se associara. A etapa anterior, aquela capitaneada por Palacio e Irazusta, seria elitista, maurrasiano, desprovida da ideia de “justiça social”.<sup>362</sup> A vertente a qual se filiava, supunha-se, teria expurgado esses elementos e incorporado o componente classista que faltava à sua predecessora. Ao finalizar o seu comentário sobre o nacionalismo o historiador sacramentou aquilo que marcou a possibilidade da síntese pretendida, “os méritos fundamentais do nacionalismo residem na destruição das bases da cultura liberal” e, apesar de contraditório, ele possuía elementos anti-imperialistas.<sup>363</sup>

As *Ediciones de Crisis* não iniciaram esse processo de reapropriação. De fato, a construção dessa filiação e a síntese mencionada só foram possíveis devido a uma transformação do nacionalismo e do próprio revisionismo. No momento em que o projeto optou pelo revisionismo histórico como instrumento de intervenção no espaço público ele já havia mudado ao ponto de ser hegemônico entre as esquerdas.

Ainda na década de 1930 convivia com o revisionismo nacionalista de extrema direita uma vertente menos conservadora ligada a concepções populistas da política, a já mencionada *FORJA*. Próximos ao yrigoyenismo, os forjistas criticavam a alienação do país pelo imperialismo e pelas elites locais que o sustentavam e acusavam o Estado de

<sup>360</sup> GUTIÉRREZ, Ernesto. Ernesto Palacio: la historia como algo vital. *crisis*, Buenos Aires, n. 38, mai-jun, 1976, p. 41. Grifos nossos.

<sup>361</sup> CHÁVEZ, Fermín. La Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 42.

<sup>362</sup> CHÁVEZ, Fermín. La Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 44.

<sup>363</sup> CHÁVEZ, Fermín. La Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 44.

A trajetória de Fermín Chávez ilustra bem a pluralidade do revisionismo presente na esquerda argentina: proveniente do Instituto Rosas e formado inicialmente no nacionalismo católico, Chávez participou, nos anos 1950 de publicações de esquerda, como *Columns del Nacionalismo Marxista*, e conseguiu permanecer no mencionado Instituto. Fernando Devoto acredita que a multiplicidade de militâncias do historiador diz mais a respeito de suas estratégias de inclusão no campo intelectual do que sobre as suas convicções políticas e historiográficas. Cf.: DEVOTO, Fernando. Reflexiones en torno de la izquierda nacional y la historiografía argentina. In.: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 124.

falsificar a história para legitimar o saque da nação, mas afastavam-se das concepções elitistas, ignoravam o suposto caráter católico da identidade argentina e eliminavam o conteúdo xenófobo contido nos discursos nacionalistas. Durante a Segunda Guerra Mundial, parte dos revisionistas conservadores defendeu a aproximação da Argentina com o Eixo, ao passo que a *FORJA* pregou a neutralidade em relação ao conflito.

Entre os seus membros Scalabrini Ortiz foi o que mais se interessou pelo processo histórico nacional a partir da análise das relações econômicas. Para Ortiz, diferentemente de Irazusta ou Palacio, o cerne do problema nacional não seria a elite argentina, mas o capital britânico, embora existisse cumplicidade entre ambos. Baseado em fontes secundárias e estudos autodidáticos, o autor vasculhou o passado argentino em busca de ondas de presença britânica, sobretudo em *Política Británica en el Río de la Plata* (1936) e *Historia de los ferrocarriles argentinos* (1940). Ao fazê-lo, criou uma polêmica com a história que chamaria de “escolar” ou “oficial”, culpada por dar uma visão etérea e irreal do passado argentino desprovida do conflito de interesses a que estavam subtendidos. Scalabrini construiu uma leitura econômica da história argentina na qual o fator decisivo era a Grã-Bretanha. O golpe de 1930 seria um instrumento do capital norte-americano e a restauração liberal de Justo como contragolpe britânico.<sup>364</sup>

A *FORJA* era, para o editorial, uma fonte de inspiração. Como vimos, os seus intelectuais eram tomados como modelos de atuação, elogiados pela aproximação com a cultura popular e pela defesa da causa nacional. Além disso, os seus enunciados sobre o passado argentino e a crítica à história oficial teriam particular importância. As publicações sobre Arturo Jauretche e Scalabrini Ortiz indicam quais as raízes se desejava recuperar.

Norberto Galasso, historiador filiado ao peronismo de esquerda, nutria grande admiração pelo *forjista* Scalabrini Ortiz por sua busca por uma linha histórica distinta da revisionista, descrita como “nacional-democrática”, que valorizava Mariano Moreno, considerado um dos ideólogos da Revolução de Maio e contrário ao estabelecimento de uma monarquia, simpaticamente de Yrigoyen e dos caudilhos do interior.<sup>365</sup> Essa

---

<sup>364</sup> DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 230-231.

<sup>365</sup> GALASSO, Norberto. *Scalabrini Ortiz. Cuadernos de Crisis* 22. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 44-45.

interpretação, segundo o autor, seria fundacional para a corrente federal provinciana – ou seja, afastada de Rosas – e para o revisionismo socialista.<sup>366</sup>

Já Arturo Jauretche, constantemente idealizado, teria o seu trabalho reconhecido não pelas qualidades historiográficas, mas pelas denúncias das “causas profundas da falsificação da nossa história”, a partir das quais teria assentado “as bases de um novo revisionismo”.<sup>367</sup> Jauretche só se tornou um escritor sistemático a partir de 1955, mas logo ganhou popularidade. Seus escritos em tom de acusação contra a classe média argentina e contra uma suposta colonização pedagógica que a impedia de ver realidade nacional foram bem recebidos pelos peronistas que se organizavam após a derrocada do regime e pela esquerda que aderira ao nacionalismo. O escritor popularizou um conceito particularmente utilizado pelo revisionismo, *políticas da história*, para se referir ao uso – e manipulações – do passado com fins exclusivamente políticos, o qual abordaremos com mais profundidade no último tópico deste capítulo, mas para as *Ediciones de Crisis* a importância da obra de Jauretche era o seu uso do revisionismo histórico “como instrumento indispensável para cancelar os mitos usados pela historiografia liberal para justificar a dependência”.<sup>368</sup>

Sobre essas bases surgiu o revisionismo ao qual os editores pretendiam se filiar. Havia, entretanto, certa mitificação acerca das próprias origens desse revisionismo. Como lembra Fermín Chávez, a *FORJA* só se tornaria uma referência para formação de sua geração de revisionistas posteriormente, embora conhecessem a obra de Scalabrini Ortiz a principal influência advinha dos grupos nacionalistas conservadores.<sup>369</sup> As *Ediciones de Crisis*, portanto, valorizavam alguns aspectos considerados importantes do revisionismo e nacionalismo conservador, mas os diminuía perante a *FORJA*, à qual soava menos problemático se associar.

A partir dos anos 1940, auge do revisionismo conservador, a corrente passou por transformações ligadas ao devir do peronismo. A relação dos revisionistas com o governo peronista foi diversa, uma parcela dos nacionalistas se opôs à figura de Juan Domingo

---

<sup>366</sup> Goebel aponta para a relação amistosa mantida entre Scalabrini Ortiz e indivíduos que flertavam com o fascismo, como os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta e Carlos Ibarguren por se oporem à restauração oligárquica da década de 1930. GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 72.

<sup>367</sup> FORD, Aníbal. Don Arturo Jauretche. *crisis*, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 71.

<sup>368</sup> GOLDAR, Ernesto. *Jauretche. Cuadernos de Crisis* 17. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 54. Trataremos das *políticas da história* no próximo capítulo.

<sup>369</sup> CHÁVEZ, Fermín. La Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 42.

Perón, outros o apoiaram e a *FORJA*, em geral, foi uma entusiasta da experiência. Já o peronismo, inicialmente, titubeou em adotar o revisionismo como interpretação oficial do passado.

Em um livro que se tornou referência para o assunto, Diana Quattrocchi-Woisson defendeu que o revisionismo se tornou uma política de memória e de história oficial do governo peronista. A autora argumenta que o movimento adotou o seu discurso e que por meio de intelectuais vinculados à Igreja Católica o revisionismo teria chegado à universidade.<sup>370</sup> A revolução de 1943 que levou um grupo de militares nacionalistas ao poder abriu novos espaços para o revisionismo que, finalmente, confundia-se plenamente com o nacionalismo. Intelectuais associados ao revisionismo ocuparam espaços nas universidades de Cuyo e Del Litoral, mas nunca se tornaram majoritários.<sup>371</sup> As continuidades entre 1943 e 1945 estabelecidas pela interpretação da autora nos parecem um pouco excessivas.

Ademais, como dito, os revisionistas não tiveram uma postura única em relação ao peronismo, Palacio o apoiou e Irazusta foi seu opositor. O peronismo tampouco escolheu uma linha específica de interpretação do passado, o regime que se formou a partir de 1945 demonstrou capacidade para incorporar novos enunciados e práticas para construir a sua própria identidade política, bem como a sua abertura para cooptar atores políticos variados e para negociar com figuras que lhe pudessem oferecer diferentes formas de legitimação. No ensino superior, o regime escolheu correr menos riscos e optou pelo quadro já instalado na academia. No campo historiográfico, se apoiou em parte da Nova Escola Histórica. Para o regime peronista, naquele momento, o importante não era revisar a história argentina ou a ideologia fundante da Argentina moderna, mas consolidar nos espaços acadêmicos uma situação estável, sem conflitos e sem oposição aberta.<sup>372</sup>

Segundo Cattaruzza, uma grande quantidade dos funcionários peronistas do campo cultural encontrava-se dentro da tradição historiográfica liberal.<sup>373</sup> Os símbolos peronistas tampouco coincidiam com o panteão revisionista: após a nacionalização das

---

<sup>370</sup> QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria*. Historia y política en Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1995.

<sup>371</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 268.

<sup>372</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 271.

<sup>373</sup> CATTARUZZA, A. y EUJANIAN, A.: *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 165.

ferrovias, em 1947, ato de grande importância para a tradição peronista, as linhas foram rebatizadas com nomes dos grandes homens da história *oficial* e dos próceres da independência, San Martín, Belgrano, Mitre, Urquiza, Roca e Sarmiento.<sup>374</sup> Havia no repertório peronista um profundo uso do nacionalismo e do anti-imperialismo, elementos cruciais para o revisionismo. A nacionalização das ferrovias foi propagandeada como um golpe ao imperialismo britânico e como um passo para a soberania econômica nacional. A demanda e o teor do discurso não eram exclusivos aos revisionistas reacionários, diversos grupos clamavam pela ação, exigência antiga de alguns membros da União Cívica Radical.

Tampouco foi clara a aproximação com o rosismo, feita sobretudo pelos inimigos do peronismo que desejavam associá-lo a um ditador. Em seu *Manual del peronista*, de 1954, o partido justicialista chegou a aconselhar os seus membros a não se envolverem nas polêmicas sobre a figura de Juan Manuel de Rosas, assunto caro aos revisionistas conservadores.<sup>375</sup> Perón preferia equiparar-se a San Martín, herói nacional inquestionável para a maioria dos grupos, do que a Rosas. De certa maneira, o panteão peronista reforçava a *história oficial*.<sup>376</sup>

A queda do regime em 1955 alterou o panorama e o peronismo paulatinamente se associou ao revisionismo histórico. O processo constituiu aquilo que Michael Goebel classificou como “apropriação inversa”, o revisionismo penetrou no peronismo por meio do discurso governamental que havia proscrito o movimento então derrotado.<sup>377</sup> Em seu intento de *desperonizar* o país, o governo de Aramburu construiu a sua própria imagem como uma continuação da linha Maio-Caseros, conectava-se a San Martín, Mitre e Sarmiento, ao passo que atribuía ao peronismo a identificação com Juan Manuel de Rosas.

O decreto-lei 479 de 7 de outubro de 1955 criou uma comissão nacional para investigar os crimes cometidos pelo regime peronista. O resultado foi publicado no

---

<sup>374</sup> O historiador anarquista Osvaldo Bayer utilizou de tal fato para em *crisis* deslumbre de parte dos revisionistas com a experiência peronista, “quando todos, eufóricos, preparavam o retorno dos restos de Juan Manuel de Rosas e, de supetão, Perón batizou as flamantes estradas de ferro argentinas nada menos do que com os nomes de Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Julio A. Roca e Justo José de Urquiza”. Cf.: *Se enseña en la Argentina la historia real del país? crisis*, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973. O fato de Bayer não mencionar o nome de San Martín indica, talvez, que o *Libertador* fosse um símbolo consensual.

<sup>375</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 120.

<sup>376</sup> CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular: la Argentina peronista, 1946-1955*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1983, p.219.

<sup>377</sup> GOEBEL, Michael. La prensa peronista como medio de difusión del revisionismo histórico, 1955-1958. *Protohistoria*, n. 8, 2004, p. 256.

informe *Libro Negro de la Segunda Tiranía*, a alusão era clara: a primeira tirania seria a de Rosas e a segunda, de Perón.<sup>378</sup> A autoproclamada Revolução Libertadora atribuía ao peronismo os enunciados que o revisionismo construía ao longo de pelo menos duas décadas e reforçava a sua filiação a uma *historia oficial*.

Os jornais e folhetos peronistas reverberaram o discurso governamental e tomaram para si a analogia, mas inverteram o seu carácter pejorativo e positivaram a associação. Não tardou para que Perón abandonasse a incerteza em relação à sua identificação com Rosas, já em 1957 o ex-presidente publicou *Los Vendepatria*, no qual colocava-se dentro de uma linha histórica que incluía San Martín e Rosas. Os seus inimigos, como os do ditador portenho oitocentista, seriam traidores da pátria.<sup>379</sup> Impulsionados pela interpretação histórica maniqueísta de seus oponentes, os peronistas responderam em termos semelhantes. O revisionismo servia como instrumento de combate aos regimes que seguiram e logo seria incorporado ao repertório peronista.

John William Cooke ilustra bem a adesão ao revisionismo. Em 1950 o jornal *La Epoca* uma campanha de difusão do revisionismo que fazia parte de uma iniciativa para repatriar os restos mortais de Juan Manuel de Rosas. A revista recuperou uma carta enviada ao periódico pelo peronista revolucionário na qual, segundo **crisis**, o mesmo “aprofundava as relações entre revisionismo e política”. A revista o fazia com o intuito de iniciar ela própria uma série de artigos e documentos sobre o caudilho.<sup>380</sup> No texto escolhido por **crisis** o então deputado peronista apropriava-se dos enunciados revisionistas antes mesmo de 1955. A missiva era bastante direta, associava o revisionismo ao anti-imperialismo peronista e afastava-o de posições elitistas. Para Cooke,

O que se ensinou até agora como ‘historia’ é uma maliciosa tergiversação dos fatos reais, escrita pelo grupo triunfante depois de Caseros – essa data funesta de nossa cronologia histórica – e responde a determinados e espúrios interesses econômicos, políticos e conceituais.

Não foi falseada sem propósito. Existe um interesse nas classes dirigentes em perpetuar, através dos tempos, as mentiras que denigrem

<sup>378</sup> *Libro Negro de la Segunda Tiranía*. Buenos Aires: sin editora, 1958.

<sup>379</sup> PERÓN, Juan Domingo. *Los vendepatria: las pruebas de una traición*. Buenos Aires: Liberación, 1958. A edição original foi publicada pela editora *Atlas* em Caracas no ano de 1957.

<sup>380</sup> COOKE, John William. Quebrar los dogmas históricos. **crisis**, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 20.

aqueles que combateram contra a oligarquia argentina, e em exaltar os paladinos das ideias de classe e de grupo que dominaram desde 1852 até a Revolução Nacional [refere-se aqui à vitória do peronismo em 1945].

[...] Não há posição mais construtiva que a do revisionismo histórico. Queremos próceres, mas autênticos, que existiram em todas as épocas do nosso devir. Em lugar dos presumidos ‘próceres’, atentos somente às vozes de mando e às consignas de além dos mares, queremos exaltar aqueles que, com o ouvido colado à terra, souberam captar o seu leve sussurro, escutaram o mandato telúrico de uma raça viril que nunca cedeu ao colonialismo e à ignorância.

[...] Queremos que o povo conheça a bela e nobre história argentina e não essa inexplicável e abjeta lenda que ocupou o seu lugar por meio da obra de cem anos de oligarquia nativa empenhada em fomentar uma mentalidade vassala do imperialismo.<sup>381</sup>

Essa precoce associação, potencializada após 1955, decorria seguramente das alusões ao rosismo que alguns adversários do peronismo já praticavam. O discurso combativo peronista permitia o intercâmbio de algumas expressões e sentidos, como o estabelecimento de polos opostos irreconciliáveis, oligarquia e povo, nação e imperialismo, patriotas e traidores. Posteriormente, em texto de 1962, após a sua estadia na Cuba revolucionária, Cooke seria mais enfático ao propor uma linha de leitura para a história nacional e latino-americana:

Na Argentina, desde o princípio, entraram em luta a tendência democrática, popular e nacional de Mariano Moreno e a da oligarquia ligada ao comércio de exportação e cúmplice dos planos ingleses. A corrente de Moreno era a de Bolívar, San Martín, Hidalgo, Morelos, Monteagudo e demais próceres: unidade latino-americana, uso da ajuda inglesa de forma tática, mas sem submeter-se aos seus interesses vorazes. A política da oligarquia era localista, antipopular, pro-inglesa.<sup>382</sup>

O peronismo e o revisionismo mesclavam-se e adentravam nas culturas políticas da esquerda argentina. A construção narrativa aproximava-se daquela do revisionismo

---

<sup>381</sup> COOKE, John William. Quebrar los dogmas históricos. *crisis*, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 20.

<sup>382</sup> COOKE, John Willia. La conciencia nacional es también conciencia histórica. *crisis*, Buenos Aires, n. 09, enero, 1974, p. 4.

clássico, mas abandonou os seus componentes elitistas e racistas em prol de uma valorização da cultura popular. Houve também a ampliação dos objetos de interesse que logo avançaram para o estudo dos caudilhos do interior e do Norte em detrimento do tradicional foco em Rosas, embora este jamais tenha sido abandonado. O cerne do discurso revisionista conservador foi mantido, como o nacionalismo, o anti-imperialismo, a crítica/rejeição ao liberalismo e à democracia representativa e a existência da ideia de uma falsificação da história da pátria.

Algo semelhante ocorrera no Uruguai. O revisionismo uruguaio nascera a partir do discurso ideológico do nacionalismo *blanco*. Desenvolvido pelo conservador Luis Alberto de Herrera o revisionismo *blanco* tratou de recuperar as tradições do interior uruguaio em detrimento de sua capital e valorizou as suas lideranças como líderes populares engajados na luta pela soberania nacional. A crise do battlismo concretizada em 1958 levou uma parcela da esquerda uruguaia a revisitar os elementos que fundamentavam a identidade e a política nacional. A adesão ao revisionismo fez parte desse processo de transformação das esquerdas nos anos 1960, que logo se separou de seus elementos conservadores para construir um nacionalismo cosmopolita e terceiro-mundista. Sob a inspiração de Carlos Quijano, Methol Ferré e Vivian Trías a intelectualidade uruguaia questionou a inserção do Uruguai na modernidade capitalista devido aos seus custos humanos e culturais e revalorizou as tradições populares locais, mas sem recair na nostalgia conservadora. Assim como os seus pares argentinos, os revisionistas uruguaio refletiam sobre as possibilidades e dificuldades de uma nação que, naquele momento, parecia um projeto inconcluso.<sup>383</sup>

Os “neorrevisionistas” argentinos, este heterogêneo grupo surgido pós-1955, diferiam dos seus predecessores, eles não possuíam contatos militares, apenas muito lentamente se aproximaram da Igreja e ignoraram o catolicismo e a hispanidade como elementos constituintes da nacionalidade. Sua visão de identidade nacional se fundamentava em traços sociais, na necessidade de devolver o país aos marginalizados, objetivo da libertação nacional, em contraposição às influências nocivas de uma elite voltada ao exterior. Eles não rechaçavam a democracia, mas explicitavam o ideal de soberania popular, apesar da crítica ao “fetichismo constitucional” e à “democracia liberal burguesa” que impediam o empoderamento das classes populares. A maioria provinha de

---

<sup>383</sup> RILLA, José. Revisionismos e izquierdas en Uruguay y Argentina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, Montevideo, 2010, p. 87.

classes médias, muitos eram de Buenos Aires, embora uma parcela importante viesse da província.<sup>384</sup>

Eles continuaram a insistir na ideia da existência de duas Argentinhas, mas contrapunham a província de Buenos Aires, não apenas a cidade, a um interior ainda mais remoto, sobretudo o Norte. Não lhes agradava a figura de Rosas, visto como um pecuarista opulento de Buenos Aires, um membro da burguesia mercantil, cuja admiração era substituída pela dos caudilhos do interior. As *montoneras*, as unidades de combates dos *gauchos*, eram vistas como precursoras das lutas de libertação das classes populares do presente.

Os revisionismos da esquerda marxista e peronista, que dialogavam, se confundiam e marcavam o editorial de **crisis**, surgidos em meados dos anos 1960 e continuado na década seguinte continuaram a encarar a escrita da história como forma de militância política. Entretanto, os seus membros foram bem sucedidos naquilo que a geração anterior fracassou: a inserção na universidade de maneira mais orgânica e duradoura.

Fora do âmbito acadêmico, os revisionistas do pós-1955 encontraram grande acolhida no mercado editorial. A editora *Theoría*, pouco conhecida e estudada, foi responsável por editar alguns boletins do Instituto Rosas e por publicar os livros de diversos revisionistas, como Manuel Gálvez, José María Rosa e, a partir dos anos 1960, popularizou as obras de Fermín Chávez. Outra iniciativa, a mencionada editora Peña Lillo vendia uma grande quantidade de seus livros a baixo custo e consagrou autores como Arturo Jauretche. Embora a intelectualidade simpatizante ao peronismo tenha sido inicialmente expurgada das universidades a partir da desperonização imposta pela autoproclamada Revolução Libertadora as suas obras logo ganharam visibilidade entre os jovens de classe média que iniciavam os seus estudos superiores. Em finais dos anos 1960 os autores revisionistas seriam incorporados nas bibliografias dos cursos universitários em 1973 um deles, Rodolfo Puiggrós, chegaria ao reitorado da Universidad de Buenos Aires.

Puiggrós, como vimos, era um historiador revisionista conhecido por conciliar nacionalismo e marxismo, expulso do Partido Comunista argentino por apoiar o primeiro

---

<sup>384</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 143.

governo de Juan Domingo Perón. Suas obras e trajetória aproximavam o peronismo das esquerdas, preocupadas em incorporar a chamada *questão nacional* nas pautas revolucionárias. A peronização das esquerdas argentinas a partir de finais da década de 1950 transformou Puiggrós em uma de suas principais referências, *Historia crítica de los partidos políticos argentinos* (1956) e *Las izquierdas y el problema nacional* (1967) tornaram-se livros de cabeceira de uma geração de jovens de classe média que simpatizavam com o peronismo.

O trabalho intelectual e a militância de Rodolfo Puiggrós, seguidamente perseguido pelas ditaduras que afligiram a Argentina, concederam-lhe suficiente prestígio entre os setores progressistas do peronismo. Quando Héctor Cámpora, próximo à Tendência Revolucionária, venceu as eleições não tardou para que o historiador fosse escolhido para ser o interventor na Universidad de Buenos Aires, ainda em maio de 1973. Junto a Arturo Jauretche e Juan José Hernández Arregui, Puiggrós era um crítico do conhecimento universitário até então produzido, classificado como estrangeirizante, antinacional e elitista, culpável pela dependência cultural e pela sustentação do imperialismo. Sob a sua tutela a recém batizada Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires deveria abandonar o seu passado “aristocrático” e “colonialista”<sup>385</sup> para contribuir para um conhecimento preocupado com os problemas argentinos e que, no limite, servisse para a construção da revolução nacional.

A experiência possuía antecedentes, as chamadas Cátedras Nacionais, forma como ficou conhecido um conjunto de cátedras ofertadas entre 1967 e 1971 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires que permitiu o desenvolvimento de uma sociologia dedicada a pensar os problemas sociais da Argentina e da América Latina.<sup>386</sup> A Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires empreendeu uma série de reformas com o intuito de ajustá-la ao que se percebia como um projeto popular impulsionado pelo peronismo, como a ampliação do acesso ( de 21.000 inscritos em 1972 a 40.000 em 1974), o direcionamento da pesquisa para áreas consideradas prioritárias, a

---

<sup>385</sup> PUIGGRÓS, Rodolfo. *La universidad del pueblo*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, p.28

<sup>386</sup> Sobre as Cátedras Nacionais, conferir FRIEDEMANN, Sergio. De las Cátedras Nacionales (1967-1971) a la Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires (1973-1974). Experiencias configuradoras de institucionalidad universitaria. *Sociohistórica*, La Plata, n. 39, 2017. Disponível em: <https://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SHe026/8498>. Acesso em: 08/02/2019; GHILINI, Anabela; GIL GARCÍA, Magdalena. La experiencia de las Cátedras Nacionales de la Carrera de Sociología en la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA entre 1967/1972. *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata. Disponível em: <https://www.academica.org/000-096/20>. Acesso em: 08/02/2019.

criação de programas de extensão em bairros pobres de Buenos Aires e a busca por novas formas de ensino e novos métodos pedagógicos.<sup>387</sup>

No âmbito das áreas relacionadas à História, foram criadas disciplinas como Introdução à Realidade Nacional, História das Lutas Populares, História dos Países Imperialistas e História Nacional e Popular, entre outras. Historiadores revisionistas de variadas tendências foram chamados para ocuparem algumas das cadeiras, como Rodolfo Ortega Peña, Eduardo Luis Duhalde e Fermín Chávez. O instituto de história Emilio Ravignani, uma homenagem a um dos historiadores mais famosos do país e um dos mais vilipendiados pelos revisionistas, passou a se chamar Diego Luis Molinari, uma ode ao historiador que havia dirigido a instituição durante o primeiro governo de Juan Domingo Perón.<sup>388</sup> O acirramento das disputas pelas narrativas históricas e pelos símbolos nacionais se aprofundou nas universidades.

O reitorado de Puiggrós encontrou o seu fim em outubro de 1973 e o projeto da Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires declinou após setembro de 1974. Héctor Cámpora afastou-se para o retorno do velho líder exilado, a Tendência Revolucionária perdeu espaço e a extrema-direita peronista ganhava influência por meios institucionais, pela força e pelo terror. A vida acadêmica tornou-se mais um campo de batalha nas pelepas internas do movimento. Perante a exagerada acusação de comporem uma “universidade monotonera”<sup>389</sup>, seus membros pouco puderam fazer, sobretudo após o início do recrudescimento do Estado e dos expurgos iniciados já por Juan Domingo Perón. Sua sucessora Isabel desferiu o último golpe, substituiu o ministro da educação por um velho

---

<sup>387</sup> FRIEDEMANN, Sergio. Compañeros decanos. La reforma universitaria de la izquierda peronista a través de las designaciones de autoridades en la Universidad de Buenos Aires (1973-1974). *PolHis*, n. 21, ene-jun. 2018, p. 167-169.

O processo de transformação da educação na Argentina foi uma das pautas do governo Cámpora. Em maio de 1973 o presidente designou o médico Jorge Alberto Taiana como ministro da cultura e educação. O médico aboliu os exames para ingressar nas universidades, garantiu a liberdade de cátedra e autarquia às instituições superiores e levou a frente um ambicioso plano de alfabetização de adultos, a *Campaña de Reactivación Educativa de Adultos para la Reconstrucción* (CREAR), pautada, em grande medida, nas obras do educador Paulo Freire.

<sup>388</sup> MALLIMACI, Fortunato; GIORGI Guido. Nacionalismos y Catolicismos en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. VII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007, p.7. Curiosamente, Molinari foi contemporâneo e amigo de Ravignani e Ricardo Levene.

<sup>389</sup> O mencionado artigo de Friedemann mostra que o perfil da universidade era bastante plural: não apenas conviviam grupos não-peronistas e peronistas, mas estes últimos também possuíam significativas divergências e pertenciam a diferentes organizações. A própria categoria “esquerda peronista”, embora útil, apresenta problemas por homogeneizar processos e grupos múltiplos e por diminuir os conflitos e tensões entre a miríade de esquerdas que compunham o peronismo. Cf.: CARUSO, Valeria; CAMPOS, Esteban; VIGO, Mariano; ACHA, Omar. Izquierda peronista: una categoría útil para el análisis histórico. *Historiografías*, n. 14, jul-dic. 2017, p; 68-90.

conhecido, Oscar Ivanissevich, que ocupara o mesmo cargo no primeiro governo de Perón, e colocou a UBA sob o comando de Alberto Ottalagano, que militara nos movimentos de extrema-direita desde a década de 1940 e declarava-se abertamente fascista.

Apesar da malograda a experiência de Puiggrós, os debates sobre o caráter do conhecimento produzido ganhavam força ao ponto de serem momentaneamente institucionalizados na universidade. A história era discutida dentro e fora da academia, apropriada por diversos grupos e os símbolos nacionais eram criticados, ressignificados e disputados. O passado ganhava nova importância, buscava-se nele as razões para os problemas contemporâneos e as verdadeiras raízes da identidade da pátria. Os contemporâneos desejavam conectar-se a supostas tradições de luta popular que legitimariam a sua ação política no presente.

O revisionismo, portanto, ganhava novos contornos. Ele não mais se sustentava apenas a partir de redes informais, do mercado editorial e de instituições paralelas, como o Instituto Rosas, mas recebia respaldo e legitimidade de agentes ligados ao Estado e ao ensino superior, ainda que por um tempo relativamente curto. A militância política e a atuação profissional fundiam-se e criavam novos espaços de enunciação e produção de conhecimento.

Cabe ressaltar que não havia uma coesão clara nesse revisionismo. Seus membros ligados às esquerdas provinham de diferentes vertentes políticas e possuíam formações distintas: Puiggrós advinha de uma fração do Partido Comunista Argentino que apoiara o peronismo, Fermín Chávez teve uma formação próxima ao nacionalismo católico antes de se aproximar do peronismo, Rodolfo Ortega Peña flertara com o *frondicismo* antes integrar as fileiras peronistas e radicalizar-se dentro do justicialismo e Eduardo Luis Duhalde possuía uma trajetória mais próxima ao peronismo que se radicalizava. Tampouco a formação teórica dos membros desse novo revisionismo possuía alguma unidade: Rodolfo Puiggrós e Juan José Hernández Arregui, embora distintos, o segundo mais próximo a uma abordagem culturalista, definiam-se como marxistas, ao passo que Chávez afastava-se dessa tradição. As significativas diferenças chegam a possibilitar o questionamento de uma unidade do campo revisionista, como o faz Fernando Devoto.<sup>390</sup>

---

<sup>390</sup> DEVOTO, Fernando. Reflexiones en torno de la izquierda nacional y la historiografía argentina. In.: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 124.

O que os acercava, ao fim, era o nacionalismo, o anti-imperialismo, algum grau de proximidade com o peronismo, um debate sobre temas comuns da história argentina e a valorização do mesmo conjunto de próceres nacionais, os caudilhos interioranos e Perón. Essa aproximação bastou para disseminar entre o público leitor e os jovens que se formavam politicamente um vocabulário comum e uma interpretação da história que via o destino nacional como incompleto, barrado pelas forças do capitalismo imperialista. As *Ediciones de Crisis* eram, ao mesmo tempo, espaço de síntese e divulgação desse discurso.

Óscar Terán notou muito bem como o revisionismo histórico marcou a cultura de esquerda dos chamados Longos Anos 1960 na Argentina e, em escalas diferentes, na América Latina.<sup>391</sup> A interpretação do passado proposta pelos novos revisionistas servia como fundamento para a ação política no presente, tal como pretendido pelas *Ediciones de Crisis*. Por meio de uma busca incessante de raízes dos problemas da sociedade em que viviam, as esquerdas articularam passado, presente e futuro em seus projetos políticos. A história serviria para compreender e recusar a doutrina e a tradição liberal, compreendida não como um degrau dentro do progresso argentino, mas como uma etapa da dependência nacional, ao passo que legitimava a necessidade de uma transformação radical no presente. Poucas interpretações foram realmente ambiciosas, várias não passavam de repetições de um conjunto relativamente fixo de imagens e enunciados históricos, mas que foram convertidos em lugares comuns depois de 1960.<sup>392</sup>

Quando o projeto editorial surgiu os discursos revisionistas já estavam consolidados e integravam o repertório combativo das esquerdas revolucionárias. A sua difusão promovia a apropriação de seus elementos pelo projeto editorial e permitia superar as diferenças que existiam entre os autores e obras. As fraturas presentes no revisionismo apontadas por Devoto, longe de inibirem uma coesão, facilitavam a criação de uma tradição eletiva própria das *Ediciones de Crisis*. Em seu revisionismo plural e heterogêneo, por vezes controverso, os editores agruparam obras, indivíduos e interpretações díspares, mas que coincidiam em seu objetivo de criar uma nova

---

<sup>391</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 63-64.

<sup>392</sup> ALTAMIRANO, Carlos. Peronismo y cultura de izquierda en la Argentina (1955-1965). In.: ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p. 83.

hegemonia na sociedade argentina voltada para a criação de uma sociedade revolucionária, ainda que esta raramente fosse definida ou delineada.

Em 1976, momento em que o jovem Alejandro Damianovich escrevia a sua carta para os editores, o revisionismo parecia fazer parte fundamental do projeto. As *Ediciones de Crisis* se tornaram, portanto, espaço de encontro para os revisionistas e local de difusão de seus discursos. Sem precisar declarar-se abertamente revisionista, o projeto editorial construiu um pertencimento a essa longa e complexa tradição.

Isso implicou a construção de formas comuns de acessar o passado e a partilha de representações acerca do mesmo. Essas representações são objetos da história, mas também estão presentes no fazer historiográfico e no discurso histórico.<sup>393</sup> Se estes dois últimos respondem, como sugere Rüsen, às demandas de orientação individual ou coletiva e de construção de identidades sociais dos homens modernos<sup>394</sup>, cabe perceber como as narrativas de passado serviram e servem para descrever, organizar, hierarquizar, normatizar e questionar as práticas sociais dos homens do presente.

As operações efetuadas para representar o passado e os seus espaços de produção e recepção conformam na Argentina parte de sua *cultura histórica*, aqui entendida a partir da definição de Rüsen como

as diferentes estratégias de pesquisa científico-acadêmicas, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, do ócio e de outros procedimentos da memória histórica pública, como concretudes e expressões de uma única potência mental.<sup>395</sup>

Mobilizadas de maneira deliberada (embora nem sempre), essas narrativas e formas específicas de investir o capital simbólico da poética com fins públicos, denominadas por Rafael Rojas como *políticas intelectuais da escrita*,<sup>396</sup> serviam para administrar os combates no cenário intelectual e legitimar a atividade política. No caso

<sup>393</sup> FALCON, Francisco. História e representação. *Revista de história das ideias*, v. 21, 2000, Coimbra, p. 87-126.

<sup>394</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, março 2009, Ouro Preto, p. 163-209; RÜSEN, Jörn. Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 05/01/2018.

<sup>395</sup> RÜSEN, Jörn. Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, p. 2-3. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 05/01/2018 ; RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, março 2009, Ouro Preto, p. 168.

<sup>396</sup> ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 363.

das *Ediciones de Crisis*, a revisão da narrativa histórica e a elaboração de uma nova versão do passado nacional possuíam um papel central na estratégia de intervenção cultural para a formação de consciências e sujeitos revolucionários: ao tratar do passado, os editores pretendiam contribuir para a forja de identidades de seus contemporâneos e atribuíam essa tarefa às necessidades políticas do seu próprio presente.

Ao analisarmos as representações imbricadas nesses discursos perceberemos como os revisionistas delinearão o projeto de *revisão* e entenderemos melhor o discurso desses revisionismos revolucionários de meados da década de 1970, as particularidades de sua produção em um meio de comunicação específico – uma revista e sua editora – e a mobilização do passado com fins políticos. Por fim, esse estudo nos revelará também as formas como esses (quase exclusivamente) homens se posicionaram no tempo, a relação que mantiveram com o passado e as modalidades que escolheram para interpretá-lo, uma vez que “o modo como abordamos o passado terá reflexo na construção narrativa que nos orienta inter-temporalmente e nos permite fazer sentido da vida”.<sup>397</sup>

Antes de passarmos às formas adotadas para representar o passado, ao delineamento conferido pelo revisionismo às *Ediciones de Crisis* precisamos tratar de dois elementos que fundamentam as narrativas históricas construídas e que, ao mesmo tempo, acabam por ser expressos nelas, a saber, a consciência histórica advinda da noção de *crise* e as políticas da história. A primeira contribui para a compreensão de uma narrativa histórica voltada para o futuro com o intuito de transformar o presente e a segunda permite entender os usos do passado mobilizados para efetuar essa transformação. Vejamos um pouco mais sobre esses elementos.

### 3.2 – Os dias seguintes<sup>398</sup>: crise e ruptura

O nome completo escolhido para a revista, *ideas letras artes en la crisis*, carregava uma sensibilidade e uma compreensão temporal de que o mundo como conhecemos estava à beira de um precipício, de que uma mudança radical parecia iminente e que essa transformação não era apenas possível, mas também desejada e talvez inevitável. A sua aposta de intervenção pressupunha um declínio da cultura hegemônica e o surgimento de uma brecha para disputar os símbolos e valores em tal campo, “nos

<sup>397</sup> GAGO, Marília. Consciência História e narrativa no ensino de História: Lições da História? Ideias de professores e alunos em Portugal. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, junho, 2016, p. 79.

<sup>398</sup> O nome do subcapítulo faz referência a um artigo de Octavio Getino e Pino Solanas publicado no primeiro número de *crisis*. Cf.: Del film de Solanas y Getino: Juan Domingo Perón y los días siguientes. *crisis*, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 43.

*momentos de grandes crises*, quando os pressupostos básicos da vida social são questionados”.<sup>399</sup> Antes mesmo de Eduardo Galeano assumir a direção do projeto editorial Ernesto Sabato reconhecia na já mencionada carta a Tomás Maldonado que o país atravessava uma “encruzilhada histórica muito grave” e que “nesta crise não vêm abaixo apenas as estruturas econômicas clássicas, mas também toda uma série de valores, ideais e ideologias que acreditava-se ser verdades absolutas”.<sup>400</sup>

O questionamento das verdades absolutas às quais se referia Sabato estava diretamente relacionado àquilo que Gramsci classificava como uma *crise de hegemonia* das classes dirigentes, algo passível de ocorrer quando estas fracassavam “em algum grande empreendimento político” ou quando as massas “passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”.<sup>401</sup> A instabilidade política e a descrença nos mecanismos tradicionais de representação democrática, eles próprios fragilizados pelas seguidas intervenções militares, possibilitou, como vimos no primeiro capítulo, a intensificação das atividades da esquerda revolucionária sessentista e inaugurou uma década marcada sobretudo pela violência política e pelo seu uso na tomada do poder.<sup>402</sup>

Em seus primeiros números a revista **crisis** reconhecia que em seus dias “há quem diga que o que vale é a linguagem das metralhadoras” e que “na palavra e na razão sempre vence o rico, que para isso a palavra e razão ele as inventou. Agora temos um novo Evangelho: empunhar o fuzil”.<sup>403</sup> Frente à crise, a história acelerava a sua marcha, mulheres e homens estavam dispostos a romper com as cadeias do passado e o novo mundo seria gestado, se necessário, por meio da violência.

Essa crise de autoridade não se restringia, entretanto, apenas à disputa pelo Estado e pela distribuição do poder, mas atingia diretamente as formas de consenso construídas na Argentina ao longo de sua história, encarnadas nos “valores e ideais” mencionados por

<sup>399</sup> SIMPSON, Máximo. Los intelectuales y el poder en México. **crisis**, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p. 60. Grifos nossos.

<sup>400</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>401</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 60.

<sup>402</sup> MENDOZA, Juan José. Periodizar los 70. *Cuadernos LIRICO* [En línea], 15 | 2016, p.4 Disponível em: <http://journals.openedition.org/lirico/2907> ; Acesso em: 29 de novembro. 2018

<sup>403</sup> CORTÁZAR, Julio. Mi ametralladora es la literatura. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 10-11 e LITTIN, Miguel. La tierra prometida. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 42.

Sabato. Sinal de mudança dos tempos, a crise, perigosa para uns e potencial para outros, reforçava a “possibilidade e necessidade de formação de uma nova cultura”.<sup>404</sup>

O projeto editorial iniciado com a revista partia da premissa que os seus leitores compartilhavam a percepção de que viviam um momento chave da história e de que o futuro trazia algo potencialmente novo. A crise, portanto, trazia um imperativo de ação para a sua solução, algo conjugável com o engajamento intelectual fortemente enraizado em **crisis**, e também impunha a dúvida que propiciava uma atividade de *revisão* sobre todos os valores.

Os anúncios presentes na revista exploraram essa possibilidade, eram frequentes os trocadilhos feitos entre *crisis* (crise, em espanhol) e **crisis**, o nome da publicação. As *Ediciones de la Flor*, célebre editora independente argentina, afirmava que “com a crise, os livros são difíceis”, referindo-se à edição e acesso. Obviamente, a editora ofertou os seus produtos como solução ao impasse.<sup>405</sup> Outra propaganda promovida por duas livrarias uruguaias era ainda mais explícita, “Existem CRISE e **crisis**. O que nos interessa é **crisis**, a revista, ainda que nós distribuamos os melhores livros, os verdadeiros livros. Como a época é de CRISE compartilhamos este anúncio com um bom cliente.”<sup>406</sup> Este pequeno anúncio, tão revelador, ainda recorreu ao poema gauchesco *Martín Fierro* de José Hernández para aludir às transformações supostamente inexoráveis que pairavam frente ao leitor, “e como disse Martín Fierro: não há amarra que não se corte, nem tempo que não se acabe”.<sup>407</sup>

Figura 10: propaganda de livrarias em **crisis** e o trocadilho com o nome da revista

Hay CRISIS, y **crisis**  
La que nos ocupa es  
**crisis**  
la revista.  
Aunque también  
distribuimos los mejores  
libros, los "verdaderos libros"

Entre ellos, los de  
*Martín Fierro*  
Soriano 1204 - Tel. 916068  
Montevideo - Uruguay  
Cómo la época es de  
CRISIS este aviso  
lo compartimos  
con un buen cliente:

*Rompición*  
Yaguarón 1378, Local C  
Gal. Trocadero - Tel. 87871  
Montevideo - Uruguay

y como dijo MARTIN FIERRO:  
"... no hay tiento que no se corte,  
ni tiempo que no se acabe ..."

<sup>404</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 184-185.

<sup>405</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 02, junio, 1973, p. 51.

<sup>406</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 06, octubre, 1973, p. 35. A brincadeira feita na propaganda é mais clara em espanhol, “Hay CRISIS y *CRISIS*. Lo que nos ocupa es *CRISIS*, la revista”.

<sup>407</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 06, octubre, 1973, p. 35. A palavra original, *tiento* (amarra), refere-se na Argentina a uma fina tira de couro sem curtir usada para fazer laços.

Fonte: **crisis**, Buenos Aires, n. 06, octubre, 1973, p. 35.

Os colaboradores da revista corroboraram com a perspectiva de um presente cuja totalidade – política, econômica e cultural - era colocada em xeque, marcado pela “insurreição anticolonialista, anti-imperialista, com um ascenso das camadas populares em nossa América e no mundo inteiro”.<sup>408</sup> Entretanto, essa percepção era associada à ideia de uma crise cumulativa, o seu clímax desenrolava-se no agora, mas suas raízes eram mais longas e podiam ser identificadas ao longo dos processos históricos nacionais. Uma compilação da recente literatura porto-riquenha elaborada exclusivamente para **crisis** reconhecia que a crise afetava toda a América Latina e que se arrastava há centenas de anos, sobretudo no peculiar caso da mencionada ilha:

Nossa literatura sempre foi produzida na crise e nisso não estamos só: *o mesmo título da revista que nos acolhe* o confirma. Mas cabe registrar de imediato que a nossa crise é muito particular: em meio ao contexto em sua maior parte neocolonialista, somos a única colônia clássica da América Latina. “Sobre os ombros dos jovens escritores de Porto Rico há duzentos anos de história”, disse há pouco Rafael Sánchez, e tinha razão.<sup>409</sup>

Essa projeção da crise ao passado revela uma relação particular entre os indivíduos e a temporalidade que experimentavam, o presente era o seu ápice, mas a própria história parecia ser um progressivo montante de eventos e relações insustentáveis prestes a se despedaçarem no próprio momento da reflexão, uma vez que, segundo os colaboradores, “a crise de hoje não se entende fora do marco da crise nacional”, algo que constituía “essa crise já velha”.<sup>410</sup> Na Argentina do século XX, como vimos, grande parte da narrativa histórica construída pela intelectualidade mobilizou a ideia de crise para pensar a nação e o seu desenvolvimento no tempo, o conceito parecia demasiado poderoso e logo foi popularizado. O país parecia viver uma sucessão de crises que impediam o seu desenvolvimento, segundo as interpretações de vários matizes políticos.

Essa crise de legitimidade socialmente percebida/construída teve grande repercussão entre as elites letradas argentinas a partir de 1890. Segundo Jimena Caravaca e Mariano Plotkin, a degradação do desempenho econômico colocou em debate o modelo econômico e político estabelecido na década anterior, 1880. Para os autores, a série de

---

<sup>408</sup> AGUIRRE, Margarita. Pablo Neruda: Pueblerino de América. **crisis**, Buenos Aires, n. 04, agosto, 1973, p. 38.

<sup>409</sup> LÓPEZ-BARALT, Mercedes. Literatura joven de Puerto Rico: voces contra la crisis. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 58. Grifos nossos.

<sup>410</sup> GIÚDICE, Ernesto. José Ingenieros: un científico con ideales. **crisis**, Buenos Aires, n. 34, febrero, 1976, p. 47.

discussões efetuadas no Congresso Nacional e na esfera pública questionavam as raízes dessa crise e os meios de combatê-la e acabariam por contribuir para a transformação de parte do campo intelectual nacional, sobretudo para a conformação de um campo de economistas ligados ao saber normatizado, técnico, regido por regras internas.<sup>411</sup> Apesar dessa experiência anterior, os nacionalistas e revisionistas seriam alguns dos maiores difusores e popularizadores da ideia de *crise*.

As suas narrativas históricas elaboravam um *continuum* histórico que ligava o momento de surgimento da Argentina enquanto nação aos seus próprios dias, uma linha clara que permitia compreender o desenvolvimento do país e seus presentes desafios. Segundo os seus argumentos, a falsificação histórica empreendida pelos liberais com o respaldo do Estado legitimava práticas e valores que desviavam a nação de seu destino e a alienavam de suas verdadeiras raízes. Como contraponto, a sua narrativa pretendia contribuir para a resposta à crise moral causada pelo liberalismo ao recuperar a memória dos heróis pátrios, os valores populares e os fundamentos da nacionalidade. Em texto original de 1970 Tulio Halperin Donghi sintetizou bem os fundamentos do revisionismo histórico de seu país:

A exploração do passado nasce então como uma tentativa de oferecer o aval da história para a crítica da Argentina do presente e essa crítica se organiza em torno de dois motivos centrais: o primeiro é o repúdio à democratização política, que entregou o destino do país a dirigentes [...] que não conservam solidariedade com interesses que – aos olhos dos revisionistas – são os da própria nação e que ainda que os tivessem não saberiam como defendê-los com eficácia; o segundo é a denúncia do modo de inserção no mundo da Argentina pós-independência – e em primeiro lugar o vínculo desigual com a Grã-Bretanha – que, longe de ser a última causa da desafortada expansão que cobriu a metade do século que recém se fechava, impôs modalidades cujas consequências catastróficas só se tornaram evidentes após 1929, mas que de um modo mais secreto, mas não menos danoso, havia retorcida o rumo histórico argentino já antes desta data.<sup>412</sup>

Os revisionistas atribuíam ao presente valores negativos ligados à modernização do país e ao afastamento da tradição. Mais do que a ideia de *crise*, seus discursos recorriam à *decadência* como força mobilizadora. A partir das leituras e apropriações do pensamento conservador e reacionário europeu, como Charles Maurras e Oswald

---

<sup>411</sup> CARAVACA, Jimena; PLOTKIN, Mariano Ben. Crisis, ciencias sociales y elites estatales: la constitución del campo de economistas estatales en la Argentina, 1910-1935. *Desarrollo Económico*, v. 47, n. 187, 2007, p. 412.

<sup>412</sup> HALPERIN DONGHI, Tulio. El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional. In.: *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo Por Asalto, 1996, p. 109.

Spengler, os nacionalistas argentinos das décadas de 1920 e 1930 rechaçavam a modernidade europeia e as suas “consequências naturais: no campo científico, a apoteose da improvisação e incultura; no campo político, uma torpe demagogia que ameaça arrasar até os mais firmes pilares do monumento levantado pela lucidez de nossos constituintes. Entre ambos fenômenos existe uma evidente correlação. Os dois podem ser tratados sob o rótulo comum da barbárie”.<sup>413</sup>

O antimodernismo pulsante em seus escritos tomava o individualismo, a ampliação da participação política e o questionamento das hierarquias estabelecidas não apenas como sintomas da barbárie da sociedade massificada, mas também de uma decadência das formas tradicionais de sociabilidade e de seus valores.<sup>414</sup> Essa geração de nacionalistas que encontraram a história por meio da política fazia mais referências e reverências ao passado, um ontem remoto e idealizado, no qual caudilhos e gaúchos viviam em suposta harmonia em uma coletividade estática e hierarquizada governada por uns poucos qualificados para fazê-lo. Os novos elementos surgidos com o processo de modernização e integração ao capitalismo global, como imigrantes e operários, eram considerados resultados indesejáveis do processo de destruição da identidade nacional.<sup>415</sup> A atenção dedicada ao ditador buenairense Juan Manuel de Rosas e os elogios à sua atuação como estadista forte e xenófobo serviam às próprias aspirações do revisionismo autoritário.

O discurso *decadendista*, tal qual classificado por Tulio Halperin Donghi, unia pretérito e presente, a noção de uma “positividade perdida” no presente servia como mote para as incursões ao passado e para a escrita historiográfica. Os revisionistas buscavam no passado uma inspiração para resolver os problemas contemporâneos, seus objetivos não eram, segundo Halperin Donghi, explorar a estrutura e os ritmos da histórica

---

<sup>413</sup> PALACIO, Ernesto. Organecemos la contrarrevolución. *La Nueva República*, Buenos Aires, n. 1, 1 de diciembre, 1927, p.2.

<sup>414</sup> SVERDLOFF, Mariano. Antimodernos periféricos: traducción, importación y tradición clásica en *La Nueva República. Estudios de Teoría Literaria*. Revista digital: artes, letras y humanidades, año 8, n. 17, noviembre, 2019, p. 50. Amparado por Antioine Compagnon e William Marx, Sverdloff defende que os intelectuais *antimodernos* mantiveram uma relação paradoxal com a modernidade: os membros da *arriè-garde* argentina não seria conservadores passivos que se opunham a tudo que a categoria de *novo* trazia, eles integraram as disputas e transformações que acompanharam a modernização cultural, importaram e se apropriaram de discursos estrangeiros para constituir seu próprio ideário reacionário, algo que Sverdloff define como “antimodernismo periférico”.

<sup>415</sup> ECHEVARRÍA, Olga. Volver a Rosas: los intelectuales autoritarios y la compleja herencia positivista en la rehabilitación histórica del rosismo. *Anuario IEHS*, Tandil, 1997, p. 447-448.

argentina, mas individualizar numa etapa dela um modelo para o presente e para o futuro que servisse como alternativa aos modelos recentes.<sup>416</sup>

Ao fazê-lo, os revisionistas reacionários acabam por refutar o processo histórico como um progresso linear rumo à emancipação humana. Como nas utopias românticas às esquerdas e direitas, os revisionismos apresentavam um intenso desejo de domar a história, embora fundamentasse o seu discurso historiográfico exclusivamente a partir do imperativo político do presente e defendesse que a história deveria servir às tarefas políticas de seu tempo o discurso revisionista desenraizava-se do tempo presente. Seu desejo era religar-se a uma série histórica anterior, o futuro com o qual sonhavam continha ares já velhos.<sup>417</sup>

Os revisionistas acreditavam no potencial didático da história como fonte de inspiração para a resolução de seus problemas e a encaravam como o espaço possível no qual acontecia toda a experimentação possível, a *história mestra da vida*, mas temiam a história como processo de transformação e como espaço para a emergência do novo, do inesperado. Eles recusavam a nova organização da relação entre passado e futuro que ganhara notoriedade de maneira explosiva na Revolução Francesa, a qual, segundo Koselleck, concebia “diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância” e que “tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo”.<sup>418</sup> No limite, o revisionismo reacionário desejava congelar o tempo histórico e até mesmo aboli-lo.

A *decadência* era fundamental para o imaginário reacionário dos nacionalismos das décadas de 1920-1930 e para o repertório presente em suas culturas políticas. Dentro desse repertório a noção era central para o fazer historiográfico e para as representações construídas em suas narrativas históricas. Os revisionismos, bem recebidos no mercado editorial, contribuíram para disseminar todo um vocabulário acerca da decadência nacional, bem como os vilões envolvidos na conspiração contra a integridade da pátria, os liberais antinacionais, e popularizaram a percepção de que a Argentina se deparava com uma crise sem precedentes. A solução para o impasse político poderia ser encontrada

---

<sup>416</sup> HALPERIN DONGHI, Tulio. El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional. In.: *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo Por Asalto, 1996, p. 109.

<sup>417</sup> SALIBA, Elias. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 29 e 56.

<sup>418</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 47.

no passado, a pesquisa histórica serviria para compreender as raízes dos problemas, denunciar os seus culpados e indicar exemplos de ação para expurgar a crise no presente. A decadência impelia a busca por respostas no passado e este fornecia os instrumentos para a superação no presente.

O revisionismo presente nas *Ediciones de Crisis* herdou e transformou essa perspectiva. O projeto editorial atribuiu à crise nacional certa longevidade e explorou essa perspectiva em sua narrativa histórica. Os dilemas do presente eram fundamentalmente os mesmos do passado, uma nação que lutava para atingir a sua plenitude e soberania, impedida de fazê-la por uma conspiração estrangeira e seus lacaios *criollos*.<sup>419</sup> Embora os períodos fossem distintos, os embates da nação dos anos 1970 continuavam essencialmente iguais àqueles de seus primórdios, mesmo as figuras e os processos do presente possuíam correlatos passados, os caudilhos eram precursores dos guerrilheiros latino-americanos, “Bolívar, Sucre, todos empregavam táticas de guerrilha”, e a guerra empreendida nas Américas durante as independências seria “a famosa ‘guerra revolucionária’ com a qual os povos, hoje e ontem, defendem a sua liberdade”.<sup>420</sup>

Assim como os revisionistas anteriores, os colaboradores de **crisis** viam na vitória dos unitários e no avanço do liberalismo ao longo dos séculos XIX e XX as razões para os males do presente, sua interrogação sobre o passado foi guiada no sentido de recuperar supostas tradições e raízes nacionais capazes de oferecer alternativas para os seus próprios dias. Em alguns momentos, a argumentação aproximava-se da perspectiva conservadora, Luis Alen Lascano concordou com os seus antecessores ao afirmar que a política liberal, as ferrovias e a imigração mal planejadas foram “os grandes culpados da estagnação” da província de Santiago del Estero.<sup>421</sup> Fermín Chávez, historiador peronista, por vezes fazia soar o saudosismo daquele nacionalismo aristocrático da primeira metade do século XX, “a Argentina é deformada quando termina o caudilhismo”.<sup>422</sup> Alguns elementos presentes no revisionismo anterior permaneceram nas produções dos anos 1960 e 1970 não apenas pelo seu teor antiliberal e anti-imperialista, mas também como parte da formação de homens que participaram de organizações e instituições pertencentes ao conservadorismo

---

<sup>419</sup> COOKE, John William. La conciencia nacional es también conciencia histórica. **crisis**, Buenos Aires, n. 09, enero, 1974, p. 4.

<sup>420</sup> COOKE, John William. *Cooke*. Ediciones de Crisis: Buenos Aires, 1974, p. 12.

<sup>421</sup> ALLEN LASCANO, Luis C. Santiago del Estero: cuando los hombres construyen la pobreza. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p.65-66.

<sup>422</sup> RIVERA, Jorge B. Fermín Chávez: la Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 46.

das décadas de 1930 e 1940 que perduravam três décadas depois. O grande espectro nacionalista possibilitava um trânsito complexo e interações heterodoxas que fogem às explicações reducionistas e às classificações políticas fáceis.<sup>423</sup>

O passado se fazia presente, alguns elementos permaneciam no cotidiano dos homens, quase como um fardo, “são os homens de hoje que precisam mudar a sociedade, ao mesmo tempo esses seres humanos de hoje estão cheios de passado, de sociedade velha”.<sup>424</sup> Os problemas, sobretudo, eram os mesmos, as lutas eram semelhantes e os dilemas dos homens se arrastavam ao longo dos séculos porque a libertação nacional não fora lograda. Trías atribuiu ao imperialismo britânico, raiz de todos os males na ótica revisionista, o peso que o passado ainda exercia, “em que grau o Império Britânico é um ator essencial de nossos processos econômico-político-sociais e até que ponto *padecemos* a história enquanto não se consuma a libertação definitiva”.<sup>425</sup> Para os colaboradores do projeto editorial as ideias, práticas e ideias dos caudilhos oitocentistas, como Juan Bautista Bustos, “foram transcendentais não apenas para a Pátria, mas para a Unidade Americana, porque ainda hoje, cento e cinquenta anos depois, brigamos com desespero”.<sup>426</sup> A história, dizia Carpentier,

é algo tão vivo, tão presente, como aquilo que me cerca nesta hora atual. E ainda mais em nosso continente onde um homem de 1975 convive com homens que seguem vivendo como se vivia há um século, dois, três ou cinquenta. Os ritmos de vida de algumas de nossas cidades provincianas – nos Andes, por exemplo – correspondem aos ritmos do século passado, apesar do rádio e da televisão. Em minhas andanças pela América vi populações inteiras apartadas onde não havia luz elétrica e não se recebiam jornais. Na selva amazônica convivi com homens do Neolítico. Ditadores de ontem, como Juan Vicente Gómez, Gerardo Machado ou Estrada Cabrera perduram hoje em indivíduos que se chamam Banzer, Stroessner ou Pinochet.<sup>427</sup>

---

<sup>423</sup> Historiadores como Fermín Chávez, Eduardo Luis Duhalde e Rodolfo Ortega Peña participaram do Instituto Rosas, organização criada em 1938 pelos nacionalistas conservadores e autoritários. Como bem mostra Julio Stortini, o Instituto foi um lugar mais plural e aberto, dentro dele dividiam espaço conservadores e homens que, posteriormente, militaram na esquerda. Segundo Stortini houve uma luta interna no Instituto, acentuada após o *Cordobazo* e a radicalização política que começava a dividir fileiras na Argentina. STORTINI, Julio. Polémicas y crisis en el revisionismo argentino: el caso del Instituto de Investigaciones Históricas ‘Juan Manuel de Rosas’ (1955-1971). In.: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 105-106.

<sup>424</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Reportaje a Peter Weiss. *crisis*, Buenos Aires, n. 17, septiembre, 1974, p. 11.

<sup>425</sup> TRÍAS, Vivian. *El Imperio Británico en América Latina. Cuadernos de Crisis* 24. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 79. Grifos nossos.

<sup>426</sup> NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 52.

<sup>427</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Alejo Carpentier. Para mí terminaron los tiempos de soledad. *crisis*, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p. 44.

O comentário do escritor cubano diz respeito, sobretudo, à sua própria obra e às opções estéticas utilizadas para compor a sua literatura. Para além disso, a nota também evidencia as formas como as vanguardas artísticas de esquerda e os movimentos radicalizados dos anos 1960 e 1970 percebiam o passado. O olhar retrospectivo servia à busca das raízes nacionais, elementos fundamentais para a construção dos programas políticos de combate ao anti-imperialismo, a história servia como instrumento para a compreensão das razões da pobreza e para inspirar novas formas de combatê-la.<sup>428</sup> Para entender o presente e até mesmo o porvir bastaria escutar “os conselhos que dá a História”.<sup>429</sup>

Entretanto, as *Ediciones de Crisis* não se prendiam ao passado, não havia um desejo de retorno ao paraíso perdido. A concepção quase fascista de *decadência* na história nacional foi substituída pelo conceito de *crise* como evento disruptivo e como superação revolucionária das contradições do presente. O conceito de crise é plausível de interpretações múltiplas: entre os conservadores, a crise advém das sucessivas transformações que fogem ao controle; para os socialistas ela é um produto das tensões inerentes ao capitalismo e de suas contradições; para os fascistas e reacionários, a crise, ou melhor, a decadência, surge a partir das contaminações da pureza racial ou dos distúrbios ao tecido sociocultural que conferem integridade à nação.<sup>430</sup>

Derivada da tradição marxista, a noção de *crise* mobilizada pelas esquerdas sessentistas pressupunha um momento de inflexão na história e a perda de legitimidade da sociedade capitalista. A crise era, para retomarmos Gramsci, um longo processo de intensificação de elementos desestabilizadores inerentes ao capitalismo que, no presente, não eram mais neutralizados por mecanismos políticos, ideológicos e sociais.<sup>431</sup> De certa maneira, a crise era o cúmulo de relações de força no qual o *velho* definha e o novo ainda não pode surgir, o momento de definição no qual atores políticos revolucionários tentam resolver as contradições insanáveis da estrutura contra a qual luta e da qual são fruto.<sup>432</sup>

<sup>428</sup> ALEN LASCANO. Luis C. Santiago del Estero: cuando los hombres construyen la pobreza. *crisis*, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 63.

<sup>429</sup> KOVADLOFF, Santiago. Narradores y poetas del África. *crisis*, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 4.

<sup>430</sup> FREEDEN, Michael. Crisis? How is that a crisis? Reflections on a overburdened world. *Contributions to the History of Concepts*, v. 12, n.2, winter, 2017, p. 22.

<sup>431</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume v. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 318.

<sup>432</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 37.

Ao analisar aquilo que classifica como *os longos anos 1960* Claudia Gilman aponta que as esquerdas e os seus intelectuais, das quais as *Ediciones de Crisis* fizeram parte, interpretaram o seu próprio contexto como momento de enfraquecimento da hegemonia capitalista. Havia entre as esquerdas latino-americanas a percepção de uma transformação desejada e inevitável das instituições, subjetividades, arte e cultura, calcada na interpretação de acontecimentos verdadeiramente inaugurais, como a Revolução Cubana.<sup>433</sup>

As crises, como argumenta Ximena Espeche em seu belo livro sobre a intelectualidade uruguaia do pós-Segunda Guerra, servem como período para a reflexão sobre os pressupostos básicos da vida, as tragédias seriam momentos chave em que se representam os dilemas do destino humano.<sup>434</sup> Para as esquerdas platinas a crise se anunciava como momento em que as contradições rompiam as supostas unidades nacionais e as suas sustentações ideológicas. Nas *Ediciones de Crisis*, essa perspectiva se manifestou com a certeza de que o mundo do porvir seria diferente, “Na Argentina algo fundamental se transformou depois de 11 de março de 1973”.<sup>435</sup> A hegemonia liberal argentina, segundo Jorge Abelardo Ramos, “recebeu um golpe mortal em 1945 e *agora* está em ruínas”.<sup>436</sup> A leitura de Vivian Trías era semelhante, os homens viviam em “uma época que vai adquirindo a fisionomia de uma *fronreira histórica*, de um convulso tempo de transição entre uma fase que agoniza e outra que nasce em agitado parto” e a sua conclusão sintetizava todo o imaginário do projeto editorial sobre o mundo em que viviam, “Em suma, uma crise histórica cuja magnitude e profundidade constituem o grande tema do presente”.<sup>437</sup> A Argentina parecia viver um momento de inflexão único e, para Ernesto Sabato, ao país se apresentava a possibilidade e a necessidade de reavaliar a sua própria cultura,

A atual encruzilhada em que se encontra o nosso país, em momentos em que nos dispomos a realizar uma profunda e justa revolução, exige ideias claras sobre o que deve-se entender como cultura nacional e sobre

---

<sup>433</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 40.

<sup>434</sup> ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya*: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016, p. 48.

<sup>435</sup> CORTÁZAR, Julio. Mi ametralladora es la literatura. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 11. A data é referente à vitória eleitoral de Héctor Cámpora.

<sup>436</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 16.

<sup>437</sup> TRÍAS, Vivian. El mundo después de Vietnam. Las grietas de un imperio. **crisis**, Buenos Aires, n. 28, agosto, 1975, p. 30 e 35.

as relações que devem existir entre as legítimas expressões da cultura popular e as mais altas manifestações da arte e da literatura.<sup>438</sup>

O tempo futuro aberto pela crise é passível de ser interpretado de diferentes maneiras, desde a incerteza advinda do turbilhão no presente à celebração do porvir. A crise, neste sentido, não é um momento de mera insegurança e imprevisibilidade, ela é um momento transitório cujo desenlace já está definido nas teorias e representações de intelectuais e homens de letras.<sup>439</sup> O projeto se afastou do retorno ao passado idealizado, o seu imaginário político dirigia-se para um presente que anunciava o futuro. O seu primeiro exemplar continha um já mencionado roteiro do filme de Fernando Solanas e Octavio Getino sobre Juan Domingo Perón, a introdução feita pela revista já apontava que os argentinos viviam no momento de superação da crise e do passado, “hoje, nos seguintes que Perón anunciava”.<sup>440</sup> Os colaboradores acreditavam viver em uma “época excepcional da Argentina” e não tinham dúvidas que “estamos passando por uma revolução histórica em profundidade. Naturalmente este é um momento de libertação para a Argentina”.<sup>441</sup>

Havia nas *Ediciones de Crisis* a produção de enunciados que deixam entrever a construção de uma consciência histórica, de formas que mulheres e homens situaram-se no tempo e interpretaram as suas experiências individuais e coletivas, formas essas que, segundo Rüsen, orientam o presente, ajudam a “compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” e estabelece as bases das “experiências futuras para quais se dirigem as mudanças”.<sup>442</sup> No projeto editorial essa sensibilidade é fruto de uma relação particular entre passado, presente e futuro que permitiu a elaboração de uma consciência voltada para uma transformação radical em um futuro próximo, quase presente, para uma utopia ao alcance de um toque. Diferentemente do revisionismo agarrado às ruínas de uma Argentina distante, o projeto editorial de Vogelius e Galeano

---

<sup>438</sup> SABATO, Ernesto. *La cultura en la encrucijada nacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p. 9.

<sup>439</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 150.

<sup>440</sup> SOLANAS, Fernando; GETINO, Octavio. Juan Domingo Perón: los días siguientes. *crisis*, Buenos Aires, n. 01, mayo, 1973, p. 43.

<sup>441</sup> AGUIRRE, Margarita. Pablo Neruda: Pueblerino de América. *crisis*, Buenos Aires, n. 04, agosto, 1973, p. 40.

<sup>442</sup> RÜSEN, J. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Trad. Silvia Finocchio. *Propuesta Educativa*, Argentina, n 7. out. 1992, p. 29.

preocupava-se com a história “não exclusivamente como passado, mas com a história fundamentalmente como presente para que possa ser um porvir”.<sup>443</sup>

Essa articulação a partir das *Ediciones de Crisis* faz parte de um processo mental de elaboração da consciência histórica que, como argumenta Rüsen, pode ser “rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro”.<sup>444</sup> De certa maneira, essa relação com o tempo oferece uma orientação que conduz ao futuro e que motiva a ação política.<sup>445</sup> A escolha de uma citação atribuída a Bertolt Brecht para a epígrafe de um dos livros editados anunciava o afã pela mudança, “dado que as coisas são assim, não devem continuar sendo”.<sup>446</sup>

O foco dirigiu-se para processos supostamente disruptivos e transformadores, bem como as suas temporárias derrotas. A história nacional e latino-americana era encarada como uma série de crises em sucessão, projetos de libertação malogrados devido ao ardid do inimigo liberal e à traição das elites. Entretanto, a crise *presente* iniciada a partir do advento do peronismo em 1945 ou de seu retorno em 1973 seria o momento de inflexão final. Ao que parece, as *Ediciones de Crisis* mobilizavam o passado como fonte de inspiração, o recurso a ele deve ser encarado como um exercício de compreensão sobre os problemas do presente e resgate de tradições combativas, mas a resposta deve ser dada no hoje a partir das condições objetivas:

A consciência nacional é também consciência história, ou seja, o sentido de que a História não é uma força misteriosa que se abate como uma fatalidade sobre nós, mas uma designação que damos à atividade humana; não um desenvolvimento externo ao homem, mas o resultado do que faz o homem.

Assim se estabelece uma relação dialética entre o ontem, o presente e o porvir. No passado buscamos afirmação, antecedentes, chaves. Mas sabendo que os desafios históricos são constantes e renovados, que cada geração deve responder aos seus. A História não está escrita previamente e o mundo se oferece a nós como inacabado para que o construamos em meio à contingência e o risco: cabe à nós que o mundo deixe de ser um mundo de ignominia.

---

<sup>443</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Jorge Enrique Adoum: el pesimismo combatiente. *crisis*, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p. 41.

<sup>444</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, março, 2009, p. 168.

<sup>445</sup> RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, março, 2009, p. 169.

<sup>446</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p.8.

A época revolucionária é, assim, um ponto de incidência para onde confluem as mensagens da tradição para se abrir em hipóteses da esperança. E na aurora da Segunda Emancipação Americana, a partir de Cuba, sua vanguarda, lembramos a gesta de 1810 e quase sentimos como se nos acariciasse o vento da história.<sup>447</sup>

No projeto editorial havia a percepção de que o passado poderia ensinar algo, não seria proveitoso abandonar os lastros da nacionalidade sob o risco construir algo alienante, mas esse mesmo passado deveria gerar algo novo. Se o decadentismo dos revisionistas anteriores temia o porvir tingido pelos ventos da modernidade, a *crise* celebrava o futuro, mas não exigia um total expurgo da experiência pretérita, “o passado foi iluminado com luzes de hoje e expressou lições que ninguém havia entrevisto ou imaginado. E essas mesmas luzes de hoje iluminaram o futuro e este mostrou possibilidades que apenas uns poucos visionários acreditaram”.<sup>448</sup> Voltada para a ruptura, as *Ediciones de Crisis* estiveram marcadas por um otimismo em relação ao futuro. Tal otimismo mesclava uma dimensão utópica e um prognóstico sobre o porvir.

Como nos lembra Koselleck, as utopias modernas passaram a ser temporalizadas e direcionadas para o futuro. As narrativas utópicas anteriores situavam a utopia em “lugar-nenhum”, em um espaço localizado para além da geografia conhecida, mas a partir de finais do século XVIII uma parte da filosofia ocidental passou a situá-la no futuro. O tempo, não o espaço, passa a demarcar a utopia e a realidade concreta. Entretanto, apesar de localizá-la em um futuro não verificável ou alcançável pela experiência a utopia vive dos pontos de contato com um presente que pode ser apropriado de maneira empírica.<sup>449</sup>

Apesar da existência de um tom negativo ligado ao conceito de utopia, algo visto como inalcançável, persistiu entre uma parte da esquerda contemporânea a percepção de que a dimensão utópica era de fato positiva: não se tratava de um salto para o desconhecido, mas um presente prenhe de futuro ou, como notou Koselleck ao analisar a contribuição de Ernst Bloch, de uma espécie de “convergência mística entre a esperança futura e a ação voluntária e fática do presente”.<sup>450</sup>

Ao mesmo tempo, as perspectivas utópicas não praticam estimativas que levem em consideração o passado, passem pelo presente e se estendam ao futuro. Elas

---

<sup>447</sup> COOKE, John William. *Cooke*. Ediciones de Crisis: Buenos Aires, 1974, p. 11.

<sup>448</sup> BENEDETTI, Mario. El escritor latinoamericano y la revolución posible. *crisis*, Buenos Aires, n. 3, julio, 1973, p. 31.

<sup>449</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 263-264 e KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 125-126.

<sup>450</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 277.

distinguem-se, portanto, do prognóstico, uma perspectiva que se fundamenta historicamente para elaborar interpretações sobre o futuro. Ora, não havia Marx criticado os primeiros socialistas por sua suposta ingenuidade e por sua incapacidade de deduzir o futuro sem recorrer à empirismo da análise histórica?<sup>451</sup>

Nas *Ediciones de Crisis*, a mescla desses dois elementos se concretizava na percepção de um futuro que se abria no presente e trazia esperança, ou, nas palavras de Cortázar tratava-se de uma “hora de luz”, na qual “América Latina continua a marcha rumo ao seu *inevitável destino* e nada poderão fazer os chacais e os gorilas contra a sua vocação de liberdade e justiça”.<sup>452</sup> O texto do autor trazia em si a percepção de uma inevitabilidade da vitória revolucionária, algo ligado aos fatos concretos do presentes, mas praticamente determinada de antemão *apesar* da história (“destino” e “vocação”).

Ao mesmo tempo, havia um prognóstico otimista calcado no processo histórico que desembocava no presente. Para Jaime Mejía Duque, “*agora* a História oferece as *condições reais*, ainda que dramáticas, de totalização”.<sup>453</sup> Debates e medidas do presente abriam espaço para a crença de que não apenas era possível mudar o mundo, mas que ele de fato estava mudando, de que o povo se alçava à luta final, pois para Carlos Villar Araujo “se olhamos para o futuro com otimismo é porque nos sentimos seguros de ele vai despertar, de que já está se despertando”<sup>454</sup>. Um observador do processo revolucionário peruano, Francisco Moncloa, notaria ainda que esse mundo “está sendo derrubado” e que em seu lugar “começa a se conformar outro, prenhe de vitalidade e contradições, com a agitada emergência de setores e classes trabalhadoras que se espreguiçam da letargia de séculos, sem ocultar o seu assombro ou espanto”.<sup>455</sup>

Esse otimismo imperante não conformava um sentimento único, ele convivia com as incertezas relacionadas às aberturas de possibilidades pela crise - “O que irá acontecer?”, perguntava-se Pablo Neruda, “ainda não sabemos bem: a experiência

---

<sup>451</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 281-282. Koselleck apenas menciona a existência de elementos utópicos na filosofia da história de Marx.

<sup>452</sup> CORTÁZAR, Julio. Otra vez los chacales. *crisis*, Buenos Aires, n. 6, octubre, 1973, p. 68. Grifos nossos. O termo “gorila” é uma forma pejorativa para se referir aos militares interventencionistas usada pelas esquerdas uruguaias e argentinas, bem como pelos peronistas. O “gorilismo” tornou-se uma expressão recorrente na América do Sul para detratar as direitas golpistas e os setores reacionários.

<sup>453</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 9. Grifos nossos.

<sup>454</sup> VILLAR ARAUJO, Carlos. Es intocable la pampa húmeda? En torno de la ley agraria. *crisis*, Buenos Aires, n. 20, diciembre, 1974, p. 32.

<sup>455</sup> MONCLOA, Francisco. Poder y prensa en el Perú. *crisis*, Buenos Aires, n. 21, enero, 1975, p. 54.

histórica nos diz que os momentos de transição são os mais duros, os mais difíceis”<sup>456</sup>. Havia uma espécie de pessimismo imposto pelo golpe militar no Chile e pela morte de Salvador Allende, considerada pelas *Ediciones de Crisis* como uma “tristíssima página da história de um povo estoico que deve nos servir como lição” e como “acontecimentos que constituem, hoje, o luto do Chile e da América Latina”<sup>457</sup>. À tragédia chilena somar-se-ia o giro à direita da experiência peruana, combatida pelas disputas entre os militares que a lideravam e pela crise econômica que contribuíram para a queda de Juan Velasco Alvarado, uma vez que, segundo González Bermejo, “à crise internacional do capitalismo, cujas consequências golpeiam os países dependentes como ainda o é o Peru, somam-se diversos erros internos”.<sup>458</sup>

Entretanto, o tom melancólico advindo das crescentes derrotas e decepções conformava apenas um pessimismo matizado logo suplantado pela crença na vitória final, o futuro continuava a soar promissor, afinal, para Bermejo “a história (apesar de algumas quedas terríveis e dolorosas, apesar de certos fracassos por vezes duradouros) joga em nosso time”<sup>459</sup> e até mesmo eventos traumáticos, como a violência cometida pela direita chilena, embora denunciada e lamentada, era reduzida pela revista a uma “temporária e transitória derrota”.<sup>460</sup> O escritor colombiano Jaime Mejía Duque reforçava a inabalável fé nos processos presentes que desembocariam em uma sociedade mais justa e livre, superando as dificuldades encontradas

As forças revolucionárias, atuais ou potenciais, ainda não conseguiram superar a dispersão nem elaborar programas suficientemente coerentes. Nessas questões vivemos, portanto, um momento de *negatividade*. Mas ainda assim a revolução se amplia e se aprofunda graças à inconformidade rural ou urbana.<sup>461</sup>

As inseguranças logo deram espaço para a imaginação de um futuro que se anunciava como um desdobramento certo das lutas empreendidas no passado e continuadas no presente, expressa na certeza de Mejía Duque de que “os povos começam

<sup>456</sup> NERUDA, Pablo. Pueblerino de América. *crisis*, Buenos Aires, n. 4, agosto, 1973, p. 40. No mês seguinte a incerteza de Neruda se concretizaria e Salvador Allende seria derrubado pelos militares chilenos.

<sup>457</sup> SABATO, Ernesto. Lobos y corderos en Latinoamérica. In.: *Testimonios Chile: septiembre 1973*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, p. 11 e Chile: venid a ver la sangre por las calles. *crisis*, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p. 68.

<sup>458</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Qué pasa en Perú hoy? Las claves secretas. *crisis*, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 30-31.

<sup>459</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Jorge Enrique Adoum: el pesimismo combatiente. *crisis*, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p. 41-42.

<sup>460</sup> CUEVA, Herman Mario. Datos para una ficha. Ariel Dorfman. *crisis*, Buenos Aires, n. 9, enero, 1974, p. 64.

<sup>461</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 17. Grifos nossos

a reagir como resultado de uma crise inocultável do sistema”.<sup>462</sup> Em uma concepção relativamente teleológica da história, as *Ediciones de Crisis* representavam o processo revolucionário como algo fadado ao sucesso, atribuía-lhe um caráter de irresistibilidade, uma vez colocado em movimento o motor da história não poderia ser parado, uma vez que, para os colaboradores, “ninguém esmaga um povo revolucionário”.<sup>463</sup> A crise e a filosofia da história, como bem percebido por Koselleck, revelavam-se fenômenos complementares, intimamente conectados, a incerteza da crise se identificava com a certeza das utopias das filosofias da história praticadas pela sociedade burguesa e, neste caso, pela intelectualidade revolucionária.<sup>464</sup>

A irresistibilidade do processo revolucionário evitou que o revisionismo de esquerda se prendesse ao passado como os seus antecessores. Esses revisionismos partilhavam uma sensibilidade romântica do tempo em que viviam, como a experiência de perda, alienação e melancolia de um país que não conseguia atingir o seu destino, uma inquietude e o “estado de perpétuo vir a ser” comum aos romantismos ao longo da história.<sup>465</sup> Havia também um certo desenraizamento do tempo presente conjugado com a crítica à modernidade capitalista, mas ele se manifestava de formas diferentes: os românticos reacionários e fascistas valiam-se do passado para criticar o presente em defesa da manutenção dos antigos privilégios e valores, já o *romantismo revolucionário* apostava em um futuro radicalmente novo, criticava a opressão do passado e do presente, recorria às rupturas revolucionárias e reviravoltas profundas com o intuito de realizar sua utopia libertadora.<sup>466</sup> O peronista revolucionário John William Cooke fez tal distinção ao propor um investigação sobre o passado que servisse aos homens em suas lutas como contraponto ao saudosismo que pregava o retorno aos dias de glória. O olhar retrospectivo e a experiência pretérita dos homens tinham o seu valor, “mas não para refugiar-se no

---

<sup>462</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 42.

<sup>463</sup> Misión Gelbard. El fin del cerco: diálogo de los periodistas argentinos con Fidel Castro. *crisis*, Buenos Aires, n. 14, junio, 1974, p. 6.

<sup>464</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 158.

<sup>465</sup> LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancholia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 45.

<sup>466</sup> LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancholia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 102-103.

Hayden White possui uma posição semelhante, para o autor as ideologias *radicais* veem o estado utópico como iminente e buscam meios revolucionários para realizar essa utopia no *agora*. Esse interesse na probabilidade de mudança explicaria as suas preocupações em oferecer uma justificativa histórica para o programa político. Cf.: WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 39-40.

passado ou para trazê-lo ao presente mediante um movimento do pensamento: isso não é reviver o passado, mas congelar-se nele, transformar-se em passado. Ninguém tem a capacidade de anular o tempo: só existe a possibilidade de se anular para o futuro”.<sup>467</sup>

Essa relação com o passado e o imaginário utópico que o define possuem efeitos imediatos na própria investigação e escrita histórica. Alguns aspectos do revisionismo conservador foram mantidos, como o olhar para a política e para os caudilhos, os grandes homens à frente dos conflitos armados e pela elaboração da política institucional no século XIX. O projeto editorial de *crisis* continuou a privilegiar o caudilhismo como experiência fundacional da verdadeira identidade nacional argentina, ainda que as lideranças do interior fossem privilegiadas em detrimento daquelas da capital federal. Entretanto, a crise propiciava uma revisão dos objetos e recortes, o horizonte otimista da ruptura permitia uma nova perspectiva sobre temas já consagrados e guiava a leitura do passado para assuntos menos prestigiados pelo revisionismo antigo.

Em primeiro lugar, o revisionismo presente nas *Ediciones de Crisis* dirigiu a sua atenção para focos de ruptura. Na América Latina, a então recente Revolução Peruana e a Revolução Cubana ganharam contornos disruptivos, momentos de inflexão histórica, “a crise do neocolonialismo, cuja viabilidade – a alternativa socialista – maturou para esses povos com a reviravolta em Cuba”.<sup>468</sup> Na Europa, o projeto editorial apostava na experiência portuguesa e na Revolução dos Cravos como início de uma mudança que soava como inevitável. Já para a história argentina, embora fosse encarada de maneira linear, uma nação que marchava para a sua plenitude, o projeto editorial escolheu momentos e processos de suposta inflexão histórica para construir a sua narrativa. O yrigoyenismo e a luta pela ampliação da participação democrática, experiências vilipendiadas pelos reacionários, foram percebidos como rupturas potenciais com o *status quo* oligárquico dos primórdios da república e o peronismo foi tratado como um processo revolucionário inacabado, embora sempre vigente. A Argentina moderna era um tema novo para o revisionismo sessentista e setentista, as mudanças ocorridas no século XX, como a expansão da cidadania e a inserção das massas na política nacional, assustavam alguns dos revisionistas conservadores, que preferiam focar a sua análise nos séculos anteriores, mas esses processos possuíam o apreço das gerações mais novas.

---

<sup>467</sup> COOKE, John William. *Cooke*. Ediciones de Crisis: Buenos Aires, 1974, p. 11.

<sup>468</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 9.

O caudilhismo ganharia também espaço no rol dos processos disruptivos, o fenômeno não mais era interpretado apenas como salvaguarda da identidade nacional ameaçada, mas como uma continuação das lutas de independência, um combate pela libertação nacional de todo e qualquer jugo estrangeiro. Essa continuidade histórica era definida por Guillermo Gutiérrez como “um nexos que se prolonga desde as nossas origens, identificado as massas despossuídas não apenas por sua condição comum, em sua enorme maioria, de assalariados, de assalariados, mas também por sua organização em diversas formas de movimento nacional: montoneras, yrigoyenismo, peronismo”.<sup>469</sup>

A definição de Gutiérrez sugere ainda uma revisão dos atores históricos envolvidos no processo, segundo elemento constituinte do olhar para o passado fundamentado em um horizonte de expectativa que sonhava com a revolução. Os grandes homens mantiveram a sua predominância nas narrativas de **crisis**, mas a irrupção do peronismo na cena nacional e a aberta filiação às esquerdas colocaram as *massas* em evidência na escrita histórica. A agência deslocou-se de um punhado de homens esclarecidos para os *gauchos* e operários genericamente definidos como *povo*, categoria amplamente utilizada, que se tornaram o motor do processo revolucionário. Nesse sentido, algumas produções do projeto editorial trataram da classe trabalhadora argentina ou de expressões da cultura popular, como o tango ou o *lunfardo*. Essa aproximação com as massas e o sincero desejo de entender e valorizar as suas práticas, tomadas como a base sobre a qual a cultura nacional revolucionária seria construída, levou ao afastamento da perspectiva aristocrática sobre os indivíduos dignos de serem estudados pela história. Em certas circunstâncias, essa “história de baixo” levou à tentativa de permitir que esses atores fossem artífices de suas próprias histórias, que elaborassem as suas próprias narrativas de passado.

O terceiro diz respeito ao recorte geográfico no qual a história se desenrolava. Em âmbito nacional houve uma interiorização do quadro escolhido, enquanto os revisionistas das décadas de 1930 e 1940 focavam as suas análises sobretudo a partir de Buenos Aires os seus pares posteriores deslocaram-se para as províncias do centro-norte argentino, como Córdoba, Santiago del Estero e Tucumán. O recorte servia para a construção de pares opostos, *província x porto*, algo explorado desde o começo do século, porém reelaborado pela esquerda que atribuía à Buenos Aires o papel de enclave do capitalismo

---

<sup>469</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional: su conformación histórica. Cuadernos de Crisis* 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 6.

imperialista. Fundamentada na Teoria da Dependência a esquerda revolucionária integrava a América Latina à história do desenvolvimento do capitalismo global e tentava compreender as realidades nacionais a partir de sua relação de exploração com as metrópoles coloniais e, posteriormente, com as potências imperialistas.

O revisionismo presente em **crisis** buscou superar as limitações da história nacional ao incorporar a Argentina aos processos latino-americanos, como o fizera a revisão uruguaia de finais dos anos 1950 sobre a viabilidade nacional como resposta à crise do Estado batllista.<sup>470</sup> O desenvolvimento histórico do país faria parte de uma fragmentação da integridade do continente devido ao ardid da diplomacia imperialista inglesa: a constante referência ao termo *balcanização* supunha a implosão de uma unidade antes garantida pela metrópole com o intuito de enfraquecer os recém-nascidos países e impedir a sua plena libertação e soberania.

Isso implicou um direcionamento do quadro de ação para o chamado Terceiro Mundo. As lutas de libertação nacional na Ásia e África, a radicalização da Revolução Cubana, a ascensão das guerrilhas latino-americanas e a resiliência vietnamita frente ao poderio estadunidense o protagonismo da luta revolucionária para os países terceiro-mundistas, intelectuais e militantes ao redor do mundo foram convencidos e convenceram que a *história* acontecia no Terceiro-Mundo, os povos colonizados moviam a engrenagem que culminaria na libertação do gênero humano. As esquerdas europeias acompanhavam o movimento, cientes da estagnação da revolução em seu continente e da capacidade de cooptação do capitalismo a partir do Estado de Bem Estar Social: os símbolos carregados pela juventude rebelde de 1968 eram Che Guevara, Fidel Castro, Mao Zedong e Ho Chi Min.<sup>471</sup> Na Itália de finais dos anos 1960 e princípios da década de 1970 as Brigadas Vermelhas inspiravam-se abertamente na guerrilha urbana *tupamara*.<sup>472</sup> Passou-se de

---

<sup>470</sup> ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016, p. 95.

<sup>471</sup> MARCHESI, Aldo. *Hacer la revolución. Guerrillas latinoamericanas, de los años sesenta a la caída del Muro*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019, loc. 137-148 (Edição Kindle).

<sup>472</sup> REY TRISTÁN, Eduardo; GRACIA SANTOS, Guillermo. The role of the left-wing editors on the diffusion of the New Left wave: the case of Giangiacomo Feltrinelli. In.: MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto; REY TRISTÁN, Eduardo (orgs.). *Revolutionary violence and the New Left: transnational perspectives*. New York: Routledge, 2017, p. 89-109 e AZCONA, José Manuel; RE; Matteo. Elementos identitarios de la violencia política internacional: análisis comparado de los Tupamaros y de las Brigadas Rojas (1963-1980). *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 39, n.1, jan./jun. 2013, p. 157-175. Domenico Losurdo matiza o fascínio e o apoio da intelectualidade europeia às lutas anticoloniais, sobretudo na África e Ásia. Cf.: LOSURDO, Domenico. *Marxismo Ocidental e revolução anticolonial: um encontro malogrado*. In.: LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 69-118.

uma convicção sobre a ação humana eurocêntrica, ocidentalista ou norte-atlântica para uma mais policêntrica e, sobretudo, periférica.<sup>473</sup> Nas *Ediciones de Crisis*, essa percepção materializou-se em uma história que conjugava aspectos nacionais e transnacionais mediados pelo latino-americanismo de longa data nas culturas-intelectuais do continente, potencializado pelas redes cubanas.

Por fim, a história não era apenas um produto extremamente vendável, mas também um instrumento político, o passado para os revolucionários românticos servia como uma arma na luta pelo futuro.<sup>474</sup> A consciência de uma crise generalizada permitia um questionamento sobre o próprio passado, todo o projeto de *revisão* pautava-se nessa premissa, ao mesmo tempo em que a história era chamada para conjurar essa crise do presente. A história deveria fornecer chaves de interpretação para a utopia quase palpável, mas que exigia a ação humana para concretizar-se. A narrativa histórica possuía, portanto, um papel central no processo de construção de hegemonia no projeto editorial, que apostava nas narrativas sobre o passado como iniciativa cultural para a transformação do presente.

### 3.3 – Políticas da história e usos do passado entre as esquerdas argentinas

Diagnosticada a *crise*, suas raízes e as possibilidades de superá-la caberia atuar, o imperativo de engajamento da cultura intelectual de esquerda dos anos 1960 e 1970 pressionava os colaboradores do projeto editorial a darem alguma resposta aos dilemas de seu tempo, não havia espaço moralmente aceito para a resignação. Enquanto parte dos grupos radicalizados encontrava na militância e na luta armada as suas opções para lidar com uma situação que lhes parecia crítica, as *Ediciones de Crisis* escolheram o campo da cultura como forma de contribuir para a resolução do impasse. Seu primeiro livro publicado, *La cultura en la encrucijada nacional*, de Ernesto Sabato, já indicava a preocupação dos editores, exposta em uma nota inicial:

O país enfrenta grandes problemas de reconstrução e libertação. Um desses problemas é o da cultura, que no seu sentido mais amplo abarca desde a escola primária até a formação de técnicos, desde os meios massivos como a televisão e o rádio até a cultura superior que encarnam os grandes artistas e escritores. Possuímos o propósito de contribuir com o esclarecimento dessa árdua temática com os textos de alguns

<sup>473</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 46.

<sup>474</sup> LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 46-47.

intelectuais que meditaram por longos anos movidos por essa mesma preocupação.<sup>475</sup>

O engajamento intelectual e, por extensão, a arte engajada ou comprometida foram temas centrais, como já assinalado, e tiveram importante função na autorrepresentação que os colaboradores elaboraram para si. A produção cultural deveria atender as demandas do presente e os anseios de transformação atribuídos à consciência popular, ainda que, como vimos, não necessariamente precisasse sujeitar-se à tarefa política imediata e aos dogmatismos muitas vezes impostos pelas organizações partidárias ou estatais, a normatização acerca da atividade intelectual ainda conservava certa pluralidade.

O conhecimento histórico seria mobilizado da mesma maneira. A história, enquanto operação intelectual, forma de interpretar e representar o passado e gênero discursivo, era parte central do projeto editorial nas disputas pela hegemonia cultural e na formação de um público combativo, elementos fundamentais para a transformação radical da História, a realidade concreta. Ademais, a história era chamada para a resolução da crise, para a superação do momento de inflexão em que vivia a sociedade, dada a sua competência para questionar e desnaturalizar, valorizar experiências derrotadas no passado e apontar para as possibilidades anteriores que poderiam ser reaproveitadas no presente.

A enquete publicada pelo oitavo número de **crisis** sobre o ensino de história reforçava essas expectativas sobre o potencial transformador da história. O texto, como visto, indicava o interesse em participar de debates que, segundo os editores, “transcendem o campo historiográfico [...] sobretudo nos países do Terceiro Mundo, onde até a consciência histórica é objeto de pressão”.<sup>476</sup> Os indivíduos consultados para sanar o questionamento da revista (ensina-se na Argentina a história real do país?) e as respostas obtidas são aspectos tão reveladores quanto a própria pergunta.

Os indivíduos consultados incluíam historiadores renomados como José Luís Romero, Ana Lía Pairó, Félix Luna, Fermín Chávez, Jorge Abelardo Ramos, Osvaldo

---

<sup>475</sup> SABATO, Ernesto. *La cultura en la encrucijada nacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p.8. A nota, elaborada após a polémica entre Sabato, Galeano e Vogelius terminava com uma esclarecedora passagem que confirmava os atritos e desavenças, “seleccionamos textos retirados de livros, reportagens e artigos de jornais. Com a aprovação, naturalmente, do autor”.

<sup>476</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p.3. O número anterior de **crisis** possuía uma pequena apresentação do livro *El proceso de Rosas y la confiscacion de sus bienes* na qual a obra era descrita como “Estudo sobre uma possível reabilitação da memória de Rosas”. **crisis**, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p. 67.

Bayer, José María Rosa, Julio Irazusta e Rodolfo Puiggrós, formados profissionalmente em história ou que dedicaram um importante parte de suas trajetórias intelectuais à reflexão e escrita histórica. Uma grande parte deles possuía vínculos estreitos com os revisionismos históricos (Chávez, Puiggrós, Irazusta e Rosa) ou eram críticos à historiografia dita liberal, caso do anarquista Osvaldo Bayer. A escolha dos entrevistados e a concessão de maior espaço aos nacionalistas e revisionistas reforça o interesse das *Ediciones de Crisis* em se aproximar dos enunciados e imaginários dessas vertentes.

As respostas foram as mais variadas possíveis: em um extremo – e menos presente - ela era sim, se ensinava bem a história nacional, no outro estava a resposta mais comum, não, a história ensinada não condizia com uma história verdadeira do país, era uma farsa e um produto ideológico para a manutenção da dependência estrangeira. Em geral, as argumentações não se debruçavam sobre o ensino de história em si, mas sobre a própria função da história na sociedade e as formas de representá-la. De certa maneira, a pesquisa de opinião inaugurava aquilo que viria a ser o cerne do projeto editorial de **crisis**, delineado a partir da fórmula *revisão (histórica) e revolução*.

O fato de as respostas dadas à enquete acerca da qualidade do ensino de história na Argentina versarem sobretudo sobre a sua importância para o futuro do país é significativo e aponta para as exigências de comprometimento da narrativa histórica com as demandas contemporâneas. Nela Rodolfo Puiggrós reforçava a necessidade de “formar as novas gerações em um conhecimento cabal das lutas do passado, que são as que impulsionaram e mantêm vivo o espírito de luta que hoje se manifesta na juventude argentina. A história é indispensável para o político de nossos dias. Um político que não conhece a história de seu país é simplesmente um politiquero de comitê”.<sup>477</sup>

Grosso modo, houve o reconhecimento de que a história, não apenas o seu ensino, exercia fins políticos, a sua escrita poderia contribuir para a construção da hegemonia das elites, “instrumentalizada desde fins do século XIX como fator de dominação social e opressão imperialista”, como argumentado por Ana Lía Pairó, ou para a libertação nacional, tal qual representado por Fermín Chávez, um “instrumento cultural de descolonização”.<sup>478</sup> O caráter *instrumental* da história estava diretamente conectado aos usos políticos do passado, a sua narrativa representava interesses escusos ou legítimos de

<sup>477</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 15.

<sup>478</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 12 e 4.

grupos sociais distintos, possuíam implicações éticas e, no limite, eram inseparáveis das lutas pelo poder. As *Ediciones de Crisis* admitiam a submissão da história à política e se dispunha a utilizá-la em seu próprio projeto cultural.

O reconhecimento de um caráter intrinsecamente político das narrativas sobre o passado remonta, no caso argentino, ao surgimento da historiografia nacional e sua institucionalização. As elites letradas de finais do século XIX organizaram a escrita da história a partir do objetivo de construção de uma identidade nacional, ao passo que os historiadores do princípio do século XX elaboraram as suas obras para integrar a multidão de imigrantes que chegava ao país como parte de seu projeto de modernização.

Os nacionalistas atribuíram à história o mesmo valor político daqueles que opunham. Como vimos, os grupos conservadores e reacionários recorriam ao passado para criticar a construção do Estado liberal argentino, a sua busca pela herança hispânica e a valorização da experiência rosista serviam como argumentos para a construção de uma identidade nacional antimoderna que legitimava projetos políticos autoritários, hierárquicos, xenófobos e excludentes. Para combater a perda e alienação de um país que se transformava rapidamente esses grupos voltavam o seu olhar para o passado e sonhavam com uma realidade que há muito deixara de existir, a história servia como inspiração.

O revisionismo histórico, uma das expressões culturais mais notáveis desses indivíduos e uma das formas mais evidentes de suas relações entre passado e presente, tal como anterior assinalado, tinha em seu cerne a acusação de uma suposta manipulação do passado pelas elites políticas nacionais para defender a sua entrega do país aos estrangeiros. Pautados em uma visão maniqueísta do funcionamento do mundo, esses homens apontavam para uma vasta conspiração antinacional que tinha como base a produção de discursos históricos e os processos de memorialização a eles relacionados.

Os revisionistas, portanto, politizavam a história – não tinham eles chegado à história por meio da política? - primeiramente por meio da denúncia. Em 1943 José María Rosa, revisionista de complexa trajetória que logo aderiria ao peronismo, já apontava para a existência de um outro passado argentino ignorado, uma história de patriotas valorosos

ocultada pela história liberal ocupada em “apedrejar esses homens com epítetos depreciativos para melhor cumprir o seu dever”.<sup>479</sup>

A fórmula usada por Rosa, repetida como mantra pelos revisionistas, havia sido popularizada por Ernesto Palacio no já mencionado texto de 1939, *La Historia Falsificada*. Publicado na revista do Instituto Rosas o seu texto questionava a chamada história oficial, desinteressante e inútil para fomentar o patriotismo que tornaria a nação grande. Para Palacio, esse elemento não constituía uma grave falha dessa historiografia, um erro de interpretação, tratava-se de má-intenção, de um malfeito deliberado cuidadosamente manufaturado pelo grupo vencedor de Caseros. Os liberais *falsificaram* os fatos e a história para impor ideais estrangeiros, sobretudo o progresso, e deturpar valores morais, políticos e o próprio sentido do destino nacional. No fim, Palacio não via a questão como uma querela historiográfica, mas política, essa narrativa serviria para justificar a ação das oligarquias dominantes, do partido da *civilização*.<sup>480</sup>

A tese da falsificação intencional da história com objetivos políticos logo disseminou-se e foi incorporada no vocabulário político e repertório intelectual daqueles que se opunham ao liberalismo. No final da década de 1950 Arturo Jauretche atualizou a polêmica e permitiu que as esquerdas se apropriassem de uma referência menos associada ao nacionalismo conservador. Em *Política Nacional y Revisionismo Histórico*, publicado originalmente em dezembro de 1959, Jauretche dissertou sobre um complô entre vários atores sociais para impedir que os argentinos concebessem e realizassem uma política nacional, uma trama voltada para que “ignoremos como se constrói uma nação e como se dificulta a sua formação autêntica, para que ignoremos como conduzi-la, como se constrói uma política com fins nacionais”.<sup>481</sup> Jauretche argumentou, como Palacio, que a história cumpria um papel fundamental, ela possuía um potencial conscientizador que permitiria a construção de uma nação plena, mas fora deliberadamente falsificada pelos liberais e a sua deformação evitava o cumprimento do devir natural da Argentina.

---

<sup>479</sup> ROSA, José María apud GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 83.

<sup>480</sup> PALACIO, Ernesto. *La Historia Falsificada*. *Revista del Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*, Buenos Aires, año 1, n. 1, enero, 1939. **crisis** publicou parte do artigo em seu antepenúltimo número. O texto presente na revista do Instituto Rosas logo seria expandido e publicado em um livro naquele mesmo ano de 1939, lançado pela editora *Difusión*. Em 1960 a editora de Arturo Peña Lillo relançaria a obra em meio às reapropriações do revisionismo.

<sup>481</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 14-15. O texto em questão também integrava um livro homônimo publicado por Arturo Peña Lillo, editora engajada na publicação e difusão do revisionismo histórico.

As hipóteses de Jauretche e Palacio se aproximavam, ambos reconheciam o caráter político e instrumental da escrita da história. O vocabulário utilizado e alguns posicionamentos também eram compartilhados, os dois autores valiam-se de termos como *deformação* e *desfiguração* para representar a perturbação de um ser homogêneo, natural e uno, a Nação. Entretanto, diferentemente dos conservadores, Jauretche não tornava a Argentina prisioneira do passado, a função da história não era fornecer experiências cristalizadas de uma nação idealizada nas estâncias aristocráticas, mas sim proporcionar os dados da realidade e a aptidão técnica para a construção de um país soberano. O olhar que o antigo membro da *FORJA* lançava sobre o passado estava voltado, na verdade, para o futuro.

A acusação elaborada por Jauretche era mais ampla e refinada que a de Palacio, embora ambas mobilizassem a representação de uma conspiração onipresente. Para o autor essa falsificação superava a escrita histórica e atingia toda a produção cultural. Jauretche não acreditava no potencial da historiografia para organizar uma iniciativa de tal magnitude ou reprimir totalmente os discursos dissidentes, afinal a existência do revisionismo era a prova cabal de que a resistência era possível. A história oficial só se sustentava devido às suas íntimas relações com o poder.<sup>482</sup>

Para que essa falsificação triunfasse foi necessário aquilo que o escritor classificou como uma *política da história*, uma sistematização de narrativas sem contradições perfeitamente dirigidas para impedir o conhecimento sobre a verdade do passado nacional.<sup>483</sup> Transmitida através de gerações, a desfiguração da história inaugurada pelos vencedores de Caseros era replicada nos livros, na televisão, nas estátuas, museus, praças e nomes de ruas. A política da história era um instrumento de planos mais vastos destinados a impedir que a história, a história *verdadeira*, contribuísse para a formação de uma consciência nacional. A tese era um dos pilares do que posteriormente Jauretche descreveu como uma colonização pedagógica do pensamento argentino. Em 1973, em entrevista concedida à revista **crisis**, o ensaísta reforçava que essa constatação o levava à “necessidade de aprofundar no revisionismo histórico para encontrar as bases da defraudação da qual o país havia sido vítima. Não somente em seus bens materiais, em

---

<sup>482</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 74.

<sup>483</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 15-16.

sua condução internacional, em sua condução política, mas fundamentalmente na condução de seu pensamento”.<sup>484</sup>

O revisionismo histórico deveria combater essa *política da história*, “acabar com a visão de passado imposta a partir de Caseros” por meio do estabelecimento de uma história verdadeira. Para Jauretche, a real tarefa de *revisão* estaria no estabelecimento da interpretação correta do processo histórico nacional. Os falsificadores, de maneira programática ou por força de uma tradição a eles transmitida, pecavam em suas interpretações por submeter o seu método a um plano pré-concebido, à crença de que a história caminhava a partir das linhas mestras da “civilização e progresso” e da “liberdade e democracia”, obedecendo uma força maior do “único Verdadeiro Deus, esse deus pregado pelos apóstolos do livre-comércio”.<sup>485</sup>

Entretanto, a empreitada não poderia se restringir à destruição da história falsificada, mas deveria se afastar de posturas negativas e adotar um caráter propositivo, ir além da denúncia. Revisar a história, afirmou o ensaísta, consistia em observá-la com olhos argentinos, era necessário superar a antinomia civilização *versus* barbárie. Os historiadores deveriam recuperar os valores e processos corretos, ligados à construção da política nacional, e compreendê-los dentro desse marco. A *sociologia do estanho* de Jauretche desprezava o conhecimento acadêmico e era cética em relação à metodologia científica, o significado dos dados e as suas derivações sempre estariam sujeitas à subjetividade e posicionamento político do intérprete. A sua própria sociologia, em aberta polêmica com a sociologia da modernização, prezava o saber interpretativo do ensaísta cujas bases estariam na própria experiência.<sup>486</sup> A história defendida por Jauretche deveria incorporar as “verdades comuns” do cotidiano argentino sem, entretanto, recair nos perigos do revisionismo que o precedia, a saber, “criar outros santos de cera e outros diabos, [...] uma simples revalorização de anedotas e homens”.<sup>487</sup> Diferentemente do nacionalismo aristocrático com o qual dialogava, Jauretche preocupou-se mais com os

---

<sup>484</sup> JAURETCHE, Arturo. Civilización o barbarie. *crisis*, Buenos Aires, n. 05, septiembre, 1973, p. 04.

<sup>485</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 39.

<sup>486</sup> SAÍTTA Sylvia. Modos de pensar lo social. Ensayo y sociedade en la Argentina (1930-1965). In.: NEIBURG, Fererico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 121.

<sup>487</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 74-75.

valores do homem comum argentino, o *popular* era o termo buscado, os caudilhos do federalismo oitocentista acabaram por ser formas de expressão política das massas.

A verdade histórica, portanto, como contraponto à falsificação liberal, estava submetida à política e à tarefa de construção de uma nação soberana, maleável de acordo com as posições ético-políticas do enunciador, mas sempre evocada de maneira inequívoca, representada como se fosse clara, objetiva e evidente. O método e a prova eram secundários, a política nacional era a prioridade. A história enquanto disciplina só possuía valor se contribuísse para essa nobre missão, a polêmica historiográfica e a disputa acadêmica pelo campo não importavam, afinal “não é um problema de historiografia, mas de política”.<sup>488</sup>

A politização da história efetuada pelas *Ediciones de Crisis* encontrava-se nessa mescla dos enunciados do revisionismo conservador e de sua versão *popular* que acabaria por dar o tom da reapropriação efetuada pelas esquerdas revolucionárias. Palacio e os seus pares do nacionalismo aristocrático mereciam a consideração “que devem receber os verdadeiros precursores” por terem colocado “de pernas para o ar a mistificação historiográfica”, possibilitando que novos escritores nacionalistas recuperassem elementos positivos de uma geração anterior.<sup>489</sup> Jauretche, como vimos, era abertamente admirado pelos membros do projeto editorial, sobretudo Aníbal Ford, e digno de uma positividade maior. A sua concepção de revisionismo e de atribuição política à história foi compartilhada ou replicada por alguns colaboradores e acabaria por tornar-se hegemônica no projeto editorial. Ford não media os elogios ao ensaísta na ocasião de sua morte e a sua interpretação da história nacional era particularmente apreciada por não distorcer a compreensão do país, uma vez que “deixou que da realidade emergissem as categorias de análise, coisa nada fácil em um país onde a colonização pedagógica – que desmontou magistralmente, *assentando as bases do revisionismo histórico-cultural* – confundiu gerações de intelectuais”.<sup>490</sup> A sua capacidade de recuperar o elemento comum do nacional e de avaliar a pátria por aquilo que supostamente lhe era próprio, ou seja, o seu nacionalismo metodológico, torná-lo-iam “um dos teóricos fortes da Pátria Grande”.<sup>491</sup>

---

<sup>488</sup> JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006, p. 16.

<sup>489</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. Ernesto Palacio: la historia como algo vital. *crisis*, Buenos Aires, n. 38, mayo-junio, 1976, p. 41.

<sup>490</sup> FORD, Aníbal. Don Arturo Jauretche. *crisis*, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 71. Grifos nossos.

<sup>491</sup> FORD, Aníbal. Don Arturo Jauretche. *crisis*, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 71.

Ainda que as *Ediciones de Crisis* apresentassem uma pluralidade entre os seus colaboradores, uma heterogeneidade que dificulta a padronização das representações do passado, a adesão à denúncia da falsificação e a proposta de uma interpretação a partir de cânones nacionais delinearão um projeto comum de passado instrumentalizado que servia para a construção de uma hegemonia no campo cultural. A história, mais do que um gênero de escrita ou uma disciplina, era uma arma na luta política e uma peça nas pelepas pelo poder. Os colaboradores assumiam que a história era escrita pelos vencedores e em um momento em que as estruturas da atual sociedade pareciam fraquejar eles estavam dispostos a reescrevê-la ou contribuir para a difusão de uma narrativa que contribuísse para essa transformação radical almejada.

O projeto repetia à exaustão a existência de uma política da história<sup>492</sup>, bem como acusação aos liberais e sua historiografia, supostamente “empenhados em justificar seus propósitos antinacionais e antipopulares em um grosseira falsificação da verdade histórica”.<sup>493</sup> A figura do caudilho, idealizado como líder popular, foi o principal alvo daquilo que era considerado como uma vil iniciativa, condenada pelos tribunais da “historiografia oficial” que o apresentava como “um obscuro Anticristo Selvagem e ignorante” para “amparar uma generalizada ignorância histórica”.<sup>494</sup> Sarmiento, ao lado de Mitre, era o principal artífice dessa falsificação, pai da “história oficial subvencionada” que detratara os grandes heróis nacionais.<sup>495</sup>

Um olhar sobre a organização do relato nos *Cuadernos* referenciados – sobre Rosas, Quiroga, Ibarra e *El Chacho* Peñaloza - evidencia a estratégia adotada: as monografias começam com o reconhecimento de uma longa tradição de falsificação histórica e a desqualificação do relato liberal logo em suas primeiras páginas e passavam para uma proposição de nova interpretação. Como veremos nos próximos capítulos, houve uma tentativa de reabilitação dos caudilhos, “zelosos defensores da soberania nacional” vilipendiados pela falsificação, uma iniciativa para salvá-los das “calúnias anti-

---

<sup>492</sup> ZITO LEMA, Vicente. Rosas, el destierro del caudillo (1852-1975). *crisis*, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p.33.

<sup>493</sup> RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga. Cuadernos de Crisis* 8. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p.5.

<sup>494</sup> ALLEN LASCANO, Luis C. *Ibarra. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis* 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 6.

<sup>495</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 4-5.

históricas” dos liberais.<sup>496</sup> As monografias seguiam então com narrativas encadeadas de maneira a exaltar a atuação dos líderes do federalismo e terminavam com a tentativa de estabelecer um novo sentido para a sua presença na história argentina, positivá-los na cultura histórica nacional e torná-los figuras passíveis de serem cultuadas e de gerar inspiração entre os contemporâneos, uma vez compreendidos em suas “justas dimensões”.<sup>497</sup>

Ao lado desse elogio aos heróis oitocentistas estavam as tentativas de elaborar narrativas de passado protagonizadas pelos próprios atores que as *Ediciones de Crisis* desejam defender ou representar, o povo e a classe operária. Ainda que em menor escala em termos de presença no projeto editorial essa perspectiva também derivava da iniciativa de recuperação das raízes nacionais, da identidade argentina e dos valores dos homens comuns, pautada sobretudo no vasto uso da categoria *nacional-popular*, incorporada ao vocabulário da intelectualidade de esquerda que tentava situar-se melhor em movimentos de massas como o peronismo. Não tardou para que essas vozes, proscritas do relato histórico, fossem incorporadas às memórias coletivas e empoderadas para elaborarem os seus próprios projetos de poder. Fazê-lo permitiria estabelecer um contraponto à “história escrita por aqueles burocratas da coroa e por teólogos-etnólogos-evangelizadores” que se reduzia à “história dos preconceitos ocidentais”.<sup>498</sup>

Articulador de um revisionismo que se constituiu às margens da universidade e difusor de certas posições anti-intelectuais, o projeto editorial não se preocupava majoritariamente com a história enquanto disciplina acadêmica, havia mesmo um desprezo pela produção especializada que se voltava para os seus pares, tratados como “bizantinos da historiografia”.<sup>499</sup> Um pequeno perfil de Norberto Galasso feito por **crisis** evidenciava a inspiração de um livro do autor sobre Manuel Ugarte, “que para além de uma pesquisa histórica a origem do meu livro *não é o passado, mas o futuro*”.<sup>500</sup> As *Ediciones de Crisis* assumiam abertamente a instrumentalização da historiografia e a sua

---

<sup>496</sup>NÚÑEZ, Marcelo. *Bustos*. El caudillo olvidado. *Cuadernos de Crisis* 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 10 e ALEN LASCANO, Luis C. *Ibarra*. Un caudillo norteño. *Cuadernos de Crisis* 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 20.

<sup>497</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñalosa – El Chacho*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 76.

<sup>498</sup> ROA BASTOS, Augusto. Un pueblo que canta su muerte. **crisis**, Buenos Aires, n. 04, agosto, 1973, p. 5-6.

<sup>499</sup> MEJÍA-DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 91.

<sup>500</sup> CUEVA, Herman Mario. Datos para una ficha. Norberto Galasso. **crisis**, Buenos Aires, n. 17, septiembre, 1974, p. 80. Grifos nossos.

utilidade para o presente, mesmo a verdade histórica estaria submetida à tarefa política, “uma história que surja de nossas lutas e de nossas possibilidades”.<sup>501</sup> Na enquete que abria o oitavo volume da revista Ana Lía Payró sintetizou o que, com ressalvas, seria o posicionamento geral, já mencionado na introdução:

Neste lento, mas inexorável processo de formação da consciência nacional resulta cada vez mais incontroverso que a história é uma *arma política* e assim a tomamos, já que, então, *a única verdade histórica que aceitamos é aquela determinada pelas lutas das massas pela libertação nacional e social*.<sup>502</sup>

Visto o caráter instrumental da história elaborada por **crisis** é chamativo recuperar o conceito de *passado prático* tal qual apropriado por Hayden White. O *passado histórico*, aquele construído pelos historiadores a partir de um gênero discursivo próprio, com regras próprias estabelecidas e reconhecidas por profissionais acadêmicos modernos, seria distinto do *passado prático*, elaborado por grupos e instituições externas ao campo historiográfico, ou seja, um passado articulado por não-especialistas de forma a contribuir para que façam avaliações sobre o seu presente, construam as suas próprias identidades e tomem decisões em sua vida cotidiana.<sup>503</sup> A obra de White mobilizou produções externas à historiografia, como a literatura e o cinema, para refletir sobre as representações do passado e as diferentes formas de conferir sentido, mas as suas hipóteses são perfeitamente aplicáveis à projetos massivos de produção de conhecimento histórico que funcionavam nos interstícios da academia, produzido por historiadores profissionais, reconhecidos pelos seus pares, mas que elaboraram narrativas com fórmulas, métodos e opções estéticas que fugiam aos cânones historiográficos e que eventualmente não podiam ser classificadas como *história* como disciplina ou mesmo gênero discursivo.

Nas *Ediciones de Crisis* as mobilizações do passado para fins práticos envolviam sobretudo as intervenções praticadas na revista, como os artigos que utilizavam pequenas reflexões sobre o passado, a seleção de fragmentos de documentos em seções como *Carnet*, a publicação de serigrafias e fac-símiles de documentos históricos, e nos livros,

<sup>501</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 15.

<sup>502</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 08, diciembre, 1973, p. 12. Grifos nossos.

<sup>503</sup> WHITE, Hayden. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. XIII-XIV.

AVILA, A. L.. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, v. 18, 2018, p. 35-49.

Sobre as críticas da apropriação que Hayden White fez da obra de Oakeshott, conferir: LORENZ, Chris. It takes three to tango. History between the “practical” and the ‘historical’ past. *Storia della Storiografia/ Geschichte der Geschichtsschreibung*, 65, 1/2014. 29-46, Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/chris\\_lorenz/tango.pdf](http://www.culturahistorica.es/chris_lorenz/tango.pdf). Acesso em: 03/05/2017.

sobretudo a partir da publicação de três romances históricos, *Sota de Bastos Caballo de Espadas*, de Héctor Tizón, *Los Aprendices*, de Carlos Zabaleta, e *General General*, de Lincoln Silva. Essas obras, como veremos, acabavam por criar representações sobre o passado que fugiam às disciplinarizações impostas pelo conhecimento histórico acadêmico. Os *Cuadernos de Crisis*, por fim, situavam-se na complexa fronteira entre o saber produzido nas universidades e aquele que divulgado para o grande público, uma vez que se tratavam, muitas vezes, de obras especializadas deliberadamente reduzidas e simplificadas para atenderem as demandas de um formato de publicação menor, mais barato e com maior circulação. Aprofundaremos neste assunto no próximo capítulo. De toda maneira, essas formas de intervenção acabaram por constituir formas alternativas de conferir sentido ao passado.

O debate incluía dois aspectos centrais, o que a história *era*, elemento importante mobilizado pelo argumento da falsificação e pilar do questionamento da história escrita até então, e o que a história *deveria ser*, não apenas uma operação intelectual destinada a representar o passado de maneira desinteressada, mas uma forma de intervenção que narrasse e contribuísse para o cumprimento do destino nacional e para a libertação idealizada por vários grupos de esquerda. Com poucas exceções, o projeto editorial assumia essa atitude dupla que entendia história como escrita e análise crítica capaz de mobilizar a consciência individual e coletiva para questionar as estruturas de poder, mas que caminhava paralelamente a uma concepção de um projeto político – múltiplo e não delineado de forma clara - ao qual a história deveria servir.<sup>504</sup> Embora vários colaboradores não assumissem tal posição em suas carreiras profissionais e acadêmicas paralelas ao projeto editorial, esse meio de divulgação massivo e heterogêneo acabou por articular a história majoritariamente como instrumento de poder, ainda que pretendesse elaborar uma espécie de *contrahistória*.

Beatriz Sarlo, participante da revista **crisis** em duas ocasiões, aclara de maneira brilhante essa modalidade de produção massiva, às margens da academia, *sobre* os anos 1960 e 1970, mas que pode ser facilmente expandida à produção elaborada *naquela* mesma época:

---

<sup>504</sup> Uma notável exceção na revista é a entrevista ao historiador e escritor Max Gallo, “um indivíduo ‘não pode usar a história como instrumento’ e a opção é ‘ou deixar de ser historiador e converter-se em ideólogo ou ser um historiador e correr o risco de perder a visão simplificadora, as grandes linhas.” GALLO, Max. El olor a podrido del poder. **crisis**, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 20.

Essa história de massas de impacto público recorre a uma mesma fórmula explicativa, a um princípio teleológico que garante origem e causalidade, aplicável a todos os fragmentos de passado, independentemente da pertinência que demonstre com cada um deles em concreto. [...] Essa redução do campo das hipóteses sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica; Não só a história de massas recorre ao relato, como não pode prescindir dele (à diferença do abandono frequente e deliberado do relato na história acadêmica); portanto impõe unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma “linha do tempo” consolidada em seus nós e desenlaces.

Seus grandes esquemas explicativos são relativamente independentes da matéria do passado, sobre a qual impõem uma linha superior de significados. A força organizadora desses esquemas alimenta-se do “sentido comum” com o qual coincide. [...]

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo. São versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas.<sup>505</sup>

Essas histórias produzidas em grandes meios de comunicação respondem a outros protocolos de interpretação do passado menos controlados pela comunidade acadêmica. O historiador Nicola Gallerano, em diálogo com Habermas, reconhece que a elaboração da narrativa histórica possui dois níveis, o primeiro diz respeito àquilo que é produzido sob os critérios críticos e supostamente científicos pelos profissionais e o segundo relaciona-se com a disseminação de um senso comum sobre o passado. Embora recuse a redução de Habermas dos *usos públicos do passado* na grande mídia a uma mera manipulação, Gallerano reconhece que, apesar do potencial libertador de uma história massiva, existe o risco de um uso político deliberado do passado.<sup>506</sup> As *Ediciones de Crisis* funcionavam como um veículo que difundia narrativas sobre o passado que eram supostamente ignoradas pela historiografia, uma espécie de *história dos marginalizados*, como veremos, mas o seu intuito era majoritariamente criar uma narrativa que servisse a um propósito político. A aproximação com o revisionismo histórico argentino indica tal

<sup>505</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.13-15.

<sup>506</sup> GALLERANO, Nicola. History and the public use of History. *Diogenes*, n. 168, v. 42-4, 1994, p. 87.

interesse, uma vez que essa corrente historiográfica tradicionalmente fornecia os instrumentos, interpretações e imaginários necessários para a ação política.

Os revisionismos históricos argentinos produzidos em tais décadas certamente entregavam aos seus leitores mais convicções do que dúvidas e quando suscitavam o questionamento este se referia aos discursos da chamada *história oficial*. Não interessava aos colaboradores ingressar em um profundo debate com as narrativas rivais, normalmente descartadas como inadequadas sem maiores explicações, mas sim reforçar a sua história adequadas às necessidades da nação. O próprio suporte material de tais narrativas, majoritariamente revistas e *Cuadernos*, como veremos, limitava um aprofundamento e uma crítica séria, mas, no limite, não interessava fazê-lo. Seu objetivo não era divulgar a produção do conhecimento histórico ou, pelo menos abertamente, popularizar obras de história, mas divulgar *uma* narrativa específica sobre o passado, tomada como a melhor para representar a realidade do país e para transformá-lo. A assertividade desses projetos político-editoriais é o que, no limite, garantia a sua efetividade política ao fechar o espaço para a incerteza e para a argumentação contrária: a crítica, quando feita aos revisionistas, era desqualificada como discurso ideológico elaborado pelo inimigo ou como narrativa permeada por elementos alienantes que a tornava inválida.

Autônoma da academia, a produção dessa história instrumentalizada estava relativamente livre da fiscalização interna do campo historiográfico e de suas normas, embora optasse por buscar alguma validação entre os pares e estabelecesse algum diálogo com os critérios estabelecidos pela historiografia profissional, uma vez que os revisionismos aspiravam - e aspiram - conquistar os espaços institucionalizados que conferem legitimidade e prestígio ao conhecimento construído. Existiam exposições sobre os métodos, teorias e recortes documentais adotados na elaboração da narrativa histórica, ainda que subtendidos ou apenas esboçados, mas a legitimidade dos enunciados e os regimes de verdade eram conferidos sobretudo pela política.

O interesse em estabelecer uma narrativa alternativa ultrapassava as disputas historiográficas para abarcar a própria memória histórica da sociedade argentina. Nesse sentido, se depurarmos o conceito *políticas da história* de seu caráter negativo popularizado por Arturo Jauretche poderíamos afirmar que o projeto editorial buscava, ele próprio, construir e articular a sua política da história, definida por Michael Goebel como “formas por meio das quais se escreve e se mobiliza a história com o objetivo de

afetar a distribuição do poder político em uma sociedade” , um conjunto de narrativas, mitos e símbolos que se encontra integrada “aos debates sobre o que constituem os traços gerais de um Estado-Nação determinado”.<sup>507</sup>

A *política da história* é, portanto, um uso político do passado deliberado e planejado que fazia parte do editorialismo programático das *Ediciones de Crisis* e amplamente difundido na Argentina setentista. Os usos políticos do passado foram cruciais para a elaboração dos símbolos nacionais e dos próprios sentimentos de pertencimento a uma coletividade e seriam, mais uma vez, fundamentais na disputa pelo que a nação deveria ser. Mais do que uma querela historiográfica, esse recurso à história constituía uma luta pelo presente. De certa maneira, como alerta Claudio Pavone, esses usos públicos do passado colocam o historiador frente a uma responsabilidade que não se dirige mais apenas ao passado, mas ao futuro e a uma história ainda em processo.<sup>508</sup> A partir de seu passado prático, de sua política da história, o projeto editorial estabeleceu o seu próprio tribunal por meio do qual julgou as figuras dignas de serem representadas e os sentidos que deveriam ser conferidos aos processos históricos.

Essas políticas da história não se reduzem, entretanto, apenas aos usos políticos do passado, mas também às próprias relações de poder construídas na disciplina e, no caso das *Ediciones de Crisis*, nos discursos públicos sobre o passado que elaborava. Esses usos públicos e políticos, frequentemente articulados como uma espécie de tribunal histórico, servem também como fonte para a própria pesquisa por meio do qual conseguimos compreender as relações com o passado que os sujeitos políticos constroem.<sup>509</sup> A forma que o conhecimento adotou, segundo Joan Scott, indica uma política que estabelece e impõe prioridades, reprime certos sujeitos em nome da maior importância de outros, naturaliza certas categorias e desqualifica outras.<sup>510</sup> No projeto editorial estudado essas políticas internas das narrativas associadas às demandas políticas abertamente enunciadas compuseram e delinearão as formas que as representações do passado tomaram, as suas suposições, práticas, silêncios e repetições.

---

<sup>507</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 11

<sup>508</sup> PAVONE, Claudio. The two levels of public use of the past. In.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni. *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 84-85.

<sup>509</sup> PAVONE, Claudio. The two levels of public use of the past. In.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni. *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 76.

<sup>510</sup> SCOTT, Joan Wallach. *Gender and politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999, p. 9.

A instrumentalização da história e a sua submissão à política por uma parte da esquerda das décadas de 1960 e 1970 respondeu às práticas e valores de grupos que imaginavam a emancipação da humanidade e uma sociedade mais justa, mas que reproduziam exclusões centenárias. O passado era invocado pelo presente para destruir os grilhões que oprimiam o povo e inspirar a sua luta em um momento de inflexão histórica, mas continuava a ser representado por meio das mesmas categorias, eventos e, em parte, vocabulário.

O presente era a continuidade das lutas dos caudilhos, os grandes homens heroicos de outrora que se opunham aos homens vis que traíam a nação, caberia retomá-los como símbolo de resistência ao imperialismo e ao capitalismo. Os sonhos – e, por vezes, delírios – armados e beligerantes de parte da esquerda encontravam seus representantes pretéritos nas *montoneras gauchas* e no uso da violência, legítima ou não, como forma de fazer política. Majoritariamente peronistas, adeptos de uma liderança personalista, esses homens – reiteramos, em sua maioria homens – buscavam no passado líderes carismáticos capazes de incendiar as massas de homens sem nome em defesa de uma causa, com a rara exceção de Eva Perón, incorporada ao rol dos grandes por sua atuação ao lado da figura que governou o país entre 1945-1955 e 1973-1974 e que depois persistiu como símbolo. Os temas e assuntos, por mais variados que fossem, reduziam-se à problemática da verdadeira emancipação nacional, do combate ao imperialismo e, para alguns grupos, da construção do socialismo. Da literatura à arquitetura, da pintura ao cinema, a questão parecia sempre retornar aos problemas citados.

Esse enfoque na grande política e personalidades, uma resposta “tradicional” à historiografia “tradicional”, reduziu a atenção concedida a outros temas e outras expressões da violência, como o racismo ou o machismo.<sup>511</sup> Tais questões eram representadas, mas a sua reduzida recorrência e inconstância apontam para as prioridades da esquerda peronista ou da chamada esquerda nacional e dos intelectuais que compunham os seus quadros. Mesmo as narrativas mais democráticas presentes nas *Ediciones de Crisis*, aquelas elaboradas pelos próprios atores históricos, estavam condicionadas pelos agentes hegemônicos do poder: a busca pelo povo, aspecto romântico dessa esquerda revolucionária, era sincera, mas mediada por figuras das quais

---

<sup>511</sup> Sobre o feminismo na Argentina, por exemplo, conferir RODRÍGUEZ AGUËRO, Eva. *Feminismos del sur: mujeres, política y cultura en la Argentina de los '70*. Málaga: Atenea – Universidad de Málaga, 2013.

ela não conseguia se desvencilhar, mesmo os trabalhadores, motor da história das teorias radicais, só assumiam o protagonismo quando encarnados pelos seus líderes. Os povos ameríndios, as mulheres, os imigrantes e mesmo os trabalhadores ou o povo, esse coletivo sem nome ou rosto, continuavam a ser *os outros* da narrativa histórica ao ponto de o projeto editorial representá-los por meio de gêneros discursivos distintos, como o testemunho ou a literatura.

Paradoxalmente a marginalização desses temas e grupos sociais acaba por compor um dos aspectos mais radicais do projeto. Uma parcela dos colaboradores e dos próprios autores refletiu e concluiu que a História não era capaz de representar fielmente tais grupos, as relações de poder internas à disciplina e as relações da mesma com os grupos que historicamente estiveram no poder impediriam um conhecimento adequado da realidade e das necessidades dos setores sociais marginalizados. Neste sentido, o recurso a outras formas de conhecimento seria considerado positivo para representar essas camadas. Voltaremos ao assunto no último capítulo.

A instrumentalização da história fundamentava os protocolos de representação do passado nas *Ediciones de Crisis*, veículo cultural heterogêneo que se situava na esfera das produções massivas de conhecimento elaborado por intelectuais que transitavam e dialogavam com a academia. Esse uso deliberado do passado possuía, nesse contexto, uma forte associação com o revisionismo histórico. É necessário, portanto, compreender as formas que o revisionismo e a iniciativa de uma revisão do passado assumiram e acabaram por delinear as representações presentes no projeto editorial.

## Capítulo 4 – Cultura intelectual revisionista nas *Ediciones de Crisis*

### 4.1 – Um mosaico revisionista em crisis e em suas serigrafias

A história servia aos editores como instrumento de atuação sobre um presente que julgavam a ponto de se transformar radicalmente e que exigia, quase como uma tarefa histórica, a participação dos intelectuais. O recurso ao revisionismo, estilo e modo de se colocar frente à polêmica intelectual acerca de alguns processos históricos<sup>512</sup>, oferecia aos editores a possibilidade de utilizar o passado para legitimar as suas posições políticas sem, entretanto, recorrer aos controles, regras e restrições impostas pela história acadêmica. Além disso, o revisionismo, em geral, possuía uma linguagem fácil e esquemas interpretativos simples que permitiam a sua divulgação em veículos culturais massivos, o que explica, em parte, o seu sucesso mercadológico e a popularidade de alguns de seus discursos.

Apesar de dividir e disputar espaço com as múltiplas tradições historiográficas vigentes, o revisionismo conseguia superar a disciplinarização da história praticada nas universidades, algo decorrente, muitas vezes, de sua própria incapacidade de institucionalizar-se. Neste sentido, por não se prender a certos cânones acadêmicos, a vertente possuía um grande potencial para circular nos mais diversos meios e ser apropriado por vários grupos.

As narrativas revisionistas, embora tivessem apenas sucesso marginal na conquista das cátedras universitárias, rompiam as barreiras dos seus pequenos institutos, boletins e editoras de médio porte, as suas ideias rapidamente saíam de livros e ensaios para transitarem nas revistas, jornais e discursos políticos. Os seus debates logo tornavam-se polêmicas internas nos partidos, caso da relação entre o peronismo e a discussão sobre Rosas, e os revisionistas se organizavam para disputar espaços nas mais diversas instâncias do Estado, como as batalhas para o reconhecimento da memória de Juan Bautista Bustos e pela repatriação de seu corpo, travadas na província de Córdoba a partir de 1972<sup>513</sup> ou a já mencionada comissão para a repatriação dos restos de Rosas, estabelecida em novembro de 1973.

---

<sup>512</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 233.

<sup>513</sup> NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 78-80.

Além disso, os revisionismos também adentravam em variadas outras produções culturais. Tomemos como exemplo as histórias em quadrinhos que, desde os anos 1930, recuperavam e romantizavam a figura do *gaucho*, constituindo um gênero próprio intitulado *Historieta Gaucha*, em diálogo com o *criollismo* então vigente na literatura, mas que logo incorporariam os preceitos do revisionismo que ganhava força: o *gaucho* injustiçado que se unia ao *General Rosas* ou *Coronel Dorrego* para combater o inimigo *unitario* ou indígena. Movimento semelhante de aproximação com o revisionismo ou de apropriação do mesmo ocorreria no cinema argentino dos anos 1960 e 1970: filmes como o já mencionado *La Hora de Los Hornos* (1968) criticavam abertamente a “história oficial”, ao passo que *Juan Moreira* (Leonardo Favio - 1973) exaltavam o *gaucho* proscrito e rebelde morto pelas autoridades buenaienses, e *Guëmes, la tierra en armas* (Torre Nilson, - 1971), filme sobre o general e líder popular Martín Güemes, morto durante a guerra de independência em 1821, cuja memória teria sido relativamente ignorada pela história tradicional.

A promulgação e difusão desse imaginário histórico propiciou a conformação de uma *cultura intelectual revisionista* na Argentina da qual as *Ediciones de Crisis* partilhavam e contribuía para disseminar. Parte de um campo e de uma cultura histórica mais ampla e relacionada ao variado conjunto de produções das décadas de 1960-1970, essa cultura intelectual revisionista diz respeito a um conjunto específico de formas de articular enunciados, símbolos, slogans e formas de interpretação sobre o passado presente não apenas na narrativa histórica disciplinar, produzido em diversos meios, suportes e gêneros artísticos das mais diversas qualidades. Uma *cultura intelectual* remete ainda, como aponta Thiago Lenine Tolentino ao analisar os jornais brasileiros dos anos 1920, a uma rede simbólica complexa e a uma “dinâmica dos significados, valores, ideias, interpretações, imagens etc. que circulavam num campo simbólico”.<sup>514</sup> No caso do revisionismo histórico argentino, apesar de sua pluralidade, é possível perceber a elaboração de uma rede de autores, ideias e publicações que se referenciavam e remetiam umas às outras, disputavam espaços, criavam laços de amizade ou rompiam as relações devido a discordâncias de diversas dimensões.

---

<sup>514</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine T. *Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. 2016. 669f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, p. 47 e p. 9.

As *Ediciones de Crisis* não criaram essa *cultura intelectual revisionista* e tampouco foram o seu principal veículo de difusão, se comparada às já mencionadas editoras *Theoría* e *Peña Lillo*. Entretanto, o projeto editorial possuía uma revista de grande circulação e monografias com uma tiragem média de 15000 unidades, constituindo um promissor vetor de publicação. Além disso, a estabilidade da revista e da sua editora até agosto de 1976 garantia a possibilidade de estabelecer um projeto relativamente contínuo e sistemático.

A *cultura intelectual revisionista* presente no projeto editorial pressupunha uma revisão do passado do país a partir da crítica da *história oficial*, uma disputa pelos heróis e símbolos nacionais e uma revalorização das tradições políticas derrotadas pelos unitários e liberais, como o federalismo. Essas iniciativas estiveram distribuídas nas três modalidades de publicação, revistas, monografias e livros, cada qual com as especificidades impostas por sua materialidade e que exigiam estratégias distintas de elaboração do discurso. Os livros, como veremos, apresentavam uma outra forma de revisão da história que, no limite, estabelecia poucos diálogos com o revisionismo. Começamos pela publicação mensal.

A revista trazia um discurso mais fragmentado, coerente com a natureza plural e heterogênea das revistas culturais latino-americanas. Como dito, a narrativa histórica era diluída em pequenos pedaços, parágrafos que serviam a um argumento maior. A revista **crisis** voltava rapidamente ao século XIX para entender as relações de poder na mídia peruana dos anos 1970 ou para explicar as desigualdades sociais da Venezuela contemporânea que se beneficiava com a exploração do petróleo.<sup>515</sup> Consciente de que a história servia para responder às perguntas e as angústias do homem, que tratava de sua identidade,<sup>516</sup> **crisis** valeu-se dela para explicar o presente, o acesso construído sobre o passado servia para situar o leitor no tratamento dispensado aos problemas de seu próprio tempo. Na revista, assim como em todo o projeto editorial, a reflexão sobre o passado era submetida às necessidades do presente, tal qual o trecho recuperado de John William Cooke que deixava claro que “a história é pensada em função da atualidade”.<sup>517</sup>

---

<sup>515</sup> MONCLOA, Francisco. Poder y prensa en el Perú. **crisis**, Buenos Aires, n. 21, enero, 1975, p. 52; LEGUIZAMÓN, Hugo. Informe sobre Venezuela: opulencia y pobreza. **crisis**, Buenos Aires, n. 26, junio, 1975, p. 3.

<sup>516</sup> GALLO, Max. El olor a podrido del poder. **crisis**, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 20.

<sup>517</sup> COOKE, John William. La conciencia nacional es también conciencia histórica. **crisis**, Buenos Aires, n. 9, enero, 1974, p. 4.

Apesar dessa abordagem pontual, o projeto editorial passou a publicar artigos que tratavam inteiramente do passado. Paulatinamente apareceram textos sobre Rosas, sobre a história do tango argentino e de seus principais nomes, sobre os diferentes nacionalistas, como Leopoldo Lugones, Ernesto Palacio ou Manuel Ugarte, sobre a indústria têxtil tucumana e sobre os debates acerca do protecionismo industrial, entre outros.<sup>518</sup> Um olhar cuidadoso sobre os temas escolhidos e a forma como eram tratados permite perceber como **crisis** se aproximou e se apropriou dos enunciados caros ao revisionismo histórico praticado pelas esquerdas argentinas dos anos 1970: a valorização dos caudilhos, sobretudo os do interior, a crítica à história oficial, o caráter dependente da Argentina e o suposto entreguismo dos liberais.

A revista seguia as hierarquizações temáticas do revisionismo sessentista. Tulio Halperin Donghi apontou que o revisionismo histórico de seu país optava por questões ligadas ao século XIX devido ao pouco esplendor da história colonial do Rio da Prata. Diferentemente de seus pares peruanos ou mexicanos, os revisionistas argentinos não nutriam tanta admiração pelo antigo regime.<sup>519</sup> Não seria diferente nas *Ediciones de Crisis*, com poucas exceções os seus editores e colaboradores escolheram os séculos XIX e XX como recorte temporal preferido. O século XX surgia como uma novidade ao revisionismo das décadas de 1930 e 1940, claro indício de sua associação ao peronismo e aos ímpetus industrializadores que permeavam as esquerdas. Ademais, esse novo recorte permitia aos revisionistas resgatarem figuras menos controversas do anti-imperialismo argentino, como os membros da *FORJA*.

A análise do período selecionado possibilitaria encontrar as chaves de leitura sobre o passado e as raízes para os problemas do presente. O dependentismo e a teoria marxista da dependência eram as principais bases teóricas que fundamentavam a interpretação de seus editores. Em **crisis** um colaborador evidenciava que “sem distorcer

---

<sup>518</sup> ROSAS, Juan Manuel de. Cuando me paguen los señores Anchorena. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 48-49; Tango: poesía popular del yrigoyenismo al peronismo. **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p. 3-23; RIVERA, Jorge B. Sí y no de Leopoldo Lugones. **crisis**, Buenos Aires, n. 14, mayo, 1974, p. 9-24; PALACIO, Ernesto. Como van a sonar huecos los dogmas oficiales? **crisis**, Buenos Aires, n. 38, mayo-junio, 1976, p. 41-47; LASCANO, Luis Alen. La ropa del Tucumán. El nacimiento de la industria argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 60-63; GALASSO, Norberto. Manuel Ugarte, maldito. **crisis**, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 34-39; CHÁVEZ, Fermín. Proteccionistas y librecambistas: a cien años de un debate histórico. **crisis**, Buenos Aires, n. 37, mayo, 1976, p. 20-22.

<sup>519</sup> HALPERIN DONGHI, Tulio. El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional. In.: *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo Por Asalto, 1996, p. 107.

os fatos é possível afirmar que a história dos investimentos estrangeiros na Argentina é a história do saque sistemático de nossa economia”.<sup>520</sup> A história latino-americana poderia ser descrita, para Diana Bellessi, como “400 anos de conquista, de colonialismo, de neocolonialismo”.<sup>521</sup>

Os colaboradores buscavam explicar como um país que se tornou independente desviou de sua trajetória de glória e estagnou sob a suposta dominação estrangeira. Como vimos, os revisionistas da década de 1960 mobilizaram, como os seus antecessores, o conceito de *crise* para denunciar a deturpação do destino nacional e criar soluções para superar as barreiras que impediam a pátria de realizar a sua grandeza. Ao analisar a indústria tucumana, Alen Lascano afirmou que “quem vê o país de hoje não consegue imaginar o que foi o país histórico”. As manufaturas do Norte argentino prosperavam antes das intervenções das metrópoles europeias e da cumplicidade da zona portuária de Buenos Aires, a nêmesis dos revisionistas, e constituíam “uma possibilidade econômica que a história posterior destruiria”.<sup>522</sup>

Esta tônica foi disseminada ao longo de toda a publicação, a revista reforçava constantemente o caráter *dependente* do país, “Os norte-americanos – dizia – são responsáveis pelo nosso atraso”<sup>523</sup>, sem, entretanto, recorrer a um refinamento teórico explícito. O acesso proposto por **crisis** aos conteúdos políticos e culturais era mais sensorial e afetivo<sup>524</sup>, a revista preferia, muitas vezes, não adentrar em longos debates teóricos e recorria a um vocabulário comum às esquerdas sessentistas, confiando na compreensão de leitores que, supostamente, partilhavam do mesmo código cultural.

Em grande medida, o sucesso do projeto editorial, sobretudo o da revista, se deu por essa abordagem. **crisis** conseguia tratar da política com certa profundidade sem recorrer a textos refinados e de difícil leitura, mas também escapava da linguagem declamatória elaboradas pelas publicações conhecidamente militantes, ainda que, por vezes, incorresse nelas.

---

<sup>520</sup> NEYRA, Raúl. Argentina: el programa de ayuda a los Estados Unidos. El capital extranjero en nuestro país: 1958-1975. **crisis**, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p. 4.

<sup>521</sup> BELLESI, Diana. Guatemala: la memoria viva. **crisis**, Buenos Aires, n. 35, marzo, 1976, p. 27.

<sup>522</sup> LASCANO, Luis Alen. La ropa del Tucumán. El nacimiento de la industria argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 60.

<sup>523</sup> Carnet. **crisis**, Buenos Aires, n. 14, junio, 1974, p. 53.

<sup>524</sup> PONZA, Pablo. Ideas, letras, artes en la **crisis** 1973-1987: intelectuales, política y cultura antes y después de la última dictadura militar argentina. *A Contracorriente*. Revista de Estudios Latinoamericanos, North Carolina, n. 3, 2018, p. 56.

A Teoria da Dependência conformaria uma boa parte desse repertório muitas vezes simplificado e acabou por substituir os argumentos de decadência moral, a deturpação das elites e rebaixamento civilizacional presente nos discursos revisionistas conservadores. Os novos revisionistas, aos quais as *Ediciones de Crisis* se vinculavam, explicavam a crise a partir da ação imperialista e do desenvolvimento do capitalismo. Alen Lascano mobilizou de maneira indireta os conceitos de enclave e de economia complementar vastamente usados pelos dependentistas sem sentir a necessidade de citá-los. Em seu estudo sobre a destruição dos antecedentes industriais da nação o historiador afirmou que

Uma completa armação econômica mantinha, assim, unidos todos os sistemas de interesses que davam vida ao interior, pois não havia regiões sem contribuições que coincidiam com a autarquia do conjunto nacional. A sua posterior perda, criando assim *oásis de desenvolvimento e zonas pauperizadas*, constituiu o primeiro passo da distorção econômica padecida no desenvolvimento nacional, fortemente subordinado aos interesses das novas metrópoles propulsoras de um tipo de produtividade complementar às suas economias.<sup>525</sup>

As raízes da dependência acima mencionada estariam na integração da Argentina e da América Latina ao capitalismo global sob a hegemonia inglesa no século XIX e de seu posterior deslocamento para o poderio estadunidense, vasculhá-lo era necessário para compreender como se desenvolveu o processo. Ao mesmo tempo, as experiências dos caudilhos daquele mesmo período e os movimentos de massa do século XX forneciam exemplos e antecedentes das lutas de libertação nacional aos quais os homens do presente deveriam se filiar.

Os aportes da Teoria da Dependência, vulgarizados ou não, combinavam-se com os argumentos revisionistas.<sup>526</sup> Em **crisis** surgia uma leitura conspiracionista da história que atribuía os males do país ao imperialismo e aos seus lacaios locais, os liberais. Seus colaboradores eram enfáticos ao afirmarem que “o liberalismo tem sido até o presente a

---

<sup>525</sup> LASCANO, Luis Alen. La ropa del Tucumán. El nacimiento de la industria argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 60-61.

<sup>526</sup> É preciso pontuar que a teoria da dependência foi bem recebida entre a esquerda revisionista, mas alguns de seus aspectos foram criticados. Rodolfo Puiggrós criticou as análises de Andre Gunder Frank pela sua redução da história latino-americana a causas externas. Para o argentino, o dependentista ignorava os desenvolvimentos internos do capitalismo na região e deixava de lado as dinâmicas revolucionárias próprias de cada país do continente. Cf. ACHA, Omar. *Historia crítica de la historiografía argentina: las izquierdas en el siglo XX*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p. 237.

principal retórica dissimuladora do domínio estrangeiro”.<sup>527</sup> Para superar a dependência seria necessário suplantar o liberalismo politicamente e abandonar as formas que ele instituía de interpretar a realidade nacional e o seu passado. Ernesto Giudice sintetizava uma certa postura maniqueísta presente nas análises revisionistas – nacionalistas *versus* traidores liberais – produzido a partir do amálgama entre dependentismo e revisionismo

A revisão histórica argentina deve renunciar o liberalismo, mas partindo das dicotomias que se estabelecem *desde* a própria Revolução de Maio. Em lugar de um processo de integração nacional tivemos a desintegração e assim se opõem entre si partes de um todo que, como tal, deveriam transformar-se revolucionariamente. Já disse algumas vezes que a nossa história se fez em pedaços, como os restos de um mosaico, irracionalmente, sem a compreensão da originalidade nacional e da totalidade. Alternam, assim, as exclusões parciais, violentas de um lado, conciliatórias de outro. Estas são as constantes de nossa história.

[...] No processo dessa crise já velha, o liberalismo foi como um manto protetor que acreditava fazer desaparecer aquilo que apenas ocultava, hoje é uma máscara regressiva que encobre a autodestruição e o entreguismo com cânticos institucionais.<sup>528</sup>

O pequeno trecho do artigo de Giudice também estabelecia as chaves de leitura da história argentina presentes em **crisis** e comum aos revisionistas de esquerda: após a Revolução de Maio instituiu-se uma perpétua luta entre os patriotas zelosos da verdadeira independência e pela preservação de uma nacionalidade ainda por surgir, representados pelos caudilhos do interior e pelos *gauchos*, e os entreguistas liberais que logo filiariam o país aos interesses econômicos ingleses e a ideais estrangeiros, corporificados pelas elites portenhas. Essa história militante que operava em dualismos irreconciliáveis construída no projeto editorial pretendia mostrar, como nota Omar Acha em outros expoentes do revisionismo argentino, “que desde 1810 houve ‘dois modelos de país’: um de traço popular, integrador, plebeu, nacionalista; outro elitista, excludente, estrangeirizante.”<sup>529</sup>

O projeto editorial acusou o liberalismo, instrumento da política imperialista, de impedir o país de alcançar o seu potencial, mas a tarefa de revisão que atribuía a si própria

<sup>527</sup> MURARO, Heriberto. Poner el caballo delante del carro. La estatización de la TV argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 16, agosto, 1974, p.13.

<sup>528</sup> GIUDICE, Ernesto. José Ingenieros: un científico con ideales. **crisis**, Buenos Aires, n. 34, febrero, 1976, p. 47. Ingenieros foi um importante socialista italiano radicado na Argentina de princípios do século XX. Embora importante para a esquerda argentina, a partir dos anos 1950 foi seguidamente criticado por seu “socialismo liberal”.

<sup>529</sup> ACHA, Omar. *Un revisionismo histórico de izquierda y otros ensayos de política intelectual*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2012, p. 80.

foi além da denúncia e deveria incorporar também os resquícios daquela Argentina derrotada, mas ainda recuperável por meio da história e da política. Jorge Rivera tratou de esboçar um desenho do que seria o país antes da hegemonia estabelecida pela “República Oligárquica” alinhada ao capital inglês. Para o autor, às vésperas da completa vitória liberal, existia no país um outro caminho plausível, Rivera recuperou um pequeno debate sobre o protecionismo na economia nacional. Estaria ali, ainda em finais do século XIX, uma pequena semente do país que Argentina poderia ter sido.<sup>530</sup> Fermín Chávez fez o mesmo ao recuperar os debates entre protecionistas e livre-cambistas de 1877, vencidos pelos primeiros e favorecidos pelo autor em sua exposição.<sup>531</sup> Como Lascano e Rivera, Chávez pretendeu mostrar uma suposta “vocação industrial” da Argentina em contraposição ao destino agrário imputado, ao seu ver, pelos liberais. **crisis** pretendia mostrar que para a Argentina outra história era possível.

Michael Goebel acertadamente percebeu recorrências nas narrativas dessa esquerda revolucionária dos anos 1960 e 1970 e aquela das direitas nacionalistas reacionárias dos anos 1920 e 1930, como a crítica ao liberalismo e o papel da conspira o na trama histórica, mas também marcou os distanciamentos entre as vertentes, sobretudo a partir dos aspectos xenófobos e católicos vinculados ao nacionalismo mais antigo. Apesar da diferencia o, o autor atribuiu a ambos os grupos uma mesma filia o a “correntes autoritárias de pensamento” devido ao seu antiliberalismo, sem atentar para os impactos  ticos e para os objetivos políticos das diferentes correntes. Em sua ânsia por aproximar práticas e discursos radicais, Goebel chegou ao ponto de “afirmar que Frantz Fanon, revolucionário pensador da descoloniza o, substituiu o profascista Charles Maurras na lista de leituras dos intelectuais argentinos nacionalistas.”<sup>532</sup>

O autor se contradiz ao atribuir ao nacionalismo (e revisionismo) argentino uma única fonte de inspira o. Ao longo de toda a década de 1960 e 1970, como o próprio historiador descreve, o nacionalismo foi palco de disputas permanentes. Conviviam dentro do nacionalismo peronista vertentes de esquerda, ligada ao internacionalismo

---

<sup>530</sup> RIVERA, Jorge B. La otra Argentina. A cien años del Informe Napp: el país antes de la oligarquía liberal. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 56-57.

<sup>531</sup> CHÁVEZ, Fermín. Qui n nos mete a modificar costumbres? A cien años del debate sobre proteccionismo y libre cambio. **crisis**, Buenos Aires, n. 37, mayo, 1976, p. 20-22.

<sup>532</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 141-142.

Charles Maurras foi um poeta franc s famoso por sua defesa da monarquia e pelos ataques ao liberalismo e á democracia, fundador do grupo e partido de extrema-direita A o Francesa.

cubano e aos latino-americanismos revolucionários, e outras reacionárias, como os grupos nucleados ao redor do jornal *El Caudillo*, que nos anos 1970 clamava abertamente pelo extermínio do inimigo vermelho.

Ademais, os fundamentos do antiliberalismo reacionário das três primeiras décadas do século XX possuíam diferentes implicações políticas de seu correlato à esquerda dos Longos Anos 1960. Os reacionários reagiam à modernização de um país que perdiam e que não reconheciam mais como seu, lutavam para reestabelecer uma sociedade mítica ancorada em um passado que jamais deveria mudar, desejavam fortalecer um *status quo* marcado pela ampliação da hierarquia e diminuição dos direitos. O antiliberalismo dos anos 1960, embora por vezes incorresse em perspectivas e práticas autoritárias que são expressas nesta tese, atribuía os problemas do país à integração desigual da América Latina ao capitalismo global.

Os objetivos de ambas as recusas ao liberalismo são igualmente distintos, a comparação efetuada por Goebel é totalmente assimétrica. A luta das esquerdas e o seu uso da violência eram destinados à destruição do *status quo*, à diminuição das desigualdades e ampliação dos direitos sociais. A direita reacionária revoltava-se para recuperar um mundo velho, a esquerda revolucionária se alçava para criar uma realidade nova. A recusa ao liberalismo não as iguala.

Entretanto, é notório que a narrativa histórica de ambos os revisionismos buscava denunciar/explicar a deturpação da grandeza nacional. Elaborada de maneira teleológica, essa narrativa encadeava fatos e processos de maneira linear. As províncias que se livraram do jugo espanhol já possuíam uma pré-nacionalidade que se manifestou nas experiências caudilhistas e na Confederação, mas que era constantemente sabotada pelo inimigo unitário e o seu tutor, o imperialismo britânico. A história argentina se resumia a um país queurgia para se formar, para cumprir o seu devir. As lutas federalistas e, para os revisionistas à esquerda, as lutas de massas pelo direito ao voto e pelos direitos sociais eram pulsões da nacionalidade alienada pelo liberalismo. Omar Acha percebeu na narrativa de Jorge Abelardo Ramos – e facilmente extensível para os outros revisionismos – um aspecto *dramático*, o relato das peripécias de um sujeito que possui valores positivos, a nação, e que está constantemente submetido a provações em seu caminho

para a autorrealização.<sup>533</sup> O caráter dramático ressurgia na escolha de palavras dos colaboradores das *Ediciones de Crisis*, “epopeia” e “gesta” eram frequentemente utilizadas.

A esquerda revisionista narrou os fracassos e as possibilidades de um país cuja completude estava no *porvir*. Todos os eventos e expressões dos sujeitos históricos estavam relacionados com esse destino ainda inconcluso, mas plausível de ser atingido. Embora as esquerdas nacionalistas sempre reivindicassem as especificidades da nação contra os universalismos advindos das teorias liberais, ou seja, compreendessem uma temporalidade específica dos países latino-americanos, elas atribuíam à história nacional uma totalidade que negava a tensão entre a regularidade e o particular comum à prática da história.<sup>534</sup> O revisionismo do projeto editorial pretendia contribuir para a construção de chaves de interpretação para a história nacional e para a denúncia de sua falsificação e, para tanto, criou uma narrativa totalizante que não abria espaços para as interpretações alternativas.

Na maioria dos seus textos as *Ediciones de Crisis* não se preocupavam em explicar os fundamentos teóricos de suas interpretações. Eventualmente, algumas poucas linhas aclaravam as opções teóricas e metodológicas do autor, como a mencionada contribuição de Alen Lascano, mas o projeto editorial valia-se de discursos largamente popularizados na produção acadêmica e no vocabulário político argentino. Grande parte dos colaboradores da revista parecia satisfeita em tomar os pressupostos dependentistas como uma certeza, um ponto de partida que o público compreendia e compartilhava. Essa certeza pode ser estendida aos seus discursos sobre a conspiração entre os liberais nativos e o imperialismo estrangeiro para erradicar a soberania nacional, bem como a falsificação histórica por eles elaborada para justificar a manutenção da pilhagem. A “verdade”, por oposição ao falseamento praticada pela dita história oficial, seria evidente, revelada a partir do correto posicionamento político que guiaria a interpretação dos fatos e processos.

A revista tendia a evitar debates demasiado profundos ou árdus e em certas ocasiões pedia desculpas ao leitor por submetê-lo a dados econômicos, referências técnicas e legais necessariamente tediosas, embora fundamentais para a compreensão de

---

<sup>533</sup> ACHA, Omar. *Historia crítica de la historiografía argentina: las izquierdas en el siglo XX*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p. 229.

<sup>534</sup> DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 91.

certos temas.<sup>535</sup> A história escrita nas *Ediciones de Crisis* seguiu o mesmo protocolo, ela era voltada para convencer um público não especializado, não havia uma busca de validação pelos pares. Ao funcionar nos interstícios da militância, mercado editorial e academia o projeto editorial buscou a legitimação do conhecimento histórico produzido ou divulgado na esfera da política e na utilidade pública de seu discurso. A radicalização política dos anos 1970, a transformação das esquerdas e o surgimento de novos atores sociais demandavam outra leitura do passado, outras formas de relacioná-lo com o presente que, por fim, acabavam por possibilitar essa legitimação.

O formato escolhido, uma revista cultural, tampouco encorajava discussões teóricas profundas, os temas eram demasiados diversos e o espaço era restrito. Entretanto, existia certo desprezo pela produção historiográfica exclusivamente acadêmica, traço do anti-intelectualismo que vigorava no projeto editorial. A revista recuperou um texto de Ernesto Palacio que evidenciava o ceticismo em relação à historiografia dita liberal, “a história que ensinam não interessa”.<sup>536</sup> Assim como os boletins e as publicações periódicas ligadas às instituições revisionistas, **crisis** não se interessava pelo debate teórico. Se toda produção de conhecimento histórico está ligada a lugares de produção socioeconômicos, políticos, culturais e materiais<sup>537</sup>, a escrita da história das *Ediciones de Crisis* estava circunscrita a uma esquerda revolucionária que possuía certa celeridade em utilizar a história para fins políticos. Além disso, lembremo-nos que as revistas, com exceções, possuem uma temporalidade distinta dos livros, estão voltadas para a recepção contemporânea, imediata. Este sentido de urgência combinava-se com simplificações necessárias para atingir um público mais amplo. Entretanto, tal estratégia presente em praticamente todos os veículos das *Ediciones de Crisis* não deve ser tomada como *simplórias*: a seleção de materiais, os recortes estabelecidos, as escolhas discursivas e a adaptação teórica de temas complexos constituíam uma intrincada operação intelectual e historiográfica destinada a conferir inteligibilidade a leitores muitas vezes não especializados. Como veremos, a atenção ao uso da linguagem, as estratégias de edição e tratamento do texto, a mobilização sentimental e o recurso a certos documentos e imagens indicam um planejamento cuidadoso com a construção de sentido sobre o passado.

---

<sup>535</sup> MURARO, Heriberto. Los dueños de la televisión argentina. La manija (II). **crisis**, Buenos Aires, n. 02, junio, 1973, p. 52.

<sup>536</sup> PALACIO, Ernesto. Como van a sonar huecos los dogmas oficiales? **crisis**, Buenos Aires, n. 38, mayo-junio, 1976, p. 46-47.

<sup>537</sup> DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65.

As simplificações manifestaram-se sobretudo na parte intitulada *Carnet* e nas serigrafias publicadas. O historiador Fermín Chávez foi um dos responsáveis pela seção entre o vigésimo sétimo e o trigésimo quinto número de **crisis**.<sup>538</sup> Em *Carnet*, Chávez ocupou-se de coletar documentos relativos aos séculos XIX e XX para demonstrar aos leitores as supostas permanências do passado argentino no presente e as raízes do país contemporâneo. Sua estratégia era simples, o autor trazia fragmentos de discursos ou publicações com títulos sugestivos. Normalmente os documentos traziam algum julgamento de valor sobre uma figura específica ou sobre um processo histórico e Chávez escolhia algum elemento que desejava ressaltar. Não havia nenhuma explicação do teor do documento escolhido, nenhum comentário, apenas um título que indicava como o texto deveria ser interpretado ou como a figura a que se referia deveria ser tratada. Assim, ao recuperar os ícones do liberalismo do século XIX, Chávez sugeriu que Domingo Faustino Sarmiento era um homem de “estupendas excentricidades” e um “fanático de si próprio”, ao passo que “Yrigoyen é viril”.<sup>539</sup>

Figura 11: Trecho de *Carnet* sob a autoria de Fermín Chávez. Os títulos sugeriam a interpretação do texto e do caráter das figuras em evidência.



Fonte: CHÁVEZ, Fermín. *Carnet*. **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p. 23.

Chávez colocou em prática os maniqueísmos que o revisionismo mobilizava e fazia ecoar os enunciados que a revista e o projeto editorial produziam. Os unitários eram descritos como a “escória moral”, responsáveis por um “plágio político”.<sup>540</sup> Sob a autoria

<sup>538</sup> Mario Herman Cueva e Jorge Rivera continuaram a contribuir na seção.

<sup>539</sup> CHÁVEZ, Fermín. *Carnet*. **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p. 23.

<sup>540</sup> CHÁVEZ, Fermín. *Carnet*. **crisis**, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 30-31.

de Chávez, *Carnet* parecia uma seção destinada a desmoralizar os inimigos da causa nacional, um espaço para a denúncia dos males do liberalismo e do *cipayismo*, ao mesmo tempo em que o seu oposto era exaltado. Fermín Chávez fez questão de recuperar as vozes daqueles que, ao seu ver, contribuíram para a soberania nacional, “vozes industrialistas: o coronel Vicat”, um crítico da “dependência econômica”.<sup>541</sup>

As serigrafias que acompanhavam os exemplares de **crisis** reforçam o projeto de revisão e o recurso às simplificações. Como dito, até o vigésimo exemplar a revista publicou fac-símiles de obras de artistas plásticos em vigência, mas após tal edição e até o seu penúltimo número todas as serigrafias, sem exceção, remetiam aos séculos que a precediam. Um máximo de quatro serigrafias eram publicadas por exemplar da revista, que trazia apenas uma, as outras podiam ser compradas por preços modestos nos quiosques e na sede da editora, um incentivo à coleção. Apesar desse aspecto comercial, potencializado pelo interesse do público pela história, prevalecia o caráter pedagógico. Os seus editores apostavam nas imagens como parte de seu projeto político de revisão histórica, uma espécie de aporte documental que visava familiarizar os leitores com o passado sobre o qual pretendiam dissertar. O texto que acompanhava a serigrafia inicial, uma página do primeiro jornal do Rio da Prata já mencionada no segundo capítulo, explicitava o objetivo de **crisis**, que agregava

Uma nova modalidade à sua já habitual publicação de serigrafias de artistas plásticos argentinos: a edição de textos, documentos históricos e iconografia referentes ao nosso país, iluminadora de aspectos curiosos, pouco conhecidos, mas sempre significativos para *entendê-lo e para entendermos a nós próprios*.<sup>542</sup>

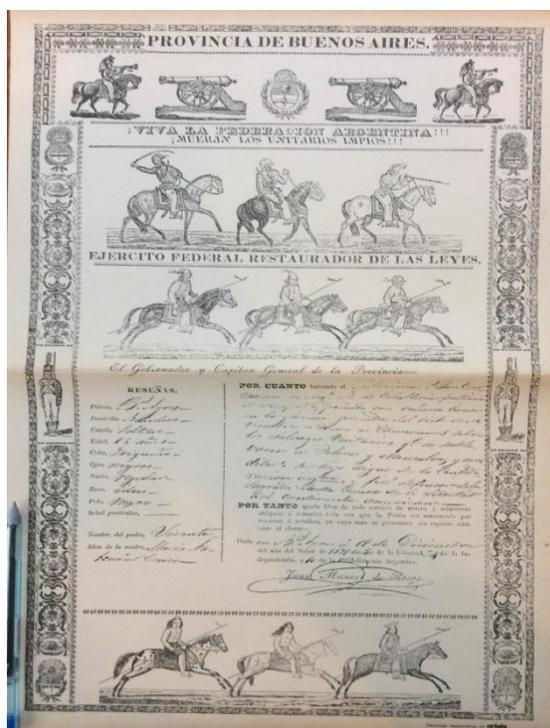
A estratégia adotada consistia em explicar as serigrafias publicadas e associá-las a eventos políticos e processos considerados cruciais para a formação nacional. As imagens eram impressas em folhas soltas, mas as primeiras páginas da revista traziam uma miniatura do conjunto publicado, acompanhada por um pequeno texto que tratava de contextualizar os documentos, uma espécie de guia de leitura proposto. **crisis** citava e negritava passagens documentais para chamar a atenção do leitor para o ponto desejado: a introdução à Ata de Independência de 1816 ressaltava um parágrafo da declaração sobre defesa da independência nas Províncias Unidas perante o rei espanhol e negritava “**e toda**

<sup>541</sup> CHÁVEZ, Fermín. *Carnet. crisis*, Buenos Aires, n. 33, enero, 1976, p. 58.

<sup>542</sup> VOGELIUS, Federico. El primer periódico del Río de la Plata. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, enero, 1975, p.1. Grifos nossos.

**outra dominação estrangeira**".<sup>543</sup> Nos parágrafos autorais os editores ofereciam as chaves de leitura para os documentos, a atuação dos soldados na Batalla de Juncal deveria ser encarada como "provas de um patriotismo exemplar ao defender a nossa soberania"<sup>544</sup> e alguns homens importantes mortos nos embates políticos seriam "grandes mártires da causa federal".<sup>545</sup> Além disso, a revista elencava os acontecimentos dignos de atenção, como o Tratado de Pilar, "um dos 'pactos pré-existentes' mais importantes da nossa história, tanto pelo seu valor como proposta de organização federal como por ser, apesar de sua posterior frustração, o resultado de uma etapa chave das lutas reivindicativas do interior".<sup>546</sup>

Figura 12: Serigrafia publicada no n. 26 de **crisis**. Trata-se de um Diploma Federal de 1839, no documento lê-se "Viva a Federação Argentina! Morte aos unitários ímpios!".



Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas  
(CeDInCI)

<sup>543</sup> Acta de Independencia de 1816. **crisis**, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p.1. Grifos originais.

<sup>544</sup> COLLAZO, Alberto H. Batalla de Juncal. Partes de Guerra (1827). **crisis**, Buenos Aires, n. 37, mayo, 1976, p.1.

<sup>545</sup> RIVERA, Jorge B. Asesinato del ilustre héroe de los andes y representante del gobierno de Buenos Aires brigadier general D. Juan Facundo Quiroga. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p.1.

<sup>546</sup> El Tratado de Pilar. **crisis**, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p.1. O Tratado de Pilar foi um acordo de paz assinado entre os unitários da província de Buenos Aires e os federalistas das províncias do interior argentino, vencedoras do conflito. O "pacto pré-existente" mencionado é uma referência direta ao texto do preâmbulo da Constituição da Nação Argentina.

Essa hierarquização dos processos notórios indica quais as fontes as *Ediciones de Crisis* escolhiam publicar e quais passados desejavam priorizar. Se a revista possuía certa pluralidade na seleção de assuntos e recortes temporais, como a história do tango e outros temas sobre o século XX, as serigrafias, por sua vez, mostravam-se mais restritas, conforme a tabela abaixo. As imagens das serigrafias podem ser conferidas nos anexos.

Tabela 6: serigrafias e suas respectivas datas publicadas junto à revista **crisis** a partir do vigésimo primeiro número

<b>Serigrafia</b>	<b>Edição da revista crisis</b>
Primeiro período do Rio da Prata (1781)	21
<i>La Gaucha</i> , réplica de Ticucha a Don Cunino (1833)	22
O Tratado de Pilar (1820)	23
Homenagem a Manuelita Rosas (1842)	24
A confissão do <i>unitario</i> Juan Juye (1835)	25
Diploma Federal de 1839	26
Ata da Independência (1816)	27
Mapa de Buenos Aires (1773) e Boletim do Exército Libertador (1821)	28
Primeiro mapa independente da América (1550)	29
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	30
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	31
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	32
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	33
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	34
Trajes e costumes da província de Buenos Aires (1833-1834)	35
Assassinato do ilustre Herói dos Andes e representante do governo de Buenos Aires Brigadeiro General D. Juan Facundo Quiroga (1835)	36
Batalha de Juncal - Quatro folhetos referentes à guerra contra o Brasil (1827)	37
Rifa de Maio de 1826	38
Os corsários do Rio da Prata - Carta de Corso (1826)	39

A coleção era composta por dois mapas e um jornal do período colonial, atas, folhetos e periódicos do século XIX e uma bela coletânea de trajes e costumes de Buenos Aires da década de 1830, feita por César Hipólito Bacle. A maioria dos documentos publicados era associada ao momento da independência, às lutas dos caudilhos federalistas, ao rosismo e às guerras contra o Império do Brasil, mesmo a compilação do cotidiano buenairense era associado ao ditador que governou a província entre 1835 e 1852, uma vez que “muitas das obras da Litografia [de Bacle] estiveram dedicadas a homenagear Rosas”<sup>547</sup>, recortes temporais e temas próximos aos gostos dos historiadores revisionistas argentinos.

Como a revista, as serigrafias pouco tratavam da colônia. Embora dois documentos remetessem diretamente à Independência – o Boletim do Exército Libertador e a Ata de Independência – o momento representado como verdadeira fundação da identidade nacional foi a disputa entre unitários e federalistas e este último grupo, derrotado, recebeu os elogios dos editores.

As imagens selecionadas compunham essa parte da narrativa revisionista presente no projeto editorial, cerca de 1/3 delas (6 em 19) advinham da imprensa federalista e rosista e eram abertamente hostis aos grupos unitários. Para complementar a crítica já presente nos documentos os editores valeram-se de comentários que, ademais de sugerir a interpretação pertinente, serviam também para (des)qualificar os atores históricos e atribuir-lhes valores intrínsecos:

mas vale apontar nesta linguagem oficial que persiste sob o governo de Rosas certas diferenças em relação aos anteriores, tanto na forma – é menos ‘educado’, mais agressivo – como na função: o culto à figura do Restaurador se inscreve em uma necessidade histórica concreta, pois trata-se de um caudilho que representa os grandes setores populares. Não é o culto fictício e desenraizado praticado pelos intelectuais de Rivadavia.<sup>548</sup>

Pois bem, percebe-se que as revistas construíram a pretendida revisão histórica por meio de uma recuperação de textos e figuras ligadas à tradição nacionalista e

<sup>547</sup> César Hipólito Bacle: trajes y costumbres de la provincia de Buenos Aires (1833). *crisis*, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p.1. No fim de sua vida Bacle seria preso por Rosas por ajudar opositores do regime exilados no Chile.

<sup>548</sup> Homenaje a Manuelita Rosas. *crisis*, Buenos Aires, n. 24, abril, 1975, p.1.

revisionista, publicação e comentários de imagens e documentos relacionados às lutas entre federais e unitários. Tomada em seu conjunto, essa revista cultural que jamais pretendeu ser uma revista de divulgação ou produção de conhecimento histórico começava a delinear uma abordagem específica sobre o passado. Os vários fragmentos de textos e imagens, se coletados e analisados com cuidado, permitem elaborar uma espécie de um mosaico revisionista bem delineado, com uma narrativa bastante clara.

Devido ao seu caráter fragmentário e à sua própria natureza heterogênea e diversa, **crisis** se absteve de discussões teóricas sobre os objetos históricos tratados, prevaleceu o aspecto narrativo fundamentado em concepções dependentistas e julgamentos de caráter de acordo com as valorizações estabelecidas pelo nacionalismo revisionista. A legitimação dos seus enunciados se deu por meio de seu valor político e pelo prestígio daqueles que o elaboravam. Os *Cuadernos* complementariam o projeto com um tipo de acesso mais consistente e objetivo, consideravelmente mais próximo à história disciplinada.

#### 4.2 – A presença do revisionismo nos *Cuadernos de Crisis*

Nos *Cuadernos de Crisis* o interesse pela história e a *cultura intelectual revisionista* são mais evidentes. Como mencionado, 10 das 29 monografias tratavam dos caudilhos, 2 abordavam a experiência da Confederação e 1 dissertava sobre o imperialismo britânico na América Latina a partir da Teoria da Dependência (conferir a tabela 3). O comentário de José Luis de Diego acerca da crescente presença das figuras do nacionalismo argentino na revista também procede para os *Cuadernos*: a partir do quinto número dessas monografias diminuíram as menções às esquerdas latino-americanas – Ernesto Guevara e Pablo Neruda – e aumentaram as referências às figuras do peronismo, da *FORJA* e aos caudilhos.

O conjunto de *Cuadernos* respondia aos interesses da esquerda revisionista sessentista: sete deles tratavam dos caudilhos oitocentistas, três abordavam os intelectuais ligados ou próximos à *FORJA*, dois analisavam aspectos da Confederação Argentina, um dissertava sobre o Paraguai de Francia e sobre a guerra que arrasou o país e um tratava do imperialismo britânico nas Américas. As *Ediciones de Crisis* ainda planejaram uma série de publicações relacionadas a esses temas, mas que nunca chegou às mãos do público, como *La dominación porteña*, *Capital/Interior*, *Gauchos y peones* e *Los*

*Nacionalistas*.<sup>549</sup> Não surpreende, portanto, que o autor da carta endereçada a Aníbal Ford, Alejandro Damianovich, identificasse nos *Cuadernos* um espaço propício para a sua contribuição filiada à “linha nacional”.

Dirigida por Luis Alen Lascano, apenas uma monografia foi dedicada a Rosas, figura preferida por boa parte dos revisionistas das décadas anteriores. O caudilho era reconhecido como um filho das elites portenhas e como um ditador, mas o seu governo foi encarado como uma necessidade para a manutenção da integridade nacional frente à agressão imperialista.<sup>550</sup> O argumento soava semelhante àquele utilizado pelos conservadores ao admirarem o ditador portenho, mas Alen Lascano defendia o controverso líder pela sua suposta defesa dos pequenos produtores contra “os grupos exportadores intermediários do capital inglês”.<sup>551</sup> Ainda que Rosas fosse um representante do capitalismo rural nacional, Alen Lascano via em sua figura um defensor do interesse nacional frente ao imperialismo e um defensor de um caminho independente, nacional e plausível. Por fim, o autor diferenciava-se de seus antecessores ao incorporar as necessidades da sociedade moderna e recusar o saudosismo da sociedade pastoril comum a vários reacionários, uma vez que “os ventos transformadores do mundo, urgido de máquinas, vapores e ferrovias reivindicados pelos jovens proscritos chegaram na lei fatal da evolução histórica. A questão era utilizá-los à serviço da nação, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento independente, e não subordinar-se a eles.”<sup>552</sup> Carlos Machado, socialista uruguaio, igualmente tratou de recuperar a figura de Rosas, ainda que de maneira reticente, “se há que lhe dar um lugar nesta revisão de americanos ligados à causa da Pátria Grande é porque Rosas pôde liquidar outro projeto, imperialista, de nova divisão”.<sup>553</sup>

A figura de Rosas foi trabalhada no projeto editorial apenas quatro vezes, duas nos *Cuadernos* e outras duas na revista, para além da menção sobre sua reabilitação presente no dossiê de seu oitavo número. Em sua hierarquia **crisis** preferiu os caudilhos do interior, como Juan Bautista Bustos, Juan Felipe Ibarra e Felipe Varela, considerados defensores das raízes nacionais. No primeiro *Cuaderno* dedicado ao caudilhismo, sobre

---

<sup>549</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 82 e **crisis**, Buenos Aires, n. 33, enero, 1976, p.1.

<sup>550</sup> LASCANO, Luis Alen. *Rosas. Cuadernos de Crisis* 21. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 47.

<sup>551</sup> LASCANO, Luis Alen. *Rosas. Cuadernos de Crisis* 21. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 9.

<sup>552</sup> LASCANO, Luis Alen. *Rosas. Cuadernos de Crisis* 21. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 78.

<sup>553</sup> MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 35.

Juan Facundo Quiroga, Jorge Rivera contextualizou o período do fenômeno de maneira que legitimava as escolhas do projeto editorial:

Durante esses anos [1820-1845], precisamente, os homens ‘ilustrados’ do Partido Unitário – germe do liberalismo argentino – estabeleceram as principais amarras de nossa pátria aos interesses do Império Britânico e às intrigas colonialistas da diplomacia europeia.

São também, como contraponto, os anos em que os caudilhos do interior lutaram sem descanso contra a usurpação do poder e contra as pretensões políticas e mercantis da oligarquia portenha, aliada por laços não muito sutis com os acionistas londrinos.<sup>554</sup>

Rivera atribuiu ao recorte temporal um aspecto fundacional, retornar às lutas entre unitários e federalistas contribuiria para compreender a Argentina atual. A essa importância política, submetida de forma clara às demandas do presente, Fermín Chávez agregaria uma razão para estudar especificamente os caudilhos do interior

A pesquisa referente à vida de nossos caudilhos, por muito tempo descartada, nos leva cada vez mais a um melhor conhecimento do papel político por eles desempenhado em nossa evolução republicana e, simultaneamente, de seu temperamento, seu caráter e idiossincrasia.<sup>555</sup>

Chávez dialogava com a tradição revisionista ao inverter as dicotomias sarmentinas, como os seus antecessores o historiador tecia uma profunda crítica à tradição liberal (Sarmiento e Mitre) e admirava as figuras do que considerava como o verdadeiro nacionalismo argentino. Entretanto, ao contrário de vários revisionistas das décadas de 1930 e 1940, Chávez preferia valorizar a tradição federal não portenha, não conectada ao rosismo, e dirigiu a sua atenção sobretudo para os caudilhos do Norte, como Ángel Vicente Peñaloza, *El Chacho*, ou para a confederação.

Os caudilhos não seriam o único objeto do revisionismo histórico presente nas *Ediciones de Crisis*. Os novos revisionistas recuperavam algumas experiências do século XX argentino, sobretudo aquelas ligadas ao nacionalismo. Desta maneira, a *FORJA* aparecia como uma agrupação que suscitava o interesse do projeto editorial: duas monografias abordavam diretamente dois de seus membros, Arturo Jauretche e Raul

<sup>554</sup> RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga. Cuadernos de Crisis* 8. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 4.

<sup>555</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho. Cuadernos de Crisis* 16. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 29.

Scalabrini Ortiz, outra era composta por uma coletânea de textos e testemunhos sobre Enrique Discépolo, compositor de tango e ator que manteve relações amistosas com alguns *forjistas*. Um *Cuaderno* dedicado ao tango esboçou rapidamente um comentário sobre a *FORJA* ao dissertar sobre Homero Manzi.<sup>556</sup>

A *FORJA* foi revisitada pela esquerda nacionalista argentina a partir dos anos 1960 pelo seu anti-imperialismo menos aristocrático e pela sua relativa adesão ao peronismo. As *Ediciones de Crisis* viam na *FORJA* uma continuação das lutas nacionais iniciadas no pós-independência, “fiscal implacável do *cipayismo* (entreguismo) antinacional, por meio de campanhas vibrantes que golpeiam sem pausas a consciência dos argentinos”.<sup>557</sup> A *FORJA* era, para o projeto editorial, o elo entre os caudilhos oitocentistas, o yrigoyenismo e o peronismo, um ponto de inflexão na história argentina do século XX

Em 29 de junho de 1935 o universo da Argentina colonial começou a ser derrubado. Em um local de [Avenida] Corrientes 1778, quase esquina com [Avenida] Callao, iniciou a dura batalha de ideias que dez anos depois ganharia multidões nas inesquecíveis jornadas de outubro de 1945, a *FORJA* é parte integrante da UCR; por isso para ser seu militante era um requisito pertencer ao radicalismo.<sup>558</sup>

Norberto Galasso era, diferentemente dos outros revisionistas, mais propenso e estudar temas relacionados ao século XX. Após iniciar a sua carreira com uma obra sobre Mariano Moreno e o período da independência o historiador passou a pesquisar sobre os nacionalistas argentinos da primeira metade do século e nutria profunda admiração pelos membros da *FORJA*. Grosso modo, Galasso valorizava aqueles intelectuais que, ao seu ver, colocavam-se ao lado das massas populares que se batiam contra os setores pró-imperialistas.

O recorte temporal e os temas elencados para a publicação sintonizam os *Cuadernos* ao resto do projeto de revisão, mas a forma de acesso ao passado era distinta: as monografias se aproximavam dos padrões dos livros de história. O formato *cuaderno*, como explorado no segundo capítulo, já era bem recebido pelo público argentino. O projeto editorial delegou a elaboração de seus próprios *Cuadernos* a especialistas e

---

<sup>556</sup> DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Piazzolla. Cuadernos de Crisis* 13. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975.

<sup>557</sup> Discépolo. *Cuadernos de Crisis* 3. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1973, p. 50.

<sup>558</sup> GOLDAR, Ernesto. *Jauretche. Cuadernos de Crisis* 17. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 20.

autores renomados, mas que coincidiam com a linha estabelecida. Os revisionistas Alen Lascano, Fermín Chávez e Norberto Galasso e os historiadores uruguaios Vivian Trías e Carlos Machado foram os responsáveis pela maior parte das monografias de história.

Algumas dessas monografias eram apropriações de livros publicados pelos autores: *General Ángel Vicente Peñaloza Peñaloza – El Chacho*, de Fermín Chávez, era uma adaptação de *Vida del Chacho – Ángel Vicente Peñaloza, General de la Confederación*, publicado em 1962 e reeditado em 1974 por *Ediciones Theoría*; *Ibarra, un caudillo norteño* de Luis Alen Lascano fora publicado como *Juan Felipe Ibarra y el federalismo del norte* em 1968 pela editora de Arturo Peña Lillo; *Scalabrini Ortiz* de Norberto Galasso foi impresso em 1970 como *Vida de Scalabrini Ortiz* pelas *Ediciones del Mar Dulce*.

Fermín Chávez simplificou consideravelmente a sua versão para as *Ediciones de Crisis*. Apesar de iniciar ambas as obras de maneira semelhante – uma pequena descrição do núcleo familiar do caudilho, a origem de seu apelido, *Chacho*, e alguns comentários que Sarmiento teceu sobre o seu caráter – Chávez reduziu o *Cuaderno* aos principais feitos militares de Peñaloza e a sua cambiante trajetória política. Ao fim da monografia, o historiador incorporou uma pequena proposta de interpretação sobre o significado do *Chacho* para a história argentina, no qual sintetizava a importância das lutas dos caudilhos. Fermín Chávez diminuiu a parte narrativa da obra original pela metade para publicá-la e excluiu completamente cerca de 80 páginas em anexos e compilações de documentos.<sup>559</sup> Entretanto, o caráter eminentemente biográfico foi mantido, ambas as obras narravam a epopeia do caudilho de maneira linear e cronológica.

Se Chávez reescreveu boa parte daquilo que constava em seu livro anterior, Luis Alen Lascano preferiu reaproveitar passagens inteiras de sua obra.<sup>560</sup> Entretanto, algumas diferenças são evidentes. A monografia publicada pelas *Ediciones de Crisis* reduziu a livro em cerca de 1/3 do seu original e eliminou por volta de 30 páginas de apêndices documentais, mas a maneira de tratar o assunto alterou-se. A obra original mesclava a

<sup>559</sup> Utilizamos a edição original de 1962. Não tivemos acesso à versão de 1974, revisada e ampliada.

<sup>560</sup> Por exemplo, ALLEN LASCANO, Luis C. *Juan Felipe Ibarra y el federalismo del Norte*. Buenos Aires: Arturo Peña Lillo Editor, 1968, p. 143-144 e ALLEN LASCANO, Luis C. *Ibarra. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis* 25. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1976, p. 59-60. O reaproveitamento parecia ser uma estratégia empregada por **crisis**: Carlos Machado utilizou o mesmo texto em dois *Cuadernos* publicados pelo autor no projeto editorial. MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón. Cuadernos de Crisis* 11. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 28 e MACHADO, Carlos. *Artigas: el general de los independientes. Cuadernos de Crisis* 14. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 5.

trajetória de Ibarra com o desenvolvimento e as lutas do federalismo argentino, o elemento biográfico existia, mas era reduzido. O caudilho, embora fosse dotado de virtudes e considerado um indivíduo exemplar, aparecia como uma parte de uma trama maior. Em certos momentos, sua figura era colocada em segundo plano para que o autor elaborasse um quadro mais amplo. No *Cuaderno*, a narrativa foi toda centrada a partir de sua figura, o elemento biográfico foi reforçado.<sup>561</sup>

A operação possui uma razão de ser. Os *Cuadernos* precisavam ser menores que os livros, embora custassem o mesmo preço. O seu protocolo de leitura era distinto, eles eram elaborados para serem consumidos mais rapidamente, eram apenas uma introdução ao assunto. Além disso, as biografias eram gêneros muito populares entre o público e, como veremos, propícias para a criação de narrativas de heróis e mobilização de maniqueísmos.

As publicações traziam várias imagens de personalidades e, eventualmente, disponibilizavam alguns documentos. Essas gravuras tornavam a leitura mais leve e familiarizavam o público com os atores da trama narrada. Uma parte dessas imagens não trazia explicações, as legendas apenas informavam a identidade dos indivíduos retratados ou identificavam o evento correlato, a outra carregava comentários positivos ou negativos sobre a figura em questão. Por fim, as obras de Fermín Chávez ilustraram alguns documentos utilizados pelo historiador, possível estratégia de legitimação de seu trabalho.

Figura 13: Carlos Machado evidencia a sua preferência por José Artigas frente à “convivência” de Pueyrredón, inimigo dos federalismos rioplatenses.



<sup>561</sup> Infelizmente não tivemos acesso à obra de Norberto Galasso para compararmos ao *Cuaderno*.

Fonte: MACHADO, Carlos. *Artigas: el general de los independientes. Cuadernos de Crisis* 14. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 45.

Uma linguagem adjetivada e permeada por juízos de valor existente nos *Cuadernos*, comum ao revisionismo, contribuía para a facilidade no acesso e para guiar as interpretações do leitor. Os autores das monografias não se furtavam em classificar o caráter de seus inimigos históricos, os liberais eram “antinacionais e antipopulares”, Rivadavia era “cerimonioso, pesado, *farolero* [vaidoso], com essa pomposidade vazia e presunçosa” e “um alucinado e um mentiroso”.<sup>562</sup> Juan Lavalle, um dos caudilhos que lutou pela independência e que logo se voltou contra a causa federal, tampouco foi perdoado, tratado como “guerreiro da Independência, o herói da guerra contra o Brasil. Espada valorosa, ninguém duvida, e também cabeça oca”.<sup>563</sup> Bartolomé Mitre e os liberais que apoiaram a guerra contra o Paraguai foram classificados como “canalhada”.<sup>564</sup> Os seus contrapontos eram abertamente elogiados e idealizados, a “ignorância histórica nos círculos ‘cultos’ da grande metrópole contra um Ibarra de origens tão puras” e “os homens lutadores, peões heróicos que lutaram pela Pátria Grande palmo a palmo”.<sup>565</sup>

Essa linguagem simples e narrativa linear partiram de pressupostos teóricos e metodológicos relacionados ao dependentismo e ao nacionalismo. Como na revista, o caráter *dependente* latino-americano foi tomado como ponto de partida da análise, a Argentina se tornou independente em um momento de integração das periferias ao capitalismo imperialista e as suas elites liberais contribuíram para o processo. Além disso, os autores fundamentaram-se em uma espécie de nacionalismo metodológico que recusava a universalidade dos discursos cosmopolitas e tentava pensar a especificidade da nação. Ainda que linear e relativamente teleológica, a leitura revisionista da história nas *Ediciones de Crisis* negava a validade de um processo evolutivo *unilinear* implícito nas teorias da modernização populares entre os sociólogos argentinos ou mesmo entre as interpretações ortodoxas de esquerda: a Argentina não precisava inspirar-se nas nações capitalistas centrais para promover o seu desenvolvimento e tampouco carecia se adequar

---

<sup>562</sup> RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga. Cuadernos de Crisis* 8. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p.5; 11 e 17.

<sup>563</sup> RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga. Cuadernos de Crisis* 8. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 25.

<sup>564</sup> MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 41.

<sup>565</sup> ALLEN LASCANO, Luis. *Ibarra. Un caudillo norteno. Cuadernos de Crisis* 25. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1976, p. 6; RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga. Cuadernos de Crisis* 8. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 22.

aos velhos pressupostos da Komintern stalinista sobre a necessidade de uma revolução burguesa como pré-requisito para a construção da sociedade socialista. Em diálogo com as representações feitas sobre a historiografia liberal esse afastamento de um desenvolvimento unilinear constituía a recusa às leituras elaboradas a partir da dicotomia civilização *versus* barbárie tão popularizadas a partir da obra de Domingo Faustino Sarmiento.

A partir dessa mescla, potencializada pelas transformações dos marxismos latino-americanos, os autores repensaram os símbolos nacionais, os significados dos processos históricos e o próprio destino projetado para o país. Essa abordagem se manifestou nos mesmos vocabulários e expressões presentes na revista, mas pouco debatidos. Os *Cuadernos* recuperaram os caudilhos e os personagens considerados marginalizados pela *história oficial* e mostraram a sua luta contra os liberais que deturpam a nação, narravam como esses grupos destruíram um projeto de país soberano, mas pouco se interessaram em esclarecer quais eram os fundamentos de sua interpretação.

O projeto editorial chegou mesmo a suprimir algumas polêmicas internas dos revisionismos. A multiplicidade de leituras sobre a natureza do caudilhismo e da sociedade oitocentista argentina foram apagados ou silenciados: não foram tratadas as teses sobre o seu caráter feudal, pré-capitalista ou capitalista do caudilhismo, elementos estruturantes de análises dissonantes, como as de Puiggrós ou Eduardo Astesano. Tampouco foram feitos os debates sobre o papel de Rosas no desenvolvimento do capitalismo nacional, se ele representava as forças reacionárias da nação ou se as elites *saladeras* eram as únicas capazes de promover o desenvolvimento do capitalismo nacional. Uma leitura teleológica efetuada por nacionalistas de vários matizes focou nos aspectos éticos e políticos de uma nação em seu dever, qualificou como antinacional e dependente uma série de processos que impediu que se formasse o país imaginado e desejado, industrializado, soberano e igualitário. No limite, essa redução permitia congregiar autores dissimiles e articular uma identidade revisionista mais coesa. Por outro lado, essa simplificação facilitava o acesso das publicações ao público não acadêmico.

Entretanto, houve espaço para contribuições mais refinadas, como as de Vivian Trías. Por meio de uma linguagem simples, o autor uruguaio aproveitou o espaço disponível nos *Cuadernos* para apresentar ao seu público os pressupostos da Teoria da Dependência e tratou de explicar como o caráter dependente da América Latina era produto do desenvolvimento histórico do capitalismo. A obra de Trías parecia ser menos

regida por aspectos conspiracionistas atribuídos a atores moralmente condenáveis e sim por paradigmas discerníveis e demonstráveis, embora flexíveis, “estamos revelando uma lei, não um teorema matemático”.<sup>566</sup>

Munido da teoria marxista, Vivian Trías, que fora o tutor de vários jovens socialistas uruguaios, tratou de mostrar como a Inglaterra se beneficiou de um desenvolvimento desigual a partir da Revolução Industrial e como esse processo permitiu que o império elaborasse a sua política externa. Após elaborar uma longa narrativa sobre os preços dos produtos, o incremento nas exportações, o crescimento demográfico e a disponibilidade do crédito o uruguaio tentou demonstrar como foi possível que os ingleses desenhassem as relações políticas e econômicas na periferia.

A partir de uma leitura materialista, menos calcada em uma suposta deturpação do *ethos* nacional, Trías explicou ao seu leitor de maneira simples como o desenvolvimento prévio da indústria inglesa e a estrutura das relações exteriores provocaram um “infanticídio industrial” na América Latina, a sua incapacidade de se industrializar em competição com as potências imperialistas. A partir da teoria marxista da dependência e das análises econômicas marxistas, o historiador pretendeu demonstrar ao seu interlocutor que o desenvolvimento dos países industrializados gera o subdesenvolvimento nas periferias.<sup>567</sup> Por fim, Trías não se interessava tanto pela “colonização mental” das elites latino-americanas ou pela sua adesão à cultura cosmopolita, embora não as descartasse, o seu empenho estava direcionado a ilustrar os seus comportamentos políticos a partir de interesses materiais em países empobrecidos pela política econômica liberal nos quais inexistiam, no século XIX, burguesias industriais e nacionais. Se os pares de Vivian Trías nas *Ediciones de Crisis* reforçavam a necessidade de uma recuperação dos símbolos nacionais e uma espécie de regeneração moral, o uruguaio, por sua vez, se aproximava de um materialismo mais clássico que levasse em consideração as especificidades da inserção da América Latina no capitalismo global.

Os *Cuadernos* de Vivian Trías diferenciaram-se daqueles de outros autores pela sua preocupação analítica. Trías não se furtou em tratar dos caudilhos, a monografia sobre a história paraguaia explorou as figuras de Francia, López e Artigas, mas o seu interesse

---

<sup>566</sup> TRÍAS, Vivian. *El imperio británico en América Latina. Cuadernos de Crisis* 24. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1976, p. 77

<sup>567</sup> TRÍAS, Vivian. *El imperio británico en América Latina. Cuadernos de Crisis* 24. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1976, p. 40-42

esteve mais voltado para os processos mais amplos. O uruguaio não se preocupou em narrar as vidas, trajetórias e feitos dos grandes homens, mas em inseri-los no quadro da integração dependente latino-americana. Em suas monografias a importância não estava na narrativa da tragédia dos heróis nacionais injustamente derrotados por personagens escusos e sim na compreensão dos instrumentos e práticas do imperialismo inglês e os seus desdobramentos na submissão das jovens nações.

Diferentemente das revistas, os *Cuadernos* possuíam referências bibliográficas. Os autores mencionavam os arquivos que detinham os documentos utilizados, discutiam o caráter da documentação e a sua importância para o estudo do tema, citavam os trabalhos de seus pares e elaboravam uma compilação final daquilo que consideravam fundamental para que o leitor aprofundasse o seu conhecimento no assunto. Abundavam as referências aos teóricos da dependência, sobretudo Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Entre os argentinos houve uma prática recorrente entre os revisionistas, a saber, a menção aos pares ideologicamente sintonizados. Os revisionistas citavam preferencialmente os seus colegas, havia um ambiente relativamente fechado que fortalece a hipótese da formação de uma rede intelectual. Se, como sugere de Certeau, o texto do historiador é uma encenação de um contrato social entre os próprios historiadores e os métodos são comportamentos institucionais submetidos às leis de um meio<sup>568</sup>, pode-se dizer que os revisionistas buscavam se legitimar entre os seus próprios pares. A complexa relação com a academia os levava aderir a práticas que transitavam entre a produção disciplinada e a recepção do grande público. Nos *Cuadernos* ambos os aspectos estavam presentes.

O formato e as estratégias adotadas nas monografias não alteraram fundamentalmente o cerne dos discursos, apenas o reforçaram. Nessas publicações as *Ediciones de Crisis* possuíam mais espaço para denunciar a falsificação histórica, idealizar os símbolos e figuras do nacionalismo argentino e atacar a teoria liberal, “interessada política do império inglês”.<sup>569</sup> Como na revista, as narrativas sobre o passado elaboradas nos *Cuadernos* diminuía o distanciamento entre o passado e o presente, elas construía uma continuidade e projetavam no presente ou em um futuro imediato a possibilidade de ruptura libertadora, uma forma de se livrar do fardo imposto pela

---

<sup>568</sup> DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 55-58.

<sup>569</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza. Cuadernos de Crisis* 19. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 6.

submissão imperialista. Dois *Cuadernos* delinearam essa conexão entre passado e presente que o projeto editorial desejava construir. Carlos Machado traçou um desenvolvimento que ligava Bolívar e os caudilhos argentinos do século XIX a Perón e Salvador Allende, supostos lutadores da integração latino-americana e adeptos de causas anti-imperialistas.<sup>570</sup> Já Guillermo Gutiérrez elaborou uma síntese da história argentina por meio das relações entre as massas de trabalhadores, seus líderes e as oligarquias que saquearam o país. O autor foi além da disseminada interpretação marxista do motor do desenvolvimento histórico como a luta de classes e incorporou a dualidade “nação x imperialismo”. Para Gutiérrez o processo nacional seria definido por uma

[...] Continuidade histórica de um bloco social que se enfrentava com a oligarquia e o imperialismo e no qual a classe trabalhadora foi ganhando, paulatinamente, o protagonismo da ação.

Oligarcas e descamisados sintetizam então a continuidade de nossa relação histórica: por um lado o bloco dos trabalhadores (massas trabalhadoras) / Nação. Do outro, classes dominantes (proprietárias, entrelaçadas com o imperialismo/Estado).

Uma relação histórica que foi solidificada em distintas etapas:

1 – As massas, fundamentalmente os povos do interior, com um projeto autônomo em relação ao imperialismo e à oligarquia; por outro lado, o processo de consolidação da oligarquia como classe e como poder (até 1880)

2 – É derrotado o projeto popular, as *montoneras* são aniquiladas, a oligarquia agroexportadora se consolida como classe e constitui o Estado oligárquico (até Yrigoyen)

3 – O yirigoyenismo significa uma nova relação entre as massas e o poder, o estado oligárquico é derrubado e em 1930 a oligarquia assume descaradamente o seu poder.

4 – O peronismo produz um salto revolucionário na relação entre as massas e o poder, há uma redefinição da consciência dos trabalhadores a partir de sua condição e identificação políticas (a de peronistas) e inicia um período novo na história argentina, marcado pelo protagonismo do povo, e a impossibilidade do equilíbrio do Estado burguês e o sistema capitalista dependente.<sup>571</sup>

Os uruguaios provindos de *Marcha* agregaram a essa representação exaustivamente repetida um novo elemento, o artiguismo. As monografias de Carlos Machado, Vivian Trías e, em menor escala, de Rivera incorporaram José Artigas no rol dos caudilhos admirados e no panteão revolucionário latino-americano. Artigas fora

<sup>570</sup> MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón. Cuadernos de Crisis* 11. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

<sup>571</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional: su conformación histórica. Cuadernos de Crisis* 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 6-7.

construído como herói nacional uruguaio principalmente a partir das décadas de 1910 e 1920, tomado como um dos símbolos pátrios da república que tentava elaborar a sua própria identidade.<sup>572</sup> A partir dos anos 1960, com a crise do Estado batllista, as esquerdas uruguaias iniciaram um processo de reapropriação da figura de José Artigas, tomado como um revolucionário independentista, democrático e anti-imperialista, uma espécie de espelho no qual elas se percebiam refletidas.<sup>573</sup> Essa esquerda buscou elementos do artiguismo que não haviam sido utilizados pela intelectualidade liberal de seu país e logo viram no Regulamento de Terras de 1815 uma espécie de reforma agrária e associaram a sua luta aos projetos de integração continental na América Latina.

Em um momento em que a esquerda uruguaia refletia sobre os limites de seu desenvolvimento nacional e sobre a necessidade da integração regional como forma de superação de sua própria crise, Trías e Machado representaram Artigas como um ferrenho defensor da causa americana e inimigo dos separatistas portenhos, o caudilho teria compreendido que “a nacionalidade tem uma dimensão continental: a da Pátria Grande”.<sup>574</sup>

Para Machado, os legados de Artigas seriam a independência real, a elaboração de formas republicanas para garantir a participação popular, a autonomia regional por meio do federalismo e o ideal de justiça social.<sup>575</sup> Trías, professor de Machado, seguiu semelhante leitura de seu conterrâneo:

Frente aos interesses britânicos Artigas contrapôs um programa nacional e popular: nacionalizar as rendas aduaneiras, abrir à livre circulação os rios interiores para quebrar a ditadura de um só porto, impulsionar uma política protecionista que amparasse os tecelões e os produtores de talabartes do interior, promover uma cabal reforma agrária que terminasse com o latifúndio e assentasse na terra o *gaucho* errante, o peão, o paisano, uma reforma segundo a qual ‘os mais humildes seriam os mais privilegiados’.<sup>576</sup>

Ambos projetaram no caudilho montevidéano os desejos da esquerda revolucionária de seu presente, assim como os seus pares argentinos haviam o feito com

---

<sup>572</sup> DEMASI, Carlos. La construcción de un ‘héroe máximo’: José Artigas en las conmemoraciones uruguayas de 1911. *Revista Iberoamericana*, v. LXXI, n. 213, oct-dic. 2005, 1029-1045.

<sup>573</sup> ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016, p. 207.

<sup>574</sup> MACHADO, Carlos. *Artigas: el general de los independientes*. *Cuadernos de Crisis* 14. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 36.

<sup>575</sup> MACHADO, Carlos. *Artigas: el general de los independientes*. *Cuadernos de Crisis* 14. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 64.

<sup>576</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. *Cuadernos de Crisis* 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 12.

os seus caudilhos nativos. Esse revisionismo uruguaio, entretanto, reforçava o discurso integracionista e o ideário da Pátria Grande. Trías foi enfático em seu diagnóstico, as soluções nacionais só seriam possíveis por meio de atitudes mais globais. A derrota de Artigas e da experiência paraguaia deixaram uma mensagem para os latino-americanos do presente:

A própria guerra mostrou quão difíceis, árduos e incertos são o desenvolvimento e a libertação sem a unidade continental, especialmente para as nações pequenas.

A ideia vive e é *mais necessária que nunca. Hoje há que unir as pátrias e não as províncias*. O problema é distinto, mas a solução é a mesma: *unidade e libertação*.<sup>577</sup>

A história escrita por Trías e Machado, a revolução frustrada da Pátria Grande, servia para afirmar o socialismo nacional e o artiguismo era interpretado a partir de uma chave classista que se replicava até o presente e que poderia prover inspiração para as lutas contemporâneas.<sup>578</sup>

Os *Cuadernos*, portanto, complementavam o projeto revisionista iniciado na revista e o fortaleciam. As formas de tratar o passado foram semelhantes e os enunciados foram mantidos, mas a presença da história no conjunto das publicações era mais estável e os temas eram menos fragmentados, havia maior sistematicidade. Os livros das *Ediciones de Crisis* apresentam um quadro distinto, afastado do revisionismo histórico. Neles a história daria espaço a outras formas de narrar o passado que, apesar disso, integravam a proposta de revisão.

#### 4.3 – Culturas de passado nas *Ediciones de Crisis*

A lista de livros publicados pela editora parece, ao primeiro olhar, um pouco destoante em relação ao resto do projeto editorial no que tange ao revisionismo histórico. A maioria das obras era dedicada à literatura, com enfoque no romance, no ensaio político e análises de conjuntura do presente, na obra de algum autor específico ou assuntos variados, como o teatro, a universidade popular, o cinema ou a política artístico-visual na América Latina. Com exceção das coleções *Esta América*, coordenada por Mario Benedetti, e a *Coleção Política*, de Rogelio García Lupo, parecia mesmo haver pouca

<sup>577</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. *Cuadernos de Crisis* 19. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 79. Grifos nossos.

<sup>578</sup> RILLA, José. Revisionismos e izquierdas en Uruguay y Argentina. *Revista Uruguay de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, Montevideo, 2010, p. 88.

coerência entre o conjunto.<sup>579</sup> De fato, pouquíssimos livros eram dedicados à narrativa histórica.

A obra que mais se aproximou de tal intento foi *Chile: una tragedia americana*, uma compilação de textos que buscava dar ao leitor um panorama da derrocada de Salvador Allende.<sup>580</sup> Os artigos que a compunham tentavam elaborar uma narrativa que explicasse ao público como o golpe foi possível no primeiro governo socialista que ascendeu ao poder pela via institucional. As contribuições de Pablo Díaz e Pablo Piacentini, em particular, descreveram como a Unidade Popular foi construída e os seus erros estratégicos que a impediram de ampliar as suas bases para combater os setores reacionários. Piacentini, autor de dois textos na mesma obra, ainda se dispôs a entender como as Forças Armadas chilenas, conhecidas pelo seu suposto legalismo, aderiram à trama golpista. Por fim, o livro recorria a pequenas incursões ao passado para compreender o presente.

A estratégia se repetiu em outras publicações que não pretendiam abordar a história como o seu principal objeto. Assim como na revista, os livros apresentavam ao seu leitor uma história fragmentada, dosada em pequenas partes que serviam para construir um argumento maior em um tema que se julgava importante para o momento. Em *Narrativa y neocoloniaje en América Latina* Jaime Mejía Duque deixava clara a função pragmática da narrativa histórica em seu livro de crítica literária. O colombiano afirmou que

Não seríamos tão ingênuos ou tolos para pensar que a nossa pesquisa teórica – *a qual servem pragmaticamente os dados históricos, pois em nenhum caso nos propusemos a escrever uma história literária* – irá aclarar de modo satisfatório cada uma das questões enunciadas. Mediante um esquema diacrônico, aplicamos amplos esquemas de interpretação.<sup>581</sup>

A história, na obra de Mejía Duque, servia para explicar os aspectos contemporâneos da literatura latino-americana. O recurso à história literária tinha o objetivo de problematizar a universalidade da literatura produzida neste continente e provar que somente agora, após um longo atraso seguido por um veloz processo de amadurecimento, ela alcançava dito patamar, “como um embrião humano percorre em

---

<sup>579</sup> Conferir as tabelas 2, 3 e 4.

<sup>580</sup> DÍAZ, Pablo; PIACENTINI, Pablo; VÁZQUEZ, Jorge. O'SHAUGHNESSY, Hugh; MEDINA, Guillermo; CORDOVA-CLAURE, Ted; BARONCINI, Danilo. *Chile: una tragedia americana*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

<sup>581</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p.12.

nove meses o ciclo evolutivo da espécie, na América Latina a literatura esboçou rapidamente em noventa anos mal contados o desenvolvimento das principais formas literárias conhecidas desde o Renascimento”.<sup>582</sup> Munido da Teoria da Dependência – Theotônio dos Santos foi mencionado constantemente – Mejía Duque defendia que só no presente a literatura latino-americana tornara-se universal por livrar-se das amarras do neocolonialismo.

Esse fracionamento das narrativas sobre o passado e a sua submissão declarada ao presente possuíam especial recorrência nas apresentações ou introduções dos livros, essas espécies de guias de leitura oferecidas pelo editor que, por vezes, atualizavam obras antigas e ressaltavam as suas contribuições para a sociedade daqueles anos 1970. Os prefácios de *El general Torres habla a Bolivia* e *El saqueo de Bolivia* passavam rapidamente por alguns eventos da história do país andino para situar melhor os discursos do militar nacionalista que governou o país, caso da primeira obra, e o pensamento político do revolucionário de Marcelo Quiroga Santa Cruz, autor do segundo livro.<sup>583</sup>

Essa escassez, entretanto, não implica um desinteresse pelo passado. As obras ofereciam outras formas de acesso ao passado para além da História e estas se conectavam com o projeto de revisão das *Ediciones de Crisis*. No caso dos livros, as principais formas eram o romance e o testemunho.

Três obras publicadas compunham romances históricos, *Sota de Bastos Caballo de Espadas*, de Héctor Tizón, *Los Aprendices*, de Carlos Eduardo Zavaleta e *General General*, de Lincoln Silva. O romance do argentino Héctor Tizón, *Sota de Bastos Caballo de Espadas*, foi, talvez, a obra literária que melhor se encaixava na empreitada revisionista. Ainda em novembro de 1974, antes da publicação do livro, Héctor Tizón havia recebido um pedido de Eduardo Galeano para publicar um conto em **crisis**. O texto produzido, chamado *Historia olvidada* (História esquecida), não agradou ao autor e este decidiu não enviá-lo. Entretanto, meses depois, em maio de 1975, assinou um contrato com as *Ediciones de Crisis* para publicar o livro.<sup>584</sup>

---

<sup>582</sup> MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1974, p. 99.

<sup>583</sup> *El general Torres habla a Bolivia*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1973 e QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. *El saqueo de Bolivia*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1973.

<sup>584</sup> TIZÓN, Héctor. *Sota de bastos caballo de espadas*. Edição Kindle. Buenos Aires: Alfaguara, 2011, posições 194 e 206. A obra possui uma espécie de “diários de trabalho” do autor que antecedem a narrativa. A publicação original das *Ediciones de Crisis* não continha todas as passagens que Tizón incorporou na edição de 2011 publicada pela editora espanhola Alfaguara.

De antemão o autor já avisava ao seu leitor, “o tema é a nossa antiga guerra”.<sup>585</sup> A obra situa a sua trama durante o Êxodo Jujeño de 1812, a retirada estratégica do Exército do Norte comandado por Manuel Belgrano que partiu de Jujuy, no Norte argentino, rumo a Córdoba, acossado pelo exército realista espanhol que avançava desde a província do Alto Peru. Tizón utilizou dois níveis narrativos em seu romance, um abordava a expedição de Belgrano, a migração massiva da população jujeña, a guerra independentista e os grandes eventos políticos, ao passo que o segundo nível se referia às relações sociais dos setores populares envolvidos no conflito, tomados como os verdadeiros atores da história argentina.

O belo livro de Tizón, publicado por várias editoras ao longo dos anos, dialogou com as linhas mestras das *Ediciones de Crisis*. Antes mesmo da conclusão de *Sota de bastos caballo de espadas* a revista o apresentou como um grande expoente da literatura contemporânea argentino, uma vez que a sua obra seria “uma exploração constante dos povos marginalizados da Puna, de sua cultura, de suas histórias”.<sup>586</sup> A obra dividia-se em duas partes: *Pulperos, Caballeros y Pordioseros (Vendedores, Cavaleiros e Mendigos)* narrava o Êxodo a partir das vozes do povo, figurava a opressão do jugo colonial metropolitano e representava o caudilho, Belgrano, como uma entidade onipresente e mitificada pelos elementos populares, ao passo que a segunda parte, *El Centinela y la Aurora* (A Sentinela e a Aurora) tratava do Êxodo a partir da própria figura do caudilho.

O livro publicado daria sequência àquilo que **crisis** percebia como importante, tratava do século XIX, do momento da independência e da campanha de um dos próceres pátrios, Belgrano, mas incorporava também retratos dos costumes sociais populares do norte argentino e reafirmava a participação popular na política nacional. Estavam ali presentes alguns dos elementos caros às narrativas revisionistas, como o recorte temporal preferido, a romantização de caudilhos e das massas que os acompanhavam e a prefiguração de uma nação destinada à grandeza ainda inconclusa no presente. O livro de Tizón era a publicação que mais se aproximava de alguns dos pressupostos do revisionismo dos anos 1960 e 1970, a saber, um interesse por um suposto líder popular e a valorização das culturas do Norte argentino. Ao mesmo tempo, a obra trazia uma interessante abordagem: o caudilho tornava-se quase uma figura secundária perante o

---

<sup>585</sup> TIZÓN, Héctor. *Sota de bastos caballo de espadas*. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p.4.

<sup>586</sup> TIZÓN, Parábola. **crisis**, Buenos Aires, n. 09, enero, 1974, p. 20.

povo e, em certos momentos, desaparecia completamente. Voltaremos a esta obra no próximo capítulo.

Os dois romances seguintes situaram as suas narrativas em períodos ditatoriais ou, pelo menos, referiam-se a eles. *General General*, do paraguaio Lincoln Silva, dialogava com a memória dos vários governos autoritários que existiram em seu país e as violências por eles perpetradas. O livro recorria ao realismo fantástico para contar a história de Benedicto Sanabria, uma espécie de messias de esquerda ressuscitado que vivera por anos a fio em um povoado indígena. Embora a obra constituísse uma crítica ao regime de Stroessner então vigente, em vários momentos o autor recorria ao passado histórico para construir a sua trama e elaborar uma dura interpretação da história contemporânea paraguaia, um país marcado por golpes militares e pelas repetidas trocas de um ditador por outro, “do *febrerismo* ao *marzismo* não há nada mais do que um mês”.<sup>587</sup>

Um pequeno fragmento do romance de Silva foi adiantado no primeiro número de **crisis**, que o tratou como herdeiro do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, conhecido em 1973 por *Hijo del Hombre* (1960) e posteriormente aclamado pelo seu romance de ditador *Yo el supremo* (1974). Os editores escolheram apresentar a obra de Lincoln Silva por meio de um trecho que sintetizava a história do país, “afinal, não é difícil nascer louco no Paraguai. Desde o fim da Guerra Grande, um século de fome e de verão, de exploração e de catolicismo, afetou a sanidade nacional em suas raízes”.<sup>588</sup>

Já Carlos Eduardo Zavaleta tratou da experiência de jovens peruanos entre 1945 e 1956, da experiência de governo da Frente Democrática Nacional sob a presidência de Bustamante y Rivero até meados da ditadura de Manuel Odría, iniciada em 1948. Zavaleta articulou uma narrativa que mostrava a progressiva politização de jovens universitários na cosmopolita Lima em contraste com a vida pacata da cidade andina Sihuas e que evidenciava a violência e a desigualdade na sociedade peruana dos anos 1940-1950.<sup>589</sup>

Esses romances se afastavam consideravelmente de qualquer intento revisionista. A obra de Silva condizia com a sua trajetória extremamente crítica às ditaduras latino-americanas e ao nacionalismo paraguaio.<sup>590</sup> *General General* era, portanto, uma crítica

<sup>587</sup> SILVA, Lincoln. *General General*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 45. O *febrerismo* se refere à Revolução de Fevereiro de 1936 que levou o militar Rafael Franco ao poder.

<sup>588</sup> SILVA, Lincoln. *General General. crisis*, Buenos Aires, n. 01, marzo, 1973, p. 23. Os paraguaios se referem ao conflito contra Triple Aliança entre 1864 e 1870 como “Guerra Guasú” ou “Guerra Grande”.

<sup>589</sup> ZAVALETA, Carlos Eduardo. *Los aprendices*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

<sup>590</sup> <http://diccionario.cedinci.org/silva-lincoln/>. Acesso em: 30/01/2021.

ao personalismo stroessnista e se distanciava do revisionismo histórico paraguaio que elaboravam nacionalistas e conservadores colorados como Juan O’Leary e Juan Natalicio González, dois apologistas do líder Solano López.<sup>591</sup> Curiosamente, pelas vias do anti-imperialismo e do nacionalismo, as esquerdas argentinas e uruguaias dos anos 1960 revalorizariam, não sem polêmica, as figuras de Solano López e José Rodríguez de Francia. Por sua vez, *Los aprendices*, de Zavaleta, não se dispunha dialogar com qualquer tradição revisionista e aparentemente ignorava as polêmicas historiográficas.

Ambas obras pareciam mais propensas a criticar os autoritarismos, desigualdades e violências presentes na América Latina e, para fazê-lo, apenas situavam as suas narrativas ficcionais em um passado que evidenciava tais elementos. Se havia algum interesse em praticar alguma “revisão” ele se restringiria à necessidade de revisar o próprio presente, de fazer a crítica aos problemas contemporâneos imediatos.

Pois bem, a crítica ao autoritarismo esteve presente também em três livros voltados aos testemunhos, *La Patria Fusilada*, *Testimonios Chile* e *Una certa ventana enloquecida*. A literatura de testemunho ganhou força gênero literário a partir de 1970 após a criação de um prêmio de *Casa de las Américas* para a categoria. Essa produção conectava-se com a militância política e servia para denunciar os regimes ditatoriais que seguidamente chegavam ao poder na América Latina, trataremos um pouco melhor do tema adiante. As obras referiam-se ao presente, seu objetivo era contribuir para alguma forma de resistência contra as ditaduras, mas para fazê-lo recorriam à memória e ao passado recente.

Não seria distinto nos livros publicados pelas *Ediciones de Crisis*. *La Patria Fusilada*, de Francisco Urondo, recolhia testemunhos dos sobreviventes do Massacre de Trelew. Em 1972 dezenove membros de organizações armadas foram condenados ao fuzilamento na cidade patagônica de Trelew após uma malograda fuga da penitenciária de Rawson. Três sobreviveriam e, um ano depois, teriam seus relatos coletados por Urondo. *Testimonios Chile* era um pouco mais amplo, organizava dezenas de

---

<sup>591</sup>Cf.: QUINTEROS, Marcela Cristina. O imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio. In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016, São Paulo. *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: Prolam, 2016. v. 1. p. 1-10 e SILVA, Jeremias Machado. Efraím Cardozo e o novo revisionismo sobre a Guerra da Tríplice Aliança. *Estudios Históricos (Rivera)*, v. 23, 2020, p. 1-15.

Segundo Quinteros, Natalicio González e outros revisionistas paraguaios participaram das reuniões da *FORJA* a partir de 1937 e foram as principais referências para os escritos dos *forjistas* sobre a Guerra do Paraguai.

testemunhos que presenciaram a violência dos militares chilenos após o golpe militar de 11 de setembro de 1973. Por sua vez, livro do escritor chileno Miguel Cabezas, *Una certa ventana enloquecida*, carregava a perspectiva testemunhal sobre o massacre perpetrado pela ditadura chilena em 1973, mas o fazia por meio de oito contos.<sup>592</sup>

O que se percebe a partir dos livros elencados é o recurso a outras maneiras para acessar o passado remoto ou imediato, como o romance e a literatura de testemunho, ou seja, uma pluralidade discursiva que ia além da narrativa histórica como forma de representar os tempos já idos. Essas narrativas múltiplas elaboradas pelas *Ediciones de Crisis* eram unidas pelo desejo de criar um sentido comum sobre o passado e pelo seu uso político no presente, pela articulação de temporalidades distintas que busca servir à transformação social. De certa forma, o projeto editorial percebia que a *história* não era a única forma de conferir uma legitimação política a partir do passado. As *Ediciones de Crisis* partilhavam e elaboravam, portanto, não apenas uma cultura histórica, mas *culturas de passados*, definida com maestria por Nicolazzi como

as formas variadas pelas quais o passado é usado, cuidado, cultivado, habitado, mas também as distintas modalidades nos quais ele é significado, simbolizado, inserido em práticas determinadas que definem as modalidades segundo as quais ele funciona *no e para o* presente, bem como os diferentes sentidos que a ele são conferidos em uma dada sociedade [...] um artefato cultural que está relacionado às múltiplas formas de experiência do tempo que atuam em determinados contextos.<sup>593</sup>

O autor mobilizou o conceito sobretudo para tensionar e criticar a escrita histórica como suposta forma universal de representar e dar sentido à experiência humana no tempo, apontando para o seu caráter eurocêntrico e para a sua própria historicidade. A sua reflexão, entretanto, é particularmente poderosa por não restringir o uso conceitual às experiências que escapam às temporalizações ocidentais e por constatar que as “formas pelas quais os passados são mobilizados em distintos contextos se dão enquanto performances culturais particulares”.<sup>594</sup>

---

<sup>592</sup> Por sua obra Cabezas recebeu em 1974 uma menção honrosa em um prêmio outorgado pela União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC) na categoria conto. O elogio elaborado pela instituição provavelmente qualificou o autor a ser publicado nas *Ediciones de Crisis*.

<sup>593</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In.: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 226.

<sup>594</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In.: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 227.

No caso das *Ediciones de Crisis* essa pluralidade de formas de acesso ao passado não ficou restrita aos livros. Os *Cuadernos* apresentavam algo mais próximo à história disciplinarizada, ao gênero de escrita sistematizado desde o século XIX, mas a revista trazia uma maior quantidade de gêneros discursivos e tipos de conhecimento sobre o passado. A natureza das revistas culturais, relativamente plurais e criadas com um propósito claro de intervenção na esfera pública, permite esse agrupamento, sobretudo **crisis**, uma publicação heterodoxa e experimentalista, capaz de agregar discursos dissimiles e dar a eles uma forma final.

A revista dedicou um extenso dossiê aos mitos dos povos mbyá-guaraní, axé-guaraní, mak'a e nivaklé, do atual Paraguai, e um artigo sobre a mitologia dos Cashinahua, na fronteira peruano-brasileira.<sup>595</sup> O primeiro dossiê era composto por uma série de artigos que analisavam os mitos paraguaios e a atual situação de seus povos originários, mas mesclava a narrativa com a compilação de alguns mitos compilados por especialistas e com canções das próprias populações, traduzidas ao espanhol, sobre as suas desgraças, sobre os seus antepassados e sobre a origem do mundo. O segundo artigo era uma coletânea de três mitos peruanos sobre a formação da própria comunidade, sobre a invenção da noite e a descoberta da ayahuasca, associado à fonte de saber,

O testemunho, presente nos livros, também seria uma maneira de abordar o passado encontrado na revista. Ligado ao jornalismo e à perspectiva de trazer as vozes marginalizadas pela sociedade, o testemunho em nas *Ediciones de Crisis* pretendia tratar do presente, mas frequentemente voltava-se para experiências anteriores. Ao coletar relatos e entrevistar prisioneiros políticos, indivíduos internados em hospícios e imigrantes os colaboradores de **crisis** acabavam por narrar histórias de vida, mas mergulhavam sobre essas memórias individuais para construir experiências coletivas sobre a pobreza e a violência na sociedade argentina. Outros artigos recuperavam a memória dos revolucionários de Zapata ou sobre o curandeiro argentino Pancho Sierra.<sup>596</sup>

---

<sup>595</sup> Cantos y mitos. Las culturas condenadas. **crisis**, Buenos Aires, n. 04, agosto, 1973, p. 3-31; D'ANS, André Marcel. Tres mitos indígenas de la frontera peruano-brasileña. **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p.54-58.

<sup>596</sup> ZITO LEMA, Vicente. El hospicio. Testimonios y lenguajes de los oprimidos. **crisis**, Buenos Aires, n. 11, marzo, 1974, p. 3-25; GILIO, María Ester. Los desterrados. Informe sobre la inmigración en la Argentina (I). **crisis**, Buenos Aires, n. 18, octubre, 1974, p. 15-27; GILIO, María Ester. Los desterrados. Informe sobre la inmigración en la Argentina (II). **crisis**, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 3-12; Los últimos soldados de Zapata. **crisis**, Buenos Aires, n. 21, enero, 1975, p. 3-11; RIVERA, Jorge B. Memorias de Pancho Sierra. **crisis**, Buenos Aires, n. 28, agosto, 1975, p. 25-28.

Um grande número de outros artigos valiam-se do *testemunho*, categoria que, por si só, mereceria um estudo específico em **crisis**.

Grosso modo, o que unia esses artigos que tratavam de distintos temas e períodos era o interesse em revisar a cultura hegemônica e mostrar a existência de outras formas de ver, viver e experimentar o mundo. Essa revisão pretendia, portanto, conceder visibilidade a indivíduos, grupos e culturas que ficaram às margens da história dos vencedores. Para tanto, de maneira mais ou menos deliberada, os editores recorreram a outras formas de articular um discurso sobre o passado.

Essa multiplicidade de formas acabou por criar uma certa imprecisão entre as fronteiras das diversas narrativas. O índice temático elaborado no trigésimo sexto exemplar da revista evidencia os problemas na separação. Nele constam apenas 12 artigos classificados como “história”, 10 deles inseridos dentro da “Argentina” (o índice classificava por nações e temas) e outros 2 na parte “Humor” (os artigos chamavam-se “História do humor gráfico na Argentina 1 e 2”). No primeiro foram elencados alguns textos documentais, como cartas de Juan Manuel de Rosas e algumas discussões sobre historiografia, como o livro *La Patagonia Rebelde*, de Osvaldo Bayer, a enquete sobre o ensino de história no país e um artigo sobre Arturo Jauretche.<sup>597</sup> Todavia, essa breve classificação ignora artigos que, dentro de todos os parâmetros, poderiam ser considerados como História, como textos sobre os dois séculos do carnaval portenho, o movimento cultural de Boedo ou o impacto do golpe de 1930 na intelectualidade.

O excerto abaixo ilustra bem essa tênue fronteira na mencionada classificação “História”. Há ali, como dito, alguns documentos e estudos sobre alguns eventos e figuras do passado. A parte intitulada “Política”, localizada literalmente na coluna ao lado, parece não seguir os mesmos critérios classificatórios, apesar de arrolar artigos textos semelhantes, como artigos de Cooke (que possui outro texto na parte “história”), relatos sobre o golpe de estado na Argentina em 6 de setembro de 1930 e alguns textos escritos por *forjistas* nos anos 1930 e 1940.

Figura 14: índice temático de **crisis** 36. A denominação “história” aparece apenas no subtópico “Argentina”.

<sup>597</sup> Índices de materias. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 76.

<b>- Historia</b>	<b>- Política</b>
<i>Acerca de la Patagonia rebelde</i> , Osvaldo Bayer, 17, 29-32.	Szpunberg, Alberto, 32, 32.
<i>A un año de la muerte de don Arturo Jauretche</i> . "Somos una Argentina colonial, queremos ser una Argentina libre", Norberto Galasso, 26, 28.	3 poetas argentinos (Tamara Kamenszain, Raúl Santana, Mario Trejo), 24, 22-24.
"Cuando me paguen los señores Anchorena" (carta), Juan Manuel de Rosas, 2, 48-49.	Urondo, Francisco, 2, 8; 17, 35-38.
<i>El tratado del Pilar</i> , 23, 1.	Yupanqui, Atahualpa, 29, 45.
<i>Juan Manuel de Rosas. El destierro de un caudillo</i> , Vicente Zito Lema, 30, 28-33.	Zito Lema, Vicente, 32, 33; 36, 24-25.
<i>La confesión del unitario Juan Juye</i> , Jorge B. Rivera, 25, 1.	
<i>La semana trágica</i> , Beatriz Seibel (comp.) 21, 57-69.	
"Quebrar los dogmas históricos: John William Cooke", 23, 20-21.	
¿Se enseña en la Argentina la historia real del país?, Inés Prat (recop.), 8, 3-17.	
<i>Treinta voces en torno a la muerte de Manuel Dorrego</i> , Vicente Zito Lema e Ignacio Funes, 33, 8-15.	
<b>- Novela</b>	<b>- Teatro</b>
<i>Adriana Buenos Aires</i> (fragmento), Macedonio Fernández, 15, 22-25.	<i>Carta a Salvador Allende</i> (Bs. As., 12-IX-1964.), John William Cooke, 9, 9-10.
<i>El coronel Balderrama evoca su mano muerta</i> (fragmento de "Sota de bastos, caballo de espaldas"), Héctor Tís	<i>Escrito en 1934</i> , Jorge Luis Borges, 5, 6.
	<i>Jinete de dos caballos</i> , Rogelio García Lupo, 2, 62-63.
	<i>Juan Domingo Perón, los días siguientes</i> , Fernando Solanas y Octavio Getino, 1, 43-47.
	<i>La rebeldía popular y los aparatos partidarios</i> , John William Cooke, 9, 6-7.
	<i>Leopoldo Lugones. Documentos políticos</i> , 14, 20-23.
	<i>Por la neutralidad. La segunda guerra mundial</i> , Raúl Scalabrini Ortiz, 6, 10-11.
	¿Opé es FORJA?, Homero Manzi, 7, 15-17.
	6 de setiembre del 30. <i>La caída de las vacas y la conciencia de los escritores</i> (testimonios de Fernando Ortiz Echagüe, Arturo Cancela, Eduardo Márquez Silva y Ernesto Giudici), Rogelio García Lupo (comp.), 29, 64-69.

Fonte: Índice de matérias. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 76.

Caso desloquemos a nossa atenção para as classificações de temas estabelecidas para os artigos relacionados a outros países a separação é ainda menos clara: a Guerra do Chaco foi colocada dentro da subcategoria "Economia, política e sociologia", inserida na lista de artigos sobre a Bolívia. De fato, parecia difícil classificar artigos que, muitas vezes, incorporavam a narrativa histórica em fragmentos para cumprir outro objetivo.

Ademais, a autora do índice, mencionada apenas como Graciela T. Rocchi, preferiu separar os trechos documentais presentes em *Carnet*, *Ressurrecciones*, cujo critério parecia estar relacionado às seções da própria revista, e em outra classificação intitulada *Cartas e Documentos*, na qual a autora incorporou textos antigos e serigrafias publicadas.

Figura 15: divisões *Carnet*, *Cartas y Documentos* e *Resurrecciones* no índice de **crisis** 36.

CARNET/Fermín Chávez	CARTAS Y DOCUMENTOS	RESURRECCIONES
<p>"A bala, a látigo" (discurso), Ricardo Caballero, 34, 25.  "Barro Inglés" (de Veinte millones por año. Fabricación de arpilleras con materiales del país), Rafael Hernández, 29, 26.  "10 pesos por las 100 hectáreas" (de Aguas perdidas), Manuel J. Olascoaga, 28, 28.  El gaucho, Andrés González del Solar, 30, 49.  El pensamiento de [José] Oca Balda, 29, 26-27.  El poder del petróleo, 34, 25.  ¿Es barbarie o es bravura? (de Autógrafo), Rosario Vera Peñalosa, 33, 58.  Geopolítica (de Escritos Póstumos), Juan B. Alberdi, 31, 23.  Hernandinas, 30, 49.  Honor y gratitud, Supino Claridades, 30, 49.  La ley 5.315, llamada Mitre (discurso), Ricardo Caballero, 28, 28.  La otra ley Mitre (discurso), Ricardo Caballero, 28, 28.  Las cosas, Alejandro Heredia, 31, 23.  Las Malvinas: "las llaves de los Mares del Sur", 35, 36-38.  Los ángulos-franceses (de Rosas), Lucio V. Mansilla, 31, 23.  Los pueblos nuevos, Hipólito Yrigoyen, 29, 36.  78 Plagio político (de Ojeada filosófica so-</p>	<p>Acta de la Independencia. 1816, 27, 1.  Así nació "El trueno entre las hojas", Augusto Roa Bastos, 3, 39.  Boletín del Ejército Libertador, 28, 1.  Carta a Salvador Allende, John William Cooke, 9, 9-10.  Carta de un fusilado en Chile, 15, 54.  Carta de Vsevolod Meyerhold a Antón Chejov [Moscú, 18-IV-1901], 30, 36.  Cartas a Rodolfo Puiggrós, Elías Castelnuovo, 12, 10-11.  Cartas inéditas de Leopoldo Marechal, 5, 66-67.  Cesare Pavese. Las cartas del amor siempre imposible, Ricardo Piglia (comp.), 14, 33-38.  "Cuando me paguen los señores Anchoarena", (carta), Juan Manuel de Rosas, 2, 48-49.  De los cuadernos de Bitácora, Haroldo Conti, 16, 47-48.  Diploma federal de 1839, 26, 1.  Dos cartas de amor de Franz Kafka, 10, 38-39.  El 17 de octubre en los diarios, Nora Mazziotti (recop.), 31, 31-38.  El drama del Chaco algodonero, Homero Manzú, 7, 18-19.  El manifiesto de [Manuel Isidoro] Belzú en 1848. "La propiedad privada es fuente de crímenes, egoísmo y discordia", 22, 7.  En este café. Carta de Felisberto Hernández a Paulino Medeiros, 18, 10.</p>	<p>Cómo nació la novela (de Las aventuras de Gengi), Murasaki, 1, 42.  Cultura de metrópoli (de Las dos políticas), José Hernández, 1, 42.  Donde comienzan los peligros (discurso), José Ingenieros, 2, 61.  Ejemplo de corrección (de La situación del escritor norteamericano), Stephen Spender, 4, 60.  El oficio de escribir (de Los debates de la 6ª dieta romana), Carlos Marx, 1, 42.  Las ideas estéticas de Periquito el Aguador (artículos de Marcha), Juan Carlos Onetti, 5, 28-29.  1820 Baires 1825 (de Cinco años en Buenos Aires, 1820-1825), "Un Inglés" (Thomas George Love), 6, 24-25.  Paciencia, si la naturaleza lo quiso (de Carta al joven poeta Lefebvre), Francisco María Arouet (Voltaire), 2, 61.  Pensamiento inédito (de Pensamiento), Donato Alfonso Francisco conde de Sade, 8, 57.  "Qué hice y vi durante el incendio de Moscú..." (del Diario de mi campaña en Rusia), Stendhal (Enrique Beyle), 7, 34-35.  "Que los clásicos no obstruyan el camino con sus grandes traseros de bronce" (conferencia), Vladimir Malakovskiy, 3, 43.</p>

Fonte: Índice de matérias. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p. 78 e 81.

Não está totalmente claro quais foram os parâmetros adotados por Graciela Rocchi para fazer as separações. Havia, claro, uma divisão temática e nacional, mas em certos espaços do índice as divisões eram feitas por seções da revista. Eventualmente um mesmo texto ocupava duas classificações e textos de natureza semelhante eram classificados de maneira distinta.

No geral, ao longo dos seus próprios textos, **crisis** rotulou praticamente todas as formas de narrar o passado como *história*. É comum encontrar usos do termo para referir-se a qualquer forma de representação de alguma experiência no tempo. A História, forma de conhecimento e representação do passado, se impôs nas *Ediciones de Crisis*, assim como na maioria da sociedade ocidental contemporânea nas quais "esse singular-coletivo que aparece como sujeito dele próprio, passou a equivaler a falar sobre o próprio tempo".<sup>598</sup> A escolha por essa denominação, história, consciente ou não, aponta para uma hierarquia de formas narrativas e de tipos de conhecimento que perpassa todo o projeto editorial. A História parece sobressair às outras formas.

Para além dessa indeterminação havia uma certa tentativa de classificação, o que implica reconhecer que existiam outras formas de narrar os passados. O índice sugere, ao menos, tal preocupação por estabelecer uma separação. Ao longo da revista podemos

<sup>598</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. In.: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). *A História (in)Disciplinada*. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 218.

perceber que alguns autores, de maneira esparsa, demonstravam consciência sobre as diferenças e problematizavam as relações entre história, literatura e ficção.<sup>599</sup> Uma entrevista com o historiador e escritor francês Max Gallo reconhecia ainda que a história, como gênero e forma de conhecimento, não bastava para criar sentido e entendimento sobre o passado, seria necessário recorrer à literatura, à imaginação e à especulação teórica para compreendê-lo melhor.<sup>600</sup>

Outra entrevista, em particular, sugere a percepção da consciência da História como uma forma específica de narrar o passado e a história como experiência no tempo, mas narrada de outras maneiras. O músico folclórico Atahualpa Yupanqui, pseudônimo de Héctor Roberto Chavero, deixou claro que

existem dois tipos de História, a que escrevem os historiadores de acordo com a cadeira no qual se sentam e a outra, a que não se escreve, mas que se canta ou se cala, que é a do povo. Existe uma poesia anônima que diz: ‘assim se escreve a história / de nossa terra, paisano/ nos livros, com borrões/ e com cruces, nas planícies.’<sup>601</sup>

Havia, portanto, a noção de que formas distintas de narrar o passado compartilhavam espaços nas publicações e que possuíam diferentes potenciais e protocolos de produção. Todas essas narrativas sobre o passado foram importantes para o projeto de *revisão* das *Ediciones de Crisis*. No caso da História, o objetivo era melhor delineado, ela cumpria as funções de criticar a chamada “história oficial” e de ressignificar/reinterpretar as tradições nacionais, práticas delineadas pela cultura intelectual revisionista. Já o conjunto de outras narrativas – os testemunhos, a literatura, a música, os mitos - visava recuperar as vozes marginalizadas e capacitá-las a elaborar as suas próprias histórias. No limite, elas serviam para criticar a própria História como gênero capaz de narrar as lutas populares, assunto do nosso último tópico. O projeto editorial não, portanto, ser reduzido a uma mera expressão do revisionismo histórico argentino, ele era muito mais plural e rico.

Tal pluralidade dialoga com a multiplicidade de vozes constituía a cultura de passado argentina: o tango rememorava a velha Buenos Aires, as formas de sociabilidade do *arrabal*, o cortiço, as dificuldades do negro e do imigrante, as *nostalgia* que lhe confere

---

<sup>599</sup> SCORZA, Manuel. Yo viajo del mito a la realidad. *crisis*, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 40; CUEVA, Herman Mario. Datos para una ficha. Augusto Roas Bastos. *crisis*, Buenos Aires, n. 14, junio, 1974, p. 75.

<sup>600</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Desde Europa, cuatro encuentros para *crisis*. *crisis*, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 20.

<sup>601</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Con permiso viá dentrar; soy Atahualpa Yupanqui. *crisis*, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 45.

uma beleza ímpar propicia uma experiência particular com um tempo que, em suas letras e nos suspiros tristes de um bandoneón, se perdeu; a literatura gauchesca contava sobre as tradições do campo que se perdiam e sobre as figuras que desapareciam; os mitos indígenas do Norte contavam a sua lenta morte e as suas formas de vida que acabavam; o cinema documental reconstruía as lutas da classe operária e do exílio peronista e a literatura de testemunho construía os relatos sobre a repressão das ditaduras dos anos 1960 e do massacre do Processo de Reorganização Nacional. Todas estiveram presentes nas *Ediciones de Crisis*, ignorá-las implica abandonar um dos aspectos mais marcantes e originais do projeto editorial e deixar de lado as muitas formas de relação com o passado existentes ainda nos anos 1970 argentinos.

No caso das *Ediciones de Crisis* essa pluralidade possuía um aspecto político: ao borrar intencionalmente as fronteiras entre a disciplina histórica e as várias maneiras de abordar o passado o conjunto das publicações o projeto editorial apresentava o caráter mais radical de seu intento de revisão da história nacional. A revisão proposta pela historiografia não se daria ante cada incontinência, havia uma diretriz mais ou menos clara sobre como reavaliar esse passado. De forma geral, e com as suas particularidades, o revisionismo se ordenou em torno de um conjunto comum de acontecimentos, temas e chaves<sup>602</sup> que acabavam por limitá-lo a um repertório político e discursivo relativamente curto (os caudilhos, o imperialismo britânico, as propostas nacionalistas do começo do século XX). O projeto editorial, entretanto, ia mais longe, pretendia dirigir-se além da narrativa historiográfica e dos agentes que a construía. A revista, sobretudo, reconhecia o seu papel de mediadora cultural das narrativas produzidas, mas desejava, também, dar voz diretamente ao ator social que considerava o motor da revolução latino-americana, o povo.

Existia uma hierarquização dessas vozes e das experiências relatadas, advindas dos comentários dos colaboradores e da escolha das próprias fontes<sup>603</sup>, mas a abertura para o testemunho, algo relacionado à experiência no jornalismo, acabava por constituí-lo em voz ativa. Recuperar as vozes populares era tão importante quanto recuperar a

---

<sup>602</sup> ALTAMIRANO, Carlos. Peronismo y cultura de izquierda en la Argentina (1955-1965). In.: \_\_\_\_\_. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p. 83.

<sup>603</sup> O *cuaderno* sobre o tango, por exemplo, possuía comentários que afirmavam que ele representava uma forma de contestação social e uma espécie de conscientização de classe, mas que não possuía projeto unificado para enfrentar o sistema ele se entrega às saídas individuais inevitavelmente frustradas, relatadas pela música. A “verdadeira” conscientização e expressão das lutas viria, no caso, a partir da organização dos trabalhadores sob a liderança peronista. DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Piazzolla. Cuadernos de Crisis* 13. Buenos Aires: *Ediciones de Crisis*, 1975, p. 28-29.

memória dos caudilhos e da possibilidade derrotada no século XIX, ambos faziam parte do mesmo processo revisão.

O projeto editorial organizou uma série de eventos, processos e experiências em uma composição que busca construir uma identidade coletiva coesa, um ser nacional calcado em outra interpretação do passado e com uma perspectiva de futuro distinta. De alguma maneira, as *culturas de passado* presentes nas *Ediciones de Crisis* contribuíram para forjar, de maneira heterodoxa, o homem novo que a esquerda revolucionária vislumbrava.

Para tanto, essas narrativas faziam o passado presente: a luta dos caudilhos e dos *gauchos* era praticamente a mesma das lutas dos operários e dos guerrilheiros contemporâneos, o desenvolvimento capitalista massacrou a comunidade indígena ao longo do século XIX e continuava a fazê-lo no presente, o principal problema da nação era a dependência política e econômica estabelecida após a independência e que se aprofundava no presente, as elites oligárquicas e o imperialismo continuavam a ser o inimigo a ser combatido. As *Ediciones de Crisis* teceram continuidades por meio de várias formas de narrar o passado, fossem o testemunho de um prisioneiro político e o desenho de uma criança de um bairro operário ou os relatos dos grandes embates dos caudilhos oitocentistas.

As narrativas sobre o passado no projeto editorial encadeavam cenas e ações que se desenvolviam em um grande relato do processo dramático argentino e latino-americano: um começo marcado pelas independências, as desilusões das construções dos Estados Nacionais e a corrupção das identidades fundacionais e um desfecho que se daria no presente ou em um futuro próximo marcado pela revalorização das raízes e pelo estabelecimento de uma sociedade mais justa. Os relatos encaixavam-se nessas linhas e serviam para conscientizar os leitores, fosse pela narrativa histórica, gênero privilegiado pelas hierarquias internas do projeto editorial, ou pela familiarização com o passado provinda de outros discursos. Segundo Beatriz Sarlo, a

história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra resposta na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo,

cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite.<sup>604</sup>

Portanto, a partir da análise do conjunto de manifestações dos discursos revisionistas e dessas culturas de passado, bem como as suas condições de produção e os fundamentos que a guiavam, é possível compreender como as *Ediciones de Crisis*, em um momento de intensificação do debate público sobre a história, mobilizaram as *políticas da história* para contribuir na conformação de uma hegemonia no presente e como essa intervenção respondia a demandas específicas de seu próprio momento histórico. Vejamos com mais cuidado duas dessas manifestações, a conexão entre passado e presente por meio da experiência dos caudilhos, típica da cultura intelectual revisionista, e a concepção de uma história dos marginalizados que servia como crítica à história do poder.

---

<sup>604</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 13.

## Capítulo 5 – Caudilhos e massas na narrativa histórica das *Ediciones de Crisis*

### 5.1 – A pátria encarnada: as biografias de caudilhos

A narrativa construída pelas *Ediciones de Crisis* sobre o passado argentino e latino-americano abordou temas variados, da história do humor gráfico ao tango e arquitetura de finais do século XIX, assuntos que se encontravam diluídos ao longo das revistas e dos *Cuadernos*. A unidade e sistematicidade desse conjunto heterogêneo pode ser percebida ao delinear uma cultura de passado que politizava a narrativa histórica e tentava articulá-la de maneira a recuperar vozes e experiências dos setores marginalizados, último tópico desta tese. Entretanto, em meio a essa dispersão dois temas saltam aos olhos pela recorrência e especial atenção dispensada, os caudilhos argentinos e, por extensão, a experiência da Confederação Argentina.

A primeira menção direta ao tema do caudilhismo está presente no segundo número de **crisis**, uma carta de Juan Manuel de Rosas em seu exílio na qual queixa-se de penúrias financeiras. O comentário sobre o documento, sem autoria declarada, qualificava o caudilho buenairense como “autêntico forjador da unidade nacional e defensor insubornável da independência argentina”.<sup>605</sup> As referências explícitas aos caudilhos ou à Confederação tardariam a retornar, mas menções constantes eram diluídas ao longo de vários artigos por meio da crítica à dualidade sarmentina civilização *versus* barbárie e do repúdio ao Estado liberal construído após 1853 pelos unitários, evidenciados sobretudo em uma entrevista concedida por Arturo Jauretche.<sup>606</sup> Paulatinamente os editores começaram a desenhar os enunciados hegemônicos nas publicações e o panteão que pretendiam construir, os caudilhos serviram como exemplos de patriotismo e como corporificação dos valores nacionais.

As referências tornar-se-iam constantes a partir da enquete sobre o ensino de história na Argentina publicada no oitavo número. A pequena descrição elaborada pelos editores, como mencionado nos capítulos anteriores, ressaltava que a polêmica em questão acentuava-se sob “o signo da reabilitação de Rosas e dos caudilhos”.<sup>607</sup> As respostas, em sua maioria, tendiam a vilipendiar os fundadores da chamada *falsificação*

---

<sup>605</sup> Cuando me paguen los señores Anchorena. Una carta de Rosas. **crisis**, Buenos Aires, n. 2, junio, 1973, p. 48.

<sup>606</sup> JAURETCHE, Arturo. Civilización y barbarie. **crisis**, Buenos Aires, n. 5, septiembre, 1973, p. 3-7.

<sup>607</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 3.

*liberal*, Sarmiento, Mitre e López, e positivar os seus opositores, Rosas ou Facundo Quiroga, acompanhadas por imagens desses protagonistas, uma espécie de galeria de homens notáveis que teriam participado do processo considerado fundacional da nação moderna, o caudilhismo, a derrota da Confederação na Batalha de Caseros, em 1852 e a promulgação da constituição no ano seguinte. O projeto editorial estabeleceu ali a sua aposta de intervenção política no presente por meio do uso de próceres do passado que se apresentavam como desafio ao que concebia como o panteão liberal, “prestigiando aos grandes caudilhos que souberam defender a soberania da Argentina e lutar por sua libertação econômica”, símbolos mais adequados uma vez que “a reivindicação recém feita de Juan Manuel de Rosas, Facundo Quiroga e do Chacho [Peñalosa] demonstra que a Argentina está encontrando a sua consciência nacional”.<sup>608</sup>

A suposta reabilitação de Rosas retornou às páginas da revista em seu trigésimo volume. Vicente Zito Lema elaborou um pequeno relato sobre o exílio do ditador portenho e as dificuldades financeiras e culturais que encontrara para se estabelecer na Inglaterra. O texto de Zito Lema trouxe ainda uma compilação de discursos de senadores e deputados que em 30 de outubro de 1973 derogaram uma lei que declarava Rosas culpado por crime de lesa pátria por tirania sangrenta.<sup>609</sup>

Disseminadas ao longo de **crisis** as menções e referências aos caudilhos foram complementadas pelo mencionado conjunto de serigrafias. Grande parte delas reproduzia a imprensa rosista, uma coletânea de panfletos críticos aos unitários e uma ode à tradição federalista. A ordem de publicação dos documentos contribuía para a associação do fenômeno caudilhista a eventos e figuras inquestionáveis entre o panteão de notáveis nacionais: duas serigrafias, o panfleto rosista a *Confissão do Unitário Juan Juye* e o *Diploma Federal de 1839*, eram seguidas pela *Ata de Independência de 1816* e pelo *Boletim do Exército Libertador* de 1821. A revista ligava San Martín e os heróis da independência aos caudilhos federalistas de maneira a representar estes últimos como herdeiros diretos das lutas dos primeiros.

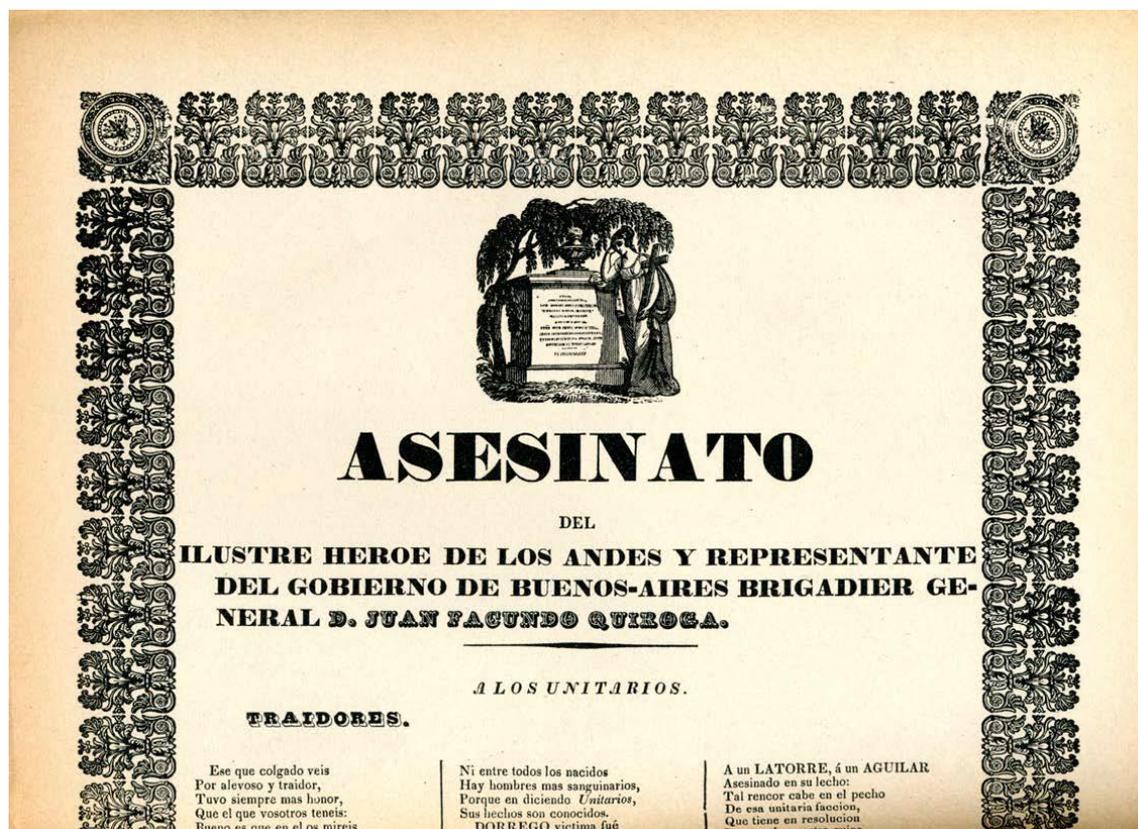
O trigésimo sexto exemplar da revista trouxe a última serigrafia referente à Confederação e aos caudilhos, um folheto de denúncia “do assassinato do ilustre Herói dos Andes e representante do governo de Buenos Aires Brigadeiro General D. Juan

<sup>608</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 17.

<sup>609</sup> ZITO LEMA, Vicente. Rosas, el destierro de un caudillo (1852-1975). **crisis**, Buenos Aires, octubre, 1975, p. 28-33.

Facundo Quiroga”, de 1835. Ao publicá-lo com apenas uma pequena contextualização na revista **crisis** acabou por legitimar o discurso e elogiou os “grandes mártires da causa federal”.<sup>610</sup> Escolhido com cuidado, o documento reproduzido ainda trouxe a recorrente acusação comum ao tribunal histórico do projeto editorial, “Aos unitários traidores”.

Figura 16: trecho da serigrafia publicada em **crisis** 36



Fonte: Acervo do autor, serigrafia publicada em **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976.

O crescente interesse em positivar ganhou espaço nas páginas e complementos da revista, porém foi mais manifesto e sistemático nos *Cuadernos*. Até o sétimo número não havia sequer uma referência ao fenômeno caudilhista, à experiência da Confederação ou aos embates entre unitários e federalistas. A partir da oitava monografia, uma biografia de Facundo Quiroga aparecida entre agosto e setembro 1974, as publicações sobre os temas citados tornaram-se constantes, dos 21 *Cuadernos* restantes 11 tratavam daqueles assuntos. O gênero escolhido também adquiriu certo padrão, 15 dos *Cuadernos* constituíam *biografias*, das quais 8 eram destinadas aos caudilhos. As monografias não possuíam coleções especialmente preparadas, mas as biografias dos grandes homens do

<sup>610</sup> RIVERA, Jorge B. Asesinato del ilustre Héroe de los Andes y representante del gobierno de Buenos Aires Brigadier General D. Juan Facundo Quiroga. **crisis**, Buenos Aires, n. 36, abril, 1976, p.1

século XIX foram organizadas de maneira a responder o programa acerca do passado argentino.

O interesse de **crisis** pelos caudilhos certamente fora herdado do revisionismo ao qual aderiu e difundiu, moldado a partir de seus vocabulários e submetidos às suas próprias políticas da história, mas o tema era discutido por políticos e pela historiografia amadora ou profissional há mais de um século. Quando a revista de Galeano e a editora de Vogelius incorporaram-se à discussão já existia uma miríade de interpretações sobre o assunto que superavam o constructo civilização *versus* barbárie que o revisionismo insistia em acusar como visão hegemônica da história.

O debate sobre o caudilhismo esteve relacionado à formação do Estado-Nação argentino. Na Argentina, os primeiros a analisarem o fenômeno foram os homens públicos envolvidos nas disputas políticas da organização das províncias independentes, sobretudo a chamada Geração de 1837, um grupo heterogêneo de letrados reunidos no Salão Literário de Buenos Aires e ligados à Associação de Mayo, opositores ao governo de Juan Manuel de Rosas. Esses homens viam o caudilhismo como um dos principais entraves para a construção de uma nação moderna, alinhada com os ideais de progresso e com a ampliação da produção material necessária para garantir a prosperidade.

A partir de posições políticas e estilos diferentes Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre representaram o fenômeno caudilhesco iniciado nos anos 1820 como resultado histórico natural da experiência revolucionária, a destruição da ordem colonial produziu uma fragmentação da soberania política e criou novas facções que disputavam o poder entre si por meio do recurso às armas. O caudilhismo era definido como uma anarquia política advinda do vazio institucional pós-revolucionário, da debilidade do Estado e da ausência de uma autoridade central incapaz de controlar as insurreições das massas mobilizadas por lideranças carismáticas que almejavam o poder. Radicado no interior, distante da civilização, o caudilho era considerado a expressão da barbárie *gaucha*, cabeça de uma organização social sem instituições ou leis, fundamentada em seu prestígio e no uso da violência como modo de competência política.<sup>611</sup>

---

<sup>611</sup> GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 8-10.

A essas interpretações mobilizadas pelos fundadores do Estado Nacional argentino moderno e por um dos construtores da história institucionalizada, Mitre, somaram-se as contribuições de José Ingenieros em princípios do século XX. O médico socialista ítalo-argentino associou o caudilhismo à feudalidade. O governo de Juan Manuel de Rosas seria uma reação ao sistema representativo republicano e a Confederação não passaria de um pacto entre senhores feudais, a elite latifundiária ligada à atividade saladeira.

A intelectualidade positivista, da qual também fazia parte Ingenieros, leu o fenômeno, como Sarmiento, a partir de uma herança moral que impedia o desenrolar do progresso nacional. O caudilhismo teria deixado vestígios de violência e irracionalidade na psicologia das massas, bem como criado uma cultura popular inadaptada à ética do trabalho moderno que resultariam na degradação dos costumes e na criminalidade. As massas bárbaras, ignorantes e incapazes de se rebelarem contra regimes tirânicos seguiam cegamente caudilhos que emulavam os seus costumes e mobilizavam as suas paixões.<sup>612</sup> Entretanto, naquele mesmo momento, a passagem do século XIX para o XX, surgiram obras que analisavam o caudilhismo a partir de uma ótica ligeiramente mais positiva. Seu livro *La Época de Rosas*, publicado em 1898, mantinha a crítica ao caráter autoritário do governo do ditador buenairense, mas conferia-lhe um elogio por colocar um fim na anarquia vigente no país na década de 1820 e por defender a unidade nacional.

O advento da historiografia profissional e da Nova Escola Histórica não trouxe mudanças ou interpretações divergentes significativas. Os membros desse movimento plural transitaram entre o desinteresse pela experiência caudilhistas e a atenção à tradição federal. Como apontam Pagano e Devoto existiam pelo menos dois grupos com opções temáticas e recortes temporais diferentes: o primeiro, representado por Ricardo Levene, dirigiu o seu foco para o período colonial e para o momento da independência, para a Revolução de Maio, e o segundo, cujo expoente seria Emilio Ravignani, preferiu estudar a estruturação do Estado federal.<sup>613</sup>

O presidente da Academia Nacional de História, Ricardo Levene, constante alvo das críticas revisionistas, dedicou grande parte de seu trabalho nas primeiras décadas do século XX à Revolução de Maio e à figura de Mariano Moreno, herói civil do imaginário

---

<sup>612</sup> GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rio-platenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 10-11.

<sup>613</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 168-169.

histórico que desejava construir para a nação. Ainda próximo da concepção progressista de Mitre, Levene criticou os seus predecessores, uma historiografia considerada liberal e romântica, por reduzirem a história à luta por reformas políticas e conquista de liberdades constitucionais.<sup>614</sup> O caudilhismo era pouco presente em sua obra e o silêncio sugeria um certo menosprezo pela experiência.

As preocupações de Ravignani eram completamente distintas. Militante da União Cívica Radical, o historiador se interessou sobre a viabilidade do federalismo argentino e encaminhou os seus estudos para a experiência da Confederação. Ravignani ressignificou a década de 1820, tradicionalmente considerada como anárquica, e concebeu a política caudilhesca como um regime de pactos que, no limite, garantia a autonomia provincial. O Pacto Federal de 1831, mais do que a Constituição de 1853, seria a etapa formativa real do federalismo nacional e ali estaria presente o germe da unidade nacional. Os caudilhos, portanto, eram resgatados positivamente como articuladores dessa pretensa unidade, incluso Rosas, tratado como artífice do mencionado pacto.<sup>615</sup>

Quando o revisionismo se consolidou na cena pública argentina um de seus principais estandartes de batalha contra a história oficial era a revalorização da figura dos caudilhos, sobretudo Juan Manuel de Rosas, que daria nome ao instituto criado para abrigá-los. Para os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta os caudilhos representavam o elemento crioulo, hispânico e católico que fundamentavam as raízes da nacionalidade, defensores dos valores pátrios frente ao ideário estrangeiro e abstrato difundido pela oligarquia portenha aliada ao imperialismo. A sua relação paternal com os *gauchos* garantia a ordenação natural da sociedade.

Juan Manuel Rosas recebeu particular atenção dessa aristocracia que sonhava com a idílica sociedade hierárquica pré-industrial. Figura vilipendiada por parte da historiografia e centro de polêmicas interpretativas de décadas Rosas foi positivamente mobilizado pelas primeiras gerações revisionistas como baluarte dos valores nacionais, um homem excepcional que combateu a elite antipatriótica e as agressões imperiais de França e Inglaterra. Seus maiores feitos foram reestabelecer a ordem interna, garantir a

---

<sup>614</sup>DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 166.

<sup>615</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 167-168.

unidade nacional e defender a soberania da Argentina frente às potências europeias e um de seus agentes locais, o Império Brasileiro.

Parte dessa elite letrada autoritária e antiliberal que flertou com o fascismo em diversas ocasiões possuía poucas ressalvas em relação a Rosas, o seu caráter ditatorial não afastava o fascínio exercido pelo caudilho entre esses intelectuais, mas suscitava admiração. A defesa da ordem e o seu conservadorismo eram ressaltados pelos irmãos Irazusta<sup>616</sup>, ao passo que Ernesto Palacio, certamente guiado pela representação dos caudilhos de outrora, dissertava sobre as vantagens do autoritarismo e do *cesarismo democrático*, adequado para combater as elites parasitárias e impedir que aventureiros inescrupulosos chegassem ao poder, um regime capaz de gerar uma “ressurreição moral pela exaltação das virtudes heroicas”.<sup>617</sup>

Para além da importante compilação documental, a produção revisionista pouco contribuiu para as interpretações sobre o caudilhismo, mas tampouco era o seu objetivo fazê-lo. Os revisionistas se limitavam a elogiar a figura do caudilho e a denunciar as relações estabelecidas entre os unitários e a Inglaterra, mesmo o revisionismo “populista” advindo da *FORJA* se dispunha a demonstrar a penetração imperialista na Argentina e a alienação da soberania nacional. Pouco afins aos debates teóricos e metodológicos<sup>618</sup> os revisionistas polemizavam com a historiografia dita liberal por interpretarem os caudilhos por um viés antinacional, não em vão escolheram as contribuições dos inimigos de Rosas – Mitre e Sarmiento – como alvos prioritários de sua fúria.

O revisionismo chegou à história por meio da política e utilizou abertamente a histórica para os seus próprios fins políticos. A sua tarefa não era contribuir para o fazer historiográfico, mas sim recuperar figuras consideradas chaves para a reconstrução e recuperação da verdadeira nacionalidade argentina. Os revisionistas não pretendiam compreender o fenômeno do caudilhismo, mas exaltar as suas figuras para elaborar uma espécie de *contra-panteão* de heróis. Bartolomé Mitre havia elaborado, em 1857, a sua Galeria de Celebidades Argentinas, “um monumento erigido a nossos antepassados que

---

<sup>616</sup> DEVOTO, Fernando. PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 227.

<sup>617</sup> PALACIO, Ernesto APUD GRINCHPUN, Boris Matías. La ‘Auténtica Democracia’. Una trama del nacionalismo argentino en los años 30 y 40. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, v. 41, n. 2, ju/dic. 2014, p. 206.

<sup>618</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida: nacionalismos y políticas de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 82.

consagraram suas vidas e seus ímpetos à felicidade e glória da pátria”<sup>619</sup>, e os revisionistas buscavam construir a sua própria galeria de notáveis.

As incursões das *Ediciones de Crisis* sobre o tema do caudilhismo seguiram parte dessas linhas gerais estabelecidas por esse revisionismo, o projeto não esteve preocupado com o debate interno promovido por historiadores, mas com os usos políticos do passado. Os caudilhos deveriam ser estudados por terem um significado para o presente e por representarem os verdadeiros valores nacionais. Os constantes argumentos de desqualificação do legado unitário e liberal eram acompanhados pela iniciativa de recuperação da memória dos caudilhos, sobretudo os do interior. Em combate à política da história liberal, inimigo percebido como onipresente, o projeto editorial estabelecia um diálogo crítico com representações elaboradas décadas ou mesmo um século antes de sua existência. Os colaboradores estavam dispostos a questionar o julgamento moral negativo feito pelos adversários e desmistificar as falsificações históricas dos vencedores de Caseros e propagadas no início do século XX.

A maioria dos *Cuadernos* iniciava ou terminava as publicações com a afirmação de que o verdadeiro sentido dos caudilhos deveria ser restituído, as interpretações surgidas após a vitória unitária pareciam insuficientes ou davam continuidade às falácias. **crisis** sentia a necessidade de devolver a dignidade e a memória daqueles homens que lutaram pela soberania e unidade da pátria. A tarefa que Jorge Rivera atribuiu a si ao biografar o riojano Facundo Quiroga seria recuperar a trajetória e as dimensões do caudilho “que de forma infrutífera trataram de lhe roubar o discurso e a historiografia liberais, empenhados em justificar seus propósitos antinacionais e antipopulares com uma grosseira falsificação da verdade histórica”.<sup>620</sup> Fermín Chávez seguiu protocolo semelhante ao propor desconstruir os “disparates” de Sarmiento sobre outro riojano, Chacho Peñaloza, e a campanha de difamação contra a sua figura “para desacreditar na Europa o protetor dos *gauchos* matreiros do oeste argentino. Mas chega disto.”<sup>621</sup>

---

<sup>619</sup> MITRE, Bartolomé APUD BUCHBINDER, Pablo. Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica. In.: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rio-platenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 33-34.

<sup>620</sup> RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga*. Cuadernos de Crisis 08. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 5.

<sup>621</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Angel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 4-6.

As *Ediciones de Crisis* propunham salvar a memória dos caudilhos do exílio da historiografia e das “calúnias anti-históricas”.<sup>622</sup> Carlos Machado acreditava que a disputa pela representação do legado caudilhista era, de fato, a “batalha final”. Segundo o historiador uruguaio Artigas foi vítima de uma “lenda negra” iniciada pelos unitários e reproduzida secularmente em manuais escolares e até mesmo em obras de historiadores progressistas que o tratavam como conservador ou como um senhor feudal. Entretanto, já se percebia um processo em marcha de revalorização do herói da independência e da luta popular, “um desafio à frente, um compromisso”.<sup>623</sup>

A restauração da dignidade desses líderes oitocentistas passaria por duas operações conectadas. A primeira foi a exaltação do caráter, personalidade e trajetória política dos caudilhos, sempre elogiados por sua superioridade moral, pelas qualidades guerreiras e pela sua capacidade de discernir os anseios populares, uma espécie de sabedoria comum que os adversários unitários, detalhados de maneira pejorativa, não possuíam. A segunda operação consistia em historicizar o fenômeno caudilhista, compreendê-lo em seu próprio tempo e examiná-lo sob “justas dimensões”. Figuras complexas, apenas seria possível entender os caudilhos após desvencilhar-se dos “hábitos mentais colonizados” e os esquemas interpretativos abstratos, estrangeiros.<sup>624</sup> A admiração de suas virtudes e o reconhecimento de sua importância para o panteão nacional seriam consequências diretas dessa interpretação correta – nacionalista, patriótica e popular.

A biografia surgiu como forma propícia e pouco questionada naquele momento como suporte para ambas as operações.<sup>625</sup> O gênero possuía longa data no campo historiográfico argentino, das histórias de San Martín e Belgrano elaboradas por Bartolomé Mitre às revisões biográficas de Rosas produzidas por Adolfo Saldías e pelos revisionistas posteriores, passando pela obsessão biográfica da Nova Escola Histórica pelos homens da Revolução de Maio.<sup>626</sup> Nos anos 1960 as biografias de caudilhos foram publicadas com grande profusão, colaboradores de **crisis** como Luis Alen Lascano e

<sup>622</sup> NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 78 e ALLEN LASCANO, Luis. *Ibarra*. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 10.

<sup>623</sup> MACHADO, Carlos. *Artigas*: el general de los independentes. Cuadernos de Crisis 14. Ediciones Crisis: Buenos Aires, 1975, p. 63-64.

<sup>624</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Angel Vicente Peñalosa – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 78.

<sup>625</sup> No próximo tópico abordaremos as críticas às histórias de vidas dos grandes homens.

<sup>626</sup> GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*: nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 53-54.

Fermín Chávez escreveram exaustivamente sobre as vidas dos líderes oitocentistas do interior e do Norte, uma parte dos *Cuadernos*, como dito, eram reduções de seus livros. *La vida del Chacho*, de Chávez, encontrava-se em sua terceira edição ampliada em 1973. O prestígio das biografias ressoava também na indústria editorial, José María Rosa era um dos autores nacionais mais vendidos, suas obras sobre os caudilhos e a sua biografia eram seguidamente publicadas pela editora de Arturo Peña Lillo, grande difusora do revisionismo histórico e espaço de publicação de biografias de caudilhos.<sup>627</sup>

O momento parecia igualmente favorável à publicação de monografias. Os debates sobre a repatriação dos restos mortais de Rosas, polêmicas às quais **crisis** expressava o seu desejo de participar, suscitaram a produção de um grande número de obras referentes à vida do caudilho buenairense. Em *Itinerarios*, sessão destinada à divulgação de livros, os editores listaram e comentaram 8 biografias e obras sobre Rosas, todas avaliadas positivamente, entre outras referentes a outros caudilhos.

O sucesso editorial e a familiaridade do público com as biografias não bastam para explicar a sua escolha, consciente ou não, como forma como gênero preferido para representar os caudilhos. Os usos das biografias, longe de apresentarem a construção de um conhecimento desinteressado sobre o passado, historicamente estiveram relacionados com projetos de memória e de poder. As modulações articuladas a partir das biografias permitiam a atribuição do valor político necessário aos caudilhos para valer-se de suas figuras em seu próprio tempo, uma vez que o “interesse pelos personagens do passado revelaria a busca de identidade de um presente”.<sup>628</sup>

O gênero biográfico foi, como sugere Sabrina Loriga, inspirado por duas utopias. Uma delas, de caráter naturalista, carrega a pretensão de reconstituir um momento ou experiência histórica por meio da coleta exaustiva das histórias de vida dos agentes, uma concepção que “pretende fazer do conhecimento uma cópia integral da realidade”. A outra refere-se à representatividade biográfica, “ela se vangloria de poder descobrir um ponto que concentraria todas as qualidades do conjunto”.<sup>629</sup>

---

<sup>627</sup> A obra de Leandro de Sagastizábal e Alejandra Giuliani traz uma lista das obras publicadas pela editora. Cf.: SAGASTIZÁBAL, Leandro de; GIULIANI, Alejandra. *Un editor argentino*: Arturo Peña Lillo. Buenos Aires: Eudeba, 2014. (Kindle Edition)

<sup>628</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000, p. 121.

<sup>629</sup> LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 223-224.

A proposição representativa de uma vida, indivíduo ou trajetória foi predominante nas publicações das *Ediciones de Crisis*. Fermín Chávez, em sua biografia sobre Chacho Peñaloza, justificou o valor historiográfico da iniciativa, “a pesquisa referente à vida dos nossos caudilhos, por muito tempo descartada, nos leva cada vez mais a um melhor conhecimento do papel político por eles desempenhado em nossa evolução republicana e, simultaneamente, de seu temperamento, caráter e idiossincrasia”.<sup>630</sup>

O estudo dessas vidas extraordinárias permitia construir modelos interpretativos sobre uma coletividade que, segundo os colaboradores, possibilitaria o resgate das raízes nacionais. A glorificação promovida pelos revisionistas e nacionalistas conservadores encontrava-se com os aparatos teóricos diversos mobilizados pelas esquerdas que aderiram ao revisionismo. O esforço teórico de Fermín Chávez permitiu ao autor mobilizar as biografias de caudilhos para comparar as suas atuações a outras experiências históricas do século XIX localizadas em pontos geográficos distintos. Chávez equiparou as lutas encabeçadas pelos caudilhos do interior argentino às rebeliões populares guiadas por líderes carismáticos na Índia e na China para concluir que os caudilhos representavam sociedades tradicionais que reagiam à introdução à modernidade capitalista dependente imposta pelos agentes do império, um verdadeiro “rebelde político”.<sup>631</sup>

As biografias dos caudilhos elaboradas por Vivian Trías, delineadas a partir de uma análise marxista, não serviam para tratar propriamente da vida dos caudilhos, mas sim para apreender o sentido mais amplo de suas trajetórias. As biografias dos líderes oitocentistas paraguaios possibilitavam estabelecer modelos interpretativos do desenvolvimento da região e reconstituir experiências alternativas à integração dependente latino-americana. Para o autor, a ditadura de Gaspar Rodríguez Francia constituiu “um Estado popular, apoiado nas massas imaturas e paupérrimas, encarnado em seu caudilho, [que] toma para si a tarefa da libertação e do desenvolvimento”.<sup>632</sup> Os caudilhos, mais do que heróis extraordinários, eram líderes de massas capazes de aglutinar os nascentes interesses nacionais:

Nas condições de atraso político do século XIX, o caudilho paternalista, ao estilo de Artigas e Rosas, é um vigoroso poder aglutinante, unificador e educador das massas. O autêntico caudilho não apenas

---

<sup>630</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 29.

<sup>631</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 76-77.

<sup>632</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 40.

acaudilha, mas expressa o povo que confia nele e o segue; vale dizer, realiza o que a esse povo convém, procura o que esse povo realmente necessita. A partir desse ângulo, o fenômeno caudilhista é substantivo e profundamente democrático. Francia e os López foram caudilhos desse tipo.

Seus governos foram ditaduras de massas, exercidas pela mediação do caudilho. Muito diferentes da maioria das que assolaram a história do século XIX na América Latina, que eram ditaduras de minorias opulentas e aristocráticas sobre grandes maiores populares.

O regime lopizta é uma ditadura popular sobre uma pequena minoria oligárquica. É a classe alta retirada do poder, a que, por seu nível cultural e sua riqueza, está em melhores condições para manipular em seu proveito as formalidades de uma democracia institucionalizada.<sup>633</sup>

O uso das biografias para compreender um período mais amplo permitia desarmar as supostas falácias e críticas ao fenômeno caudilhista. A operação de contextualização historicizou práticas antes julgadas como repreensíveis, mas logo ressignificadas como legítimas ou necessárias. A violência exercida por esses líderes carismáticos, um dos pilares da representação liberal sobre a barbárie caudilhesca, foi aceita ou matizada. Vivian Trías justificou a repressão exercida pelo governo paraguaio, um governo centralizador, forte e implacável seria imprescindível para derrotar a oligarquia entreguista ou sectária e promover o desenvolvimento nacional autônomo. A violência dos regimes caudilhistas da região platina não seria distinta daquela praticada pelas ditaduras centro-americanas, porém os seus objetivos seriam mais legítimos e nobres.<sup>634</sup> Luis Alen Lascano apresentou semelhante condescendência em relação ao autoritarismo e agressão presentes sob o governo de Ibarra, que galgara “o poder mais absoluto”, mas o fizera porque “ainda que o procedimento fosse tortuoso, respondia ao inquestionável voto da maioria, como demonstraram os acontecimentos posteriores”.<sup>635</sup> O recurso à violência e a crueldade com que golpeará os oponentes eram criticadas, mas compreendidas e até mesmo justificadas:

A partir de um plano objetivo deve se repudiar toda crueldade desnecessária, mas para além de considerações sentimentais é necessário valorizar o triunfo de Ibarra sobre os seus inimigos locais, pois permitiu converter a sua província em sólido baluarte federal,

<sup>633</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 42.

Jorge Abelardo Ramos chegou a conclusões semelhantes em seu livro *América Latina, un país*, publicado em 1949. Para o autor Solano López e Francia eram valorizados por serem líderes que resistiam ao imperialismo britânico e se apegavam aos costumes populares, importantes por seu papel de combate ao regime de “semicolônia” imposto à região, termo apropriado das reflexões de Lenin.

<sup>634</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 42-43.

<sup>635</sup> ALLEN LASCANO, Luis. *Ibarra. Un caudillo norteño*. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 53.

impediu a Coalizão descer até o litoral, deixou sem comunicação as forças de Lavalle e La Madrid e virou o rumo do destino argentino, salvando o norte de seu desmembramento do país federal.<sup>636</sup>

A tolerância aos métodos e práticas violentas no passado revela parte da cultura política e do imaginário da multiplicidade de esquerdas que compunham o conjunto das *Ediciones de Crisis*. De fato, a violência integrava boa parte dos repertórios das esquerdas sessentistas latino-americanas e o recurso à mesma era moralmente aceito por uma parcela de seus integrantes como instrumento legítimo de transformação de uma ordem social percebida como injusta, violenta e tirânica.<sup>637</sup> Além disso, demonstram que as críticas aos caudilhos deveriam ficar em segundo plano, diminuídas frente ao cerne de sua atuação em defesa da autonomia regional e nacional, elementos que caberiam, segundo uma paráfrase de Engels feita por Trías, aos “caçadores de pulgas da história”.<sup>638</sup>

Os *Cuadernos de Crisis* raramente criticavam os caudilhos e mantinham o silêncio sobre trabalhos e interpretações menos elogiosas.<sup>639</sup> Existiam opiniões divergentes entre a intelectualidade de esquerda acerca do fenômeno caudilhista ao longo dos anos 1960 e 1970, uma parte dele continua a representar os caudilhos como meros representantes dos setores fundiários, indivíduos ligados às lógicas de dominação de classe.<sup>640</sup> Os revisionistas participantes de **crisis** tendiam a citar uns aos outros, bem como aos seus predecessores, e ignorar os contemporâneos avessos às suas posições, os *Cuadernos* não referenciavam nenhum crítico ao caudilhismo. Não há em *Itinerario* nenhum livro divulgado que apresentasse uma interpretação negativa sobre os caudilhos. O sentido do caudilhismo construído a partir das biografias era e deveria ser positivo.

Esse sentido dizia respeito a apenas uma parte do pensamento revisionista. Alguns autores, como Rodolfo Puiggrós, eram mais cétricos sobre a positivação genérica dos caudilhos por sua incômoda aproximação com as interpretações elaboradas pela extrema-direita. A tese de Puiggrós em *Mariano Moreno y la revolución democrática argentina* (1941) partiu de um viés estruturalista e etapista do marxismo ortodoxo para sustentar a

<sup>636</sup> ALEN LASCANO, Luis. *Ibarra*. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 63.

<sup>637</sup> Sobre a violência revolucionária na Argentina dos anos 1960 e 1970 conferir VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

<sup>638</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 43.

<sup>639</sup> Jorge Rivera é uma das poucas exceções, crítico a Rosas não pela sua índole, por seu autoritarismo ou pelo recurso à violência, mas por um erro estratégico em relação a Quiroga. RIVERA, Jorge. *El general Juan Facundo Quiroga*. Cuadernos de Crisis 08. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974, p. 53-56.

<sup>640</sup> GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rio-platenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 12-13.

existência uma sociedade praticamente feudal na Argentina que não teria sido superada por uma revolução democrático-burguesa iniciada com Mariano Moreno. A impossibilidade de tal processo levou ao surgimento do fenômeno caudilhesco bastante ambivalente: líderes como Artigas seriam tratados como figuras revolucionárias, ao passo que Quiroga ou Rosas seriam representantes reacionários. Embora existissem vertentes críticas às idealizações praticadas pelos revisionistas, as *Ediciones de Crisis* pareciam escolher interpretações que recorriam às análises morais dos caudilhos para construir a sua argumentação.

Tal perspectiva dialoga com personalismo imperante entre as esquerdas peronizadas. Os caudilhos eram positivados por intelectuais que flertavam com organizações e com uma cultura política que elogiava e idealizava as lideranças carismáticas, um governo centralizado e uma condução forte e implacável. De certa maneira era possível conectar as lideranças das massas rurais do passado a Yrigoyen e Perón no presente, elaborando a tradição eletiva a qual **crisis** pretendia integrar.

Os caudilhos, ainda que se reconhecesse a complexidade de sua atuação, precisavam ser encarados como figuras positivas pois tornar-se-iam símbolos para a Argentina revolucionária que essa intelectualidade sonhava construir. O gênero biográfico, embora plural e diverso, quando voltado para o estudo das trajetórias individuais como exemplos morais trans-históricos propicia a construção de um sentido encomiástico, elogioso e memorialístico explícito.<sup>641</sup> A construção das biografias dos grandes homens possibilita a glorificação de um indivíduo que por suas virtudes excepcionais personificaria a excelência coletiva e estabeleceria um modelo ético e moral para que aqueles que o sucedessem.

Quando elaborada para servir como material para um panteão heroico nacional a biografia adquire o caráter de tarefa monumental. Tomemos como exemplo a produção biográfica de outra empreitada intelectual, a Coleção Brasileira: as escritas sobre as vidas notáveis seriam “monumentos nacionais que devem ser seguidos como exemplos e símbolos dos reais interesses e valores”.<sup>642</sup> A expressão *monumentos de tinta e papel*, tal qual utilizada por Thiago Lenine Tolentino, associou a iniciativa biográfica a um “ meio de

---

<sup>641</sup> OLIVEIRA, M. da Glória de. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 22, 2015, 279-280.

<sup>642</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine T. “*Monumentos de Tinta e Papel*”: cultura e política na produção biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940). Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 43.

eternizar e consolidar determinadas figuras associadas a aspectos fundamentais da nacionalidade”, às escolhas de quais personagens deveriam compor o *ethos* nacional.<sup>643</sup> Não seria diferente nas *Ediciones de Crisis*, biografar os caudilhos, pilares da nacionalidade, contribuiria para a “reivindicação e reparação histórica que merece a memória”.<sup>644</sup>

Os caudilhos mereciam a atenção e o esforço de monumentalização não apenas por carregarem as melhores virtudes pátrias, mas também por representarem o *povo*. Há aqui uma clara diferença entre a imaginação histórica do revisionismo conservador e aquela da esquerda que aderira à revisão. Ambos grupos recorriam às figuras de homens fortes, centralizadores e inabaláveis em sua luta pela soberania nacional, mas as direitas viam no caudilho a encarnação da ordem e da hierarquia, indivíduos detentores de uma legitimidade ancestral e nobre capazes de evitar a anarquia e as transformações advindas da modernidade. Embora essa representação ressoasse nos *Cuadernos*, como o Rosas de Alen Lascano que disciplinou os “*gauchos*, índios, fugitivos, todo o lumpen camponês”<sup>645</sup>, foi predominante uma interpretação distinta: o caudilho era valorizado por sua liderança carismática e por compreender os anseios populares. Herdeiro de culturas políticas personalistas, como o peronismo e parte do radicalismo, o projeto editorial não idolatrou os caudilhos por seu domínio férreo, como os fascistas de outrora, mas por sua suposta capacidade de dar voz às multidões rurais. O sentido conferido ao caudilho, majoritariamente positivo e praticamente desprovido de críticas, não foi a expressão da barbárie, como definido pelas primeiras interpretações, tampouco o aristocrata de nobres raízes, construído pelo revisionismo saudosista, mas um representante do povo.

O caudilho, tal qual representado nos *Cuadernos* e na revista, era um espelho das melhores virtudes populares. Os colaboradores idealizavam a relação dessas lideranças com os setores mais humildes que os seguiam, “apegados demais a sua terra, aos seus pastores, agricultores e artesãos”.<sup>646</sup> Embora ocupassem uma posição superior na hierarquia social os caudilhos compreendiam os anseios populares, “cuja psicologia tão bem interpretava”, por manterem uma proximidade orgânica com a comunidade a qual representavam, “surgido das próprias entranhas do povo, governou *para* o seu povo, pelo

---

<sup>643</sup> TOLENTINO, Thiago Lenine T. “*Monumentos de Tinta e Papel*”: cultura e política na produção biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940). Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 49-50.

<sup>644</sup> NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 80.

<sup>645</sup> ALLEN LASCANO, Luis. *Rosas*. Cuadernos de Crisis 21. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p.6.

<sup>646</sup> CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 80.

qual possuía um amor e uma admiração sem limites, que o levou ao sacrifício da própria vida”.<sup>647</sup> O caudilho era, portanto, nas várias descrições presentes nos *Cuadernos*, um “líder de massas”, um “chefe natural” e a “voz geral dos povos”.

A biografia de um caudilho e o estudo de sua trajetória pretendia demonstrar que o mesmo era o “mero depositário da representatividade popular”<sup>648</sup>, um indivíduo que conseguia dar vazão às demandas de participação política de uma população que se expressava por vias alheias à democracia representativa. O caudilhismo não seria um fenômeno fundamentado na pura violência como instrumento de legitimação, mas uma “autêntica democracia rural”, uma vez que na *montonera* “cada lança simbolizava um voto”.<sup>649</sup> A *fórmula do caudilho*, segundo José María Rosa, consistiria em escutar a voz popular para finalmente colocar em marcha um programa político consistente. No fim, “o caudilho é o sindicato do gaucho”.<sup>650</sup>

A última referência, popularizada por Jauretche em sua síntese da história nacional como “lança, sufrágio e sindicato”<sup>651</sup>, permitia a atualização da experiência caudilhista dos oitocentos e a sua associação às lideranças carismáticas das organizações de massa do século XX. Em sua busca pelo povo as esquerdas sessentistas viam nos caudilhos federais e das *montoneras* a expressão autêntica da Argentina. John William Cooke explicitou essa conexão histórica das lutas populares

Para que o povo saiba que aqueles que o negam a capacidade no presente são aqueles que o depreciaram no passado. Que os que mentem hoje, são os encobridores daqueles que mentiram ontem. Que os que insultam agora são os continuadores dos que insultaram antes: ‘bárbaro’, ‘gaucho’, ‘escória’, ‘descamisado’. O ‘descamisado’ reconhece no *montonero*, no *gaucho* e na escória os seus irmãos de sofrimento e de luta. Que conheça o povo trabalhador que o seu triunfo através da Revolução Nacional é a reivindicação das muitas gerações argentinas [...] que esperaram com fé a libertação integral, que nos chegou em um levante patriótico no qual se colocou em jogo o destino nacional.<sup>652</sup>

<sup>647</sup> ALEN LASCANO, Luis. *Ibarra*. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 38 e NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 6.

<sup>648</sup> ALEN LASCANO, Luis. *Ibarra*. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 73.

<sup>649</sup> ALEN LASCANO, Luis. *Ibarra*. Un caudillo norteño. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 64 e ALEN LASCANO, Luis. *Rosas*. Cuadernos de Crisis 21. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 12-13.

<sup>650</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional: su conformación histórica*. Cuadernos de Crisis 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, p. 18.

<sup>651</sup> FORD, Aníbal. Don Arturo Jauretche. *crisis*, Buenos Aires, n. 15, julio, 1974, p. 71.

<sup>652</sup> COOKE, John William. Quebrar los dogmas históricos. *crisis*, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 23.

De certa maneira, as representações construídas a partir das biografias dos caudilhos tendiam a ressaltar mais o povo do que o líder. Em algumas publicações da esquerda peronista, como *El Descamisado*, predominou essa imagem do povo protagonista da ação política. Embora o dirigente fosse o seu representante, o povo era de fato o motor revolucionário da história, representação que por vezes conflitou com as diretrizes, discursos e práticas da própria cúpula partidária e do líder do movimento.<sup>653</sup> Nesse sentido o caudilho é apenas um meio para que a vontade popular fosse exercida.

Ao mesmo tempo, essa interpretação relativamente mais ampla e democrática conviveu com outra que descartava a necessidade de qualquer tipo de mediação na construção da vontade popular: organizações político-militares como os *Montoneros* pretenderam não apenas configurar a vontade popular por meio de instituições, mas ser o próprio povo, constituir a sua verdadeira consciência revolucionária, corporificá-lo e ser o seu condutor, líder com relação direta. Essa concepção, definida por Slipak como *democracia imediata*, assume que o povo não precisa de instâncias representativas para se conformar, ele possuía uma identidade e unicidade prévias que se dava na própria figura do condutor.<sup>654</sup> Nesta perspectiva o caudilho não apenas representa o povo, ele o *encarna* e, por extensão, corporifica a própria nação.

O caudilhismo e a figura do caudilho passavam a ser considerados chaves de interpretação da história nacional, fenômenos e personalidades que possuíam correlatos contemporâneos e que podiam ser compreendidos como continuidades. Não soa estranho, portanto, que os revisionismos de esquerda praticados a partir de 1955 tenham construído um *continuum* histórico, a “linha nacional”, que conectava San Martín e os caudilhos às lideranças do presente. A descrição que Haroldo Conti fizera de Fidel Castro se aproximou daquelas feitas sobre os caudilhos. O líder cubano era “o primeiro no exemplo, voz, carne e alma de seu povo”, um homem que “ama intimamente o seu povo, não o usa e muito menos o trai. Compartilha todas as suas lutas, suas inquietudes, seus problemas, vive nele, com ele e para ele”.<sup>655</sup>

O primeiro *Cuaderno* de Carlos Machado consolidou a operação a partir de uma perspectiva integracionista comum à esquerda uruguaia em sua própria galeria de notórios

---

<sup>653</sup> SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras: cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015, p. 91.

<sup>654</sup> SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras: cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015, p. 139 e 127.

<sup>655</sup> CONTI, Haroldo. Compartir las luchas del pueblo. *crisis*, Buenos Aires, n. 16, agosto, 1974, p. 43.

que contribuíram para a causa da Pátria Grande. Machado lista os grandes homens dos oitocentos que lutaram pela unidade continental e os colocou ao lado daqueles que, em seu próprio tempo, continuaram a fazê-lo, ao lado de Bolívar e San Martín estavam Rosas, José Artigas, Salvador Allende e Juan Domingo Perón.<sup>656</sup>

Na tradição eletiva da *Editorial del Noroeste* Yrigoyen e Perón foram os membros do panteão argentino moderno que mais receberam atenção. O primeiro, tratado como “o grande caudilho destituído”, teria atuado da mesma maneira que os líderes populares que o precederam, não militara para concretizar o desejo popular da reforma eleitoral como também defendeu a soberania econômica nacional frente aos interesses estrangeiros. Como os caudilhos do interior Yrigoyen teria sido vítima da oligarquia liberal associada ao imperialismo britânico.<sup>657</sup> Embora o líder radical recebesse constantes elogios parecia, entretanto, que a sua trajetória servia como um elemento intermediário entre os caudilhos federalistas oitocentistas e Juan Domingo Perón. A capacidade de mobilizar multidões e a persistência do peronismo enquanto cultura política entre a classe trabalhadora nacional fascinavam a intelectualidade nacionalista. Entender o peronismo significava entender a Argentina.

Perón era igualmente representado quase nos mesmos moldes que os caudilhos, um intérprete da classe trabalhadora - suposta descendente e herdeira dos *gauchos* – e condutor natural do povo, liderando-o a partir de um vínculo carismático e de uma relação de proximidade que lhe conferia voz. A operação efetuada dialogava com o imaginário histórico da esquerda nacionalistas. Os editores reconheciam que a associação entre o peronismo, em seus primórdios, utilizou elementos do panteão liberal para construir a sua própria identidade<sup>658</sup>, mas transformou-se e recuperou a tradição de Mayo e federalista. A revista **crisis** reiterou que a Revolução Libertadora, em 1955, associara o peronismo à ditadura de Rosas, mas tratou de positivar a relação.<sup>659</sup> A ligação, elogiosa, era direta, presente com clareza na compilação de discursos da sessão de 30 de outubro de 1973 que derogara a lei que criminalizava Rosas:

Hoje a derogamos com sanção desta nova lei, com a qual nos colocamos do lado daqueles combateram no exército de San Martín, daqueles que levaram suas mulas e as ataram na pirâmide de Maio e

<sup>656</sup> MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón*. Cuadernos de Crisis 11. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

<sup>657</sup> *Discépolo*. Cuadernos de Crisis 03. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p. 47-49.

<sup>658</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 4.

<sup>659</sup> JAURETCHE, Arturo. Civilización y barbárie. **crisis**, Buenos Aires, n. 5, septiembre, 1973, p.8 e Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 4-5 e 8.

daqueles que no 17 de outubro de 1945 lavaram os pés na fonte da Plaza de Mayo, dando vivas ao general Juan Domingo Perón<sup>660</sup>

Um trecho do mencionado documentário de Fernando Solanas e Octavio Getino, *Los días siguientes*, publicado na primeira edição da revista, elaborou uma pergunta ao líder justicialista que o permitia exibir a construção do legado histórico de seu movimento e associá-lo à história do país. Solanas questiona se as lutas de vocação independentistas e libertadoras do presente seriam continuidades das velhas lutas nacionais e Perón o responde que “naturalmente [...] a nossa linha é a linha, digamos, da Primeira Junta, que era independentista. Rosas, que defendeu isso; Yrigoyen que a defendeu também. E Perón. Todos os demais governos argentinos pertenceram à linha anglo-saxã e a serviram de maneira direta ou indireta”.<sup>661</sup>

O projeto dava fôlego à apropriação inversa elaborada pelo peronismo após a derrocada de sua primeira experiência governamental e exílio de Perón. Ademais, não tinha pudor em qualificá-lo, ou a Yrigoyen, como *caudilho*, termo que possuía uma forte carga pejorativa, mas que logo fora ressignificado. Ligar o líder justicialista aos caudilhos conferia legitimidade e longevidade aos seus valores e formas de fazer política, enraizava-os em uma inventada tradição nacional que remontava à independência. Perón, até 1974, era um símbolo vivo desse panteão pátrio.

Assim como os caudilhos, a figura de Perón foi a única capaz conferir a “união da classe trabalhadora” e “materializar um vejo desejo dos argentinos”.<sup>662</sup> O velho líder justicialista, como os caudilhos, um depositário da vontade popular, era a “única síntese possível do nacional na etapa que vai de 1943 a 1973, o caudilho que lutou, entre a incompreensão dos seus e dos outros, pela união de todos os argentinos, o chefe popular que em seus últimos dias fechou, de forma coerente, o grande ciclo iniciado em 1943”.<sup>663</sup>

Esse discurso reforçou a perspectiva imperante em princípios dos anos 1970 de que Perón era o único capaz de trazer ordem e estabilidade para o país. Por um lado, o peronismo revolucionário defendeu o justicialismo como única corrente política

<sup>660</sup> ZITO LEMA, Vicente. Rosas, el destierro de un caudillo (1852-1975). *crisis*, Buenos Aires, octubre, 1975, p. 33.

<sup>661</sup> Del film de Solanas y Getino: Juan Domingo Perón y los días siguientes. *crisis*, Buenos Aires, n. 1, marzo, 1973, p. 44.

<sup>662</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional: su conformación histórica*. Cuadernos de Crisis 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, p. 67 e *Discépolo*. Cuadernos de Crisis 03. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p. 58-59.

<sup>663</sup> CHÁVEZ, Fermín. La Argentina es deformada cuando termina el caudillaje. *crisis*, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 47.

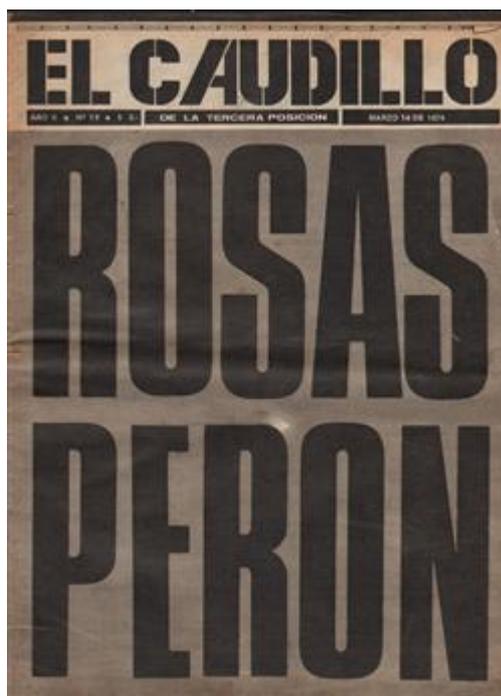
realmente representativa do povo argentino e apostou na figura de seu líder para conduzir os trabalhadores para a sua libertação. Por outro, os setores conservadores e mesmo antiperonistas atribuíram a Perón a capacidade de *conter* uma possível revolução social que se gestava durante os desastrosos últimos anos do governo militar. Sabe-se que o seu retorno contribuiu, no fim, para a supressão dos movimentos de esquerda que idolatravam a sua memória. Perón logo afastou do governo e reprimiu os movimentos revolucionários que acabaram por disputar com o seu líder a legitimidade de sua própria palavra.

De toda forma, Perón era representado como condutor do movimento, epíteto que o acompanhara por décadas, imagem elaborada pelos grupos antiperonistas que o ligavam à ditadura rosista, pelas esquerdas revolucionárias que idealizavam os gauchos oitocentistas ou pela direita peronista que sonhava com o punho férreo da ordem, articulada na revista peronista reacionária *El Caudillo*, dirigida por Felipe Romeu e ligada a José López Rega.<sup>664</sup> Todas essas representações partiam de um pressuposto de que Perón era a cabeça do movimento e de que encarnava e controlava a vontade das massas. A ideia de *condução* permeou o imaginário histórico acerca da relação entre povo e caudilhos da esquerda à direita.

Figura 17: O décimo oitavo número de *El Caudillo*, publicado em março de 1974, ligava positivamente Juan Manuel de Rosas e Juan Domingo Perón em sua capa.

---

<sup>664</sup> Ligada à extrema-direita argentina, a publicação trazia ameaças de morte e listas negras contra as esquerdas. A revista apareceu 5 dias antes do atentado ao carro do senador Solari Yrigoyen. A conclusão tratará brevemente dela. *El Caudillo* está disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/el-caudillo/>. Acesso em: 04/02/2019.



Fonte: *El Caudillo de la Tercera Posición*, Buenos Aires, año 2, n. 18, 14 de março de 1974.

A linguagem usada para definir a relação entre os caudilhos e as suas montoneras era a mesma que definia o vínculo entre Perón e a classe trabalhadora, ambas pautadas na condução e no protagonismo do líder. Os caudilhos eram os “expoentes e reivindicadores das grandes massas populares”, seu “chefe natural e representativo”, “protetor dos gauchos matreiros” e “benfeitor popular”<sup>665</sup> Os autores dos *Cuadernos* atribuíam aos líderes do passado um paternalismo positivo e benéfico que era comum aos seus próprios repertórios políticos e, em alguns casos, típicos da cultura política peronista.

Os caudilhos, povo e nação encarnados, adquiriram uma representatividade a partir da qual seria possível compreender os processos históricos populares. Nesse sentido, biografar a vida dos caudilhos significava, também, narrar a história das massas. A concepção biográfica de uma vida excepcional e exemplar permitia a tentativa de entender um todo a partir de um pequeno conjunto de vidas notórios. Herdeiros do paternalismo político peronista e do vanguardismo partidário de algumas esquerdas revolucionárias, os participantes das *Ediciones de Crisis* atrelavam a história popular necessariamente a história de seus líderes. O vocabulário escolhido aponta para a suposta

<sup>665</sup> NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuaderno de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 4 e 6; CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 77; TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 19.

necessidade de um representante que as massas possuíam para efetuar a sua agência histórica. O caudilho, espelho passado de Perón, confere consciência às “massas imaturas e paupérrimas”, disciplina “todo o lumpen camponês”.<sup>666</sup> As massas encontravam-se em arranjos hierarquicamente inferiores, um todo amorfo pronto para ser comandado, sempre em posição passiva e de condução, “as massas despojadas *conduzidas* por seus caudilhos”, todo o povo camponês estava “alinhado *atrás* de muitos chefes” e o povo peronista que sofria “todo tipo de perseguições sob a condução de seu Líder”.<sup>667</sup>

Ao narrar a história argentina por meio da trajetória de seus grandes homens o projeto silenciou as histórias dos muitos homens e mulheres que participaram dos vários processos que transformaram a vida nacional. Os autores dos *Cuadernos*, sobretudo, reduziam a história das lutas populares à história das vidas de homens notórios, operação propiciada pelo recurso à biografia como gênero narrativo e como forma de acesso ao conhecimento do passado. Os caudilhos, tomados como a encarnação dos melhores valores pátrios, mereciam uma narrativa pormenorizada, ao passo que os milhares por eles conduzidos permaneciam no anonimato.

Essa forma de articular o passado foi predominante em um projeto interessado em contribuir nas disputas pelas narrativas que fundamentavam a identidade política contemporânea. O interesse pelos caudilhos servia à busca de símbolos para o presente e à reconstrução de uma tradição eletiva que fornecesse longevidade e legitimidade às lutas contemporâneas.

A biografia não seria a única forma adotada para narrar o passado. Em menor escala apareceram no projeto outras propostas críticas ao revisionismo histórico e à história política tradicional, mais interessadas em relatar as experiências populares do que as histórias dos grandes homens. Ao mesmo tempo, surgiu uma perspectiva que questionava a própria capacidade da História em narrar essas experiências dadas as suas fortes associações com o poder. Vejamos como ambas foram articuladas.

---

<sup>666</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 40-41 e ALÉN LASCANO, Luis. *Rosas*. Cuadernos de Crisis 21. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 40.

<sup>667</sup> TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 19, CHÁVEZ, Fermín. *General Ángel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 44 e ROMANO, Eduardo. José Hernández Arregui: pensador nacional. *crisis*, Buenos Aires, n. 19, noviembre, 1974, p. 25. “Líder” apareceu em maiúsculo no texto original.

## 5.2 – Criaturas de uma realidade desaforada<sup>668</sup>: o nacional-popular, a história dos marginalizados e o assalto à História

A enquete sobre ensino de história publicado no oitavo número de *crisis* consolidou o ímpeto revisionista do projeto editorial e a sua identificação com a tradição revisionista, reelaborada e selecionada cuidadosamente pelos colaboradores. Como vimos, a maioria dos entrevistados reforçou a denúncia à falsificação histórica e a necessidade de se recuperar as figuras vilipendiadas pelo liberalismo antinacional associado ao projeto imperialista britânico. Denunciavam, portanto, uma *política da história* supostamente nefasta e elaboravam a sua própria.

Entretanto, apesar da clara preponderância do discurso revisionista, algumas respostas afastaram-se dessa forma de articular a experiência histórica e criticaram-na. A adesão a uma *cultura intelectual revisionista* não era um consenso, o revisionismo precisava disputar espaços com outras narrativas históricas e frequentemente era criticado pela historiografia profissional pelo seu deliberado uso político do passado, pela mobilização de argumentos maniqueístas e até mesmo por uma certa pobreza teórica. Félix Luna defendeu que assim como a leitura liberal da história o revisionismo encontrava-se esgotado, as suas ligações com o nacionalismo não permitiam que tal corrente constituísse uma proposta analítica coerente e totalizadora. Igualmente preocupado com a capacidade do revisionismo de construir um conhecimento rico sobre o passado, José Luis Romero, criador de *Imago Mundi* e da cátedra de História Social Geral da UBA, também reforçou o caráter maniqueísta e limitado de tal abordagem.<sup>669</sup>

Outros autores, como Enrique de Gandía, optaram pela desqualificação ética e moral do revisionismo. Segundo o historiador, a sua versão à esquerda era uma farsa e uma mentira, iniciativa destinada a falsificar a história e ludibriar a juventude argentina para defender os seus próprios programas políticos, uma

aspiração de insensatos ou de ignorantes, de políticos comunistas que querem caluniar nosso passado, injuriar os grandes argentinos, para fazer com que as pobres crianças ou estudantes ingênuos acreditem que só os reformadores do presente, que nada sabem e nada representam,

---

<sup>668</sup> O título do capítulo faz referência a um trecho do discurso de aceite do Prêmio Nobel de Gabriel García Márquez em 1982, “Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela realidade desaforada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação porque o nosso maior desafio foi a insuficiência dos recursos convencionais para tornar nossa vida plausível. Este é, amigos, o nó da nossa solidão”. O discurso original, em espanhol, está disponível em: [https://cvc.cervantes.es/actcult/garcia\\_marquez/audios/gm\\_nobel.htm](https://cvc.cervantes.es/actcult/garcia_marquez/audios/gm_nobel.htm). Acesso em: 13/07/2020.

<sup>669</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? *crisis*, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 10 e 16-17.

são os que possuem a razão ou irão construir uma história que será o paraíso da humanidade.<sup>670</sup>

Os novos revisionistas, adeptos ou simpáticos às causas revolucionárias, frequentemente encontravam resistência entre grupos e anticomunistas, cada vez mais presentes naquela Argentina polarizada dos anos 1970, ou mesmo dos setores tradicionais do peronismo que, apesar de partilhar de imagens e símbolos desses revisionistas, permaneciam mais ligados às promessas do peronismo clássico, à participação controlada dos trabalhadores nos assuntos do Estado sob a mediação carismática do líder e às pautas econômicas mais imediatas.

O dossiê ainda contava com críticas ao revisionismo histórico advindas de setores da própria esquerda radical. Como nas análises elaboradas Gandía, as indagações presentes no dossiê voltaram-se mais para o sentido das interpretações revisionistas e as suas implicações políticas do que para os aspectos técnicos ou teóricos de suas práticas historiográficas. Entretanto, essa perspectiva não dirigiu os seus ataques a uma suposta demagogia esquerdista que visava a falsificação da história para atingir os seus objetivos políticos, mas sim à capacidade do revisionismo em representar processos populares do passado e presente. Assim, nas *Ediciones de Crisis* conviveram o discurso revisionista, majoritário e central para o projeto editorial, e o seu questionamento à esquerda que, no limite, constituíam também uma dúvida sobre a aptidão da história para narrar experiências verdadeiramente libertárias.

Leonardo Paso, historiador ligado ao Partido Comunista Argentino, foi um dos críticos ao revisionismo histórico. O autor se consolidou ao longo de finais dos anos 1940 e princípios dos anos 1950 como historiador oficial do partido após a expulsão de Rodolfo Puiggrós e Eduardo Astesano e definiu a si mesmo divulgador popular do conhecimento histórico.<sup>671</sup> Avesso aos nacionalismos, Paso foi um ferrenho opositor da suposta reabilitação dos caudilhos, posição marcada sobretudo por sua recusa à figura de Rosas, corporificada na obra *Rosas, realidade y mito* (1970), e em sua defesa da chamada Linha Mayo-Caseros. Em sua única contribuição em **crisis** Paso atacou a história “chauvinista” que exaltava os grandes homens, uma produção que não contribuiria para a formação de cidadãos livres. O argumento remetia às críticas aos nacionalismos e ao peronismo feitas pelo Partido Comunista e, principalmente, Partido Socialista nos anos 1940 e 1950: o

<sup>670</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 7.

<sup>671</sup> DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 324-325.

governo de Perón seria apenas uma expressão do fascismo na Argentina ou, nas palavras do famoso comunista e antifascista argentino Cayetano Córdoba Iturburu, um *naziperonismo*.<sup>672</sup> Para esses críticos, a relação dessas correntes políticas com as massas estaria pautada em uma espécie de manipulação e controle que impedia que os setores populares dessem vazão às suas aspirações revolucionárias.

Adepto do marxismo e do materialismo histórico, Paso defendia a concepção do povo como artífice de sua própria história e se afastava da perspectiva de que o povo necessitava de representantes históricos para manifestar a sua vontade, “assim se educa aos povos – e isto é o mais grave – na ideia de que eles não precisam pensar nem se ocupar do porvir; de que alguém vela por eles, tal como aconteceu no passado”. Embora a revisão histórica fosse permanentemente necessária ela não deveria se ater às simples inversões de sentido e se fundamentar nos mesmos pressupostos filosóficos e ideológicos da falácia que pretendia desmontar, afinal, para Paso, “uma revisão não é uma simples revanche política”.<sup>673</sup>

A crítica à simpatia com a história dos grandes demonstrada pelo revisionismo histórico foi mais presente nas contribuições do anarquista Osvaldo Bayer. O jornalista e historiador renegou a “guerrilha revisionista” que em seu intento de se afastar de toda a tradição liberal acabava por incorrer em uma história tradicional que legitimava a violência de homens como Rosas. Bayer demonstrava um ceticismo em relação ao revisionismo que se aproximava do peronismo, movimento que, como notou de maneira perspicaz o autor, utilizou símbolos e figuras da tradição liberal durante o seu governo para constituir a sua própria cultura política. O anarquista, que se fundamentava em uma suposta objetividade e método científico, definia a tarefa do “verdadeiro” revisionismo histórico como a desconstrução das relações de poder intrínsecas à sociedade capitalista moderna, o recurso à idolatria dos grandes homens demonstraria apenas imaturidade política. Para Bayer a

história do homem é a história da luta pelo poder. E o homem novo será integralmente formado quando compreendermos esse conceito e comecemos a nos preocupar com a história das rebeldias. A história do poder é sempre a história da infâmia (com mais ou menos respingos). Em outras palavras, é a história das fortunas, que sempre vem pareadas com o poder. E por isso para manter o poder é necessário falsificar a

---

<sup>672</sup> PEREIRA, Douglas de Freitas. *José Bergamín, Cayetano Córdoba Iturburu e o engajamento intelectual antifascista na Espanha e na Argentina durante a década de 1930*. Dissertação (mestrado). Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019, p. 163-164.

<sup>673</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? *crisis*, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 11.

história: é preciso dizer que Rosas era um assassino ou que Rivadavia era um ladrão; claro que em outras partes a coisa é pior; fazer desaparecer Trotsky da história oficial da revolução russa, por exemplo.<sup>674</sup>

Menos interessado nos grandes nomes e na grande política Bayer dirigiu a sua atenção para as experiências populares. A história e o seu ensino não deveriam tratar das querelas das elites políticas que disputavam o poder, uma história oficial que servia apenas aos grupos que revezavam a dominação sobre o povo, mas sim das lutas dos trabalhadores e de suas organizações, uma história social que servisse para a conscientização de um homem novo. A história, um instrumento de libertação, precisava se afastar do estudo de uns poucos privilegiados e abordar as querelas de um povo que era, ele próprio, o principal ator do processo revolucionário que se anunciava, “é incrível, por exemplo, que nossos alunos secundários saibam todos os detalhes do fuzilamento de Dorrego e ignorem o fuzilamento de centenas de trabalhadores na Patagônia, em 1921, na maior greve da história argentina”.<sup>675</sup>

A greve referida, deflagrada no Território de Santa Cruz entre 1920 e 1922 por anarco-sindicalistas e esmagada pelas forças de segurança do Estado argentino, foi objeto dos estudos de Osvaldo Bayer. O autor de *Los Vengadores de la Patagonia Trágica*, quatro belos tomos que tratavam da longa e sangrenta greve patagônica, tentou recuperar relatos do conflito de maneira a desmontar a versão oficial que culpava apenas os estancieiros do sul pelo massacre. Bayer, inspirado por uma obra anterior, *La Patagonia Trágica* do radical José María Borrero, tentou demonstrar a participação repressiva da cavalaria, ordenada pelo presidente Yrigoyen.

A obra foi escrita entre 1972 e 1974 e, neste ano, chegou ao cinema e venceu o prêmio Urso de Prata do Festival Internacional de Cinema de Berlim. A revista **crisis** entrevistou Bayer na ocasião desse lançamento e o anarquista afirmou que o seu livro, transformado em filme, era uma tentativa massiva de denúncia das falsidades promulgadas pelo discurso oficial do Estado argentino e repetidas pela burocracia sindical em defesa de seus interesses particulares. Adverso a um revisionismo que idolatrava uma liderança carismática controversa, Bayer questionava as razões para o silenciamento sobre o episódio e reivindicava a memória dos revolucionários caídos:

Ficou esclarecido o fato mais escondido da história do proletariado argentino neste século. O massacre de proletários rurais patagônicos em

<sup>674</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 4.

<sup>675</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 4.

1921 já não é o tabu que se achava entre as névoas da lenda. Agora já sabemos o que ocorreu, quem foram os responsáveis, porquê foi feito, a razão da crueldade, do terror imposto.

Por quê foi escondido assim, durante décadas, com tanto zelo? Por que é um tema absolutamente incômodo para todos. Para os donos da terra, para o governo radical, para o exército argentino, para os nacionalistas e, por fim, para os sindicalistas de Buenos Aires que compunham a grande burocracia gremial daquele tempo e que deixaram morrer a greve patagônica porque não convinha de nenhuma maneira os seus planos e fins.<sup>676</sup>

O filme logo foi censurado ainda em 1974 pelo governo de Isabel Perón e Bayer, ameaçado por grupos paramilitares da *Triple A*, exilou-se na Alemanha no ano seguinte. Apesar de sua antipatia pelo revisionismo histórico e pelo nacionalismo das esquerdas peronizadas, Bayer fora bem recebido em **crisis** devido ao seu interesse em resgatar as vozes marginalizadas no país. A sua contribuição na revista fez parte de uma iniciativa maior de busca pelas expressões populares e vozes, mas é exemplar pela sua crítica à aproximação da narrativa histórica com os poderes institucionalizados e com um nacionalismo que justificava o emprego da violência contra setores vulneráveis da população.

Desde o surgimento da revista, **crisis** buscou mesclar elementos da alta cultura e da mais refinada literatura com produções da cultura popular. O projeto idealizado por Ernesto Sabato tentou congregiar ambos os elementos. A mencionada carta de Abel Posse, membro do conselho fundador que jamais trabalharia na revista após a ascensão de Eduardo Galeano, sugeriu ao então diretor de *Krisis* o enfoque na “alta literatura”.<sup>677</sup> As notas de Aníbal Ford, entretanto, apontavam para outra direção: seus rascunhos, como vimos, constantemente elaboravam eixos como “povo – cultura – nação” e, por vezes, intitulavam artigos ou dossiês como “Por uma cultura nacional e popular”.<sup>678</sup> Sabato pareceu plasmar ambas as perspectivas em sua busca por uma revista não dogmática ou sectária. Nos ensaios coletados para a publicação do primeiro livro de *Ediciones de Crisis*, surgido após a querela entre Sabato e Galeano, o escritor argentino sintetizou a posição. Apesar de atacar o nacionalismo intransigente que condenava tudo que era “estrangeiro”

---

<sup>676</sup> BAYER, Osvaldo. Acerca de la Patagonia Rebelde. **crisis**, Buenos Aires, n. 17, septiembre, 1974, p. 29. O quarto volume de *Los Vengadores de la Patagonia Trágica* foi publicado em 1978 na Alemanha. Em 2001 o autor sintetizou todos os tomos em uma única obra, *La Patagonia Rebelde*, com o intuito de difundir-la.

<sup>677</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

<sup>678</sup> Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos. Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF), Caixa 10.

ou a “cultura de elite”, Sabato defendeu que “é indispensável uma doutrina que estabeleça acertadamente os vínculos entre uma cultura popular e uma cultura superior e entre uma cultura nacional e uma cultura universal”.<sup>679</sup>

A chegada de Eduardo Galeano potencializou essa abordagem. O uruguaio, afeito às mais variadas expressões da cultura popular, construiu parte de sua carreira como jornalista a partir da narração de experiências dos setores marginalizados da população, dos pobres viajantes de trem na Bolívia à religiosidade “dos malditos” nas favelas do Rio de Janeiro. Sua formação em jornalismo, com a dos muitos outros uruguaioes que participaram do projeto editorial, contribuíram para a coleta de testemunhos e relatos que abundaram sobretudo na revista. Todavia, o projeto de Sabato já parecia incorporar aquilo que Galeano priorizaria.

A escolha de algumas palavras nos documentos de Aníbal Ford e Ernesto Sabato chamam a atenção pela suposta separação de uma “cultura superior” e outra “cultura popular” ou “cultura nacional” e “cultura universal”. Ford ainda incorporou ao seu vocabulário uma expressão, que logo se tornaria um conceito, repetido à exaustão pelas esquerdas argentinas ao longo dos anos 1960 e 1970, o “nacional e popular” ou “nacional-popular”.

O uso desses termos respondia às demandas da intelectualidade das esquerdas latino-americanas em sua busca pelo *povo*. Inspiradas pela política cultural cubana e pela Revolução Cultural chinesa as esquerdas no continente se lançaram ao encontro de supostas *raízes* populares e das expressões legítimas de sua cultura que deveriam fornecer as bases para o repertório revolucionário. No caso argentino, a procura ainda se respaldava no vocabulário e nas práticas da cultura política peronista que apelava ao povo e se contrapunha ao inimigo antinacional, a oligarquia liberal. Como vimos, era comum que o recurso a esse discurso decorresse em um anti-intelectualismo e na recusa de valores cosmopolitas.

A incessante busca pelo povo empreendida pela intelectualidade de esquerda, como bem nota Marcelo Ridenti para o caso brasileiro, por vezes desembocava em certo romantismo que apresentava desagradáveis semelhanças com certas concepções

---

<sup>679</sup>SABATO, Ernesto. *La cultura en la encrucijada nacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973, p. 10-11.

conservadoras ou mesmo reacionárias acerca da nacionalidade.<sup>680</sup> O revisionismo conservador não havia recusado a modernidade capitalista em defesa de uma nacionalidade pura e de um passado idealizado? A idealização do *povo*, esse ator histórico pouco definido e em perpétua construção, feita pelas esquerdas levou a uma recusa de parte do repertório cultural progressista que disseminado ao longo dos anos 1960. O documentário *La Hora de Los Hornos*, de Getino e Solanas, denunciava em 1968 o rock'n roll e a arte moderna como uma invasão estrangeira e como colonização do pensamento nacional.

Entretanto, o *romantismo revolucionário* presente nas esquerdas sessentistas latino-americanas não se prendia a um passado idealizado com o intuito de preservá-lo. Anticapitalista por definição, esse romantismo representava, como visto, uma crítica à modernidade em nome de valores e ideais do passado,<sup>681</sup> uma recusa à perda do sentido de comunidade que acompanhou a modernização capitalista e a alienação de uma pátria imaginada, mas o seu objetivo político não estava atrelado ao retorno a um passado intocado, mas em sua mobilização para a criação de algo novo. A busca pelo povo, pelas suas idealizadas expressões legítimas, deveria servir para a criação de um projeto revolucionário de fato popular e inclusivo.

A intelectualidade de esquerda dispunha de um vasto repertório prático e teórico para fundamentar as suas construções de uma cultura revolucionária calcada no elemento popular, do *agitprop* (agitação e propaganda) e *proletkult* ao realismo socialista, temas que eram avidamente debatidos pelas vanguardas artísticas latino-americanas e que em Cuba contribuíam para a elaboração da política cultural da ilha. Na Argentina a adesão das esquerdas ao nacionalismo e ao peronismo propiciou uma escolha, embora não única, pelo conceito *nacional-popular*, coerente com as existentes perspectivas românticas sobre a cultura. O termo, amplamente difundido e mesmo banalizado, acabaria por delinear uma parte da história dos marginalizados elaborada pelo projeto editorial.

O conceito nacional-popular remontava, mais uma vez, a Antonio Gramsci. O termo, disperso ao longo dos escritos que posteriormente seriam organizados nos *Cadernos*, referia-se sobretudo a uma ausência. Para Gramsci as palavras “popular” e “nacional” em seu país não possuíam uma conexão tão íntima quanto na Rússia ou na

---

<sup>680</sup> RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

<sup>681</sup> LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 38.

Alemanha, elemento expresso sobretudo na literatura italiana. Segundo o autor, os escritores da Itália não se preocuparam com a questão nacional, não experimentavam o cotidiano do povo e tampouco o mobilizava em suas obras. Afastados do povo, os intelectuais eram incapazes de construir uma cultura verdadeiramente nacional. O termo, obviamente, trazia um imperativo político, era necessário que os intelectuais se reaproximassem do povo e que a classe trabalhadora produzisse, ela própria, a sua própria intelectualidade.

De certa maneira os escritos de Gramsci já iniciavam uma suposta separação entre uma cultura cosmopolita, praticada pelas elites, e outra popular, emanada das massas que conformavam o corpo nacional. A mobilização posterior do conceito, sobretudo na América Latina, permitiria a tentativa de síntese entre os elementos universais e particulares.<sup>682</sup> As memórias literárias de Eduardo Galeano apontam para o interesse de tal associação **crisis**:

A cultura não terminava, para nós, na produção e consumo de livros, quadros, sinfonias, filmes e obras de teatro. Nem começava ali. Entendíamos por cultura a criação de qualquer espaço de encontro entre os homens e eram cultura, para nós, todos os símbolos da identidade e da memória coletivas: testemunhas do que somos, as profecias da imaginação, as denúncias do que nos impedem de ser. Por isso **crisis** publicava, entre os poemas e contos e desenhos, relatórios e reportagens sobre o ensino mentiroso da História nas escolas ou sobre os truques das grandes empresas multinacionais que vendem automóveis e também ideologia. Por isso a revista denunciava um sistema de valores que sacramenta as coisas e despreza as pessoas, e o jogo sinistro da competição e do consumo que induz os homens a usarem-se entre si e a esmagarem-se uns aos outros. Por isso nos ocupávamos de tudo: as fontes do poder político dos donos da terra, o cartel do petróleo, os meios de comunicação...<sup>683</sup>

A revista **crisis** assumiu que as expressões culturais populares possuíam grande importância, mereciam ser estudadas e seus passados narrados. Para tanto, mobilizou o conceito nacional-popular com o apoio da crítica literária e da comunicação para elaborar um quadro descritivo e positivamente valorizado das expressões culturais populares sem, entretanto, recorrer a simplificações. Blas Matamoro elaborou para **crisis** uma bela análise sobre os romances populares publicados no Brasil em folhetos e pequenos livros. Sua contribuição, pautada em 204 folhetos, distava de um caráter laudatório e sensorial

<sup>682</sup> NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Temáticas*, Campinas, v. 19, n. 37-38, jan/dez 2011, p. 33.

<sup>683</sup> GALEANO, Eduardo. Escrito num muro, falado na rua, cantando nos campos. In.: GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 158-159.

que eram comuns à revista. O artigo analisou a fundo o conteúdo desses romances, mas também as suas condições de produção e circulação, bem como a sua importância no mercado editorial brasileiro.<sup>684</sup>

O décimo segundo exemplar de **crisis** polemizou com algumas das concepções reducionistas presentes ao longo do projeto editorial. Uma pequena entrevista com Elías Castelnuovo, escritor uruguaio que fizera a sua carreira em Buenos Aires na primeira metade do século XX, rememorava a experiência do grupo Boedo. Castelnuovo defendeu o legado do movimento ligado às esquerdas socialistas das críticas de setores do nacionalismo argentino, sobretudo Hernández Arregui. Para o uruguaio, não existia uma “cultura local quimicamente” pura, o nacional e o internacional relacionavam-se intimamente e a busca por uma raiz idealizada que, por vezes, beirava a xenofobia e o ódio ao imigrante. Ácido em seus comentários, o uruguaio afirmou que a redução da formação cultural argentina aos limites geográficos da nação significaria que “durante todo o século passado a única coisa que fizemos foi criar vacas e domar potros”.<sup>685</sup> O ufanismo presente na interpretação do passado que renegava a pluralidade cultural argentina e a contribuição do cosmopolitismo serviria apenas para defender os mesmos grupos que sempre exerceram o poder, “os proprietários da nação”. Neste sentido, narrar o passado do povo argentino significaria incorporar as contribuições da imigração e as assimilações efetuadas pelos trabalhadores, verdadeira expressão do elemento popular.

A cultura de massas, vilipendiada pela esquerda nacionalista que imaginava uma cultura popular idealizada e fictícia, ainda teve espaço na revista. Corín Tellado, espanhola autora de romances e fotonovelas, era criticada por uma literatura que possuía “o propósito de favorecer uma atitude passiva perante as circunstâncias imperantes”, mas a sua relação com o público e com o mercado editorial serviam como mote para que **crisis** refletisse sobre as condições de circulação e disseminação de tais produções.<sup>686</sup> Os quadrinhos, por sua vez, deixavam entrever “pautas da penetração e condicionamento cultural, bem como a semente da libertação”. Personagens como Inodoro Pereyra, *el renegáu*, gaúcho solitário, criado por Roberto Fontanarossa, seriam expressões populares materializadas em meios massivos e, portanto, dotadas de um caráter revolucionário pela

<sup>684</sup> MATAMORO, Blas. La ciencia de la abeja y la fuerza del océano. El romancero popular brasileño. **crisis**, Buenos Aires, n. 23, marzo, 1975, p. 48-55.

<sup>685</sup> CASTELNUOVO, Elías. Escribiendo y peleando. **crisis**, Buenos Aires, n. 12, abril, 1974, p. 5-6.

<sup>686</sup> ERHART, Virginia. Corín Tellado: la cenicienta en la sociedad de consumo. **crisis**, Buenos Aires, n. 09, enero, 1974, p. 71-80.

sua capacidade de questionamento em grande escala.<sup>687</sup> Heterogênea e irreverente, **crisis** elaborou ainda uma deliciosa entrevista com *el renegáu* na qual o personagem estereotipava o seu sotaque pampeano, reforçava o seu caráter de *gaucho* indomável e revelava sua suposta proximidade com o lendário Martín Fierro. De certa maneira, Inodoro representava as tradições nacionais e os elos ainda existentes com o passado argentino e dava continuidade a tradição de *historietas gauchas* que o precediam a algumas décadas.

Figura 18: Raúl Acosta entrevista Inodoro Pereyra



Fonte: ACOSTA, Raúl. Inodoro Pereyra. Una historieta argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 13, mayo, 1974, p. 72.

De todo modo, apesar de certa multiplicidade e da presença de críticas aos purismos diluídas ao longo das páginas publicadas por **crisis** a concepção dualista do *nacional-popular* foi majoritária, responsável por idealizar o elemento popular com o intuito de contrapô-la à colonização pedagógica e moral da cultura massiva propagada pelos meios ligados ao capital estrangeiro. Essas contribuições, segundo o antropólogo

<sup>687</sup> ACOSTA, Raúl. Inodoro Pereyra. Una historieta argentina. **crisis**, Buenos Aires, n. 13, mayo, 1974, p. 70-72. A partir de 1977 Inodoro ganhou seguidas identidades visuais e nos anos 1980 apresentava-se menos agressivo.

Néstor García Canclini, possuíam mais aspirações políticas do que descrições científicas, uma vez que atribuíam propriedades de resistência contra o poder a fatos que eram simples recursos populares resolver problemas cotidianos.<sup>688</sup> A cultura popular merecia atenção, portanto, pois supostamente encarnava um espaço de resistência. Traslada da história, essa idealização assumia que narrar a história do povo argentino era narrar a história de sua cultura popular. O povo, essa categoria abstrata mobilizada pela retórica da esquerda nacionalista, era perceptível na história a partir de suas experiências culturais contra hegemônicas. O tango foi, talvez, o objeto “popular” mais explorado por **crisis**, percebido como expressão pura das aspirações e sofrimentos de um povo que os colaboradores pretendiam representar.

A revista e os *Cuadernos* trataram de famosos letristas, cantores e instrumentalistas do tango, como Carlos Gardel, Homero Manzi, Astor Piazzolla e *Pichuco* (Aníbal Troilo).<sup>689</sup> Todos eram retratados como grandes intérpretes dos sentimentos populares e dos dramas de uma época. O tango era encarado como uma continuidade da poesia popular argentina do século XIX, ele possuía, portanto, longevidade e legitimidade histórica, elaboração de uma classe que produziria “o fenômeno político-cultural mais importante deste século na Argentina: o 17 de outubro de 1945”.<sup>690</sup>

Narrar a sua história, para **crisis**, era narrar a história de sofrimento e luta da classe trabalhadora argentina, seria “recuperar o gaúcho, e as *montoneras* perseguidos e extintos pela elite que agora idealiza a sua figura”. Ademais, o tango expressava o passado popular nacional, cantado pelo próprio povo, “em suas letras, que andam na memória de todos, se instaura uma vertente musicalizada da história argentina, do yrigoyenismo ao

---

<sup>688</sup>GARCÍA CANCLINI, Néstor. Gramsci e as culturas populares na América Latina. COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 74.

<sup>689</sup>ULLA, Noemí. Las letras de tango: nuestra historia trashumante. **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973; ULLA, Noemí. Tango, poesía popular del yrigoyenismo al peronismo. . **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973; MATAMORO, Blas. Piazzolla: vanguardia y después. . **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973; FORD, Aníbal. Manzi en los sótanos de *FORJA*. **crisis**, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973; FORD, Aníbal. Chau, Pichuco. **crisis**, Buenos Aires, n. 26, junio, 1975; ZITO LEMA, Vincente. El día que enterraron a Troilo. **crisis**, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975; DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Piazzolla*. Cuadernos de Crisis 13. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975; CAÑAS, Luis Soler. Antología del lunfador. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976;

<sup>690</sup>ROMANO, Eduardo. Celedonio Flores y la poesía popular. **crisis**, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p. 9.

peronismo”.<sup>691</sup> Trazer essas histórias à tona possuía um valor político por seus potenciais de resistência e de valorização da produção nacional:

De todos os modos, como etapa e resultado de uma atitude solidária e coletiva contra a dependência cultural parasitária, a poesia do tango segue condenada ao exílio pelos representantes da pseudocultura elitista. Contra essa postergação, que se trata mais ou menos de forma solapada de negar uma forma de nossa identidade nacional e popular, a crítica revisionista possui uma tarefa indesculpável e militante. Reconhecer as nossas melhores tradições contestatárias, assim como todos os fenômenos artísticos que, em seu momento, significaram um rechaço frente à humilhante inteligência colonizada, é uma das formas de lutar pela liberação que nós os verdadeiros argentinos desejamos.<sup>692</sup>

A importância dessas experiências populares estendia-se também para a análise do passado. O tango e o lunfardo providenciavam acessos privilegiados aos quadros sociais da Argentina de finais do século XIX e princípios do XX. O lunfardo, como um documento histórico e como testemunho de uma realidade social, ideal para representar “uma série de estampas da vida pobre, do submundo portenho, cuspidas como um idioma peculiar e distintivo: o bárbaro idioma das ruas dos desafortunados, dos que cometem crimes empurrados pelo ambiente da miséria, da exploração e da corrupção” e constituía um retrato fiel “do drama social de uma época”.<sup>693</sup>

A partir do tango também seria possível reconstituir e representar um momento histórico. Fruto dos sofrimentos dos setores marginalizados, o tango trazia as vozes dos negros, imigrantes e pobres que conformaram a classe trabalhadora argentina em princípios do século XX, as suas letras eram uma das fontes privilegiadas para acessar o elemento popular sem os preconceitos de uma intelectualidade elitista que desprezava aquilo que fugia aos círculos consagrados pela alta cultura. Além disso, o tango mobilizava as paixões políticas do proletariado e as insatisfações surgidas após o golpe de 1930.<sup>694</sup>

O *Cuaderno 27*, destinado à Fray Mocho, pseudônimo do jornalista José Sixto Álvarez Escalada, cumpriu papel semelhante para acessar essas vozes subterrâneas da cultura argentina. Famoso por crônicas e obras que tratavam do cotidiano de personagens

---

<sup>691</sup> ROMANO, Eduardo. Celedonio Flores y la poesía popular. *crisis*, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p. 10 e p.6.

<sup>692</sup> ROMANO, Eduardo. Celedonio Flores y la poesía popular. *crisis*, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p. 10

<sup>693</sup> SOLER CAÑAS, Luis. *Antología del lunfardo*. Cuadernos de Crisis 28. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 30 e p. 51.

<sup>694</sup> DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Piazzolla*. Cuadernos de Crisis 13. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 57.

do submundo argentino, como o álbum de fotografias “Galerias dos ladrões da Capital” (1887), Fray Mocho foi elogiado em **crisis** por sua capacidade de pintar um retrato fiel da Argentina do final dos oitocentos, um país que se urbanizava e se transformava rapidamente a partir da intensa imigração. A literatura, os diálogos, as crônicas e as vinhetas publicadas por Mocho e por outros *costumbristas* seriam materiais particularmente interessantes para narrar uma história menos elitista e mais representativa do país. Após uma pequena introdução sobre a história do jornalismo argentino e sobre a importância de Fray Mocho **crisis** compilou uma série de crônicas e incluiu reproduções de algumas páginas originais de *Caras y Caretas*, famoso e popular semanário criado em Montevideo e que logo se trasladou para Buenos Aires.<sup>695</sup>

O *Cuaderno sobre o cancionero federal* retrocedia ainda mais em sua busca por fontes expressivas das experiências populares. Os *cantares históricos* herdados do período colonial e logo transculturados em uma prática *criolla* eram relatos privilegiados da atuação política das massas argentinas no momento da independência e nas lutas entre federalistas e unitários. As canções elaboradas por essa espécie de trovadores eram versos insurrecionais, cantos políticos exercidos de maneira coletiva que representavam os valores compartilhados pelas camadas mais baixas. Ángel Nuñez, autor responsável pelo epílogo da monografia, defendeu que tais cantos propiciavam o acesso necessário para compreender a “cultura argentina” pois não eram “teorias, nem justificativas, mas elementos cotidianos de afirmação e coincidência formalmente expressa dia a dia”.<sup>696</sup>

O *Cuaderno* em questão possuía uma interessante diferença em relação aos seus antecessores e sucessores: os relatos organizados, as fontes reunidas apareciam antes de qualquer apresentação dos organizadores. Normalmente as outras monografias, como a de Fray Mocho, dissertavam sobre um tema e quando compilavam discursos ou documentos apresentavam uma pequena introdução para situá-los, guiar a leitura e estabelecer o sentido ideal de interpretação. O volume sobre o *cancionero* iniciou a publicação diretamente com a letra de uma música de princípios do século XIX sem qualquer comentário prévio, a única contextualização era o título da divisão, “Breve cancionero das Invasões Inglesas e da Independência”. Apesar da escolha dos títulos e da organização da compilação apresentarem certo manual de interpretação para o leitor,

<sup>695</sup> Fray Mocho – *Crônicas de Buenos Aires*. Fundadores de la cultura porteña: Fray Mocho, Felix Lima, Nemesio Trejo. Cuadernos de Crisis 27. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

<sup>696</sup> NUÑEZ, Ángel. La expresión del pueblo en el Cancionero Federal. In.: *Cancionero Federal*. Cuadernos de Crisis 26. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 76.

**crisis** confiava que os relatos por si construiriam um sentido auto evidente, para que essa experiência popular fosse compreendida bastava que ela fosse apresentada para o público.

O epílogo da monografia reforçou os enunciados repetidos à exaustão em **crisis**, a separação entre povo e intelectuais, a cultura popular como resistência ao imperialismo, a luta dos caudilhos contra os vende-pátria liberais e a sua ligação quase natural e romantizada com as massas rurais. Entretanto, nesse *Cuaderno* havia uma espécie de idealização das canções populares como forma privilegiada de acesso ao passado, Ángel Nuñez colocou em dúvida a capacidade de abordagem correta dessa experiência a partir da história, gênero discurso e forma de saber sobre o passado. As canções populares possuíam uma narrativa elaborada a partir de elementos tradicionais e de uma linguagem acessível àqueles que as elaboravam coletivamente que “conservados na memória tornavam-se manual de história, referência ao passado que servia no presente de luta como afirmação autoidentificatória”. Para Nuñez as outras narrativas como a história ou o jornalismo faziam parte da “doutrina” reservada aos “intelectuais da cidade”, aos grupos unitários que contribuíam para o saque do país.<sup>697</sup>

Essas disciplinas pareciam demasiado conectadas ao poder, imbricadas na construção de Estados excludentes e no silenciamento das massas. Osvaldo Bayer, ao criticar a inocência do revisionismo histórico, foi implacável ao denunciar a infâmia atrelada à história do poder, aquela que cobrava que os estudantes soubessem “todos os detalhes do fuzilamento de Dorrego” e ignorassem “o fuzilamento de centenas de trabalhadores na Patagônia”.<sup>698</sup>

Uma curiosa reportagem feita com crianças da cidade e da periferia de Buenos Aires reforçou a crítica. Entre os temas separados pela autora, Violeta Lubarsky, estava “a história/os próceres”, uma série de comentários sobre os grandes nomes pátrios e sobre o ensino de suas vidas nas escolas, geralmente céticos em relação aos heróis nacionais. Uma criança questionava a representação desses heróis, “nos ensinam como se tivessem nascido com uma varinha mágica, como se fossem perfeitos, e eu penso que não são tão perfeitos. Eram bons, mas tinham os seus defeitos como todos”. Outras três, em diálogo, afirmavam que diziam-lhes que o prócer era “um superdotado, que era uma pessoa que doava toda a sua vida [...] eu não acredito nisso” e que “quando estamos nos primeiros

---

<sup>697</sup> NUÑEZ, Ángel. La expresión del pueblo en el Cancionero Federal. In.: *Cancionero Federal*. Cuadernos de Crisis 26. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 75.

<sup>698</sup> Se enseña en la Argentina la historia real del país? **crisis**, Buenos Aires, n. 8, diciembre, 1973, p. 4.

anos da escola os criam [os próceres] como superdotados ou como os grandes superdotados, os superiores”.<sup>699</sup> A partir dos comentários de jovens em idade escolar a revista **crisis** pretendia demonstrar a caducidade da produção e do ensino de história tradicional mas, ao mesmo tempo, abria flancos para a crítica da historiografia revisionista à qual aderiu.

O projeto editorial reconhecia que a História era um instrumento de poder e que a sua escrita contribuía para a construção de determinadas hegemonias, toda a disputa para narrar um outro passado argentino, estava fundamentada na crença de que a história poderia transformar o mundo. Ao mesmo tempo essa perspectiva assumia que o contrário era igualmente verdadeiro, a história poderia ser falsificada para nublar a consciência nacional e para criar a estrutura da dominação estrangeira, a iniciativa revisionista pautava-se na necessidade de destruir a falácia oficialista. Reconhecida a relação entre história e poder **crisis** conseguiu, portanto, questionar a própria viabilidade da disciplina histórica para narrar as experiências populares.

Como mencionado, o projeto editorial distinguia a história enquanto forma de saber e a história como experiência no tempo. O passado parecia ser marcado por uma uniformidade, um continuum capaz de ser apreendido e interpretado por aqueles que o observassem a partir de uma perspectiva correta, mas as narrativas constituídas acerca dele possuíam uma multiplicidade. A entrevista com o músico Atahualpa Yupanqui sugeria essa consciência ao apontar a existência de dois tipos de história, “a que escrevem os historiadores de acordo com a cadeira no qual se sentam e a outra, a que não se escreve, mas que se canta ou se cala, que é a do povo”.<sup>700</sup>

Sobre a primeira história, a dos historiadores, dissertamos ao longo de toda esta tese. Majoritária nas *Ediciones de Crisis*, essa narrativa era, por vezes, colocada em dúvida. A desconfiança apresentada nos argumentos anteriores estava ligada, como apontamos, à desqualificação da história oficial, mas o ceticismo em relação às histórias dos grandes homens, como explicitado por Bayer, permitiria a dúvida sobre a própria disciplina histórica. O escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, em uma de suas contribuições para a revista **crisis**, colocou em evidência aquilo que viria a ser uma crítica à história: não bastava elaborar uma história mais popular, mais voltada para o cotidiano

---

<sup>699</sup> LUBARSKY, Violeta. Conversando con los chicos en la escuela. **crisis**, Buenos Aires, n. 35, marzo, 1976, p. 15-16.

<sup>700</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Con permiso viá dentrar; soy Atahualpa Yupanqui. **crisis**, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 45.

dos marginalizados, o próprio gênero parecia insuficiente, incapaz de narrar esse passado devido às suas relações espúrias com o poder ou às limitações da própria prática:

Assim, a ‘história’ escrita por aqueles burocratas da coroa e por teólogos-etnólogos-evangelizadores não é mais do que a história de seus interesses, fracassos e ressentimentos, entremeados ou mascarados com confusas denominações e descrições de seus traços físicos, suas línguas e costumes, de seus ambientes ecológicos, das bases materiais de sua cultura e rudimentar civilização. A história de um povo sem escrita, disse Meliá, ‘tem, para nós, lacunas insuperáveis, sobretudo se sua cultura e tradições são destruídas mais rapidamente do que o tempo com que conta o etnógrafo para recolhê-las.’<sup>701</sup>

Outras formas de saber eram convocadas para superar essa insuficiência, como o romance. O livro de Héctor Tizón, *Sota de Bastos, Caballo de Espadas*, e o de Lincoln Silva, *General, General*, tentavam reconstituir ficcionalmente algumas das experiências que a história, por vezes, fracassava em representar. Embora os livros publicados por *Ediciones de Crisis* e os pequenos trechos de romances existentes na revista servissem como uma forma de acesso ao passado menos dependente das vicissitudes do poder, **crisis** optou por outra modalidade, aquela história que “se canta ou se cala, que é a do povo”, como a definiu Atahualpa Yupanqui. Essa espécie de relato coletivo e testemunho direto seria, como sugerido no *Cuaderno* sobre o *cancionero*, uma das formas capazes de articular as experiências populares do passado e conectá-las com o presente.

Segundo José Luis de Diego esse elemento era constitutivo de **crisis**, a revista demonstrava uma “fé ilimitada na espontaneidade da palavra oral”. O projeto ideológico carregava uma desconfiança, ainda que dúbia, em relação à complexidade do trabalho intelectual e à competência dos intelectuais em se conectarem com o povo. Tal retórica fundamentava-se, segundo José Luis de Diego, em princípios originados “no romantismo, [que] tende a depositar um certo saber natural superior ao saber rebuscado e inoperante da cultura letrada: homem comum, sentimentos nobres, saber natural, linguagem simples”.<sup>702</sup> A idealização do “povo” e do “popular” levou a aceitação de antemão as suas supostas expressões como fonte inquestionável. García Canclini se aproxima de tal constatação ao apontar que essa prática remontaria aos romantismos do século XIX e que fazia parte de tentativas de superar a simples rerepresentação do povo para este que se

<sup>701</sup> ROA BASTOS, Augusto. Un pueblo que canta su muerte. **crisis**, Buenos Aires, n. 4, agosto, 1973, p. 4.

<sup>702</sup> DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. In.: *Prismas: revista de historia intelectual*, Buenos Aires, año 5, n. 5, 2001, p. 128 e p. 133.

apresentasse a si mesmo, ou seja, dar-lhes palavra seria suficiente para que emergisse um saber verdadeiro sobre eles, produzidos por esses próprios indivíduos.<sup>703</sup>

Além disso, esse discurso que se pautava nas vozes populares se associou a categorias comumente utilizadas nos anos 1970, como o testemunho. Essa categoria, transformada em ícone da verdade, parece ter ganhado força a partir de finais da década, como aponta Beatriz Sarlo, em decorrência da barbárie praticada pelas ditaduras latino-americanas e na necessidade de trazer à tona elementos para a reconstituição desse passado doloroso.<sup>704</sup> Entretanto, o testemunho já era vastamente utilizado pelo jornalismo investigativo e pelas enquetes de rua como aquelas que posteriormente seriam praticadas em **crisis**. A famosa obra *Operación Masacre*, publicada por Rodolfo Walsh em 1957, utilizou testemunho para reconstruir o fuzilamento clandestino de cinco civis por militares anti-peronistas. Paco Urondo, em *La patria fusilada*, publicada por *Ediciones de Crisis* em 1973, fez o mesmo com os sobreviventes do massacre de Trelew. Na revista **crisis** agregar-se-iam ainda as várias enquetes e entrevistas feitas por María Esther Gilio com imigrantes, trabalhadores e desempregados.

Não nos interessa, neste momento, nos determos na categoria *testemunho*, vastamente estudada pela bibliografia que se dedicou à literatura latino-americana dos anos 1970 e 1980, bem como pelos trabalhos que analisaram as relações entre memória, testemunho e narrativas sobre o passado. O recurso a essa categoria em **crisis** serviu para dar notoriedade aos marginalizados. O testemunho permitiria, portanto, escutar as vozes silenciadas dos subalternos.<sup>705</sup>

As contribuições citadas pautaram-se na iniciativa de recuperar aquilo que as narrativas oficiais não diziam, as fontes *não-oficiais* permitiam acessar relatos e experiências profundas imperceptíveis. Por vezes tomados como verdades inquestionáveis esses testemunhos serviam para trazer à tona vozes obscurecidas pelas artimanhas do poder. A seleção e mediação desses testemunhos por intelectuais que os coletavam eram ignorados, as vozes surgiam como algo natural ou espontâneo e, portanto, representativas do povo.

---

<sup>703</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 267-268 e 271.

<sup>704</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 19.

<sup>705</sup> SANTISTEBAN, Rocío Silva. *El factor asco: basurización simbólica y discursos autoritarios en el Perú contemporáneo*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2008, p. 74.

O testemunho possuía papel crucial na tentativa de captar aquilo que o povo produzia, pensava e expressava. Para além do presente, os testemunhos eram estendidos ao passado sem demasiada preocupação teórica, bastava recolhê-los e deixar que o leitor ou leitora interpretasse a sua verdade auto evidente. A História, por vezes apontada como um constructo ideológico que não representava o passado da maneira adequada, possuía o seu contraponto em relatos expressos diretamente por membros das culturas populares que o projeto editorial pretendia incorporar, como as compilações de canções populares, mitos indígenas ou entrevistas.

O quarto volume de **crisis** apresentou “um dramático testemunho sobre algumas das culturas indígenas sul-americanas em vias de desaparecimento”.<sup>706</sup> O dossiê era composto por seleções de obras de vários autores que comentavam sobre alguns povos ameríndios de maneira a compreender parte de suas crenças e práticas, acompanhado por uma coletânea de mitos e canções que ocupavam quase metade do texto completo. O objetivo declarado era recuperar essas vozes que se esvaíam, mas também permitir que os atores, os Axé-Guayaki, contassem as suas próprias histórias e rompessem com os relatos de antropólogos e historiadores que elaboravam as suas narrativas sob perspectivas eurocêntricas ou mesmo a partir de exigências moralmente questionáveis, “justificando, em termos acadêmicos, abertamente ou de forma rasteira, a situação de domínio de uns povos sobre outros, fornecendo conceitos e técnicas de ação que servem para manter, reforçar ou disfarçar a relação colonial” e cumprindo o “triste papel de espiões que os atribuíam as suas próprias sociedades”.<sup>707</sup> Ao ignorar a mediação intelectual presente na seleção e tradução dos mitos e cantos, **crisis** supunha que transferia a palavra diretamente para aqueles eram capazes de narrar os seus próprios passados.

**crisis** possuía particular interesse pelos mitos, narrativas populares sobre as origens e sobre o passado das comunidades ameríndias que pareciam, para os autores, quase intocados pelas esquematizações das disciplinas que distorciam ou manipulavam. As suas mitologias, coletâneas de mitos e o seu estudo, permitiam perceber a imagem que os grupos elaboravam para si próprios, supostamente mais fidedigna que aquela elaborada pela história ou pela antropologia.

Uma contribuição do peruano José María Arguedas recuperada pela revista trabalhou a partir dessa perspectiva. O escritor, em texto cuja data original não fora

<sup>706</sup> Cantos y mitos. Las culturas condenadas. **crisis**, Buenos Aires, agosto, 1973, p. 4.

<sup>707</sup> ROA BASTOS, Augusto. Un pueblo que canta su muerte. **crisis**, Buenos Aires, n. 4, agosto, 1973, p. 5.

informada, coletou três versões do mito de *Inkarri* que circulava na comunidade Puquio, no departamento de Ayacucho, no centro-sul peruano. O mito do pós-conquista narrava parte da destruição do *Tahuantinsuyo*, o império Inca, e remetia mais especificamente à execução de seu último imperador, Atahualpa. Traiçoeiramente decapitado pelos espanhóis, o monarca teria jurado retornar: quando a sua cabeça, em constante regeneração onde quer que estivesse enterrada, fosse restituída o *Inkarri*, divindade associada à monarquia Inca, voltaria para reparar as injustiças cometidas pelo conquistador europeu.<sup>708</sup>

Figura 19: **crisis** representa a violência do conquistador



Fonte: **crisis**, Buenos Aires, n. 10, febrero, 1974, p. 33.

Esse mito, além de colocar em evidência traços da cultura popular, servia para elaborar uma narrativa que contrapunha às crônicas e histórias criadas pelos conquistadores. Ao recorrer aos relatos populares a revista **crisis** pretendia oferecer versões alternativas àquelas construídas pelos vencedores. A isso a revista agregou duas imagens que pretendiam mostrar a brutalidade espanhola perante os incas, a segunda, como a vista acima trouxe uma pequena descrição feita pelos próprios editores que contribuía para desqualificar o legado do conquistador.

<sup>708</sup> ARGUEDAS, José María. El mito de Inkarri. **crisis**, Buenos Aires, n. 10, febrero, 1974, p. 31-33.

O uso dos mitos como fontes alternativas para dar sentido ao passado não foi acompanhada de uma reflexão sobre as suas especificidades, ele esteve mais associado à importância de conceder voz àqueles que historicamente não a possuíam. Assim como as canções populares do século XIX, o mito foi valorizado por permitir um acesso mais direto às experiências de um povo argentino e latino-americano que o projeto editorial buscava. Daí advinha a autoridade desses relatos, coletados por Arguedas a partir de conversas com “os líderes, anciãos dos ayllus de Chaupi e Qollana”.<sup>709</sup> Algo semelhante fez Vicente Zito-Lema, embora não relacionado às narrativas sobre o passado, em sua reportagem sobre os hospícios de Buenos Aires, toda a representação imagética foi produzida pelos próprios internos, testemunho e “criações culturais de homens oprimidos”, que nos lembrava, segundo o autor, que “devemos ter consciência de que a existência dessas obras – ou a sua não existência ou censura -, são parte da luta integral contra o opressor”.<sup>710</sup>

Essa tentativa de construir uma história dos marginalizados contraposta àquela produzida pelos dominadores foi sintetizada em uma entrevista concedida por Saturnino Huilka, líder camponês peruano envolvido nas disputas políticas de seu país. Antes do diálogo **crisis** contextualizou para o seu leitor a relação entre a Revolução Peruana e a história, ou melhor, o seu significado histórico naquele momento em que o processo ainda decorria:

Em 1969, a um ano da revolução blindada, do salão principal do palácio de Governo foi despendurado um gigantesco retrato do colonizador espanhol Francisco Pizarro, que durante centenas de anos presidiu as pompas do poder, as servis dádivas dos governantes submissos às oligarquias nativas e aos poderosos de fora. Em seu lugar se instalou o retrato de José Condorcanqui Noguera, o herói que em 1781, ao constituir um gigantesco exército de quarenta mil camponeses quéchuas, adotou o título de Tupac Amaru II. Foi um ajuste de contas. Um ato de reparação às centenas de milhares de vítimas do invasor, ao ouro roubado, fundido e jamais devolvido, às belas comunidades partidas, aos santuários violados pelos destruidores de idolatrias, aos milhões de espoliados pela mita [...]

Todos os massacrados da história sobrevivem como sobrevivem os mitos e as lendas, quando possuem não apenas aqueles que deles lembrem, mas sim, fundamentalmente, quem os encarne. E cada um

<sup>709</sup> ARGUEDAS, José María. El mito de Inkari. **crisis**, Buenos Aires, n. 10, febrero, 1974, p. 31. O *ayllu*, *aillu* ou *aillu* é uma comunidade familiar extensa da região andina baseada em uma suposta descendência comum.

<sup>710</sup> ZITO LEMA, Vicente. Testimonio y lenguaje de los oprimidos: el hospicio. **crisis**, Buenos Aires, n. 11, 1974, p. 3-4 e 5.

desses postergados, desses explorados seculares, vive, encarnado, em cada um dos milhões de camponeses quéchuas do Peru de hoje.<sup>711</sup>

A síntese feita tendia, nas palavras do próprio entrevistador, a encarnar nos homens do povo que faziam a luta cotidiana, um passado

incrustado nos milhões de irmãos e ele pensa a partir dessa cadeia indestrutível, a partir dessa argamassa de sucessivas gerações. Por isso, quando fala desse passado incaico, da conquista, *não faz história*. Fala dele e de todos [...] E quando Huilka rememora a gesta tupacamarista, com a sua voz roca, dirá: ‘Nosso companheiro Tupac Amaru’. Como se não mediassem 190 anos entre um e outro.<sup>712</sup>

Huilka e os seus companheiros carregavam em suas veias a reivindicação de um passado ainda presente, da luta de Tupac Amaru que se mostrava legítima na década de 1970. Ativos e autônomos essas mulheres e homens não necessitavam que alguém escrevesse a sua história, embora Giudici tratasse de contextualizá-lo para o seu leitor argentino. O entrevistador havia concluído a longa entrevista sobre o processo revolucionário peruano, mas restava alguma fita em seu gravador e uma dúvida: como Don Huilka via o mundo do passado que os seus predecessores construíram?

Ao longo da resposta Huilka teceu uma interpretação e idealização sobre o passado peruano a ele legado por antepassados “que possuíam muita sabedoria”. Para o líder camponês o Estado Inca construiu grandes obras e promoveu o bem estar de seus súditos, algo destruído por “esses que chegaram com Francisco Pizarro”. A trágica narrativa, todavia, abriu uma brecha para a esperança, uma vez que Tupac Amaru mais uma vez se levantou e o seu grito inspirava a atual luta que era uma extensão do conflito multissecular contra a opressão advinda da conquista. O passado, para Saturnino Huilka, continuava a mobilizar as massas camponesas de seus dias. Como apontou Giudici, Huilka *encarnava* essa história.<sup>713</sup>

As entrevistas, os relatos coletados e os mitos compilados cumpriam a função de qualificar homens e mulheres comuns como agentes capazes de narrar as suas próprias experiências com as suas próprias vozes. Essas contribuições de gêneros variados e de difícil definição estavam dispersas ao longo do projeto editorial, não houve uma articulação clara e coerente que constituísse uma agrupação planejada. Elas eram mais

<sup>711</sup> GIUDICI, Alberto. La Revolución Peruana. Saturnino Huilka habla para Crisis. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 19.

<sup>712</sup> GIUDICI, Alberto. La Revolución Peruana. Saturnino Huilka habla para Crisis. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 20

<sup>713</sup> GIUDICI, Alberto. La Revolución Peruana. Saturnino Huilka habla para Crisis. **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 24.

presentes na revista do que nas monografias ou livros, as diferenças nos tipos de publicação permitiam acessos distintos ao passado. A publicação mensal possuía um caráter mais ensaístico, livre e experimental característico da heterodoxia que marcava **crisis**, uma revista cultural que mesclava gêneros e borrava intencionalmente fronteiras narrativas, ao passo que as monografias, como vimos, traziam um aspecto mais normatizado, semelhante às obras de história produzidas ao longo de décadas dentro e fora das academias e institutos especializados. Os livros, por fim, incorporavam narrativas sobre o passado por meio da ficção ou de algum comentário que contextualizasse o argumento central do autor, mas raramente fugiam de modelos consagrados ou se dispunham a experimentar outras elaborações sobre o passado que diferiam da história. A revista, neste sentido, era um espaço propício para uma espécie de assalto ao gênero historiográfico e para o questionamento das vozes autorizadas a elaborar sínteses da experiência histórica.

A dispersão não implicou aleatoriedade: essas narrativas não disciplinarizadas sobre o passado, enunciadas por grupos teoricamente representativos daquele povo que os colaboradores do projeto editorial incessantemente buscavam, faziam parte do projeto sistemático de revisão da história e da construção de uma contra-hegemonia àquilo que era descrito como uma narrativa oficial. Contra uma história supostamente elitista, excludente e vinculada aos interesses de um grupo dominante entreguista as *Ediciones de Crisis* mobilizaram narrativas populares com a esperança de que seus leitores fossem tocados pela genuinidade e clareza dos relatos.

O interesse sincero em democratizar a produção discursiva sobre o passado e diminuir as hierarquias entre os saberes fez parte do projeto editorial, mas encontrou limitações e contradições. Em primeiro lugar pode-se apontar para o papel fundamental da mediação dos intelectuais que compunham o editorial. Os temas eram escolhidos cuidadosamente por jornalistas, escritores e historiadores que julgavam aquilo que era digno de figurar nas páginas das *Ediciones de Crisis*. As compilações de relatos e documentos passavam pelo mesmo crivo, **crisis** era avessa à publicação de material não programado e a partir de seu trigésimo primeiro número explicitou que “não aceita colaborações espontâneas e nem se responsabiliza por [materiais] originais não requisitados”.<sup>714</sup> Ora, Alejandro Damianovich, o historiador da *linha nacional* que se via

---

<sup>714</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 31, noviembre, 1975, p.1. A decisão foi tomada, aparentemente, após uma série de ameaças feitas contra a revista por grupos de extrema-direita. Trataremos disso no epílogo.

alinhado ao projeto, precisou referenciar Fermín Chávez para justificar a sua proposta de publicação de um *Cuaderno*. Desta maneira é possível afirmar que aquele povo ao qual se pretendia conferir visibilidade não participava das escolhas do que deveria ser publicado, não havia representação direta.

Por mais que os colaboradores das *Ediciones de Crisis* se autorepresentassem como intelectuais engajados que serviam às causas populares e que se esforçassem para produzir para essas camadas eles não conseguiram eliminar o caráter de mediação de suas atividades. O anti-intelectualismo presente nas culturas argentina e latino-americanas que impunha uma dúvida sobre o papel de escritores e artistas, se somado ao ceticismo sobre a capacidade representativa das disciplinas acadêmicas, criava condições para uma maior autorreflexão sobre as práticas de escrita, edição e produção de conhecimento, mas logo essa possibilidade foi ofuscada pela tarefa mais urgente de encontrar uma cultura popular e atribuir-lhe um caráter revolucionário quase inerente à sua condição. Condiicionados por suas lealdades e militâncias os membros de **crisis**, como outros grupos de esquerda, transferiram para os seus objetos de análise, para o povo, para os trabalhadores e para os movimentos peronistas as suas próprias utopias políticas.

A seleção do material implicava certa dose de arbitrariedade por parte desses intelectuais: o que era *popular* e quais eram as vozes capazes de representar esse elemento? A busca pelo povo levou a idealizações de uma cultura pura, intocada e quase trans-histórica que provavelmente existiu apenas nas representações intelectuais. Como bem aponta Néstor García Canclini a *cultura popular* das esquerdas sessentistas e setentistas era encarada como sinônimo de *tradição* que situava a idade de ouro da cultura no passado.<sup>715</sup> Não havia, como vimos, uma representação folclórica que desejava conservar a sociedade em um passado idílico, mas sim mobilizar a potência transformadora das culturas populares, utilizá-las como instrumento de agitação.<sup>716</sup> O nacional-popular remetia aos setores subalternos e às suas produções culturais, mas parecia conectar-se especialmente com as culturas que desapareciam ou com um passado que ainda pulsava no presente e que mobilizava a luta. Entretanto, as mudanças propiciadas pela modernização econômica e cultural, bem como o advento da cultura de

---

<sup>715</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. Gramsci e as culturas populares na América Latina. COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 73.

<sup>716</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 269-270.

massas amplamente difundida nos setores populares latino-americanos, eram encaradas como empobrecedoras e perturbadoras, invasões que desfiguravam as culturas nativas, representado em **crisis** como uma “desnacionalização da cultura e da arte a partir de 1955” e uma “ruptura entre a juventude e os gêneros de origem nacional, uma deformação do gosto popular”.<sup>717</sup>

O popular, e as maneiras de narrar a sua história, foi mobilizado, segundo Canclini, de forma simplista e maniqueísta, com base em uma suposição de “que existe um interesse intrínseco dos setores hegemônicos em promover a modernidade e um destino fatídico dos setores populares que os arraiga às tradições”.<sup>718</sup> Os processos intermediários e as várias apropriações da cultura supostamente culta ou cosmopolita, assim, não interessavam para as esquerdas nacionalistas argentinas, entendidos ou desqualificados como degeneração atribuída a indivíduos passivos que consumiam a cultura de maneira inconsciente ou como instrumentos de uma iniciativa mascarada de dominação imperialista. A procura pelo povo, pela sua história e pela sua cultura muitas vezes se traduziu não em explicações do que essa entidade era, mas do que *deveria ser*.

Está evidente que essa proposta de interpretação da cultura e da história carregou exclusões mais ou menos explícitas ligadas aos valores e moralidades políticas dos mediadores. Além disso, essa narrativa limitava a autonomia dos atores históricos que o projeto editorial pretendia representar ou mesmo conferir voz. Esses sujeitos só adquiriam agência quando representados por um líder carismático ou por formas organizacionais já consagradas, como os partidos ou sindicatos.

A pequena contextualização feita *a posteriori* na monografia sobre os *cancioneros* igualou “a pátria, o caudilho e a *montonera gaucha*” em um momento em que o povo “personaliza muito diretamente o seu afeto pelos seus caudilhos”, o mesmo tom utilizado em todas as biografias sobre caudilhos publicadas por *Ediciones de Crisis*.<sup>719</sup> Da mesma maneira, a classe trabalhadora argentina só ganharia coesão e verdadeiro poder em 17 de Outubro de 1945, quando se uniu para exigir a libertação de Perón, detido por militares

---

<sup>717</sup> ULLA, Noemí. Las letras de tango: nuestra historia trashumante. **crisis**, Buenos Aires, n. 07, noviembre, 1973, p.5.

<sup>718</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 206.

<sup>719</sup> NUÑEZ, Ángel. La expresión del pueblo en el Cancionero Federal. In.: *Cancionero Federal*. Cuadernos de Crisis 26. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976, p. 77-78.

em uma disputa interna pelo poder.<sup>720</sup> Permaneceria a hegemonia da narrativa da história revisionista, afeita ao paternalismo caudilhista e do peronismo conservador: o povo apenas emergia quando liderado. Apesar de ser considerado o principal ator revolucionário a sua função parecia estar limitada a apoiar e conferir legitimidade a um grande homem que geria um Estado, que o compreendia e o reconhecia.

Uma notável exceção pode ser percebida na obra *Sota de Bastos Caballo de Espadas*, de Héctor Tizón. De certa maneira, Manuel Belgrano, caudilho que liderou o Êxodo de Jujuy de 1812, desaparece ao longo do livro. Obviamente, o leitor argentino familiar com a história de seu país conseguia perceber a onipresença de Belgrano em toda a trama, mas Tizón elaborou a narrativa de uma maneira a minimizar a importância do líder. A palavra *caudillo* aparece apenas 74 vezes em uma obra de mais de 500 páginas. Na primeira parte do livro, *Pulperos, Caballeros y Pordioseros* (Vendedores, Cavaleiros e Mendigos) só existem 4 menções diretas à figura do caudilho. Mesmo a segunda parte *El Centinela y la Aurora* (A Sentinela e a Aurora) o caudilho, por vezes descrito como general, é colocado de lado e dá espaço a figuras populares. Ademais, o caudilho não possui nome: a palavra Belgrano não aparece sequer uma vez ao longo de todo o texto. A maioria dos outros personagens, a gente comum do Norte argentino, é nomeada. Mesmo o ceramista, a senhora do vilarejo ou as crianças possuem nomes, mas não o caudilho. Algo particularmente interessante complementa essa intervenção: para dar espaço e voz a esse setor popular as *Ediciones de Crisis* recorreram ao romance, não à história.

De toda maneira, as manifestações históricas desse povo eram desqualificadas quando não atendiam ao pré-requisito da representação populista. O tango, música popular por excelência para os colaboradores do projeto, ilustrava bem as agruras e valores dos trabalhadores argentinos, mas quando não tratava especificamente de política ou da denúncia da miséria ele era apresentado como algo menor. As letras de tango dos anos 1920 eram retratadas de maneira pejorativa por não incorporarem as lutas de um projeto unificado, entregues “às saídas individuais inevitavelmente frustradas” e marcadas por uma nostalgia pouco produtiva.<sup>721</sup> Haveria de se esperar que ao tango se integrassem os intelectuais da *FORJA*, Homero Manzi ou Discépolo, para que ele mais uma vez cumprisse a sua função histórica de representar a cultura popular, expoente do

---

<sup>720</sup> GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional. Su conformación histórica*. Cuadernos de Crisis 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 67.

<sup>721</sup> DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Pizzolla*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 28-29.

“proletariado urbano que, com o passar do tempo, iria produzir o fenômeno político-cultural mais importante deste século na Argentina: o 17 de outubro de 1945”.<sup>722</sup> Mais uma vez a cultura popular e sua história eram submetidos aos líderes que conferiam-lhe corpo. Sem os caudilhos oitocentistas ou sem Perón o povo não possuía identidade ou consciência, um povo que ainda não é, classificado como passivo ou, no vocabulário marxista, *lumpen*, em contraposição a um grupo que produz a sua cultura de acordo com as demandas da política nacional, “um povo que já é, e deve ser o objeto da escrita, porque a sua voz é a voz da história”.<sup>723</sup> Quando o tango tratou das temáticas caras à *FORJA* e ao peronismo o projeto editorial finalmente o percebeu como um “processo de consciência nacional que recém começa”.<sup>724</sup>

Houve, portanto, um interesse em narrar as histórias dos setores marginalizados, conferir-lhes a palavra e questionar as disciplinas que pretendiam representar as suas experiências. Por um lado, as *Ediciones de Crisis* tentaram recuperar as experiências e culturas populares como objeto de análise a partir do qual deveria emanar a síntese de uma verdadeira história nacional em oposição às narrativas elitistas. Por outro, a partir de uma iniciativa um pouco mais dispersa, o projeto tentou abrir espaço para que o povo, esse ator histórico pouco definido e muito idealizado, construísse as suas próprias histórias, com a esperança de que o acesso direto à palavra bastasse para contrapor a *história falsificada* que servia aos setores hegemônicos.

O sincero esforço, entretanto, foi secundário em comparação ao revisionismo histórico dominante no projeto editorial. As monografias de caudilhos e a idealização dessas lideranças foram mais presentes, mais sistemáticas e mais coesas do que os dispersos artigos que criticavam tal abordagem. Esses mesmos artigos ainda trariam juízos que, no limite, submetiam a *história popular* aos valores políticos de uma esquerda adepta às lideranças carismáticas por genuína crença na potencialidade revolucionária da figura de Perón ou por adesão estratégica, mas ainda assim incapaz de romper com as representações e práticas paternalistas ou recalcitrante em fazê-lo.

O recurso ao revisionismo e a sua associação mais ou menos direta ao peronismo limitaram as possibilidades de conceber algo *novo*, algo que fugisse do

<sup>722</sup> ROMANO, Eduardo. Celedonio Flores y la poesía popular. *crisis*, Buenos Aires, n. 7, noviembre, 1973, p.9

<sup>723</sup> ROUANET *apud* RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 15.

<sup>724</sup> DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Pizzolla*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975, p. 29.

desenvolvimentismo industrial ou às vagas retóricas de uma *revolução nacional* pouco claras ou propositivas. Essas representações continuavam a reservar para o *povo* um espaço secundário na política, um mero suporte para que os grandes homens executassem os projetos para os quais pareciam predestinados. O passado foi mobilizado para a transformação radical da sociedade, mas antigas práticas, valores e formas de representação política continuaram a fazer parte do repertório político das esquerdas que reforçava o personalismo e a liderança centralizadora.

Apesar das complexidades, discordâncias internas e heterogeneidades presentes nas *Ediciones de Crisis* o passado, ou melhor, a construção de uma narrativa sobre o passado possuía um sentido comum: dotar de legitimidade as propostas políticas do presente e conferir uma pretensa longevidade histórica aos atores que disputavam o poder. O uso político do passado, elemento crucial para a cultura histórica-cultura de passado que o projeto editorial contribuiu para construir, respondia às demandas de um presente e às apostas em um peronismo disruptivo supostamente capaz de romper o *status quo* e criar espaço para a concretização de uma utopia.

Por fim, algumas simplificações comuns aos usos políticos do passado tiveram um importante papel nos conflitos internos do peronismo que seguiram o retorno do líder exilado: o Perón que retornara à Argentina não condizia com o velho caudilho idealizado por certos intelectuais e grupos de esquerda, as suas atitudes concretas e as suas tentativas de disciplinar o movimento não correspondiam ao líder popular revolucionário esperado. Essas incongruências tinham fundamento na pluralização das vozes no peronismo, mas também em um imaginário que interpretava o que o movimento *deveria ser* e qual era o seu papel histórico no processo de libertação nacional.

Incrédulos com o Perón conservador recém-chegado da Espanha, alguns peronistas à esquerda discutiam a possibilidade de manipulação política que impedia o líder de adotar o posicionamento que sempre desejara, discurso conhecido como a *teoria do cerco*. Outros acreditavam que o líder errava ao postar-se ao lado da direita e o criticavam, mas aderiam à teoria do cerco por sua possibilidade de salvar a imagem simbólica de Perón.<sup>725</sup> De toda maneira, as leituras do passado forneciam chaves de

---

<sup>725</sup> A *teoria do cerco* foi elaborada pela Juventude Peronista em meados de 1973 para tentar explicar as atitudes conservadoras de Perón e a sua perseguição às esquerdas que ajudaram o seu retorno à presidência. Uma parte da militância acreditava que Perón era mal aconselhado e até mesmo enganado pelos seus assessores e por burocratas inescrupulosos: *cercado* por um aparato que cerceava o seu contato com o povo peronista o líder, portanto, adotava medidas que não correspondiam aos seus reais desejos. Ao mesmo

interpretação que representavam o peronismo presente como momento de inflexão da história e, portanto, como necessário para a construção de uma nova sociedade. Tal certeza e, ao mesmo tempo, tal aposta foram decisivas nos conflitos políticos entre 1973 e 1976 dos quais a esquerda sairia derrotada.

---

tempo, a teoria do cerco permitia à esquerda disputar os símbolos do movimento e prescindir do próprio líder sem, entretanto, abrir mão da identidade peronista. Cf.: SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras: cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015, p. 116-120.

## Conclusão – Depois da utopia

*A nossa dizimada geração dos anos 1960  
pode ser acusada de muita coisa, menos de  
não ter possuído grandes sonhos.*

*Vicente Zito Lema<sup>726</sup>*

Após três anos de intenso crescimento e sucesso, as *Ediciones de Crisis* encontraram seu melancólico fim em agosto de 1976, poucos meses após o golpe que instalou uma nova ditadura em solo argentino. O fim do projeto editorial esteve ligado à deterioração econômico do país e, sobretudo, à perseguição e violência política que atingiu diretamente os grupos aos quais os colaboradores pertenciam ou apoiavam.

A atividade editorial na Argentina encontrou grandes dificuldades a partir de 1975 após os ajustes econômicos praticados pelo governo de Isabel Perón. O número de editoras aumentou, mas a quantidade de impressões e de leitores caiu drasticamente. Em 1973, cinco dos principais jornais portenhos publicavam juntos quase 2.000.000 de cópias por dia. Em 1983, após a violência estatal e paramilitar e crise econômica, os onze diários portenhos mais importantes não superavam juntos 1.100.000 exemplares diários, ao passo que 13 grandes jornais de todo o país deixaram de circular.<sup>727</sup> O número de livros impressos também caiu vertiginosamente: de quase 50.000.000 em 1974 para 31.000.000 em 1976 e 17.000.000 em 1979.<sup>728</sup>

A Argentina passou por um processo de retração do público leitor e de concentração dos grandes meios de comunicação impressos devido ao encarecimento da impressão e da perseguição política, ao passo que muitas revistas culturais deixaram de existir e a atividade intelectual experimentou uma recomposição. Os números de vendas da revista caíram consideravelmente e os livros publicados igualmente diminuíram. Em 1974 as *Ediciones de Crisis* publicaram 19 livros, mais da metade do projeto editorial inteiro, e foram diminuindo progressivamente o número de publicações até não editar nenhum livro em 1976.

Entretanto, o projeto editorial possuía condições de continuar a existir, dado o financiamento providenciado pela fortuna de Federico Vogelius. A principal razão para o

<sup>726</sup> ZITO LEMA, Vicente. *Motivos. crisis*, Buenos Aires, n. 53, abril, 1987, p. 2.

<sup>727</sup> ULANOVSKY, Carlos. *Paren las rotativas*. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000). Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 150.

<sup>728</sup> INVERNIZZI, Hernán; GOCIOLO, Judith. *Un golpe a los libros*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002.

seu fim foi política. A iniciativa foi proeminente no mercado editorial argentino, as suas publicações alcançaram números expressivos e a repressão aos seus membros indica a forma como as revistas e livros eram recebidos pelos conservadores. Em seus últimos meses, a revista era encontrada em lixões na cidade de Buenos Aires, locais onde os corpos das vítimas do terrorismo eram lançados. Possuí-la era perigoso. Seus membros já vinham sendo perseguidos desde o princípio da revista, acoçados pela repressão paraestatal e perseguidos pela *Triple A* ainda durante o governo de Isabel Perón.<sup>729</sup>

Assim como a maior parte da esquerda argentina, os membros das *Ediciones de Crisis* colocaram as suas esperanças de transformação da sociedade no retorno de Perón. O exílio do líder e a proscricção do peronismo a partir de 1955 propiciaram uma pulverização do discurso e da prática peronista e uma multiplicação das vozes legítimas do movimento, autorizadas ou descreditadas pelo caudilho de acordo com o cálculo político feito a partir de sua estadia na Espanha.

Como dito, houve um movimento de revalorização do peronismo por parte das esquerdas, seguida por uma peronização das mesmas, e por uma transformação interna do peronismo que o aproximava dos nacionalismos de esquerda latino-americanos e terceiro-mundistas, sobretudo a partir da experiência de John William Cooke em Cuba. Essa esquerda peronista que se desenvolvia e se radicalizava nos anos 1960-1970 começou a galgar espaços dentro do movimento de massas argentinas e encontrou o seu auge no curto período em que Cámpora governou o país. Esperava-se que a volta do antigo líder deposto aprofundasse a atuação das esquerdas e iniciasse o processo de construção do socialismo nacional.

Entretanto, o Perón que chegava à presidência em 23 de setembro de 1973 não coincidia com a figura idealizada pelas esquerdas como revolucionária e libertadora, mas sim com o velho caudilho conservador, anticomunista e autoritário das décadas de 1940-1950. O general cercou-se dos sindicalistas tradicionais que eram a base de seu movimento e de políticos conservadores ou mesmo reacionários, como José López Rega,

---

<sup>729</sup> A *Acción Anticomunista Argentina*, Triple A, foi um grupo paramilitar e terrorista argentino de extrema direita criado pelo policial José López Rega, indivíduo próximo às vertentes mais conservadoras do peronismo, que entre 1973 e 1976 perseguiu, desapareceu e assassinou militantes de esquerda com a conivência de Perón e posteriormente de Isabelita. Quando os militares assumem o controle do combate à subversão, a partir de 1975, a Triple A começa a perder espaço, até finalmente ser desmantelada em 1976, momento em que a repressão passou para as mãos do Estado. Em *Dias e noites de amor e de guerra*, Galeano conta que a sede de **crisis** constantemente recebia telefonemas ameaçadores de seus membros. Conferir GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: LP&M, 2008, p. 82.

seu Ministro de Bem-Estar Social. A esquerda radical, representada principalmente pelos *Montoneros* e pela Juventude Peronista, foi paulatinamente colocada de lado e reprimida pelo seu líder.

Grande parte da violência política na Argentina entre 1973 e 1976 adveio das disputas internas do peronismo. Havia um desacordo sobre o detentor da palavra autorizada acerca da doutrina e da prática peronista: ela pertenceria ao caudilho retornado, criador do movimento e seu líder inquestionável ou aos grupos radicalizados que viam nele o seu representante, canalizador da vontade popular e do desejo pela transformação radical? Era evidente a existência de conflitos entre os múltiplos setores internos que possuíam interpretações próprias do peronismo e tentavam arrastar o líder para elas, ao passo que reivindicavam a sua lealdade e a legitimidade de suas posições. Cada setor pretendia encarnar um Verdadeiro Peronismo, estabeleciam um “nós” como o único coletivo possível e qualificava o adversário como traidor ou infiltrado. O debate girou em torno das ideias de um “peronismo autêntico”, da “ideia de Perón” e da “infiltração marxista” no movimento.<sup>730</sup>

Pautado em seus setores mais ortodoxos, Perón iniciou o processo de disciplinarização do movimento e de centralização da autoridade em sua própria figura. Antes de seu retorno, o militar argentino já dava sinais sobre a postura que seria adotada. Em 1971 o grupo de cineastas de esquerda *Cine Liberación* difundiu o documentário *Perón: actualización política y doctrinaria para la toma del poder* e parte de seu roteiro foi publicado no primeiro exemplar de *crisis*. Dirigido por Fernando Solanas e Octavio Getino, o filme era uma compilação de entrevistas com Perón em sua residência em Puerta de Hierro, na Espanha. O general tratava de assuntos diversos, como a organização do Estado e do movimento, o ideário peronista, seus aliados e inimigos. Ao longo das entrevistas era evidente o desejo do militar de centralizar e disciplinar o movimento, de colocar-se à frente do mesmo e como seu único condutor.

Em meio ao caos político instaurado em fins da Revolução Argentina, em 1972, marcado pelo crescimento das ações armadas e dos movimentos guerrilheiros, Perón se colocava como o único indivíduo capaz de pacificar a nação, controlar o radicalismo da esquerda e a violência entre o peronismo militante e os seus setores conservadores.

---

<sup>730</sup> Sobre a disputa pela palavra de Perón, conferir a terceira parte do livro de Silvia Sigal e Eliseo Verón. SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: EUDEUBA, 2004, p. 143-242.

Entretanto, o general exilado não podia romper com a militância armada, necessária naquele momento para a vitória. Como estratégia ele apoiava os movimentos que clamavam por sua volta, cooptava os seus representantes e desqualificava os grupos que adquiriam força e prestígio para questionar o seu protagonismo.

Essa esquerda, formada a partir da juventude universitária, do sindicalismo revolucionário e do catolicismo pós-conciliar, disputava a doutrina peronista desde a década de 1960. Seus membros criaram sindicatos próprios, como a *CGT de los Argentinos*, criticaram o sindicalismo moderado que se dispunha a negociar com os militares e se valeram da violência contra peronistas considerados traidores, como o mencionado metalúrgico Augusto Timoteo Vandor. Perón, disposto a elaborar um pacto entre o empresariado nacional e o sindicalismo e manter a atividade militar sob controle, considerou necessário depurar os elementos radicalizados de seu movimento. Para tanto, a cúpula peronista elaborou paulatinamente uma série de transformações e reformas que serviriam para disciplinar o movimento e que seguiam a reorganização de quatro eixos, a saber, das administrações provinciais, das universidades, dos sindicatos e do próprio Partido Justicialista.

O peronismo ortodoxo deveria voltar a ocupar os espaços conquistados pela esquerda peronista. Perón desejava um movimento que se contentasse com uma democracia integrada na qual o Estado mediador e beneficente concederia uma participação limitada e controlada dos trabalhadores nas negociações com os patrões. O peronismo adotado repetia a fórmula de construção de instâncias participativas hierarquizadas que respeitavam as diretrizes dos dogmas da cúpula política e as decisões do próprio líder, uma combinação da representação corporativa e político-partidária, marcada por um partido justicialista centralizado e disciplinador. No limite, o movimento focava nas conquistas materiais e simbólicas imediatas para os trabalhadores que conformavam a sua base, mas abandonava o caráter de questionamento sistêmico que a esquerda havia atribuído.

Os expurgos começaram logo após a renúncia de Héctor Cámpora, que concedeu cargos de governo à chamada Tendência Revolucionária do peronismo, e se aprofundaram durante a presidência de Perón. As Formações Especiais, forma como o general se referia aos grupos que exerciam as atividades militares do peronismo radicalizado durante a ditadura, foram desarticuladas e afastadas de seus postos no Estado. A partir de então, o

conflito cresceu e a depuração ideológica ganhou contornos oficiais.

Em 1 outubro de 1973, o Conselho Superior do Movimento Nacional Justicialista lançou um documento interno assinado por Perón que estabelecia o novo inimigo da nação e do movimento peronista, a *Orden Reservada del 1º de Octubre de 1973*. O chamado Documento Secreto, publicado pelo jornal *La Opinión* no dia seguinte de sua confecção, defendia uma “coerência ideológica” e denunciava uma suposta agressão marxista, terrorista e subversiva. Nele, o peronismo conservador conclamou a luta contra o marxismo, uma ideologia descrita como estrangeira e antinacional. O documento ainda diferenciava marxismo e peronismo, o que colocou um fim na aproximação com as esquerdas que Perón havia efetuado durante o seu exílio. O Conselho exigiu que os peronistas se colocassem como antimarxistas e construíssem uma unidade sem dissenso para acatar as diretrizes do caudilho, o que reforçava o seu antigo desejo de centralização. Por fim, o documento propôs a implementação de um sistema de inteligência em todas as jurisdições, proibiu a propaganda de grupos marxistas e permitiu a atuação popular e estatal por todos os meios para efetuar a depuração – subtendia-se aí o recurso à violência. Entre as tarefas de reconstrução nacional dos peronistas estaria a eliminação do inimigo marxista infiltrado.<sup>731</sup>

Para exterminar a “subversão”, o peronismo reestruturou o partido, os sindicatos e o próprio Estado. A Ala Juvenil do Partido Justicialista foi eliminada. Uma reforma da Lei de Associações Profissionais permitiu que os sindicatos centrais, ocupados pelos ortodoxos, interferissem nos sindicatos locais e expulsassem os seus elementos mais combativos. Elaborou-se também uma Lei de Dispensabilidade que permitiu dar baixas nos funcionários da administração nacional e de empresas estatais sem uma causa, pagando-lhe apenas um mês de salário como indenização, o que possibilitou o afastamento da esquerda da participação no funcionamento do Estado. Por fim, houve uma reforma no Código Penal que aumentou o rigor das penas de delitos políticos, geralmente estratégias utilizadas pela guerrilha, como o sequestro, a cobrança de resgate e o terrorismo, e ampliou a definição de “associações ilícitas” de maneira a aplicá-la

---

<sup>731</sup> Sobre os conflitos internos do peronismo, a violência paraestatal e as políticas repressivas do Estado, conferir FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación*. Orden interno, violencia y ‘subversión’, 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

Sobre o Documento Secreto, conferir CONSEJO SUPERIOR PERONISTA. Texto del ‘Documento Reservado’. *La Opinión*, Buenos Aires, 2 octubre de 1973. O documento transcrito está disponível em: [http://www.lagazeta.com.ar/orden\\_reservada.htm#12](http://www.lagazeta.com.ar/orden_reservada.htm#12). Acesso em: 16/06/2018.

potencialmente aos *Montoneros*.

Os conflitos progrediram até a ruptura final em 1 de maio de 1974, quando Perón expulsou os *Montoneros* e a Tendência Revolucionária da Praça de Maio durante um ato do movimento. Confuso, o peronismo radicalizado tentava compreender porque o líder o execrava e porque este havia mudado o seu discurso sobre a construção do socialismo nacional, mas após anos de idealização do general exilado essa esquerda, composta em grande parte por jovens, não conseguia conceber que as bases do peronismo ortodoxo eram majoritariamente conservadoras. Inconformada com a perda do condutor, ela elaborou uma série de interpretações que o isentavam da violência contra a Tendência Revolucionária e permitiam salvar a sua imagem simbólica, como a Teoria do Cerco, que afirmava que Perón era enganado pelos membros de seu governo, supostamente uma burocracia degenerada que lhe foi imposta ao retornar o país.

As lutas internas do peronismo não se restringiram à disputa na burocracia partidária, nos órgãos do Estado e nos aspectos simbólicos que compunham o movimento, elas também se desenvolveram por meio de ameaças, sequestros, torturas, atentados e assassinatos. Essa forma de violência política, às margens do Estado e exercida por grupos paramilitares, tornou-se cotidiana. A direita peronista, organizada por José López Rega e pela *Triple A*, valeu-se de militares da reserva, policiais aposentados e outros membros das forças de segurança para caçar os inimigos infiltrados. Os *Montoneros*, o *ERP* e outros movimentos guerrilheiros depuseram suas armas após a vitória eleitoral de Cámpora, mas continuaram as suas táticas de guerrilha urbana, como o assassinato e atentados a bomba, e direcionaram a sua retaliação a sindicalistas conservadores, policias, militares e indivíduos reconhecidos por ameaçarem a esquerda.

A violência começou no próprio dia da chegada de Perón, em 20 de junho de 1973. O movimento peronista organizou uma recepção para o general nas proximidades do aeroporto de Ezeiza e mais de um milhão de pessoas se deslocaram para o local para recebê-lo, entre elas membros dos *Montoneros* e da direita peronista. Os guerrilheiros pretendiam ocupar uma posição estratégica para mostrar ao seu líder a sua capacidade de organização e mobilização, mas foram impedidos pela ala conservadora do movimento. Ao forçar a sua passagem, os *Montoneros* foram alvejados por um grupo que se localizava em um palco. Após a troca de tiros a multidão se dispersou e o local de discurso foi alterado. No total morreram 13 pessoas e mais de 300 ficaram feridas.

A partir de então as agressões e retaliações foram constantes. A polícia, membros de sindicatos e agressores anônimos sequestraram, torturaram e assassinaram membros da esquerda, que logo respondeu: em 25 de setembro de 1973, dois dias após a vitória eleitoral de Perón, um grupo assassinou José Ignacio Rucci, o sindicalista mais importante naquele momento e um dos principais aliados do general.<sup>732</sup>

O ato serviu para que a direita organizasse esquadrões da morte e de caça à esquerda. A Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*), idealizada pelo Ministro de Bem-Estar Social, braço direito de Perón e Isabel, surgia com a conivência do Estado peronista ou mesmo com o seu respaldo. Em novembro de 1973, um mês após a divulgação do Documento Secreto, a *Triple A* anunciou formalmente o seu aparecimento ao tentar explodir o carro do senador Solari Yrigoyen. No final do ano a *Triple A* já divulgava as suas listas negras, muitas vezes publicadas na coluna *Oíme* da revista peronista reacionária *El Caudillo*. As listas, bem como os alvos, incluíam indivíduos não ligados à luta armada, como sindicalistas, militantes de base, professores, jornalistas, radialistas, músicos e advogados.

A lógica de exclusão do infiltrado marxista deu espaço para a eliminação do inimigo. A *Triple A* foi a principal responsável pela depuração física no peronismo até meados de 1975, quando as Forças Armadas se tornaram responsáveis pelo combate à “subversão”. As fontes da época associavam ao grupo de López Rega cerca de 2000 assassinatos e a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (*CONADEP*) estabeleceu a cifra em 428.<sup>733</sup>

Em agosto de 1974, um mês após a morte de Perón, os *Montoneros* retornaram à clandestinidade e reiniciaram a luta armada. O conflito entre os movimentos guerrilheiros e a *Triple A* e toda a violência ao seu redor foi o principal elemento para a escalada autoritária no Estado. Isabel Perón deu amplos poderes a José López Rega e sustentou-se nele até o fracasso do plano econômico de 1975, quando o ministro se afastou do governo e deixa o país.<sup>734</sup> A violência da *Triple A* já incomodava setores das Forças Armadas, que haviam sido alvo da violência revolucionária do *ERP*. Em fevereiro de 1975 Isabel

---

<sup>732</sup> O assassinato é atribuído a um grupo de operações composto pelos *Montoneros*, pelas *FAR* e pela organização *Descamisados*.

<sup>733</sup> FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación*. Orden interno, violencia y ‘subversión’, 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 62.

<sup>734</sup> Celestino Rodrigo, ministro da economia, foi indicado por López Rega.

assinou o primeiro Decreto de Aniquilamento que dava liberdade ao Exército para valer-se de todos os meios para aniquilar a subversão. Poucos meses depois as Forças Armadas monopolizaram a repressão e marginalizaram a *Triple A*. Em 24 de março de 1976 os militares depuseram Isabel Perón, em meio a uma grave crise econômica e após um grande desgaste gerado pela violência generalizada. A partir de então as três forças passaram a estabelecer as diretrizes do combate à subversão.

O fim das *Ediciones de Crisis* está ligado à violência política desencadeada pelas pugnas internas do peronismo e a caça às esquerdas. O seu projeto editorial não participou diretamente do conflito entre peronistas, não tomou partido de nenhum grupo específico e não tratou do governo ou de suas figuras públicas. Quando o fez, o tom era elogioso, geralmente uma exaltação da figura de Perón, de Evita e do próprio movimento.

Mesmo o governo de Isabel Perón, abertamente hostil às esquerdas, recebeu poucas denúncias advindas da revista, que se limitou a criticar genericamente a censura e a falta de liberdade de imprensa, a publicar reportagens sobre a deterioração econômica causada pelos ajustes do Celestino Rodrigo e a editar notas sobre as agressões que recebia, deixando entrever a omissão do poder público em relação à violência praticada contra os seus membros, apesar das sabidas conexões entre a presidência e o terrorismo paraestatal.

Entretanto, o perfil de seus colaboradores, as simpatias pelo peronismo revolucionário e os enunciados materializados em suas páginas credenciaram a revista como subversiva, categoria ampla o suficiente para justificar a perseguição de seus membros. A *Triple A* colocou em sua lista negra os nomes de Eduardo Galeano, Rogelio García Lupo, Juan Gelman e de uma série de seus colaboradores importantes, como Francisco Urondo e Gregorio Selser.

A revista **crisis** surgiu, como vimos no primeiro capítulo, como um projeto ligado às ideias, discursos, práticas e repertórios das esquerdas. Ernesto Sabato foi preterido por Vogelius sobretudo por não atender a demanda de uma publicação voltada para as novas esquerdas que ganhavam espaço na esfera cultural argentina, Eduardo Galeano parecia um nome mais afeito ao clima intelectual do momento. Além disso, seus contatos permitiram o estabelecimento de uma rede de contribuições e informações que proviam material de toda a América Latina, sobretudo do Uruguai, país de onde a intelectualidade de esquerda emigrava para fugir da violência militar. A revista, como vimos, acolheu exilados uruguaios e chilenos e se transformou em um importante elo da rede intelectual

da esquerda latino-americana, especialmente no Cone Sul.

O projeto editorial que materializou parte dessa rede que se estendia, com diferentes hierarquizações, de Cuba à Argentina publicou discursos e enunciados caros às esquerdas revolucionárias. Abertamente voltada para transformação radical da sociedade as *Ediciones de Crisis* defenderam o engajamento intelectual, muitas vezes em detrimento da própria autonomia de produção. O *anti-intelectualismo* e o comprometimento intelectual discutidos ao longo do segundo capítulo fizeram parte de uma disputa pela hegemonia cultural voltada para a conscientização do público leitor e para a sua mobilização em defesa da pretendida transformação. O intento, que ia da literatura à revisão da história nacional, bastou para que o projeto editorial se tornasse alvo da repressão paramilitar e estatal.

O jornalista Carlos Villar Araujo foi detido em fins de maio de 1975 devido a dois artigos sobre a estrutura da indústria petroleira argentina e a predominância do capital estrangeiro sobre essa área considerada estratégica.<sup>735</sup> Após aprisionamento por dois dias com um capuz que o impedia de identificar os seus sequestradores, que o questionavam sobre as suas fontes, o jornalista foi abandonado em uma estrada próxima a Ezeiza. Uma mobilização de seus colegas de profissão questionou as autoridades sobre o episódio e a polícia comunicou que ele havia sido preso devido a um erro.<sup>736</sup> A revista **crisis** emitiu uma nota condenando o sequestro de Villar Araujo e afirmou que se sentia orgulhosa por publicar artigos importantes sobre os problemas nacionais. Como ato de resistência contra o crescente terror, a revista assegurou que

continuará incorporando em suas páginas, sem nenhum sectarismo, tudo aquilo que contribua realmente, a partir de perspectivas diversas, para a longa tarefa de libertação da Pátria Grande e de nossas pátrias pequenas. Nem o interesse, nem o medo nos farão economizar nosso pequeno aporte, a partir da polêmica aberta, a essa tarefa.<sup>737</sup>

Os membros do projeto editorial passaram a receber ameaças contínuas e solicitou ao “governo garantias de defesa tanto da liberdade de imprensa como da liberdade de trabalho”, acompanhada por uma lista assinada por diversos intelectuais.<sup>738</sup> Em suas

---

<sup>735</sup> VILLAR ARAUJO, Carlos. Informe sobre el petróleo en la Argentina (I). Los piratas del subsuelo. **crisis**, Buenos Aires, n. 24, abril, 1975, p. 11-21; VILLAR ARAUJO, Carlos. Informe sobre el petróleo en la Argentina (II). Con bandera de remate. **crisis**, Buenos Aires, n. 25, mayo, 1975, p. 3-11.

<sup>736</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre, L&PM, 2008, p. 8-10.

<sup>737</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 27, julio, 1975, p.2

<sup>738</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p.1

memórias, Eduardo Galeano descreve o clima da redação de **crisis** em novembro de 1975:

O telefone toca e dou um pulo. Olho o relógio. Nove e meia da noite. Atendo, não atendo? Atendo. É o comando José Rucci, da Aliança Anticomunista Argentina.

- Vamos matar vocês, filhos da puta.

- O horário de ameaças, senhor, é das seis às oito – respondo.

Desligo e me felicito. Estou orgulhoso de mim. Mas quero levantar e não consigo: tenho pernas de trapo. Tento acender um cigarro.<sup>739</sup>

As ameaças continuaram a chegar e a revista publicou uma declaração de solidariedade de intelectuais e de sindicatos de jornalistas europeus “gravemente preocupados pelas ameaças exercidas contra a revista literária **crisis**” e exigiam que o governo argentino adotasse “as medidas necessárias para garantir a integridade física dos jornalistas e a livre circulação de uma revista que prestigia a cultura argentina em nível internacional”.<sup>740</sup> Entre os assinantes da declaração estavam o diretor de cinema Costa-Gravas, os escritores Régis Debray, Manuel Scorza, Natalia Ginzburg e Ariel Dorfman, entre outros.

Em dezembro de 1975 o uruguaio Luis Sabini Fernández, um dos responsáveis pelo design da revista, foi capturado e desaparecido. No mês seguinte, durante a sua edição, **crisis** emitiu uma nota questionando o paradeiro do uruguaio. Pouco se sabia sobre o acontecido, apenas que homens fardados empunhando armas invadiram a sua casa e o levaram sob o olhar de familiares e amigos. A revista ainda apelou à presidente Isabel Perón que garantisse a vida de Sabini.<sup>741</sup>

O uruguaio foi sequestrado pelo Exército, tomado como guerrilheiro *tupamaro* refugiado na Argentina. Quando souberam que fazia parte do corpo editorial de **crisis**, foi classificado como subversivo. Após dias de prisão Sabini e sua esposa foram levados a um avião e partiram para a Suécia. A Lei de Residência havia sido derogada em 1974 e o Estado argentino permitia a expulsão de indivíduos considerados perigosos para a segurança nacional. Por sorte, Sabini não foi enviado ao Uruguai, onde possivelmente enfrentaria a repressão do Estado.

Juan Gelman deixou o país ameaçado ainda em 1975. Seus filhos e sua nora, grávida na época, foram sequestrados no ano seguinte pelo Estado argentino. Seu filho

<sup>739</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 82.

<sup>740</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 32, diciembre, 1975, p. 77.

<sup>741</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 34, enero-febrero, 1976, p.1

Marcelo Ariel foi encontrado morto, assassinado com um tiro na nuca. Apenas em 2000 Gelman encontraria sua neta em Montevideú, deslocada para lá por operativos militares. A mãe da garota foi desaparecida pela ditadura uruguaia.

Em maio de 1976 Haroldo Conti, escritor argentino e amigo pessoal de Eduardo Galeano, foi sequestrado em sua casa e desaparecido pelo Exército, que em seguida saqueou o local. Dois anos depois, já na Espanha, Eduardo Galeano contou mais sobre o episódio:

Hoje faz uma semana que foi arrancado de sua casa. Vendaram seus olhos, bateram e levaram ele embora. Tinham armas com silenciadores. Deixaram a casa vazia. Roubaram tudo, até os cobertores. Os jornais não publicaram uma linha sobre o sequestro de um dos melhores novelistas argentinos. As rádios não disseram nada. O jornal de hoje traz a lista completa das vítimas do terremoto de Udine, na Itália.

Marta [a esposa de Conti] estava em casa quando isso aconteceu. Também seus olhos foram vendados. Deixaram que ela se despedisse: ficou com um gosto de sangue nos lábios.

Hoje faz uma semana que o levaram e eu já não tenho como dizer a ele o quanto o amo e que nunca disse, de vergonha ou de preguiça.<sup>742</sup>

Duas semanas após o seu desaparecimento o ditador Jorge Videla organizou um almoço no qual participaram importantes intelectuais, como Borges, Sabato e o padre Leonardo Castellani. Esse último havia sido professor de Conti de seus tempos de seminário e questionou o militar sobre a sua situação. Videla se comprometeu a averiguar, mas não concedeu nenhuma informação. Quatro anos mais tarde, em 1980, o general confirmou a jornalistas espanhóis que o escritor estava morto.<sup>743</sup>

Francisco Urondo foi assassinado em junho de 1976. O escritor militou nas Forças Armadas Peronistas antes do retorno de Perón e passou a atuar entre os *Montoneros* após a sua volta à clandestinidade. Urondo foi enviado para Mendoza para organizar a luta na província, mas foi surpreendido pelas forças do Estado. Após uma perseguição, Paco foi morto e sua esposa Alicia Raboy foi presa e desaparecida. Sua primeira filha, Claudia Urondo, seria sequestrada e desaparecida meses depois.

<sup>742</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 132.

<sup>743</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La última y mala noticia sobre Haroldo Conti. *El País*, Madrid, 21 de abril de 1981. Disponível em: [https://elpais.com/diario/1981/04/21/opinion/356652010\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1981/04/21/opinion/356652010_850215.html). Acesso em: 07/01/2019. **crisis** tratou da reunião com o ditador e das perguntas do padre Leonardo Castellani sobre Haroldo Conti. Ernesto Sábato se negou a dar declarações para a revista. Ecos de un encuentro: el presidente de la nación y los escritores. Reportajes al padre Castellani y a Horacio E. Ratti. **crisis**, Buenos Aires, n. 39, julio, 1976, p. 3-5.

A revista não pôde noticiar a morte de Paco Urondo, impedida pela lei que proibia que a mídia divulgasse notas não-oficiais sobre os confrontos entre as forças do Estado e os “subversivos”. O único indicativo de uma possível homenagem foi o poema *Amigos*, escritor por Vicente Zito Lema, no qual o autor lamentava a morte e o exílio dos amigos perdidos, mas venerava a sua memória.<sup>744</sup> Já Haroldo Conti recebeu uma homenagem de Eduardo Galeano, que dedicou o texto à viúva do escritor, Marta Scavac.

Depois de 4 meses submetidos à censura do regime e à hostilidade oficial e paramilitar, os editores decidiram colocar um fim à publicação. Relembra Galeano que

A revista não dá mais.

De manhã reúno os companheiros e falo com eles. Quero mostrar-me firme e dizer esperanças, mas a tristeza escapa por meus poros. Explico que nem Fico, nem Vicente [Zito Lema] nem eu tomamos a decisão: que as circunstâncias decidem. Não aceitamos a humilhação como epílogo da linda aventura que nos reuniu durante mais de três anos. **crisis** não seria agachada por ninguém: vamos enterrá-la em pé, como viveu.<sup>745</sup>

Galeano, partiu rumo à Espanha em 1976, onde permaneceu até 1985. Julia Constenla já não fazia parte das *Ediciones de Crisis*, mas fugiu para Roma em outubro de 1976 depois de ameaças ao seu marido, Pablo Giussani, que trabalhava no jornal *Noticias*, relacionado aos *Montoneros*. Vicente Zito Lema deixou a Argentina em 1977, se radicou na Holanda e fez parte da Comissão Argentina pelos Direitos Humanos, que denunciava os crimes da ditadura então vigente. Rogelio García Lupo alternou estadias entre o Uruguai e a Argentina, mas manteve-se afastado das atividades políticas. Aníbal Ford permaneceu no país, mas abandonou a escrita temporariamente e trabalhou como diretor de uma fábrica de produtos químicos. Luis Alén Lascano e Fermín Chávez continuaram na Argentina, aparentemente intocados pela ditadura, mas reduziram as suas atividades editoriais, ambos publicaram apenas um livro ao longo do Processo de Reorganização Nacional. Norberto Galasso teve duas obras censuradas, *Vida de Manuel Ugarte* e *Qué es el socialismo nacional?*, mas não partiu para o exterior.

Após o fechamento da revista, da partida de seu diretor e de muitos dos participantes, Vogelius permaneceu na Argentina e a *Editorial del Noroeste* continuou a existir até o ano de 1977, quando o empresário foi sequestrado e a editora empastelada

<sup>744</sup> ZITO LEMA, Vincente. Amigos. **crisis**, Buenos Aires, n. 40, agosto, 1976, p. 36-37. GALEANO, Eduardo. El hombre y el río. **crisis**, Buenos Aires, n. 40, agosto, 1976, p.38-39.

<sup>745</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: LP&M, 2008, p. 167.

pelos militares, colocando um fim definitivo na experiência iniciada em março de 1973. O livro de Haroldo Conti, *Mascaró, cazador americano*, publicado em 1975, foi retirado de circulação pelo regime militar.

Um ano após o fechamento de **crisis**, Rodolfo Walsh também encontrou o seu fim na ponta de um fuzil e em um centro de detenção clandestino. O jornalista pertencia aos *Montoneros* e apesar de discordar da decisão do grupo de retornar à clandestinidade buscou formas de transformar a guerrilha em um foco de resistência ao regime militar. Sua filha, a *montonera* María Victoria, faleceu em combate em finais de 1976. Em 24 de maio de 1977, no primeiro aniversário do golpe, Walsh deu a conhecer o seu último texto, *Carta abierta de un escritor a la Junta Militar*, enviado para vários jornais do país. No dia seguinte o escritor foi abordado por um grupo militar e ferido em combate, logo desaparecido.

No mesmo ano Vogelius foi sequestrado, preso e torturado pelo regime militar argentino até 1980. Ao sair da prisão, partiu para o exílio em Londres, onde permaneceu até a queda dos militares. Ao retornar para a Argentina, Federico Vogelius decidiu reabrir a revista em 1986, mas faleceu vítima de câncer após o lançamento de seu primeiro número. A segunda época de **crisis** não compartilhou o sucesso daquela publicada na década anterior e um ano depois de seu reaparecimento os herdeiros de Vogelius decidiram encerrar o empreendimento.

Após a prisão de Vogelius, sua chácara em San Miguel foi saqueada por grupos paramilitares e grande parte de sua biblioteca e coleções desapareceram. Em 7 de março de 1978 Eduardo Galeano, em seu exílio em Barcelona, enviou uma carta para Julia Constenla, exilada em Roma, informando a situação do antigo idealizador de **crisis**. Conta Galeano que a esposa de Vogelius, Lita, havia chegado a Londres com os filhos e informou que seu marido continuava preso na delegacia de San Justo acusado de “apoio à subversão”, mas não estava mais comunicável. Lita pedia ainda que nenhuma denúncia fosse feita no exterior devido às ameaças à vida de seu marido. Por fim, Galeano ainda informou que as forças da ordem haviam “arrasado a chácara” e que “saquearam extensamente a biblioteca” e levaram “os quadros mais valiosos, toda a prataria pré-colombiana e tudo mais, sob o olhar atônito das crianças”.<sup>746</sup>

---

<sup>746</sup> A carta está disponível no Fondo Pablo Giussani - Julia Constenla, na Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires (AR-BNA-ARCH-PG-JC). Consulta em: 13/08/2017.

Uma campanha encabeçada pelo prêmio Nobel da Paz Heinrich Böll, Jorge Luis Borges e Ernesto Sábato conseguiu pressionar o governo argentino a reconhecer a prisão de Vogelius. O mecenas foi libertado em 1980, quando partiu para Londres. Eduardo Galeano conta sobre o seu reencontro com o antigo companheiro:

Foi um meio-dia. O telefone da minha casa tocou, aqui na cidadezinha de Calella, ao norte de Barcelona, e escutei a voz de um sobrevivente. Fico Vogelius me ligava do aeroporto de Londres (...) recém-saído da cadeia. Me disse: - Venha. Temos muitas coisas para conversar. E me disse: - quero que saiba desde agora que não me arrependo de nada. Em Londres, acompanhei-o ao dentista. Os choques afrouxaram os seus dentes de cima. O dentista disse que não havia maneira de salvá-los. (...) Fico foi sequestrado, saqueado, torturado e enjaulado. Acusavam-no de financiar e organizar a revista **crisis**.<sup>747</sup>

Em 1989, três anos após a morte de Vogelius, a propriedade voltou a ser roubada por ladrões comuns e, recentemente, o que sobrou de seus bens foi dividido entre seus herdeiros. Entre 1998 e 2000 a casa de remates Casa Saráchaga comprou o restante da coleção de Vogelius, cerca de 9.000 livros.<sup>748</sup> Os materiais presentes foram revendidos sem o devido cuidado e a biblioteca foi desmembrada. Não há, aparentemente, um inventário do material adquirido pela casa de remates, tampouco o registro dos livros vendidos que remontam àquele conjunto. A biblioteca de Federico Vogelius, uma das

<sup>747</sup> GALEANO, Eduardo. **crisis**, Buenos Aires, n. 42, 1986, p.3 apud PONZA, Pablo. Ideas, letras, artes en la **crisis** 1973-1987: intelectuales, política y cultura antes y después de la última dictadura militar argentina. *A Contracorriente*. Revista de Estudios Latinoamericanos, North Carolina, n. 3, 2018, p. 65-66.

<sup>748</sup> A venda da coleção de Federico Vogelius foi amplamente noticiada pelo jornal argentino La Nación. Cf.: <http://www.lanacion.com.ar/103023-precios-record-en-una-subasta-de-libros>; <http://www.lanacion.com.ar/102326-buenos-libros-en-sarachaga>; <http://www.lanacion.com.ar/101971-rematan-valiosos-libros-antiguos>; <http://www.lanacion.com.ar/15777-pinturas-y-libros-brillan-en-la-primera-funcion>; <http://www.lanacion.com.ar/9619-remate-sobre-ruedas>; <http://www.lanacion.com.ar/6899-los-libros-abren-la-temporada>; <http://www.lanacion.com.ar/103927-el-mercado-de-arte-registro-un-primer-semester-exitoso>; <http://www.lanacion.com.ar/121344-ultimos-remates>; <http://www.lanacion.com.ar/119663-los-cuadros-argentinos-se-venden-lejos-de-casa>; <http://www.lanacion.com.ar/118811-desde-estados-unidos-llegan-buenas-senales>; <http://www.lanacion.com.ar/120511-la-temporada-se-alista-para-el-envion-final>. Acesso em: 27/01/2017. Ainda buscamos a lista de itens do remate da Casa Saráchaga, mas fomos informados que tal lista inexistente. O saque da coleção de Vogelius foi um assunto polêmico até os anos 1990. Em 1978, enquanto esteve preso, Vogelius recebeu a visita de outro colecionista uruguaio, Raúl Campa, que cobrou dívidas ao argentino. Federico Vogelius ofereceu pagar o que devia com quatro quadros do pintor Pedro Figari. Temeroso de alguma ação por parte do regime militar argentino, Campa contratou um policial bem relacionado com a Junta Militar para buscar os quadros e este saqueou a chácara de Vogelius. A polícia federal argentina recuperou algumas posses, mas várias foram enviadas a Montevideú. Em 1991 o governo argentino exigiu a devolução de parte da coleção de Federico Vogelius, mas os objetos reclamados haviam desaparecido.

maiores coleções privadas da história argentina, está perdida, vítima da violência de militares e do descaso daqueles que a trataram unicamente como fonte de lucro.

A revista **crisis** experimentaria outros três sopros de vida. A sua segunda época durou um par de anos, de abril de 1986 a abril de 1987, com a pretensão de dar seguimento ao projeto anterior: ela iniciou a publicação a partir do número 41. Os seus doze volumes mensais foram dirigidos por Vicente Zito Lema e Eduardo Galeano foi apenas um assessor editorial. O uruguaio retornou a Montevideo em 1985 e ao lado de Hugo Alfaro e Mario Benedetti contribuiu para a fundação do semanário *Brecha*, herdeiro de *Marcha*. Galeano ainda militou ativamente pela revogação da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, a chamada Lei de Impunidade, que impedia o Estado uruguaio de punir militares e policiais que haviam contribuído para o funcionamento da ditadura e do terrorismo (para)estatal e pouca atenção deu à publicação que surgia.

A revista de Zito Lema pretendia ser uma continuação daquela que fizera sucesso nos anos 1970, mas era totalmente diferente. Sua identidade visual era radicalmente distinta, bastante colorida e com imagens modernas, muito avessas às figuras tradicionais que apeteçiam Galeano, apenas o papel escolhido permaneceu o mesmo. As seções antigas inexisteram e a revista preferiu abordar a política mais diretamente. Os temas históricos desapareceram e a editora nunca fora retomada. Daquela **crisis** setentista permanecera a numeração, o logo e o interesse em se filiar à antiga experiência. Em sua primeira epígrafe, presente em seu sumário, **crisis** homenageou os seus antigos participantes em um tocante texto intitulado *Os autores ausentes*:

Como ninguém poderá esquecer, há dez anos a Argentina entrava totalmente no terrorismo de Estado. Trabalhadores, estudantes, artistas e escritores foram assassinados ou desapareceram na maior operação massacre que o país já conheceu. Simultaneamente milhares de homens e mulheres sofreram a tortura e o encarceramento. Muitos outros se exilaram.

Entre os mortos e os que seguem condenados ao horror sem fim do desaparecimento figuram Francisco Urondo, Rodolfo Walsh, Haroldo Conti, Roberto Santoro, Miguel Angel Bustos e Raymundo Gleizer, partes queridas de **crisis**, que hoje aparece e não se esquece.<sup>749</sup>

A curta segunda experiência malogrou em abril de 1987, um ano após a morte de Federico Vogelius. Seus herdeiros financiaram a revista por um ano, mas logo perderam

---

<sup>749</sup> **crisis**, Buenos Aires, n. 41, abril, 1986, p.1. A “operação massacre” refere-se ao livro de Walsh.

o interesse em mantê-la.<sup>750</sup> Sem o aporte financeiro de Vogelius e em meio a uma instável economia argentina, **crisis** naufragou. Essa segunda época foi pouco estudada, apenas um bom artigo de Adriana Bocchino e uma parte de outra publicação de Pablo Ponza.<sup>751</sup>

A revista seria relançada pouco após o fim da sua segunda época. Em outubro daquele mesmo ano de 1987 apareceria uma outra publicação dirigida por José Luis Díaz Colodrero. O jornalista comprou o nome **crisis**, cedido pelos filhos de Federico Vogelius, decidiu dar continuidade à revista que o precedeu e iniciou a terceira etapa, portanto, a partir do quinquagésimo quarto número. A revista manteve parte da identidade visual de suas antecessoras e manteve alguns colaboradores da primeira experiência, como Eduardo Galeano, Juan Gelman e Aníbal Ford.<sup>752</sup> Seu curto texto de lançamento relembra a crise e a **crisis** dos anos 1970 e apontava para uma suposta “morosidade” da Argentina de seu presente que exigia uma nova reflexão para imaginar uma saída, elemento que, segundo os editores, exigia que seguissem “em **Crisis**”.<sup>753</sup> A nova fase possuiu maior longevidade do que a imediatamente anterior e publicou 26 exemplares, interrompidos de maneira abrupta em junho de 1990. Auspiciosamente, a última página (80) do último exemplar (n. 80) trazia um poema intitulado *Milonga de Despedida*.<sup>754</sup> Tal etapa, assim como a segunda, ainda carece de novos estudos. O *Archivo Histórico de Revistas Argentinas* (AHIRA) digitalizou toda a revista em seu belo site, material disponibilizado gratuitamente e que merece atenção.<sup>755</sup>

A revista foi retomada em 2010, excluiu a pequena parte textual que precedia o seu título, “*ideas letras artes en la*”, e assumiu-se puramente como **crisis**. Mantidos o logo e uma pequena forma de apresentar os autores, a nova publicação adaptou-se às demandas do público conectado em redes. A revista abandonou a numeração antiga e

<sup>750</sup> ZITO LEMA, Vicente. Motivos. **crisis**, Buenos Aires, n. 53, abril, 1987, p. 2.

<sup>751</sup> BOCCHINO, Adriana A. Crisis 2ª Época (1986-1987). Una revista con los tiempos cambiados. *CELEHIS – Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, Mar del Plata, a. 14/15, n. 17, 2005/2006, p. 77-96. PONZA, Pablo. Ideas, letras, artes en la **crisis** 1973-1987: intelectuales, política y cultura antes y después de la última dictadura militar argentina. *A Contracorriente*. Revista de Estudios Latinoamericanos, North Carolina, n. 3, 2018.

<sup>752</sup> O título, entretanto, abandonou a grafia totalmente em letras minúsculas: eventualmente o nome **Crisis**, com C maiúsculo, aparecia em seus textos, ao passo que o título completo era grafado como *Ideas, Letras, Artes en la Crisis*. O antigo cavalo correndo pelos pampas platinos foi substituído por um gato preto.

<sup>753</sup> **Crisis**, Buenos Aires, n. 54, outubro, 1987, p. 2. Há aqui uma brincadeira com o nome da revista: ao afirmar que seguíam “em **Crisis**” os editores pretendiam dizer que dariam continuidade à revista e, ao mesmo tempo, que o país igualmente seguia em crise.

<sup>754</sup> COSTATINI, Humberto. *Milonga de despedida*. **Crisis**, Buenos Aires, n. 80, junio, 1990, p. 80.

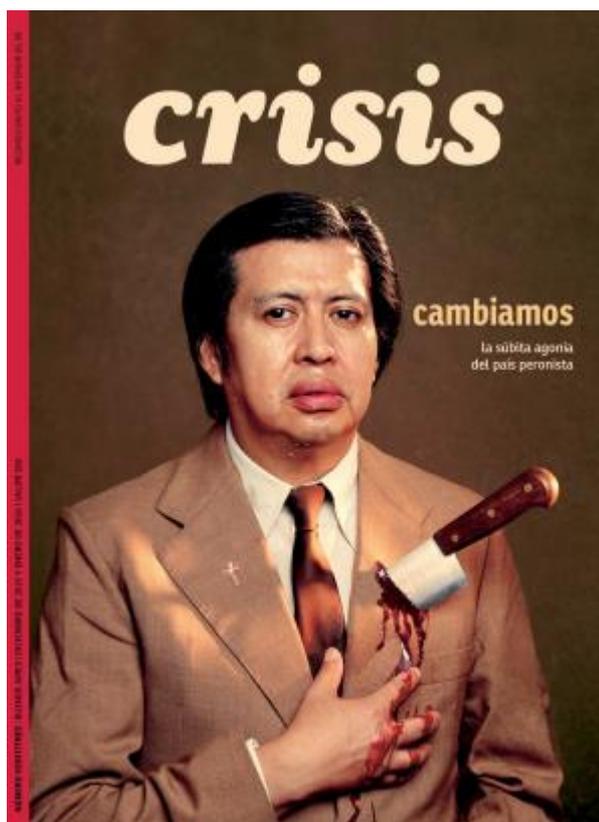
<sup>755</sup> <https://www.ahira.com.ar/revistas/crisis-2-epoca/> e <https://ahira.com.ar/revistas/crisis-3a-epoca/>. Acesso em: 24/07/2021.

pretendeu começar algo novo. O seu editorial de abertura remontava aos exemplares criados por Eduardo Galeano e Vogelius apenas para reforçar o seu interesse em participar das reflexões sobre a *crise* atual.<sup>756</sup>

Com o passar dos anos os seus editores redescobriram as potencialidades da (nem tão) velha **crisis**. Eventualmente um artigo da antiga revista era mencionado na nova, o primeiro remete a 2011, mas a partir de meados de 2019 a iniciativa tornou-se recorrente. O site da revista passou a hospedar uma área específica para essas lembranças preciosas, os “Resgates Emotivos”.<sup>757</sup>

A atual **crisis** continua, como a antiga, ligada às mais variadas esquerdas argentinas e continua a travar um combate político agora contra o (neo)liberalismo, próxima ao justicialismo argentino reformulado pelos Kirchner e crítica ao governo Macri.

Figura 20: Capa de no vigésimo terceiro exemplar de **crisis**. O termo *cambiamos* refere-se à coalizão conservadora *Cambiamos* liderada pelo ex-presidente Mauricio Macri.



<sup>756</sup> Colectivo Editorial Crisis. Revuelta. **crisis**, Buenos Aires, n. 01, septiembre, 2010. Disponível em: <https://www.revistacrisis.com.ar/notas/revuelta>. Acesso em: 01/09/2020.

<sup>757</sup> <https://www.revistacrisis.com.ar/rescate-emotivo>. Acesso em: 01/09/2020.

Fonte: **crisis**, Buenos Aires, n. 23, diciembre, 2015.<sup>758</sup>

A revista **crisis** sobreviveu, portanto, no imaginário de parte dos argentinos, embora a sua editora tenha sido esquecida, ignorada pela memória coletiva e pouco abordada pelas pesquisas acadêmicas. Apesar da recente recuperação daquela experiência dos anos 1970 pode-se dizer que as propostas políticas das *Ediciones de Crisis* atreladas às esquerdas revolucionárias latino-americanas fracassaram, mas que a *cultura intelectual revisionista* a qual projeto editorial integrava e ajudava a construir permaneceu vigente na Argentina, adaptando-se às novas demandas político-sociais para continuar a compor as culturas de passado nacionais e a disputar a legitimidade de interpretação da história com o campo profissional.

Os colaboradores do projeto pressupunham que o clima político de 1973 garantiria a radicalização e o voluntarismo necessários para as transformações profundas e assumiam que a comunidade nacional estava preparada para assumir uma identidade que transcendia fronteiras, revitalizando idealizados sonhos artiguistas da Pátria Grande. Eles acreditavam que com a devida intervenção no espaço da cultura e que por meio do diálogo horizontal seria possível formar uma consciência essencialmente revolucionária e intervieram ativamente na esfera pública com o intuito de construir uma nova hegemonia, tema delineado no segundo capítulo e que perpassa por toda esta tese. As *Ediciones de Crisis*, possuíam um projeto de divulgação das ideias e processos revolucionários, mas também carregava um aspecto pedagógico, propunha-se a educar o seu público leitor a partir do questionamento e da reelaboração dos mitos fundacionais, dos símbolos nacionais e do panteão de heróis da pátria com o intuito formar almas e corpos simpáticos às lutas de libertação nacional. A *revisão* da história seria, assim, um aspecto central para a *revolução* para o que os membros do projeto editorial percebiam como um ponto de inflexão histórica e de ruína do capitalismo imperialista.

Para fazê-lo, como vimos, as *Ediciones de Crisis* mobilizaram uma certa variedade de formas de narrar sobre o passado que, em certos momentos, questionava a própria História como ferramenta adequada para representar as experiências daqueles setores marginalizados que os editores pretendiam conferir voz. O revisionismo histórico

---

<sup>758</sup> O senhor presente na foto, Don Héctor, serve algumas das melhores iguarias *salteñas* em Ña Serapia, seu simpático *bodegón*, os tradicionais bares familiares de Buenos Aires, localizado na Avenida Las Heras 3357, em frente à praça Las Heras. A capa de **crisis** é uma releitura de uma outra foto bastante popular feita por Marcos López.

tornar-se-ia, entretanto, a forma majoritária e acabaria por delinear a abordagem dada ao passado no projeto editorial apesar de, como vimos, trazer consigo valores, práticas e representações.

Não se trata aqui de julgar esse revisionismo *a priori*, mas de analisá-lo a partir das representações que as suas narrativas construíram e associá-las aos valores políticos das esquerdas nacionalistas que mobilizavam esse discurso: a idealização do passado e dos modos de vida tidos como tradicionais, o reforço das hierarquias, a valorização de figuras paternalistas, a disciplinarização da população por parte de uma liderança forte, a concessão de agência política por meio de grandes homens que encarnavam as demandas populares e o recurso ao autoritarismo para combater a dissidência e a oposição de uma causa tida como inequivocamente justa. Uma análise das figuras de linguagem, dos recursos literários e dos protocolos linguísticos que prefiguram a narrativa histórica, como feito por Hayden White, talvez revele mais proximidades entre os revisionismos revolucionários e reacionários.

Os próprios colaboradores das *Ediciones de Crisis* estavam cientes das implicações políticas trazidas pela adoção do revisionismo histórico, uma corrente amplamente associada às direitas reacionárias das décadas de 1920-1940. Por meio da elaboração de uma *tradição eletiva* esses homens tentaram valorizar alguns aspectos do revisionismo, como a sua suposta compreensão daquilo que constituía a nação, e eliminar outros, como a xenofobia, o racismo e os seus valores aristocráticos. Entretanto jamais questionaram as representações paternalistas das demandas populares e a necessidade de líderes fortes e centralizadores, descritos por meio de valores masculinizados (“Yrigoyen é viril”). Não por acaso Eva Perón, mobilizada como símbolo entre várias outras esquerdas, foi tão pouco abordada: sua figura mereceu um *Cuaderno*, mas geralmente era reduzida à obra do marido, Juan Domingo Perón. Seria o revisionismo histórico um instrumento adequado para elaborar discursos positivos sobre um processo libertário?

De toda maneira, o projeto pretendia mobilizar o passado para criar uma consciência histórica entre o seu público leitor que legitimasse o surgimento de algo novo, mas o fez por meio estratégias, discursos e práticas velhas. Talvez essa tenha sido uma das razões para a derrota das esquerdas argentinas, associada aos seus erros de cálculo político, sobrevalorização de sua capacidade de ação e idealização de uma classe trabalhadora supostamente disposta a segui-las.

A empreitada iniciada a partir da revista **crisis** foi, portanto, incapaz de construir uma consciência antissistêmica ou revolucionária entre os argentinos. Assim como a maioria das iniciativas culturais das esquerdas, ela possuía uma proposta limitada. Apesar de sua significativa circulação, as obras das *Ediciones de Crisis* atingiram um público já interessado pelos temas que abordava, fator que garantiu o seu sucesso mercadológico, mas não conseguiu ir além de uma classe média ilustrada que concordava com os seus posicionamentos políticos em diferentes escalas. A classe operária ou o povo que os membros do projeto editorial pretendiam representar permaneceram indiferentes ou mesmo avessos ao ideário revolucionário divulgado nas publicações e continuaram a aderir majoritariamente ao peronismo clássico e às suas formas de representação.

As propostas das *Ediciones de Crisis* e de uma boa parcela da esquerda revolucionária encontravam obstáculos mesmo entre as classes médias que alimentavam as suas fileiras, aquela grande parte desse setor que não estava engajada na luta política observava a violência disseminada com medo e sentiu-se aliviada quando os militares tomaram mais uma vez o Estado. Por fim, o coletivo de **crisis** não conseguiu ou não quis compreender que o desejo pela ruptura estava restrito a um grupo relativamente pequeno e que a maioria da população ainda preferia práticas políticas e formas de organização já consagradas. O gosto pelo *novo* e pelo *revolucionário* era presente no campo das artes e as suas expressões eram consumidas por um público crescente, mas poucos eram aqueles que desejavam transpô-lo para a política.

O peronismo mostrou a sua face hegemônica naquele momento, marcadamente conservadora e autoritária. A alternativa institucional foi insuficiente, ela foi refém da centralização da autoridade de Perón e da sua intransigência com os setores mais progressistas e não resistiu à morte do líder, degenerando na violência política, no terrorismo e em uma crise econômica que minaram a crença na democracia. As vanguardas e os movimentos armados nacionais que possuíam a simpatia da revista, mas não o seu apoio declarado, foram massacrados pela repressão paramilitar e Estatal, revelando-se incapazes de combater as forças oficiais sem o apoio popular massivo. Posteriormente, a esquerda e os membros das *Ediciones de Crisis* reconheceriam que a revolução nacional nunca esteve ao seu alcance. Do exílio, Galeano perguntava-se se “É possível realizar a unidade nacional por cima e através da luta de classes? Perón tinha encarnado essa ilusão coletiva” e afirmava que “na Argentina o horror começou quando Juan Domingo Perón decepcionou, do poder, as esperanças que tinha despertado durante

o longo exílio”.<sup>759</sup>

Essas constatações reforçam o argumento de Oscar Terán sobre as contradições que marcaram os cruzamentos entre a produção cultural e a política argentina dos anos 1960, facilmente extensível para a década seguinte: Buenos Aires – e o resto do país – mostrava-se como uma cidade dinâmica e conectada com as tendências mundiais, mas não era tão moderna e cosmopolita como acreditavam os setores progressistas e conservadores.<sup>760</sup> O pressuposto e desejo das esquerdas sobre uma sociedade dotada de impulsos revolucionários modernos e de aspirações por mudanças profundas mostrou-se equivocado e a capacidade dos seus grupos de atuar a partir dessa análise foi extremamente restrita. Para Carlos Altamirano isso apenas sublinharia o que a esquerda era na sociedade argentina dos anos 1960: um ator ativo da vida ideológica, com uma boa recepção nos setores médios urbanos, mais do que uma força significativa na arena política.<sup>761</sup> A derrota de 1976 mostrou que mesmo em um momento de radicalização a capacidade de atuação das esquerdas era limitada.

Do outro lado, os vários grupos conservadores presumiam uma crise dos valores que os sustentavam e imaginavam um inimigo apto a destruir o *status quo* com o possível apoio de uma comunidade que passava por transformações rápidas. Entretanto, a sua competência em limitar a influência do rival e exterminá-lo foi confirmada justamente pela sobrevalorização que fizeram da força das esquerdas: a maioria da população argentina não estava disposta a arriscar-se em uma revolução e tolerou silenciosamente o uso da violência sustentado no discurso da manutenção da ordem que culminou com o golpe militar de 24 de março de 1976 e com o início do Processo de Reorganização Nacional.

As derrotas das *Ediciones de Crisis* e das esquerdas apontam para o fechamento

<sup>759</sup> GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008, p.20; p.12.

<sup>760</sup> TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 156-157.

O cerne da interpretação de Terán está no convívio de contradições do campo intelectual argentino dos anos 1960, marcado pela coexistência e disputa de um impulso modernizador e por tendências conservadoras, muitas vezes presentes nos discursos de um mesmo grupo, como os católicos que se pretendiam progressistas. Para Terán, o golpe de Onganía em 1966 foi o ápice do que o autor define como “bloqueio tradicionalista”, um vento autoritário que colocou fim à sensibilidade sessentista na cena cultural e que operou “como um tipo de realizador de certas profecias que alguns daqueles mesmos discursos tinham enunciado”. TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993, p. 172-173.

<sup>761</sup> ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p.70.

de um período de intensa mobilização política na Argentina e, em escalas diferentes, no Cone Sul. Os períodos de *crise* são definidos, como nota Gramsci, por um momento em que o *velho* morre sem que o *novo* possa nascer, espaço de tempo no qual “fenômenos patológicos mais variados” ganham corpo, referindo-se às intensas disputas surgidas a partir do fim dos consensos hegemônicos e do colapso de autoridade dos setores dominantes.<sup>762</sup> Neste sentido, Claudia Gilman sugere, a partir de uma leitura gramsciana, que o período revolucionário se encerra no momento em que há uma recomposição do velho modo de dominação hegemônica. As esquerdas que interpretaram o seu próprio momento histórico como um debacle inevitável do capitalismo fracassaram em transformar a suposta *crise* em uma revolução.<sup>763</sup>

A longa crise que as *Ediciones de Crisis* constatavam, imaginavam e buscavam solucionar seria resolvida, de certa maneira, violentamente pelos conservadores e reacionários.<sup>764</sup> A ruína do projeto editorial e a prisão, tortura, morte e exílio de seus membros colocaram em xeque a crença de que a igualdade e a solidariedade se aproximavam da sua inevitável vitória e de que o mundo poderia ser transformado pela vontade humana organizada e, se necessário, pelo cano de um fuzil.

O fim dessas certezas mudou a própria relação da intelectualidade derrotada com o tempo. A história que se acelerava e marchava para um desfecho delineado por forças maiores definidas pela legitimidade da causa revolucionária e pelas teorias que a sustentavam parecia, agora, estagnada. O futuro e a ruptura inevitável, antes ao alcance das mãos, estariam mais longe do que nunca e o presente, que anunciava uma nova era, dava continuidade às agruras tão conhecidas e experimentadas. Anos depois do fechamento de **crisis** Eduardo Galeano lembraria, em documentário de Silvio Tandler, a decepção de sua geração com a História

---

<sup>762</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 184. Em português popularizou-se um lugar comum que traduz o trecho mencionado como “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”, entre outras variações. A tradução não condiz com a versão italiana, “La crisi consiste appunto nel fatto che il vecchio muore e il nuovo non può nascere: in questo interregno si verificano i fenomeni morbosi più svariati”, cuja última parte seria melhor definida como “neste interregno verificam-se os mais variados fenômenos patológicos”, algo próximo da excelente tradução feita pela obra organizada por Carlos Nelson Coutinho.

<sup>763</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 55-56.

<sup>764</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 56.

Com muito sangue, com muitas lágrimas, aprendemos que o tempo da História não é o nosso tempo, que a História é uma senhora lenta, caprichosa, às vezes louca, muito difícil, muito complicada, muito misteriosa. Muito mais misteriosa do que nós acreditamos que seja. E que não nos dá a mínima bola. Que não nos obedece. Porque o tempo dela é um tempo infinitamente maior que o tempo de vida de cada um de nós. Nossa geração foi muito arrogante nessa tentativa de reduzir a história a seu próprio tempo. Mas, por outro lado, isso está também marcado por uma linda necessidade de criar outro mundo. De criar outro mundo e de criá-lo com urgência.<sup>765</sup>

Vários aspectos dessa trajetória das *Ediciones de Crisis* permanecem em aberto para futuras pesquisas, como o estudo dos testemunhos ou as entrevistas de rua feitas por Esther Grillo. Os muitos livros da editora igualmente merecem mais atenção, bem como os materiais da biblioteca de Federico Vogelius, caso alguém consiga reuni-los. A documentação de colaboradores ou do próprio projeto editorial, caso apareça, podem ainda explicar melhor as opções dos editores, seus impasses, decisões malogradas e projetos inconclusos. Os documentos da censura argentina, caso existam, potencialmente esclareceriam a percepção que os grupos relacionados à repressão possuíam da revista. A sua recepção e circulação apresentam outra oportunidade, assim como o estudo de sua segunda etapa, algo que poderia revelar mais sobre a sua predecessora. Por fim, análises comparativas com outras publicações compõem ainda o leque de pesquisas plausíveis que essa fonte tão rica propicia. Nossa pesquisa, voltada para as redes intelectuais, para a militância e para as narrativas históricas, constitui apenas uma das possibilidades.

A narrativa histórica produzida pelas *Ediciones de Crisis* e nelas difundida merecem uma reflexão à parte. O projeto editorial colocou em evidência a constante e ininterrupta disputa pelo passado e pela legitimidade de representá-lo a partir de perspectivas específicas. Embora os editores optassem por um tipo bastante particular de articulação da experiência argentina, o revisionismo histórico, eles reconheceram que existiam outras formas de relatar aquele passado e que algumas delas fugiam da disciplinarização imposta pela história. Não haveria, portanto, *uma* história, mas *histórias*.

O reconhecimento dessa pluralidade narrativa e das disputas interpretativas não deve se restringir às academias ou instituições historiográficas, mas deve abordar também as mobilizações públicas do passado, ou seja, seus usos políticos. As *Ediciones de Crisis*

---

<sup>765</sup> UTOPIA e barbárie. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2009. (121 min). Disponível em: [https://youtu.be/cn9li\\_NePro](https://youtu.be/cn9li_NePro). O trecho está presente entre 1h53min22s e 1h54min20s.

atribuíram um valor ético e político à produção historiográfica e adotaram uma posição. A politização da história implica reconhecer que os enunciados produzidos não são neutros, que as nossas narrativas possuem elementos subjetivos e ideológicos que as prefiguram. O projeto editorial chegou a essas conclusões por meio dos nacionalismos e dos marxismos em um momento em que o chamado Giro Linguístico era pouco conhecido na Argentina, o seu objetivo não era questionar a possibilidade de um conhecimento e representação do passado, mas substituir uma narrativa macro por outra mais afinada politicamente.

De toda maneira, a *história militante* produzida pela editora, criticável por suas generalizações, simplificações e parcialidade desmesurada, é interessante para pensarmos as relações estabelecidas entre os historiadores e o mundo. Todo o projeto editorial partiu da premissa de que aqueles que teciam os relatos sobre o passado deveriam fazê-lo de acordo com as necessidades do presente. Não interessava a **crisis** a historiografia que congelava o passado em seu próprio tempo, mas sim aquela que o mobilizava para transformar a realidade de homens e mulheres contemporâneos. Tal perspectiva contribuiu para o sucesso do projeto editorial vigente em um contexto de alta politização da sociedade argentina.

Essa preocupação em agir no mundo e transformá-lo possui o potencial de tornar o trabalho dos historiadores mais interessante aos seus públicos e à própria sociedade contemporânea. Tal cuidado, classificado por Rangel e Muruci como Giro Ético-Político, parte da “compreensão de que parte significativa dos historiadores, hoje, também se dedica a pensar o mundo contemporâneo, suas determinações próprias, problemas e possibilidades” e “a preocupação de garantir espaço para outros modos de ser, etnias, perspectivas, histórias”.<sup>766</sup> Em sua história militante as *Ediciones de Crisis* construíram relatos totalizantes que pretendiam abarcar toda a experiência passada argentina e latino-americana e estabelecer modelos interpretativos sobre ela, mas abriu espaço para formas múltiplas de agir, pensar e contar o passado. Havia em seu interior um local para as “culturas condenadas”, para as vozes dos trabalhadores, dos índios, das crianças e dos loucos.

A abertura mencionada relacionou-se aos questionamentos da história como

---

<sup>766</sup> MURUCI, Fabio; RANGEL, M. M.. Algumas palavras sobre giro ético-político e história intelectual. Revista *Ágora* (Vitória), v. 1, 2015, p. 8.

disciplina capaz de representar adequadamente as experiências dos setores populares, como vimos ao longo dos dois últimos capítulos. Poderíamos tomá-la também como o reconhecimento de que os historiadores não são os únicos capazes de narrar o passado e não possuem o monopólio sobre as formas de contar as experiências dos homens no tempo, a história é apenas um dos gêneros possíveis de fazê-lo, regida por regras próprias, julgada pelos pares e submetida às demandas de suas instituições e da sociedade. Essa maneira de sentir, articular e interpretar a temporalidade é uma expressão particular da modernidade ocidental, mas jamais substituiu por completo as culturas de passado existentes: ao lado daquela história escrita por historiadores conviveu aquela não escrita, cantada ou calada pelo povo.<sup>767</sup>

Essas outras formas, que por vezes questionam o saber histórico, apenas reforçam o caráter conflitivo das narrativas sobre o passado. As *Ediciones de Crisis* reconheceram a contenda ao tentar contrapor a sua revisão à chamada *história oficial*. Embora propusesse uma interpretação supostamente correta, fechada e pouco aberta à contestação, o projeto editorial desde o início percebeu que o ato de narrar o passado, a operação intelectual de articulá-lo e apresentá-lo para um público, era perpassado por disputas que tinham implicações com o presente. Tal constatação, tão verdadeira para os anos 1970 quanto para o nosso próprio tempo, deve (ou deveria) suscitar dúvidas entre os praticantes da história hoje.

Longe de encarnar ou enunciar verdades autoevidentes e transcendentais a história elabora interpretações sobre o passado em diálogo com as demandas, agruras e desejos das sociedades contemporâneas e suas versões serão sempre questionadas por grupos sociais que nelas não se identificam, grupos estes que elaboram outras perguntas que permitem novas descobertas, respostas e narrativas. Perdido o monopólio dos discursos sobre o passado (ele realmente existiu em algum momento?) os historiadores veem a legitimidade de suas obras perderem espaço para outros atores que se debruçam sobre a experiência humana de outrora.

O revisionismo histórico argentino, em suas versões reacionárias ou revolucionárias, tal qual aquele presente nas *Ediciones de Crisis*, propicia um objeto privilegiado para analisarmos construções discursivas sobre o passado elaboradas às

---

<sup>767</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. Con permiso viá dentrar; soy Atahualpa Yupanqui. *crisis*, Buenos Aires, n. 29, septiembre, 1975, p. 45.

margens das universidades e, muitas vezes, em constante negação daquilo que é produzido pela historiografia universitária. Além disso, o seu sucesso editorial pode suscitar perguntas interessantes para que os historiadores do presente reflitam sobre a sua própria disciplina e sobre a relação entre a história e os grandes públicos.

O revisionismo histórico argentino fracassou em se institucionalizar, embora tenha flertado com o sucesso na Universidade de Buenos Aires na década de 1970. Sua maior conquista, entretanto, foi o mercado editorial do país e o discurso político de alguns grupos com alguma influência: não havia o peronismo, o maior movimento de massas do país, incorporado e transformado os enunciados revisionistas como forma de construir a sua própria cultura política e interpretações do passado? Ademais, os discursos revisionistas sobrepassaram as fronteiras dos livros e publicações de história para adentrar na cultura popular argentina, dos quadrinhos ao cinema, influenciando as produções de vários autores e o imaginário político de gerações de argentinos. De forma paralela à universidade o revisionismo conseguiu integrar a cultura histórica daquele país e ainda hoje permanece ativo nas representações sobre o passado, apesar de sofrer um revés após a implantação do regime ditatorial em 1976.

O revisionismo perdeu parte de sua força nos anos 1980, em certa medida pela perseguição imposta a esquerda pelo regime militar, mas sobretudo pelo esgotamento da dicotomia *nacionalismo x liberalismo*, pelo enfraquecimento da autorrepresentação intelectual como porta-voz dos oprimidos ou do sentido da história e, por fim, pelo esvaziamento do conceito *nacional-popular*, progressivamente suplantando pela preocupação com a democracia entre as reflexões de uma esquerda que lutava para refazer-se após o desastre.<sup>768</sup> Naquele momento as políticas da história do revisionismo não pareciam interessantes a uma sociedade que priorizava os processos de compreensão e a busca por justiça para se relacionar com o seu traumático passado recente.

Nesta nova etapa, vivenciada e relatada pelo historiador Luis Alberto Romero, as obras revisionistas desapareceriam das livrarias, em grande parte devido à morte, exílio ou silenciamento de seus autores, o que acabaria por contribuir para uma reordenação da historiografia argentina rumo a uma espécie de *história social*.<sup>769</sup> Além disso, com o

---

<sup>768</sup> ALTAMIRANO, Carlos. 1996 *apud* GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 264.

<sup>769</sup> ROMERO, Luis Alberto. La historiografía argentina en la democracia: los problemas de la construcción de un campo profesional. *Entrepasados*. Revista de Historia. Buenos Aires, n. 10, año 5, 1996, p. 94.

retorno democrático e a diminuição dos discursos sobre a necessidade das rupturas imediatas o revisionismo histórico perdeu parte de sua razão de ser, uma vez que, como bem notou Tulio Halperin Donghi, os seus discursos diziam mais respeito a “um tempo em que parecia óbvio que mais urgente que compreender a realidade é transformá-la. Mas esse tempo era o de ontem e talvez voltará a ser o de amanhã; mas não é o de hoje, e isso basta para privar esse argumento nostálgico de boa parte de sua relevância”.<sup>770</sup>

O comentário de Halperin Donghi reforça as inseparáveis conexões do revisionismo histórico com a militância e com os usos políticos do passado. Em momentos menos turbulentos e marcado por disputas menos virulentas, o revisionismo aparenta perder a sua força, mas em períodos em que os consensos se esfacelam ele acaba ganhando preponderância: se a suposta *crise* dos anos 1960 e 1970 permitiu que os revisionistas ganhassem espaço e conseguissem disputar um suposto sentido da história com as narrativas ditas *oficiais*, a crise de 2001 e o debacle neoliberal trouxeram à tona, mais uma vez, um revisionismo disposto a discutir e polemizar com a historiografia acadêmica. Grosso modo, o revisionismo histórico argentino parece florescer em tempos de polêmica, mobilizado principalmente nos meios não universitários, em pequenas e médias editoras, em veículos de comunicação não hegemônicos que possuem uma recepção razoável e, atualmente, na internet. Após a dramática crise econômica, política e social enfrentada pela Argentina no começo do atual século o revisionismo histórico voltou às listas de bestsellers nas livrarias argentinas, capitaneados sobretudo historiador popstar Felipe Pigna.<sup>771</sup> Ao que tudo indica, quando certezas que gerem o cotidiano são

---

<sup>770</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio. 2004. El resurgimiento de la historia política: problemas y perspectivas. En: BRAGONI, Beatriz (org.). *Microanálisis*. Ensayos de historiografía argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p. 30.

<sup>771</sup> Felipe Pigna é, talvez, o maior exemplo da persistência da cultura intelectual revisionista e do sucesso do *neorrevisionismo* na Argentina, protagonista de uma polêmica historiográfica que serve para refletirmos sobre algumas implicações das narrativas de passado produzidas fora das universidades. Egresso de um instituto superior e diplomado em História, Pigna fez sucesso ao publicar o primeiro tomo de *Los mitos de la historia argentina* em 2004, logo potencializado pela grande divulgação midiática e pela própria atuação do autor em programas de rádio e TV: dois anos depois o seu livro já estava na vigésima edição. Desde então Pigna publicou um total de 17 livros sobre personagens célebres da história argentina e sobre aquilo que chama de mitos nacionais, lançou 14 quadrinhos infantis que tratam do passado, participou de dezenas de programas de rádio, dirigiu o programa *Lo Pasado Pensado* na TV Pública (canal 7), apresentou o documentário *Unidos por la Historia* produzido pelo *History Channel* e dirige a atual versão da revista *Caras y Caretas*. Sua página no Facebook possui mais de 880.000 seguidores, a do Instagram é acompanhada por outros 690.000 e a do Twitter por mais de 446.000. O canal no Youtube de Felipe Pigna possui 39 mil inscritos e 265 vídeos. O seu site, *El Historiador*, fornece artigos, sínteses de processos históricos e documentos sobre o passado argentino e possui até mesmo um aplicativo para smartphones. Sobre a polêmica em relação a Pigna conferir o bom artigo de Martha Rodríguez: RODRÍGUEZ, Martha. Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia. *Ensayistas, historiadores y gran público*, 2001-2006. In.: DEVOTO, Fernando J. *Historiadores, ensayistas y gran público*. La historiografía argentina en los últimos veinte años (1990-2010). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010.

questionadas com maior ênfase e quando os historiadores profissionais não conseguem apontar para soluções rápidas para um público que se volta ao passado para entender as razões de suas agruras o revisionismo ganha preponderância. Ora, a revisão proposta pelas *Ediciones de Crisis* não se fundamentava em uma reflexão generalizada surgida “nos momentos de grandes crises, quando os pressupostos básicos da vida social são questionados”<sup>772</sup> As crises, ou melhor, a forma como os grupos interpretam, representam e agem sobre as crises, como vimos no terceiro capítulo, acabam por contribuir para delinear as narrativas sobre o passado.

Na prática, ao menos no caso argentino, essa revisão em tempos críticos consistiu não apenas na crítica a uma história oficial falsificadora e ao questionamento de certos cânones, mas também na simplificação de um processo histórico complexo, permeado por contradições, dúvidas e silêncios, para narrar uma história única, ou melhor, um destino único, interrompido por forças mais ou menos ocultas que impedem o país de atingir o seu potencial pleno. Essa narrativa, muitas vezes, ignora as singularidades de certos fatos e processos para representar história como produto de contínua manipulação das elites políticas e econômicas para alijar o povo de seus direitos. Os problemas nacionais poderiam ser atribuídos às “elites” que dominaram e dominam a cena pública do país.<sup>773</sup> Em grande parte, as representações criadas nas *Ediciones de Crisis* integravam esse conjunto de interpretações que utilizavam posições inconciliáveis para valorizar positivamente as figuras que serviam para a crítica do *panteão oficial* e para negativizar os indivíduos que compunham o rol de próceres dos seus adversários.

---

O sucesso editorial de Pigna permite matizar a nossa afirmação acerca da presença do revisionismo histórico em veículos de comunicação não hegemônicos: a maior parte de seus livros é publicada por grandes editoras argentinas e espanholas.

<sup>772</sup> SIMPSON, Máximo. Los intelectuales y el poder en México. *crisis*, Buenos Aires, n. 30, octubre, 1975, p. 60. Grifos nossos.

<sup>773</sup> Outro exemplo da persistência da cultura intelectual revisionista na Argentina e da militância a ela atrelada é percebido na fundação do *Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego*, em 2011, pelo governo de Cristina Kirchner. Seu objetivo era “estudar, investigar e difundir a vida e obra de personalidades e circunstâncias de destaque da nossa história que não receberam o reconhecimento adequado em âmbito institucional de caráter acadêmico, de acordo com rigorosas exigências do saber científico” e que deveria reivindicar “todas e todos aqueles que, como ele (Dorrego) defenderam o ideário *nacional e popular* diante do *embate liberal e estrangeirizante* que foram, desde o princípio de nossa história, seus adversários, e que, em pro de seus interesses pretenderam obscurecê-los e renega-los da memória coletiva do povo argentino” (grifos nossos). O Instituto foi fechado pelo presidente Mauricio Macri em dezembro de 2015, poucos dias após o início de seu mandato. Cf.: ARGENTINA. Decreto-lei nº 1880, 21 de novembro de 2011. Crease el Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego. Designaciones. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1880-2011-190107/texto>. Acesso em: 09/09/2020.

Esses maniqueísmos que, no caso do novo revisionismo, positivavam e idealizavam o *povo* construíram uma narrativa que confortava os seus leitores: a culpa das sucessivas crises e do desvirtuamento do destino nacional não é do povo, mas de uma elite que sempre o submeteu, explorou e enganou. Há uma análise do passado que permitiria entender a situação presente, mas que, ao mesmo tempo, liberta os homens de suas responsabilidades frente aos desafios atuais.<sup>774</sup> De certa maneira, essa história desloca a tarefa de *regeneração* nacional para os grandes homens capazes de liderar um povo que, por vezes, aparece como o principal motor da história e, em outros momentos, era representado como coadjuvante.

Estaria parte do sucesso do revisionismo atrelado a essa transferência de responsabilidade? Teria ele contribuído para a criação de uma história mais simples e de fácil apropriação para o seu público? A ideia de uma conspiração, tão enraizada na cultura de passado argentina e sempre reforçada pelos revisionismos, fortalecia a recepção dos revisionismos uma vez que o complô se adapta bem aos usos públicos do passado pois, como nota magistralmente Beatriz Sarlo,

Introduz um princípio de inteligibilidade simples e de causa única que explica o passado de forma simples e não o deixa em suspenso em uma trama hipotética que obstaculiza o enunciado de julgamentos condenatórios mais ou menos instantâneos. Esse princípio simples responde ainda a uma forma canônica da narrativa que investiga um crime que, ao ser revelada, liberta os lesados, os manipulados, os espoliados, roubados e exterminados. Por outro lado, coloca o narrador em um lugar clássico caracterizado pela onisciência, ou seja, uma posição que o torna confiável, uma vez que é ele que sabe e que possui sob sua guarda o fazer saber, mas que no que concerne aos preconceitos não se distingue de seus leitores. Frente ao narrador hipotético das histórias profissionais, que não é confiável por que nem ele próprio confia na força do seu saber, na medida em que o reduz contra as hipóteses, contra as lacunas em suas fontes, o caráter incompleto de toda a representação, a incapacidade narrativa de muitas histórias acadêmicas atuais e as leis dubitativas do sistema de precauções institucionais, o historiador do complô é narrativamente completo, discursivamente seguro e ideologicamente afim aos seus leitores.<sup>775</sup>

Quando questionados sobre os seus esquemas interpretativos e manejo de fontes, tais revisionismos, tanto os de hoje quanto os de outrora, normalmente furtam-se do

---

<sup>774</sup> RODRÍGUEZ, Martha. Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia. Ensayistas, historiadores y gran público, 2001-2006. In.: DEVOTO, Fernando J. *Historiadores, ensayistas y gran público*. La historiografía argentina en los últimos veinte años (1990-2010). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010, p. 130 e p. 136.

<sup>775</sup> SARLO, Beatriz. Versiones del pasado. Historia académica v. historia de divulgación. *La Nación*, 22 de enero de 2006. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/cultura/historia-academica-v-historia-de-divulgacion-nid773981/>. Acesso em: 13/09/2020.

debate teórico ou metodológico e justificam a validade de suas obras por outros meios. As críticas costumam ser respondidas com contra-ataques calcados na popularidade da narrativa: o mencionado Felipe Pigna, por exemplo, defendia-se a partir do argumento de que a academia o desprezava por sua capacidade de difundir de maneira mais ampla os trabalhos sobre o passado nacional, algo que os seus pares universitários não conseguiam ou não desejavam fazer, demasiado presos em suas torres de marfim e afastados das pessoas comuns,

Quero adicionar um enorme agradecimento a todas as pessoas da minha amada Argentina que converteram este trabalho em um livro massivo, popular, essa linda palavra tão detestada pelos autodenominadas ‘acadêmicos’ ou ‘historiadores sérios’, apreciada por aqueles que acreditam que a história deve estar ao alcance de todos, ser acessível a todos os cidadãos.<sup>776</sup>

Seu critério de legitimação, portanto, não passa pelos cânones da história disciplinada (o método e a teoria bem aplicados ou a crítica documental severa), mas pelo sucesso de público e pela recepção massiva, ambas medidas pelas vendas e pelos números do mercado, ainda que a necessidade de entender a crise nacional fosse o ponto de partida para a iniciativa. Os outros revisionismos, como vimos nas *Ediciones de Crisis*, justificaram os seus trabalhos quase exclusivamente pelo imperativo político.

O revisionismo praticado fora das universidades, portanto, recorre ao passado, muitas vezes, para conferir respostas imediatas para problemas demasiado complexos que assolam a existência humana: por que a Argentina não consegue cumprir o seu destino de grandeza? Onde o país desviou do caminho que lhe fora traçado? Quem são os responsáveis históricos pelas mazelas do presente? Em momentos de crise, os revisionistas surgem com respostas fáceis para tais questionamentos, a culpa é atribuída aos estrangeiros, ao liberalismo ou ao comunismo, ao imperialismo ou a uma elite parasitária que enriquece às custas de seu próprio povo. As soluções oferecidas, quando são oferecidas, aparecem como algo igualmente simples, bastaria recuperar as memórias e valores de homens moralmente afinados com o bem-estar da nação e neles inspirar-se para construir uma política que garanta a soberania nacional.

Em parte, essa problematização limitada, ou seja, o questionamento de um consenso acompanhado por respostas fáceis, é o que garantiu e garante certo sucesso do

---

<sup>776</sup> PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina*. De los pueblos originarios y la conquista de América a la independencia. Buenos Aires: Planeta, 2011, p. 12-13.

revisonismo. Embora seja possível questionar a eficácia dos discursos revisionistas (afinal, o revisionismo de esquerda sessentista fracassou em criar uma consciência revolucionária) a simplicidade das suas propostas e a promessa de um *insight* sobre o ser nacional permitiram que a sua apropriação pela mídia seja particularmente importante. Os meios não controlados ou regulados pelas análises de especialistas oferecem espaço para instrumentalizações do passado que, como nas *Ediciones de Crisis*, dizem respeito a interesses políticos e mercadológicos mais imediatos.

Apesar desse aspecto relacionado à relação estabelecida com os meios massivos, a persistência do revisionismo se deu, em parte, pela sua capacidade de dialogar com os gostos populares e com novas demandas políticas. Atento ao interesse pelas biografias de grandes homens que não figuravam como heróis nos manuais escolares de um país que insiste em personificar a sua política, ele se debruçou sobre os polêmicos caudilhos que antagonizavam com o projeto liberal. A mobilização de maniqueísmos e interpretações conspirativas sobre o destino nacional contribuíram para cativar o público leitor com narrativas simples, bem escritas e que ofereciam explicações fáceis para os problemas argentinos. A isso se associou uma pluralização da demanda por símbolos e heróis pátrios que deveriam servir aos novos movimentos políticos que questionavam os *status quo*, aspecto logo percebido pelos revisionistas que modularam os seus discursos às novas demandas. O revisionismo argentino pretendia seguir algumas das convenções acadêmicas para a produção de suas histórias, mas nunca se furtou de romper com as suas regras e inibições, de indiscipliná-la: recusava toda pretensa neutralidade, envolvia-se publicamente com causas políticas, legitimava o seu discurso a partir de demandas do presente e negava-se a, ao seu ver, aborrecer parte dos leitores com infundáveis discussões teóricas, embora o fizesse quando pretendia justificar os seus argumentos a partir de critérios ditos científicos, e se dispunha a circular em meios não consagrados pela academia.

Essa prática pouco disciplinada da história permitiu, talvez, uma maior permeabilidade do revisionismo entre o seu público e reforçou a sua relativa eficácia em disputar as narrativas com as histórias acadêmicas. Não pretendemos glorificar um revisionismo que incorre muitas vezes em atitudes e representações autoritárias ou que julga a validade do conhecimento por meio de critérios relacionados aos seus mais íntimos interesses, mas é necessário reconhecer que parte de suas narrativas dialoga com as possibilidades de uma história menos restrita e mais conectada com as demandas do nosso

próprio mundo, uma história capaz, portanto, de conquistar um público que busca por respostas (e perguntas) legítimas para problemas reais. Fazê-lo com o rigor exigido pela pesquisa comprometida com critérios de verossimilhança talvez constitua um dos desafios contemporâneos da historiografia profissional.

O revisionismo presente nas *Ediciones de Crisis* teve como uma de suas bases a elaboração de narrativas históricas que servissem para as pessoas, de uma história útil para a resolução da crise política que o país viva. A partir de uma história militante o revisionismo conseguiu fornecer meios para que o seu público conferisse sentido ao passado e o mobilizasse na sua vida. Grosso modo, o projeto editorial tentou tornar a história mais interessante a leitores que, segundo a sua concepção, estavam dispostos a utilizá-la politicamente.

O relativo sucesso desses neorrevisionistas argentinos que seguem em vigência hoje deve ser analisado com cuidado, produto de novas formas de comunicação e marketing, mas também indicativo de novas demandas sociais, dos novos protocolos de leitura e da relação mutável e “dinâmica entre o conhecimento histórico e as diversas formas de debate público que precisam ser negociados cada vez mais”.<sup>777</sup> É possível analisar os revisionismos históricos argentinos como objetos de estudo para compreendê-los como produtos intelectuais ou narrativas do passado específica de alguns grupos em determinada época, em diálogo com as disputas políticas que recorriam à história para conferir legitimidade e com as operações de produção e difusão desse discurso, tal como fizemos ao longo desta tese. Ao mesmo tempo, é interessante observar o revisionismo e os discursos sobre o passado elaborados em meios massivos também como práticas que tensionam e questionam a escrita da história acadêmica, algo que apresenta um potencial para pensarmos as transformações da nossa própria disciplina e a forma como ela se relaciona com um público leigo.

Obviamente não cabe aqui idealizar certas obras de história altamente popularizadas e tomá-las como modelos para as atividades acadêmicas, mas essa história indisciplinada, supostamente mais atrativa a um público maior, talvez possa nos oferecer questionamentos úteis para elaborarmos possíveis estratégias para aumentarmos o impacto das nossas produções na esfera pública e para recuperarmos parte da relevância

---

<sup>777</sup> HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Historians and the present conjuncture*. In.: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni (orgs). *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. New York: Routledge, 2014, p. 4.

do nosso saber sobre o passado, teoricamente colocado em xeque pela pluralização de indivíduos que desejam dizer algo sobre esse mesmo passado.<sup>778</sup> Discussões como essas, focadas no caráter público do passado e no papel dos historiadores tem crescido nas últimas décadas sob a ampla denominação *História Pública*.

Apesar das complexidades envolvidas no ato de ir ao encontro dessa história pública, algo visto com certo receio por alguns historiadores como potencialmente perigoso por reforçar algumas representações claramente ofensivas e preconceituosas<sup>779</sup>, ele poderia permitir disputar espaços com interpretações demasiado simples e maniqueístas ou mesmo com os falsificadores deliberados da história. Sugerimos, portanto, não encarar o sucesso dos revisionismos e dos divulgadores da história com lamúrias ou, ainda pior, negações, mas sim tomá-lo como um desafio criativo para a disciplina e como forma de historicização e desnaturalização das nossas próprias práticas, métodos e certezas. Isso possibilitaria, talvez, a construção de histórias mais conectadas com as plurais, múltiplas e cambiantes demandas de nossa sociedade.

As *Ediciones de Crisis*, com objetivos diferentes, trouxeram essa iniciativa de desmontar certezas, embora propusessem a construção de outras. Os seus colaboradores, por vezes, reconheciam uma pluralidade do passado que servia para criticar uma narrativa que julgavam opressora, ao passo que em outros momentos elaboravam discursos igualmente impositivos, ancorados em uma larga cultura intelectual revisionista presente na Argentina. Desinteressado em uma história que considerava fria e alheias às necessidades dos homens, o projeto editorial propôs uma história problemática e por vezes contraditória, mas cujo objetivo era, no limite, contribuir para que esses homens transformassem o seu mundo.

---

<sup>778</sup> MALERBA, Jurandir Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História* [en línea]. 2017, 37(74), 135-154.

<sup>779</sup> GARDNER, James B. Trust, risk and Public History: a view from the United States. *Public History Review*, v. 17, 2010, p. 55-56.

## Bibliografía

### Fontes

Revista *ideas, letras, artes en la crisis*, números 01 (maio de 1973) – 40 (agosto de 1976).

*Cuadernos de Crisis*

GUEVARA, Ernesto. *El hombre nuevo*. Cuadernos de Crisis 01. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

NERUDA, Pablo. *Neruda*. Cuadernos de Crisis 02. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

*Discépolo*. Cuadernos de Crisis 03. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

*Uruguay, y ahora qué?* Cuadernos de Crisis 04. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

COOKE, John William. *Cooke*. Cuadernos de Crisis 05. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

ONETTI, Juan Carlos. *Onetti*. Cuadernos de Crisis 06. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

*Eva Perón*. Cuadernos de Crisis 07. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

RIVERA, Jorge B. *El general Juan Facundo Quiroga*. Cuadernos de Crisis 08. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

SELSER, Gregorio. *Los marines: intervenciones norteamericanas en América Latina*. Cuadernos de Crisis 09. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

*Peru*. El poder al pueblo. Cuadernos de Crisis 10. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974

MACHADO, Carlos. *La Patria Grande de Bolívar a Perón*. Cuadernos de Crisis 11. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

GALASSO, Norberto. *Felipe Varela – un caudillo latinoamericano*. Cuadernos de Crisis 12. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

DEL PRIORE, Oscar. *El tango de Villoldo a Piazzolla*. Cuadernos de Crisis 13. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

MACHADO, Carlos. *Artigas: el general de los independientes*. Cuadernos de Crisis 14. Ediciones Crisis: Buenos Aires, 1975.

NÚÑEZ, M. *Bustos*. El caudillo olvidado. Cuadernos de Crisis 15. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

CHÁVEZ, Fermín. *General Angel Vicente Peñaloza – El Chacho*. Cuadernos de Crisis 16. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

GOLDAR, Ernesto. *Jauretche*. Cuadernos de Crisis 17. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

GUTIÉRREZ, Guillermo. *La clase trabajadora nacional: su conformación histórica*. Cuadernos de Crisis 18. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia El Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis 19. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

DÍAZ, Carlos; SELSER, Gregorio. *El Pentágono y la política exterior norteamericana*. Cuadernos de Crisis 20. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

ALEN LASCANO, Luis. *Rosas*. Cuadernos de Crisis 21. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

GALASSO, Norberto. *Scalabrini Ortiz*. Cuadernos de Crisis 22. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

VILAS, Carlos María; SILVA, Oscar. *Las empresas multinacionales*. Cuadernos de Crisis 23. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

TRÍAS, Vivian. *El imperio británico en América Latina*. Cuadernos de Crisis 24. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

ALEN LASCANO, Luis. *Ibarra. Un caudillo norteño*. Cuadernos de Crisis 25. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

*Cancionero Federal*. Cuadernos de Crisis 26. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

*Fray Mocho – Crónicas de Buenos Aires*. Fundadores de la cultura porteña: Fray Mocho, Felix Lima, Nemesio Trejo. Cuadernos de Crisis 27. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

SOLER CAÑAS, Luis. *Antología del lunfardo*. Cuadernos de Crisis 28. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

CHÁVEZ, Fermín. *La Confederación*. Cuadernos de Crisis 29. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1976.

#### **Livros de Ediciones de Crisis.**

SABATO, Ernesto. *La cultura en la encrucijada nacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

TORRES, Juan José. *El general Torres habla a Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. *El saqueo de Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

URONDO, Francisco. *La patria fusilada*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1973.

SELSER, Gregorio. *Chile para recordar*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

DÍAZ, Pablo; PIACENTINI, Pablo; VÁZQUEZ, Jorge. O'SHAUGHNESSY, Hugh; MEDINA, Guillermo; CORDOVA-CLAURE, Ted; BARONCINI, Danilo. *Chile: una tragedia americana*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

*Testimonios*: Chile, septiembre 1973. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

PUIGGRÓS, Rodolfo. *La universidad del pueblo*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

MEJÍA DUQUE, Jaime. *Narrativa y neocoloniaje en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

RUFINELLI, Jorge. *Palabras en orden*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974

SILVA, Lincoln. *General General*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

ZAVALETA, Carlos Eduardo. *Los aprendices*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.

TIZÓN, Héctor. *Sota de bastos caballo de espadas*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

TRÍAS, Vivian. *La guerra del petróleo y la crisis económica internacional*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1975.

### **Archivos:**

Fondo Pablo Giussani- Julia Constenla (AR-BNMM-ARCH-PG-JC); Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos.

Fondo Aníbal Ford (AR-BNMM-ARCH-AF); Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos.

Fondo Rogelio García Lupo (AR-BNMM-ARCH-RGL); Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). Departamento de Archivos.

### **Bibliografía**

ACEDO ALONSO, Noemí. El género testimonio en Latinoamérica: aproximaciones críticas en busca de su definición, genealogía y taxonomía. *Latinoamérica*, México, n. 64, jun. 2017, p. 39-69.

ACHA, Omar. *Historia crítica de la historiografía argentina*. Las izquierdas en el siglo XX. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

ACHA, Omar. *Un revisionismo histórico de izquierda y otros ensayos de política intelectual*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2012.

ACHA, Omar. El peronismo y la forja del anticomunismo obrero. Cuarto Congreso de Estudios sobre el Peronismo (1943-2014). Universidad Nacional de Tucumán, 18-20 de septiembre de 2014. Disponible en: [https://www.academia.edu/28544970/El\\_peronismo\\_y\\_la\\_forja\\_del\\_anticomunismo\\_obrero](https://www.academia.edu/28544970/El_peronismo_y_la_forja_del_anticomunismo_obrero). Acceso em: 12/10/2017.

ACOSTA, Marina. La modernización del periodismo gráfico en Argentina durante las décadas del sesenta y setenta. Los casos de *Primera Plana*, *La Opinión* y *crisis*. *Diálogos de la Comunicación*, n. 90, mayo-septiembre, 2015. Disponible en: [http://www.dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/05/Dialogos90\\_LA-MODERNIZACION-DEL-PERIODISMO-GRaFICO.pdf](http://www.dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/05/Dialogos90_LA-MODERNIZACION-DEL-PERIODISMO-GRaFICO.pdf). Acceso em: 27/12/2018.

ÁGUILA, Gabriela. La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas regionales. In.: ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano (comps.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 97-121.

ÁGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo (coord.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina*. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. Disponible en: <https://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/view/63/77/646-1>. Acceso em: 08/08/2017.

ÁGUILA, Gabriela. Represión clandestina y discursos públicos: los informes oficiales sobre “la lucha antsubversiva” en los años iniciales de la dictadura argentina. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 64, n.2, p. 71-95, jul./dez. 2016.

ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. *La voluntad: una historia de la militancia revolucionaria en la Argentina*. Buenos Aires: Booket, 2009, t.3 e 4.

ALBUQUERQUE, Germán. La ideología del Tercer Mundo en Argentina (1961-1977). *Estudios Latinoamericanos*, n. 9, 2013, p. 9-31. Disponible en: [https://www.academia.edu/8168459/La\\_ideolog%C3%ADa\\_del\\_Tercer\\_Mundo\\_en\\_Argentina\\_1961-1977](https://www.academia.edu/8168459/La_ideolog%C3%ADa_del_Tercer_Mundo_en_Argentina_1961-1977). Acceso em: 13/03/2017.

- ALBUQUERQUE, Germán. El tercermundismo en el campo cultural argentino: una sensibilidad hegemónica (1961-1987). *Revista Tempo*, v. 19, n. 35, jul-dez 2013, p. 1-18. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/es\\_12.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/es_12.pdf). Acesso em: 13/03/2017.
- ALBURQUERQUE, Germán. Tercermundismo en el Cono Sur de América Latina: ideología y sensibilidad. Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, 1956-1990. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 140 - 173, set./dez. 2014.
- ALBURQUERQUE, Germán. Los intelectuales latinoamericanos y la construcción cultural del Tercer Mundo: concepto, imagen, ideología (1952-1991). *História Social. Revista da pós-graduação em história – Unicamp* (Brasil), N°18, 2010, p. 91-112.
- ALEN LASCANO, Luis. *Juan Felipe Ibarra y el federalismo del Norte*. Buenos Aires: Arturo Peña Lillo Editor, 1968.
- ALONSO, Maria Angeles. *Las Venas Abiertas de América Latina de Eduardo Galeano: paradojas de la recepción*. 2006. 104 f, dissertação (mestrado em Estudos Hispânicos) – Faculdade de Artes e Ciências, Universidade de Montreal, Montreal, 2006.
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n.1. Junho, 2007.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Montoneros*. In: *Punto de Vista*. N°55, agosto de 1996.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*, Buenos Aires, Temas, 2001.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. The antinomies of Antonio Gramsci. *New Left Review*, n. 100, nov/dec, 1976.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARAÚJO, Luis Carlos Eblak. *O Versus e a imprensa alternativa: em busca da identidade latino-americana (1975-1979)*. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ARAUJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n.1, 2006.
- ARAUJO, V. L.. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 12, 2013, p. 34-44.

- ARAUJO, V. L.. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, v. 31, n. 56, mai-ago, 2015, p. 364-400.
- ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y del nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.
- ARDAO, Arturo. El nombre 'América Latina' en Madrid desde 1858. *Cuadernos Americanos*, v. 6, n.36, nov-dez, 1992.
- ARICÓ, José. Los gramscianos argentinos. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 29, abril-julio, 1987, p. 1-10.
- ARICÓ, José. *La cola del diablo. Itinerario de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- ARRAIS, C. P. A.; BENTIVOGLIO, Julio (orgs). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Milfontes, 2017.
- AVILA, A. L.. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, v. 18, 2018, p. 35-49.
- AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs). *A História (in)Disciplinada. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 06/09/2020.
- AZCONA, José Manuel; RE; Matteo. Elementos identitarios de la violencia política internacional: análisis comparado de los Tupamaros y de las Brigadas Rojas (1963-1980). *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 39, n.1, jan./jun. 2013, p. 157-175.
- BARANGER, Denis. La recepción de Bourdieu en Argentina. *Desarrollo Económico*, v. 50, n. 197, abr-jun 2010, p.129-146.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.) *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994.
- BAUBOCK, R. Towards a political theory of migrant transnationalism. *International Migration Review*, 37(3), 2013, p. 700-723.
- BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003.

- BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático*. 40 anos de Meta-História. Serra: Milfontes, 2017.
- BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 07/09/2020.
- BERGEL, Martín. *El oriente desplazado: los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BLANCO, Alejandro, Ciencias sociales en el Cono sur y la génesis de una nueva élite intelectual (1940-1965). In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.), *Historia de los intelectuales en América latina*. Buenos Aires: Katz, vol. II, p. 606-629.
- BILMES, Julián. La revista Crisis (1973-1976): el modelo del intelectual revolucionario en los escritores de la izquierda nacional. IX Jornadas de Sociología de la UNLP, 5 al 7 de diciembre de 2016, Ensenada, Argentina. En Memoria Académica. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.8865/ev.8865.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.8865/ev.8865.pdf). Acesso em: 28/11/2018
- BIOY CASARES, Adolfo; BORGES, Jorge Luis. A festa do Monstro. In.: *Crônicas de Bustos Domecq; Novos contos de Bustos Domecq*. São Paulo: Globo, 2010.
- BOBES, Velia Cecilia. El transnacionalismo como enfoque. Una reflexión para construir un modelo analítico. In: BOBES, Velia Cecilia (coord.). *Debates sobre transnacionalismo*. México: FLACSO, México, 2012, edição Kindle.
- BOBES, Velia Cecilia. Diáspora, ciudadanía y contactos transnacionales. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 106-122.
- BOCCHINO, Adriana A. Crisis 2ª Época (1986-1987). Una revista con los tiempos cambiados. *CELEHIS – Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, Mar del Plata, a. 14/15, n. 17, 2005/2006, p. 77-96.
- BOHORQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. *Pap.polit*, vol.14, n.1, 2009, p. 273-301.
- BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

- BOZZA, Juan A. El peronismo revolucionario. Itinerario y vertientes de la radicalización, 1959-1969. *Sociohistórica*, 2001, n. 9-10, p. 135-169.
- BRAGONI, Beatriz (org.). *Microanálisis*. Ensayos de historiografía argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.
- BRAVO, Álvaro Fernández; GARRAMUÑO, Florencia. Introducción. *Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p.11-25.
- BUCCHIONI, Xenya. Caminhos cruzados: de **crisis** (1973-1976) a *Versus* (1975-1979) – a América Latina em questão. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.5, n.1, jan./2016 - jun./2016, p. 111-121.
- CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda uruguaya: tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARASSAI, Sebastián. *Los años setenta de la gente común*. La naturalización de la violencia. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- CARAVACA, Jimena; PLOTKIN, Mariano Ben. Crisis, ciencias sociales y elites estatales: la constitución del campo de economistas estatales en la Argentina, 1910-1935. *Desarrollo Económico*, v. 47, n. 187, 2007, p. 401-428.
- CARRASCO, David Soto. Salidas: apuntes sobre exilio y éxodo en la era global. *Astrolabio. Revista internacional de filosofía*, n. 9, 2009, p. 204-212.
- CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.
- CARUSO, Valeria; CAMPOS, Esteban; VIGO, Mariano; ACHA, Omar. Izquierda peronista: una categoría útil para el análisis histórico. *Historiografías*, n. 14, jul-dic. 2017, p; 68-90.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASULLO, Nicolás. *Sobre la marcha. Cultura y política em Argentina*. Buenos Aires: COLIHUE, 2004.
- CATTARUZZA, Alejandro. El revisionismo: itinerarios de cuatro décadas.
- CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia*, Bs.As., Alianza, 2003, p.143-182.

- CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia* (1955-2006). Buenos Aires: Ariel, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARLE, Christophe. Les temps des hommes doublés. *Revue d'histoire moderne et contemporaine/Société d'histoire moderne*, v. 39, n. 1, 1992, p.73-85.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011.
- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do escritor*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- CHÁVEZ, Fermín. *La vida del Chacho*. Buenos Aires: Theoría, 1962.
- CHÁVEZ, Fermín. *Civilización y barbárie: el liberalismo y el mayismo en la historia y en la cultura argentina*. Buenos Aires: Theoría, 1974.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidades imaginadas por quem? In BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular: la Argentina peronista, 1946-1955*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1983.
- CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, Cambridge, 14, 2005, p. 421-439.
- [COELHO NETO, R.](#); PRATES, Thiago H.O.. Revistas de intelectuais exilados como objeto de pesquisa: o caso de Araucaria de Chile e Encuentro de la Cultura Cubana. *FACES DA HISTÓRIA*, v. 1, p. 124-146, 2014.
- COELHO NETO, Rafael. *Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile* (1977-1989). 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
- COOKE, John William. *Apuntes para la militancia*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/cooke/apuntes.htm>. Acesso em: 15/10/2017.
- COOKE, John William. *El retorno de Perón: un análisis revolucionario*. Buenos Aires: Segunda Etapa, 1964.

- CORTÁZAR, Julio. América Latina: exilio y literatura. In: *Lectura crítica de la literatura americana: Actualidades fundacionales*. Ed. Saúl Sosnowski. Caracas: Ayacucho, 1997. p. 639-645.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM.
- CRESPO, Marcelo; GÓMEZ, Germán. **crisis**, una revista cultural en años de emergencia. In: LUNA, Félix; PERINA, Emilio L. (eds). *Todo es Historia*, n. 406, 2001, p. 6-16.
- CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del "meridiano intelectual" al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006.
- CROCE, Marcela (dir.). *Latinoamericanismo*. Historia intelectual de una geografía inestable. Buenos Aires: Simurg, 2010.
- CROCE, Marcela (dir.). *Latinoamericanismo*. Una utopía intelectual. Buenos Aires: Simurg, 2011.
- CROCE, Marcela (dir.). *Latinoamericanismo*. Canon, crítica y géneros discursivos. Buenos Aires: Corregidor, 2013
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- CYMERMAN, Claude. La literatura hispanoamericana y el exilio. *Revista Iberoamericana*, v. 59, n. 164-165, 1993.
- DARNTON, Robert. A questão dos livros: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, J-Y (orgs). *Edição e Revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Ateliê Editorial; Ed. UFMG, 2013.
- DEMASI, Carlos. La construcción de un 'héroe máximo': José Artigas en las conmemoraciones uruguayas de 1911. *Revista Iberoamericana*, v. LXXI, n. 213, oct-dic. 2005, 1029-1045.

- DEMASI, Carlos *et alii*. *La dictadura cívico-militar: Uruguay, 1973-1985*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo xx*. Tomo II: Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). Buenos Aires: Biblos, 2003.
- DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Las redes de la intelectualidad periférica entre 1920 y 1940: intento de una cartografía y de un planteamiento teórico. In: MAÍZ, Claudio. *Redes latinoamericanas. Sociabilidad de las relaciones intelectuales*. Madrid: Editorial Académica Española, 2012, p. 102-103. Disponible em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1852-96152011000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-96152011000100005&lng=es&nrm=iso). Acceso em: 21/08/2015.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora (org.). *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004.
- DEVOTO, Fernando (org.). *Historiadores, ensayistas y gran público*. La historiografía argentina en los últimos veinte años (1990-2010). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010.
- DE DIEGO, José Luis. El proyecto ideológico de Crisis. *Prismas*, n.5, 2001 p. 127-141.
- DE DIEGO, José Luis. *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- DE DIEGO, José Luis. *Quien de nosotros escribirá el Facundo? Intelectuales y escritores en Argentina (1970-1986)* La Plata: Ediciones Al Margen, 2007.
- DE DIEGO, José Luis. La edición de literatura en la Argentina de fines de los sesenta, *Cuadernos LIRICO*, n. 15, octubre, 2016,. Disponible em: <http://journals.openedition.org/lirico/3147>. Acceso em: 12/01/2019.
- DE SAGASTIZÁBAL. *La edición de libros en la Argentina: una empresa cultural*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1995.
- DE SANTIS, Daniel. *A vencer o morir. Historia del PRT-ERP*. Mérida: Nuestra América, 2004.
- DE RIZ, Liliana. *Retorno y derrumbe*. El último gobierno peronista. Buenos aires: Hyspamérica Ediciones, 1987.

- DE RIZ, Liliana. *Historia Argentina: la política en suspenso, 1966-1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- DIAZ BESSONE. *La guerra revolucionaria en Argentina*. Buenos Aires: Fraterna, 1987.
- DONOSO, José. *Historia personal del "boom"*. Santiago: Alfaguara, 1998.
- DOSSE, François. *La marcha de las ideas*. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: PUV, 2007.
- DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, dezembro 2002, p. 13-28.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ECHEVERRÍA, Olga. Volver a Rosas: los intelectuales autoritarios y la compleja herencia positivista en la rehabilitación histórica del rosismo. *Anuario IEHS*, Tandil, 1997, p. 443-467.
- ECHEVERRÍA, Olga. De la apelación antidemocrática al colonialismo como argumento impugnador de la oligarquía: los hermanos Irazusta en la génesis del Revisionismo histórico argentino. *Protohistoria*, año VIII, n. 8, Rosario, primavera, 2004, p. 173-191.
- ESPECHE, Ximena. Lo rioplatense en cuestión: el semanario Marcha y la integración (1955-1959). *Cuadernos del CILHA*, v. 12, n. 14, 2011, p. 153-172.
- ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: Intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Quilmes: Bernal – Universidad Nacional de Quilmes, 2016.
- FALCON, Francisco. História e representação. *Revista de história das ideias*, v. 21, 2000, Coimbra, p. 87-126.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual. *Almanack*, Guarulhos, n. 07, 2014, p. 5-26.
- FLASHKAMP, Carlos. Organizaciones político-militares em Argentina. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2002.
- FORNET, Ambrosio. El Quinquenio Gris: revisitando el término. Disponible em: <http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/246/flechas.pdf>. Acceso em: 30/01/2020.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p.129-142.
- FRANCO, Jean. Narrador, autor, superestrella: la narrativa latinoamericana en la época de la cultura de masas. *Revista Iberoamericana*, v. 68, n. 200-201, julio-dic. 2002.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”* (1973-1976). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FRANCO, Marina. Reflexiones sobre la historiografía argentina y la historia reciente de los 70. *Nuevo Topo*. N°1. 2005.

FREEDEN, Michael. Crisis? How is that a crisis? Reflections on a overburdened world. *Contributions to the History of Concepts*, v. 12, n.2, winter, 2017, p. 12-28.

[FREELAND, Anne. The Gramscian Turn: Readings from Brazil, Argentina and Bolivia.](#) *A Contracorriente*, v. 11, n. 2, 2014, p. 278-301.

FRIEDEMANN, Sergio. De las Cátedras Nacionales (1967-1971) a la Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires (1973-1974). Experiencias configuradoras de institucionalidad universitaria. *Sociohistórica*, La Plata, n. 39, 2017. Disponible em: <https://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SHe026/8498>. Acesso em: 08/02/2019.

FRIEDEMANN, Sergio. Compañeros decanos. La reforma universitaria de la izquierda peronista a través de las designaciones de autoridades en la Universidad de Buenos Aires (1973-1974). *PolHis*, n. 21, ene-jun. 2018, p. 162-200.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política n los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

FUNES, Patricia. *Historia mínima de las ideas políticas en América Latina*. Madrid: Turner Libros, 2014.

FUENTES, Carlos. *La nueva novela hispanoamericana*. México: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1969.

GAGO, Marília. Consciência História e narrativa no ensino de História: Lições da História? Ideias de professores e alunos em Portugal. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, junho, 2016, p.

GALEANO, Eduardo. *Los fantasmas del día del león y otros relatos*. Montevideo: Arca, 1967.

GALEANO, Eduardo. *Guatemala, país ocupado*. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo, 1967.

GALEANO, Eduardo. *Crónicas Latinoamericanas*. Montevideo: Girón, 1972.

GALEANO, Eduardo. *Contra-senha*. São Paulo: Ícone, 1988.

GALEANO, Eduardo. *O descobrimento da América que ainda não houve*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

- GALEANO, Eduardo. *Entrevistas y artículos* (1962-1987). Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988.
- GALEANO, Eduardo. *Ser como ellos y otros artículos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1992.
- GALEANO, Eduardo. *A canção de nossa gente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GALEANO, Eduardo. *Nosotros decimos no*. Crónicas (1963-1988). Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- GALEANO, Eduardo. *Memória do fogo* Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GALEANO, Eduardo. *Vagamundo* Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GALLERANO, Nicola. History and the public use of History. *Diogenes*, n. 168, v. 42-4, 1994, 85-102.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Las políticas culturales en América Latina. *Chasqui*, Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 7, p. 18-26, jul-sept. 1983.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La última y mala noticia sobre Haroldo Conti. *El País*, Madrid, 21 de abril de 1981. Disponible em: [https://elpais.com/diario/1981/04/21/opinion/356652010\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1981/04/21/opinion/356652010_850215.html). Acceso em: 07/01/2019.
- GARCÍA ORSI, A. (2012) Articulaciones literatura/política en el campo intelectual de los 70. Abordajes de la cultura popular en la revista Crisis (1973-1976). *VIII Congreso Internacional de Teoría y Crítica Literaria Orbis Tertius, 7 al 9 de mayo de 2012, La Plata en Memória Académica*. Disponible em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.2122/ev.2122.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2122/ev.2122.pdf). Acceso em: 25/11/16.
- GARDNER, James B. Trust, risk and Public History: a view from the United States. *Public History Review*, v. 17, 2010, p. 52-61.
- GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz. Imágenes de los trabajadores en el primer peronismo, 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- GERMANI, Gino. La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo. In.: GHILINI, Anabela; GIL GARCÍA, Magdalena. La experiencia de las Cátedras Nacionales de la Carrera de Sociología en la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA

entre 1967/1972. *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata. Disponível em: <https://www.academica.org/000-096/20>. Acesso em: 08/02/2019.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: historia crítica sobre los Montoneros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012

GILMAN, Claudia. “Política y cultura en los 60. El semanario Marcha”. Informe final Beca de Iniciación CONICET, 1990. Disponível em: [https://www.academia.edu/1139301/El\\_semanario\\_Marcha\\_a\\_partir\\_de\\_los\\_a%C3%B1os\\_sesenta\\_informe\\_Conicet\\_a%C3%B1o\\_1990](https://www.academia.edu/1139301/El_semanario_Marcha_a_partir_de_los_a%C3%B1os_sesenta_informe_Conicet_a%C3%B1o_1990). Acesso em: 20/02/2017.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

GIULIANI, Graciela Alejandra. Colección La Siringa, en la Argentina de los años 60: La dimensión política de la edición de libros. II Jornadas de Investigación en Edición, Cultura y Comunicación 2014. Disponível em: [http://jornadasedicion.org/wp-content/uploads/2015/12/Giuliani\\_Ponencia-2014.pdf](http://jornadasedicion.org/wp-content/uploads/2015/12/Giuliani_Ponencia-2014.pdf). Acesso em: 17/07/2017.

GOEBEL, Michael. La prensa peronista como medio de difusión del revisionismo histórico, 1955-1958. *Protohistoria*, n. 8, 2004, p. 251-266.

GOEBEL, Michael. *La Argentina partida*. Nacionalismos y políticas de la historia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edición de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edición de Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

- GRIMSON, Alejandro. Argentina y sus crisis. *Nueva Sociedad*, n. 273, febrero, 2018. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/argentina-y-sus-crisis/>. Acesso em: 27/05/2020.
- GRINCHPUN, Boris Matías. La ‘Auténtica Democracia’. Una trama del nacionalismo argentino en los años 30 y 40. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, v. 41, n. 2, ju/dic. 2014.
- GRILLO, María del Carmen. *El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 1- 22.
- GRÜNER, Eduardo (coord.). *Nuestra América y el pensar crítico: fragmentos de pensamiento crítico de Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Airers: CLACSO, 2011.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GUEVARA, Ernesto Che. O socialismo e o homem em Cuba. Disponible em: [https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem\\_cuba.htm](https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm).
- GUGELBERGER, Georg M. *The real thing: testimonial discourse in Latin America*. Durham: Duke University Press, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos. *Desarrollo Económico*, v. 14, n. 56, p. 765-781, 1975.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *El espejo de la historia*. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo Por Asalto, 1996.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, vol.3, n.1, 1997, p. 7-39.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *Qué es el ser nacional? La consciencia histórica hispanoamericana*. Buenos Aires: Hachea, 1963.
- HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *Imperialismo y cultura*. Buenos Aires: Continente Pax, 2005.
- HOROWICZ, Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

- IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras. História*, n° 5, Porto: Universidad del País Vasco, p. 115-140.
- INVERNIZZI, Hernán; GOCIOL, Judith. *Un golpe a los libros*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002.
- JAMES, Daniel. *Resistencia y integración*. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1943-1976. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- JAMESON, Frederic. *Periodizar los 60*. Córdoba: Alción, 1997.
- JAURETCHE, Arturo. *Política nacional y revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor, 2006.
- JAURETCHE, Arturo. *El medio pelo en la sociedad argentina (apuntes para una sociología nacional)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1966.
- JAURETCHE, Arturo. *Los profetas del odio y la Yapa*. La colonización pedagógica. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1967.
- JITRIK, Noé (org.). *Historia crítica de la literatura argentina*. Buenos Aires: Emecé, 2003.
- JOHNSON, G. Wesley. The Origins of "The Public Historian" and the National Council on Public History. *The Public Historian*, v. 21, n. 3, 1999, p. 167-179.
- KNUDSON, Jerry W. "Veil of Silence: The Argentine Press and the Dirty War, 1976-1983". *Latin American Perspectives*, vol.24, n.6, 1997, pp.93-112.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOVACIC, Fabián. *Galeano: apuntes para una biografía*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2015.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aire: Fondo de Cultura Económica, 2011.

- LARRAQUY, Marcelo. El enemigo infiltrado. In.: \_\_\_\_\_. *Argentina. Un siglo de violencia política*. De Roca a Menem, la historia del país. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2017, p. 491-508.
- LEITE, Isabel Cristina. *Ningún justificativo nos vuelve inocentes: o debate sobre a luta armada na Argentina (1970-2010)*. 2015. 188f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LEWIS, Paul. *Guerrillas and Generals. The “Dirty War” in Argentina*. Westport: Praeger, 2002.
- Libro Negro de la Segunda Tiranía*. Buenos Aires: sin editora, 1958.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017
- LÓPEZ BELLOSO, Roberto. *Eduardo Galeano, un ilegal en el paraíso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016, Edição Kindle.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LORENZ, Chris. It takes three to tango. History between the “practical” and the ‘historical’ past. *Storia della Storiografia/ Geschichte der Geschichtsschreibung*, 65, 1/2014. 29-46, Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/chris\\_lorenz/tango.pdf](http://www.culturahistorica.es/chris_lorenz/tango.pdf).
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancholia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MADERO, Marta (org.) *Vida privada en Argentina: De los años treinta a la actualidad*. Tomo 3. Buenos Aires: Taurus, 1999.
- MAÍZ, Claudio. Fronteras transnacionales. La modernización literaria en dos momentos (1900-1920 y 1960). In: *Cuadernos del CILHA*, v. 7, n.7-8, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2005, p. 287-306.
- MAÍZ, Claudio. Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, jul. 2013.
- MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa. A ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MALERBA, Jurandir Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História* [en línea]. 2017, 37(74), p. 135-154.
- MALLIMACI, Fortunato; GIORGI Guido. Nacionalismos y Catolicismos en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. VII Jornadas de Sociología.

- Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007. Disponible em: <http://cdsa.aacademica.org/000-106/322.pdf>. Acesso em: 09/04/2020.
- MANZANO, Valeria. Argentina Tercer Mundo: Nueva Izquierda, emociones y política revolucionaria en las décadas de 1960 y 1970". *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales*, v. 54, n. 212, mayo-agosto 2014, p. 79-104.
- MANZANO, Valeria. *La era de la juventud en Argentina*. Cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- MANZONI, Celina. Diáspora nomadismo y exilio en la literatura latinoamericana contemporánea. Disponible em: <http://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/4102?show=full>. Acesso: 05/04/2013/
- MARCHESI, Aldo. *Hacer la revolución*. Guerrillas latinoamericanas, de los años sesenta a la caída del Muro. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.
- MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. Las revistas culturales como agente transnacional del campo cultural cubano del siglo XXI. *Revista Iberoamericana*, v. 13, n. 49, 2013, p. 7-24.
- MARTÍNEZ MAZZOLA, Ricardo. Nacionalismo, peronismo, comunismo. Los usos del totalitarismo en el discurso del Partido Socialista Argentino (1946-1953). *Prismas*, Revista de historia intelectual, n. 15, p. 105-125, 2011.
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1), 2003.
- MARTUCCELLI, Danilo; SVAMPA, Maristella. *La plaza vacía*. Las transformaciones del peronismo. Buenos Aires: Ed. Losada, 1997.
- MASSOT, Vicente. *El cielo por assalto*. ERP, Montoneros y las razones de la lucha armada. El Ateneo: Buenos Aires, 2013.
- MATORY, J. Lorand. Jeje. Repensando nações e transnacionalismo. *Mana*, v. 5, n.1, 1999, p. 57-80.
- MELON PIRRO, Julio César. *El peronismo después del peronismo*: resistencia, sindicalismo y política luego después del 55. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- MENDES, Breno. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 19, dezembro, 2015, p.88-106.

- MENDOZA, Juan José. Periodizar los 70. *Cuadernos LIRICO* [En línea], 15 | 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lirico/2907> ; Acesso em: 29 de novembro. 2018.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. (2011). Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*. Revista de História da UFES, vol. 26, 2011, p.152-176.
- MIGNOLO, Walter D. *The idea of Latin America*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.
- MISKULIN, Silvia César. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MONTALI, Gabriel. Los que dijeron no. El debate sobre la posibilidad de una literatura revolucionaria en la revista Crisis (1973/1976). XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-061/219.pdf>. Acesso em: 18/12/2018.
- MORAÑA, Mabel. *Bourdieu en la periferia*. Capital simbólico y campo cultural en América Latina. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Propio, 2014.
- MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. Tese de doutorado. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.
- MORERO, Sergio. *La noche de los bastones largos*. Buenos Aires: EUDEUBA, 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, R. *Comunistas: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- MURUCI, Fabio; RANGEL, M. M.. Algumas palavras sobre giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 21, 2015, p.7-14.
- NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Ivette. *El fin del Uruguay liberal*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Temáticas*, Campinas, v. 19, n. 37-38, jan/dez 2011, p. 25-56.
- NASSIF, Silvia. *Tucumanzos: una huella histórica de luchas populares (1969-1972)*. [NICOLAZZI, F](#); BAUER, C. S. .O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, v. 32, p. 807-835, 2016.

NICOLAZZI, F. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

NICOLAZZI, Fernando. O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/04/2019-o-brasil-paralelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi>. Acesso em: 06/09/2020.

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. Disponível em: . Acesso em: 06/09/2020.

NASSIF, Silvia. *Tucumanazos: una huella histórica de luchas populares (1969-1972)*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, 2013.

NAVARRO NAVARRO, Javier. Sociabilidad e historiografía: trayectorias, perspectivas y retos. *Saitabi*, 2006, n. 56, p. 99-120.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: EDUSP, 1997.

NEIBURG, Fererico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

NEIRA, Yerko Castro. Teoría transnacional: revisitando la comunidad de los antropólogos. *Política y Cultura*, n. 23, primavera 2005, p. 181-194.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina, 1976-1983*. São Paulo: Edusp, 2007.

O'DONNELL, Guillermo A. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, Ângela M. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015.

OLIVEIRA, M. da Glória de. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90 (Online)* (Porto Alegre), v. 22, p. 273-294, 2015

OREGGIONI, Alberto; PENCO, Wilfredo. *Diccionario de literature uruguayana*. Montevideo: Arca, 1987.

OTERO, Rocío. *Montoneros y Perón ¿un diálogo de sordos? Apostillas sobre el socialismo nacional (1967/1972)*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], dez. 2018.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/73994#bodyftn38>. Acesso em: 15/02/2019.

PACHECO, Julieta. *Genealogía de la izquierda peronista. Los planteos pragmáticos de John William Cooke*. Disponível em: <http://razonyrevolucion.org/genealogia-de-la-izquierda-peronista-los-planteos-programaticos-de-john-william-cooke-julieta-pacheco/>. Acesso em: 20/02/2018.

PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Marta. *Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado*. La elaboración social de la experiencia histórica. Buenos Aires: Mino & Dávila, 2014.

PALACIO, Ernesto. Organicemos la contrarrevolución. *La Nueva República*, Buenos Aires, n. 1, 1 de diciembre, 1927.

PALACIO, Ernesto. La Historia Falsificada. *Revista del Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*, Buenos Aires, año 1, n. 1, enero, 1939.

PALAVERSICH, Diana. *Silencio, voz y escritura en Eduardo Galeano*. Montevideo: Luis A. Retta Libros, 1995.

PATIÑO, Roxana. América Latina. Literatura e crítica em revista (s). In: SOUZA, Eneida M. de & MARQUES, Reinaldo (orgs.), *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 456-470.

PAUL, Herman. Tudo está estremeado: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise? *Faces da História*, Assis-SP, v.1, n.2, p.73-80, jul-dez, 2014.

PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vergara, 2001.

PEREIRA, Douglas de Freitas. *José Bergamín, Cayetano Córdoba Iturburu e o engajamento intelectual antifascista na Espanha e na Argentina durante a década de 1930*. Dissertação (mestrado). Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019

PERÓN, Juan. *Doctrina Peronista*. Filosófica, política, social. Buenos Aires: Ed. Fideius, 1947.

PERÓN, Juan Domingo. *Los vendepatria: las pruebas de una traición*. Buenos Aires: Liberación, 1958.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em: 09/03/2017.

- PETRA, Adriana. *Intelectuales y cultura comunista*. Itinerarios, problemas y debates en la Argentina de posguerra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- PHELAN, John Leddy. Panlatinismo, la Intervención Francesa en México y el origen de la idea de Latinoamérica. *Anuario Latinoamérica*, n. 2, México, Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 1969.
- PHELAN, John Leddy. El origen de la idea de Latinoamérica. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*, t. 3. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina*. De los pueblos originarios y la conquista de América a la independencia. Buenos Aires: Planeta, 2011.
- PIHLAINEN, Kalle. On historical consciousness and popular pasts. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, Agosto, 2014, p. 10-26.
- PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como fuente de estudio de redes intelectuales. In: MONTIEL, Celia del Palacio; Martínez MENDOZA, Sarelly (coord.) *Voces en papel: la prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008, p. 77-85.
- PITA GONZÁLEZ, Alexandra; María del Carmen Grillo. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, 2015.
- PITA GONZÁLEZ, Alexandra (comp.). *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. Miguel Ángel Porrúa: Cidade do México, 2016.
- PLANAS, Javier. Historia de las bibliotecas populares en la Argentina entre 1870 y 1955. Antecedentes bibliográficos. *Historia y espacio*, v. 14, n. 51, 2018, p. 19-41.
- PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- PONZA, Pablo. Revista Crisis: primera época (1973-1976). Revisionismo histórico y cultural. *Improntas de la historia y la comunicación*, n. 3, junio-noviembre 2016
- PONZA, Pablo; Montali, G. Intelectuales, sociedad, literatura y revolución en la revista Crisis (1973-1976). Villa María: Universidad Nacional de Villa María. Disponible em: [http://www.peronlibros.com.ar/sites/default/files/pdfs/ponza-crisis\\_villa\\_maria.pdf](http://www.peronlibros.com.ar/sites/default/files/pdfs/ponza-crisis_villa_maria.pdf). Acceso em: 28/11/2018.
- PONZA, Pablo. Ideas, letras, artes en la crisis 1973-1987: intelectuales, política y cultura antes y después de la última dictadura militar argentina. *A Contracorriente*. Revista de Estudios Latinoamericanos, North Carolina, n. 3, 2018.

- PONZA, Pablo. Redes Intelectuales: influencias y novedades en la revista **crisis**, Argentina: 1973-1987. *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 31, mai-ago 2018, p. 115-134. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/89382/CONICET\\_Digital\\_Nro.1b4a1d6d-4f47-44fb-8f75-a7704037f540\\_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/89382/CONICET_Digital_Nro.1b4a1d6d-4f47-44fb-8f75-a7704037f540_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 10/12/2019.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Economía y Política En La Crisis Argentina: 1958-1973. In: *Revista Mexicana De Sociología*, vol. 39, no. 2, 1977, p. 531-565. Disponível em: <http://historiasal sociales.uba.ar/files/2015/06/43223-PORTANTIERO-Economia-y-politica-en-la-crisis-argentina-1958-1973-BN.pdf>. Acesso em 27/01/2017.
- POZZI, Pablo. Por las sendas Argentinas. El PRT- ERP. Buenos Aires, EUDEBA, 2001
- PRATES, Thiago H. O. O fardo do passado: cultura política comunista e história na obra de Eduardo Galeano. In: SILVEIRA, Diego. *Questões de América Latina contemporânea*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015.
- PRATES, Thiago H. O. *O mundo não acaba no Malecón: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas Encuentro de la Cultura Cubana e Revista Hispano-Cubana (1996-2002)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *El proletariado y el problema nacional* Buenos Aires: Sudestada, 1968.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria*. Historia y política en Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- QUIJADA, Mónica. Sobre el origen y difusión del nombre América Latina. *Revista de Indias*, v. 58, n. 214, 1998.
- QUINTEROS, Marcela Cristina. O imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguayo. In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016, São Paulo. *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: Prolam, 2016. v. 1. p. 1-10.
- RAIMUNDO, Marcelo. La política armada del peronismo, 1955-1966. *Cuadernos del CISH*, n. 4, a. 3, p. 201-231, 1998. Disponível em: <https://es.slideshare.net/guest149fd6b/la-politica-armada-en-el-peronismo-19551966-marcelo-raimundo>. Acesso em: 14/10/2017.
- RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, n. 35, 1978, p. 95-105.

- RAMA, Ángel. La Modernización Literaria Latinoamericana (1870-1910). *Hispanomérica*, v. 12, n. 36, 1983, p. 3–19.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *América latina, un país: su historia, su economía, su revolución*. Buenos Aires: Octubre, 1949.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Revolución y contrarrevolución en Argentina*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1965.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina*. Literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 13, n. 25, jul. - dez. 2019, p. 27-46.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo: una teoría de sus supuestos*. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1996.
- RECALDE, Aritz. El exilio y el encuentro con la Revolución Cubana; Camino a la revolución: teoría y organización del Peronismo para la toma del poder. *El pensamiento de John William Cooke en las Cartas a Perón (1956-1966)*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2009, p. 120-133.
- REIS, M. F. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla (Uruguai e Chile, 1932-1974)*. 2012. 429 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ : Editora FGV, 1996.
- Revista Claridad*, Buenos Aires, n. 1, julio, 1926
- REY TRISTÁN, Eduardo; GRACIA SANTOS, Guillermo. The role of the left-wing editors on the diffusion of the New Left wave: the case of Giangiacomo Feltrinelli. In.: MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto; REY TRISTÁN, Eduardo (orgs.). *Revolutionary*

*violence and the New Left: transnational perspectives*. New York: Routledge, 2017, p. 89-109.

RIBADERO, Martín. *Tiempo de profetas: Ideas, debates y labor cultural de la izquierda nacional de Jorge Abelardo Ramos (1945-1962)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, v.1.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. O tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, v.3.

RICOEUR, Paul. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. *História da Historiografia*, n. 10, p. 329-350, 2012.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RILLA, José. Revisionismos e izquierdas en Uruguay y Argentina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, Montevideo, 2010.

RIVERA, Jorge. Apogeo y crisis de la industria del libro: 1955-1970. In: Zanetti, Susana (dir.) Capítulo: *Historia de la literatura argentina*, n. 99. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 625-648, 1981.

ROMERO, Luis Alberto. La historiografía argentina en la democracia: los problemas de la construcción de un campo profesional. *Entrepassados. Revista de Historia*. Buenos Aires, n. 10, año 5, 1996, p. 91-106.

ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). In.: *Hispanamérica*, Año 33, n. 99, diciembre, 2004.

ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

RODRÍGUEZ AGÜERO, Eva. Intelectuales y compromiso político en la Revista Crisis (1973-1976). *Question*, v. 1; n. 10; mayo, 2006, 1-5.

RODRÍGUEZ AGUËRO, Eva. *Feminismos del sur: mujeres, política y cultura en la Argentina de los '70*. Málaga: Atenea – Universidad de Málaga, 2013.

- RODRÍGUEZ AGÜERO, Laura. *Ciclo de protestas, experiencias organizativas y represión paraestatal: Mendoza, 1972-1976*. 2013. 343f. Tese (Doutorado em História). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Plata, La Plata, 2013.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura y exilio. Vuelta*, México, v. 6, nº 63, febrero 1982, p. 45-47.
- ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006.
- ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-19710). *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007.
- ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: a origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- RUFFINELLI, Jorge. Después de la ruptura: la ficción. In.: PIZARRO, Ana. *América Latina – palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995. v. 3.
- RUFFINELLI, Jorge. Eduardo Galeano: el hombre que rechazaba las certezas y las definiciones. *Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 281 octubre-diciembre, 2015, p. 128-133. Disponível em: <http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/281/notas.pdf>. Acesso em: 26/02/2020.
- RÜSEN, J. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Trad. Silvia Finocchio. *Propuesta Educativa*, Argentina, n 7. out. 1992.
- RÜSEN, Jörn. Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 05/01/2018,
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, março 2009, Ouro Preto, 163-209.
- SABATO, Ernesto. *El otro rostro del peronismo*. Carta abierta a Mario Amadeo. Buenos Aires: Imp. López, 1956. Fragmento disponível em:

<https://www.educ.ar/recursos/128816/carta-abierta-de-ernesto-sabato-a-mario-amadeo>.

Acesso em: 14/10/2017.

SABORIDO, Jorge & BORRELLI, Marcelo (org.) *Voces y silêncios. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

SAGASTIZÁBAL, Leandro de; GIULIANI, Alejandra. *Un editor argentino*: Arturo Peña Lillo. Buenos Aires: Eudeba, 2014. (Kindle Edition).

SAID, Eduard. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALIBA, Elias. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SALADINO GARCIA, Alberto. El latinoamericanismo como pensamiento descolonizador. *Universum*, v. 25, n. 2, 2010, p. 179-186.

SANTISTEBAN, Rocío Silva. *El factor asco: basurización simbólica y discursos autoritarios en el Perú contemporáneo*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2008.

SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas. La guerrilla marxista en Argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2004.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992

SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Ariel, 2001.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 44-58.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Editora Ática, 2006.

SAYER, Faye. *Public History: a practical guide*. New York: Bloomsbury Academic, 2015.

SCHIMIDT, Benito. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos etall. (org.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

- SCOTT, Joan Wallach. *Gender and politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999.
- SERVETTO, Alicia. *73/76: el gobierno peronista contra las 'provincias montoneras'*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos*. Estado y poder económico. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.
- SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Punto Sur, 1991.
- SIGAL, Silvia. Intelectuales y peronismo. In.: TORRE, Juan Carlos. *Nueva Historia Argentina*. Los años peronistas (1943-1955). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 481-522.
- SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. *Perón o muerte*. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: EUDEBA, 2004.
- SILVA, J. Francisco V. *El libertador Bolívar y el Dean Funes en la política argentina* (Revisión de la historia argentina). Madrid: Editorial America, 1916.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA, Jeremias Machado. Efraím Cardozo e o novo revisionismo sobre a Guerra da Tríplice Aliança. *Estudios Historicos (Rivera)*, ESTUDIOS HISTÓRICOS (RIVERA), v. 23, 2020, p. 1-15.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras*. Cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.
- SOARES, G. P. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 386-398, jul.-dez. 2007.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999.

SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SONDERÉGUER, María. *Revista crisis (1973-1976) – antología: del intelectual comprometido al intelectual revolucionario*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

SONDERÉGUER, María. Crisis (1973-1976): un proyecto cultural. In: *Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, 1992, p. 429-436. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/ameri\\_0982-9237\\_1992\\_num\\_9\\_1\\_1091](http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1091). Acesso em: 21/12/2016.

SORÁ, Gustavo. *Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

SOSNOWSKI, Saúl. La ‘nueva’ novela hispanoamericana: ruptura y ‘nueva’ tradición. In.: PIZARRO, Ana. *América Latina – palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995. v. 3.

SOSNOWSKI, Saúl. Pensar país/imaginar región. *Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 333-338.

SPINELLI, María Estela. La ‘revolución libertadora’. Una ilusión antiperonista. *Prohistoria*, Santa Fe, n. 9, p. 185-189, 2005.

STARCENBAUM, Marcelo. De autonomías y superposiciones. En torno a los usos de Bourdieu en la historiografía sobre intelectuales y política en la Argentina de los sesenta-setenta. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, jan-jun 2013, p. 223-240.

STARCENBAUM, Marcelo. Althusser y Gramsci en la Argentina: los Cuadernos de Pasado y Presente. *Décalages*, v. 2, n.1, 2016.

STARCENBAUM, Marcelo. *Itinerarios de Althusser en Argentina: marxismo, comunismo, psicoanálisis (1965-1976)*. 2016. 449f. Tese (Doutorado em História). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

STORTINI, Julio. Historia y política: producción y propaganda revisionista durante el primer peronismo. *Prohistoria*, 8, 2004.

SVERDLOFF, Mariano. Antimodernos periféricos: traducción, importación y tradición clásica en *La Nueva República. Estudios de Teoría Literaria*. Revista digital: artes, letras y humanidades, v. 8, n. 17, noviembre, 2019, p. 47-63.

TARCUS, Horacio (coord.). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

TARCUS, Horacio. El Mayo argentino. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año IX, n. 24, octubre 2008, p. 161-180.

TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993.

TOLENTINO, Thiago Lenine T. “*Monumentos de Tinta e Papel*”: cultura e política na produção biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940). 2009. 233f. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

TOLENTINO, Thiago Lenine T. *Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. 2016. 669f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TORRES TORRES, Alejandra. Benito Milla y el proyecto editorial montevideano de los sesenta. Primero Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 31 de octubre, 1 y 2 de noviembre de 2012, La Plata, Argentina. Em *Memória Acadêmica*. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.1957/ev.1957.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1957/ev.1957.pdf). Acesso em: 19/02/2017.

TORTTI, María Cristina. Izquierda y 'nueva izquierda' en la Argentina. El caso del Partido Comunista [en línea]. *Sociohistórica*, 6, 1999, Disponível em: [http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.2814/pr.2814.pdf](http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2814/pr.2814.pdf). Acesso em: 13/03/2017.

TORTTI, María Cristina. La nueva izquierda a principios de los '60: socialistas y comunistas en la revista *Ché, Estudios Sociales*. *Revista Universitaria Semestral*, Año XII, Nº 22-23, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 2002, p. 145-162.

TORTTI, María Cristina. *Che*. Una revista de la nueva izquierda (1960-1961). Buenos Aires: CeDInCi, 2013.

- ULANOVSKY, Carlos. *Paren las rotativas. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2005.
- TURIN, Rodrigo. “História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero”. In: *Revista da História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 13, 2013, p. 78-95.
- VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, March 1999.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.
- VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- VOIGT, André Fabiano. Há um giro ético-político na história? *Revista Expedições: Teoria e Historiografia*, Morrinhos, v. 6, n. 1, janeiro-julho, 2015, p. 109-120.
- VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.
- VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.
- WALDINGER, Roger; Fitzgerald, David. Transnationalism in Question. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 5, (March 2004), p. 1177-1195.
- WALSH, Rodolfo. *Operação Massacre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. In.: *Tempos Históricos*, v. 19, 2015.
- WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- WEINBERG, Liliana. La identidad como traducción. Itinerario del Calibán en el ensayo latinoamericano. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe (EIAL)* (Universidad de Tel Aviv, Israel), v.5, n.1 (ene-jun), 1994, p.21-35.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- WHITE, Hayden. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014.

WICKBERG, Daniel. What is the History of Sensibilities? On cultural histories, old and new. In.: *The American Historical Review*, 112(3),661-684,June, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e crítica*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, p. 489-534.

ZANGARA, J. P. (2003) Construcción de lo popular en crisis [En línea]. *Vº Congreso Internacional Orbis Tertius de Teoría y Crítica Literaria, 13 al 16 de agosto de 2003, La Plata. Polémicas literarias, críticas y culturales*. Disponible em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.16/ev.16.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.16/ev.16.pdf). Acceso em: 01/12/2016.

### **Páginas na internet e artigos de jornais digitalizados.**

ARMAS FONSECA, Paquita. *La Malfada de Eduardo Galeano*. Disponible em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2012/01/22/la-mafalda-de-eduardo-galeano/#.WKs0epgrK00>. Acceso em: 20/02/2017;

GONZÁLEZ, Marianela. Un país que habita mis memorias. *La Jiribilla*, n. 557, año X, 7 al 13 de enero de 2012, La Habana, Cuba. Disponible em: [http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557\\_01/557\\_33.html](http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557_01/557_33.html). Acceso em: 20/02/2017.

BEMBIRRE, Cecilia. El legado de Vogelius. *Página 12*, Buenos Aires, 09 de julho de 1998. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/1998/98-07/98-07-09/pag35.htm>. Acceso em 27/01/2017.

CONSEJO SUPERIOR PERONISTA. Texto del ‘Documento Reservado’. *La Opinión*, Buenos Aires, 2 octubre de 1973. O documento transcrito está disponible em: [http://www.lagazeta.com.ar/orden\\_reservada.htm#12](http://www.lagazeta.com.ar/orden_reservada.htm#12). Acceso em: 16/06/2018.

Entrevista de Carlos Ulanovsky com os membros de **crisis**. Disponible em: <http://encuentro.gob.ar/programas/serie/8515/5959>. Acceso em: 18/01/2019.

GONZÁLEZ, Marianela. Un país que habita mis memorias. *La Jiribilla*, n. 557, año X, 7 al 13 de enero de 2012, La Habana, Cuba. Disponible em: [http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557\\_01/557\\_33.html](http://epoca2.lajiribilla.cu/2012/n557_01/557_33.html). Acceso em: 20/02/2017

Los trabajos de Eduardo Galeano.La inolvidable revista **crisis**.. Disponible em: <http://www.nodalcultura.am/2015/04/los-trabajos-de-galeano-la-inolvidable-revista-crisis/>. Acceso em: 18/12/2018.

*Más libros para más*: colecciones del Centro Editor de América Latina. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. Disponible em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/libros/bibliografias-y-bibliotecologia/ma-s-libros-para-ma-s>. Acceso em: 07/01/2019.

SARLO, Beatriz. Versiones del pasado. Historia académica v. historia de divulgación. *La Nación*, 22 de enero de 2006. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/cultura/historia-academica-v-historia-de-divulgacion-nid773981/>. Acceso em: 13/09/2020.

VIGLIETECA, Olga. Historia y cultura, al mejor postor. *Clarín*, Buenos Aires, 03 de agosto de 1997. Disponible em: <http://edant.clarin.com/diario/1997/08/03/i-01601a.htm>. Acceso em 27/01/2017.

<http://www.lanacion.com.ar/103023-precios-record-en-una-subasta-de-libros>;

<http://www.lanacion.com.ar/102326-buenos-libros-en-sarachaga>;

<http://www.lanacion.com.ar/101971-rematan-valiosos-libros-antiguos>;

<http://www.lanacion.com.ar/15777-pinturas-y-libros-brillan-en-la-primera-funcion>;

<http://www.lanacion.com.ar/9619-remate-sobre-ruedas>;

<http://www.lanacion.com.ar/6899-los-libros-abren-la-temporada>;

<http://www.lanacion.com.ar/103927-el-mercado-de-arte-registro-un-primer-semester-exitoso>;

<http://www.lanacion.com.ar/121344-ultimos-remates>;

<http://www.lanacion.com.ar/119663-los-cuadros-argentinos-se-venden-lejos-de-casa>;

<http://www.lanacion.com.ar/118811-desde-estados-unidos-llegan-buenas-senales>;

<http://www.lanacion.com.ar/120511-la-temporada-se-alista-para-el-envion-final>. Acceso em: 27/01/2017.

<http://www.revistaforum.com.br/blogdomouzar/2015/04/15/galeano-marcha-crisis-versus/>. Acceso em: 05/03/2017.

[https://www.pagina12.com.ar/1998/suple/radar/mayo/98-05-03/nota2\\_a.htm](https://www.pagina12.com.ar/1998/suple/radar/mayo/98-05-03/nota2_a.htm). Acceso em: 28/02/2017.

Felipe Pigna, historiador. *Clarín*, Buenos Aires, 9 de enero de 2005. Acceso em: 13/09/2020.

<https://www.elhistoriador.com.ar/>. Acceso em: 12/09/2020.

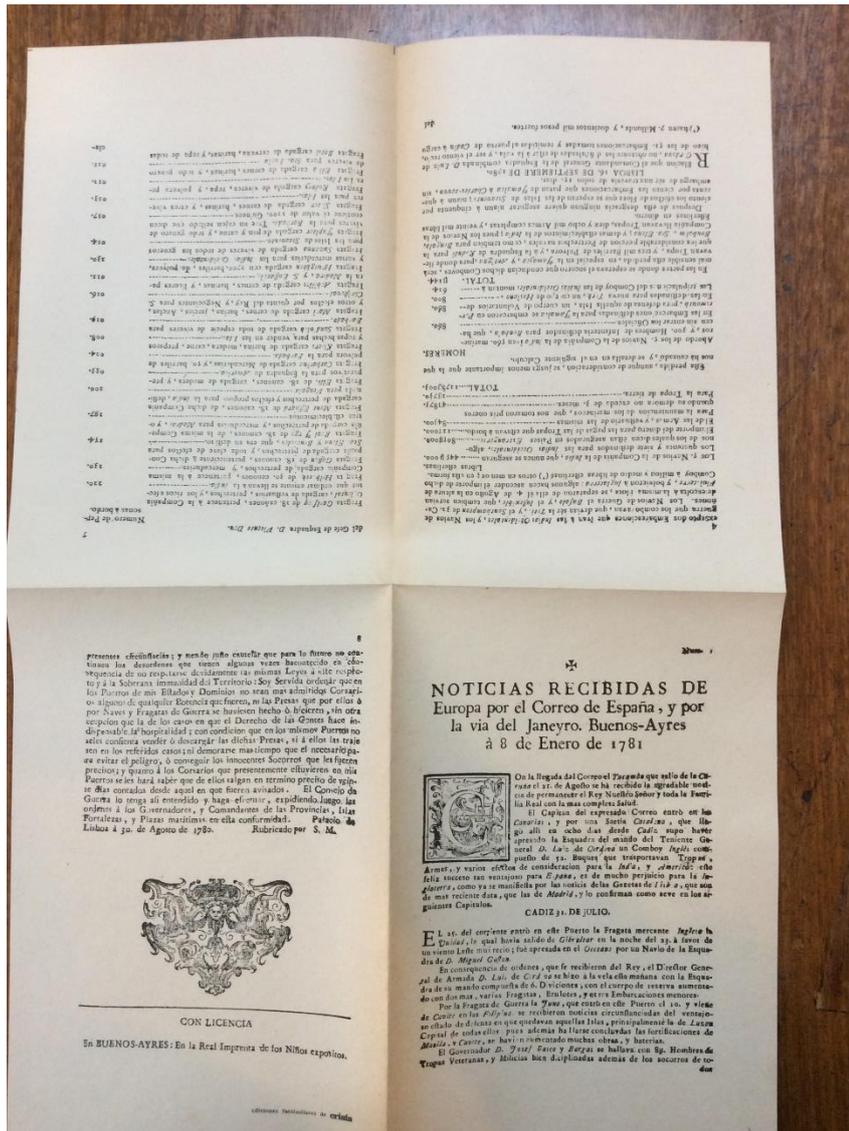
## Anexos

Anexo 1: Serigrafías de um desenho de Raúl Russo publicado em **crisis** 16

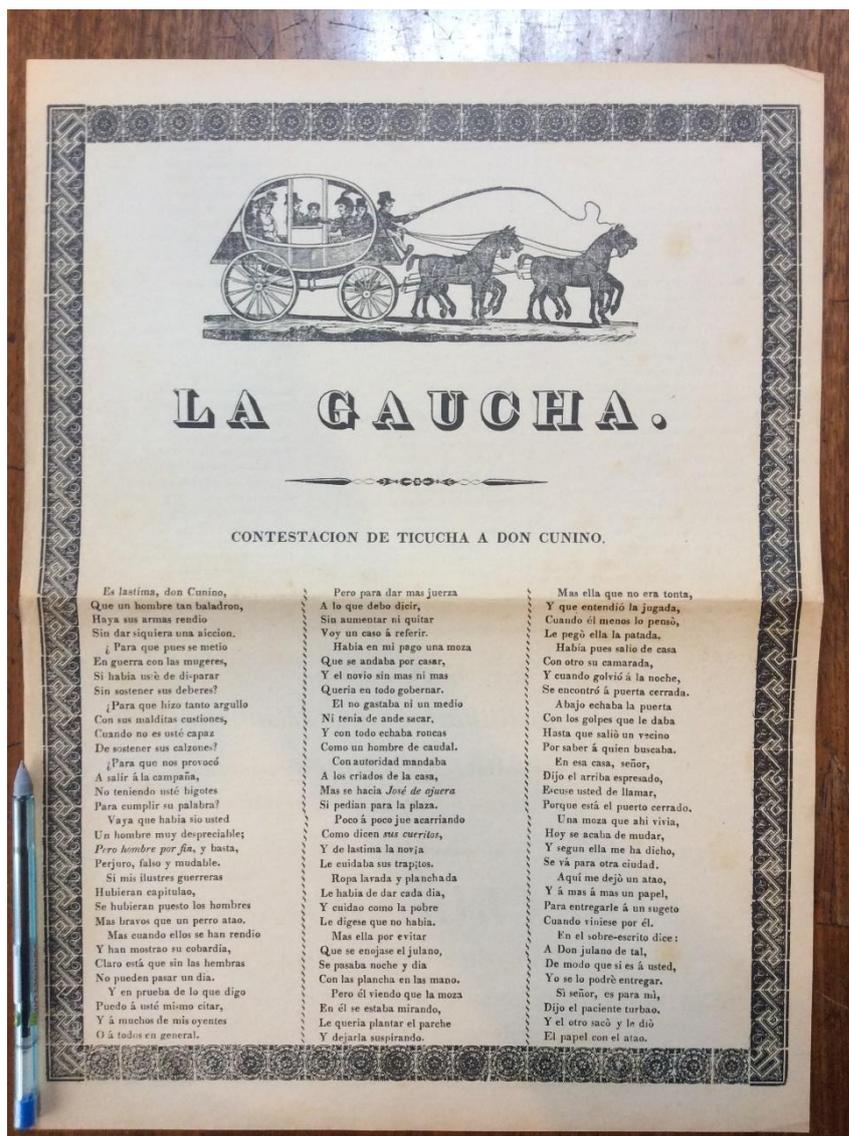


Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 2: Primeiro periódico do Rio da Prata publicado em crise 21.



Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 3: Duas páginas do folheto federalista *La Gaucha* publicado em **crisis 22**

## LA GAUCHA.

### CONTESTACION DE TICUCHA A DON CUNINO.

Es lastima, don Cunino,  
Que un hombre tan baladron,  
Haya sus armas rendio  
Sin dar siquiera una siccion.  
¿Para que pues se metio  
En guerra con las mugeres,  
Si habia usè de di-parar  
Sin sostener sus deberes?

¿Para que hizo tanto argullo  
Con sus malditas cufiones,  
Cuando no es ustè capaz  
De sostener sus calzones?  
¿Para que nos provocó  
A salir á la campaña,  
No teniendo ustè bigotes  
Para cumplir su palabra?

Vaya que habia sio usted  
Un hombre muy despreciable;  
*Pero hombre por fin*, y basta,  
Perjuro, falso y mudable.  
Si mis ilustres guerrerias  
Hubieran capitulao,  
Se hubieran puesto los hombres  
Mas bravos que un perro atao.  
Mas cuando ellos se han rendio  
Y han mostrao su cobardia,  
Claro está que sin las hembras  
No pueden pasar un dia.

Y en prueba de lo que digo  
Puedo á mi mismo citar,  
Y á muchas de mis oyentes  
O á todos en general.

Pero para dar mas juerza  
A lo que debo decir,  
Sin aumentar ni quitar  
Voy un caso á referir.  
Habia en mi pago una moza  
Que se andaba por casar,  
Y el novio sin mas ni mas  
Quería en todo gobernar.

El no gustaba ni un medio  
Ni tenia de andar sacar,  
Y con todo echaba roncas  
Como un hombre de caudal.  
Con autoridad mandaba  
A los criados de la casa,  
Mas se hacia *José de ejuera*  
Si pedian para la plaza.

Poco á poco fue acarriando  
Como dicen sus cueritos,  
Y de lastima la novia  
Le enfilaba sus trapitos.  
Hopa lavada y planchada  
Le habia de dar cada dia,  
Y cuidao como la pobre  
Le digese que no habia.

Mas ella por evitar  
Que se enojase el julano,  
Se pasaba noche y dia  
Con las plancha en las mano.

Pero él viendo que la moza  
En él se estaba mirando,  
Le queria plantar el parche  
Y dejarla suspirando.

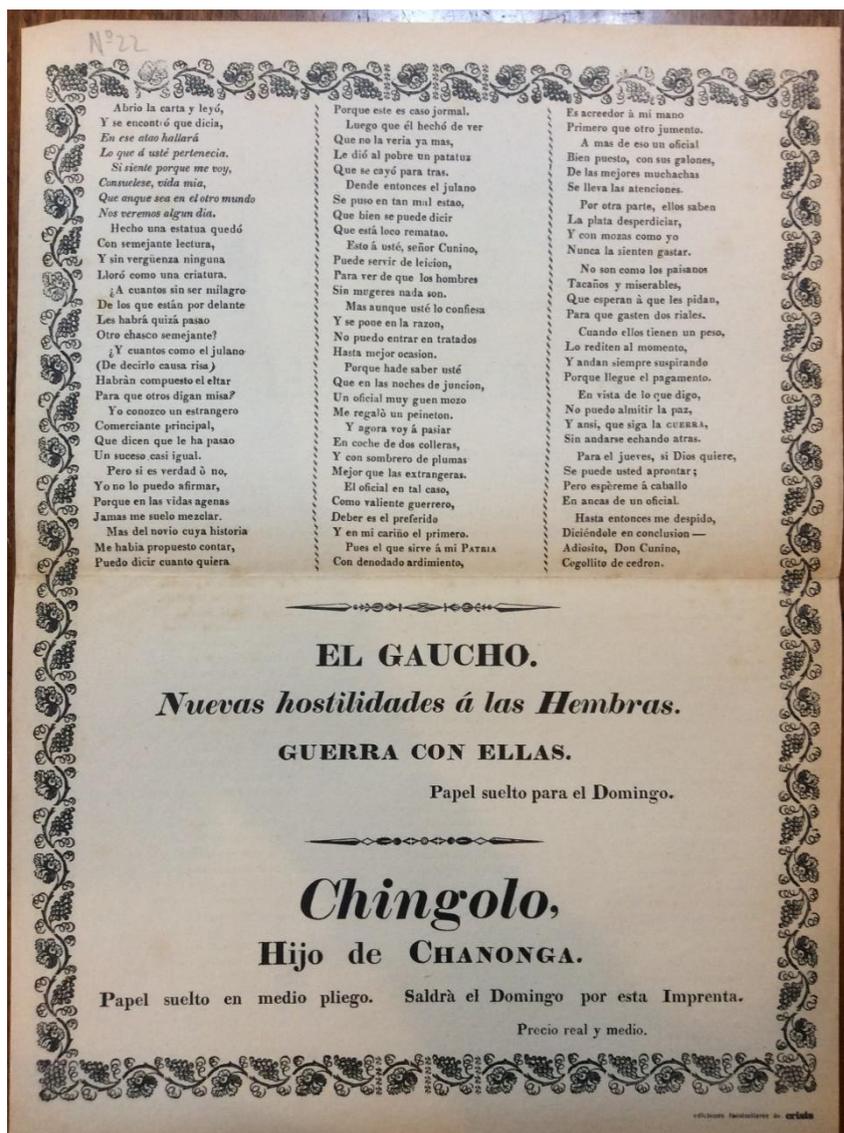
Mas ella que no era tonta,  
Y que entendió la jugada,  
Cuando él menos lo pensó,  
Le pegó ella la patada.  
Habia pues salio de casa  
Con otro su camarada,  
Y cuando golvio á la noche,  
Se encontró á puerta cerrada.

Abajo echaba la puerta  
Con los golpes que le daba  
Hasta que salió un vecino  
Por saber á quien buscaba.  
En esa casa, señor,  
Dijo el arriba espresado,  
Ecuise usted de llamar,  
Porque está el puerto cerrado.

Una moza que ahí vivia,  
Hoy se acaba de mudar,  
Y segun ella me ha dicho,  
Se irá para otra ciudad.  
Aquí me dejó un atao,  
Y á mas á mas un papel,  
Para entregarle á un sugeto  
Cuando viniese por él.

En el sobre-escrito dice:  
A Don julano de tal,  
De modo que si es á usted,  
Yo se lo podre entregar.

Si señor, es para mi,  
Dijo el paciente turbao,  
Y el otro sacó y le dió  
El papel con el atao.



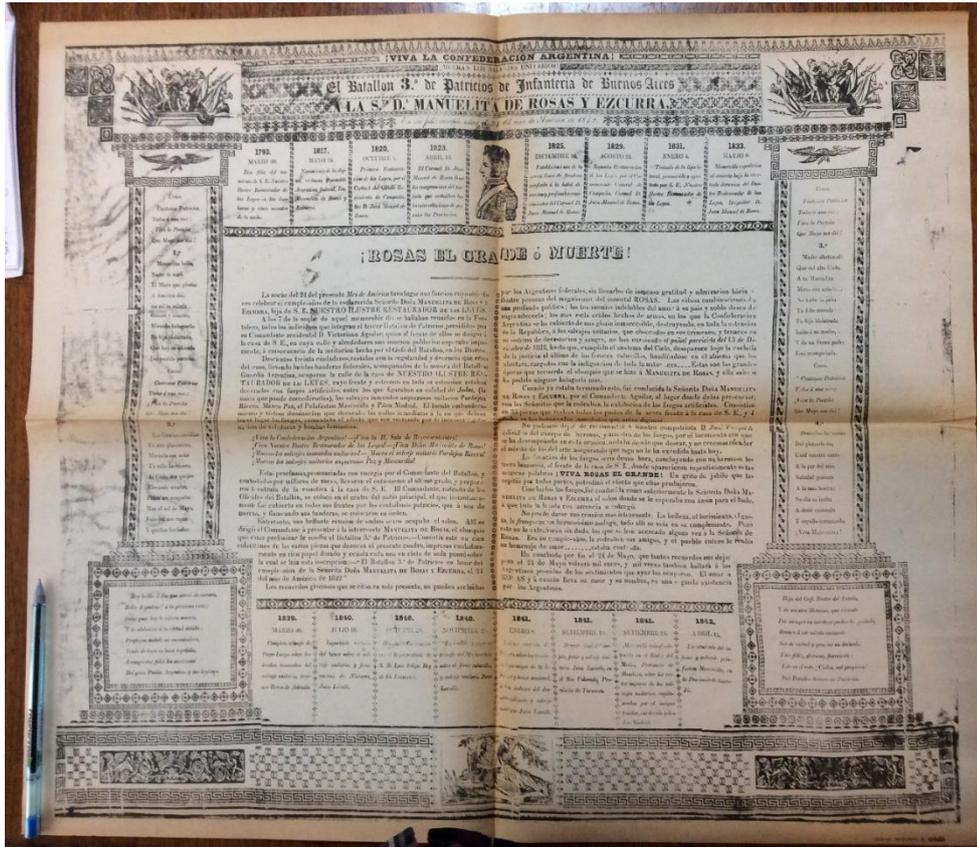
Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

## Anexo 4: Tratado de Pilar (1820) publicado em crisis 23



Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 5: Homenagem a Manuelita Rosas (1842) publicado em crise 24

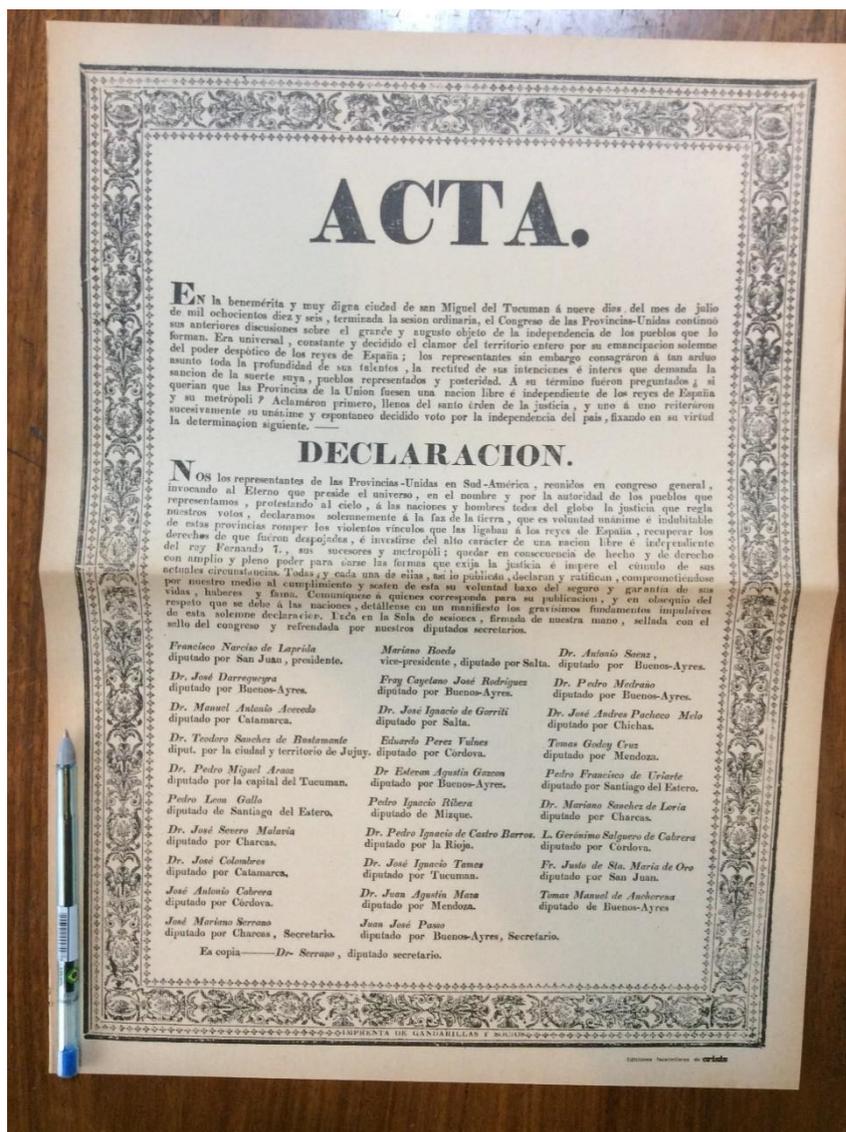


Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 6: Confesión del *unitario* Juan Juye (1835) publicado en crisis 25.

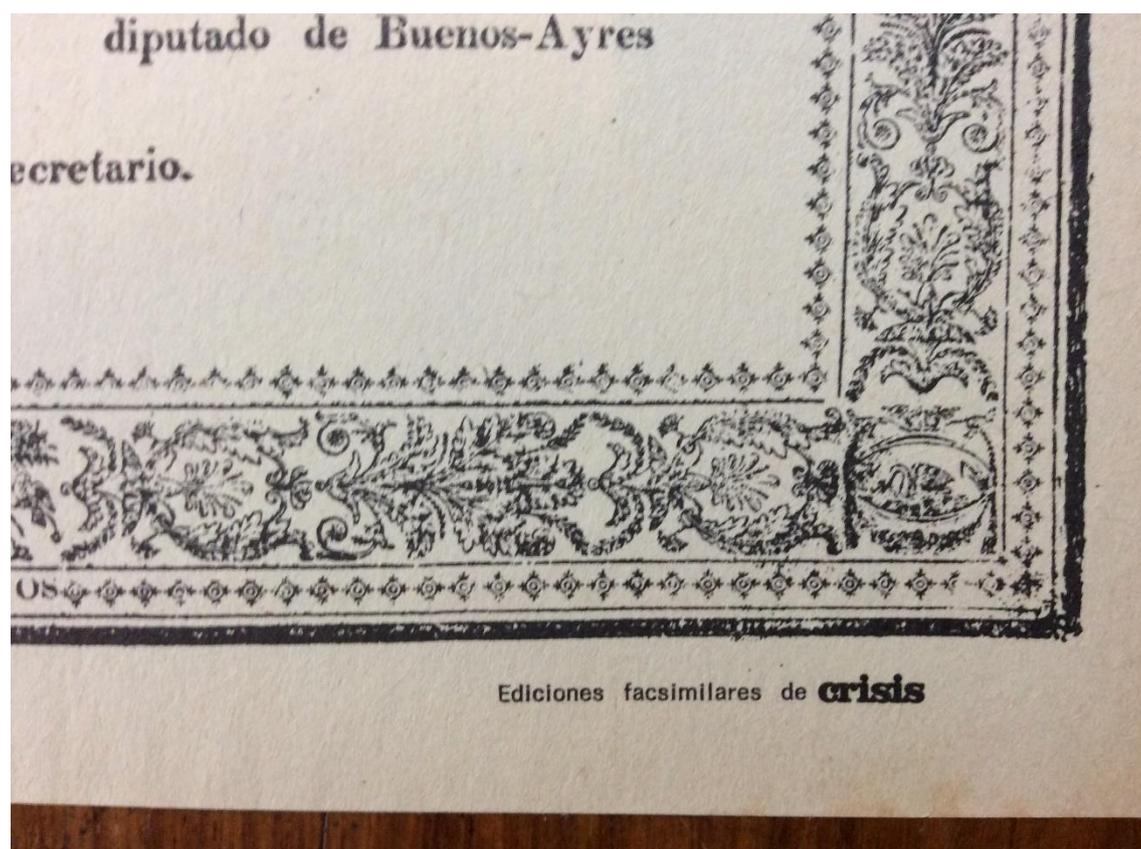
Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)



Anexo 8: Ata da Independência (1816) publicada em **crisis** 27

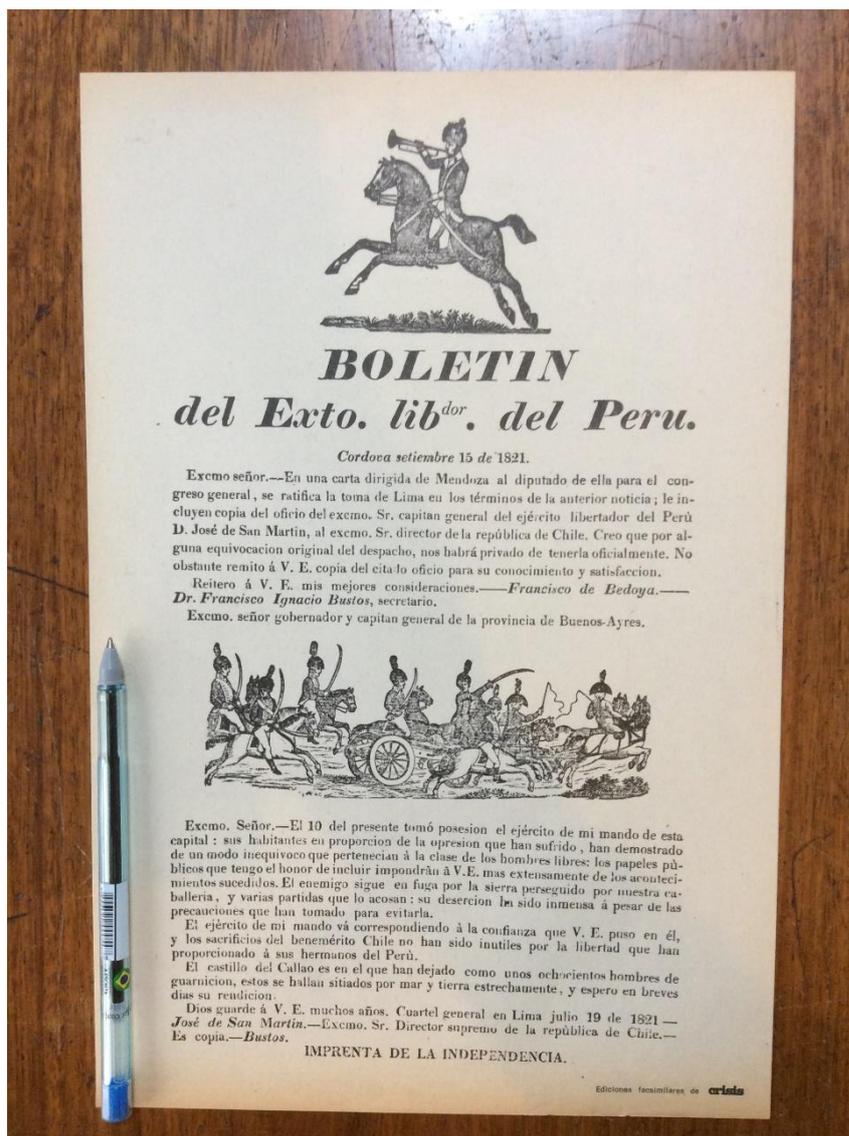
Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 9: Detalhe das serigrafias identificadas como “Edições facsimilares de **crisis**”

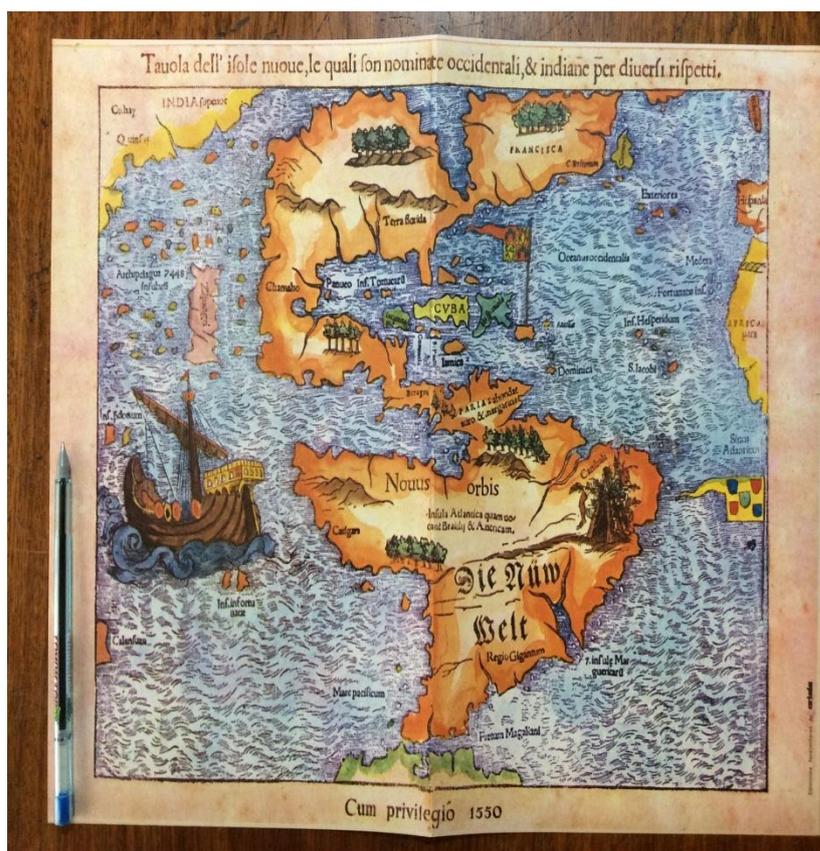


Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)



Anexo 11: Boletim do Exército Libertador do Peru (1821) publicado em **crisis** 28

Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 12: Primeiro mapa independente da América (1550) publicado em **crisis** 29

Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)

Anexo 13:Primeiro conjunto da série Trajes e Costumes de Buenos Aires (1833) publicado em **crisis** 30, 31, 32, 33 e 35.



Fonte: Centro de Documentación e Investigaciones de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI).